



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV SUP. ÚNICO AO Nº 28, QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2020

ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (-)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (-)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONA- VÍRUS (COVID-19)

Ata da 9ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2020	4
Ata da 10ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2020	51
Ata da 11ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2020	105
Ata da 12ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2020	151
Ata da 13ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2020	203
Ata da 14ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2020	266
Ata da 15ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2020	329





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros General Peternelli, Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e João H. Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater as ações do Ministério relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao combate ao coronavírus (Covid-19). **Participante:** Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda. (representante de: Ministério da Economia). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/05/28>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência em saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Quanto ao uso da palavra, todos os participantes já sabem como usar. A ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida, aos titulares, aos suplentes e aos não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança serão utilizados após a audiência com nosso Secretário.

A presente reunião é uma audiência pública com a presença do Secretário Especial de Fazenda, Dr. Waldery Rodrigues Junior, que está acompanhado do Sr. George Soares, Secretário de Orçamento Federal, Bruno Funchal e Gustavo Guimarães, ambos Diretores de Programa da Secretaria Especial de Fazenda, todos representando o Ministério da Economia.

Lembro a todos Parlamentares que esta reunião não será contabilizada como uma das reuniões bimestrais previstas no Decreto Legislativo nº 6, mas servirá de parâmetro para darmos celeridade a alguns trabalhos, que, em vista da atual situação do Covid-19 no Brasil, se mostram necessários e urgentes.

Considerando a recente audiência realizada nesta Comissão, informamos que a reunião com o Ministro Paulo Guedes está prevista para o final do mês de junho, quando se completarão dois meses, ele esteve conosco no dia 30 de abril.

Dessa forma, sem mais delongas, eu passo a palavra ao convidado Waldery Rodrigues Junior pelo tempo de 25 a 30 minutos. Fique bem à vontade para sua apresentação.

Então, Dr. Waldery, o senhor está com a palavra.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Confúcio, Presidente da Comissão, cumprimento o Sr. Relator, Deputado, cumprimento a todos os demais Parlamentares. É uma satisfação, uma grande honra estar aqui com os senhores discutindo essas medidas de enfrentamento ao coronavírus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos em um momento único da nossa história e tanto o Parlamento brasileiro quanto o Poder Executivo Federal têm que unir mãos e enfrentar isso de forma célere, séria e efetiva para a sociedade brasileira, entregando para a sociedade brasileira as ações que permitam, de um lado, o alívio ou o suporte, sobretudo àqueles mais vulneráveis, bem como a manutenção do emprego, a proteção da economia minimamente, para que a gente possa sair dessa crise com capacidade de caminhar com as próprias pernas, de caminhar e gerar emprego e renda, que, ao final, todos queremos.

É uma satisfação, uma honra estarmos aqui. Estou com a minha equipe, três pessoas da equipe lá da Fazenda: o Secretário do Orçamento, George Soares, e dois Diretores, Gustavo Guimarães e Bruno Funchal, que diretamente trabalham comigo. E a Secretaria Especial de Fazenda, como parte integrante do Ministério da Economia, está diretamente no núcleo decisório e de acompanhamento dessas medidas de enfrentamento ao coronavírus.

Esses meus 30 minutos, Presidente, Senador Confúcio, eu dividiria, além dessa fala inicial, algo como 3 minutos, em: breves comentários, da ordem de 5 a 7 minutos; e os últimos 20 minutos nós cobriríamos com uma apresentação com eslaides, até para tornar mais efetiva, pois, não somente falando, mas também deixando disponíveis os dados, a gente pode dar maior eficiência à análise pelos senhores do que está sendo apresentado.

Então, a nossa posição aqui é de nos colocarmos à total disposição dos Parlamentares. O Parlamento brasileiro tem feito o seu papel de forma célere, séria, competente. E o Governo Federal, em particular na posição de integrante do Ministério da Economia, da equipe do Ministro Paulo Guedes, nós nos colocamos aqui para, de mãos dadas, nós acharmos as melhores soluções, implementarmos aquelas já anunciadas, de forma transparente, de forma célere. E será assim. Sempre temos por metodologia de trabalho, por forma de trabalho, a transparência, bem como a busca de orientação. E foi feito assim desde o final de 2018, ainda na transição, e ao longo de 2019. Há uma abertura ao diálogo. O Ministro Paulo Guedes tem sempre essa orientação de colocar a sua equipe à disposição dos tomadores de decisão – é o caso dos senhores, é o caso do Parlamento brasileiro – em condições normais e em condições como a que vivemos, quando isso se torna ainda mais necessário.

Eu pergunto à sua secretária, Senador Confúcio, se a apresentação já está disponível. Se não, basta entrar em contato com o meu gabinete, mas tenho uma apresentação que eu peço que projete nos próximos cinco minutos. Enquanto isso, farei uma fala mais geral, nos próximos cinco minutos. Depois, a gente segue os eslaides.

Então, de um ponto de vista mais geral, o que nós temos e que V. Exas., Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, podem ver é que nós estamos agora fazendo quase um freio de arrumação para enfrentar uma crise de altíssima gravidade, de uma gravidade muito, muito elevada e que não estava no nosso radar nem no radar dos especialistas de mercado, dos macroeconomistas do setor privado ou das instituições acadêmicas ou de estudo de pesquisa. Nós estávamos, até janeiro e fevereiro deste ano, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um perfil, e agora temos que trabalhar com outro perfil, legítimo, justificado, temporário, e voltaremos ao diagnóstico e às diretrizes antigas quando for possível. Esperamos o mais rápido, mas, quando possível, estaremos fazendo esse debate com a sociedade, com o Congresso, para analisarmos ponto a ponto.

Permitam-me fazer um breve histórico da história recente do que estávamos fazendo e por que tivemos que mudar de diretriz.

Quando o Governo do Presidente Jair Bolsonaro assumiu, em janeiro de 2019, as condições fiscais da economia brasileira estavam em situação de elevada fragilidade. A economia estava caminhando para o seu sexto ano consecutivo de déficit primário. Ou seja: quando olhamos a receita primária, aquela receita independente de pagamento financeiro, de pagamento de juros, por exemplo, ela era menor do que a despesa primária – encargos e pessoal, despesas previdenciárias e outras. Então, como a nossa receita primária era menor do que a nossa despesa primária, havia então um *gap*, que a gente chama de déficit primário, que a gente precisa cuidar. Seria assim no seu orçamento familiar, no orçamento empresário, é mais verdade ainda que seja no orçamento governamental, tanto da União quanto dos Estados e Municípios.

No nosso caso, gestores do orçamento de R\$1,7 trilhão, o nosso orçamento primário, a nossa receita líquida de transferência para Estados e Municípios menor do que a nossa despesa. Isso dá uma diferença que precisa ser completada. Se não completada, gera uma bola de neve, e, aí, mais para frente, a máquina trava. Mais para frente a gente não consegue entregar à sociedade políticas sociais robustas, políticas sociais que contemplem, em particular, os mais vulneráveis, mais pobres, mais carentes, aqueles que precisam de uma atenção, nem gerar, do outro lado, empregos de consistência ou mesmo sinalizar para o mundo a robustez da economia brasileira.

Então, o lado fiscal – e esse foi o diagnóstico traçado pelo Ministro Paulo Guedes e a equipe, em 2018 – claramente se mostrou como sendo aquela política que precisa ser analisada. E, dentro do lado fiscal, há a despesa. Pode ser também o lado da receita, mas a nossa ênfase foi: o lado da receita, da arrecadação não aumenta. Não podemos aumentar, e o Congresso é muito consciente desse ponto. Não podemos aumentar a carga tributária, o ônus para o brasileiro é muito elevado, o ônus para as empresas e para os empregos, portanto, é muito elevado. Então, carga tributária não aumentamos.

Do lado da despesa, três delas se destacam: duas são despesas primárias e uma é despesa financeira. A principal despesa primária é a despesa previdenciária, cerca de 8,6% do PIB. E 1% do PIB... Srs. Senadores e Deputados, essa despesa é da ordem de 8,6% – e 1% do PIB é algo como R\$72 bilhões, R\$74 bilhões –, um número muito alto, mais de R\$600 bilhões. Essa despesa, além de grande, crescia a uma taxa muito elevada, e fizemos a reforma da previdência.

Segunda grande despesa primária é a despesa de pessoal e encargos. Por exemplo, esse item não é tão grande – é elevado, é 4,13% do PIB –, mas é um item considerável, que também tem que ser atacado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não cresce tão forte quanto a previdenciária, mas está estacionado, quase parado em um patamar elevado. Então, precisa haver maior eficiência, precisamos entregar ao público, à sociedade um gasto com despesa de pessoal mais condizente com a situação fiscal brasileira e que permita a economia ter maior dinamismo.

A terceira maior despesa não é primária, é financeira, é o pagamento de juros da dívida pública. Nossa dívida bruta é muito alta, é de R\$5,79 trilhões, um número muito alto, e os encargos dessa dívida também são muito elevados. É uma dívida de um alto estoque e um alto custo. Então, precisamos trabalhar nesse estoque e reduzi-lo e precisamos trabalhar nesse custo, a taxa de juros que pagamos em cima dessa dívida. Isso em grande medida também foi atacado. No ano passado, por exemplo, nós tivemos, no exercício que a gente chama de contrafactual, entre o que seria e o que foi, algo como R\$68 bilhões a menos de pagamento de juros.

Então, era esse o diagnóstico no final de 2018.

Em 2019, a gente atacou essas três frentes, conseguimos entregar ao País uma fiscalidade melhor, menos frágil, mas ainda muito longe de nos deixar com asas fortes, com capacidade de termos um crescimento sem gerar inflação, um crescimento que não seja sobe e desce, um crescimento de fôlego curto.

Conseguimos mudar, por exemplo, o resultado primário, que, em vez de ser 1,9% do PIB de déficit, caiu para 0,85%, ponto positivo. O resultado nominal, que inclui o primário mais os juros da dívida, em vez de ser 7% do PIB, caiu para 5%. A dívida bruta com percentual do PIB... Nós somos um país endividado, a nossa dívida bruta, como eu falei, é de quase R\$6 trilhões, R\$5,79 trilhões. Com o percentual do PIB, no ano passado, nós conseguimos reduzir, mesmo que à margem, um pouquinho, mas conseguimos reduzir.

Desde 2013, a dívida só subia numa trajetória ascendente, o que nos preocupava. Em 2018, ela estava em 76,4% do PIB; em 2019, ela retraiu, caiu para 75,8%, uma pequena retração de 0,6 pontos percentuais, mas suficiente, senhores, para dar clareza a V. Exas., por exemplo, para termos a percepção de risco do País caindo para abaixo de cem pontos base. Eu me refiro, particularmente, ao chamado CDS – em inglês, *Credit Default Swap* – de cinco anos, que ficou abaixo de 90 pontos. Era como se o Brasil tivesse o perfil de um país de grau de investimento, ou chamado *investment grade*. Isso tudo até dezembro do ano passado, janeiro deste ano.

Em janeiro deste ano, a receita gerada, por exemplo, que é uma parte significativa do dinamismo da economia, estava em algo como 6% de crescimento real. O mercado de trabalho começava a reagir de forma relativamente espalhada, de forma relativamente geral em vários segmentos, reagindo relativamente pouco ainda, mas com sinais positivos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi essa a fiscalidade que a gente herdou, que colocamos em um patamar já diferenciado, e estávamos caminhando, em 2020, para tratar disso de maneira mais direta. Havia uma agenda passada pelo Ministro Paulo Guedes, com o aval do Presidente Jair Bolsonaro, que era de reformar o Estado, entregar para o cidadão um Estado mais rápido, célere, eficiente, com transformações dadas nessas três grandes despesas de que falei: previdenciária, despesa de pessoal e custeio, despesa de juros, e também uma agilização no processo de ativos, vendendo aqueles ativos, em particular, que tivessem maior ineficiência, e realocar isso para dar maior eficiência à economia. E aí caiu um meteoro em cima das nossas cabeças, do mundo todo, o meteoro do Covid-19, que gera uma imprevisibilidade muito grande.

Nós aqui, todos os presentes nesta excelentíssima reunião, não sabemos precisamente quando se encerrará o ciclo do coronavírus. Há uma forte imprevisibilidade não só no Brasil, mas no mundo todo. Por exemplo: o nível do endividamento do Brasil vai subir, mas o mundo todo vai ficar mais endividado – calcula-se, hoje, na ordem de US\$17 trilhões a mais de endividamento. A nossa dívida bruta que nós diminuimos para 75,8, primeira queda desde 2013, agora vai dar um pulo. Um pulo de quanto? De mais 10% do PIB, mais 12%, mais 14%? Nós temos estimativas que estarão nos eslaides, mas o fato é que nós trabalharemos para que ela suba pouco e, mais do que isso, para que ela não entre em uma trajetória explosiva, para que ela entre em uma trajetória de bom comportamento, e que a gente traga esse nível de endividamento para valores próximos aos que os países com grau de investimento têm, para sinalizar robustez na economia e permitir que políticas sociais, políticas de enfrentamento à pobreza, à extrema pobreza, e políticas de emprego sejam feitas de maneira sólida e consistente.

Havia também, no ano passado, o envio – a Casa da Federação, que é o Senado Federal, recebeu isso de maneira direta, e a Casa do povo, que é a Câmara dos Deputados, também debateu fortemente e avançou – do pacto federativo. No pacto federativo, nós enviamos três PECs, e o Congresso abraçou estas PECs – em particular, três Senadores: Márcio Bittar, Oriovisto e Otto Alencar – 186, 187 e 188, que traçam um fortalecimento de toda a Federação. Era esse o quadro quando o coronavírus veio.

E o que aconteceu? Aquilo que a gente melhorou, em termos de primário, nominal e endividamento, vai ser relativamente piorado agora, tanto o primário, quanto o nominal e o endividamento. O nosso primário, senhores, no setor público consolidado, deve atingir quase 10% do PIB. É o maior nível da série histórica, é o maior déficit primário. O nominal vai atingir algo como 14%. Vejam que a gente baixou o nominal de 7% para 5%, e agora ele vai para quase 14%; o primário baixou de 1,9% para 0,8% e agora ele vai para 10% do PIB. O endividamento nós baixamos de 76,4% para 75,8%; agora, ele vai para 90%, 92%. Vamos tentar reduzir ao máximo essa queda. A foto fiscal melhorou em 2019 e, de forma justificada, devida, legítima, vai piorar em 2020. A questão é o que acontece em 2021, 2022 e à frente. Temos que trazer essa fiscalidade para um melhor comportamento, para uma melhor posição, para que possamos enfrentar... Então, esse é o quadro geral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, nós tivemos – foi publicada hoje no *Diário Oficial* – a sanção pelo Presidente Jair Bolsonaro do PLP 39, que é o auxílio aos Estados e Municípios. Essa sanção permite que os principais temas associados a como auxiliar os Estados e Municípios sem comprometer a Federação brasileira, em particular sem comprometer as finanças da União, porque tem que ser um jogo de ganha-ganha, tem que ser um jogo em que todos possamos ter condições de combater o coronavírus, mas existe um pós-coronavírus... Por mais grave que seja esta crise, ela tem início, meio e fim. E, portanto, temos que nos preparar para momentos à frente.

Eu peço agora que sejam projetados os eslaides, se possível. Eu não sei, Presidente Confúcio, se os Senadores e Deputados já conseguem acessar diretamente, mas eu peço ajuda aí para projetar os eslaides. E aí me parece que eu tenho os 15 minutos finais, o que é tempo mais do que suficiente para apresentá-los. *(Pausa.)*

Acredito, Senador Confúcio, que seu microfone esteja desligado. *(Pausa.)*

Enquanto carregam a transparência...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Já vamos colocar. *(Pausa.)*

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Deixe-me ver. *(Pausa.)*

Eu acho que eu consigo projetar... *(Pausa.)*

Não sei se estão vendo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A sua equipe pode controlar os eslaides, o seu pessoal aí do Ministério.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor pode continuar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Os eslaides estão sendo vistos?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estão sendo vistos, muito bem vistos, está bom.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Está bem.

Esse é o PLP 39, da forma como foi aprovado ontem, e ele é extremamente importante.

Aqui estão os resumos das medidas, espero que todos estejam vendo. Esse eslaide: eu peço que seja passado para a Sra. Lenita para que seja distribuído para todos os Senadores, Deputados e Deputadas.

Vou me deter somente nesse resumo. Ele traz cinco...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Aperte F5 aí para melhorar a qualidade – F5!

Pronto, está bom. Pode continuar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Certo.

Obrigado pela compreensão e paciência, Senador.

Bom, aqui estão os resumos da medida do programa. O auxílio financeiro é de R\$60,15 bilhões para Estados e Municípios. Esse valor é um valor significativo – só para efeito de comparação: o Bolsa Família para o ano de 2020 inteiro é cerca de R\$29 bilhões. Então, uma transferência dessa é mais do que o dobro do Bolsa Família inteiro. É um programa extremamente efetivo, legítimo, importante, e essa transferência também, que é um valor substancial, vai ajudar sobremaneira as contas dos Estados e Municípios neste momento tão crítico.

Além disso, nós temos a suspensão de vários tipos de dívidas: R\$35,34 bilhões de dívidas dos Estados e Municípios com a União; R\$13,98 bilhões de dívidas dos Estados e Municípios com bancos públicos – e aqui é notadamente Caixa Econômica Federal e BNDES –; e R\$10,73 bilhões de dívidas com as agências multilaterais, Banco Mundial, BID, CAF, NDB etc. Então, nós temos R\$120,2 bilhões de transferência direta ou suspensão de dívida. Esses R\$120,2 bilhões são um número muito alto, muito elevado, substancial, que estamos fazendo exatamente por conta da crise por que passamos, que é uma crise também fora do mapa, que estava fora do mapa, é uma crise de uma severidade muito grande, é a maior crise sanitária certamente dos últimos 50, 60 anos, e atinge todo o mundo.

E nós temos o outro lado, que é a contrapartida. É como se aqui, nesse eslaide, nós tivéssemos a conjuntura, o que temos que fazer e também o que temos que olhar para um pouco de estrutura, num médio prazo já surgindo, o curto prazo e o curto/médio prazo; o que acontece hoje e o que acontecerá logo à frente. Do ponto de vista do que acontecerá logo à frente, nós estamos trazendo um impacto da ordem de R\$98 bilhões de potencial alívio para as contas dos Estados e Municípios. Abrindo essa conta, fica algo como R\$52 bilhões para Estados e R\$46 para Municípios, e para a União também há um alívio de uma magnitude um pouco menor, da ordem de R\$31 bilhões. Então, seriam R\$31 bilhões para a União, R\$46 bilhões para Municípios e R\$52 bilhões aproximadamente para os Estados.

Então, esse é o PLP 39 da forma com o foi sancionado. Houve quatro vetos. O primeiro e mais importante veto é exatamente o que permite essa melhoria à frente, porque organiza as contas públicas. É uma ajuda que o setor público local dá para que as contas fiquem mais balanceadas. Nós estamos saindo de uma situação de relativa melhoria na fragilidade para uma situação completamente diferente do que vínhamos planejando: um resultado primário que vai fazer crescer muito o déficit, o nominal e o endividamento também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessas colocações, o PLP trouxe – é o que está colocado no meio desse eslaide – várias melhorias na LRF, a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como na gestão pública como um todo. Então, sobre a questão das despesas obrigatórias: há uma vedação à sua criação, bem como um reajuste acima da inflação. De outro lado, temos a flexibilização de exigências para a celebração de contratos com a União. Então, esse é o ponto.

Nós podemos agora passar para o outro eslaide. Não sei se eu o tenho aqui comigo ou se a Lenita pode fazer essa projeção, ou o Gustavo. Gustavo, você pode projetar os eslaides da apresentação aqui?

Falamos do PLP 39 e agora vamos falar dos resultados fiscais agregados.

Gustavo, se você puder projetar...

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Já estou projetando, Secretário.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Por favor.

Ótimo!

Então, senhores, no enfrentamento ao coronavírus, passei o que tínhamos de quadro fiscal, como mudamos em 2019 e, agora, como enfrentar o coronavírus. Isso tem implicações do ponto de vista das contas públicas, e a transparência é o melhor remédio aqui. A transparência, de fato, o zelo fiscal, olhando não só o curtíssimo prazo, mas olhando a saída dessa crise, é o melhor tratamento, é a melhor forma de, juntos, nós cuidarmos da saúde da economia em um momento tão grave para o País.

O impacto primário, como está posto nesse eslaide, é impacto primário adicional: R\$417,7 bilhões. Esse número precisa ser enfatizado, porque, às vezes, o papel, a transparência, a tela do nosso computador é fria, não passa, de fato, a real gravidade ou a real dimensão. Assim, R\$417,7 bilhões somente de despesa primária adicional – de esforço primário adicional, na realidade – é um valor muito alto, e o Brasil está fazendo isso. Do lado da receita, nós temos uma redução de pouco mais de R\$18 bilhões, R\$18,2 bilhões, e, do lado da despesa, nós temos R\$399,5 bilhões, quase R\$400 bilhões.

Então, esse é um esforço primário que estamos fazendo, justificado pelo enfrentamento do coronavírus.

O Congresso Nacional, em 20 de março, reconheceu a situação de calamidade pública e, inclusive, nos deu uma dispensa do atingimento da meta de primário para este ano. Só para se ter uma comparação, a nossa meta de primário seria de R\$124 bilhões este ano – é o que está na LDO –, e só de gasto adicional é quase vezes isso: R\$417,7 bilhões. E essa despesa de R\$399 bilhões, nós dividimos em três segmentos: aquelas que já estão em execução orçamentária, que é a grande parte (R\$314 bilhões); aquela que não tem dotação orçamentária, mas que já foi anunciada e vai ser implementada; e aquela que está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num estágio um pouco mais depois e que não tem ato autorizativo, mas terá e, portanto, nós já consideramos na sua íntegra.

Próximo, por favor.

Esse gráfico... Essa tabela, desculpa, longa abre cada um desses itens. Os R\$417,7 bilhões são o dado total. A gente vê que, do lado da receita, caiu algo como R\$18 bilhões, e aí envolve tanto a redução temporária a zero das alíquotas de importação e envolve também o item mais alto das receitas, que é exatamente o de R\$7,1 bilhões, que se refere à redução temporária do IOF crédito – então, é um valor da ordem de R\$7,1 bilhões. Isso é do lado da receita.

Do lado da despesa, nós temos as despesas que estão em execução orçamentária, e elas somam R\$314 bilhões. Qual é a maior? Qual é aquela que se destaca diretamente? Se V. Exas. olharem, nós temos R\$152,6 bilhões ligados ao auxílio emergencial de R\$600. Esse é um número muito elevado, muito alto; isso dá, por mês – e são três parcelas –, uma média superior a R\$51 bilhões. Isso é mais do que um Bolsa Família inteiro em somente um mês; é quase o dobro, porque o Bolsa Família são R\$29 bilhões. Por que estamos fazendo isso? Porque a sociedade clama, porque o Congresso autoriza e o Congresso entende e porque o Poder Executivo implementa. A crise é de altas gravidades: as soluções também têm que ser de alto impacto.

Outro item que se destaca nessa lista de despesas em execução orçamentária é R\$51,6 bilhões, que é o benefício emergencial de manutenção de emprego e renda, para manter o emprego, para manter o tecido econômico, sem estar tão fragilizado. Então, de um lado, a gente protege os mais vulneráveis – daí o auxílio emergencial – e, do outro, nós estamos falando da manutenção de emprego.

Outro item que se destaca é o de R\$34 bilhões, associado ao Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) ou antigamente falado Fopas ou Fopag. Ele também está associado à parte de crédito.

Existem também outros auxílios ligados a Estados e Municípios, como os R\$16 bilhões a título de compensação do FPE e do FPM. Então, é uma lista extensa, V. Exas. têm aí listado, podemos detalhar algum deles conforme haja demanda.

O seguinte.

A transparência é chave nesse processo. O *site* da Secretaria de Orçamento Federal disponibiliza esses dados de maneira precisa, de maneira detalhada. O cidadão tem que saber para onde está indo esse dinheiro, como ele é aplicado, para qual programa, para qual ação, para qual ministério. E nós estamos fazendo essa transparência com a máxima diligência e no tempo correto, o que coloca o Brasil, inclusive, em uma situação de comparação internacional muito favorável.

Seguinte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há também um complemento pela outra secretaria da fazenda, que é o Tesouro. Então, tanto a SOF tem um portal quanto o Tesouro tem um portal. E se a gente clicar agora já foram pagos R\$112,2 bilhões de um total previsto, já com a alocação, de R\$303,5 bilhões. Os cidadãos, os órgãos de controles, os Parlamentares e toda a sociedade podem fazer essa abertura de maneira precisa.

Seguinte.

Senador Confúcio, eu peço três minutos para encerrar, por favor; no máximo cinco.

Então, há essa questão da transparência. Tanto a Secretaria de Orçamento Federal quanto o Tesouro Nacional têm esses dados *on-line*, atualizados diariamente. Estamos numa situação nova, num mundo novo, um mundo em que precisamos ter esse diálogo direto com o cidadão. Esses dois portais permitem – um mais detalhado; o outro mais gerencial –, mas tanto o orçamento, a SOF, quanto o Tesouro Nacional (STN) permitem que se veja. Os dois secretários trabalham comigo, e a gente faz essa reunião de forma muito horizontal, muito direta, para fazer esse repasse de informações diariamente da maneira mais transparente e direta.

Seguinte.

Nós temos para nós que as medidas têm impacto fiscal primário, como assim denominamos, mas também existem outras que não têm impacto primário, mas têm impacto fiscal e têm impacto sobre a sociedade, sobre a economia. Somam mais de R\$3 trilhões; são R\$3.273,8 bilhões – mais de R\$3 trilhões. Isso se refere tanto a medidas extraorçamentárias como apoio a Estados e Municípios, medidas de crédito regulatório, suspensão de dívidas. São medidas tomadas pelo Ministério da Economia, pelo Conselho Monetário Nacional, que tem votantes, são três. O Conselho Monetário Nacional, que é presidido pelo Ministro Paulo Guedes, tem voto também do Presidente Roberto Campos Neto, do Banco Central, e meu, como Secretário Especial de Fazenda. Nós já tivemos este ano, desde 20 de março, sete reuniões extraordinárias exatamente para contemplar as medidas necessárias para a economia e três reuniões ordinárias.

Seguinte, por favor.

Na análise do impacto fiscal – próximo, por favor –, esse conjunto de medidas novas já dá um aumento no primário da ordem de 5,8% do PIB. E – próximo – coloca o Brasil em um valor da ordem de 5,8% do PIB. Vejam que a média dos países avançados está em 4,5%. Então, estamos bem acima dos países avançados: mais de um ponto percentual do PIB. Agora, não é uma corrida por mais gastos, é uma corrida por efetividade, é uma corrida por atendimento ao que é necessário, defende os mais vulneráveis, protege-os neste momento crítico, mantém emprego. Numa comparação com os países emergentes, nós estamos em quase o dobro: os emergentes estão em 3% do PIB em média; o Brasil, 5,8%.

Seguinte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí já estamos caminhando para o encerramento.

A gente precisa olhar o setor público como um todo, é uma casa completa. O Governo Federal tem projetado um déficit, que é o que está na quarta linha, de R\$675 bilhões. Nós temos o previsto, como meta na LDO, de R\$124 bilhões, e nós tivemos R\$416 bilhões que seriam contingenciados. Olhem só, V. Exas., do que estamos falando. O contingenciamento, como ocorreu no ano passado, de trinta e poucos bilhões, foi muito forte, e tivemos que trabalhar para descontinuar. Se tivéssemos que contingenciar agora, teríamos que contingenciar R\$416 bilhões, o que seria literalmente impossível, estamos dispensados pelo Congresso Nacional desse contingenciamento, o que traria, obviamente, toda a máquina pública, mas isso pesa na meta do primário.

Somando também com o impacto primário adicional de medidas anunciadas de R\$135 bilhões, nós temos um total de R\$675 bilhões, algo como 9,4% do estimado para o déficit primário do Governo central.

Somando também as estatais e os entes subnacionais, como Estados e Municípios, sobe para R\$708,7 bilhões, ou 9,9% do PIB, quase 10%. Parâmetro de comparação: o resultado primário mais grave que tivemos foi em 2016, que foi de 12,6%, e agora ele será de 9,9% de forma justificada, de forma legítima, mas a gente precisa cuidar desse número.

O resultado nominal, por sua vez, na realidade aqui nós temos não só o déficit primário, mas também a dívida bruta. A dívida bruta – peço que se concentrem na barra do meio, porque ela é que tem a estimativa de queda do PIB de 4,7% para este ano – sobe para algo como 93,5% do PIB, se não tivermos a ação da autoridade monetária, do Banco Central. Nós não estamos considerando aqui – sobre essas ações o Banco Central se expressa, é ele quem fala –, mas nós estamos vendo como a dívida bruta reagiria se tivéssemos pura e simplesmente aquele resultado primário realizado de quase 10% do PIB – um déficit primário de quase 10% do PIB –, e aí a dívida bruta teria um pulo. Onde ela está hoje? Em cerca de 78%, e pularia de 78% para 93,5%.

Mas uma dúvida: quanto vai ser a queda do PIB este ano? Nós temos certeza? Não, nós trabalhamos com cenários: 4,7% de queda, ou mais ou menos um, mais ou menos dois. Então, são cinco cenários para a queda do PIB, de menos 2,7% até 6,7%. Nosso cenário central é de queda de 4,7%, e aí o endividamento bruto subiria para acima de 90% do PIB, sem considerar as ações da autoridade monetária.

O outro eslaide é algo similar, mas que traça exatamente o déficit nominal, que é o déficit primário mais o pagamento de juros da dívida. De novo nós fazemos cinco cenários. O central é com o PIB caindo a 4,7%, e aí mais ou menos um ou mais ou menos dois. No cenário central o primário é de 9,9% de déficit, e nós temos o pagamento de juros da dívida de 4,6% do PIB, o que dá um total de 14,5%.

Seguinte, e eu acho que é o último gráfico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também uma preocupação com a dívida líquida. No cenário central ela subiria para 67,6%; hoje ela está no patamar de 55%, de novo sem considerar as ações da autoridade monetária.

O próximo. Eu acho que acabou.

Então, é isso, Presidente Confúcio e Sr. Relator, que temos a apresentar.

A nossa preocupação aqui é, primeiro, o cidadão, a saúde, o combate ao coronavírus, num momento grave e único da história brasileira. Nós trabalhamos 7 por 24. A nossa diretriz é cuidar da saúde, cuidar dos mais vulneráveis, mesmo que isso, temporariamente, conjunturalmente, mude completamente o perfil das contas públicas no Brasil, mas temos que ter a perspectiva de como essa política fiscal não comprometerá a nossa saída do coronavírus. Que consigamos gerar emprego e renda na quantidade e qualidade necessárias para a sociedade brasileira.

Neste ínterim, neste meio tempo, uma das melhores formas que a gente tem de fazer é debater com o Congresso Nacional, na sua soberania, na sua capacidade de entender o processo. Nós temos tanto a Casa da Federação, o Senado, como a Casa do Povo, que é a Câmara dos Deputados, atentas, diligentes, com propostas – com algumas, concordamos; de outras, podemos divergir –, mas temos que debater, temos que entregar para a sociedade soluções.

Esta é uma batalha longa, árdua, que tem que ser feita com diálogo, com transparência, com zelo não só olhando para o curto prazo, mas já vendo, enxergando uma saída, para que possamos sair da melhor forma possível, com o menor número de mortes, com o menor número de pessoas afetadas, com o menor número de perdas de empregos, com mais ainda capacidade de gerar emprego e renda à frente e com minimamente condições fiscais para permitir com que políticas socioeconômicas sejam feitas com consistência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Secretário Waldery. Foi muito didática a sua exposição. Eu agradeço muito.

Vou só fazer aqui um pequeno parêntese para a aprovação da ata da reunião anterior.

Coloco em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Dando sequência, passo a palavra ao nosso querido Relator, Francisco Jr., para elaborar seus questionamentos sobre o assunto do dia.

Francisco Jr.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento, mais uma vez, o nosso Presidente, Senador Confúcio, e os demais Senadores e Deputados que estão participando da reunião.

Secretário Waldery, parabéns ao senhor, a toda a equipe. Nós reconhecemos o esforço. Realmente deve estar sendo um trabalho muito intenso. O senhor disse que está trabalhando sete dias por semana, e eu imagino que devem ser a 24 horas do dia também, porque, realmente, está muito exigente para todos, e vocês têm se esforçado muito, a gente percebe. E a gente sabe a importância que tem o Ministério da Economia neste contexto, e, dentro do Ministério, a Secretaria Especial de Fazenda tem toda uma abrangência e uma importância muito grande, juntamente com as demais secretarias.

As nossas perguntas vão mais ou menos nesta linha: nós estamos muito preocupados realmente com a melhor condução da pandemia, de forma a depois termos uma retomada rápida, ou o mais rápido possível. Esse talvez seja o nosso grande desafio. Nós reconhecemos todas as dificuldades, reconhecemos o tamanho do problema, mas nós precisamos enfrentá-lo e nos preparar para o pós-problema, para o pós-pandemia.

Diante disso, questiono primeiro: apesar da Lei 13.999, de 2020, e da MP 944, de 2020, e de diversas ações de incentivo de créditos, os empresários continuam reclamando que não têm acesso a linhas de crédito para financiar seu capital de giro em curto prazo. Essa é uma reclamação constante, e está parecendo que não é só choro, não, porque a partir de agora, essa semana, todos nós, pelo Brasil inteiro, fomos tomados por diversas notícias, vídeos, anúncios de empresas fechando, muitas empresas, empresas tradicionais, restaurantes, outros tipos de empresa fechando as portas. E a gente percebe a importância de o Estado dar a mão e financiar esse momento, financiar, de forma especial, com crédito para o capital de giro. Nesse sentido, o que o Ministério da Economia está fazendo para que o dinheiro realmente chegue às mãos de quem precisa?

A gente sabe que está sendo criada uma política, está sendo autorizado o recurso, está sendo reservado o recurso, mas algo falta. Nós sabemos de toda a dificuldade do sistema bancário, da falta de garantia, do receio, mas será que só em determinada parte dessa conta não pode ter um risco maior, de forma muito especial, o sistema financeiro, bancário? Será que eles realmente têm que emprestar somente com toda a segurança e garantia neste momento? E será que, em médio e longo prazos, a falência dos demais também não vai trazer um prejuízo significativo para eles? Será que não dá para a gente diluir isso neste momento? É uma pergunta que eu faço de forma muito leiga – gostaria de destacar – porque eu não sou economista, mas é o que eu vejo nos jornais todo dia, e isso talvez tem sido a minha maior preocupação.

Outra situação, dando sequência a esse raciocínio: vários setores estratégicos – destaque de forma especial a parte do segmento de alimentação que está na ponta, os restaurantes, transporte aéreo, turismo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura – são áreas muito sensíveis à pandemia e, de forma especial, estão vivendo um colapso geral. Há alguns estabelecimentos que podem funcionar mais ou menos, há outros que não têm jeito: um cinema, um *show*, um teatro não têm como funcionar mais ou menos. Eu, particularmente, trabalhei com turismo um tempo, bastante tempo atrás, e, na época, nós tínhamos um ponto de estabilidade, um ponto de equilíbrio em torno de 40%. É um ponto de equilíbrio muito alto, e a maioria dos decretos hoje coloca 30% das casas. Até 40% seria necessário para pagar as contas, a partir de 40% se começava a ter algum lucro, e nós estamos vendo a maioria dos decretos, por uma questão de segurança, colocando tudo abaixo de 30%. Quer dizer, não se consegue sequer pagar os custos operacionais fixos, então não há como sobreviver. De que forma o Governo Federal pensa em apoiar mais esses setores, setores estruturantes, setores muito afetados? Depois, também, setores que têm uma reação mais rápida, só que, se eles não tiverem condições, não terão reação no pós-pandemia.

Terceiro, o Ministro Tarcísio, naquela reunião tão divulgada, faz uma afirmação, dizendo que o Ministério da Infraestrutura atualmente só tem capacidade de executar 13 bilhões por ano. Nós sabemos que teremos uma queda do PIB da ordem dos 10% a mais. Dependendo dos cenários, precisaríamos de uma intervenção estatal mais forte. Ou seja, aparentemente, o espaço para puxar o crescimento para os investidores públicos diretos é pequeno. Aí, eu pergunto: qual é então o plano para tirar a economia deste buraco? Inclusive, há a ideia de atrair investidores estrangeiros, só que nós temos um problema: é uma pandemia. Gostaria de uma informação interessante que talvez o senhor tenha: como estão os grandes investidores internacionais? Não estariam eles também sendo afetados e sendo exigido por seus países sede, por exemplo, que deem atenção? Como ficaria o Brasil nesse quesito de atratividade, sendo que o risco Brasil sempre é um problema?

O senhor iniciou a sua apresentação dizendo que a gente vem de seis anos de déficit. Então, havia todo esse esforço para nós tornarmos o Brasil mais atrativo. Uma das falas do Presidente da República, repetida por todos os Ministros – e isso nos deixa felizes –, é que não faltarão recursos. Porém, o senhor falou aí, no meio da sua apresentação, isto: uma coisa é o recurso autorizado e outra coisa é o recurso que foi gasto, que conseguimos gastar.

E uma terceira coisa para fechar esse tripé é o gasto com qualidade. Hoje nós temos dificuldade para gastar. Para gastar bem, então, acho que é maior o desafio ainda. Portanto, qual instituição está assegurando que os montantes solicitados estejam alinhados com as necessidades do momento? Como está sendo feita essa análise? Existe algum planejamento que demonstre esse alinhamento financeiro com as necessidades reais, físicas e urgentes? Como está sendo feito isso? Porque, na dificuldade de gastar, acaba-se gastando com o que é possível, e nem sempre o que foi possível é o que era mais necessário ou importante. E aí, a gente vê essa situação.

E uma última pergunta, Secretário, é sobre a questão técnica. O Governo Federal está executando um grande conjunto de despesas, utilizando uma ação orçamentária geral para o Covid-19. O problema é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, ao concentrar essas despesas diversas de diversos ministérios em apenas uma ação, a capacidade de avaliar o uso dos recursos fica ainda mais prejudicada. É um guarda-chuva que está servindo para tudo. Além disso, há o problema antigo de que parte do orçamento destinado aos Municípios continua sendo executada. Do ponto de vista dos registros orçamentários nacionais, isso dificulta a avaliação e a destinação dos recursos para os Municípios. Como o senhor avalia essa situação e o que poderia ser feito para melhorar? Lembrando isto ainda: como nós podemos detalhar esse investimento, controlar a qualidade desses gastos no combate ao novo coronavírus no momento em que, para temperar ainda mais, é ano eleitoral municipal e agora começam a pipocar por todo País reclamações e denúncias do que pode ser feito com esse dinheiro, de como ele está sendo usado, inclusive de forma eleitoreira, e não para o combate ao novo coronavírus? Como fazer para ajustar isso e dar essa certeza, essa garantia de que tudo isso que a sociedade toda está sendo obrigada a pagar efetivamente vai ter um resultado positivo do ponto de vista da gestão dos recursos ofertados?

Mais uma vez, eu parabeno o senhor, parabeno a presteza de prestar informação. Eu imagino a pressão que vocês estão sofrendo. Não é fácil. Mas também digo que é muito bom saber que temos pessoas qualificadas e com todas as condições para enfrentar... E vamos enfrentar isso e vencer ao final, eu tenho certeza.

Obrigado e parabéns pelo trabalho, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Francisco. Acabamos de ouvir suas perguntas inteligentíssimas, importantes.

Eu passo a palavra ao Dr. Waldery para responder às perguntas de V. Exa., extremamente necessárias e consistentes, que estão na garganta de todos nós.

Então, Dr. Waldery está com a palavra por até cinco minutos para responder ao Deputado Francisco.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Deputado Francisco Jr. São perguntas de fato pertinentes e que vão exatamente no cerne do problema.

O senhor colocou cinco tópicos aproximadamente nas suas perguntas. Eu vou tentar endereçá-los um a um, sempre lembrando o quadro geral que apontamos antes, que é o que tínhamos: qual era o diagnóstico, em particular, o controle de despesa e melhor alocação dos recursos na economia, com o olhar, com a visão em geração de emprego e renda de forma consistente e robusta. E aí, com o meteoro do coronavírus, a gente dá uma pausa, dá uma parada e diz literalmente: "A prioridade é saúde, manutenção de empregos, economia". Com essas prioridades, você dá uma pausa, com esse cuidado com a parte fiscal, mas lembrando que elas são condições imprescindíveis para a gente sair à frente, com capacidade, de fato, de entregar para a sociedade o que ela precisa em termos de emprego e renda.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O seu primeiro ponto foi com relação ao crédito. Nós estamos com quatro medidas associadas ao crédito – estão lá listadas –, algumas em implementação, outras em vias de implementação. A primeira é a folha de pagamentos, um trabalho em conjunto do Banco Central e Ministério da Economia. São duas frentes, duas parcelas. A primeira, de R\$20 bilhões; sendo até R\$17 bilhões com impacto no Tesouro, recurso público; e R\$3 bilhões, setor privado, bancos. E a segunda, repetindo o mesmo perfil. Essa primeira parcela não teve a demanda esperada por uma série de questões operacionais. Por exemplo, era necessário que se tratassem as despesas previdenciárias.

Um segundo ponto era a não possibilidade de desempregar. Então, é parte do processo, mas existe aí uma curva de aprendizagem de como essa medida tem que ser desenhada. O Banco Central tem estimativas de que para a segunda parcela essa demanda vai ser bem maior, a alocação vai ser bem mais efetiva. De qualquer forma, aquele recurso que não é usado retorna ao Tesouro e pode ser usado em uma nova medida. Aqui é como se nós estivéssemos testando o ambiente novo e vendo o que é possível para acelerar a chegada desse recurso à ponta, ao crédito, chegar exatamente a quem mais precisa. E, portanto...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Waldery, é o seu áudio. Agora está bom.

Pode continuar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Obrigado. E me desculpe pelo pequeno problema tecnológico.

Então, falava que nós temos quatro medidas. A folha de pagamentos é feita em conjunto com o Banco Central e com o Ministério da Economia, são duas frentes. Esperamos que na segunda haja uma maior efetividade. E ela está ligada a um ponto importantíssimo, que é exatamente a questão da manutenção do emprego. E o Banco Central tem essa informação no detalhe. Ele consegue enxergar as informações com relação à folha de pagamentos por empresa. Então, é um programa importantíssimo.

Segundo, auxiliar, prover crédito aos pequenos, aos micros e pequenos empresários. O impacto é da ordem de R\$15,9 bilhões. Entendemos que vai fazer um forte efeito, e o desenho está sendo feito para que haja completa efetividade. É o Pronampe.

O terceiro é o FGI. Nós já enviamos, isso está na Casa Civil, o Ministério da Economia já fez todo o desenho. Isso está associado a médias empresas. É uma operacionalização pelo FGI, portanto, entendemos que é um outro segmento a ser contemplado.

Há ainda a intenção de olhar setores estruturantes. Existem algumas estruturas do próprio BNDES, da Caixa Econômica e do Banco do Brasil que podem ser acionadas. O Ministro Paulo Guedes tem tido,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em conjunto com a equipe, reuniões com os Presidentes dos bancos – Banco do Brasil, Caixa e BNDES. Existem mecanismos já desenhados; outros podem ser aperfeiçoados e levar à frente esse ponto.

Então, a folha de pagamentos, o Pronampe para micros e pequenos empresários, o FGI para médias empresas e também contemplar possibilidades de melhoria dos setores mais importantes.

O senhor citou setores que são imprescindíveis para a economia. Alimentação, transporte aéreo, turismo e cultura são importantíssimos. Estamos vendo como dar um ânimo, um fôlego para que esses setores reajam. Parte dessa solução tem que vir do próprio setor privado e parte tem que vir por orientação e ação do Governo.

O senhor citou também o Minfra, com o Ministro Tarcísio. Nós estamos, de fato, preocupados com a capacidade de execução. Não basta ter o dinheiro, até porque ele é escasso; e, quando colocamos o dinheiro em uma área, falta na outra. Então, estamos calibrando para que a execução seja a mais efetiva possível. Vale para o Minfra e vale também para o Ministério da Saúde. Nós temos essa preocupação direta para a capacidade de execução.

E o plano para tirar a economia dessa situação problemática e para a atração de investidores internacionais é uma preocupação chave. E aqui há um item que é direto: quanto mais sinalizarmos que temos preocupação e zelo com a questão fiscal, mais o investidor estrangeiro aportará recursos no Brasil. Existe uma quantidade considerável de vários trilhões de dólares que estão com rendimento real negativo ou com rendimento abaixo do esperado pelos próprios investidores. Então, se mostrarmos que temos capacidade de direcionamento para onde ir, zelo fiscal, transparência, o recurso virá para o Brasil. Quer seja na área de saneamento, quer seja na área de infraestrutura básica, o Brasil é um grande ativo para os investidores internacionais – já era e ainda se mantém. Por exemplo, nas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Secretário Waldery, se houver alguma pergunta que, por acaso, não ficou suficientemente respondida, o senhor pode – está aí anotado – responder para o nosso Relator. Será muito importante para ele configurar o seu relatório.

Eu queria só fazer uma correção na minha leitura da ata: nós aprovamos a Ata da 8ª Reunião.

Assim sendo, eu passo agora a palavra em bloco de três Parlamentares, e V. Exa. terá o tempo de seis minutos para responder os três.

Em primeiro lugar, estão inscritos Felício Laterça, Wellington Fagundes e Luiz Carlos Motta. O Felício Laterça é Deputado Federal do Rio de Janeiro; Wellington Fagundes é Senador; e Luiz Carlos Motta é Deputado Federal por São Paulo.

Eu passo a palavra para Felício Laterça, por gentileza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Senador Confúcio. Bom dia, nobre Relator, Deputado Francisco Jr.; nosso convidado, Secretário Especial de Fazenda, Sr. Waldery Rodrigues; os integrantes da sua equipe, Sr. Georges Soares e Sr. Gustavo Guimarães. É uma satisfação tê-los conosco.

Inicialmente, vou me reportar à fala do Deputado Francisco Jr., que contextualizou muito bem. Nós temos tido muita preocupação com tudo o que vem acontecendo. Na verdade, esse episódio, como o Sr. Waldery também citou e o Francisco arrematou, é um precedente que nós não vivenciamos e estamos nos reinventando em todos os setores, inclusive na economia. Não tem sido fácil.

Eu ando muito preocupado também com diversos segmentos, como o segmento do turismo, que foi falado pelo Francisco e o senhor respondeu. O Estado do Rio, meu Estado em especial, sofre muito com a questão do turismo. Nós vimos recursos que foram aportados recentemente por parte do Ministério do Turismo, mas não sei qual vai ser o destino do pequeno empreendedor. O senhor também disse e nós vamos repetir aqui e insistir nessa questão em que a gente tem que ter um olhar muito atento.

Fiquei muito feliz em ver como o Ministério da Economia está enxergando esta realidade de liberar recursos para manter o mínimo, manter os empregos, que é uma questão fundamental, sem descuidar da questão da responsabilidade fiscal e de manter as metas possíveis – embora todas elas sendo ajustadas –, mas buscando o alcance de que o Brasil precisa.

Eu fiz umas anotações no sentido de que o Brasil é um país que possui uma dívida pública – o senhor disse isso hoje – de algo em torno de R\$5,8 trilhões, próxima a 80% do PIB, considerada alta para o nosso padrão de desenvolvimento econômico-social.

A nossa situação fiscal, antes mesmo da crise sanitária, já se apresentava mais frágil que a de nossos pares. Quando falo em nossos pares, falo de países que estão em mesmas condições que a nossa, como México, Colômbia, China e África do Sul.

Agora, no contexto da pandemia, com a queda do PIB, que superou a 5%, com uma série de despesas extraordinárias necessárias ao combate à Covid-19 e de seus desdobramentos econômicos, nossa dívida crescerá significativamente, fazendo com que a relação dívida/PIB aumente ainda mais.

Instituições independentes com as quais debatemos recentemente, como a IFI (Instituição Financeira Independente), sinalizam que só voltaremos a ter superávits primários por volta do final da década. O Ministério da Economia trata de outra forma, felizmente com um olhar mais otimista.

Vou pedir uma prorrogaçõzinha para fazer minhas perguntas, Senador Confúcio.

Um: o Governo tinha uma política de reequilíbrio fiscal amparada, entre outros, em reformas, privatizações e maior eficiência na alocação de recursos públicos, em particular no tocante às





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privatizações e concessões e, no contexto dos reflexos da crise, na avaliação dos ativos, como aeroportos. E aí eu pergunto: o senhor entende ser possível alcançar as metas previstas?

Dois: os dados de diversas instituições não vinculadas ao Governo, como bancos de investimento e órgãos multilaterais, apresentam cenários fiscais mais graves para o Brasil do que o cenário base do Governo Federal. O próprio contexto das privatizações pode ser extremamente alterado. Como o Governo está atuando para alcançar as metas fiscais previstas sem que haja risco à sua credibilidade?

Três: conforme apresentados pelo senhor, nossos gráficos decorrentes das ações de combate ao Covid-19, com percentual do PIB, se encontram acima do patamar de nossos pares, estando inclusive acima da média dos gastos de países avançados. Contudo, vemos no País uma escalada do aumento de casos da Covid-19. Como a Secretaria de Fazenda está avaliando a eficiência do gasto público nesse contexto?

E, por último: qual é a possibilidade de que o País venha a ser financiado por meio de emissão de moeda? Como o senhor enxerga essa possibilidade, à luz da sustentabilidade de longo prazo das contas públicas?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora, com a palavra o Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso, Rondonópolis. (*Pausa.*)

Wellington, o seu som não está bom. Dê uma ligadinha no seu som, Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Recomece.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o meu Presidente Confúcio Moura e também o Francisco Jr., o Relator, além do Waldery Rodrigues, o Secretário.

Eu estou exatamente, Presidente, neste momento, em Rondonópolis, a minha cidade natal, recebendo agora a Ministra Damares bem como o Presidente da Funai e o Presidente da Conab. Estamos entregando aqui mais de 500 toneladas de alimentos às comunidades indígenas e ribeirinhas, que passam hoje algumas necessidades. E, claro, aqui, também há uma preocupação deles com o controle da Covid, principalmente nas comunidades indígenas que vivem muito em coletividade. Estamos aqui conversando sobre esse assunto agora.

Agora, na audiência, eu quero aqui saudar a todos e vou tentar ser bem breve também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, em Mato Grosso, como somos um Estado em desenvolvimento, mesmo com a pandemia, nós tivemos uma safra recorde, ou seja, aumentamos a nossa capacidade de produção. E aqui nós temos problemas principalmente com a infraestrutura e com a questão, de que já se falou aí, de os recursos não chegarem à ponta. Essa é a maior reclamação, Waldery. Nós estamos aprovando os programas no Congresso, e os recursos estão demorando demais. A gente tem falado até o seguinte: para ir ao banco buscar a prata, você já tem que levar o ouro antes, porque as garantias... Por isso, aprovamos o fundo de garantia e esperamos que isso tudo possa fluir mais agora.

E, hoje, eu vou falar especificamente de dois assuntos.

Primeiro, é o programa Finisa, que é o financiamento aos Estados e, principalmente, aos Municípios, porque nós precisamos fazer a retomada do desenvolvimento do País, gerar emprego, o que é mais importante. Então, parece que está prevista para hoje uma reunião do Conselho Monetário Nacional para decidir o novo limite para as prefeituras contratarem o Finisa. Em Rondonópolis, por exemplo, temos já aprovados 107 milhões, é classe A, mas, como está com o fundo de aval do FPM, esse limite acabou. Então, eu gostaria de um esclarecimento de V. Sa. sobre esse aspecto também.

E outro aspecto também é a Lei Kandir, que, para Mato Grosso, para o Brasil inteiro, é muito importante. Os Estados que estão ajudando a exportar, como Minas, Rondônia e todos os Estados que estão produzindo e exportam, exportam produtos, não exportam impostos. Com isso, na desoneração, que foi o fundo de compensação das exportações, que o senhor conhece bem, o Governo está atrasado há três anos. Agora, houve um grande acordo. Eu fui Relator em uma Comissão Mista, do Congresso Nacional, em que houve um acordo por unanimidade com os Governadores e também com o Governo. Então, o que precisamos fazer é um... Eu até apresentei um projeto de lei complementar e gostaria exatamente da opinião de V. Sa. sobre esse aspecto. O Congresso pode ajudar a dar uma resposta mais rápida? E como vocês pretendem fazer a distribuição desses recursos? É fundamental essa correção. E eu tenho certeza de que V. Sa., como técnico, pode explicar bem. Esses recursos serão fundamentais para a gente continuar produzindo, gerando riqueza, gerando alimento. Então, é esse comentário que eu gostaria de ouvir do Secretário, sabendo, claro, que, principalmente em Estados como Mato Grosso, temos feito tudo para que a Covid não se alastre mais. E, por isso, esse controle que estamos fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

O Deputado Luiz Carlos Motta deu uma saidinha da tela. A gente vai passar para o seguinte. Com ele retornando, a gente concede a palavra a ele.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Cumprimento o Presidente e o nosso colega Waldery.

Waldery, o Governo editou a Medida 944, que buscava ajudar as empresas a financiar a folha de pagamento e, na exposição de motivos, o Ministério da Economia propõe um programa consistente na concessão de linha de crédito emergencial para empresários, sociedades cooperativas de 360 mil, até 10 milhões. Até o momento, esse programa não obteve êxito, com pouquíssimos recursos emprestados. O que deu errado e quais são os ajustes que precisam ser feitos para que o programa possa levar os recursos para as empresas que tanto precisam? Essa é a primeira.

A questão do BNDES. A iniciativa de enfrentamento a essa questão da pandemia é também uma linha de crédito para grupos econômicos de até 300 milhões, até 30/9/2020, em limite de financiamento de 70 milhões por ano. Também existe muito pouco dado sobre isso. Eu queria saber: quantas empresas já conseguiram esse recurso, qual a sua distribuição geográfica e quais as condições financeiras desses empréstimos?

E a última, com relação a essa crise, o grupo Latam, por exemplo, solicitou a recuperação judicial com a operação nos Estados Unidos, em diversos locais na América Latina. Eu pergunto: qual a previsão do Ministério da Economia para a taxa de desemprego no Brasil, no final de 2020, quantas empresas podem entrar em processo de falência e como as medidas tomadas pelo Governo, até o momento, podem reverter esse quadro?

São perguntas difíceis, mas queria ver se vocês têm alguma previsão para isso.

Era isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Concedo a palavra ao Secretário Waldery para responder, em bloco, os três Parlamentares, pelo tempo de seis minutos.

Waldery.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Obrigado aos três Parlamentares que expuseram suas dúvidas e seus comentários.

Só completo para o Relator: o controle dos gastos é um item importantíssimo, Deputado Francisco Jr., e a atratividade dos investidores vai se dar na medida exatamente em que tenhamos condições fiscais sólidas e transparentes. É o principal caminho.

O Deputado Felício Laterça colocou alguns pontos. De fato, é não descuidar da responsabilidade fiscal. É, sim, possível atingir as metas fiscais traçadas, lembrando que nós tivemos a dispensa em 2020 da meta de primário, mas, em 2021, nós teremos que voltar a essas metas de primário. Nós estamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispensados do contingenciamento, mas nós não estamos dispensados do teto de gastos, o que para nós é uma âncora, na realidade, uma superâncora! Portanto, pesaremos pela defesa do teto de gastos; isso é uma excelente sinalização e isso é um dos itens principais para não riscarmos, não atingirmos a nossa credibilidade. Temos que ser transparentes e saber para onde seguiremos, ajudando na conjuntura, no que for necessário, mas também olhando à frente, não perdendo de vista o médio prazo.

Estamos gastando acima da média e com uma relativa alta efetividade. A transparência dos dados também nos permite atentar para isso. São medidas tomadas em alta magnitude, em pouquíssimo tempo, mas a gente está buscando dar transparência e maior efetividade, bem como estabelecer elementos de controle. Quanto à possibilidade de ser financiado pela emissão de moeda: não é o caso ainda, e tem de ser pensado com muita cautela porque pode ter efeitos colaterais ruins. Portanto, não é um item que está posto na mesa neste momento.

O Senador Wellington Fagundes, com muita propriedade, fala de Rondonópolis. Com relação aos recursos chegarem à ponta: temos esse acompanhamento e faremos esse controle.

Aprovamos, por exemplo, a questão do fundo de garantia, do FGTS. Será implementada no tempo devido.

O Programa Finisa terá, sim, um voto do CMN – não previsto para hoje, não deu tempo, mas podemos ter um CMN extraordinário. São três votos, e eu sou um dos votantes, junto com o Ministro Paulo Guedes, que o preside, e o Roberto. Esse tema está na pauta e ele vai ser encaminhado. Prevemos esse tratamento.

Lei Kandir e FEX: é excelente que o senhor já tenha apresentado um projeto. O Congresso pode ajudar, e muito. É uma lei complementar. Nós avançaremos, assim como avançamos na ADO 25, liderados por sua discussão no Congresso Nacional e a discussão feita também agora no Congresso Nacional, com unanimidade de presença, com unânime presença de todos os Governadores. Avançamos, e muito. Tiramos o passado, deixamos o passado para trás e vamos olhar para frente em uma situação de reforço do federalismo brasileiro.

O Senador Izalci comentou alguns pontos. O financiamento da folha de pagamento, em uma segunda frente, Senador, deve ser muito mais efetivo. Estamos analisando esse ponto em conjunto com o Banco Central, que tem detalhamento do processo. Estamos atentos para que o recurso chegue à ponta. Não é simples, não é fácil, mas injetamos liquidez e, ao mesmo tempo, fazemos com que o crédito não fique empoeado. Estamos monitorando, em conjunto com o Banco Central, para que o recurso chegue à ponta.

A preocupação com as condições financeiras e dados geográficos também é presente. Então, além da transparência nesses dois portais – é uma excelente colocação sua –, trataremos também do dado georreferenciado. O Ipea vai nos ajudar também nesse processo para que tenhamos condições de saber





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aonde esse recurso está chegando neste Brasil grande que temos – e não queremos que nenhuma parte seja esquecida. Então, é um importantíssimo ponto.

O senhor falou do Grupo Latam, do pedido de recuperação judicial feito em outras jurisdições. Nós nos preocupamos com esse item. Há o Projeto 10.220, que muda estruturalmente o sistema falimentar e recuperacional do Brasil, mas também há o Projeto 1.397, que foi aprovado na Câmara e está agora no Senado. Já entramos em contato com alguns Senadores e entraremos também com o senhor. A preocupação com falências e recuperação judicial é enorme. Precisamos atuar de forma conjuntural para melhorar a economia e termos também a solução estrutural. São dois projetos: um já chegou ao Senado, e o outro ainda está na Câmara com pedido de urgência já aprovado. Temos de tratar dos dois: conjuntura e estrutura.

Hoje, existem cerca de 220 empresas em estado falimentar. Esse número pode crescer, e a gente não deseja isso. Queremos criar condições de manutenção das cadeias produtivas e não a série de falências solicitadas.

Hoje também existem cerca de 7,2 mil empresas em recuperação judicial, o que remonta a um total de crédito ligado a essas empresas de R\$285 bilhões aproximadamente. Esse número está sendo olhado com lupa para que ele não cresça, para que tenhamos condições de recuperação da economia e de reverter o quadro tão logo seja possível.

A diretriz aqui é sempre a mesma: proteger os mais vulneráveis e manter o emprego; um olhar no Covid e outro olhar na transparência, na sinalização de robustez fiscal e atenção com a questão fiscal, porque precisamos também contemplar o pós-coronavírus.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Waldery.

O Deputado Luiz Carlos Motta retornou, e o próximo grupo será: Luiz Carlos Motta, Reginaldo Lopes e Esperidião Amin.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Motta, de São Paulo.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente! Desculpe-me aí, mas a internet deu problema aqui.

Gostaria de cumprimentar o senhor e cumprimentar o Relator, o Deputado Francisco Jr., e em especial o Secretário...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Dê uma olhadinha no seu som, Deputado Luiz. Olhe o seu som.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – ... manutenção e geração de empregos. E é fato, Sr. Secretário...

Oi?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode continuar.

V. Exa. pode reiniciar... Deputado Luiz, V. Exa. pode reiniciar a pergunta, tá? Pode reiniciar, sua internet não está boa.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode reiniciar, porque houve muitos intervalos, muitos cortes.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Está cortando?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É, pode recomeçar, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Gostaria de cumprimentar o senhor, o Relator Francisco Jr. e, em especial, o Secretário Waldery Rodrigues.

Vou em cima do que o nosso Relator já cobrou do senhor, vou fortalecer um pouquinho.

Eu sou representante dos trabalhadores e geralmente o meu foco é a manutenção e a geração de empregos. E é fato que as pequenas e microempresas são as grandes geradoras de empregos no momento em nosso País. Diante disso, pergunto: por que está sendo tão difícil para os empresários terem acesso a essas linhas de crédito? Queria saber se o Ministério da Economia tem algum plano para atendê-las com urgência.

E vi que o senhor falou também do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Pronampe, só que, do Pronampe, o nosso Presidente vetou alguns artigos muito importantes desse projeto, que está travado. Mas sei também que o senhor tem dado algumas entrevistas dizendo que já está para sair uma normatização. E, também, eu tenho sido muito cobrado pelas entidades sindicais, tanto de empregados como de empregadores, da ativa e dos aposentados. As entidades também são algumas das grandes geradoras de empregos neste País e elas não têm oportunidade de ter essas linhas de crédito. Pergunto se o Ministério tem alguma ideia de incluir as entidades sindicais nesses projetos para linhas de crédito também.

Era isso.

E quero parabenizá-lo por sua explanação, muito clara, muito objetiva. Quero parabenizar o trabalho que vocês vêm fazendo aí no Ministério, que é muito importante neste momento para o nosso País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente, e obrigado, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos.

Eu passo a palavra para o Deputado mineiro Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Oi, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – V. Exa. está com a palavra, Reginaldo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, desculpe-me, pois estava iniciando aqui o nosso seminário com vários economistas.

Eu, de fato, pensei que nós iríamos debater hoje com o Ministro Paulo Guedes, mas nós estamos conversando com o Secretário Especial, pessoa que falou de maneira superequilibrada.

Mas, Presidente e Rodrigues Junior, queria lamentar aquela reunião ministerial do dia 22 – eu poderia chamar aquela reunião de uma manhã de horrores, porque, com todo o respeito, ela não merece respeito. É lamentável que, no meio de uma guerra, de uma pandemia – sei lá se são 22 –, Ministros se comportem daquela forma. Nós precisamos ter mais autoridade. Nós não podemos assistir a um festival de horrores conduzido pelo Presidente da República e, lamentavelmente, reforçado por alguns Ministros, inclusive o Ministro que é chefe do senhor, o Ministro Paulo Guedes.

A pergunta de vários Deputados que eu tive a oportunidade de acompanhar é: por que os programas não chegam a quem precisa? Esperar o último dia para sancionar socorro aos Municípios... Isso é um absurdo! Socorro? É dever constitucional da União sustentar Municípios e Estados.

Eu vou ser bem sincero: é um projeto medíocre, medíocre; daqui a três meses, nós vamos votar novamente um apoio aos Estados e Municípios. Não atende a micro e a pequena empresa. Por quê? Eu tenho até a resposta: porque o Paulo Guedes disse que nós vamos aproveitar a pandemia para ganhar dinheiro. Um quer aproveitar a pandemia para destruir toda a Floresta Amazônica, o outro quer aproveitar a pandemia para ganhar dinheiro. "Vamos colocar dinheiro nas empresas grandes e vamos ganhar dinheiro." Ganhar dinheiro! O Brasil inteiro escutou. Pequenas empresas vão perder dinheiro. Paulo Guedes nunca participou de nenhuma elaboração de política pública, sempre foi homem do capital especulativo, do capital rentista. Então, com todo o respeito, com todo o carinho: não acredito.

Eu ouvi outro líder do Governo dizer que já se gastou 1,7 trilhão, o Deputado Vitor Hugo, Líder do Governo. Falou na tribuna dos Deputados: 1,7 trilhão. Eu iria fazer outro pronunciamento, mas eu tive que mudar o pronunciamento para dizer o seguinte: *fake news*, mentira! Vocês não gastaram ainda e não vão gastar sequer 500 bilhões de despesa primária. O País não aguenta tanta mentira! Vocês não têm compromisso com a recuperação da economia, apesar de fazerem esse falso debate entre economia e saúde. Vocês não têm responsabilidade de apoiar micro e pequenas empresas, que são geradoras de 70%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos empregos formais no País. Se tivessem, mandavam pagar o salário. E é muito simples pagar o salário; é mais fácil pagar o salário dos trabalhadores formais do que o dos trabalhadores informais.

Então, eu não tenho pergunta, porque a pergunta seria para o Ministro Paulo Guedes. A resposta está clara: "Vamos perder dinheiro se investirmos nas pequenas empresas". Lamentável este Governo!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, Deputado Reginaldo, o senhor fez a sua apresentação. Logicamente, o Secretário Waldery vai responder ao senhor, mas eu quero lhe explicar, Reginaldo...

Reginaldo, o seu som já cortou.

O Ministro Paulo Guedes, por prescrição da própria comissão da calamidade, se compromete, pelo decreto de calamidade, a vir a cada 60 dias. Ele esteve no dia 30 de abril; logicamente, ele vai retornar no final do mês de junho. E a cada 30 dias ele designa os seus secretários especiais, ou quem ele desejar naquele momento, para estar conosco. Isso é uma deferência extremamente especial.

Mas o senhor registrou o seu ponto de vista, que é crítico, importante.

Eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu estou tentando entrar, não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O som está ótimo. Está penteado?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Bom, pelo menos o senhor aprova, não é?

Eu quero saudar o nosso Presidente Confúcio e os demais participantes, o Secretário Waldery.

Secretário, esta é a comissão do "fazejamento". É dever do Congresso empurrar o conjunto anunciado, aprovado pelo Governo em termos de ações, especialmente na área econômica, emprego, crédito, e também com o olho vivo na questão da saúde. Então, eu vou simplificar a minha pergunta.

Eu fui autor de sete requerimentos cobrando relatórios de agentes financeiros e da Secretaria do Tesouro. Então eu vou dar dois exemplos para o senhor do nosso esforço para carregar de água a caixa d'água. A emenda constitucional que nós aprovamos tem esse objetivo, encher a caixa d'água, ou seja, não falta liquidez financeira. A nossa obrigação é saber se, quando eu abro a torneira do atendimento à microempresa, por exemplo, sai água, ou se não sai água.

Então vamos pegar o exemplo mencionado pelo Senador Izalci, do Pse, que é um programa do BNDES, aprovado por medida provisória, de R\$40 bilhões. Até o último relatório recebido, o total executado foi de R\$1,8 bilhão, ou seja, menos de 4%. Ele tem uma falha original na minha opinião: ele só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começa a emprestar acima de R\$360 mil. Isso dá para corrigir: reduz, de zero a 360. Eu tenho uma emenda nesse sentido, mas é muito demorado. Quer dizer, a medida provisória está em vigor, e isso é fácil para vocês alterarem lá, reduzam para zero, o restante fica funcionando. Alarga, porque, com menos de 4% para financiar o pagamento do salário – como é, e é um belo projeto –, está na cara que não vai acontecer nada. Então, o Ministério pode corrigir isso.

Segunda coisa: o Governo vetou integralmente o §2º-A do projeto de lei que ampliava o auxílio emergencial, que é o maior programa do mundo na minha opinião, é magistral. E o Presidente, acordando com o Congresso, fixou em R\$600, podendo chegar a R\$1,2 mil em alguns casos. Então, eu acho que aquele veto deveria ser sucedido por uma contraproposta. Se não dá para atender todo o rol, vamos atender um pouco mais, porque o Governo já está atendendo... Vou dar um exemplo: pescador artesanal já está sendo atendido, mas o aquicultor ficou no veto, e são cem mil no Brasil. Essas pessoas pararam de ganhar dinheiro por causa das medidas sanitárias, nem todas de responsabilidade do Governo Federal, diga-se de passagem.

Então, estou lhe dando dois exemplos que são o mote desta Comissão pedindo a sua ajuda. Nós queremos que esse grande arco do programa do Governo se transforme em realidade. E ele não está sendo realidade. O exemplo do PESE eu acho que ilustra bem.

Finalmente, ontem foi editada a Medida Provisória 972, que pretende criar o Fundo Garantidor, de que eu reclamo há dois meses, que é a única maneira de fazer chegar dinheiro para o micro e pequeno empresário. O que eu lhe pergunto é o seguinte: depois dessa medida provisória, que atos o Governo vai ter que editar para o dinheiro chegar lá na torneira? Fui claro? A medida provisória já saiu, Medida Provisória 972, para tentar fazer funcionar a lei da gravidade da água. O que mais será necessário em termos de normativo para que isso se transforme em fato concreto?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Perfeito.

Sr. Secretário Waldery, nós temos também a participação popular no e-Cidadania, que tem participado ativamente das nossas audiências públicas.

Eu vou só falar o nome de alguns aqui, que já entraram: Marcella Braga, do Estado do Pará; Iury Alves, de Minas; Thiago Castro, de Minas Gerais; Antonio Augusto, do Amazonas; Mariana Resende, de Minas; Marcos Ribeiro, de Goiás; Lourenço, de Minas Gerais; Marcelo Barberino, de Sergipe. Esses são alguns.

Eu vou deixar, neste bloco que você vai responder agora, uma pergunta. Depois, vou encaixando. Só uma pergunta. O senhor anote, por gentileza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Você captou a minha pergunta?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante que você e o Eduardo mandem cópia dela para...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Corta o som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – ... porque esse assunto de reduzir para até R\$360 mil...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O seu som, Esperidião, está aberto.

Bem, a pergunta de Marcella Braga, Waldery, anote aí para respondê-la, do Estado do Pará: "Qual cenário econômico podemos esperar de um Brasil pós-pandemia?"

Depois eu vou encaixando uma perguntinha de cada um deles, porque estão participando ativamente.

V. Exa. está com a palavra, para responder aos três Parlamentares que acabaram de se pronunciar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Pois não, Sr. Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Motta falou sobre a manutenção de empregos, que é uma das diretrizes, e teria que ser mesmo. É uma dupla mão: saúde, em particular dos mais vulneráveis, e manutenção de emprego.

Quanto às pequenas empresas, nós temos o Pronampe. É exatamente a MP citada pelo Senador Esperidião Amin, 972. E a nossa preocupação é de mapear para que a injeção do dinheiro até a empresa não fique parada, não fique travada nesse *pipeline*, nesse tubo.

O Pronampe é um valor elevado, da ordem de R\$15,9 bilhões. E os atos normativos, que foi algo também falado pelo Senador Esperidião Amin, estão sendo processados, e os conselheiros para o FGI e FGO... O FGO é associado ao Pronampe, que, junto com o Banco do Brasil, já estão sendo contatados – não só contatados, mas estão fazendo um trabalho em conjunto – para que haja de fato uma irrigação de crédito para esse segmento.

Esse é o Pronampe. Os vetos, por exemplo, na questão da carência de oito meses, é porque travariam o próprio programa, então foi repensado exatamente para atender a esse ponto. E sim, são entidades geradoras de emprego, são elementos fortes, essenciais à economia, daí a necessidade não só de propormos, mas também de implementar essa medida e fazer com que de fato se tenha acesso. Não pode não ter acesso. Esse nosso trabalho diuturno, 7 por 24 – 7 por 24 –, contempla exatamente a questão do crédito, é uma das preocupações, é uma das três pernas com que nos preocupamos mais diretamente.

O Deputado Reginaldo Lopes apontou algumas questões. Como o Presidente Confúcio apresentou, estou aqui representando o Ministro Paulo Guedes e me colocando à disposição do Parlamento, explicitando, dando transparência. Já entregamos o relatório – na sua versão preliminar, claro, porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses números serão alterados ao longo do tempo – e nos colocamos à total disposição, não somente eu, mas toda a minha equipe, a equipe do Tesouro Nacional, que fica conosco, a equipe da Secretaria de Política Econômica (SPE), a equipe da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a equipe da Secretaria de Avaliação, que é a Secap, todas disponibilizadas aos senhores para esclarecer esses dados.

E a fala do Líder na Câmara, em que citou 1,7 trilhão, certamente se refere à disponibilização de crédito, à disponibilização de liquidez, não de gasto primário. Gasto primário é exatamente o que foi projetado aqui para os senhores na apresentação: R\$417,7 bilhões. Isso é um impacto primário adicional que temos. Os portais tanto do Tesouro quanto da SOF (Secretaria de Orçamento Federal) mostram isso no detalhe, por ação, por programa, por ministério. E economia e saúde não são uma dicotomia, elas devem caminhar juntas. Aliás, há uma retroalimentação: cuida da saúde, cuida do capital humano, e a gente cuida também da saúde, claro, com um olhar de zelo fiscal para não comprometermos o futuro próximo à frente.

O Senador Esperidião Amin se manifestou, como sempre, de forma muito precisa, muito – permita-me o adjetivo – brilhante, no sentido de fazer acontecer. O senhor usou "o fazejamento", essa expressão, para enfatizar exatamente a capacidade de transformar em realidade o que é necessário. Já era necessário que as ações tivessem capacidade de implementação, e se torna mais verdade agora, num momento grave e que requer atenção como é o caso do coronavírus.

Para não faltar liquidez financeira, estamos analisando o PESE: de fato, teve uma efetividade abaixo do que desejaríamos. Entendemos que na próxima parcela vai ter uma efetividade muito maior. O Banco Central tem esse controle no detalhe, e estamos atentos para esse ponto. O auxílio emergencial também está sendo analisado; conforme seja necessário complementar, será complementado, e quanto à MP 972, que é do Pronampe, os atos normativos estão sendo atendidos prontamente. São poucos atos normativos, e nós estamos, quanto à MP de orçamento, com tudo pronto, engatilhado – está na Casa Civil – para implementar, Senador.

E ficou somente a pergunta da Sra. Marcella Braga, Presidente Confúcio. O cenário que nós podemos esperar é exatamente aquele de zelo fiscal, atenção à situação grave e legítima e necessária para a conjuntura atual, mas esperamos um Brasil que retome a sua trajetória de zelo fiscal com a União, Estados e Municípios para que possamos crescer. Há uma possibilidade forte e uma possibilidade de voltarmos a crescer com robustez. O mundo todo sai numa situação mais estressada do ponto de vista fiscal, mas com fundamentos, com sinalização e com políticas corretas, melhor alocando recursos públicos e incentivando o investimento privado, a gente tem condições de entregar um País melhor do que o que recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Os próximos inscritos, Secretário Waldery, são o Deputado Mauro Benevides, Deputado Hildo Rocha e a Senadora Zenaide Maia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último bloco será a Senadora Kátia Abreu, Luis Carlos Heinze e o Deputado General Peternelli, aí nós fechamos nossa audiência. Em cada um desses blocos eu vou intercalar uma pergunta do e-Cidadania.

Então, passo a palavra para o Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, colega Francisco Jr., Senadores, Deputados e Deputadas aqui presentes, que bom mais uma vez receber o Ministério da Economia aqui, na nossa Comissão, com o Secretário Waldery, com o George Soares, lá do Orçamento, meu colega Bruno Funchal, que participa também, e o Gustavo Guimarães. Portanto, que bom que a equipe toda, associada com o Esteves Colnago Júnior e com o Mansueto Almeida, é uma equipe realmente de empenho para o nosso País.

Três ou quatro perguntas rápidas, meu caro Secretário Waldery, que comanda todas essas pessoas.

No PLP 39, que acaba de ser sancionado, virando lei, um dos itens vetados é o §6º do art. 4º, que trata da obrigatoriedade de a União pagar aos bancos multilaterais e não cobrar as contragarantias. O Rio de Janeiro, quando não pagou, a União pagou, nem por isso os bancos deixaram de dar crédito ao Brasil. Minas Gerais deixou de pagar, o Governo Federal paga às agências multilaterais um valor menor, mesmo assim, os bancos não deixaram de ter crédito. Neste momento em que se dispensa a dívida com a União, São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul, 84% dela, portanto, 80% dos 33 bilhões serão para Estados ricos, e os Estados que têm dívida externa vão ficar fora, sobretudo os Estados mais organizados. Eu acho que isso – quero ponderar aqui com todo respeito – é uma discriminação muito grande com quem fez o seu dever de casa. Para os que estão devedores vai haver rolagem, para os que têm dívidas com as agências multilaterais... Infelizmente, não foi esse o tratamento com o Rio, com Minas Gerais e com outros a que a União está efetivamente pagando. Queria compreender um pouco sobre isso.

Segundo, queria entender se vai ser necessário aumentar imposto para que intertemporalmente essa relação dívida/PIB caia. Ou seja, somente cortar despesa será suficiente para poder consertar o nosso País?

Terceiro ponto – esse é fundamental: teremos condições de prorrogar o auxílio emergencial, mesmo que se venha reduzir para 300, 400, 500 ou o que quer que seja?

E por último, quero saber se é melhor, para financiar esses R\$450 bilhões, emitir títulos ou tirar um pouco o dinheiro da Conta Única. Eu ontem – inclusive, estou buscando uma audiência com você e com o Ministro Paulo Guedes – apresentei o PLP que desvincula R\$180 bilhões dos fundos, entregando para a União, para que ela possa, portanto, fazer todas essas despesas. Então, queria saber qual era a sua opinião em relação a essas questões, que são muito relevantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, o dinheiro que veio do Banco Central para o Tesouro já foi gasto? Os R\$162 bilhões? É outra pergunta também que eu queria fazer para o George. Foi feita uma triangulação do orçamento e eu queria saber se esse dinheiro já foi usado, já que se retiraram do orçamento os R\$150 bilhões de dívida e colocaram para Covid-19 e esses R\$160 bilhões que estavam no Banco Central foram alocados para lá. É uma triangulação orçamentária. Queria saber se esse dinheiro já foi devidamente usado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu passo a palavra para o Deputado Hildo Rocha, Maranhão. Por favor.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia!

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Bom dia, colegas da Comissão.

Quero cumprimentar aqui o Waldery Rodrigues, profissional do quadro do Senado, muito bom inclusive, que tem dado uma ajuda muito grande à equipe econômica do Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Eu quero inicialmente parabenizá-lo pela apresentação, pela transparência com que o Governo Federal tem trabalhado, o que não acontece com os governos estaduais – alguns governos estaduais têm dado transparência, assim como algumas prefeituras. Nós temos percebido essa carência muito grande.

Eu queria comentar aqui rapidinho que a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 já está tramitando, já se encontra aqui na Comissão Mista de Orçamento. É o PLN 9. A questão é: há previsão de mudar essa LDO? Lógico que eu acredito que vá haver algumas mudanças na LDO antes mesmo de ser iniciado o seu debate aqui na Comissão Mista de Orçamento, cuja instalação está atrasada. Eu não sei por que o Presidente Davi Alcolumbre ainda não a instalou. Nós estamos chegando, na próxima semana, em junho e a Comissão Mista de Orçamento ainda não está instalada. Eu até parabenizo o Governo, porque, com toda essa dificuldade, conseguiu encaminhar, em tempo hábil, em tempo correto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021.

Também eu queria fazer outro questionamento ao Waldery, em relação ao déficit de 2020. Em 2019, o déficit diminuiu bastante. Nós tínhamos uma expectativa de que ele fosse algo em torno de 1,9; foi de 0,35. Isso significa que o Governo Federal, a equipe econômica trabalhou bem. Lógico que nós estamos saindo aí de uma fase de recessão profunda e estamos entrando numa outra. E a maior recessão que nós já tivemos na nossa história nos tempos modernos foi essa de 2016, em que houve um impacto muito forte na economia, com a geração de muito desemprego, fazendo com que houvesse muito desemprego. Agora a expectativa é que aumente o déficit do Governo Federal. E a pergunta é: qual é a previsão de déficit para este ano e qual será o resultado do PIB de 2020?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão que eu quero perguntar aqui, sobre uma situação que eu vejo lá no Maranhão: as agências da Caixa Econômica estão trabalhando a todo vapor; já as agências do Banco do Brasil estão fechadas. Por que não estão funcionando, se as da Caixa Econômica estão funcionando? Essa é a minha colocação.

E quero parabenizar toda a equipe do Governo do Jair Bolsonaro, que tem trabalhado muito bem nessa pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Deputado Hildo Rocha.

Agora eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia, lá do Estado do Rio Grande do Norte.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Confúcio; bom dia, Secretário Especial; e bom dia aos colegas Senadores.

Eu queria dizer que a fala do Senador Esperidião Amin já me contemplava. Eram justamente as perguntas que eu queria fazer. Mas quero fazer uma pergunta, porque, apesar de ser médica infectologista de formação, eu ouço tudo sobre economia e o que eu observo é que eles dizem que o Parlamento... A gente está dando as mãos. Veja tudo o que a gente aprovou! Essa liquidez foi uma das coisas aprovadas antes de qualquer coisa. Chegaram dizendo para a gente, e a gente aprovou essa PEC. Aliás, a tudo que vem do Governo o Congresso dá as mãos. O que chama a atenção é o que Espiridião Amin diz: é como se, na teoria, a prática fosse outra, porque a gente não está vendo... E os economistas dizem o seguinte: há demora do Governo brasileiro em atender às micros e pequenas.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode continuar, Zenaide. Cortou seu áudio.

Senadora Zenaide, nós não a estamos ouvindo. *(Pausa.)*

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Aí, eu queria dizer o seguinte: os economistas, de uma maneira geral, dizem que o Governo, com tudo que foi aprovado no Congresso, está demorando. A gente vê, por exemplo, como o Espiridião Amin falou, a 873, o auxílio emergencial a várias categorias, mas vamos aqui para as micros e pequenas empresas e, como a gente falou, os economistas dizem que a demora do Governo em disponibilizar esses recursos para pagamento de folha de pessoal está fazendo com que a grande maioria entre em falência e demita seus trabalhadores. Então, a parte do Congresso está sendo feita. O Senado, o Presidente Davi Alcolumbre convida a todos, e a maior parte do que a gente aprova é com o consentimento e o apoio também do Líder Fernando Bezerra. Por isso, quando a gente vê vetar, a gente se assusta com isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa: vamos deixar claro que os Estados e Municípios já estão dando, há muito tempo, a contrapartida, porque quem está cuidando da vida das pessoas são os Estados e os Municípios brasileiros.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Secretário Waldery, eu gostaria que V. Exa. anotasse duas perguntas dos internautas do e-Cidadania. O primeiro é Tiago Castro, de Minas Gerais. Ele pergunta: "Em relação aos créditos... (*Falha na gravação.*)

Waldery, o Tiago Castro pergunta: "Em relação aos créditos para microempreendedores individuais...

Há algum microfone ligado, gente. Há algum microfone ligado. Desliguem os microfones, porque está havendo interferência, deem uma desligadinha.

Vou repetir a pergunta: "Em relação aos créditos para microempreendedores individuais, quais medidas serão adotadas para desburocratizar o acesso aos bancos?"

A segunda pergunta – são perguntas rápidas – é de Antônio Augusto, do Estado do Amazonas: "Por qual motivo o Ministério da Economia não taxa as grandes fortunas do País? Por qual motivo o Ministério da Economia não garantiu o salário universal para o povo brasileiro economicamente mais vulnerável?"

São essas duas perguntas, Secretário Waldery. O senhor pode responder aos Senadores e Deputados e depois responde aos internautas do e-Cidadania.

Por gentileza, V. Exa. está com a palavra por seis ou sete minutos.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente Confúcio.

As primeiras perguntas são do Deputado Mauro Benevides, uma das mais sólidas formações em economia e macroeconomia que o Brasil possui, com contribuições muito fortes. É sempre importante, no Parlamento, termos pessoas com densa formação em economia e que muito contribuem e trazem clareza às discussões.

O PLP 39, da forma como foi sancionado ontem, de fato, traz um veto ao §6º do art. 4º, que é aquela questão de a União não poder exercer as suas garantias quando o Estado ou Município não honrar o contrato com as agências multilaterais, por exemplo, mas também com bancos públicos federais e com bancos privados. O artigo é abrangente o suficiente para envolver todos esses itens.

E aí nós teríamos, em particular, com as agências multilaterais, Deputado Mauro Filho, vários problemas. Por exemplo, mesmo o Estado não pagando e a União honrando – e não há cenário de a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União não honrar, a União honrar ou honraria no caso –, o Estado ficaria negativado e teria dificuldades de conseguir empréstimos à frente. Então, nós tivemos reuniões com várias agências multilaterais analisando esse problema. Além disso, não fica claro como a União retomaria esse valor. Haveria um vácuo legislativo muito grande, gerando incerteza jurídica. Outras colocações dizem da extensão para o setor privado, bancos privados também, e aí poderiam trazer situações indevidas.

Sem dúvida, nós estamos analisando como ponderar que Estados – como é o caso do Estado do Ceará, que é Capag B+, na realidade, com forte exercício do seu zelo fiscal – possam ser contemplados, em particular, na sequência das discussões.

Nós temos o PLP 101, apresentado pelo Deputado Pedro Paulo, na Câmara, e podemos avançar nessa discussão ou em outras discussões, mas certamente temos que contemplar os Estados que fiscalmente são sólidos e responsáveis, o que é o caso do Estado do Ceará. Já havíamos pensado exatamente no PLP 39, ou no anterior, 149, para contemplar – havia um número da ordem de R\$6 bilhões a R\$7 bilhões – esses Estados.

Outro ponto é a questão da dívida/PIB. Nós estamos com zelo... Ela vai para um patamar maior, mas é importante que não entre em trajetória explosiva, e não entrará, sobretudo com sinalização consistente de zelo fiscal.

O auxílio emergencial será prolongado? Muito provavelmente sim, mas com outro perfil, com outro formato. É um programa valiosíssimo, de alta efetividade, mas também é um programa caro – custa, em média, nesses três meses, algo como R\$51,5 bilhões, o que, portanto, é um valor muito alto. Não cabe uma extensão muito prolongada nas nossas contas. Veremos uma maior efetividade e usaremos certamente o Bolsa Família, como o Ministro Paulo Guedes já mencionou, como referência.

A sua proposta da questão da Conta Única: sim, analisaremos com bastante atenção. A audiência com o Ministro Paulo Guedes e comigo deve ocorrer com máxima brevidade. As suas explicações são sempre muito bem colocadas, portanto, analisaremos esse item.

Sobre os R\$162 bilhões já gastos na questão da – entre aspas – "triangulação" feita, só faz sentido... Usa-se o superávit financeiro dentro do próprio ano. Essa discussão perdeu mais fôlego exatamente com a aprovação da PEC 10, da PEC do orçamento de guerra. Foram trocadas as fontes do Tesouro, que estavam na dívida, por fontes de superávit financeiro do resultado do Banco Central. Com essas fontes livres, foram feitos os créditos relacionados à Covid. Isso tem que ser feito, porque os recursos do Bacen não podem ser utilizados em outra ação que não o pagamento de dívida.

O Deputado Hildo Rocha falou sobre o PLN 9. Não há previsão, Deputado, de se mudar a LDO antes dessa apresentação da CMO. É um ponto importante. Podemos falar mais detalhadamente disso após a reunião.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O aumento do déficit, de fato, está associado com empregos. Nós temos os dois olhares. Não aumentar o déficit... A previsão para o déficit foi aqui passada: para o setor público consolidado, é de 9,9% do PIB. E o PIB de 2020, na nossa melhor estimativa, terá queda de 4,7%. Esse número está sendo analisado momento a momento e será comunicado à medida que tenhamos novas informações.

A geração de emprego também está sendo comunicada. Temos os dados recentes do Caged. Esta é outra preocupação fundamental do Ministério da Economia: dar transparência, mostrar caminhos, resolver o problema.

A Senadora Zenaide Maia falou da importância de não ter orçamento na liquidez; a liquidez tem que ser posta na economia, mas tem que irrigar, chegar à ponta. É um monitoramento feito pelo Ministério da Economia em conjunto com o Banco Central, e há soluções trazidas pelo CMN. Sempre que necessário, queremos ouvir os Parlamentares sobre as propostas. Isso pode resultar em ações também a serem tomadas dentro do âmbito do Conselho Monetário Nacional...

(Interrupção do som.)

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – ... aqui dos votantes.

Quanto à pergunta do Sr. Tiago Castro sobre os créditos para microempreendedores individuais, de fato, nós estamos segmentando o micro e pequeno empreendedor, a média empresa e a grande empresa, de preferência, para que tenha o menor impacto fiscal possível, mas, em particular, a gente defende com maior apreço exatamente o microempreendedor. As médias e grandes empresas são fortes geradoras de emprego, elas podem usar mecanismos já tidos hoje pelo BNDES, pela Caixa Econômica, pelo Banco do Brasil e outras instituições, e sempre com as duas preocupações: a geração de emprego, a manutenção do emprego, o crédito chegando à ponta, e, ao mesmo tempo, o menor esforço fiscal primário por conta mesmo do volume grande que já temos, R\$417,7 bilhões, para fazer valer cada real do contribuinte, para que sua aplicação seja a mais efetiva.

Outra cidadã falou sobre taxação de grandes fortunas. Esse é um tema longo, complexo. Há sempre que ver os dois lados; em economia, é sempre assim. Pode haver, inclusive, o afastamento de investidores exatamente num momento em que precisamos muito deles. Então, é um tema que pode ser debatido, mas o fato é que, neste momento, nós estamos com uma grande pressão do lado da despesa e alguma redução – hoje da ordem de R\$18,2 bilhões – do lado da receita e temos que olhar isso em conjunto e apresentar soluções de deem efetividade ao enfrentamento das mazelas do Covid-19 sem esquecer, como já falei, que há um pós-Covid, há um pós-coronavírus, e, portanto, temos que manter, preservar um dinamismo mínimo da economia para que possamos sair à frente com maior capacidade de reação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Acho que foram todos respondidos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vamos ao último bloco.

Enquanto eu abro aqui, acho que podemos dar a palavra para a Senadora Kátia Abreu.

Senadora Kátia Abreu, com a palavra. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

A Senadora Kátia Abreu não falta às nossas reuniões.

Está presente em nossa página, Senadora Kátia Abreu? Eu não estou vendo. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Eu vou passar à frente.

Passo a palavra para o Senador Luis Carlos Heinze. *(Pausa.)*

Pode falar, Luis. Ligue seu som, que está desligado aí. *(Pausa.)*

Heinze, ligue seu som. O seu som está desligado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – Agora, deu. O.k.

Presidente Confúcio, obrigado.

Secretário Waldery e equipe, primeiro, parabéns por todas as medidas que estão sendo adotadas.

Pegamos o positivo *ranking* da Caixa com os beneficiários do programa dos R\$600, com a primeira e a segunda parcela. Cumprimento o Presidente Pedro e todos os funcionários da Caixa Econômica Federal. Então, é um fato positivo.

Na linha do que o Senador Esperidião falou, Waldery, com relação a esse programa do salário, que é o PESE, eu tenho interagido com o Gustavo Ene, que está meio que coordenando, e tenho orientações por parte do banco Sicredi. São sugestões para poder simplificar o processo e fazer com que o pessoal possa acessar essa linha.

Foi colocado, eu acho, que não há 2 bilhões utilizados, e é extremamente importante. Então, quanto à simplificação, nós já passamos sugestões ao Gustavo Ene e ao próprio Presidente do Banco Central, Roberto Campos, para poder agilizar o processo. Não adianta haver a linha, e os empresários não conseguirem acessar.

Vale a mesma coisa para o Programa Pronampe, em que agora foi aprovada essa linha também do microcrédito. E aí, Waldery, nós temos dois vetos ali: aquela carência de oito meses e também as restrições com as empresas. Isso é importante, acerta essa parte! Já está sendo trabalhado o fundo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantidor, o que, dessa forma, pode ajudá-los. Então, é o Pronampe e também o PESE, em função dos nossos empresários, micro e pequenos empresários.

E um assunto que nós tínhamos tratado com a Ministra Tereza, que estava junto, é a questão dos arrozeiros. Nós estamos tratando da seca, a estiagem. O Senador Esperidião Amin tem uma demanda junto conosco que pega os produtores de Santa Catarina. E, na estiagem, Waldery, nós temos que ampliar o prazo, que estava em início de abril para os Municípios que decretaram situação de emergência, para o final de maio. É questão de recursos do orçamento. Conversei com o Boeri, ali na Secretaria, que disse que está faltando recurso para o orçamento, e com o Sampaio, também lá na Agricultura. Então, nós temos que ampliar o prazo para os Municípios que sofreram estiagem até 31 de maio; ali está início de abril. Então, esse é o problema que nós precisamos resolver. E é urgente, porque a estiagem foi muito grande no Rio Grande do Sul e em vários Municípios de Santa Catarina também. Então, essa é uma posição também com relação à estiagem.

E vou deixar um outro recado: nós conversamos com a Tereza, com você e com o Alceu, quanto à questão do pessoal do arroz. Não é o problema deste ano – a safra foi boa, normal, o preço está bom –, mas sobre as questões do endividamento – no ano passado, nós já tratávamos desse assunto. Inclusive, estivemos com o Presidente Bolsonaro em julho – o Esperidião Amin estava junto conosco naquela ocasião – e, desde lá, nunca se resolveu esse impasse. Então, precisamos de uma solução. A proposta está no Ministério da Agricultura e vou insistir com o seu pai e com a Tereza para que passem para a sua equipe e para a equipe do Boeri lá, para nós resolvermos esse impasse também dos arrozeiros, porque é o setor que vai alavancar a economia. Nós pegamos aqui o primeiro quadrimestre de 2019, e o agro exportou US\$126 bilhões; no primeiro quadrimestre de 2020, foram 123. É um setor que está respondendo, no geral, mas há segmentos expressivos, como a estiagem, que precisam de ajuda, o pessoal do arroz precisa de ajuda. E também o valor bruto da produção é expressivo. Então, é um setor que vai ser o primeiro a se recuperar. Nós precisamos ajudar quem teve estiagem este ano e quem teve paradoxalmente enchente no ano passado.

Então, são dois segmentos importantes. Espero que vocês os ajudem, além dos micro e pequenos empresários no financiamento da folha e também quanto à linha de crédito do projeto do Senador Jorginho Mello, que vai ajudar os micro e pequenos empreendedores. Agora, simplifique-se o processo, senão, o dinheiro não vai chegar na ponta; vai haver dinheiro nos bancos, e eles não estão conseguindo aplicar. Esse é um ponto importante para nós podermos fazer a nossa economia poder andar novamente.

Nosso agradecimento e parabéns pelo trabalho que você está fazendo, com a sua equipe, e também a equipe do nosso Ministro Paulo Guedes, fazendo a sua parte para poder ajustar. Mas o dinheiro tem que chegar na ponta seja da agricultura, seja do micro e pequeno empreendedor.

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Eu consulto se a Senadora Kátia Abreu já está em nossa página. Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Não está.

Então, vou passar a palavra para o Deputado General Peternelli. Por gentileza, General.

Eu lhe agradeço pela assiduidade, General. O senhor é muito frequente. Muito obrigado ao senhor.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu que agradeço. Fico muito contente, aprendo muito com essas videoconferências realizadas por sua Comissão, sob sua orientação.

Parabenizo o Relator e parabenizo o Waldery pela transparência e por esclarecer os dados.

Eu também fiquei muito contente com as perguntas do Mauro Benevides e com a explanação do Francisco. Concordo plenamente. O meu motivo seria falar disto: fazer esse crédito disponível ser liberado, coisa que o Senador acabou de abordar.

Gostaria de fazer uma pergunta para o Waldery nesse período pelo seguinte aspecto. Eu vejo que o capital circulante no Banco Central publicado no dia anterior que circulou no País é muito grande. Eu apresentei aqui uma proposta de emenda à PEC 45 que fala de tributar a parte de movimentação financeira em 2,5% no crédito e no débito e acabar com todos os demais impostos, acabar com essas 390 mil normas tributárias que saíram depois da Constituição. Coloquei também uma coisa que eu vejo o Ministro falar, que é o pacto federativo, já mandando esse dinheiro direto para os Estados e Municípios, deixando 10% para o Congresso destinar às políticas regionais da Sudam e Sudene. Eu ainda copieie um detalhe da Europa: de que compras acima de R\$1 mil sejam só eletrônicas e acabar com as notas de R\$100 e de R\$50.

Com uma proposta simples, desse tipo, acabariam as dívidas com o Fisco. Nesse período de coronavírus, repare, quem está recebendo, quem está lucrando está pagando; quem não está recebendo recurso não está pagando imposto. Esse também é um imposto que permite não cobrar do mais pobre, já que você deixa o CPF do pessoal do Bolsa Família e outros para não descontar os 2,5%. Essa é uma proposta que tributa naturalmente dividendos, essa é uma proposta que diminui ou praticamente acaba com o contencioso tributário brasileiro, simplifica a contabilidade, combate a corrupção, é fácil de ser implantada, já que substitui todos os demais.

Se nós colocarmos 10%, que é 0,25%, em uma linha quase se pode criar uma reforma. Fica criado Imposto sobre Movimentações Financeiras de 0,25%, o que corresponde a 10%, e, em decorrência, todos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

os demais impostos ficam abatidos em 10% e verifica se uma coisa vai compensar a outra. Essa proposta acaba com a nota fiscal brasileira.

Gostaria de encerrar. São muitas as vantagens. Gostaria de novamente parabenizar a equipe econômica pelo trabalho que vem realizando e estimular que esse dinheiro disponibilizado chegue às pequenas e médias empresas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado General Peternelli. Agradeço a V. Exa.

Eu passo a palavra para a nossa Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Olá, Presidente. Eu queria cumprimentá-lo.

V. Exa. está me acompanhando? Está me vendo aqui? Estou aqui sem o retorno.

Eu queria cumprimentar o senhor, cumprimentar o Francisco Jr. e cumprimentar a todos os demais colegas que estão participando, Parlamentares aqui desta audiência.

Eu estava também numa outra sessão aqui, numa outra reunião, mas era estadual, aqui no Maranhão. Por conta disso, atrasei um pouco.

Mas eu quero apenas fazer uma pergunta para o George. Na verdade, é uma temática que nós temos discutido nos últimos dias, aqui no Senado Federal, que é referente à prorrogação da ajuda emergencial. Nós apresentamos um projeto de lei pedindo a prorrogação por mais três meses, exatamente pela necessidade de esse recurso estar na mão das pessoas mais vulneráveis. E nós tivemos, Presidente Confúcio, uma divulgação, nesta semana inclusive, de um estudo feito pela Universidade Federal de Minas Gerais que aponta que, com a injeção desse recurso na sociedade – considerando aí, portanto, a questão do consumo –, esse valor seria algo em torno, se prorrogado para três meses, de R\$150 bilhões. A partir do consumo que poderá ser estabelecido a partir dessa movimentação financeira, poderá haver, inclusive, uma dedução, digamos assim, a partir dessa arrecadação, de até 45% desse valor. O Ministro Guedes tem dito que ele até concorda com que haja uma prorrogação dessa ajuda, mas que seria apenas de R\$200 e não dos R\$600. Nós apresentamos o projeto para que a prorrogação seja de R\$600. Eu queria saber do Secretário qual a posição especificamente dele sobre a prorrogação desse valor e se nós podemos ter a esperança e a expectativa de que, de fato, os R\$600 possam ser prorrogados pelos próximos três meses para essa população mais vulnerável do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane, pela sua pergunta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço aqui, Secretário Waldery, só mais uma pergunta dos internautas. Ela é de Marcos Ribeiro, de Goiás. Os outros todos já foram respondidos. Eu vou só falar o nome deles para registro. O Marcos Ribeiro, de Goiás, pergunta: "O número de casos de infectados por Covid-19 aumenta dia após dia. Não seria necessário ampliar a quantidade de parcelas do auxílio?". Isso coincide com a pergunta da Senadora Eliziane Gama. Vai responder aos dois.

Registro a presença de: Lourenço, de Minas Gerais – sua pergunta já foi respondida –; Marcelo Barberino, de Sergipe. Fico agradecido a todos vocês. E todos que desejarem participar deste evento podem enviar as suas perguntas e os seus comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211. Ficou muito agradecido pela participação dos internautas, interessados num assunto tão técnico como este de hoje.

Então, V. Exa. está com a palavra para responder aos três últimos Parlamentares. Waldery, com a palavra.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Pois não.

Temos o primeiro bloco com o Senador Luis Carlos Heinze. Muito obrigado pelos comentários – não só do Senador, mas dos diversos Parlamentares que falaram aqui.

A posição do Ministério da Economia e também, claro, da Secretaria Especial de Fazenda, como integrante do Ministério da Economia, é a diligência, a atenção e o civismo, o senso de responsabilidade que temos que atender de fato, neste momento, e zelar pelos recursos públicos, observar quem são os beneficiários ou aqueles a quem ainda não estão chegando os recursos. Então, é um dever nosso, uma obrigação que a equipe toda, sob a gestão do Ministro Paulo Guedes, tem feito de maneira muito diligente, direta. As reuniões entram nos finais de semana, então é sempre essa atenção. Se já era anteriormente, agora se mostra mais necessário e mais direto.

O Senador Luis Carlos Heinze colocou a questão do PESE, com a sugestão de simplificações. São muito bem-vindas. Pedirei a minha equipe... Acredito até que já tenha chegado diretamente ao meu gabinete, porque o senhor já enviou tanto para o Presidente Roberto como para o Gustavo Ene. São pontos importantíssimos. Entendemos que, na segunda parcela do PESE, a folha de pagamentos será bem mais efetiva do que foi na primeira.

O Pronampe também, idem. O microcrédito tem que ser fortalecido. Nós estamos destinando, a princípio, R\$15,9 bilhões com impacto no primário para esse segmento. É um valor considerável, mas ele tem que chegar à ponta. Estamos vendo como avaliar e como empurrar esse recurso. Não pode ficar travado sem chegar ao empresário.

A questão dos arrozeiros, de fato, merece especial atenção. Estamos trabalhando em conjunto com o MAPA, como o senhor bem sabe, tanto envoltos no Conselho Monetário Nacional, mas também atentos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao que pode ser feito, quer seja dentro do programa com alocação orçamentária já desenhada e casos específicos como ampliação do prazo e onde haja falta de orçamento. Lembrando sempre que são os dois olhares: no setor produtivo, nos mais vulneráveis, mas também na questão fiscal, quando há impacto fiscal. Mas certamente esse é um segmento que vai levar o Brasil com maiores condições – já está levando, na realidade – a sair desta crise. O setor do *agribusiness*, o setor agropecuário tem tido uma resposta espetacular, sólida. A gente deve olhar tanto aquele que é mais vulnerável quanto aquele que, neste momento da conjuntura, está com maior robustez. Elevar os dois; não somente elevar, não somente suportar, dar suporte, àqueles mais vulneráveis. Portanto, é uma decisão feita com equilíbrio e buscando ver tudo que está envolvido e tem impacto na saída da economia, no pós-coronavírus. De fato, é o setor que primeiro está se recuperando e que vai reagir muito fortemente e vai segurar em grande medida a queda do nosso PIB.

O Deputado General Peternelli falou sobre, de início, o capital circulante, que é o dado do Banco Central, mas apresentou também uma proposta de simplificação de impostos, o imposto único, como emenda a uma das PECs que tramitam no Congresso. A abordagem é importantíssima, porque faz parte, sim, do pacto federativo. Eu pediria o envio, ao meu gabinete, de sua proposta, Deputado. Precisamos de boas ideias e dessa discussão. A agenda da reforma tributária vai entrar. O Ministro Paulo Guedes está atento. Há um grupo específico tratando desse tema.

A Fazenda participa no sentido mais macro do impacto fiscal. O Secretário Tostes lidera essa discussão, como Secretário Especial da Receita, mas a Fazenda está em parceria com a Receita Federal e, certamente, sugestões que implicam combate à corrupção, falsa implementação, encerramento do enorme, gigantesco contencioso que temos, com o envio direto para Estados e Municípios, é um debate necessário que a gente precisa ter.

Reformas tributárias têm impacto potencial no PIB maior do que todas as outras reformas, é um elemento essencial, precisamos melhorar a capacidade potencial do crescimento econômico. Então, peço que enviem ao meu gabinete que iremos analisar em conjunto com o Secretário Especial Tostes.

A Senadora Eliziane Gama trouxe aqui um item importantíssimo, que é o auxílio emergencial. Hoje ele nos leva a um valor de gasto primário de aproximadamente R\$152 bilhões e, como são três meses, Senadora, dá uma média de aproximadamente R\$51,5 bilhões por mês. Portanto, é um programa extremamente importante, mas é um programa caro, é um programa que, colocado em perspectiva, tem que ter analisada a sua efetividade e o seu custo. Então, pode haver, sim, prorrogação. Uma prorrogação, por exemplo, de R\$200 vai implicar um custo, por mês, de aproximadamente R\$17 bilhões. Portanto, nós estamos atentos e queremos, com cada movimento, dar prioridade às camadas mais vulneráveis, aos segmentos mais vulneráveis da população.

Esse é um item que está no nosso radar para olhar com bastante atenção. Hoje são 36,8 milhões de adultos brasileiros no setor informal que precisam ser analisados. Esse programa trouxe vantagens que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vão além do auxílio, como, por exemplo, a "bancarização". Então, nós tínhamos milhões de brasileiros que antes não faziam uma simples transação bancária e que hoje ganharam uma conta gratuitamente. Então, estão sendo enxergados pela sociedade, pelo Governo. Portanto, isso representa um fator de inclusão muito forte.

O Sr. Mário Ribeiro comentou sobre o número de casos de infectados em ascensão. Esse número ainda tem uma forte imprevisibilidade, mas, é claro, estamos atentos a isso, com o Ministério da Saúde à frente, observando o protocolo necessário para o tratamento e a redução do número de casos e de infectados. Mas o fato é que, à medida que haja mais infectados, nós analisaremos isso com atenção para que não falte dinheiro aos infectados. É uma determinação do Presidente Jair Bolsonaro, e o Ministro Paulo Guedes colocou as suas equipes, a Fazenda inclusive, atentas a esse ponto. Não faltarão recursos para o atendimento dos casos mais diretamente ligados à questão de saúde e de enfrentamento ao coronavírus.

Entendemos que também haverá um pico e, depois, um declínio desse número, tanto de contágios quanto de óbitos. Cada vida tem um valor incomensurável, portanto, trata-se não só de reduzir ao máximo o número de óbitos, mas também de enfrentar todos os efeitos deletérios negativos trazidos pelo coronavírus. No entanto, há uma limitação fiscal, então é sempre um balanço, uma sintonia fina, complexa e difícil que requer uma atenção diária nossa, olhando os números, os casos de infectados, a nossa capacidade fiscal presente e também futura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Secretário Waldery.

Estamos chegando ao final da nossa audiência, rica, proveitosa.

Todos nós, nestes dias, temos nossas tristezas, nossos choros. Há pouca hora eu recebi uma notícia sobre uma pessoa muito ilustre lá do Estado de Rondônia, que era viúva do nosso primeiro Governador, na transição de Território Federal de Rondônia para Estado de Rondônia. Trata-se da Sra. Aída Teixeira, que, lá no Rio de Janeiro, faleceu aos 98 anos de idade, hoje, vítima da Covid. Eu conheci muito o Cel. Jorge Teixeira, grande Governador, saudoso, que foi também Prefeito de Manaus e que deixou uma lembrança muito forte na Amazônia para nós todos. A morte de sua esposa nos entristece muito. É só um parêntese em nossa reunião, e assim tem sido: todos os dias, cada um de nós tem um motivo para se emocionar.

Passo a palavra, para os últimos questionamentos, ao Relator Francisco Jr., para seus comentários finais e, conseqüentemente, para as respostas do Secretário Waldery.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Secretário, mais uma vez, parabênz o senhor. Leve ao Ministro nossos cumprimentos, bem como a toda a sua equipe, a toda a equipe do Ministério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou bastante satisfeito com as suas respostas, nem sempre com a atuação, com as circunstâncias. Mas, com certeza, a gente vê que vocês estão fazendo o possível. Só gostaria que o senhor tivesse a oportunidade de detalhar um pouquinho mais a resposta. O senhor até, depois, fez um comentário rápido, mas, como ele foge um pouquinho ao que foi colocado, acho que seria importante.

Lembro que eu falava que, como foi criada uma ação única, a ação Covid, que é um guarda-chuva, isso dificulta o controle. Como nós estamos em ano eleitoral, existem muitas denúncias, muitas reclamações, muita preocupação sobre como o dinheiro que está chegando aos Municípios e Estados vai ser administrado – agora, sancionada a lei, vai chegar num volume maior ainda; por enquanto houve remanejamento de emendas e tudo mais. Há risco, da forma como está, de ele ser desvirtuado, de não cumprir seu papel e de, lamentavelmente, nós vivermos outras crises em decorrência disso? É mais nesse sentido. Não foi nem tanto no sentido técnico. Há essa preocupação? Há alguma coisa, do ponto de vista técnico, a ser feita para impedir ou para pelo menos aumentar o controle desses recursos lá na ponta? Essa é uma dificuldade.

É claro que o Ministério cumpre o seu papel de ofertar e de fazer com que chegue e não pode se responsabilizar por isso de forma alguma. Mas é uma situação de quê? Se ele for mal gasto, naturalmente vai ser preciso gastar de novo, gastar mais. Então, esse cuidado na qualidade do gasto interfere sobremaneira nos valores finais que nós vamos gastar.

No mais, parabéns por todo o trabalho, por toda a atenção que vocês têm tido conosco.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o nosso Secretário Waldery.

Secretário Waldery, pode falar. (*Pausa.*)

Pode liberar seu som, Waldery. Pode falar.

Para responder, nosso Secretário.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Deputado Francisco Jr., tentei de fato fazer a resposta no primeiro bloco, respondendo a suas colocações, suas indagações, e aí só pude ter uma frase, não deu tempo, e agora faço um comentário sobre a questão do controle, importantíssima. O orçamento tem as quatro pontas fundamentais: a elaboração orçamentária, pensar o orçamento é o primeiro item; segundo, executá-lo; terceiro, controlá-lo; e há o quarto, que é avaliá-lo. As quatro pontas têm que ser tratadas, e aqui o Congresso mostra a sua diligência com essa legítima e necessária Comissão para avaliar, que é a quarta ponta, todo esse processo orçamentário, que é completamente diferente de todo o nosso histórico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso orçamento primário é de R\$1,7 trilhão, e nós estamos, somente do lado de despesas adicionais, com R\$418 bilhões adicionais. Isso exige repensar como o orçamento de 2020 – e o de 2021 também – foi implementado, como está sendo executado, mas também como está sendo controlado e avaliado. Os órgãos de controle estão sendo contactados, há reuniões frequentes não só com o Presidente do TCU, por exemplo, com os Ministros, mas também com os secretários. Há seis secretários em especial pelo Tribunal de Contas da União com quem temos tido mais contato, buscando também orientação, não somente olhando o procedimento formal. O TCU é um excelente órgão também para nos orientar de forma preventiva, de forma antecipada, como devemos agir.

Foi assim, por exemplo – só para dar um caso aqui – com a cessão onerosa. A cessão onerosa foi um caso de sucesso, depois de ter passado quase seis anos com travas, porque nós contamos com a ajuda do TCU na orientação, não somente na fiscalização e controle. E aqui com o coronavírus também.

A Conta Única – permita-me, Deputado – não dificulta o controle, ela permite também a continuidade da transparência. E nós avançamos na questão da transparência, não só os órgãos de controle, também o Contas Abertas: o cidadão pode entrar nos dois *sites*, o *site* do orçamento, da SOF, o *site* chamado Siop, e o *site* do Tesouro Nacional, e ter todos esses dados. A cada R\$1 se sabe o mapeamento dele, ele é *trackable*, pode ser analisado onde ele vai, por ação, por programa, por ministério. O cidadão pode baixar esses dados, criar suas próprias planilhas, analisar. Isso é importantíssimo ser colocado aqui.

Além disso, nós temos essa preocupação de que esse recurso não seja desvirtuado na ponta. É claro que, do ponto de vista do Governo Federal, a gente faz isso com a maior transparência, busca o diálogo e busca também fomentar ações para que os órgãos de controle – isso estava, por exemplo, na PEC 188 – dos Estados e Municípios se assemelhem ou caminhem em um sentido de semelhança em relação ao órgão de controle federal, o TCU em particular, que é o controle externo. Adicionalmente, também existem órgãos de controle interno em cada ministério, além da CGU, atentos a essa questão.

Estamos num mundo novo, numa situação orçamentária nova trazida pelo coronavírus, e essa perna do controle é fundamental. Portanto, estamos 100% antenados com essa questão de não dificultar o controle; na realidade, trata-se de permitir uma maior transparência, à luz do meio-dia trazer esses dados para V. Exas. que representam a sociedade.

Colocamos a equipe toda à disposição, Presidente Confúcio, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas aqui presentes, colocamo-nos à total disposição, é uma diretriz do Ministro Paulo Guedes abrimos o diálogo, apresentar, pode ser por bancada, por Estado, esmiuçar esses dados, mostrar quais são os gargalos, como suplantá-los. Esse item trazido por último, do controle, é, de fato, uma perna fundamental do processo, que não pode ser esquecida. Claro, se for desvirtuado seu uso, complica cada real alocado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, encerro a minha fala, Presidente Confúcio, agradecendo a oportunidade e nos colocando à disposição neste momento único, em que estamos gastando quatro vezes toda a despesa discricionária que temos, que é da ordem de 111 bilhões, estamos gastando R\$417,7 bilhões, fazendo valer cada real, dando transparência à sociedade, em particular ao Congresso Nacional e aos órgãos de controle, para que vençamos essa crise, de maneira a sairmos no pós-crise com condições de voltar ao que obtivemos em 2019, quando a gente arrumou um pouco a casa do ponto de vista da fiscalidade e estávamos até com condições de melhor crescimento.

Então, novamente, obrigado pela oportunidade. O relatório, na sua versão preliminar – ele é dinâmico –, foi enviado à Comissão.

Colocamo-nos à disposição para explicar cada linha desse relatório, mostrar quais são as suas justificativas, qual é a implementação, potenciais óbices e como suplantá-los. Seguimos atentos. Nós estamos no final do mês de maio, este será um ano extremamente exigente para o Governo Federal e extremamente exigente para o Congresso Nacional, que tem respondido à altura, as duas Casas têm mostrado tanto uma presença quanto uma consciência do que é importante e do que deve ser feito. Já andamos, a posição do Brasil hoje está acima da média, inclusive dos países avançados, quanto a esse esforço primário adicional. Não é uma concorrência para ver quem gasta mais, trata-se de buscar maior efetividade no gasto, resolver os problemas e voltar ao controle dos gastos públicos para ter uma economia com capacidade de reação no pós-coronavírus.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Waldery.

Aviso a todos que esta reunião foi bastante concorrida, com uma duração de quase três horas, foram 2 horas e 50 minutos.

Eu quero agradecer gentilmente a participação do Secretário Especial Waldery Rodrigues Junior, dos Srs. Bruno Bianco Leal, Gustavo Guimarães, George Soares, representantes do Ministério da Economia; ao Ministro Paulo Guedes por sua indicação técnica e deferência aos trabalhos de nossa Comissão; ao Relator Francisco Jr. e aos demais colegas Parlamentares, membros e não membros desta Comissão, que têm uma participação ativa, têm enriquecido os trabalhos com questionamentos importantes; aos internautas, que estão interessadíssimos em tudo isso, que enviaram perguntas – eu não pude ler todas – através do e-Cidadania e também àqueles que acompanharam pela internet; aos demais telespectadores; à TV Senado, que transmitiu ao vivo; à TV Câmara; ao YouTube; e aos demais meios que transmitem a reunião à população de maneira instantânea.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que será realizada dia 1º de junho – prestem bem atenção –, dia 1º de junho, às 11h, com a presença do Dr. Roberto Campos Neto, do Banco Central.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e um minuto do dia hum de junho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros General Peternelli, Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater as ações do Banco Central relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao combate ao coronavírus (Covid-19). **Participante:** Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil.. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/06/01>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Eu quero cumprimentar todos os presentes, quero cumprimentar todos os Parlamentares da Comissão, os não membros da Comissão também, os internautas. Sintam-se todos cumprimentados.

Eu queria, antes da abertura oficial, fazer uma homenagem àquele negro americano que foi assassinado por um policial, o George Floyd, morto sob custódia. Ele gritava: "Eu não posso respirar". E foi assim até morrer. Então, faço uma homenagem a ele. Aos negros americanos, aos negros brasileiros, aos negros do mundo, aos negros que foram escravos no Brasil por mais de 350 anos, expresso a minha sincera homenagem na pessoa de George Floyd, injustiçado e assassinado!

Assim sendo, havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, pelo YouTube e pelas demais redes sociais.

Concedendo a máxima transparência aos trabalhos da nossa Comissão, todos os atos e agendas são disponibilizados na página do Congresso Nacional, podendo qualquer cidadão clicar em Comissões/Comissão do Congresso Nacional/CN Covid-19.

Todos os que desejaram participar desta audiência e dos demais eventos podem enviar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Quanto ao uso da palavra, todos os membros já sabem que, para se inscrever, basta levantar a mão.

A ordem da fala será dada primeiro ao Relator, o Deputado Francisco Jr., e, em seguida, aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e tempos de Liderança poderão ser utilizados após a audiência.

A presente reunião é uma audiência pública com a presença importante do Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Roberto Campos Neto, que está acompanhado de Maurício Costa de Moura, Diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, e pelos assessores Fábio Araújo e David Falcão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, a gente abre a nossa audiência, passando a palavra, com muita honra, ao Dr. Roberto Campos Neto, pelo tempo de 30 minutos, para a sua apresentação.

V. Exa. está com a palavra, Dr. Roberto Campos Neto. Fique à vontade!

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Bom dia!

Muito obrigado a todos.

Eu queria agradecer às Senadoras e aos Senadores, eu queria agradecer aos Deputados e às Deputadas, a todos que nos assistem pelas redes e pela TV Senado, aos internautas.

A ideia é fazer uma pequena apresentação. Eu vou dividir aqui com vocês, na tela, uma pequena apresentação. Então, depois, nós vamos para o debate. Estou disponível para responder a todas as perguntas.

Eu queria agradecer de novo a oportunidade.

Então, vou dividir aqui uma apresentação com vocês na tela. *(Pausa.)*

A ideia é dar um panorama geral de como o Banco Central está vendo o Brasil e o mundo e, obviamente, focar as medidas que foram adotadas, o que está funcionando melhor e o que não está funcionando tão bem, quais são as opções, o que foi pensado e o que foi discutido.

Vou começar falando um pouco da parte de saída de capitais, que a gente consegue ver aqui neste primeiro gráfico. A linha vermelha é a saída de capital, que aconteceu nessa crise. Essa é saída de capital de mercados emergentes, ou seja, o quanto de dinheiro que saiu dos mercados emergentes. A gente consegue ver, na linha vermelha, uma saída enorme, comparado, por exemplo, com o que a gente olha na linha azul e na linha amarela. A linha azul foi a crise de 2008. Então, a gente consegue ver que a gente teve uma saída de recursos não só do Brasil, como de todos os mercados emergentes muito maior do que em 2008. No Brasil, isso foi maior ainda; a saída do Brasil foi maior do que a média dos mercados emergentes. A gente teve aí uma saída bastante grande. Então, é basicamente uma mensagem de que a parte de financiamento externo realmente não é uma variável com que nós podemos contar no curto prazo.

Falando um pouco do efeito, aqui a gente consegue ver a demanda de gasolina nos Estados Unidos, uma queda muito grande, com uma melhora aqui na ponta, e aqui está a parte de ofertas de petróleo em milhares de barris por dia.

Esse gráfico é muito interessante, porque ele mostra a linha azul, que é basicamente como era o comportamento em termos de fluxo. Aqui a gente tem uma coisa que se chama TomTom, que é uma forma de ver o fluxo de pessoas na rua, o trânsito. Você pode olhar ou por GPS ou por celular. A gente consegue ver, na linha azul, qual era a média de 2019 e o que está acontecendo agora. E a gente tem aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários exemplos diferentes: há países que nunca aderiram à quarentena ou que fizeram uma quarentena muito leve; há lugares que aderiram à quarentena e já saíram, como Beijing; há lugares que começaram a sair mais forte, como Roma; há Wuhan também, que teve uma quarentena forte e saiu, e Madri. O que a gente consegue perceber é que, independentemente do lugar, em grande parte dos exemplos aqui, a gente não conseguiu voltar ao nível de fluxo que a gente tinha em 2019.

Então, basicamente, aqui, a mensagem que fica é a seguinte: há um elemento de fator medo, que está na população, de modo que, mesmo depois que a quarentena for encerrada ou for diminuída, o fluxo de pessoas vai demorar a voltar. Este fator medo que existe hoje na população – há algumas pesquisas que mostram isso –, eu acho, vai ficar com a gente até você ter uma vacina facilmente disponível ou pelo menos, eu diria, até o meio do ano que vem. Isto aqui é importante para entender que a volta em alguns setores e serviços vai ser mais lenta.

Aqui está o crescimento dos Estados Unidos. A gente consegue ver uma barra muito abrupta para baixo, em que a parte vermelha é a queda de consumo. A gente tem uma queda de consumo muito grande. Então, a maior economia do mundo está com uma queda enorme.

Aqui é feito um apanhado de várias economias emergentes, mostrando os diferentes níveis de crescimento. A gente consegue ver aqui, na tabela abaixo, a expectativa de crescimento para 2020, que mostra que o Covid impactou todas as economias. A gente consegue ver as barras laranjas, que são as últimas expectativas. O Brasil aqui ainda vai ser atualizado.

A gente consegue ver as taxas de juros. A gente consegue ver, por exemplo, que o Brasil foi um dos países em que mais caiu a taxa de juros. Desse grupo aqui analisado, a gente só está acima hoje de Chile e Peru. Então, houve uma forte queda de juros. A gente teve uma implementação da política monetária e fez também outras medidas que vou explicar em frente. Aqui é só um comparativo de países emergentes, que eu acho que ilustra bem o que está acontecendo.

Olhando o crescimento em índices mais reais, vale sempre a pena lembrar que os índices que nós temos, quando são calculados e quando são divulgados, têm uma defasagem. Então, aqui é uma forma de ver o que está acontecendo mais na ponta com a atividade. Na parte da esquerda, a gente tem a parte de venda de varejos, Cielo, que é um índice que é divulgado com uma periodicidade mais em tempo real. E a gente consegue ver, basicamente, que a parte de serviço, que é essa linha amarela, teve uma queda grande. Essa primeira semana de março ocorreu antes de haver o impacto do Covid. A gente consegue ver uma queda em todos eles, com uma recuperação mais forte um pouco na parte de duráveis. A parte de não duráveis caiu pouco e já está recuperando bem. Essa parte de serviços está com uma recuperação mais lenta. Voltando ao gráfico anterior, que eu mostrei, muito provavelmente, essa parte de serviços ligada à diversão ou à participação em eventos, ao turismo, vai voltar um pouco mais lentamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui está a expectativa de crescimento do Focus. A gente consegue ver que, pelo último dado de 22 de maio, a mediana já está em -6,7%. Então, houve uma piora de expectativa crescente pelos agentes de mercado, por entender que o distanciamento social teria que ser mais longo e que isso iria influenciar mais fortemente a atividade econômica.

A gente consegue ver também, olhando os setores aqui, uma queda muito grande de veículos. Não saíram ainda os números recentes, mas a gente já sabe que houve uma queda em abril de quase 90%; em maio, parece um pouco melhor. A gente não consegue ver o índice da atividade como um todo, mas a gente tem alguns apanhados que mostram os setores.

Aqui a gente consegue ver também que a parte têxtil caiu muito, que o setor de bebida caiu e voltou. Mostro isso só para ter uma ideia dos setores.

Eu vou acelerar um pouco aqui a minha apresentação.

De novo, há um gráfico sobre setores.

A apresentação está disponível para todos os senhores. Então, é só para terem uma ideia mais ou menos da diferenciação setorial que esta crise está causando.

Este aqui é um gráfico interessante. Esse primeiro da esquerda mostra a confiança, é um gráfico que a gente tem em tempo mais real e que mostra que, em maio, já houve uma pequena recuperação. A gente consegue ver aqui que há um pequeno "v" em verde, em amarelo e em cinza, ou seja, já há uma pequena melhora de expectativa, obviamente em um nível muito baixo. Ele foi mais baixo do que o que nós tivemos naquela época de 2015, em que a crise era mais interna. Então, a gente consegue ver uma melhora aqui da expectativa.

Esse gráfico do meio é o do número de desemprego, que saiu recentemente, ajustado pela sazonalidade. A gente vê algo sem precedentes, uma queda desse tamanho. Aliás, se você olhar esse gráfico em vários países do mundo, você vai ter esta mesma sensação, um número, uma queda muito forte e muito rápida de emprego. A gente viu o número dos Estados Unidos que foi divulgado recentemente também.

E aqui é o índice que o Banco Central acompanha de atividade justamente, que teve uma queda muito grande em março: -5,9%. E a gente vê também que ele, inclusive, foi abaixo daquele mês que foi muito ruim com a greve dos caminhoneiros, em que a atividade econômica parou também durante um tempo.

Esses são os números oficiais que saíram. A gente tem o PIB do primeiro trimestre, que só teve um pouco de efeito na segunda metade do mês de março, mas, mesmo assim, apresenta uma queda de 1,5%. Aqui vale ressaltar que a agricultura segue bem, cresceu no primeiro trimestre, apesar da crise que pegou em grande parte o mês de março. A gente consegue ver que indústria e serviços tiveram quedas mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortes. Sob a ótica da demanda, a gente vê que o consumo de famílias caiu bastante aqui, mesmo com impacto limitado, o que significa que o segundo trimestre deve ser bem pior do que o primeiro trimestre. Então, a partir do terceiro trimestre, nós esperamos já uma recuperação.

Aqui também há um gráfico muito interessante, na esquerda, que mostra como foi diferenciado o apetite ao risco dos mercados emergentes para os mercados desenvolvidos. A gente tem aqui uma crise, todos caem bastante – a linha azul, de mercados avançados, cai bastante; a linha laranja, de mercados emergentes, cai muito –, mas a gente consegue ver que os mercados desenvolvidos fizeram um forte plano de ação com um gasto fiscal muito grande, com uma parte também de política monetária, onde havia espaço. Você teve uma volta grande do apetite ao risco no mundo desenvolvido e uma volta bem menor no mundo emergente. Isso significa que os agentes no mercado acreditam que, nesta crise, os países do mundo desenvolvido têm mais ferramentas para lutar contra a crise do que os do mundo emergente.

E aqui a gente consegue ver basicamente um índice que mostra a volatilidade de mercados, ou seja, o índice de aversão ao risco, que é a linha vermelha, e uma curva de novos casos ponderada pelos países. A gente vê basicamente que os mercados estão seguindo a curva de contaminação do coronavírus tanto para pior quanto para melhor.

Na parte de fluxo de capitais, a gente teve uma queda muito grande em março, foi uma das maiores quedas, com uma saída grande no Brasil. Eu mencionei, naquele primeiro gráfico, a saída de mercados emergentes. Aqui a gente consegue ver mais ou menos como foi a saída no Brasil. E aqui, na parte direita, a gente vê, então, a desvalorização das moedas de mercado emergente. O Brasil também foi o país que mais sofreu, seguido de perto pela África do Sul. Esse número era pior, mas a gente teve até uma melhora do câmbio na última semana.

Aqui mostra só basicamente o que é o impacto dos mercados, comparando essa crise com a de 2008. A gente vê que teve impactos semelhantes. Alguns mostram já que a crise de 2008 parece ter uma volta mais rápida, pelo menos aqui na parte de Bolsa. Na parte de CDS também começou a aparecer aqui uma volta mais rápida. Vale lembrar que a crise de 2008 era uma crise do sistema bancário e que estava mais concentrada no mundo desenvolvido do que no mundo emergente.

A parte de investimentos. Aqui é a parte de investimentos em Bolsa. Aqui eu acho que é interessante ressaltar que a linha amarela – ou laranja – é a linha de pessoas físicas que estão aplicando dinheiro na Bolsa. A gente consegue ver que essa crise serviu como uma oportunidade, ou seja, as pessoas aumentaram as posições, compraram mais Bolsa, então não houve um movimento de saída. Houve um movimento de saída de fundos e houve um movimento muito grande de saída de estrangeiros, como eu mencionei no gráfico anterior também.

Olhando aqui as respostas da crise, a gente consegue ver um gráfico com as respostas fiscais da crise. A gente consegue ver que o Brasil – com raras exceções, como Tailândia, Peru e Chile – é um dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países que mais está gastando nessa crise em termos fiscais. Aqui não está contabilizado nenhum tipo de ajuda adicional nesse programa emergencial, que pode se estender, mas não contabilizamos aqui. Se contabilizarmos, ele vai ser maior ainda. Mas a gente consegue ver já que o Brasil fez um plano fiscal que, comparado com o mundo desenvolvido, é bem menor, mas, comparado com o mundo emergente, está como um dos maiores.

Aqui é um pouco do preço que vai ser pago por países nessa crise. Na parte da esquerda a gente consegue ver entre parênteses o quanto vai custar de dívida para cada país sair dessa crise. A gente consegue ver... É só para dar uma dimensão de quanto os países estão gastando. E aqui é o aumento da dívida bruta e quanto que isso significa.

E aqui a gente vê as diversas políticas que foram adotadas por países OCDE: suporte às firmas, ajudas com necessidade, mudanças na regulação.

Vou seguir aqui um pouco mais rápido.

Um pouco das ações de bancos centrais. Os bancos centrais já vinham expandindo seus balanços. Os Estados Unidos tiveram uma ligeira queda e depois voltaram agora, na crise, com uma expansão muito grande. O que a gente consegue ver aqui é que a gente tem um movimento, já há algum tempo, de expansão de balanços dos bancos centrais, que estavam começando a entrar em um momento de diminuição. A crise veio, e então voltaram a uma expansão muito grande.

E aqui eu acho que é o que diferencia um pouco os mercados emergentes. Eu vou falar um pouco sobre o ponto de partida do Brasil, que é um ponto de partida fiscal pior, apesar do esforço que nós vínhamos fazendo.

Aqui a gente consegue ver, na parte da esquerda, uma relação muito clara entre o que o mercado entende que é a disciplina fiscal e a taxa de juros que o País aplica. Aqui são os juros de um ano. A gente consegue ver que os juros vinham muito altos. Quando o mercado começou a entender que nós íamos ser mais disciplinados na parte fiscal e que existia um clima de haver uma possibilidade de aprovar na Câmara o teto de gastos, começou a melhorar e seguiu uma melhora grande. Quando foi aprovado, já estava basicamente nos preços, mas aí abriu a oportunidade de uma queda de juros grande. A gente teve aqui um estresse no Governo Temer, depois teve algum estresse perto das eleições também. De novo, quando o mercado começou a falar em previdência, foi quando abriu espaço para uma nova queda de juros. Então, isso mostra que a nossa possibilidade de viver com juros baixos é muito atrelada à interpretação ou ao que os mercados enxergam que vai ser a nossa disciplina fiscal de médio e longo prazo.

E aqui, na parte direita, a gente consegue ver também que nós separamos aqui em dois períodos: um período em que os gastos – e as barrinhas azuis são os gastos do Governo – eram mais altos e nós, por consequência, tínhamos juros mais altos... Nós iniciamos aqui um processo de ajuste. O Brasil aprovou,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, o teto e vinha falando em reformas estruturantes. A gente conseguiu aqui ter uma diminuição grande nas barrinhas azuis, que são o gasto público real. E a gente consegue ver que, em 2020, a gente vai ter aqui uma volta, com uma despesa muito grande, que é necessária. É importante o Brasil, neste momento, entender isto: que esse gasto é necessário para fazer frente aos efeitos da crise, mas que a gente não pode perpetuar esse gasto porque nós voltaríamos para esta época aqui, e seria muito difícil manter um equilíbrio fiscal de piora crescente com os juros baixos.

A gente consegue ver aqui também um gráfico de vários países, do ponto inicial, ou seja, 2019, o ponto inicial da dívida. Então, a gente consegue ver que Chile e Peru, que são os países que têm dívida mais baixa, são exatamente os países que têm – do outro lado, no outro gráfico, você vê – os juros mais baixos. Não só têm os juros mais baixos, que são as linhas verde e amarela, como também tiveram menos impacto no mercado de juros, quando as medidas foram anunciadas, ou seja, o mercado entende que esses países vieram de nível baixo, têm um espaço fiscal grande e podem anotar. Curiosamente, foram os países que fizeram as maiores medidas fiscais. Estamos falando de medidas acima de 10%, no Chile um pouco acima até de 15%. Então, a gente consegue ver aqui que o ponto inicial fiscal foi o ponto de diferenciação. A África do Sul, que tem a pior dívida inicial – é a linha azul aqui –, é o país que mais sofreu com a adoção das medidas.

Este eslaide é só da linguagem que nós adotamos na ata, nesta última reunião, em que decidimos fazer cair os juros para 3% – não vou me ater muito a isso.

Eu acho que é importante a gente ter um debate de qual é a função do Banco Central neste momento, um debate que, inclusive, nós temos com os outros bancos centrais. Existe um ambiente onde os banqueiros centrais conversam, e é muito importante distinguir o que é liquidez e o que é solvência. A função do Banco Central, com algumas raras exceções, é manter o sistema líquido. Você tem um problema de liquidez e um problema de solvência, que é basicamente se a empresa é viável ou não. Obviamente, se você tem um plano de liquidez que dura muito tempo, que se estende, ele se transforma em problema de solvência, mas nós gostamos de dividir bastante o que é a função de dar liquidez ao mercado e o que é a função de dar solvência às empresas. Então, obviamente, eles se encontram quando a crise é muito severa, mas é importante ter isso em mente.

Agora, eu vou começar a falar um pouco das medidas que foram tomadas. Então, a gente tem aqui, numa coluna, um impacto potencial, o que já foi implementado e uma comparação com o que foi feito na crise de 2008. Então, as primeiras duas linhas são as medidas de compulsório, que são as medidas que são liberações de recurso imediato. Foram feitas aqui duas medidas, R\$205 bilhões, que já foram implementadas, comparado com 2008, quando nós fizemos R\$82 bilhões.

Quando nós olhamos também... Fizemos uma flexibilização em instrumentos de captação, que também já foi toda implementada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos um grande potencial nesta medida que se chama empréstimo com lastros em letra financeira garantida, que, basicamente, é o seguinte: os bancos agregam portfólios de créditos, emitem um título em cima desses portfólios de crédito, e o Banco Central financia esses títulos para os bancos. Então, vale lembrar que, antes da crise do Covid, a única forma que o Banco Central fazia financiamento ou que gerava liquidez no sistema era com garantias em títulos públicos; aqui a gente está inovando e passando a fazer com títulos privados. Então, essa medida tem um potencial enorme. Ela é uma medida que tem vários trâmites mensais, ou seja, a gente tem operações mensais. Há uma operação, para sair esta semana, entre R\$10 bilhões e R\$15 bilhões. Isso aqui a gente vai fazendo ao longo do tempo.

Então, esse aqui é o potencial se todos os créditos que são qualificados para essa medida fossem convertidos em liquidez.

A gente também tem uma medida que gera financiamento para os títulos soberanos em dólar, para os ativos brasileiros em dólar. Nós liberamos R\$50 bilhões, e já foram usados, mais ou menos, R\$25 bilhões, o que é mais ou menos proporcional ao que foi feito em 2008.

Essa medida de DPGE é exatamente para ajudar os bancos pequenos e médios, uma medida que faz com que os bancos possam ter depósito a prazo com garantia especial, ou seja, que eles possam captar dinheiro com garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos). E a gente está fazendo aqui... A gente vai, em breve, anunciar algumas mudanças para melhorar a implementação dele. Nós temos um potencial de R\$200 bilhões, já foram feitos R\$4 bilhões. Nós acreditamos que, com as melhorias, isso deve acelerar.

Fizemos também um empréstimo com lastro em debênture. De novo, é o Banco Central financiando o sistema financeiro com colateral em crédito. Isso nunca tinha sido feito antes. A gente tem um potencial, de títulos que são elegíveis, de R\$91 bilhões, e até agora foram feitos R\$3 bilhões.

Então, quando nós olhamos as medidas de liquidez, nós temos um potencial de R\$1,2 trilhão, e até agora foram feitos R\$260 bilhões, que é comparado com R\$117 bilhões que foram feitos em 2008 – em termos do percentual do PIB é mais ou menos o que foi feito em 2008.

Quando nós olhamos a parte de capital também, fizemos uma liberação. Vale explicar aqui que, quando a gente faz uma liberação de capital, a gente está liberando espaço para crédito. Então, cada R\$1 milhão de capital que se libera pode ser convertido, mais ou menos, em R\$10 milhões de crédito – fazendo uma conta mais grosseira. Então, a gente tem aqui também medidas que nós fizemos para liberar capital. E, obviamente, isso é absorvido imediatamente pelos bancos.

A gente fez também uma medida que dispensa os bancos de pagar custo de provisionamento quando fazem repactuação, ou seja, quando rolam uma dívida. Então, isso a gente fez para toda a base de crédito, que são R\$3,2 trilhões, e já foram rolados – ou seja, empréstimos que foram rolados devido a essa medida – R\$550 bilhões. Então, isso teve uma adesão grande. Vale lembrar que essa medida o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central brasileiro fez, e, duas semanas depois, o Banco Central americano fez uma medida exatamente igual a essa.

Quando nós olhamos outras medidas, nós temos uma linha de *swap* com o FED, que nós fizemos e não usamos. Esse é um *swap* que é basicamente um seguro a uma emergência, para ser usado numa emergência. Ele tem um custo um pouco mais caro do que nós temos hoje fazendo com os nossos próprios recursos.

E a gente fez também um programa, junto com o Ministério da Economia, com o BNDES e com o Tesouro, que é um programa para atingir as pequenas e médias empresas. Havia um potencial de R\$40 bilhões, e até agora há cerca de R\$2 bilhões. Esse programa teve um volume de desembolso pior do que o esperado. Eu vou explicar depois um pouco as razões e o que nós vamos fazer em relação a isso, para ajustar o programa, para ver se nós conseguimos, então, acelerar o desembolso.

Aqui é um gráfico comparando todos os países – na parte da esquerda – em suporte à liquidez. Vale lembrar que o Brasil foi o primeiro país que fez uma medida maior de liquidez, à época até um pouco criticada. Nós estávamos já um pouco mais pessimistas com relação aos efeitos que essa crise poderia ter no setor de serviços; inclusive tive uma participação num congresso onde tive a oportunidade de explicar isso, bem no começo da crise. Fizemos um segundo grupo de medidas. Então, o Brasil é o que mais fez e o que fez primeiro.

Esse é o potencial; e está comparado também com o potencial de outros países.

E aqui é a parte de suporte ao crédito também, que o Brasil fez com bastante intensidade. E, olhando aqui a linha azul, foi o primeiro a fazer.

Olhando um pouco os mercados que estão sendo afetados, a gente tem um mercado que estava se desenvolvendo muito, que era o mercado de debêntures, que é uma forma boa de desintermediar o mercado bancário, ou seja, de fazer com que as grandes empresas tenham acesso direto ao capital, sem precisarem passar pelo sistema bancário. Os grandes projetos estavam começando a ser financiados com o dinheiro privado, o que é uma coisa muito boa porque você fica sem a necessidade de ter aquele subsídio enorme, que depois gera um custo gigante para todos os brasileiros. A gente tem uma queda aqui, obviamente, desde que a crise começou, mas a gente não pode esquecer que é importante continuar com esse movimento.

Aqui, a gente vê um pouco a crise que houve nesse mercado de debêntures. Aqui são as taxas, o valor e as taxas médias. A gente vê que, quando começou a crise, houve um aumento de taxa muito grande, uma crise grande. As empresas ficaram com pouca capacidade de fazer esse instrumento, quase nenhuma. E os fundos que tinham comprado esses instrumentos começaram a ter resgate dos cotistas, das pessoas que investiam no fundo, e aí não conseguiam vender porque não havia liquidez. Nós fizemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a medida de debênture. Depois de fazer a medida de debênture, deu uma estabilizada. A gente consegue ver tanto na taxa quanto no valor médio.

Aqui, por prazo, a mesma coisa: a gente consegue ver que a medida que a gente tomou fez com que os bancos entrassem comprando e defendendo um pouco o mercado de debênture. A gente teve uma aquisição de 569 debêntures, num total de R\$5,7 bilhões, até o dia 30/4. Foi essa normalização que nós vimos aqui, então.

Falando um pouco de crédito, que eu acho que é o tema principal e o que eu vejo que gera maior crítica ao Governo hoje em dia, ao contrário do que a gente tem lido, se a gente pegar aqui a data do começo das medidas do Banco Central, a gente consegue ver que o crédito em 2020, pessoa jurídica, que é a linha vermelha, subiu em relação a 2019, subiu bastante. Então, houve um efeito. As medidas tiveram efeito. Vamos pensar, vamos lembrar que o que é razoável num momento de grande queda da atividade é que o crédito caia. Em outros momentos da história brasileira, quando a atividade cai, o crédito cai. A gente teve uma imensa queda de atividade com crédito de pessoas jurídicas crescendo.

Aqui foi o grosso do nosso primeiro pacote de medidas. Aqui ele caiu, mas é sazonal. E ele continua acima de 2019.

Para as pessoas físicas houve um aumento também, depois se reverteu e ele está basicamente num nível parecido, sendo que, na ponta aqui, a gente vê que voltou a crescer em 2019.

Então, basicamente, a mensagem aqui é a seguinte: o crédito cresceu, em relação a 2019. A gente consegue mostrar, comparado com outros países, que em grande parte dos países emergentes houve queda no saldo de crédito. Mesmo os países que fizeram mais medidas, que são países que têm mais capacidade de fazer medidas, como Alemanha, França, Itália, Espanha, a gente consegue ver, comparado com o saldo no Brasil, que só os Estados Unidos foram maiores. Olhando concessão, o Brasil teve 36% de aumento, e a concessão desde a semana 11, que foi quando o grosso das medidas foi implementado, 40%.

Na parte de famílias, a gente teve uma pequena queda, houve uma demanda menor por crédito família. Aqui há muito o efeito do cartão de crédito. O volume de compra caiu, e isso conta aqui no número também. Mas a gente consegue ver aí que o mundo desenvolvido teve um resultado um pouco melhor que o do Brasil.

A parte de preços também. Eu leio bastante que os preços estão subindo, e na nossa estatística a gente não vê isso. Aqui a gente consegue ver o preço de grande parte das categorias de crédito. A gente vê que a única que teve uma alta aqui foi a do desconto de duplicatas, que é exatamente a que afeta mais as pequenas empresas – e por isso eu acho que existe essa sensação de não estarem sendo atendidas as pequenas empresas –, mas, quando nós olhamos o capital de giro, tanto o curto quanto o longo estão caindo, e a conta garantida está caindo. Quando nós olhamos o crédito para a pessoa física, também os preços estão caindo. A gente tem aqui o dado até o final de abril. E a gente consegue ver que a aquisição





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de veículo é o único onde nós temos preços subindo; a inadimplência subiu. E aqui, inclusive acho que continua piorando na margem, pelo que o que a gente consegue ver dos dados não oficiais ainda.

Então, há um mito que eu gostaria de desmistificar aqui. O primeiro deles é que o crédito está colapsando. Não é verdade, o crédito não está colapsando. No Brasil o crédito está crescendo. Está crescendo bem mais do que a média de mercado emergente e está crescendo mais, inclusive, para pessoas jurídicas, do que os mercados desenvolvidos que fizeram medidas mais potentes.

Outro mito que eu também gostaria de endereçar é que o sistema privado não está atendendo e que a função de atender neste momento seria uma função de banco público. A gente consegue ver que isso não é verdade. Aqui nesta tabela a gente consegue ver os segmentos. Como a gente não pode fazer o *disclosure* de quais são os bancos, a gente separa na segmentação. S1 são os bancos grandes. Aqui basicamente, como o sistema brasileiro é mais concentrado em bancos grandes, o grosso do crédito está em S1. A gente consegue ver em S1 duas coisas: primeiro, olhando aqui, o privado foi muito maior do que o público, quase três vezes em termos de novas contratações. Quando nós olhamos por setor, nós conseguimos ver que o grosso do crédito realmente foi para as empresas maiores, apesar de que, quando nós olhamos a comparação entre público e privado, o privado foi maior em grande, foi maior em meio e foi maior em pequeno também, só não foi maior em pessoa física.

Quando nós olhamos esse gráfico de torta aqui embaixo, à esquerda, se a gente assumir que grande parte – e é verdade – dos bancos menores não são públicos, são privados, a gente está falando que quase 80% das novas contratações foram feitos pelo sistema privado. Quando nós olhamos renovação de crédito, a figura é diferente: mostra os bancos públicos com uma renovação maior. Então, a gente vê aqui o impacto da Caixa Econômica Federal, que fez muita renovação na parte de crédito imobiliário, fez um trabalho muito bom. Isso é só para ilustrar que, primeiro, não é verdade que o crédito está encolhendo e, segundo, também não é verdade que o crédito nos bancos privados está encolhendo e que os bancos públicos é que deveriam fazer esse trabalho. Até agora não foi isso que foi observado. A gente consegue ver na concessão total também esse impacto.

Falando na parte de repactuação, aqui é o impacto da medida que eu anunciei, que eu mostrei na tabela anterior e que mostra o seguinte: o Banco Central fez uma medida pela qual, se o banco rolar as prestações e os empréstimos, não tem o custo de provisionamento. A gente vê que de fato os bancos públicos fizeram o grosso dessa medida. Isso aqui é basicamente a Caixa, que, de novo, fez uma repactuação integral para todas as parcelas de crédito imobiliário. Então, a gente tem aqui que quase a metade do que foi usado foi por banco público, e aqui foi mais a Caixa até do que o Banco do Brasil.

Esse é um gráfico que mostra bem os impactos, e a gente consegue ver por setor de empresa e por segmento de banco. Então, o primeiro mito era que o crédito estava encolhendo, e estou mostrando que não, apesar de obviamente a demanda ser maior que a oferta; o segundo é que os bancos é que estão concedendo crédito, e também estou mostrando que não; e o terceiro, que eu não tenho aqui na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação, mas vou mencionar, é que existe essa ideia de que neste momento o importante é concentrar em quem pode dar crédito e que os bancos grandes vão fazer um trabalho melhor que os pequenos. Houve uma pesquisa recente do Sebrae que mostra que, em termos de atendimento de pedidos de crédito para pequenas e médias empresas, os bancos públicos atenderam 9% dos pedidos, os privados atenderam 12%, e as cooperativas, que são empresas de crédito menores, atenderam 31%, ou seja, neste momento, em que você não conhece o risco novo de crédito por uma crise que é difícil de modelar, quanto mais relacionamento você tem com seu cliente, mais você sabe a capacidade dele de pagar num momento de incerteza. Como o que faz parte do componente do preço do crédito é essa assimetria de informação em relação ao cliente, quando você tem empresas que têm contato maior com o cliente você elimina parte dessa assimetria. Então, isso também explica por que nós estamos fazendo medidas para fomentar esses bancos menores, cooperativas, que chegam mais próximo ao cliente. Inclusive, nós fizemos uma medida recente que liberou o equivalente a 16 bilhões de crédito para cooperativa.

Falando um pouco do nosso plano – já estou terminando – emergencial, que foi o programa que eu mencionei e que está com desembolso bem abaixo do esperado, a gente atendeu 1,3 milhão de empregados, aproximando-se a 2 bilhões de valor financiado. Esse é um programa em que, apesar de o desembolso ter sido menor do que o esperado, a gente tem uma qualidade de informação sobre o que está sendo feito muito boa, uma qualidade de controle muito boa. Conseguimos ver quais são as empresas, setores, o tipo de empresa que está necessitando de crédito, qual é o funcionário, em que áreas, ou seja, conseguimos ver a geografia, então ele tem um volume de informação que nos ajuda muito a nos guiar nessa crise. Nós vamos ter em breve também modificações nesse programa que nós acreditamos que vão fazer com que haja aumento.

Isso é um pouco da agenda que nós temos de inclusão, competitividade, transparência e educação financeira. Eu não vou me ater muito aqui, porque eu acho que é importante debater mais as medidas que estão sendo tomadas no âmbito da crise que nós vivemos no momento.

Aqui nós temos as principais iniciativas. Continuamos com todas as iniciativas. Queria só deixar aqui como ponto-final que nada que está sendo feito em termos de reformas estruturantes no Sistema Financeiro Nacional está sendo deixado de lado. Obviamente estamos focando na crise do Covid, mas com acompanhamento de todas as medidas, para que nós consigamos, então, evoluir nessa melhoria, seguindo a Agenda BC#.

Obrigado. *(Pausa.)*

Pronto. Voltei aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente, pela apresentação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como há número regimental, peço permissão a V. Exa. para uma rotina da nossa Comissão.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 9ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário, façam-no através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

Está aprovada a Ata da 9ª Reunião.

Neste momento, eu passo a palavra, Presidente, para o nosso Relator, Deputado Francisco Jr., que terá um tempo entre sete e dez minutos para fazer os questionamentos a V. Exa.

Com a palavra o Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senador Confúcio; bom dia aos demais Senadores, aos Deputados e ao Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos Neto, e à assessoria que o acompanha, Maurício, Fábio... Falcão, parece-me, perdão se anotei errado. Para a gente é uma alegria poder falar com o senhor, que tem tanto conhecimento e tem feito um trabalho tão importante à frente do banco – a gente reconhece.

E nós sabemos também, Presidente, que nós estamos vivendo uma pandemia sem precedentes nos últimos cem anos. Não dá para comparar com nada. Milhares de pessoas estão morrendo, milhões estão sendo contaminadas, o sistema de saúde de diversos países e de diversos Estados operam acima da capacidade, muitos já estão colapsados, outros estão em vias de um colapso. Ao mesmo tempo, nós temos todo um problema na economia; a situação não é menos grave e está deixando muita gente desesperada. Hoje o cidadão quase tem que escolher entre a saúde e a sobrevivência financeira dele, saúde *versus* economia. É uma situação inimaginável que nós estamos vivendo. Muitos defendem que o Governo tem que usar todos os meios disponíveis para manter o sistema econômico funcional, para que essa recuperação econômica possa ser mais rápida, e a instituição que V. Sa. preside tem papel importante nesse aspecto.

Eu quero iniciar com uma pergunta, resgatando a participação do Presidente da Caixa quando estive conosco. Foi perguntado ao Dr. Pedro Guimarães sobre a falta de cédulas para realizar o pagamento do auxílio emergencial, que era algo que acontecia na época, e o fato foi reportado amplamente pela imprensa, inclusive fora do Brasil, numa matéria no *The New York Times*. A Caixa oficialmente enviou a esta Comissão a sua resposta e, quando enviou, remeteu essa questão como de responsabilidade do Banco Central. Portanto, nós gostaríamos de entender, Presidente, qual o motivo para isso estar acontecendo no Brasil. Por que a falta de cédulas neste momento? Como o Governo elabora uma grande e complexa operação como esta – foram 50 bilhões – e simplesmente falta cédula para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizar o pagamento? O aumento por demanda de cédulas era óbvio. Faltou planejamento por parte do Governo ou foi só um problema pontual, talvez de comunicação, entre o Banco Central e a Casa da Moeda?

Outra situação: nós estamos percebendo, como o senhor acabou de relatar muito bem, que desde o início da crise o Banco Central fez um grande conjunto de alterações técnicas na regulamentação bancária, com o objetivo de ampliar o conjunto de operações de crédito. Se nós compararmos esse aumento com 2019, realmente a gente percebe que já houve um avanço, só que as operações de crédito ainda estão em volumes insuficientes diante da dimensão da crise – a gente percebe que vocês têm ciência e reconhecem isso. Está claro para V.Sa., para a equipe, para a equipe econômica que a régua para avaliar esta crise não deve ser nem o ano passado, nem 2018, nem os anos anteriores, mas a situação que temos este ano, que não há parâmetro? Eu acho importante dizer isso porque acaba que os gráficos ficam perdidos no meio desta situação, que é atípica, ou seja, uma leve ampliação da oferta de crédito em relação a 2019 será insuficiente para assegurar o volume de créditos que as empresas e as pessoas necessitam.

Qual é a estimativa do Banco Central com relação às necessidades de crédito das empresas e pessoas para poder atravessar esta crise? Houve uma projeção, que o senhor colocou nesse último quadro, e houve um sucesso, por exemplo, com PJs pequenas, com pequenas empresas de quase 2 bilhões, mas qual é a expectativa, qual é a projeção, o que seria necessário, qual é a nossa meta para nós termos esse quesito atendido? Porque, por mais que se esteja esforçando e por mais que o senhor use a expressão "não é verdade" e "mitos" que nós temos que romper – acho que foi "mito" que o senhor usou –, que nós temos que trazer essa verdade à tona... Mas, então, qual é o nosso objetivo para que as pessoas percebam isso, para que as empresas percebam isso de forma mais consistente? Qual é o percentual que está sendo atendido pelas instituições financeiras?

Depois, com relação à eficiência das medidas, eu gostaria de perguntar o seguinte, Presidente: se o objetivo do Banco Central é aumentar a oferta de crédito, não adianta muito os bancos deixarem os encaixes compulsórios com a remuneração Selic, para terem recursos líquidos não aplicados e continuarem a receber próximo à Selic, até que ponto a equipe técnica do banco continua com o *mindset* do período de normalidade, quando o momento requer uma abordagem diferente?

Outra pergunta: o banco já apresentou alguma resposta, alguma proposta de fundo garantidor para o Ministério da Economia como uma das estratégias de mitigação do risco de crédito para que mais recursos cheguem às mãos dos consumidores? Por que pergunto isso? O senhor falou em algum momento sobre fundo garantidor; eu estou falando sobre fundos garantidores específicos para viabilizar a tomada de crédito. Esse é um assunto recorrente na Comissão. Diversos Senadores e Deputados especialistas na matéria – eu não sou, mas diversos aqui são – sempre retomam esse assunto do fundo garantidor, e parece





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que até agora nós não tivemos ainda uma resposta consistente de se é um bom caminho ou não e por quê. Gostaria de ter uma opinião do senhor nesse aspecto.

E, por fim, como o Banco Central está utilizando a estrutura de cooperativas de crédito e *fintechs* para ajudar a capitalizar a oferta de crédito para as pessoas físicas e empresas? A gente percebe, e eu já escutei essa reclamação, que as cooperativas de crédito estão a par de tudo isso; elas não estão ofertando, participando neste momento dessa oferta de crédito. Essa talvez hoje seja a maior reclamação, até porque estão todos muito inseguros. Existe algum projeto, algum plano para envolvê-las de forma específica, um plano específico para as cooperativas?

No mais, eu agradeço a sua atenção e me coloco à disposição para que possamos, da melhor forma possível, atravessar esse período juntos.

Percebo que o senhor também está gripado. Desejo melhoras para o senhor, que se recupere logo. A última coisa de que a gente precisa agora, Presidente, é que essa gripe complique para o senhor. Então, se cuide também!

Muito obrigado pela atenção. Espero que as minhas perguntas possam contribuir de alguma forma.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, meu querido Relator Francisco Jr.

Passo a palavra ao Presidente Roberto Campos Neto pelo tempo de oito minutos para responder ao nosso querido Relator. Obrigado.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Muito obrigado.

Obrigado, Deputado Francisco Jr. Vou responder as perguntas que foram feitas.

A primeira pergunta é em relação à falta de cédulas. Eu acho que a imprensa noticiou que havia um problema de falta de cédulas. Na verdade, não existe um problema de falta de cédulas, mas, obviamente, o programa foi feito de uma forma muito acelerada, é um pagamento muito grande em espécie. Os saques em relação aos programas – ou seja, o percentual que é sacado em relação ao histórico que é sacado em espécie – foram maiores relativamente ao histórico anterior, e não só no Brasil. A gente teve, nessa fase recente, um problema que a gente chama de entesouramento: as pessoas pegam o dinheiro em espécie e levam o dinheiro para casa. Por quê? Porque nesse período de pandemia as pessoas têm dúvida: "Ah, será que o banco vai estar aberto amanhã? Será que vai estar aberto depois? Se eu quiser pagar um serviço ou um *delivery*, alguma coisa que eu peça em casa, eu preciso ter dinheiro". Esse foi um fator.

Outro fator é que nós pagamos em dinheiro uma quantia em alguns lugares do Brasil que foi uma quantia alta para o que as pessoas tinham como gasto corrente. Então, o que aconteceu? As pessoas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levaram esse dinheiro para casa e gastaram aos poucos. Muitas dessas pessoas não têm conta corrente, ou seja, o dinheiro não volta para o sistema. Então, quando foi feita essa contabilização, nós nos demos conta de que havia mais dinheiro que estava saindo e que não estava voltando para o sistema. Então, é um misto de um programa que foi muito grande, sem precedentes...

Para os senhores terem uma ideia, a Caixa Econômica utiliza, de cédulas, 25 bilhões a 26 bilhões por ano, e foram utilizados quase 50 bilhões em um mês. Então, o que o Banco Central fez? O Banco Central pediu à Casa da Moeda que acelerasse, ou que antecipasse, a produção. Isso está sendo feito. Nessa última semana, o retorno já melhorou, ou seja, o retorno das cédulas já melhorou. Não existe problema de falta de dinheiro em nenhum ATM, em nenhuma caixa, nem vai existir. O Banco Central trabalha com uma margem de segurança, mas, quando entendemos que a margem de segurança está ficando menor, nós alertamos os bancos para que tentem entender a situação incentivando sempre o retorno das cédulas. Mas, assim, é um período muito atípico, inclusive outros países estão com o mesmo problema de entesouramento, o dinheiro está voltando menos ao sistema. Mas o sistema segue normalmente, não temos nenhum problema aqui nem vemos nenhum problema à frente.

Sobre o fato de ser uma crise sem precedentes, tenho absoluta convicção disso. Inclusive, o Banco Central, como eu mostrei, se antecipou ao entender esse processo de crise. Inclusive, eu me lembro de que fui ao Congresso, expliquei, disse: "Olha, eu estou vendo aqui uma crise na parte de serviços, com o distanciamento social, que vai ser uma crise profunda". Naquele momento, não tinha como saber qual seria a duração do distanciamento social e o que isso iria causar. Vale lembrar que, no começo da crise, na terceira semana de fevereiro, antes de entrar março, a percepção no Brasil era que era uma crise que seria restrita à Ásia e que influenciaria basicamente a parte de comércio exterior. Rapidamente, quando a crise começou a se intensificar na Europa, nós entendemos que poderia chegar ao Brasil com uma intensidade grande.

Nós temos várias metas. O Banco Central não consegue ter uma meta de "eu quero ter 'x' ou 'y' de crédito". Por quê? Porque na forma como o Banco Central opera, ele tem que garantir que haja liquidez no sistema. O Banco Central dá liquidez aos bancos, para que os bancos possam fazer operações de crédito.

O sistema, em grande parte, é privado no Brasil, e o Banco Central não tem como falar para um banco que ele tem que fazer crédito "a", "b" ou "c". A gente tem como direcionar e como dar liquidez.

Curiosamente – eu mostrei também na apresentação – os bancos privados estão fazendo até mais do que os bancos públicos em termos de novas concessões. Então, se fosse para ter um direcionamento, os bancos públicos teriam até que estar fazendo mais crédito nesse sentido.

A Caixa Econômica tem feito um trabalho extraordinário na parte imobiliária. Nessa parte de distribuição do programa, do auxílio emergencial, acho que é um dos maiores programas que foram feitos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na história, muito amplo, com um potencial de capilaridade enorme. A gente vê que outros países que estão fazendo esses programas estão até mais lentos que o Brasil. Então, nós entendemos esse mérito e que a Caixa se focou nisso durante um tempo, e acho que com razão.

Em termos de percentual que não está sendo atendido, eu acho que isso é grande parte do problema. Você pode expandir a sua base de crédito, mas como você tem uma crise que interrompeu o fluxo de caixa durante um tempo que não estava no radar de ninguém, as empresas têm uma demanda de empréstimos para sobreviver àquele período. Como os bancos não têm como atender essa demanda, nem colocando mais liquidez no sistema, você tem esse descompasso entre uma oferta que está aumentando, ainda que pouco, e uma demanda que está aumentando muito mais.

Como é que isso tem sido feito nos outros países? Nos outros países, tem sido feita uma parte de liquidez pelo Banco Central, para garantir o crédito, e uma parte de transferência direta, que é direto do Governo, porque não é uma política do Banco Central, é uma política fiscal. O Banco Central não faz política fiscal. E aí há essa complementação.

Obviamente, nós temos ideias e trabalhamos juntos. Queremos que o crédito cresça ainda mais. Devemos ter novas medidas anunciadas nos próximos dias, sempre querendo direcionar para ter certeza de que o crédito chega aonde ele tem que chegar. Então, respondendo à segunda pergunta.

A terceira pergunta é em relação à remuneração da Selic. Vale lembrar que, se um banco capta um dinheiro e remunera a Selic, o banco tem prejuízo, porque ele tem um custo operacional, ele tem que manter a agência, a rede, ou seja, o banco não pode simplesmente captar um dinheiro e manter o dinheiro na mesma taxa.

Então, a percepção de que remunerar a Selic faz o banco ter lucro sem ele fazer nenhuma atividade não é verdade. Se todos os bancos tivessem tudo na remuneração da Selic, eles quebravam, porque o banco tem que ganhar acima da Selic para compensar todos os custos transacionais, custos de agência, de logística, todos os custos operacionais que o banco tem.

Se a gente fizer uma punição muito grande em relação à remuneração, provavelmente o que vai acontecer é que o *spread* vai subir, porque os bancos vão ter que reagir subindo o *spread*. Então, essa não é a solução.

Sobre o fundo garantidor, de novo, o fundo garantidor geralmente é um fundo em que você tem uma aposta do Tesouro. Então, é uma parte fiscal, não é uma parte da política de liquidez e de capital do Banco Central. Nós entendemos que o fundo garantidor é bom porque ele tem uma capacidade de alavancar. Em vez de colocar 100 bilhões de empréstimo, você pode colocar 100 bilhões com as garantias e fazer um sistema em que se consiga atender mais, ter uma base maior, ou seja, ter uma amplitude maior de alcance. Então, a gente entende que é um instrumento bom. Há um instrumento que está sendo desenhado pelo BNDES e que deve estar disponível em breve.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a cooperativas e *fintechs*, eu fiquei surpreso com as colocações sobre cooperativas porque eu tive até, semana passada, uma videoconferência com grande parte das cooperativas. As medidas do Banco Central foram superelogiadas. As cooperativas tiveram várias medidas ao longo dessas últimas semanas especificamente para garantir que elas tenham condições de funcionar bem. Fizemos medidas de LCA, ou seja, instrumentos de captação, fizemos medidas de simplificar a burocracia, fizemos medidas em relação a reconhecimento de colateral, fizemos medida de injeção de capital, porque se abriu espaço para fazer 16,6 bilhões de crédito a mais, ou seja, nós focamos bastante no tema de cooperativas. E, conversando com as cooperativas na nossa última reunião, a percepção que eu tive é de que as cooperativas estão se sentindo bem atendidas no programa. Existe uma crítica em relação à velocidade do crédito, e aí há uma parte que é fomentar a digitalização do processo para que o processo de tomada de crédito seja mais rápido. Nós discutimos sobre isso. Inclusive, recebemos propostas que estamos implementando para melhorar mais ainda o tema das cooperativas. Com *fintech* é a mesma coisa. Tive uma reunião recente com a associação de *fintechs*. Escutei todos os pleitos das *fintechs*.

A nossa agenda, de antes do coronavírus, é a mesma agenda de agora. Nós não acreditamos que vale a pena pagar o preço de concentrar o sistema para ter um sistema mais estável. Isso foi feito em todas as crises no passado. Com medo de haver uma fragilidade no sistema bancário, os governos concentraram o sistema bancário. E aí a gente terminou com um sistema bancário que é muito mais concentrado. E isso vem desde a crise de 1998 e depois com a crise de 2008. Nós não entendemos que esse é o caminho. O Banco Central segue com a agenda de desconcentrar.

Acho que eram essas colocações.

Desculpem-me se passei um pouco do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

Muito obrigado, Presidente.

Eu quero aqui fazer a leitura dos nomes dos internautas que enviaram perguntas: Thiago Castro, de Minas Gerais; Cezar Ávila, do Rio Grande do Sul; Maria Luiza Aguiar, do Estado do Piauí; Antônio Oliveira, do Estado do Paraná; André Zaim dos Santos, de São Paulo; Samuel Rodrigues, de São Paulo; Luan Souza, do Rio de Janeiro; e Rachel Dias Elias, de São Paulo.

Nós vamos agora iniciar os blocos de perguntas com os Senadores e Deputados da Comissão. E eu vou fazer, em primeiro lugar, uma pergunta dos internautas, porque realmente, para nós, é interessante prestigiá-los. Eles estão atentos, enviaram centenas de perguntas. Não teremos tempo, de jeito nenhum, de atender a todos. Mas eu vou fazer a pergunta de André Zaim dos Santos, de São Paulo.

O senhor anote, Sr. Presidente, e responda no bloco com as dos Parlamentares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

André Zaim: "Por que houve demora na entrega do auxílio emergencial, que custa 17 bilhões por mês, mas não na liberação de 1 trilhão de reais aos bancos?". Essa é uma pergunta de André Zaim dos Santos.

Agora eu incluo os inscritos Izalci Lucas, Luiz Carlos Motta, Deputado de São Paulo, e Felício Laterça, Deputado Federal do Rio de Janeiro.

Eu passo a palavra para o Senador Izalci Lucas, pelo tempo de três minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Eu ia fazer um histórico, mas o tempo não é suficiente. Então, eu vou praticamente direto para as perguntas.

Primeiro, com relação à queda das taxas básicas de juros, ela não tem sido comemorada porque ela é resultante da estagnação econômica em vez de ser fruto dos ajustes estruturais da economia brasileira que resultam em crescimento econômico como estabilidade da moeda. Eu pergunto: a taxa básica de juros... O Banco Central tem pouca influência na inflação, mais causa instabilidade do que estabilidade modificar as taxas de juros para baixo e para cima. Eu pergunto: o senhor realmente teme que a inflação fique acima do centro da meta se o Banco Central colocar a taxa básica de juros em zero neste momento? O senhor teme essa instabilidade do sistema financeiro em eventual queda ainda maior da taxa básica de juros? Essa é com relação aos juros.

Com relação às reservas internacionais, qual é o momento ideal para vender parte das reservas internacionais e diminuir a dívida pública bruta? Seria em um momento de desvalorização cambial ou em um momento de calma, em que as moedas dos países emergentes se valorizam? Evidentemente, trata-se aqui de venda definitiva de apenas parte das reservas internacionais; não se trata de vender todas as reservas em moeda estrangeira nem se trata de operações com compromisso de recompra.

Outra pergunta: o que o senhor pensa acerca da necessidade de criação de um comitê de política cambial? O que o senhor pensa acerca de eventual transferência da administração das reservas internacionais do Banco Central do Brasil para a Secretaria do Tesouro Nacional, como já ocorreu com a dívida pública interna e externa? E qual é o volume de crédito do Tesouro Nacional com taxa de juros obrigatória por região no País?

Além disso, Presidente, há um questionamento muito forte com relação ao pagamento do auxílio emergencial. A Caixa Econômica tem 3,4 mil agências, mas os outros bancos, além de caixas eletrônicos e loterias, são mais de 20 mil agências. Por que não adotar o óbvio, no sentido de dar ao cidadão opção de escolher onde receber o recurso, no próprio banco em que tem conta, para evitar inclusive essas filas, essas aglomerações? V. Exa. não acha que o cidadão deve escolher como utilizar o recurso e não ser limitado pelo Governo com relação somente à Caixa Econômica, os bancos federais?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, além disso, por que reter o saque por 15 dias? Essa limitação também não vai contra os princípios econômico-liberais? Quem quiser sacar, sendo seu o dinheiro por direito, por que não autorizar o saque livre de uso, dessa retenção de 15 dias.

Só para contrariar, talvez, porque eu vi V. Exa. falando com relação ao crédito, mas, por exemplo, eu faço reuniões constantemente com pequenas, médias e grandes empresas. No caso das pequenas e microempresas, nós liberamos agora o fundo garantidor, que foi R\$15,9 bilhões, em uma medida provisória que foi colocada, mas até agora a liberação desse financiamento, em cima do Pronampe, é praticamente zero. Acho que não houve ainda nenhuma liberação com relação a isso.

O que mais se reclama... Eu vi as demonstrações, a apresentação de V. Exa., mas a maior reclamação que nós temos nas associações comerciais, no próprio Sebrae, é que as empresas não conseguem crédito, infelizmente. Eu não sei o que está acontecendo, mas pode ser que, agora, com o fundo garantidor, as coisas melhorem; mas, por enquanto, o acesso ao Pronampe, por exemplo, é zero.

Então, a gente tem falado muito que enchemos a caixa, a caixa está cheia e a torneira está pingando. Isso, pelo menos, é o que a gente tem de informação.

Eu fui surpreendido por esta apresentação, não é o que a gente tem escutado e discutido nos últimos dias, a reclamação é imensa com relação a isso.

Outra coisa, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu quero registrar...

Quem acabou de fazer as perguntas foi o Senador Izalci Lucas.

Senador Izalci, eu sei que V. Exa. não terminou as suas perguntas. Vamos ver lá na frente se a gente consegue retornar ao senhor para concluir a sua última pergunta.

Eu passo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Motta, de São Paulo. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Motta, V. Exa. está com a palavra, fique à vontade.

Só libere o som.

É só liberar o seu som, Deputado.

O som ainda não está liberado. *(Pausa.)*

Vamos liberar o seu som, Deputado.

O seu som não está liberado.

Ativa na tela, Deputado, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Está tendo algum probleminha.

Eu vou fazer o seguinte, Deputado Luiz Carlos, vou passar para uma pessoa na frente do senhor, até o senhor regularizar isso. Aguenta um pouquinho.

Então, vamos passar a palavra para o Deputado Felício Laterça, por gentileza.

Felício Laterça, do Rio de Janeiro.

Pode falar, Deputado Felício.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Microfone ativado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isto, ótimo.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Presidente, Senador Confúcio, nobre Relator, Deputado Francisco Jr., demais Senadores e Deputados, quero cumprimentar o Presidente Roberto Campos Neto, do Bacen, os seus auxiliares, o Sr. David Falcão, o Sr. Flávio Araújo. Parabéns pela sua exposição, antes de mais nada.

O Banco Central tem sido um agente ativo na mitigação dos efeitos econômicos decorrentes da pandemia do coronavírus. Nesse sentido, uma série de ações foram tomadas pela instituição, dentre as quais, a redução do compulsório das instituições financeiras, a autorização para que financeiras possam emitir CDBs e a instituição de medidas para facilitar a renegociação de dívidas de clientes junto às instituições financeiras.

Todas essas medidas foram construídas, em maior ou menor grau, em conjunto com iniciativas do Congresso Nacional, que aprovou, por exemplo, a PEC do orçamento de guerra e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Assim, no contexto atual, grande parte das ações do Banco Central são no sentido de prover liquidez ao mercado. Mesmo com isso, toda sinalização do mercado, conforme apresentado pelo próprio boletim Focus que foi publicado nesta manhã, sinaliza que ficaremos abaixo do piso da meta para o exercício 2020. Cumpre também lembrar que o cenário de inflação e de juros tem sido baixo em todo o mundo, inclusive com juros reais e até nominais negativos em algumas jurisdições, como a Alemanha. Assim, o senhor acha que o Brasil conseguirá cumprir a meta de inflação para 2020? O senhor entende que a nossa meta, conforme estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, está adequada ou precisaria ser revista?

Ainda no contexto das ações do Banco Central, as medidas de liquidez, embora necessárias em algum momento, podem gerar pressão inflacionária no futuro. Em particular, a possibilidade aberta pela PEC do orçamento de guerra, que permite ao Banco Central comprar títulos públicos no mercado secundário acaba por possibilitar que emissões de moeda sejam usadas para indiretamente financiar o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tesouro Nacional. O Banco Central pretende fazer uso desse instrumento? O senhor entende que tal medida gera algum risco futuro, quer inflacionário ou de credibilidade da instituição e da política monetária do Governo?

No mais, outras perguntas que eu teria também já foram feitas, e o senhor já as respondeu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Motta.

Verifique, Deputado, se o som está organizado.

Deputado Luiz Carlos Motta, de São Paulo. *(Pausa.)*

Não. Ele não falou, não; ficou sem som.

Deputado Luiz Carlos Motta, está presente? *(Pausa.)*

Eu não o estou vendo, Deputado.

Cadê ele? Sumiu.

Então, vamos adiante. Vamos passar...

Deputado Luiz Carlos, tem que ficar atento, por gentileza.

Agora, Deputado João Campos, do Estado de Pernambuco.

Deputado João Campos com a palavra. *(Pausa.)*

Deputado João Campos. *(Pausa.)*

O Deputado João Campos também não está presente.

Vamos passar adiante. Depois lembre a mim os que eu chamei.

Vamos ao Deputado Cacá Leão, da Bahia.

Hoje o pessoal está escondido. Deve ser conexão.

Deputado Cacá Leão. Isso, ótimo.

Está com a palavra, Deputado.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Senador, meu querido Presidente Confúcio Moura, brilhante representante do Estado de Rondônia no Senado Federal e no Congresso Nacional, eu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

quero cumprimentar os demais membros desta Comissão, em nome do querido Relator, Senador Confúcio. O Relator Francisco Jr. foi tão feliz nas suas colocações das suas perguntas que ele acabou tirando grande parte dos questionamentos que a gente ia fazer. Aí, logo depois dele falou o Senador Izalci, que também entrou na outra parte, no outro caminho, pelo menos das perguntas em que eu havia trabalhado.

Eu quero cumprimentar e parabenizar pelo trabalho o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e toda a sua equipe. Agradeço o grande trabalho que eles estão fazendo pelo Brasil, nesse momento.

Eu tenho duas perguntas aqui que eu deixei para entrar um pouco... Como eu falei, uma o Deputado Francisco Jr. abordou e eu vou tentar aprofundar um pouco mais, e a outra é a que foi feita pelo Senador Izalci.

A primeira pergunta, Presidente Roberto, é exatamente sobre essa questão da falta de moeda que acabou existindo no Brasil: se isso não se deve à burocracia do caminho – pelo menos, foi o que eu li; corrija-me se eu estiver errado. Existe um caminho: a Casa da Moeda encaminha esse papel, essa cédula para o Banco do Brasil, e o Banco do Brasil é quem faz essa distribuição. Pergunto se o Banco Central pensa em um outro formato. Aí eu faço um questionamento pós-pandemia. Tenho lido que diversos países do mundo têm adotado a diminuição de cédulas. Pergunto se o Banco Central, se o Brasil pensa também, num período pós-pandemia, em fazer essa diminuição da questão de cédulas, do papel-moeda, para que a gente consiga ter uma fiscalização maior. Isso, consequentemente, diminui, inclusive, a questão da corrupção.

A segunda pergunta, que o Senador Izalci também fez, é sobre a questão da internalização das nossas reservas internacionais. Eu queria ouvir um pouquinho o que o Presidente Roberto Campos pensa sobre esse assunto, se existe... Eu particularmente defendo essa internalização, inclusive, há um tempo, nas discussões da Comissão de Orçamento no Congresso Nacional, principalmente trabalhando para a questão de esse recurso ser utilizado em parcerias público-privadas para as grandes obras de infraestrutura. A gente tem aí a Ferrovia Oeste-Leste, a Ferrovia Norte-Sul, diversas obras, diversas rodovias, duplicação e finalização da BR-101. Eu particularmente gostaria de ver essa internalização sendo utilizada com a contrapartida do Governo na questão das grandes obras de infraestrutura, para que a gente aumente o número das nossas PPPs.

No mais, é isso, Presidente.

Quero agradecer e, mais uma vez, parabenizar o nosso Presidente Roberto Campos Neto pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Cacá Leão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a participação dos três – Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal; Felício Laterça, do Rio de Janeiro; e Cacá Leão, da Bahia – e do internauta André Zaim.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para, no tempo de sete minutos, no máximo oito minutos, responder aos quatro.

Muito obrigado.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Obrigado.

Vou tentar responder a tudo isso em sete minutos.

Quanto à pergunta do internauta André Zaim, a parte do programa de auxílio emergencial não é desenhada pelo Banco Central. De novo, o Banco Central faz a parte de liquidez e capital e a parte de crédito – as medidas que fazem o crédito fluir –, e há uma parte, a parte fiscal, que é desenhada pelo Ministério da Economia – nesse caso, o Ministério da Cidadania participou bastante.

Eu entendo que a liberação do auxílio foi bastante rápida, comparada com o que acontece em outros países. Por exemplo, nos Estados Unidos, há um programa elogiado, em que os cheques são enviados pelo correio, e a gente vê que, até agora, a maior parte não recebeu ainda. Então, eu entendo que foi atingido um número grande de pessoas num tempo rápido. De novo, não é uma política do Banco Central, mas é a minha interpretação, olhando o que aconteceu em outros países.

A parte de capital e de liquidez é sempre mais rápida porque é uma parte de regulamento, em que o sistema brasileiro absorve rápido as medidas. Agora, nós não liberamos 1,3 bilhão, esse é o potencial de todas as medidas. Como eu tentei mostrar na apresentação, isso depende dos bancos, há a demanda de fazer as operações; depende de o crédito fluir no sistema. Então a gente está acompanhando para que isso aconteça.

Respondendo às perguntas do Senador Izalci, realmente a taxa de juros, recentemente, no mundo é bastante baixa, então parte da queda da taxa de juros no Brasil se deu graças a esse ambiente de taxa de juros baixa no mundo, isso é verdade. Agora, vale lembrar que você não consegue ter uma taxa de juros estruturalmente baixa se você tiver o fiscal desarrumado, ou se tiver num regime onde o Governo esteja perdendo a credibilidade fiscal. Nós vimos recentemente, por exemplo, no Governo Dilma, um período em que o crescimento ia para baixo e a inflação ia para cima. Foram quase 40 meses consecutivos de inflação para cima e crescimento para baixo, com a perspectiva de que o fiscal estava desarrumado. O que permitiu esse arranjo, no começo do Governo Temer, foi essa sinalização de que o País iria adotar uma trajetória fiscal mais sustentável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vender reservas para pagar a dívida bruta. Na verdade, a dívida bruta é um conceito contábil um pouco distorcido. É como se você estivesse olhando uma empresa, estivesse olhando o seu passivo todo e não estivesse olhando parte dos seus ativos. Então, na verdade, existe essa anomalia porque o jeito de financiar as reservas é com título público, e as reservas ficam no balanço do Banco Central e os títulos públicos não ficam; então você tem esse descasamento.

Existem instrumentos que são mais eficientes para fazer essa manutenção da reserva – inclusive é um projeto que nós temos, de ter esse instrumento – para fazer com que você consiga não ter essa diferença. Na verdade, a diferença hoje entre o conceito de dívida líquida e o conceito de dívida bruta é basicamente as reservas. Então, vender as reservas simplesmente para abater a dívida bruta é um tema contábil. Quando os investidores olham o Brasil, eles levam em consideração que nós temos esse ativo que são as reservas. Do ponto de vista de percepção de risco Brasil, não faz nenhuma diferença se a ideia é vender somente para diminuir a dívida bruta.

Comitê de política cambial. Por que nós não temos comitê de política cambial e por que temos Comitê de Política Monetária? Porque nós não temos uma meta de câmbio, nós temos uma meta de inflação, então, como o câmbio é flutuante, não faria sentido haver um comitê para uma variável que, na nossa política, é flutuante. Se é flutuante, nós deixamos flutuar e fazemos intervenção à medida em que haja *gaps* de liquidez ou que haja problemas de liquidez no mercado.

Transferência do câmbio para o Tesouro. Você quebraria o sistema que existe hoje, de metas, em que você tem o câmbio flutuante e um sistema de metas com o qual controlamos a política monetária.

Auxílio emergencial. De novo, foi um programa desenhado pelo Governo na parte fiscal. E por que não deu opção para as pessoas resgatarem antes? Eu não consigo responder a essa pergunta, mas acho que poderia ser perguntado ao Cidadania ou até à própria Caixa Econômica, acho que o mais apropriado seria até ao Ministério da Cidadania.

Por que reter o saque? Dessas particularidades do programa eu não participei, a gente só viabilizou a parte financeira.

O Pronampe está sendo regulamentado. Entendo que haja uma burocracia. Eu tenho falado com Parlamentares, que têm ajudado muito o Banco Central e ajudado muito o Governo na elaboração de medidas. Várias medidas que nós fizemos ou ajustamos foram ideias de Parlamentares que estão na ponta, estão vendo a situação de perto. Então, tem sido um trabalho mútuo e profícuo. Então, agradeço por isso a todos os Parlamentares.

Respondendo à pergunta do Deputado Felício Laterça, a meta de inflação, na verdade, é estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, em que o Banco Central é um voto de três: nós temos aí o voto do Secretário da Fazenda e o voto do Ministro da Economia. Nós vamos, em breve, falar sobre a meta que vai vigorar em 2022. Se eu acho que nós deveríamos mudar a meta? Não. Eu acho que, quando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

you have a temporary deviation from the goal for an extraordinary reason, you should not change the goal. The goal should be more stable than this.

There is a question about the PEC of public titles. It is a very interesting question. For me to make a more comprehensive answer, it would take a lot of time, but here it is only to say that this is a box of tools, there are many tools, and you have a priority in which you use the tools. What I have said is that the monetary policy is not exhausted. Then, if I have a monetary policy that I believe still has room, using other instruments with this purpose, in fact, will create a distortion of our principle of monetary policy, of our principle of initial action. Then, it would not be good, and, in fact, it would make the system lose credibility, and it is a system that we understand works well. Then, the idea is not this. You have many ways to act with the public title: you can act in the long term, you can sterilize or not, you can act in the long term or in the short term... Then, there are many modalities, but I will not have time to go into detail here.

As perguntas do Deputado Cacá Leão. Sobre a falta de cédula, e eu mencionei isso anteriormente, o problema não é o custodiante, o trabalho do Banco do Brasil tem sido bastante bem feito. O Banco Central não tem cofre em todas as localidades. Se nós fôssemos usar somente os nossos cofres para o dinheiro chegar à ponta, ia ser mais caro e ia levar mais tempo. O Banco do Brasil tem uma maior capilaridade e, então, pode ter o dinheiro mais perto do consumidor, do usuário. Agora, a segunda parte da pergunta é crucial, que é: nós deveríamos ter uma meta de digitalizar mais o sistema financeiro. Isso é um programa que nós temos. Vamos lançar agora em novembro o PIX, que é o pagamento instantâneo digital, que vai funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana. Queremos fazer também o *open banking*. Queremos digitalizar cada vez mais o processo, fomentando as *fintechs* e as empresas. Queremos também digitalizar o processo de concessão de crédito. Hoje há uma burocracia que é pouco eficiente, leva muito tempo. Então, essa é uma pergunta crucial. Sobre gastar reservas ou utilização de reservas para projetos de infraestrutura, o que eu tenho dito é o seguinte: alguns países acumulam reserva, porque têm superávit; no caso do Brasil, quando nós olhamos a acumulação histórica de superávit e déficit, basicamente eles se cancelam. Quando nós pegamos o estoque de compromissadas, ele é basicamente o espelho das reservas. O que que significa isso, numa aproximação? Isso significa o seguinte: basicamente, nós nos endividamos para comprar um ativo que é reserva. Então, é como se houvesse uma empresa em que você tivesse, de um lado do seu balanço, a sua dívida e, do outro lado, o ativo que você comprou. Então, imagine que isso é uma empresa e você resolve vender parte desses ativos para fazer um investimento na empresa. Na hora em que você vende parte desses ativos para fazer um investimento, você sobrou com a dívida que você tinha. Então, na verdade, se você usa parte das reservas para fazer investimento, você está aumentando o seu endividamento, porque parte das suas reservas foi financiada com a dívida, e a dívida continua lá. Você pode vender para pagar parte da dívida, que foi outra pergunta anterior...

(Interrupção do som.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Presidente.

Vamos em frente.

Eu queria consultar se o Deputado Luiz Carlos Motta já está na página – Luiz Carlos Motta, de São Paulo. *(Pausa.)*

Ele saiu.

O João Campos já está na nossa página, nosso bloco. Deputado João Campos...

Ah! Está aí! Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Motta, São Paulo. Pode falar, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Está me ouvindo? Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente. Está ótimo. Pode falar.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado pela paciência, Sr. Presidente. Cumprimento o senhor.

Eu também cumprimento o Relator, o Deputado Francisco Jr., e quero parabenizar o Francisco Jr., porque ele faz as observações e pega muito das nossas ideias. Ele já nos contempla com a sua introdução. Então, parabéns, Deputado Francisco Jr. E cabe a nós aqui só fazer uma adequação às suas explicações. Então, parabéns pelo seu trabalho.

Gostaria de cumprimentar também o Sr. Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Sr. Presidente, num contexto de redução do PIB neste primeiro trimestre deste ano, com a constatação do próprio Banco Central de que a economia brasileira deverá registrar uma retração de 5% a 8% em 2020, preocupado com a sobrevivência das empresas para se preservar os empregos e a renda dos trabalhadores, eu pergunto... Primeiro, complementando o que o Senador Izalci falou, o Banco Central persistirá na redução da taxa Selic? Segunda pergunta, só para complementar o que o Deputado Francisco Jr. já falou: o Banco Central vai determinar aos bancos a circulação dos numerários para micro, pequenas e médias empresas, que são hoje os grandes empregadores e que estão enfrentando dificuldades diante desta pandemia? Essas empresas precisam, com urgência, Sr. Presidente, da liberação desse dinheiro. Terceira pergunta: qual será o papel do Banco Central no enfrentamento da crise, já que a tendência é não haver alta de inflação, mas, sim, uma alta do desemprego? E a quarta: o senhor já declarou ser contrário à emissão de moeda para financiar os gastos do Governo no combate à crise, mas, diante dessa persistência da pandemia, o senhor ainda pensa assim ou já pensou em considerar a possibilidade de emissão da moeda?

Parabéns, Sr. Presidente. Parabéns também pela sua explicação.

Obrigado, Sr. Presidente Confúcio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado. É uma satisfação.

Eu passo a palavra para a Senadora Eliziane Gama, pelo Maranhão, com muita satisfação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente Confúcio, V. Exa. me dá 30 segundos pela ordem? Eu não queria comprometer o meu tempo de questionamento. Pode ser?

Eu queria fazer uma pactuação aqui com V. Exa. e com os demais colegas. Nós somos – eu estava contando aqui – quatro Líderes do Senado que também integram esta Comissão e nós temos... Na verdade, fizemos uma pactuação com o Presidente Davi para que as reuniões de Líderes acontecessem sempre pelas segundas-feiras pela manhã, e, então, às 10h, começa a reunião de Líderes. E a gente não consegue acompanhar as duas coisas ao mesmo tempo com eficiência. Eu pediria ao senhor e aos demais colegas que a gente, em vez de fazer as reuniões na segunda pela manhã, fizesse as reuniões nas segundas pela tarde. Isso nos daria tempo de participar com a devida tranquilidade dos dois momentos, tanto do Colégio de Líderes quanto da reunião da Comissão da Covid. O.k., Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Depois V. Exa. me responde aí.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Respondo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu queria cumprimentar o Presidente Roberto Campos Neto, cumprimentar o Relator da Comissão, Francisco Jr., e também o nosso Presidente Confúcio Moura, que tem conduzido com muita maestria esses trabalhos.

Presidente Roberto Campos, nós tivemos, a partir da reunião do dia 22 de abril com o Ministro Paulo Guedes e o Presidente – a reunião ministerial –, um debate que se retomou no Brasil acerca da privatização do Banco Central. Alguns economistas avaliam, por exemplo, que privatizar o Banco Central acabaria afetando a questão do crédito e que um ponto muito importante seria o aumento da concentração bancária e também a redução da concorrência. Nós sabemos que os bancos públicos têm hoje um papel muito estratégico no desenvolvimento do País por conta do fornecimento do crédito, de juros baixos e do financiamento de moradias para quem deseja realmente comprar a casa própria. E, Presidente Roberto, na última terça-feira, mais precisamente, o portal UOL noticiou que o senhor teria afirmado que não é razoável que a crise econômica decorrente do coronavírus implicasse um aumento da concentração bancária. Nesse mesmo dia, segundo o portal Globo, durante a participação em uma *live*, ao mencionar o pagamento do auxílio emergencial, o senhor teria afirmado que nessa hora é bom ter concentração bancária, que o programa foi um sucesso e que, em outros países, seria mais difícil – nos Estados Unidos, são 6 mil bancos. Essa seria a fala de V. Exa. que o jornal *O Globo* teria noticiado. Eu queria fazer duas perguntas especificamente. Primeiramente, queria que o senhor nos explicasse essa dicotomia: afinal, qual é a posição certa de V. Exa. quanto ao tema de concentração ou desconcentração bancária? Eu queria que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor nos explicasse a relação entre concentração, concorrência e também custo de crédito. A segunda pergunta. Nós sabemos que o Banco Central tem conversado com os grandes bancos acerca de medidas para aumentar competição no setor. Quais as medidas estruturantes que V. Exa. planeja para tornar o sistema financeiro mais competitivo? Estaria relacionado, por exemplo, com a intenção do Governo quanto à privatização do Banco Central? Essa privatização teria o efeito negativo de aumentar a concentração bancária?

Seriam essas as minhas duas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Nós já vamos aqui solicitar da nossa Comissão para que as futuras reuniões sejam na segunda-feira à tarde, para atender à solicitação de V. Exa., porque é extremamente justa, necessária e importante a participação de todos.

Eu passo a palavra para o Deputado Reginaldo Lopes, PT, Minas Gerais. Deputado Reginaldo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Confúcio Moura. Obrigado pela gentileza.

Presidente do Banco Central, Roberto Campos, eu queria mais fazer uma reflexão.

Nós vamos ter produção de riqueza, não só no Brasil, mas no mundo pós-pandemia, muito menor. Portanto, se, de fato, o Brasil quiser evitar uma convulsão social, um aumento da desigualdade, que já é gritante, e também a recuperação dos seus entes subnacionais – porque os Estados estão literalmente quebrados, literalmente –, nós vamos ter que ter e buscar novos paradigmas, em especial na política que o senhor comanda à frente do Banco Central.

Um dos paradigmas que está em discussão nem pertence muito à minha linha como economista e também político. Há setores que se posicionam mais ao lado liberal que defendem que de fato se poderia abrir um novo paradigma no meio da pandemia, do ponto de vista da política monetária, de expansão monetária; que financiar, neste momento o déficit, o gasto, o investimento no nosso povo para superar a pandemia, para ter mais recursos para os vulneráveis, para ampliar o apoio aos Municípios e aos Estados e para apoiar com mais clareza as micro e pequenas empresas – porque, de fato, à ponta ainda não chegou quase nada de apoio, mas não deveria ser empréstimo, deveria ser uma transferência da União, estatizando o salário dos trabalhadores formais – requeira talvez uma emissão de moeda. Poderia ser um caminho, com crescimento negativo, inflação quase negativa, juro quase negativo, baixa demanda. Isso talvez não teria impacto na questão da inflação. Então, eu queria ouvir um pouco sobre isso: se isso é um dogma, fundamentalismo, se não há abertura para essa nova teoria, para novos paradigmas na condução da política monetária.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu também concordo plenamente que não há razão, no século XXI, de existir papel-moeda. Em 2015, eu apresentei o Projeto nº 4.815 para extinguir o papel-moeda no Brasil nos próximos cinco anos. Eu acho que ele traz tudo de ruim para a sociedade: tráfico, caixa dois, corrupção, sonegação. Combinando aí com algum imposto fiscalizatório no sistema tributário, nós poderíamos eliminar a sonegação e promover uma redução na taxa dos impostos no Brasil, no percentual da taxa tributária.

É lógico que o futuro do Brasil e do Planeta Terra pós-pandemia na diminuição da riqueza é distribuir a riqueza. É lógico que, se a gente não pensar nisso e o Governo não mandar uma reforma tributária que realmente largue de ser regressivo, deixe de cobrar imposto do consumo e cobre da renda e do patrimônio, como assim fazem os países civilizados, onde 70% do seu sistema tributário vêm de renda e patrimônio e não de imposto sobre consumo, imposto regressivo como é no Brasil... Portanto, nós vamos ter que ousar mais para superar esta crise.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes, de Minas.

Completamos o bloco de três Parlamentares titulares.

Eu vou colocar duas perguntas dos internautas, do e-Cidadania. Algumas já foram até respondidas, é só para dar uma atenção a eles. Anote por favor, Presidente

Samuel Rodrigues, São Paulo: "Uma das metas do Banco Central é estimular o direcionamento de recursos para pequenas e médias empresas. Como isso está acontecendo de fato?"

O senhor vai responder junto com o questionamento do Reginaldo Lopes.

Antonio Oliveira, do Paraná: "De que maneira o Governo Federal e os entes federativos podem suportar os efeitos da pandemia a ponto de não colapsar a economia?"

Pronto.

Com a palavra V. Exa., Presidente.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Muito obrigado a todos pelas perguntas. Obrigado aos internautas.

Vou iniciar aqui com os questionamentos do Deputado Luiz Carlos Motta. Em relação à retração da economia, o que eu tenho apresentado são os números de mercado. O Banco Central vai anunciar uma projeção quando for disponibilizado o relatório de inflação.

As expectativas, como eu mostrei na apresentação de mercado, têm caído. O Banco Central tem uma expectativa que está defasada, que deve ser atualizada e deve ser pior do que a última, mas nós não publicamos nenhuma expectativa oficial. Isso vai ser feito, então, junto com o relatório de inflação, após





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Copom. Mas entendemos que, de fato, comparando com o que foi anunciado no último Copom, para este, a gente tem uma piora de perspectivas considerável.

Em relação a pequenas e médias empresas, eu acho que esse tem sido o grande debate. A gente viu, inclusive na apresentação, que uma parte maior dos fundos ou do crédito foi para as grandes empresas, e, depois, menos foi para as médias empresas, e menos ainda para as pequenas empresas. Então, nós temos discutido a parte de folha de pagamento, que foi um programa que foi feito, atinge pequenas e médias empresas. Nós temos outros programas, inclusive confeccionados com ajuda dos Parlamentares, do Ministério da Economia, do BNDES, nós temos o Fundo Garantidor.

Eu acho que, de fato, existe aí uma percepção de que uma grande parte do programa que foi feita para pessoa física. Se nós pegamos o auxílio emergencial, foram 145 bilhões, três meses; se for estendido, será um valor adicional. Nós não temos um volume tão grande que foi empregado em empresa. Então, eu acho que essa correção que tem que ser feita e está sendo feita.

Em relação a emitir moeda, acho que isso é um debate que está muito vivo hoje – eu vejo, entre os economistas. No nosso ponto de vista, do Banco Central, atingir essa dinâmica que nós temos hoje, de inflação baixa, de credibilidade na moeda, levou um tempo enorme. Até recentemente, no Governo anterior, a gente teve momentos em que você tinha uma inflação alta, com crescimento para baixo, uma falta de credibilidade, com a meta de inflação sempre rodando acima da meta.

Então, a gente acha que, se for criada uma simetria de, quando a inflação estiver alta, subir os juros, e, quando a inflação estiver baixa, emitir moeda, provavelmente, na visão do mercado, a inflação vai ser sempre acima – você vai criar um viés de alta de inflação. E acho que a inflação é o pior imposto que nós tivemos, porque ela tira a renda dos mais pobres, ela concentra a renda nos mais ricos, porque os ricos têm a possibilidade de indexar os seus rendimentos à inflação. Nós tivemos um período de hiperinflação, em que a classe alta não perdeu o poder aquisitivo; quem perdeu foi a classe baixa. Então, nós entendemos que a melhor política social é preservar o poder de compra da moeda.

Então, nesse sentido, nós achamos que temos política monetária, que existe espaço, existe espaço em outras políticas que podem ser desenhadas. Então, nós não entendemos que a emissão da moeda seja uma coisa que deveria ser usada neste momento.

Em relação às perguntas da Senadora Eliziane Gama, eu acho que ela se referiu à privatização do Banco do Brasil, e não do Banco Central. Foi o mencionado na reunião de ministros. Em relação à privatização ou não do Banco do Brasil, o Banco Central é regulador, eu sou regulador dos bancos. Então, como regulador, não posso ter opinião de se deveria ser privatizado ou não. Eu acho que isso é uma política do Governo, que tem que ser discutida. Acho que o Banco do Brasil tem uma marca que tem um valor enorme e que ele tem prestado um enorme serviço à sociedade: é eficiente e tem uma grande





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

influência, uma grande concentração no nicho de agro, é um banco que hoje tem essa parte agro muito bem feita. Mas não tenho como tecer comentários adicionais.

O segundo ponto foi sobre uma aparente controvérsia no que eu havia dito. Na verdade, não existe controvérsia: a nossa política é absolutamente... Se nós olharmos a Agenda BC Mais, todas as dimensões e todas as medidas são para criar competição no sistema. A agenda fala de competição, transparência, educação financeira, com precificação, com preços mais baixos. Então, a gente fala em todas as medidas de tentar desconcentrar o sistema. A gente tem feito medidas para estimular microcrédito, estimular cooperativismo, estimular *fintech*. Então, se a gente revisar o que foi feito no período desse último ano e meio nosso no Banco Central, grande parte das medidas foram nesse sentido. O que eu mencionei na reunião, inclusive foi até refraseando um comentário do Presidente do Banco Central do Canadá que estava em despedida numa das reuniões do Banco Central e que fez uma brincadeira com o Presidente do Banco Central americano, em que ele disse assim: "Olha, esta é a única vantagem que nós temos aqui no Canadá de ter um sistema mais concentrado do que você tem nos Estados Unidos, porque eu consigo fazer o pagamento chegar mais rápido nas pessoas" – porque é mais fácil organizar pagamento quando há 6 bancos do que quando há 6 mil. Eu me referi a isso que tinha sido dito e ainda disse que era a única vantagem, não é? De fato, no caso do Brasil, isso nem se aplica tanto porque grande parte do pagamento foi feito por um banco público, que é a Caixa Econômica. Então, isso nem se aplica. Mas eu queria deixar bem claro que a nossa agenda é pró-competição; não é necessariamente um problema de que o Banco Central tem uma visão "a" ou "b" em relação a um outro banco, mas nós achamos que o sistema tem que ser mais competitivo, e todas as medidas estão indo nessa direção.

Em relação ao questionamento do Deputado Reginaldo Lopes, de fato o mundo empobreceu e nós vamos sair dessa crise mais pobres e com mais dívidas – não só mais pobres, mas com muito mais dívida!

A parte da emissão de moeda, eu acho que respondi na questão anterior. Nós não entendemos que essa é uma política boa agora.

Em relação a extinguir o papel da moeda, eu acho que existem várias vantagens, mas a gente no Brasil ainda tem uma situação em que é difícil você fazer isso rapidamente porque mais de 50% das classes D e E recebem salários em espécie, não têm conta bancária. Então, nesse sentido, esse movimento que a Caixa Econômica fez de digitalizar o pagamento é como você incluir pessoas no sistema digital. A gente precisa ter mais inclusão no sistema digital, para poder ter menos moeda em circulação. Então, se você tem mais inclusão no sistema digital, mais educação financeira e mais digitalização, você tem menos moeda. Então, esse é um projeto que nós temos, e acho que dá para avançar muito, nos próximos dois ou três anos, nesse projeto. E concordo com todos os pontos que foram levantados em relação à deficiência do papel-moeda: gera lavagem de dinheiro, gera crime, você não consegue fazer o acompanhamento de onde os recursos estão indo. Então, de fato, eu acho que é um movimento bom.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Rapidamente, as perguntas dos internautas. Eu já mencionei bastante sobre direcionamento a pequenas e médias empresas. De fato, as políticas que estão sendo feitas têm que se intensificar. Nós entendemos que esse é o nosso principal problema hoje. O Banco Central deve anunciar medidas, em breve, com esse direcionamento.

E a outra pergunta foi uma pergunta dos Estados e Municípios, que eu acho que não é muito a política do Banco Central. Nós olhamos o endividamento como um todo e as políticas que estão sendo feitas para adaptá-los ao nosso campo de atuação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente Roberto Campos.

No próximo bloco, nós temos o Senador Esperidião Amin, do Estado de Santa Catarina; Hildo Rocha, do MDB do Maranhão; e a Senadora Zenaide Maia.

Antes, Sr. Presidente, eu recebi lá de Fortaleza uma ligação telefônica se inscrevendo e pedindo que eu fizesse uma pergunta para o senhor. Como ele é suplente, o Mauro Benevides – ele está num voo e não chegou ainda –, eu vou passar a pergunta dele para V. Exa. responder neste bloco. É o questionamento do Deputado Mauro Benevides Filho, do PDT, Estado do Ceará.

A pergunta é a seguinte, abro aspas:

Pode se enviar uma proposição para utilizar parte dos recursos de aproximadamente R\$530 bilhões da conta resultado do Banco Central, que teve uma valorização em reais decorrente da variação cambial, como fonte de recursos para as ações de enfrentamento à pandemia da Covid-19 ou para refinanciamento da dívida pública do Tesouro Nacional?

Essa é a pergunta do Deputado Mauro Benevides.

Agora eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin, PP, Santa Catarina. *(Pausa.)*

Esperidião... Isso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo bem!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Pois não.

Um bom dia a todos. Bom dia ao Presidente do Banco Central. Bom dia a todos os companheiros e companheiras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero mais uma vez cumprimentar o Presidente pela clareza, pelas ilustrações muito importantes da sua exposição e vou me cingir ao tempo e às prioridades que eu julgo mais especiais.

Primeiro, quero dizer, Sr. Presidente, que eu tive folga de uma semana, mas hoje venceu o prazo para regulamentar a sociedade de garantia solidária. Portanto, eu vim bater continência e pedir que a sociedade de garantia solidária volte a incomodá-lo para que nós possamos fazer com que essa caixa-d'água da nossa liquidez financeira, promovida pelo Governo com o nosso apoio – aprovamos inclusive uma emenda constitucional –, se transforme em um razoável fluxo de recursos para atender principalmente os micro, pequenos e também os médios empresários, os que podem reduzir o nosso tombo.

De uma reunião que tive com o Presidente do BNDES, eu recolhi uma informação que eu espero que V. Exa. compartilhe com ele. Nesta semana deve sair modificação do PESE, acolhendo duas emendas que eu apresentei. Primeiro, tirar o piso de 360 mil para o empréstimo do PESE; é de zero a 360, e não a partir de R\$360 mil de faturamento no ano passado para atender às empresas.

A Medida Provisória 972, que fez o primeiro regulamento para o Pronamp, vai reclamar normas operacionais. Quer dizer, nós já temos a medida provisória em vigência plena; só não foi aprovada ainda, mas vão demorar 120 dias para que ela seja aprovada. Então, eu rogo ao senhor que as normas operacionais a cargo do Banco Central sejam disponibilizadas o mais rapidamente possível, para fazer reverter esse recurso, repito, com prioridade para as micro e pequenas empresas.

E, finalmente, quero dizer que hoje para mim é um dia muito importante. Eu li a entrevista do nosso guru Muhammad Yunus feita, publicada na Página A11 da *Folha de S.Paulo*. O senhor sabe que eu sou fã do Muhammad Yunus. Um banqueiro que ganhou Prêmio Nobel da Paz não se encontra nem em Wall Street nem em outras plagas de bancos no mundo. E ele nos traz boas notícias.

Finalmente, quero cumprimentar um dos agentes financeiros, a Caixa Econômica Federal. A atitude proativa da Caixa Econômica Federal, que, espero, seja motivo de competição com o Banco do Brasil, é a mutuca que tira boi do mato. Como ela está muito ativa – o Confúcio sabe o que quer dizer isso: uma mosquinha desse tamanho tira um boi enorme do mato –, está fazendo com que os bancos se mexam. Quer dizer, uma mutuca tira o boi do mato, ou seja, faz os bancos correrem riscos, serem proativos, como nós precisamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, pelos seus oportunos questionamentos.

Passo a palavra ao Deputado Federal Hildo Rocha, do MDB do Estado do Maranhão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Confúcio, Presidente da Comissão. Cumprimento V. Exa. e, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais membros desta Comissão.

Cumprimento o querido Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central, e parabeno-o pela belíssima apresentação que fez a todos nós da Comissão e por provar que nós estamos realmente vendo uma crise na economia mundial muito grande. Aqui no Brasil não poderia ser diferente.

Agora, os números que ele traz, Sr. Presidente, nos mostram claramente que os Governadores do nosso País foram bastante irresponsáveis com o nosso País, com os Estados deles. Aqui, eu incluo o Governador do Estado que eu represento aqui na Câmara Federal do Congresso Nacional, o Maranhão, o Flávio Dino. Ele, em uma canetada só, fechou todas as atividades econômicas do Maranhão.

E agora nós podemos ver o setor que mais emprega no Brasil, o setor que gera maior resultado e que, portanto, mais representa o nosso PIB, que é o setor de serviços, em franca decadência.

Agora, o setor da agropecuária está crescendo, e a previsão é a de crescer 3,4% neste ano. Então, nós podemos ver que, como os Governadores não puderam fechar as fazendas – não há como fechar as fazendas, é impossível fechar as fazendas e o funcionamento das fazendas –, o setor da agropecuária continua crescendo, continua se desenvolvendo, graças à impossibilidade de os Governadores fecharem. Agora, essa é uma irresponsabilidade tremenda, que vai ter um custo muito grande, ainda mais para todos nós brasileiros, porque essa conta vai para nós, brasileiros.

Faço a minha pergunta ao Presidente.

O Pronampe, que é um programa voltado a apoiar as micro e pequenas, já foi sancionado desde o dia 19 de maio. As agências reclamam que não está havendo ainda a regulamentação. Eu quero saber se já foi feita a regulamentação, quando será feita a regulamentação e qual vai ser o prazo de carência, porque ficou estabelecido que ele seria decidido através da regulamentação.

Eu também quero saber por que os bancos não estão operando o Proger Urbano Capital de Giro.

Quero saber se o Banco Central já tem resultados da operação por parte dos bancos em relação a empréstimo neste momento de pandemia e quais são os bancos que estão operando melhor. Logicamente, falou o Senador Esperidião Amin sobre a Caixa Econômica. A Caixa Econômica realmente está operando e inclusive funcionando, mas não estão funcionando as agências do Banco do Brasil. Eu queria saber o motivo por que elas estão fechadas e ainda continuam fechadas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Normalmente, a gente faz bloco de três, mas, como Mauro Benevides fez só uma pergunta por telefone, vou passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia, para ela fechar este bloco, ficando faltando apenas mais um bloco para encerrarmos a nossa audiência pública.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente Confúcio Moura, o Deputado Francisco Jr. e o Presidente do Banco Central, Roberto Campos.

Quando o Esperidião Amin pergunta antes de mim, ele já pergunta tudo que eu iria perguntar sobre o "fazejamento", como ele diz. Então eu vou para algo que foi votado, como a PEC 10, relacionada também com essa pandemia.

Eu farei uma pergunta para o Presidente: o Banco Central já começou a comprar títulos privados no mercado secundário? Se sim, quantos e quais as empresas que foram beneficiadas? Quais as medidas regulatórias que o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional estão adotando para dar transparência à compra desses títulos?

Eu queria chamar a atenção para o seguinte: para viabilizar a aprovação da PEC 10 no Senado, os Senadores exigiram a revogação do art. 3º da Medida Provisória 930, que era aquela que dava, durante a pandemia, imunidade à direção do Bacen, à equipe econômica. A gente sabe que a equipe econômica lançou a Medida Provisória 966, que livra as autoridades de punição no que for efetivado ou executado durante a pandemia. O que há de tão temeroso nessa compra de títulos privados que precisa dessa proteção para o Banco Central?

Eu quero dizer o seguinte, algo que nunca me canso de perguntar ao senhor: quanto à essa redução de juros, por que isso não chega à ponta? Os brasileiros continuam pagando juros altíssimos nos cartões de crédito, nos cheques especiais. A gente tem um projeto de lei, mas existe uma resistência muito grande até para botá-lo em votação.

E há outra coisa: o senhor fala muito em redução da inflação. Eu sou dona de casa e vejo que, na ponta, essa redução não está havendo. Todos os produtos alimentícios e também os medicamentos, sou eu que os compro aqui em casa. Vejo que isso não chega ao preço de tomate, cebola, feijão, leite, queijo. É uma pergunta, porque eu não entendo isso. A gente vê uma queda da taxa Selic, e não se reduzem os juros na ponta, nem os de cheque especial. Isso não chega à população. Não chega à população do jeito que não está chegando a execução da 872, como falou o Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer, Sr. Presidente, somente uma pergunta de uma piauiense, Maria Luiza de Aguiar. O senhor anota aí bem rápido a questão dela. Ela é internauta. A pergunta é a seguinte: "Existe algum relatório das ações realizadas do Banco Central que esteja relacionado ao combate ao Covid-19?". É só isso. Com a palavra V. Exa.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Muito obrigado pelas perguntas.

Obrigado às Sras. e Srs. Deputados e Senadores e à internauta. Muito obrigado.

Vou começar com o questionamento do Deputado Mauro Benevides. Eu acho que tem sido amplamente discutido na mídia que há a possibilidade de se transferirem os recursos provenientes do lucro que o Banco Central teve nas reservas. O Banco Central tem uma quantidade de dólar, e, como a moeda brasileira se depreciou e o dólar se apreciou, você tem um lucro. Esse lucro tem oscilado bastante, porque a moeda tem sido volátil, mas a pergunta é se existe a possibilidade de se transferir esse resultado para o Tesouro.

Nós tínhamos uma forma de atuar entre Tesouro e Banco Central em que todo o resultado era transmitido com uma periodicidade bastante grande, e isso criava algumas assimetrias, porque ele ia de uma forma contábil e voltava em uma forma contábil diferente. Então, foi feito um projeto de relacionamento do Tesouro com o Banco Central em que o resultado das reservas passaria a ficar no balanço do Banco Central por um tempo mais prolongado, com alguns limites, exatamente para não haver essa ida e vinda que criava algumas anomalias contábeis que afetavam um pouco a forma de olhar a dívida pública.

Ali há uma previsão que diz que o recurso pode ser transferido se o Tesouro tiver dificuldade de se financiar. Nós somos a favor da transferência. Obviamente, teria que deixar algum resultado porque a moeda tem sido muito volátil, e não é interessante transferir tudo, já ter um resultado negativo e ter que voltar muito rapidamente. Isso está sendo estudado. E esse, de novo, é um voto do CMN. O Banco Central não é contra esse movimento desde que ele seja feito de uma forma que você tenha algum colchão, ou seja, alguma proteção para um momento de câmbio no balanço do Banco Central, e que atenda às exigências do Tesouro. Então, não temos nenhum problema. Se vai ser usado para abater dívida ou para financiar projetos, essa é uma decisão fiscal que não cabe ao Banco Central, mas o Brasil vai fazer os projetos de qualquer forma. Então, nesse sentido, não é tão relevante.

Em relação ao questionamento do Senador Amin, primeiro não venceu o prazo, porque a medida já está pronta, a regulamentação está pronta, só que nós não podíamos fazer regulação antes de a lei entrar em vigor, que é hoje, dia 1º de junho. Então, hoje a regulamentação vai ser feita. Assim, não é que venceu o prazo; eu poderia ter feito antes, mas eu não posso regulamentar uma coisa que não existe. Então, tinha que esperar entrar em vigor, que é hoje, e depois a gente regula. Mas estamos aí de acordo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à sugestão no programa de se tirar o mínimo, nós estamos de acordo com a sugestão. Quando nós olhamos o que tem sido feito até agora, é verdade que se tem concentrado mais perto dos 10 milhões do que mais para baixo. Por quê? Porque esse é um produto folha de pagamento. Geralmente, o produto folha de pagamento é feito com o banco quando uma empresa tem um número "x" de funcionários porque vale a pena para o banco ter aquele produto. Então, ele acabou sendo mais perto de 10 milhões do que mais perto de baixo. Não vai ter mais efeito subir que cair, mas nós somos a favor de cair, não temos nenhum problema e achamos que a medida é boa.

Em relação ao Pronampe, eu acho que nós discutimos bastante aqui. O Pronampe é uma regulamentação que não é feita no Banco Central. Conversei com o Montezano na semana passada, e ele me disse que levariam três semanas para haver a regulamentação. Portanto, confesso que o Banco Central não está acompanhando esse projeto, como acompanhamos a parte de folha de pagamento, porque ele é um projeto que é puramente fiscal, não envolve a passagem pelo sistema. Entendo que a Caixa Econômica vai se disponibilizar em agilizar o processo.

Em relação ao comentário do Mohamed, compartilho 100%. A Caixa tem feito um trabalho extraordinário nessa parte de transferência de recursos. Eu demonstrei na apresentação que os bancos privados têm cumprido sua função e que, ao contrário do que a gente lê das novas concessões, das novas funções de crédito, 80% têm sido feitas no sistema privado. Mas concordo com as colocações.

Passando, então, para as colocações do Deputado Hildo Rocha, em relação ao custo econômico de você fechar a economia, inclusive foi o que eu mencionei na apresentação. Eu fui ao Congresso e alertei que a gente ia ter esse distanciamento social e que haveria esse custo na parte de serviços. A gente tem visto que isso tem sido estendido e que isso tem sido feito em alguns Estados diferentemente de outros. Nós trabalhamos aí com o resultado, fazemos a estimativa e vamos atualizando a estimativa de acordo com o que vai acontecendo. Parece que agora está sendo adiado em alguns Estados novamente. Isso, obviamente, tem um custo econômico. A agricultura realmente tem tido uma *performance* muito boa. Inclusive, pelo número que eu mostrei na apresentação, o do crescimento do primeiro trimestre, a agricultura é o único elemento positivo. Do Pronampe nós já falamos. Sobre os bancos, eu tenho dito que a gente quer estimular um ambiente competitivo. Nós queremos estimular que exista mais "bancarização", ou seja, que haja mais banco para todo mundo e que haja inclusão. Esse projeto só vai ser um projeto verdadeiramente vencedor se houver inclusão.

Em relação aos questionamentos da Senadora Zenaide Maia, nós não começamos a comprar títulos; é uma medida que precisa de regulamentação. Fechamos a regulamentação em uma reunião nesse fim de semana. Deve haver regulamentação no CMN, para posteriormente iniciarmos as operações. Na regulamentação, vai haver vários critérios de transparência adicionais aos que já há na regra: quais são as empresas que vamos comprar; padrão de crédito que vamos comprar; como vai ser feito o leilão; como



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vamos aceitar as propostas do leilão; como vamos fazer para informar o que estamos fazendo. Tudo isso vai estar descrito na regulamentação que deve sair em breve.

Em relação ao tema da imunidade e à importância da imunidade, basicamente o que eu tinha explicado, inclusive em reuniões anteriores, é que a única preocupação é que estamos fazendo uma compra de créditos privados muito rápida. Há uma definição que se chama "definição de erro grosseiro", e essa definição de erro grosseiro engloba você ter colaterais ou garantias que não são, vamos dizer assim, verdadeiras ou que são fraudadas ou que são garantias que não estão no valor real. Quando você faz essas operações de crédito, às vezes você agrupa 200 mil, 100 mil, 150 mil garantias ao mesmo tempo. Você tem que fazer isso de forma rápida para que a medida tenha esse efeito. Como não há tempo para analisar 150 mil, você faz isso por um valor estatístico. Aí, existia, obviamente, a interpretação de que, como a gente está fazendo uma coisa muito grande, muito rápida, com vários colaterais, com várias garantias, o erro grosseiro não levaria isso em consideração. Isso foi discutido, foi tirado do projeto. Nós, inclusive, hoje temos uma autorização que só permite comprar no mercado secundário, e, então, isso tem menos importância. Depois o Governo reeditou a medida, mas a medida que foi reeditada tem o conceito de "erro grosseiro", ou seja, era diferente da nossa sugestão.

Quanto à questão de a redução de juros não chegar à ponta, eu acho que tenho explicado bastante isso. A gente mostrou que os juros estão caindo e que grande parte do mercado emergente está subindo. A gente conseguiu fazer aqui uma expansão de crédito com juros caindo na ponta.

Onde existe um relatório da melhoria das ações? A gente tem publicado tudo o que a gente tem feito. Temos um relatório. Mostrei, inclusive, aquela tabela de tudo o que tem sido feito, de tudo o que tem sido utilizado. Temos um portal já e queremos colocar no portal medidas com maior transparência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos para o nosso último bloco: Senadora Kátia Abreu, Senador Luis Carlos Heinze e Deputado Federal General Peternelli.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, do PP do Estado do Tocantins, minha conterrânea ilustre. *(Pausa.)*

Pode falar, minha Senadora querida.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interpelar.) – Sou não só conterrânea, mas vizinha de infância e de muitos anos, não é, Confúcio? Tenho muito orgulho disso.

Presidente Roberto, é um prazer recebê-lo aqui sempre. Parabéns pelo seu trabalho!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha dúvida, Presidente Roberto, é simples, e eu gostaria muito que o senhor tentasse explicar: qual é a diferença que vai estimular os bancos a emprestarem dinheiro, dos R\$40 bilhões para os R\$16 bilhões? O risco do Tesouro é de 85 contra 15. Prazo, carência, juro compatível... Por que não tomaram os R\$40 bilhões? E por que o senhor acha que com esses R\$16 bilhões será diferente? Qual é o motivo pelo qual os bancos se sentirão mais à vontade para emprestar os R\$16 bilhões como não tiveram com os R\$40 bilhões? Eu não estou conseguindo assimilar essa diferença. E eu já estou tendo muitas reclamações por parte de pessoas que estão indo ao banco, as coisas não estão indo bem como parecem. Então, eu sou o banco: por que eu vou querer emprestar R\$16 bilhões e não quis emprestar os R\$40 bilhões?

Muito obrigada, Presidente Confúcio. Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Eu peço as minhas escusas ao Senador Heinze e ao General Peternelli porque entrou o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente. Ele tem uma preferenciazinha aqui na ordem.

Então, eu faço um bloco de quatro. Eu passo a palavra para Randolfe; a seguir, Senador Luis Carlos Heinze e o Deputado General Peternelli.

Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, sem prejuízo de V. Exa., embora eu seja suplente, eu estava concentrado na reunião de Líderes do Senado, e sei que, em decorrência disso, outros colegas estão aqui há mais tempo. Então, em respeito aos colegas, eu posso ficar por último para perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado a V. Exa.

Então, retorno a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, do PP, do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Senador Randolfe.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente... O.k., abriu aí?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k. O som está ótimo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – Presidente, nosso Senador Confúcio, prazer. Quero cumprimentar o nosso Presidente do Banco Central, Roberto Campos.

Vou fazer uma brincadeira, Roberto. O Esperidião Amin era colega do teu avô, Roberto Campos. Naquela época, eu era criança, como eram os dois; e agora o Esperidião está comigo no Senado. Então, o Esperidião, lá de Santa Catarina – uma brincadeira –, foi colega do teu avô muitos anos atrás.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roberto Campos, uma situação importante: primeiro, parabéns pelo teu trabalho, pelo trabalho da equipe do nosso Ministro Paulo Guedes, mas uma preocupação é com a geração dos empregos. O número que me passaram aqui é de quase 5 milhões de desempregados que nós já tivemos agora nesses primeiros cinco anos. É claro que tem tudo a ver com a questão do combate ao coronavírus. Recuperamos empregos no ano passado, estávamos recuperando em 2020 e, em função da pandemia, vem isso de novo.

Então, primeira questão: nós temos ali uma linha de crédito, daquela operação Avançar Cidades, a maioria já aprovada na Caixa Federal, Banco do Brasil e demais bancos desde o final do ano passado, para financiamento de obras de pavimentação, esgoto e afins para as prefeituras, principalmente. Parece que já há um voto encaminhado ao Conselho Monetário para colocar mais R\$7 bilhões à disposição, e boa parte disso é sem garantias para a União. Para nós, é extremamente importante. Isso vai ajudar a alavancar empregos para as prefeituras, para os Estados e Municípios.

O segundo ponto, Roberto, é com relação à questão dos juros. Já foi colocado aqui por quem me antecedeu que a agricultura tem dado resultados positivos – e você mostrou nesse eslaide. A nossa preocupação é que, com a inflação baixa que nós temos, o custo da Selic, o custo da poupança, as próprias letras de crédito rural que estão sendo disponibilizadas, o dinheiro chega na nossa conta a 7%, 8%, 10%. Isso para nós é muito preocupante, porque o dinheiro custa 2% e mesmo assim os bancos não têm interesse em aplicar. E a agricultura é o que está dando certo no País e é o que vai ajudar a puxar, a nos alavancar nessa nossa crise.

Então, esta é a nossa preocupação: as exigências que me passaram o Ministério da Agricultura, as exigências do próprio Banco Central. Quando um banco vai oferecer para a agricultura, é uma exigência; e, para outros segmentos da economia, as exigências são menores.

Então, nós precisávamos discutir essa questão agora no futuro Plano Safra. O objetivo é reduzir a taxa de juros. Com a inflação na faixa de 3%, o juro mais barato hoje é o do Pronaf, que começa com 3% e termina com 10,5% para médio e grande produtor. Nós temos que achar uma forma de fazer os juros chegarem mais barato para os produtores.

Depois, há a questão que já foi colocada por outros com relação ao Pese, ao financiamento das folhas e também ao Pronampe, das microempresas, para facilitar... Quanto mais facilitarmos o acesso, mas facilmente a economia vai se recuperar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Passo a palavra para o Deputado General Peternelli, do PSL, do Estado de São Paulo. (*Pausa.*)

Deputado General Peternelli, o senhor está ainda na nossa página?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Agora foi liberado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pronto.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, é um prazer estar novamente participando desta importante videoconferência. Nosso Relator, Francisco Jr., Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e toda a sua equipe, foi excelente a apresentação. Aprendi bastante.

Gostaria, antes de formular minha pergunta... Nós já tivemos o Francisco Jr., o Senador Izalci, o Deputado Cacá Leão, o Reginaldo Lopes... E o próprio Presidente do Banco Central já abordou esse aspecto do dinheiro em espécie. Então, quanto menos dinheiro em espécie, melhor. Não podemos esquecer que já tivemos, há pouco tempo, até apartamento lotado de dinheiro. Então, o dinheiro em espécie dá toda uma transparência. E eu só voltei a esse assunto, Presidente, para comentar o seguinte: em tempo de Covid-19, o manuseio do dinheiro transmite doença. Além disso, a Caixa precisa dispersar as pessoas para não haver concentração. Se utilizasse o dinheiro digital, ele já estaria liberado de imediato. Então, evitaria, em tempos de Covid, a transmissão da doença.

Presidente Roberto Campos, eu tenho uma proposta, que é a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45, na Câmara, que trata da reforma tributária. Lá eu aglutinei várias ideias. Coloquei a ideia do desconto na movimentação financeira de 2,5% no débito e no crédito. E, inclusive, prevê que diretamente já vai mandar para a União, Estado e Município e uma parte para as políticas regionais – o Congresso coordenaria. O que eu perguntaria é o seguinte: em relação ao capital circulante antes e depois do Covid, qual é a sua interpretação? Eu acompanho diariamente o que o Banco Central publica do capital circulante e vejo que o resultado da perda, se fosse 2,5% no crédito e no débito, seria muito menor do que se aborda atualmente. Então, a minha pergunta é nesse sentido, a respeito do capital circulante.

Parabéns! Parabéns à Caixa, que realmente colocou – como disse o Presidente Roberto Campos, a conta digital é importante –, está aí superando 25 milhões de contas digitais, com um pagamento extraordinário, e isso daí inclui todo cidadão brasileiro no sistema bancário.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Peterneili. Muito agradecido.

Por último, eu passo a palavra para o Senador Randolfe Rodrigues, Rede, Estado do Amapá.

Senador Randolfe, pode falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado. Muito obrigado, Presidente Confúcio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos ao Dr. Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central. Eu queria cumprimentá-lo também pela exposição que V. Exa. fez e recebi ainda pouco.

Eu queria pedir, Presidente Confúcio, para depois compartilhar conosco, no grupo da Comissão, a apresentação feita pelo Dr. Roberto Campos Neto, que creio está muito presente, muito substanciada de dados e pode orientar bastante os passos desta Comissão.

Presidente Roberto Campos, eu acho que nós temos uma preocupação... Temos a crise sanitária que estamos vivendo e temos uma preocupação sobre as consequências econômicas pós-crise sanitária. V. Exa. externa isso na sua apresentação, tenho percebido que isso tem sido destacado aqui pela fala de todos os membros. Eu tenho duas preocupações para o presente e para o futuro.

A primeira é em relação ao presente. V. Exa., entendendo a urgência do momento, não acha que seria o momento de concentrarmos os esforços para garantir que todas as medidas aprovadas pelo Congresso Nacional de crédito emergencial chegassem à população e às empresas de forma mais facilitada? Nós já estivemos com o Presidente da Caixa, com o Ministro da Economia, mas ainda vivemos o problema da concentração do pagamento do auxílio emergencial somente na Caixa Econômica Federal. Não seria possível analisar a distribuição para outras instituições financeiras estatais e até privadas do pagamento do auxílio emergencial?

Complementarmente a isso, como V. Exa. muito bem já deve ter dito, nós tivemos no primeiro trimestre o primeiro reflexo do impacto negativo da pandemia no nosso Produto Interno Bruto. O segundo trimestre tenderá a ser mais grave. Não sei qual a expectativa do Banco Central, mas há economistas que falam numa retração de 10% da economia neste ano. O mundo todo está falando em medidas de renda mínima, de crédito emergencial mais permanente. Eu queria perguntar a V. Exa. sua opinião em relação a isto: o Governo brasileiro adotar algum programa de renda mínima mais permanente, em virtude, em decorrência das consequências que a crise econômica provocará por alguns anos na vida dos brasileiros; ou seja, não será somente por este ano, mas tudo indica que nós teremos uma retração econômica que também se refletirá no ano que vem.

Aproveito, para concluir, e pergunto: já sabemos a expectativa de crescimento econômico deste ano. Pergunto da sua expectativa de crescimento econômico para o ano que vem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe, pelas perguntas.

Presidente Roberto, eu vou fazer mais uma pergunta de internauta. É uma resposta rápida. Ele se chama Thiago Castro, de Minas Gerais – abro aspas –: "Para incentivar a circulação de riquezas não seria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessante a suspensão de pequenas dívidas da população frente aos bancos privados?". É só essa a pergunta.

Agora, com a palavra V. Exa. para responder a este bloco.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Muito obrigado.

Vou iniciar, então, com os questionamentos da Senadora Kátia Abreu. É uma pergunta que me exigiria um pouco mais de tempo. Vou tentar ser o mais rápido possível.

Quando nós olhamos o programa de financiamento de folha de pagamentos, o que nós encontramos como entraves? Primeiro, ele competiu durante um tempo com aquele programa que fazia o financiamento do seguro-desemprego. Então, como ele teve uma competição, algumas empresas preferiram pegar o programa de seguro-desemprego, que acaba agora.

Segundo, quando nós fizemos o estudo de banco de dados, nós entendemos que ele se aplicaria a pessoas que tinham conta corrente e recebiam via folha de pagamento. Mas o produto folha de pagamento em si, que é quando um banco compra a folha de pagamento da empresa e tem todos os funcionários, era muito mais restrito – isso foi observado ao longo do tempo –; não só era mais restrito como ele se concentrava em empresas maiores.

Outro ponto muito importante foi que algumas dessas empresas deixaram de acessar as linhas, mesmo qualificadas, porque não queriam ter a restrição de não poder demitir. Elas diziam: "Olha, eu preciso demitir alguns funcionários independentemente. Não quero me comprometer com isso". Então, esse foi outro fator.

E outro fator também acho que foi o tema das exigências: você tinha uma exigência de certidão negativa de dívida previdenciária, que a gente resolveu depois... Esse programa se concentra bem na virada do mês. Então, ele foi intenso numa virada do mês; agora, a gente está chegando próximo a esta virada do mês, e a gente espera que suba de novo. Mas, de fato, houve um desembolso bem abaixo.

Esse é um programa que, na hora em que você tem inadimplência, independentemente da ordem de inadimplência, ela se divide em 15% para o banco e 85% para o Tesouro, independentemente. Então, ele é muito diferente do outro programa.

Só alguns dados, rapidamente: ele teve, de tudo o que foi submetido e que estava qualificado, 95,9% de aprovação. Este é o dado oficial que tenho de tudo que nós pegamos. É o dado oficial do Banco Central. Ele teve 2% negado por crédito previdenciário e teve 1,2% negado por política interna da instituição financeira. Então, uma vez qualificado, ele se adapta. A gente acha que, com as modificações, ele vai ter um alcance maior.

O Pronampe é bem diferente nesse sentido porque 85% da primeira inadimplência vai para o Tesouro. Só depois de esgotados 85% é que ele vai para o setor privado. Agora, ele também é um cliente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o setor privado não conhece. Quando se tem a folha de pagamento, você conhece o cliente, conhece a empresa, já acompanhou aquela pessoa durante um tempo, porque ele já é correntista do banco, então, tem esse ponto.

O que a gente tem aprendido é que não existem garantias de que um programa vá funcionar; a gente vai fazendo as adaptações que precisam ser feitas. A gente está navegando aqui em águas não navegadas, de certa forma.

Eu não olhei, não me debrucei muito no Pronampe no detalhe.

Na parte da folha de pagamento, eu acho que, com as modificações que a gente vai fazer, a gente consegue atingir alguma coisa perto de 20 bilhões, mas acho que seria importante entender essa diferença de que: uma, qualquer inadimplência é dividida; e, outra, 85% da primeira inadimplência vai para o Tesouro. Então, ele favorece mais o banco privado nesse sentido.

Em relação ao questionamento do Senador Heinze, sobre geração de emprego, nós tivemos, de fato – esse último número –, 4,2 milhões, sendo que 3,7 foram no informal e 500 foram no formal, ou seja, o setor informal sofreu muito. No mundo inteiro está acontecendo isso, sofre mais rápido. Então, a gente precisa fazer a economia voltar para o informal voltar. Ele tende a voltar mais rápido também uma vez que você restabelece o trânsito de pessoas e o consumo de serviços. Então, é importante.

Confesso que sobre um programa de financiamento do Tesouro a programas estaduais de cidades e Municípios eu não tenho conhecimento. Vou buscar ter o conhecimento e respondo em seguida no seu WhatsApp. Não tenho conhecimento de como está o limite. É um programa do Tesouro, não passa pelo Banco Central, mas vou tentar obter informações e respondo em seguida.

Na parte do agro, realmente, tem havido uma crítica em relação aos *spreads* terem subido. Eu conversei com a Ministra Tereza Cristina e, inclusive, ela tem uma reunião com o Presidente do Banco do Brasil para entender por que os *spreads* subiram. Do nosso ponto de vista de regulamentação, não mudou. Ao contrário, nós mudamos o fator de ponderação para favorecer, para consumir menos capital; nós passamos a deixar o banco usar o colateral de imóveis também, mesmo pessoa física, tanto pessoa física como jurídica; nós facilitamos a captação na LCA. Então, foram várias medidas no sentido de facilitar o agro.

Agora, nós fechamos esse Plano Safra, e, até onde pude verificar, os recursos são maiores do que os do ano passado. Inclusive, em conversa com a Ministra Tereza Cristina, ela disse que estava contente com o resultado que nós obtivemos com os acordos.

Respondendo às perguntas do Deputado General Peternelli. De fato, quanto ao dinheiro em espécie, acho que a gente deveria ter um programa com prioridade para tentar diminuir. É importante – foi mencionado pelo Deputado – que a Caixa abriu um número enorme de contas digitais. Vale lembrar que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um banco, hoje, digital e de sucesso no Brasil tem 5 a 6 milhões de clientes; a Caixa já tem um banco digital com 25 milhões. Isso vai ser muito importante não só para diminuir o dinheiro em circulação, mas como para fomentar programas de microcrédito e coisas desse tipo. Então, acho que isso é superimportante. Nós queremos digitalizar, e o Banco Central tem incentivado as contas digitais. Inclusive, foi feita uma conta digital que tem uma taxação mais barata, uma taxa mais barata para que os bancos mesmos incentivem isso.

A parte de meio circulante, de fato, tem um custo enorme. Nós estamos olhando isso. Este ano, especificamente, a gente vai ter que ter uma demanda adicional no meio circulante; vai ter um custo ainda maior. E não é só o custo do meio circulante, mas também entender que a gente precisa fazer um sistema que seja mais transparente, mais moderno, mais seguro e mais rápido. Isso vai contra um meio circulante enorme.

Estou tentando ir um pouco mais rápido para conseguir responder as perguntas de todos.

As perguntas do Senador Randolfe Rodrigues. Eu acho que existe a preocupação de como as medidas podem chegar mais rápido. A gente dorme e acorda todo dia pensando em como a gente vai fazer o dinheiro chegar na ponta, como vai chegar no pequeno empresário, qual é o programa que eu posso fazer. Este fim de semana mesmo, a gente trabalhou em novas medidas que vão ser anunciadas, mas todas com direcionamento. O sistema é privado, então eu dou incentivo, dou direcionamento. Nem sempre o dinheiro vai do jeito que você espera. Temos conversado com os grandes bancos. Há uma ansiedade muito grande dos próprios bancos em relação ao que vai acontecer, quanto tempo vai durar o distanciamento, qual vai ser a inadimplência lá na frente. Vale lembrar que os bancos estão rolando os empréstimos todos. Quando você rola todos os empréstimos, você não tem inadimplência naquele momento. Então, os bancos também têm uma incerteza grande.

Sobre o programa mínimo de renda, eu acho que mesmo os governos liberais favorecem o programa mínimo de renda. Eu acho que todo mundo deveria ter o mínimo para poder sair, para conseguir sair de uma situação e conseguir ter emprego, ter o mínimo de condição. Então, nós não somos contra. Eu acho que a única limitação é o fiscal do Brasil, porque, se você faz um programa que é muito intenso e o fiscal deteriora muito, o custo de um fiscal ruim é ter juros mais altos, mais inflação, e isso acaba prejudicando os mais de baixo. Nós já mencionamos que ter uma situação de falta de investimento, de inflação alta prejudica sempre os mais de baixo.

Em relação à expectativa de crescimento do segundo trimestre, provavelmente vai ser pior. Nós vamos anunciar a expectativa – e o Banco Central não anuncia expectativa fora dos documentos oficiais – em duas semanas, depois da reunião do Copom, mas de fato vai ser pior, não só o segundo trimestre como o ano. Para o ano que vem, nós teremos uma recuperação, que vai ser um pouco menor do que a piora deste ano, mas estamos calibrando ainda expectativas. De novo, vai depender um pouco da extensão do distanciamento social.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, rapidamente, enfatizo que o Banco Central é sempre muito contra esse tema de quebrar contratos. Quando nós suspendemos dívidas, quando nós quebramos contratos, o sistema bancário olha isso e imediatamente sobe o *spread*, porque, com o risco do sistema bancário de ter quebra de contratos e não poder saber qual vai ser a inadimplência futura, na dúvida, ele sobe muito o custo. Então, essa parte de suspender dívidas, quando é em acordo comum, o.k.; quando não é, tem um custo enorme para a sociedade. Então, eu sempre digo que a gente prefere ter até um fiscal pior para todos terem dinheiro para pagar os seus compromissos, porque, quando você entra numa onda de quebrar contratos, você sabe como começa e não sabe como termina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente Roberto Campos Neto.

Estamos chegando ao finalzinho da nossa audiência pública. Neste momento nós vamos passar a palavra ao Relator Francisco Jr. para fazer os questionamentos finais, mas, antes, eu quero deixar com V. Exa. uma última pergunta do e-Cidadania, dos internautas. São perguntas curtinhas, e o senhor as responde depois que responder ao Deputado Francisco Jr. Esta pergunta é de Luan Souza, do Estado do Rio de Janeiro: "Mesmo depois de receber R\$1,2 trilhões do nosso suado dinheiro de impostos, porque as taxas de juros continuam tão altas?".

O Senador Mauro Benevides chegou do aeroporto... O Deputado Mauro Benevides saiu do aeroporto e já entrou na nossa sala.

Eu passo a palavra ao Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Parabenizo o senhor mais uma vez pela condução que o senhor sempre faz, muito tranquila e sensata.

Agora, eu me dirijo ao Presidente Roberto Campos Neto.

Presidente, parabéns pelas respostas, pelo conhecimento, pela dedicação. Com certeza, a gente vê toda a equipe do Governo muito engajada para obtermos os melhores resultados e os menores prejuízos com toda essa situação da pandemia.

Eu queria explorar um pouco mais a sua fala sobre o papel do Banco Central na crise. A liberação de liquidez para a economia é uma política pública que se supõe que tenha sido fruto de um planejamento prévio, em que os aspectos de custo e benefício foram cotejados, sendo a melhor alternativa escolhida.

Nesse sentido, Presidente, V. Sa. podia explicar a fala de que o papel do Banco Central é fornecer liquidez, mas que ele não tem como obrigar os bancos a realizarem as operações de crédito? Como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulador, até que ponto o banco não tem como criar incentivos corretos para uma maior oferta de crédito, o que é a nossa grande discussão de hoje?

Além disso, tendo em vista que a ampliação de liquidez foi da ordem de trilhão de reais, mas os efeitos aparentemente não estão sendo robustos até agora, como o senhor avaliaria o sucesso das medidas sob uma ótica de custo-benefício? E, emendando, os resultados, de acordo com os gráficos apresentados, com tudo aquilo que o senhor nos apresentou até agora... O senhor acabou de fazer um comentário sobre o ano de 2021, mas eu gostaria de que o senhor aprofundasse um pouquinho mais o que nós podemos esperar do ano de 2021 e o que nós podemos fazer – também o Congresso –, quais seriam as suas recomendações para nós termos um melhor 2021 e seguintes, de acordo com tudo aquilo que se vem colocando. O senhor fez uma expectativa agora, na última fala, de um prejuízo um pouco menor, e eu acredito que deve ser isso mesmo – a gente espera –, mas como podemos contribuir para que seja melhor? E, do ponto de vista técnico, do Banco Central, como o senhor imagina que deve ser a sequência normal dos fatos e como podemos fazer para melhorar?

Muito obrigado pela apresentação, pela disposição de o senhor estar aqui e, acima de tudo, pelo trabalho em prol do nosso País neste momento tão delicado.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, nosso Relator, Francisco Jr.

Sr. Presidente Roberto Campos, eu peço a V. Exa. uma pequena tolerância – o senhor já foi tolerante demais, porque já temos 2 horas e 35 minutos de audiência pública.

Considerando a viagem, o esforço do Deputado Mauro Benevides de correr do aeroporto e ainda entrar na nossa Comissão, na nossa sala, eu passo a palavra para ele, que já fez uma pergunta e quer complementar.

Com a palavra o Deputado Mauro Benevides. *(Pausa.)*

Está me ouvindo, Deputado Mauro Benevides? *(Pausa.)*

O Deputado Mauro Benevides pediu para falar... *(Pausa.)*

Isso, pode falar, meu Deputado querido! *(Pausa.)*

Ative o som, Deputado Mauro. Ative o seu som.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Está ativado agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Agora está bom.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Pronto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu quero agradecer a oportunidade que me dá o senhor, o Relator Francisco Jr., os Senadores e Deputados.

Presidente Roberto Campos, muito obrigado pela oportunidade. Serão trinta segundos.

Eu ouvi sua resposta sobre a transferência lá da sua conta de resultado em função da desvalorização cambial. Acho também que deva ficar uma parte lá, mas para a outra parte eu acho que o Banco Central pode considerar esse auxílio neste momento, sobretudo porque há uma demanda por um prêmio na venda de títulos públicos lá pelo Tesouro muito alta, pela desconfiança de não haver dinheiro em caixa. Então, eu acho que esse é um assunto importante, e nós estamos vendo isso aqui também no Congresso Nacional.

O segundo ponto é o seguinte: por que a Conta Única – eu estava pesquisando alguns países – do Tesouro Nacional tem que ser no Banco Central? Qual é a segurança que isso agrega?

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente e Presidente Roberto Campos Neto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

A Senadora Kátia Abreu levantou a mão para fazer uma fala pela ordem.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

Pode falar, minha Senadora, pode ativar o seu som.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada pela tolerância, Presidente Confúcio, Presidente Roberto, mas eu não gostaria de sair daqui sem esse questionamento que estou ouvindo muito das *fintechs*.

O Pronampe... O banco empresta o seu próprio capital, e o Pronampe, o Tesouro garante os 85% em *first loss*. Agora, as *fintechs* não possuem esse capital para adiantar, emprestar o dinheiro e ter essa garantia. Elas preferem ter o capital do Tesouro mais do que ter o próprio fundo garantidor. E elas têm muita demanda, têm falado muito comigo de que precisam de capital para atender a essa demanda. Então, como as *fintechs* já estão autorizadas a participar do Pronampe, o que poderia ser feito com esses recursos novos que virão do Banco Central com os depósitos da poupança? Pergunto se algum valor poderia ficar reservado para capital das *fintechs* que emprestarem dinheiro; se isso é possível do ponto de vista técnico e legal.

Obrigada, Presidente, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, Presidente Roberto Campos, queremos agradecer a V. Exa. por esta brilhante apresentação. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Senador, acho que nós não estamos escutando. Não sei se sou só eu.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Desculpe, desculpe!

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Agora sim!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A gente sempre é traído aqui por um botãozinho.

O Senador Randolfe pediu que a sua apresentação ficasse disponível, mas ela já o está. A nossa Comissão já a disponibilizou para todos os Senadores e Deputados e para os não membros; já está disponível no sistema.

Eu também quero agradecer a sua apresentação.

Passo a palavra a V. Exa. para fazer essas últimas respostas de forma tal que eu possa fazer o encerramento da nossa audiência.

O SR. ROBERTO CAMPOS NETO (Para expor.) – Muito obrigado. Queria agradecer a todos pela oportunidade, Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, aos internautas, e queria agradecer ao Senador pela condução.

Vou me ater aqui às perguntas agora.

Primeira pergunta, de um internauta. Eu acho superimportante esclarecer isso. Foi perguntado: "após os bancos receberem 1,2 trilhão do dinheiro suado dos impostos...". É superimportante a gente enfatizar que o Banco Central não faz política fiscal. Então, desse 1,2 trilhão não há nenhum centavo que seja de impostos.

Quando nós fazemos medidas de liquidez, é o dinheiro dos próprios bancos que está retido no Banco Central ou são medidas que o Banco Central faz para estimular crédito. Isso não gera fiscal, no sentido de que não é um gasto, não se está subtraindo do dinheiro que foi pago de impostos. Então, esse é o primeiro ponto a esclarecer.

Depois do 1,2 trilhão que nós disponibilizamos, na parte de liquidez, na apresentação eu mencionei que 260 foram usados – nesta semana, deve haver mais uma parte –, mas isso vai acontecendo aos poucos, muito parecido com o que é feito em outros lugares. Por exemplo, há um artigo recente no *Financial Times* falando que, das medidas do FED, que é o Banco Central americano, menos de 20% já atingiram o mercado, ou seja, você faz as medidas, tem que regulamentar, os bancos vão se adaptando... O fiscal, às vezes, é mais rápido: se eu tiver dinheiro do Governo e quiser pagar R\$600 para todo mundo, se eu tiver o veículo de distribuição, eu faço. Parte das medidas de liquidez tem uma regulamentação que é inerente ao processo. Então, isso explica um pouco o que está acontecendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a análise do que nós fizemos, se é bom ou se é ruim, nós gostaríamos de ter atingido mais as pequenas e médias empresas, nós gostaríamos de ter crescido mais o crédito. Quando eu analiso e vejo o que foi feito no Brasil – e eu mostrei no gráfico –, foi feito mais e mais intenso. O Brasil está crescendo a base de crédito no meio da crise. Se a gente está imaginando que a gente vai ter um crescimento... O mercado espera -6% neste ano. Se fosse um ano normal, seria uma medida... O crédito estaria contraindo uma barbaridade. O crédito não só não está contraindo, como está expandindo, e grande parte, como eu mencionei, 80% da expansão, é feita pelo setor privado, ou seja, as medidas estão tendo algum efeito. Nós gostaríamos que tivessem mais efeito.

Existe o questionamento do que o Banco Central faz em liquidez e do que o Governo faz em fiscal, e eu acho que é importante entender que o Banco Central tem uma função e o Tesouro/estruturação de operações fiscais é uma outra função. Então, é importante dividir isso, porque essa função é diferenciada.

O que o Congresso pode fazer? O Congresso tem ajudado muito, os debates são bons, muitas sugestões de Congressistas que são enviadas ao Banco Central nós analisamos, estudamos. A própria Senadora Kátia Abreu, que falou anteriormente, deu uma sugestão que nós adotamos numa medida anterior. Então, é superimportante essa conversa. Nós não somos donos da verdade.

De novo: estamos passando por um período que tem um pouco de aprendizado, porque nós não temos nenhuma experiência no passado que sirva de anteparo. Então, acho que a participação de todos é importante.

Em relação aos questionamentos do Deputado Mauro Benevides, eu concordo com a parte do Tesouro. Concordo que vai ser mais difícil financiar nesse curto prazo. Nós estamos aí dispostos a atender e fazer a transferência. Esse é um voto do CMN que será feito.

E aí há um tema superimportante, porque a contabilidade, no Brasil, entre o Banco Central e o Tesouro para um momento como este é muito diferenciada em outros lugares do mundo. Por exemplo, a gente fala da conta única, que, na verdade, não é uma conta que está no Banco Central, que está no Tesouro; é uma conta de transferência. Mas o que está por trás disso é que, no Brasil, o Banco Central é um ente governamental, e em grande parte do mundo não é. Então, por exemplo, se eu fizer um programa de compra de crédito e comprar crédito, na hora em que eu comprar esse crédito eu vou gerar déficit primário. Quando os Estados Unidos fazem, ou a Inglaterra, ou o Canadá, ou outros países fazem, não gera primário. Por quê? Porque a conta do Banco Central, em outros países, é apartada do Governo. Há uma conta de conexão, mas a conta caixa, relação ativo/passivo, é apartada. Então, o fato de o Banco Central ser um ente do Governo faz com que as mesmas medidas que são adotadas em países distintos tenham um efeito muito diferente na contabilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E em relação às colocações da Senadora Kátia Abreu, vamos olhar o negócio das *fintechs*. Nós estamos anunciando medidas que, em breve, vão ser mais voltadas a capital de giro, mais voltadas a pequenas e médias empresas, e as *fintechs* poderiam ser atendidas. Deve ser anunciado em breve.

Se existe um tema de ter o efeito caixa da medida do Pronampe, a gente pode estudar, fazer de uma outra forma. Depois vou procurar a Senadora para entender melhor, e a gente pode estudar uma solução. Para a gente é fundamental que as *fintechs* sobrevivam, cresçam e que continue esse ambiente competitivo.

Então, eu acho que é isso. Eu atendi todos os pontos.

Eu queria de novo agradecer a todos. Peço desculpas se houve algum ponto que passou. Às vezes, eu tinha pouco tempo para vários questionamentos, mas eu queria deixar aí o agradecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Presidente Roberto Campos Neto, é uma satisfação muito grande. Eu quero agradecer a V. Exa. pela presença em nossa audiência; agradecer ao Maurício Costa de Moura, Diretor de Relacionamento; aos assessores especiais do Banco Central, Fábio Araújo e David Falcão.

Agradeço sobremaneira ao nosso querido Relator, Francisco Jr.; aos demais colegas Parlamentares, membros e não membros desta Comissão, que têm participado ativamente e enriquecido os trabalhos com questionamentos importantes; aos internautas que enviaram perguntas através do e-Cidadania – infelizmente, não pudemos responder a todos –; também àqueles que acompanharam pela internet; aos demais telespectadores da TV Senado, da TV Câmara; e aos demais meios que transmitiram à população esta importante reunião.

Sobre o pela ordem da Senadora Eliziane Gama para que mudasse o horário das reuniões nossas das segundas-feiras, nós temos, assim, algumas dificuldades de agenda com nossos convidados, mas vamos nos esforçar. Também há as sessões surpresas segundas à tarde, que não temos previsibilidade delas. Mas nós vamos fazendo o arranjo, Senadora Eliziane Gama, de forma tal que a senhora seja atendida, talvez até incluindo as sextas-feiras. Está bem? Vou me esforçar para atender a V. Exa.

Fazendo o encerramento, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Convido-os para a próxima reunião – olhem bem –, que será realizada dia 8 de junho de 2020 – olhem bem o horário –, às 10h. Dará numa segunda-feira, Senadora Eliziane Gama. Faça uma forcinha para participar. Já está convidada e agendada com os Presidentes do BNDES, Gustavo Montezano, e do Banco do Brasil, Rubem de Freitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos que desejarem participar do evento podem enviar perguntas e comentários por meio do portal do e-Cidadania, vocês já têm o endereço.

Eu agradeço à equipe do Banco Central e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 47 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dois minutos do dia oito de junho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Renildo Calheiros, Felício Laterça e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu e Rejane Dias. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e João H. Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater as ações do Banco do Brasil relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao combate ao coronavírus (Covid-19). **Participante:** Rubem de Freitas Novaes, Presidente do Banco do Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/06/08>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas com a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

Quanto ao uso da palavra, todos os membros já sabem a regimentalidade: é levantar a mão, conforme o aplicativo exige.

A ordem da fala será dada, em primeiro lugar, ao Relator, o Deputado Francisco Jr., depois da palavra do Presidente do Banco do Brasil, o Dr. Rubem.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e os tempos de Liderança poderão ser utilizados após a audiência.

A presente reunião é uma audiência pública com a presença do Presidente do Banco do Brasil, o Sr. Rubem Novaes, que está acompanhado pelos senhores: Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores; Carlos Motta dos Santos, Vice-Presidente de Negócios de Varejo; Carlos Renato Bonetti, Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos; Fábio Augusto Cantizani Barbosa, Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios; Mauro Ribeiro Neto, Vice-Presidente Corporativo; e Walter Malieni Júnior, Vice-Presidente de Negócios de Atacado. Eu passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Rubem Novaes, pelo tempo de 25 minutos – caso ele tenha necessidade, ele pode solicitar uma prorrogação – para a sua apresentação.

Dr. Rubem, V. Exa. está com a palavra. O senhor pode falar.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Muito obrigado. Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo bem, doutor, ouvindo bem.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – É um grande prazer estar aqui, Senador. Cumprimento a todos, em nome do Senador Confúcio Moura, que é o Presidente da Comissão, e do Deputado Francisco Rodrigues Jr., que é o Relator. Transmito o meu cumprimento a todos, meu abraço amigo. É um grande prazer estar aqui para conversar um pouco sobre o Banco do Brasil e sobre o que nós temos feito recentemente, principalmente em relação a este momento de crise epidêmica, que está se transformando também em uma séria crise econômica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que se possa passar alguns eslaides para todos. Nós temos meios de passar os eslaides que foram preparados? (*Pausa.*)

O primeiro eslaide que nós vamos mostrar aqui mostra basicamente o grande momento que vive o Banco do Brasil. O Banco do Brasil teve, a partir de 2014, momentos difíceis. O Banco do Brasil foi muito usado numa atuação anticíclica pelo Governo Federal, e acabou formando uma carteira que não era das melhores. A partir desse momento, o banco passou a sofrer um pouco em termos de descapitalização, de resultados, e só a partir de 2018, principalmente, o banco começou uma trajetória de recuperação. Nós aqui, esta equipe que está aqui presente, assumimos em janeiro de 2019 e nós pudemos continuar essa trajetória de recuperação do banco, boa utilização do capital, gestão austera, e o Banco do Brasil foi melhorando seus resultados, foi melhorando seus indicadores, foi melhorando o reconhecimento que tem do mercado.

Nesse primeiro eslaide que eu mostro aos senhores, dá para se notar que o Banco do Brasil tem tido um reconhecimento muito grande. O Banco do Brasil, por exemplo, foi considerado o banco do ano pela revista *The Banker*. Essa revista é ligada ao *Financial Times*, e um banco ser considerado o banco do ano pela revista *The Banker* é realmente um prêmio, uma homenagem de um grande peso.

Uma outra grande revista internacional, a *Global Finance*, considerou o Banco do Brasil do banco mais inovador da América Latina.

Aqui, internamente, a Fundação Dom Cabral, de reconhecida competência e seriedade lá em Minas Gerais, elegeu o Banco do Brasil o melhor banco do ano aqui no Brasil. E por aí vai. Nós fomos considerados, através da nossa empresa de gestão de ativos, a BB DTVM, um dos melhores gestores de fundos de renda fixa.

Recentemente, na última reunião de Davos, a Corporate Knights anunciou que o Banco do Brasil era a empresa financeira mais sustentável do mundo. Isso significa não só a preocupação com o meio ambiente, a preocupação social. Eram avaliadas aqui as questões de gestão, de governança, de *performance* do banco. Quer dizer, quando se olhavam todos esses quesitos, o banco foi considerado a empresa financeira mais sustentável do mundo. Isso parece até um sonho, mas se realizou neste último ano.

Estamos também incluídos pelo Dow Jones, que faz também uma avaliação de sustentabilidade das empresas, e o banco foi reinserido no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, que é também uma marca bastante importante e que permite que uma série de investidores dirijam recursos para o Banco do Brasil. Hoje o mercado mundial, o mercado de investimentos está muito seletivo e, se as empresas não têm um selo de sustentabilidade, esses investidores se afastam. E o Banco do Brasil conseguiu esse selo junto ao índice Dow Jones; o Banco do Brasil está incluído no Índice Dow Jones de Sustentabilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos também uma melhoria muito grande em termos de reclamação da clientela junto ao Bacen. Quando chegamos aqui o Banco do Brasil estava em primeiro lugar – primeiro lugar aí, devo destacar, é o pior; o primeiro lugar é ruim, é o que tem mais reclamações – entre os grandes bancos em termos de reclamação junto ao Banco Central, e hoje nós temos o melhor índice de reclamação entre todos os grandes bancos brasileiros.

Em termos de atenção aos empregados, também nós tivemos a certificação Top Employers, oferecida pelo Top Employers Institute, mostrando que a atenção com o bem-estar, com a mobilização, com a participação dos funcionários na gestão tem também um peso grande na nossa administração.

Esse introito foi para mostrar que o Banco do Brasil hoje está com uma imagem excelente em termos de investidores, em termos de mercado, em termos de reguladores e em termos do seu corpo funcional, que nunca se sentiu tão mobilizado para alcançar os objetivos que a administração central pretende alcançar.

Eu passaria agora ao próximo eslaide. Pode rodar mais um.

O que nós temos feito recentemente em relação a essa crise epidêmica com consequências óbvias sobre a economia? O Banco do Brasil já liberou, a partir de meados de março, quando realmente o problema começou a se mostrar mais evidente, cerca de R\$137 bilhões, dos quais R\$80 bilhões para empresas, R\$33,8 bilhões para pessoas físicas e R\$23 bilhões para o agronegócio.

Pode seguir, por favor, para o próximo.

Aqui é um eslaide específico para pessoas físicas. Em termos de prorrogações, 26,3 bilhões; crédito novo, 7,5 bilhões. Isso em mais de mil contratos.

Embaixo tem uns retângulos que mostram como foi evoluindo a partir de 16/3, quer dizer, a partir da metade do mês de março, quando começamos a sentir realmente os efeitos da crise. Nos primeiros 15 dias, 5,2 bilhões; aos 45 dias, de 16/3 a 30/4, 21,3 bilhões; de 16/3 a 29/5, portanto, praticamente até agora, foram liberados pouco abaixo de 34 bilhões, já devemos ter passado de 34 bilhões hoje. Isso para pessoa física.

Pode rodar.

Pessoa jurídica. O banco liberou em prorrogações 42,1 bilhões; de crédito novo, 37,9 bilhões em 359 mil contratos. Desdobrando ao longo do tempo, quer dizer, nos primeiros 15 dias, 37 bilhões; depois, acrescentando mais um mês, passou a 64 bilhões e, de 16/3 até praticamente agora, já estamos acima de 80 bilhões.

Pode rodar, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é micro, pequena e média empresa, em que eu tenho certeza de que há uma preocupação grande dos Srs. Congressistas. Nós temos tido essa participação: nós tivemos 24,7 bilhões de prorrogações; 8,6 bilhões de crédito novo, num total de 349 alguma coisa mil contratos.

Desdobrando no tempo, nós tivemos, nos primeiros 15 dias, 12,8; acrescentando mais um mês, fomos para 25,9 bilhões; e agora, somando desde 16/3 até recentemente, nós já estamos com mais de 33 e alguma coisa, já deveremos estar perto de R\$35 bilhões, hoje, oferecidos para as micro, pequenas e médias empresas.

Pode rodar, por favor.

Agronegócio: o banco tem uma participação extremamente efetiva, importante para o agronegócio. Felizmente, esse setor tem se desempenhado muito bem. Diferentemente do restante da economia, a agricultura e a pecuária estão mostrando uma situação saudável, talvez com exceção de hortifrutigranjeiros; os outros setores estão se desempenhando muito bem, as condições de preço e de comercialização estão razoáveis. Isso é muito bom para o Banco do Brasil e para o País. Então, na agricultura nós liberamos, nos primeiros 15 dias depois da largada da crise, 3,9 bilhões; acrescentando mais um mês – quer dizer, do meio de março até final de abril –, 13,5 bilhões; e, do mês de março até os dias de hoje, nós estamos aí acima de 23 bilhões.

Pode passar. Pode passar.

Aqui... Está aparecendo algo estranho aqui na minha tela, não sei se está na de vocês também.

Enfim, em termos de ações emergenciais que foram deflagradas pelo Governo, tentando atenuar a crise econômica que se instalou, o Banco do Brasil tem tido uma participação em todos esses programas, embora não nos caiba a formulação dos programas, mas nós, como agentes do Governo, como banco, temos participado ativamente de alguns desses programas.

O programa de auxílio emergencial, que é mais conhecido como "coronavoucher"... Quer dizer, o papel relevante aí é o papel da Caixa Econômica, mas nós temos também a nossa participação, nosso quinhão de responsabilidade junto aos clientes que pretendem receber esses recursos através do Banco do Brasil e nós já liberamos quase 2 bilhões para quase 3 milhões de clientes.

Outro programa de que nós temos participado é o PESE, aquele programa de folha de pagamentos que muitos chamam de "Fopas". O nome oficial do programa é PESE, mas ficou mais conhecido por todos por Fopas.

Bom, nesse programa de folha de pagamentos, nós já liberamos R\$358 milhões para quase 12 mil empresas. Aí, têm surgido muitos comentários críticos sobre esse programa, porque, realmente, a expectativa era de que o houvesse uma demanda maior por esse programa das folhas de pagamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu devo lembrar que não é o forte do Banco do Brasil, quando comparado com os outros grandes bancos privados, ter folhas de pagamento de empresas privadas. Quando nós olhamos esse mercado como um todo, cabe-nos mais ou menos uma participação de 6% no total de folhas de pagamento do setor privado, mas nós executamos... Embora tenhamos uma participação só de cerca de 6% das folhas de pagamento das empresas privadas, nós participamos com perto de 20% das liberações que foram feitas para os empregados dessas empresas que se credenciaram ao programa.

Esse programa está sendo revisto hoje pelo Banco Central. Eu creio que o Roberto, Presidente do Banco Central, esteve aqui nesta Comissão, recentemente, e deve ter detalhado os seus planos de reformulação desse programa do Fopas, oficialmente PESE. Em curto prazo, vão sair essas modificações, que darão muito mais flexibilidade e darão um escopo maior para esse programa.

O programa, por enquanto, tem utilizado menos dos recursos que foram aportados a ele do que se imaginava, mas a ideia é ativar o programa.

Outro programa importantíssimo que o Governo lançou foi o programa através da Secretaria de Previdência, lá do Ministério da Economia, do pagamento do BEm. Esse programa é aquele que faz a suplementação salarial: as empresas têm a possibilidade de reduzir seus salários para evitar demissão, e o Governo complementaria o salário dos empregados através desse programa.

Esse programa também está tendo uma demanda muito boa. É um êxito absoluto. Aqui, através do Banco do Brasil, nós já fizemos mais de R\$3 bilhões em pagamentos, atendendo a 3,4 milhões de trabalhadores, através desse programa.

Nós temos participado também de um outro programa, junto ao Ministério da Saúde. Quer dizer, em termos de valores, ele não se compara aos outros grandes programas do Governo, mas ele tem um significado muito importante, porque é a ideia de você atrair mais profissionais da área de saúde para o atendimento emergencial neste momento.

Então, esse programa permite que as pessoas sejam remuneradas para se incorporarem ao programa. São estudantes de último ano de Medicina e profissionais já formados que se agregam ao esforço normal, que já existe nas secretarias municipais, estaduais e nos hospitais federais, e o pagamento desse pessoal é realizado através de uma carteira digital do Banco do Brasil. Então, já atingimos cerca de 54 mil profissionais, fazendo pagamentos da ordem de 36 milhões.

Peço que rode mais um quadro.

Bem, eu não vou me alongar muito.

Em termos de nossa operação interna aqui, nós temos procurado dar toda ênfase ao atendimento ao cliente. Quer dizer, o Banco do Brasil reconhece que a atividade bancária é uma atividade essencial, e nós não poderíamos deixar nossa clientela desamparada neste momento. Então, nós estamos funcionando com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

98% das agências abertas; só não estão abertas aquelas que realmente não podem estar abertas. Se o *shopping* está fechado e há uma agência dentro do *shopping*, a agência não pode funcionar, mas 98% das nossas agências estão abertas. É óbvio que não estão operando a plena capacidade. Nós temos os terminais de autoatendimento, que funcionam normalmente, e temos alguns poucos funcionários que, havendo qualquer problema, estão prontos para atender à clientela.

Em termos gerais, nós temos cerca de 50% da nossa força de trabalho trabalhando a distância e 50% trabalhando presencialmente. Estão trabalhando a distância principalmente aqueles grupos de risco ou aqueles que podem fazer trabalhos que não demandam a presença no escritório. Existem muitas tarefas que podem ser realizadas plenamente de casa, e essas tarefas estão sendo realizadas de casa, sempre com o objetivo de reduzir o congestionamento nos prédios sedes.

Aqui, em termos da administração central do banco. Os nossos conselhos de administração e os comitês especializados de assessoria ao conselho de administração estão trabalhando a distância, mas a diretoria executiva, o nosso conselho diretor, formado por mim e por meus vice-presidentes, nós temos comparecido ao banco diariamente, trabalhando presencialmente. Há um volume de problemas muito grande que acontece num momento desse de pandemia e de crise econômica, e nós julgamos que seria conveniente estar permanentemente em contato, aqui, para resolver os problemas rapidamente, à medida que eles apareçam.

Muitos devem estranhar que eu, com meus 74 anos, esteja me expondo. Eu já expliquei que estou num grupo de risco, mas não me sentiria bem pedindo a meus funcionários que estão lá na ponta, em contato com a clientela, para que eles trabalhassem e eu ficasse em casa. Não é do meu estilo, não é da minha maneira de ser.

Então, o banco está preparado, hoje, para enfrentar as dificuldades do momento.

Não é um momento fácil para ninguém. Não pensem que o setor bancário está vivendo momentos de tranquilidade. Não está não. Quando toda a nossa clientela está sofrendo, nós sofremos também. E a prioridade, hoje, a preocupação básica, hoje, de qualquer banco que seja responsável e que seja bem administrado é resolver o problema da sua clientela.

Eu vou ficar por aqui, para não me estender muito.

Estou à disposição dos senhores para as perguntas e respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Rubem Novaes, que acabou de apresentar todo o portfólio do Banco do Brasil, todas as contribuições do Banco do Brasil neste momento pandêmico muito importante. Meus sinceros agradecimentos. Agradecimentos a todos os Vice-Presidentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer uma correção aqui e agora: o Sr. Fábio Augusto Cantizani Barbosa é Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia – na introdução, eu falei errado –, e o Sr. João Pinto Rabelo é Vice-Presidente de Agronegócios e Governo.

Quero também explicar a todos os Deputados, aos Senadores da Comissão, aos não membros da Comissão, aos internautas que o Presidente Rubem Novaes tem agenda cheia e nos concedeu até duas horas de reunião. Então, eu gostaria que os nossos membros da Comissão entrassem direto com as perguntas, para que a gente possa dar oportunidade a todos de se manifestarem.

Então, eu passo a palavra, neste momento, ao nosso querido Relator, Francisco Jr., para fazer as primeiras perguntas e os comentários que desejar expor.

Então, com a palavra o Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senador Confúcio, demais Senadores e Deputados, todos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Câmara e pela TV Senado.

Bom dia, Presidente Rubem de Freitas Novaes e toda a sua equipe. Parabéns pelo trabalho exposto, parabéns por estar à frente dessa instituição, que, sem dúvida nenhuma, eu acredito, deve ser uma das mais queridas pelo povo brasileiro. O Banco do Brasil ocupa esse espaço no imaginário e no coração do povo brasileiro. Parabenizo o senhor por todo o trabalho.

Eu, particularmente, tenho um carinho muito grande pelo banco também, até pelo fato de ser egresso do banco. Há bastante tempo, na minha adolescência, eu fui menor auxiliar de serviços gerais do banco, o famoso "azulim". Não sei nem se é da época da turma de vocês. Depois eu passei num concurso e resolvi largar tudo. Falei que eu iria prestar vestibular para Medicina, e nunca sequer tentei, Senador Confúcio – o senhor, que é médico – algo para Medicina. Acabei me tornando advogado e urbanista.

Muito bem. Vamos lá, Presidente. Nós sabemos de todo o momento que estamos vivendo no Brasil. A gente vê o esforço do banco, a gente vê a participação do banco. Contudo, a gente sabe que, do ponto de vista econômico, a situação é complexa. Nós estimamos que a retração econômica possa ultrapassar os 6% e que o endividamento público ultrapasse os 95% do PIB. Nesse contexto, o Banco Central publicou diversas resoluções e circulares para expandir a liquidez dos bancos. Dispensaram o provisionamento em situações específicas, para reduzir os requerimentos de capital. O Ministério da Fazenda, por sua vez, propôs e o Congresso Nacional aprovou outras normas que traziam incentivos para a concessão de créditos pelos bancos. Algumas dessas linhas, como o Pronampe, iniciaram com 85% de garantias e agora chegam a ter 100% de garantia para os bancos. Ainda assim o crédito não se expandiu na proporção desejada. Dados do próprio Banco Central indicam que o impacto efetivo foi da ordem de 3,6% do PIB, enquanto o potencial é de quase 17%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, essa é a nossa realidade. Essa é a grande dificuldade. A gente está percebendo uma crise que só se agrava. Nós estamos vendo as pequenas empresas fechando, as pessoas sendo demitidas, e uma busca por sobrevivência do CNPJ brasileiro, dos CNPJs.

Considerando somente a instituição que V. Sa. preside, eu tenho algumas breves perguntas, como foi pedido pelo Presidente.

Por que a oferta de crédito pelo Banco do Brasil ainda é tímida, segundo a visão de várias pessoas e de agentes de mercado, comparado ao que se espera do maior banco do País e também considerando ser o banco uma ferramenta para a implementação de políticas públicas? Por que ainda é tímida – ao menos, para quem está do outro lado, é a percepção de quem está do outro lado?

Segundo: por que as linhas de capital de giro ainda não estão chegando a quem precisa? Estamos vendo milhares de empresas demitindo funcionários por falta de recursos. Várias das legislações aprovadas explicitam a redução das exigências na concessão de crédito. De que forma isso está sendo considerado nos processos do banco?

Uma outra pergunta: é verdade que o Banco do Brasil tem uma política interna que não permite que as pessoas e empresas que foram inadimplentes no passado possam realizar novas operações por um prazo de cinco anos? Se for ou não, V. Sa. poderia explicar se há ou se houve medidas como essa e qual seria a restrição para essas pessoas fazerem operação de crédito neste momento específico atípico de pandemia, se essas pessoas estão fora dessa oportunidade de crédito por regras comuns do mercado ou da gestão? Nós estamos num tempo de exceção, nós estamos num tempo de calamidade.

Por fim, V. Sa. poderia confirmar a informação de que grande parte dos recursos que vieram dos depósitos a prazo por ocasião da expansão da liquidez não estão sendo utilizados para fomentar o chamado capital de giro das empresas e estão sendo remunerados pela taxa Selic em aplicações seguras como operações compromissadas do Banco Central? Qual é a percentagem dos recursos liberados que estão sendo efetivamente aplicados em operação de crédito das empresas?

Essas perguntas todas, Presidente, têm a única intenção de entender e colaborar no sentido de que os recursos cheguem às empresas. E eu vou repetir uma frase que foi dita por todos da equipe econômica do Governo: não faltará dinheiro na pandemia, de forma especial para a saúde. Porém, quem está indo para a UTI agora são as empresas brasileiras, de forma especial as pequenas e as microempresas. Elas estão na UTI, e acho que não há respirador para elas. Então, como fazer para socorrer essas empresas com relação à oferta de crédito, especificamente no universo do Banco do Brasil?

Mais uma vez, parablenho a gestão do senhor à frente e não só a sua, mas de toda a equipe do Banco do Brasil, que ainda é uma das instituições mais respeitadas do Brasil. Parabéns. Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente Confúcio.

São as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr.

Antes de passar a palavra para o nosso Presidente Rubem Novaes, já temos número regimental de presença. Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 10ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram, e os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

Como ninguém se manifestou em contrário, está aprovada a ata da reunião passada.

Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Rubem Novaes, para responder às primeiras perguntas do nosso Relator Francisco Jr. (*Pausa.*)

Ligue o áudio, doutor. Ligue o áudio. Pode ligar o áudio e pode recomeçar. (*Pausa.*)

Pode falar. Está bom.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Meu caro Deputado Francisco Jr., eu creio que o senhor pintou um quadro bastante realista do que está acontecendo hoje, esse quadro de insuficiência de crédito diante do tamanho da demanda.

Eu diria o seguinte: o Banco Central realmente agiu no sentido de dar mais folga de capital e mais liquidez ao sistema bancário. Acontece que o aumento da demanda por crédito foi de tal ordem que está havendo essa sensação clara de empoçamento, quando, na verdade, os bancos estão expandindo à medida de suas possibilidades. Os bancos têm diversos tipos de limitação. A principal delas é o capital. Toda vez que se faz uma operação de crédito, você consome um pedacinho do seu capital. Se o capital é limitado, esse crédito total que você vai poder oferecer ao mercado também está limitado. É certo que o Banco Central deu uma certa folga nos limites que ele nos impõe de alavancagem do sistema bancário, mas os bancos estão trabalhando perto desse limite já. Agora a demanda é tão grande, a demanda cresceu tanto em função das dificuldades das empresas brasileiras que é praticamente impossível atender a essa demanda. Então, dá essa sensação um pouco distorcida de que está havendo um empoçamento dentro do sistema bancário.

Os bancos – e eu falo pelo Banco do Brasil –, nós estamos trabalhando dentro dos nossos limites. Nós temos limites de volume de risco que a gente pode tomar, de capital que nós podemos comprometer e, finalmente, nós não temos problemas de liquidez, mas alguns bancos podem estar com problemas de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

liquidez. Então, o mundo dos bancos, numa hora dessas, também não é um mar de rosas não. Os bancos têm uma preocupação muito grande porque os seus ativos estão onde? Estão na sua clientela, no crédito que você confere à sua clientela. Se a sua clientela está com dificuldade, o banco também está com problemas, e a prioridade maior do banco numa hora dessas é resolver o problema dos seus clientes, porque assim ele está resolvendo o seu problema também. Eu acho que esse quadro geral tem que estar muito claro na mente de todos para que a gente possa entender a conjuntura hoje.

O único ponto com que eu teria um pouco de discordância do seu comentário, Deputado, foi quando falou nos impedimentos para que o cliente possa operar com o Banco do Brasil. Eu vou pedir ao nosso Vice-Presidente Bonetti para que fale alguma coisa sobre isso, porque me parece que está havendo um entendimento errado sobre a impossibilidade de pessoas jurídicas tomarem crédito aqui no Banco do Brasil.

Bonetti com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, pode entrar falando, fique à vontade. *(Falha no áudio.)*

Está havendo algum som ligado em paralelo. Vamos desativar os outros sons e deixar o Dr. Bonetti falando.

Vamos lá, doutor.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES – Ele vai falar aqui do meu lugar que fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem, está bem, doutor.

O SR. CARLOS RENATO BONETTI (Para expor.) – Bom dia, caros Deputados e Senadores.

Sobre a pergunta específica, em primeiro lugar o Banco do Brasil não tem limitações ao operar com clientes que geraram alguma inadimplência. O que existe, de fato, é uma restrição que vem da política de crédito do banco, que é operar com clientes que deram prejuízo. Então, neste momento, todos esses clientes que operam com o banco, que tenham operações com o banco, eles não têm restrição a fazer qualquer tipo de novos negócios ou composição de suas dívidas, o alongamento do perfil das suas dívidas. Isso é permitido e a gente tem feito bastante. Aliás, se a gente pegar os números que o Presidente Rubem apresentou aqui anteriormente, nós já giramos cerca de 33 bilhões entre crédito novo e prorrogações dessa carteira de micro, pequenas e médias empresas. Isso equivale a 50% da nossa carteira nesse segmento, então é um percentual bastante alto. E a restrição que existe é para esses clientes que deram prejuízo para o banco – é diferente de inadimplência; o banco deu quitação da dívida com prejuízo, ou seja, eles não pagaram a dívida anteriormente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, nesse momento de pandemia, o que o banco tem feito é recuperar clientes que deram abatimento, que têm esse prazo de cinco anos, quer dizer, que já tiveram abatimento há mais de cinco anos. O banco está trazendo esses clientes de novo para o negócio. Então, em relação a esses clientes que deram abatimento, não pagaram a dívida integralmente no passado e, agora, querem voltar, retornar ao banco, o banco está analisando caso a caso e pode vir, inclusive, a fazer novos negócios com eles na medida da sua análise de risco específica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Quer continuar ou está satisfeito com as respostas? (*Pausa.*)

Tudo bem, Dr. Rubem? Posso passar para outros...

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES – Pode, sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem.

Eu vou fazer, Dr. Rubem – anote aí ou algum dos Vice-Presidentes anote –, algumas perguntas de internautas.

Nós temos aqui Sandra Habermann, de São Paulo; Renan Vicente, do Rio de Janeiro; Vanielle Fabrício, do Rio Grande do Sul; Joelma Batista, da Bahia; Yasmin Jauvecio, da Paraíba; Miriam Barros, da Bahia; e Oscar Graf, de Santa Catarina. Nós escolhemos esses, porque são muitos pedidos; não dá para fazer todos esses pleitos. Alguns já foram respondidos, eu não vou fazer a pergunta de novo, mas o senhor ou quem o senhor designar responda a esses internautas como uma maneira também de prestigiar o nosso e-Cidadania, que o Senado e a Câmara abrem à população.

A primeira pergunta, de fácil resposta, é de Sandra Habermann, São Paulo: "Como o Banco do Brasil está se posicionando quanto ao socorro ao pequeno e médio empresário?" – essa é a pergunta dela. E do Renan Vicente da Silva, do Rio de Janeiro: "Quais são as ações e movimentações do Banco do Brasil para amenizar o endividamento das economias locais e das famílias brasileiras?". Trago essas duas perguntas neste primeiro bloco.

Entram agora, juntando-se a essas perguntas, três Parlamentares, que farão em sequência o pleito, as suas perguntas.

Senador Izalci Lucas, do PSDB, do Distrito Federal; Deputado Luiz Carlos Motta, do PL, São Paulo; e o Senador Wellington Fagundes, do PL, Mato Grosso. Eles vão entrar em sequência, e depois haverá mais dois blocos.

Terá a palavra o Dr. Rubem Novaes – ou quem o senhor designar – para essas respostas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente; bom dia, Dr. Rubem, toda a diretoria do Banco e meus colegas Parlamentares.

Dr. Rubem, quando o Presidente do Banco Central esteve conosco, eu indaguei sobre a questão da venda de parte das reservas internacionais para diminuir a dívida pública, porque existe um diferencial entre o custo de captação e a rentabilidade da aplicação das reservas. E ele disse que era meramente uma questão contábil. Eu gostaria de perguntar a V. Sa., como Presidente de um dos principais bancos comerciais do País, como os investidores reagem quando há um aumento da dívida pública maior do que o aumento da dívida líquida.

E também gostaria de perguntar por que as instituições financeiras brasileiras não divulgam o crédito das pessoas jurídicas pelo nível de faturamento, como está na Lei 123, de 2006. Elas não divulgam o porte, se é empresa pequena, média ou micro. As divulgações existentes não separam as microempresas e as empresas de pequeno porte – normalmente até R\$4,8 milhões, em média, as empresas. Dessa forma, divulgam o crédito de empresas que faturam até R\$300 milhões. Acho que isso dificulta um pouco a gente saber o grau de empréstimos por categorias.

E qual tem sido a competitividade do Banco do Brasil para atrair crédito de clientes de outras instituições financeiras por meio de portabilidade de crédito? As instituições financeiras competem de fato umas com as outras para atrair clientes ou praticam um conluio oligopolista que procura não atrair significativamente clientes de outras instituições? Há de fato essa concordância ou não?

Para finalizar, com relação à Medida Provisória 975, que trata do programa da medida provisória de instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central, com relação às garantias: essas garantias são suficientes para incentivar as instituições financeiras a emprestarem recursos? Seriam necessários mais incentivos para que as instituições financeiras participem do programa? Como V. Sa. está vendo a evolução dos riscos no mercado financeiro: risco e liquidez de crédito e evolução da inadimplência? Quais os principais riscos para o sistema financeiro no momento para que possa atuar de forma eficiente e exercer o seu papel de intermediário financeiro? E, por último, como o Banco do Brasil vem se preparando para enfrentar esses riscos?

Essas são as minhas indagações, Presidente. *(Pausa.)*

O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Luiz Carlos Motta, de São Paulo, V. Exa. está com a palavra. *(Pausa.)*

Luiz Carlos Motta, pode falar, pode ativar seu som. Deputado, ative o som, por favor. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O som, Deputado. Está sem som, sem áudio, não estamos ouvindo.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) – Agora está?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora está bom.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Então, bom dia, Sr. Presidente. Quero agradecer mais uma vez por esta oportunidade. Gostaria de parabenizar o nosso Relator, Deputado Francisco Jr., de cumprimentar os demais Parlamentares, demais Senadores e também os internautas que estão nos ouvindo, e em especial uma saudação ao Presidente do Banco do Brasil, Sr. Rubem de Freitas Novaes.

Sr. Rubem, Presidente, sou um Parlamentar defensor da manutenção e geração de empregos. Vou fazer duas perguntas que o nosso Relator já fez, mas vou reafirmar. Uma delas é: o Banco do Brasil tem ideia de ampliar essa linha de crédito às micro, pequenas e médias empresas, que hoje são as maiores geradoras de emprego em nosso País?

Outra pergunta também. O nosso Relator disse que as empresas encontram dificuldades e têm reclamado com relação a acessar o crédito do Banco do Brasil; reclamam da existência dos bancos de garantia para fornecer esse crédito e também reivindicam a prorrogação dos prazos de parcelas de pagamento. Eu pergunto: o que o Banco do Brasil pode fazer para atendê-las?

Outra pergunta. A imprensa divulga que o Banco do Brasil caminha para a privatização. A crise originada por essa pandemia pode agilizar essa provável privatização ou ela não procede?

O Banco do Brasil também adotou medidas diferenciadas de atendimento frente do Covid-19. Essas medidas estão sendo suficientes ou há projetos para aprimorá-las e, assim, atender um maior número de pessoas em menos tempo?

A última pergunta que eu faço é: qual é o principal desafio do Banco do Brasil diante dessa pandemia de hoje e da pós-pandemia?

Essas são minhas indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado... *(Falha no áudio.)*

Bem, agora o som entrou aqui para mim. Muito obrigado.

O Senador Wellington Fagundes saiu da sala e deve retornar posteriormente. Enquanto isso, eu passo a palavra para o próximo, que é o Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, do Partido Progressista, de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, é uma satisfação. Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o nosso Presidente do Banco do Brasil e fazer duas breves digressões.

Primeiro, eu fiquei muito impressionado com dois textos que li ontem e gostaria de compartilhar com os companheiros e com as companheiras, porque estamos procurando entender o caminho que devemos trilhar para a preservação de empregos e até na busca de soluções para que as empresas sobrevivam, como foi falado há pouco pelo nosso Relator.

Queria recomendar que se dessem ao trabalho de ler a manifestação do Persio Arida, uma longa matéria que faz uma avaliação do conjunto do que nós fizemos até aqui em matéria de apoio a empresas e à preservação de empregos, que é o foco maior desta Comissão.

Segundo, sobre o relatório que nós recebemos, que a Comissão recebe toda quinta-feira e que chegou na sexta, do nosso Banco Central do Brasil. Eu acho que a explicação de que o Banco do Brasil não opera as folhas de pagamento, Sr. Presidente, é relevante, mas, de qualquer maneira, o conjunto da obra do Pese é indefensável – é indefensável! No dia 3 de abril, o Governo editou uma medida provisória, e R\$40 bilhões foram destinados. Aí você chega ao dia 5 de junho, com um relatório do dia 2, com R\$2,4 bilhões aplicados. Ou seja, em dois meses, 6% da execução do crédito, da concessão de crédito, em dois meses de pandemia, depois de regulada a aplicação de R\$40 bilhões, com a crise que nós estamos vivendo. Isso não reflete o espírito que eu sei que está dentro de todos nós e dos senhores também de aflição e desejo de "fazejar". Esta aqui é a Comissão, Presidente, que acompanha o "fazejamento" das coisas. O Congresso ajuda, junto com o Governo, a orientar, legislar, criar, anunciar. Aqui nós cobramos o "fazejar", ou seja, como dizia o Odorico Paraguaçu, o que está acontecendo de fato lá na ponta.

Eu queria discordar do senhor num ponto: o Congresso foi muito generoso com todas as iniciativas do Governo para colocar água na caixa d'água; o que não está acontecendo é na torneira, na bica d'água, especialmente para o micro e para o pequeno. E eu acho que os senhores que integram o sistema financeiro, tanto o público – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – quanto o privado, as cooperativas de crédito, deveriam, com a maior presteza, dizer ao Governo a verdade: "Nós não vamos emprestar dinheiro, expondo o nosso CPF, sem garantia". O Governo tem que mudar a regra, ampliar o conceito de fundo garantidor e retirar um pouco do temor justificado e fundado que todo operador financeiro tem sobre si.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, Dr. Rubem, V. Exa. ou quem o senhor designar terá o tempo de seis a sete minutos para essas respostas aos internautas e aos três Parlamentares da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está com a palavra. (*Pausa.*)

Dr. Rubem, o senhor pode falar. (*Pausa.*)

Dr. Rubem. Dr. Rubem, Alô... (*Pausa.*)

Pode ativar o seu som, Dr. Rubem.

Isso.

O senhor pode falar, Dr. Rubem.

O senhor tem de seis a sete minutos para responder, o senhor ou quem V. Exa. designar, para responder aos três Parlamentares e aos três internautas.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Perfeito. Eu acho que, à medida que eu for respondendo a alguns dos Parlamentares, eu vou atender a preocupação dos espectadores de fora.

Sobre uma primeira pergunta aqui eu acho que não me cabe muito discorrer sobre o assunto, que é a questão de venda de reserva do Banco Central. Isso é política lá do Banco Central, e eu prefiro não me imiscuir muito nessa questão – só lembrando que o conceito mais apropriado é sempre olhar para a dívida líquida do setor público. De um lado, há a dívida pública colocada em mercado, mas o Governo também tem ativos importantes, reservas externas. Qualquer observador mais sofisticado da cena global brasileira olha para esses dois lados da questão. E me parece que, recentemente, em relação ao negócio com reservas externas, o Banco Central fez uma operação extremamente favorável ao País porque conseguiu vender as reservas lá no topo, no auge do movimento especulativo contra a nossa moeda. Certamente, isso configura um lucro para o País. Há sempre uma discussão aqui no Brasil antiga. Eu sou um velho economista que acompanha essa discussão há décadas no sentido de se as reservas brasileiras devem ser do Tesouro ou se devem ser do Banco Central. Mas isso é uma questão que não tem nada a ver aqui na minha gestão no Banco do Brasil. Não vou me meter nisso, não.

Outra questão que foi levantada é a insuficiência de divulgação por parte do Banco Central de estatística de crédito para o segmento dos pequenos. O Banco Central tem todos os números lá. Eu não me recordo bem de como eles divulgam isso, mas acho que, para qualquer pedido ao Banco Central para que desdobre ao máximo essas informações para atingir os pequeninhos lá, o Banco Central terá meios de passar para o Congresso, sem problema nenhum.

Em relação a se há concorrência no sistema bancário. Eu costumo fazer um comentário que geralmente causa estranheza a muitos: eu não vejo nenhum grande setor da economia brasileira com o grau de competitividade que existe no sistema bancário. Duvido que me apontem um grande setor da economia brasileira em que você tem cinco grandes *players* disputando mercado e dezenas e dezenas de médios e pequenos, e *fintechs* entrando, e *big techs* entrando no mercado... Quer dizer, a atividade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancária hoje é aberta a todos e certamente é uma atividade extremamente competitiva. É óbvio que aumentar cada vez mais a competitividade é bom, e eu estarei sempre a favor dessa linha do Banco Central, mas eu me recuso a aceitar a ideia de que o setor bancário é extremamente cartelizado, coisas da espécie. Não é. Quem senta aqui percebe que a competição é feroz, dia a dia, em cima de cada produto do segmento bancário. Agora, os bancos têm suas limitações. Os bancos enfrentam um risco muito elevado; em alguns casos, têm limitação de capital; em outros casos, têm limitação de liquidez. Essas contingências, essas restrições fazem com que, muitas vezes, haja a sensação de que o mercado não está sendo atendido convenientemente.

Vou voltar um pouco ao ponto inicial. O aumento que houve de demanda por crédito neste momento foi brutal, é impossível atender toda essa demanda. Não há programa de Governo que vá resolver isso. Atenua um pouco, mas, enquanto a economia não puder voltar a funcionar e os empresários não tiverem condições de lutar por sua sobrevivência, por meios próprios, nós vamos ter essa sensação de insuficiência de socorro. Não dá mais... As contas públicas já estão totalmente comprometidas em nível estadual, municipal e federal.

Não adianta achar que essa insuficiência, esse *gap* vai ser atendido – não vai! Só quando a economia voltar a funcionar.

Agora, outra questão, a questão de linhas para a microempresa. Realmente, esse é um velho problema do sistema financeiro brasileiro. É muito difícil atingir o pequenininho. O custo de servir, o custo de atingir o pequenininho geralmente não compensa ao sistema bancário. O banco passa a ter outras atividades em que ele se remunera melhor. Então, ele, naturalmente... Quer dizer, o banco é uma instituição que busca rentabilidade; então, se há uma atividade com menos atratividade, ele vai buscar aquilo que interessa mais fazer, quer dizer, é natural. O Governo está procurando suprir isso.

O que o Governo está fazendo hoje? O Governo está criando o Pronampe. O Pronampe é um mecanismo de crédito, em que vai ser usado um fundo garantidor, e o Governo vai cobrir 85% da perda que o banco possa ter com a carteira de microempresas, micro e pequenas empresas. Esse programa foi concluído nessa sexta-feira agora e vai ser disparado no mercado esta semana, segunda-feira.

Nós tivemos que fazer uma adaptação ao nosso fundo garantidor aqui, alterações no estatuto, foi preciso fazer um regimento desse fundo produzido pela Secretaria de Produtividade do Ministério da Economia, os recursos já chegaram do Tesouro para o fundo garantidor. Então, esse programa vai ser exposto ao sistema bancário como um todo, e a expectativa é de que possamos atingir, finalmente, a microempresa em volumes mais significativos do que conseguimos até hoje.

Mas, note, isso está sendo conseguido porque o Governo resolveu bancar 85% do risco. É o que eles chamam de *first-loss*, os 85% de perdas, primeiro, ficam por conta do Governo, quer dizer, isto reduz muito o risco para o sistema bancário, e espera-se que, de forma melhor que no passado, se possa atender a microempresa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, volto a lembrar. O aumento da demanda por crédito nessa crise é de tal tamanho que sempre ficará o sentimento, o *feeling*, a sensação de insuficiência de crédito. É muito grande o aumento de demanda. Enquanto a economia não puder voltar à normalidade e as empresas puderem lutar pela sua sobrevivência com pernas próprias, nós vamos ter esse sentimento de que a coisa não está chegando e que o Governo precisa dar mais. O Governo já está nos seus limites, essa é que é a verdade! O Governo já está nos seus limites em todos os níveis: municipal, estadual e federal. A gente tem que se conformar com essas restrições e trabalhar dentro delas.

Deixe-me ver aqui o que mais nós temos.

O Senador Amin falava sobre o PESE, a Fopas, que é aquele programa de folha de pagamento. Realmente esse programa pecou por fazer uma exigência que os empresários não estavam dispostos a cumprir. Quer dizer, os empresários, para se beneficiarem dessa linha de folha de pagamento, precisavam assumir o compromisso de não demitir. Ora, é muito difícil, nessa conjuntura – sem ter certeza de quanto tempo essa crise epidêmica vai durar, quanto tempo os Governadores e os Prefeitos vão manter o isolamento, quando é que vai se reabrir empresa, quando é que vai se reabrir comércio –, o empresário, num momento desses, principalmente o pequeno e o médio, assumir o compromisso de que ele não vai demitir. Essa é uma demanda muito forte em cima dele. Então eu diria que esse ponto fez com que o programa se frustrasse, com que houvesse poucos interessados.

Não foi o sistema bancário que se recolheu, não; foram os próprios empresários que não quiseram assumir o compromisso de não demitir diante de tanta incerteza. Se o sujeito soubesse, com convicção: "Só vai durar mais um mês, vai durar dois meses e depois eu vou poder lutar pela minha sobrevivência...". Mas há uma indefinição enorme, gera uma angústia no empresariado incomensurável não saber quando termina isso, quando ele vai estar livre para brigar pela sobrevivência da empresa dele. É uma situação complicada.

O Banco Central está trabalhando para retirar esses impedimentos, essas restrições para que o programa possa fluir mais naturalmente. Há outras melhorias. Parece que o Banco Central vai ampliar a faixa também de potenciais beneficiários desse PESE, da Fopas. Eu creio que, em pouco tempo, nós vamos ter essa linha saindo com mais fluência.

O Senador Amin também destaca, assim como os demais, a questão da microempresa. Volto a lembrar que nós estamos com a participação do Banco do Brasil. Veja bem: o Banco do Brasil não é o formulador desse programa; o Banco do Brasil é um executor desses programas.

Nesse caso do Pronampe, que é o programa que vai atingir as microempresas, nós também estamos agindo como agentes da União. Nós vamos permitir que o nosso fundo garantidor seja acionado, com recursos do Tesouro, para cobrir até 85% das perdas das carteiras com microempresas, em condições de juros extremamente favoráveis: Selic mais 1,25. Esse programa vai estar na praça nesta semana agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei quando o Presidente e o Ministro Paulo vão anunciar isso formalmente, mas eu posso adiantar que o programa está pronto e vai entrar em execução já nesta semana.

Eu acho, imagino que eu tenha podido cobrir os pontos principais, Senador, dessas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu sei que algumas respostas do Presidente vão merecer alguns questionamentos no transcorrer da nossa audiência. Eu vou tocar aqui. Eu acho que o Esperidião vai querer falar um pouquinho, fazer alguns comentários, mas vou dar uma adiantada nos inscritos, e as dúvidas que, por acaso, tenham surgido com as respostas do Presidente... Vai ficar bacana.

Então, já, já, Esperidião, a gente passa para V. Exa. Aguarde um pouquinho.

Vou fazer uma pergunta aqui para o Presidente do Banco do Brasil, de um internauta de Santa Catarina. É uma pergunta picante. É picante! Ele se chama Oscar Graf, de Santa Catarina: "Por que há publicidade do Banco do Brasil em meios de comunicação digital que praticam o negacionismo em relação à Covid-19?". Isto é, parece indiferente, segundo Oscar Graf.

Anotem-na aí. Qualquer dos Vice-Presidentes ou o senhor mesmo poderão responder posteriormente à pergunta do Graf.

Aqui há uma pergunta de Joelma Batista, da Bahia: "Não acham [V. Sas. ou V. Exa.] viável suspender as parcelas de empréstimos de aposentados em vez de aumentar a margem de endividamento?". Pronto, essa é a pergunta.

Não precisam responder agora. Anotem aí e depois respondam.

Vamos agora ao próximo bloco de Parlamentares.

Passo a palavra para os próximos, que serão: Reginaldo Lopes, do PT, de Minas Gerais; Deputado Felício Laterça, do PSL, do Rio de Janeiro; e Senadora Zenaide Maia, do PROS, do Estado do Rio Grande do Norte.

Então, com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

O Reginaldo está com a palavra.

Ative o seu áudio, Reginaldo Lopes, brilhante Deputado de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Deputado Reginaldo Lopes, vou passar para frente.

Então, com a palavra o Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro, por favor. *(Pausa.)*

Pode acionar o seu som, Felício.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – O som está acionado.

O Senador me escuta?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu o escuto bem! Pode falar.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Perfeito!

Hoje cheguei aqui um pouquinho atrasado; estava em viagem no interior do nosso Estado do Rio de Janeiro.

Eu queria saudar o Sr. Senador ilustre Presidente e o nosso sempre Relator. O Francisco Jr. também sempre faz, de forma muito concisa, de forma muito precisa, as perguntas, mas hoje eu não consegui ouvi-lo. Eu queria saudar também o nosso Presidente do Banco do Brasil, o Sr. Rubem Novaes, e toda a sua equipe.

Neste momento de forte crise sanitária, profundas preocupações com os seus desdobramentos econômicos somam-se aos desafios imediatos relacionados à saúde. A depender da extensão da pandemia, nossas empresas poderão passar por significativas dificuldades, com reflexo negativo no emprego e na economia, o que pode tornar mais lento o processo de retomada econômica.

Com essas preocupações em vista, o Congresso Nacional aprovou uma série de medidas para injetar liquidez na economia. Algumas medidas guardam relação com a folga no fluxo de caixa no capital de giro das empresas e com a postergação do pagamento de tributos e obrigações previdenciárias. Outras medidas guardam relação com a maior facilidade na concessão de crédito, bem como a redução do seu custo. Há crédito para o pagamento da folha salarial, há programas focados em crédito às micro e pequenas empresas, como o Programa Nacional de Apoio à Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Enfim, há medidas diversas, e, para que sejam bem-sucedidas, muitas delas precisarão do apoio do sistema financeiro, entre os quais os bancos públicos. Nesse sentido, pergunto:

1) tentando verificar a efetividade das medidas aprovadas pelo Congresso, gostaria de saber qual é a sua percepção acerca da solvência das empresas concreta junto ao Banco do Brasil. Houve aumento significativo da inadimplência?

2) em grande parte dos programas aprovados pelo Congresso, houve exigência de contrapartidas por parte das empresas, entre as quais a da manutenção do número de empregos. Nesse sentido, muito tem sido dito, em particular pela imprensa, acerca do desinteresse das empresas em aderir aos programas. Questiono, então, se a concessão de crédito realizada por meio de programas emergenciais do Governo tem alcançado as empresas ou o crédito está empoçado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3) o senhor entende que as medidas tomadas pelo Congresso em conjunto com o Governo estão adequadas? Sugere algum aprimoramento?

Por fim, eu queria fazer um registro sobre as intermináveis filas nos bancos. O Deputado, nosso primeiro suplente aqui do Estado do Rio, Sr. Ricardo Pericar, que é até pré-candidato a Vice-Prefeito em São Gonçalo, fez um apelo para mim, na última sexta-feira, sobre a questão das intermináveis filas, de certa forma até descaso com os bancos. Eu tive a iniciativa de solicitar, vou encaminhar hoje para a Febraban – aí já falo com o senhor diretamente, do Banco do Brasil – medidas por parte da Febraban para fazer a difusão para todas as instituições bancárias, para também minimizar e mitigar os efeitos e os problemas dos diversos clientes em todo o Brasil, em especial no nosso querido Estado do Rio de Janeiro.

É essa a minha participação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bem, consulto se o Deputado Reginaldo Lopes já está na página. *(Pausa.)*

Não.

Então, passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

Zenaide Maia, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente Confúcio; Presidente do Banco do Brasil.

Eu confesso que essa última resposta do Presidente do Banco do Brasil ao Senador Esperidião Amin e ao grupo foi desalentadora, porque ele deu a entender que as empresas têm que... O Banco é realmente para ter lucro. As empresas... Como se a gente... Qual país do mundo sai de uma crise econômica sem o maior investidor, que é o Estado brasileiro? O Banco do Brasil é do Brasil, criado há 211 anos. É do Brasil e é para fomentar a economia.

Mas eu queria perguntar o seguinte:

1) o Banco do Brasil também é remunerado pelas sobras de caixa pelo Bacen, pelo Banco Central?

2) a gente sabe que, em 20 de março, foi decretada a calamidade pública; em 23 de março, o Banco Central já apresentou uma liquidez para socorrer os bancos de R\$1,2 trilhão, cuja função, teoricamente, a contrapartida era auxiliar as micro, pequenas e médias empresas, que é quem emprega a maioria do povo brasileiro. O Banco do Brasil teve um lucro, que foi divulgado há um mês, de R\$3,395 bilhões, conforme o que foi divulgado. Qual foi a destinação dada a esse lucro? Foi revertido para financiar micro e pequenas empresas, para manter empregos ou gerar empregos e renda?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo informações do UOL, em 26/3 o Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo disse que o Banco do Brasil, Cielo e Rede cortaram as linhas de antecipação de recebíveis das empresas do setor; ou seja, no dia 23, R\$1,2 trilhão, mas, logo em seguida, o setor de turismo já foi prejudicado. Os recebíveis eram a melhor garantia desse setor. A pergunta é: essa informação procede? Se não, qual é o volume repassado ao setor de turismo como empréstimo nesse período da pandemia?

Dois. Quanto ao Pronampe, eu queria corrigir o senhor: quem criou o Pronampe foi o Congresso Nacional, certo? O PL desse programa era do Senador Jorginho Mello, lá de Santa Catarina, e a Relatora, a Senadora Kátia Abreu. Foi aprovado no Congresso para apoiar micro e pequenas empresas. Por que não está operando ainda? Tem expectativa de quando vai começar? O senhor já até explicou alguma coisa sobre isso. Qual foi o aumento da taxa média de juros cobrada nas operações de Banco do Brasil, se compararmos a janeiro deste ano? Porque, na verdade, a gente ouve muito dizer que caíram as taxas de juros, mas a gente sabe que isso não chegou à população. Não existe isso. As perguntas são essas.

Mas digo ao povo brasileiro que a primeira coisa que foi feita foi liberar recursos para os bancos sem nenhuma contrapartida, gente. Não existe contrapartida. Nenhuma nova agência que tinha sido fechada foi reativada. Aqui no meu Estado do Rio Grande do Norte, a gente sabe que as filas, por exemplo, da Caixa Econômica – o senhor é do Banco do Brasil... Mas a gente sabia e perguntou por que não dirigiram as pessoas para receber esse auxílio emergencial em outros bancos para evitar as filas e aglomerações? E a gente está vendo: 10 a 14 dias depois, aumentou o número de casos da Covid assustadoramente.

Mas eu queria dizer o seguinte: o meu colega Esperidião Amin vive dizendo que a caixa d'água está cheia, mas precisamos do "fazejamento" que chegue à ponta, aos pequenos e microempresários. Sr. Presidente, as micro e pequenas empresas não vão sair dessa crise. E o inimigo, quem está fechando o comércio é a Covid, é o coronavírus. Ele tira o trabalhador do trabalho. Se ele perde o emprego, não consome; e fecha o comércio, a indústria, a agricultura familiar.

Então, as perguntas são essas. E queria dizer que o senhor nos deixou um pouco desanimados e indignados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide, pela sua manifestação.

Eu consulto se o Deputado Reginaldo já está na página. Deputado Reginaldo? Deputado Reginaldo? – lá de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Bem, então vamos chamar o Deputado Mauro Benevides Filho, lá do Estado do Ceará, do PDT. Com a palavra o Deputado Mauro Benevides.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente Senador Confúcio, que alegria poder estar, mais uma vez, aqui sob sua liderança, nesta Comissão da Covid; Deputado Francisco Jr., nosso colega, quero abraçar todos os Senadores e Senadoras e os colegas Deputados aqui presentes.

Meu caro Presidente Rubem, aqui conosco, me permita saudar todos os Vice-Presidentes em nome do Vice-Presidente Carlos Hamilton, com quem compartilha o Conselho Diretor do banco. Mas me permita abraçar também o Vice-Presidente de Governo – não sei se o nome é esse ainda –, o Vice-Presidente Rabelo, porque 12 anos de Secretaria da Fazenda sempre me trouxeram uma aproximação muito forte com o Banco do Brasil; por isso que faço esse realce mais especial aqui na sua gestão, neste exato momento.

Serão três perguntas simples e fáceis de responder. Primeiro, eu fiquei impressionado com o número de títulos – que o senhor apresentou – que o Banco do Brasil acaba de conseguir: o melhor banco do ano; o banco, nos médios e longos prazos, de maior sustentabilidade. Minha pergunta é a seguinte: se são tantos resultados positivos, por que privatizar o Banco do Brasil? É essa mesma a sua percepção em relação a isso? Ou ele pode cumprir um papel importante para o nosso País? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta diz respeito ao seguinte. O seu relatório, quanto às micro e pequenas empresas, diz que foram rolados R\$23 bilhões e foram acrescidos R\$8 bilhões de novos créditos. A pergunta é: esses novos créditos foram na mesma taxa de juros anteriores? Ou são taxas de juros maiores ou menores do que estava estabelecido previamente? É bom lembrar que, macroeconomicamente falando, a micro, a pequena e a média empresa representam 64% da geração do emprego formal no Brasil. Portanto, quanto a essa idiossincrasia com a micro, pequena e média empresa, seria importante que o banco pudesse dar uma olhada, porque isso pode gerar mais economia, mais empresas, portanto, para virem buscar recursos no Banco do Brasil e, consequentemente, aumentar a sua lucratividade, que é o que eu também espero.

E – a terceira pergunta – acaba de ser aprovada a Lei Complementar 173, de auxílio a Estados e Municípios. O art. 4º dessa lei diz que Estados e Municípios poderão aditar os seus contratos entre março e dezembro de 2022. Vários Estados entraram na Justiça; o meu Estado não entrou na Justiça, o Estado do Ceará, pagamos rigorosamente os nossos empréstimos. Minha pergunta é: quando o Banco do Brasil vai se mobilizar para poder processar esse aditamento? Isso é fundamental, essa é a pergunta que está entre nós aqui no Congresso Nacional e entre os Governadores brasileiros. Pondero à sua grande gestão que isso possa ser feito logo, de imediato, até porque o aval da União, pela lei, já fica automaticamente concedido naquelas operações em que, anteriormente, esse aval já estava presente no contrato original.

Então, minha pergunta seria nesses três tópicos, desejando que o banco possa continuar expandido, e não se esquecer do Pronampe, porque, nesse Pronampe, agora, como o senhor bem falou, 85% do risco é assegurado pelo FGO (Fundo Garantidor de Operações). Tem um pouco de dinheiro também do fundo do Sebrae. Isso representa, portanto, os 85 bilhões. Eu acho que está na hora, portanto, de a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começar a soltar esses recursos, até porque a medida provisória com alocação de recursos também já foi efetivada.

Portanto, estamos juntos. Contem conosco aqui na Câmara dos Deputados! *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado. O som atrasou um pouco.

Muito bem, completamos o bloco de perguntas de alguns internautas e três Parlamentares. Eu vou anunciar o último bloco, mas só para anunciar, para ele ir se preparando. Será a Senadora Eliziane Gama, o Senador Luiz Carlos Heinze e a Senadora Kátia Abreu. Se não entrar mais nenhum dos membros ou não membros, a gente completa o circuito de perguntas. Vou deixar ao final para o Relator fazer o fechamento, e também alguns questionamentos, se por acaso houver, de algum dos Parlamentares ainda presentes na sala.

Eu informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, TV Câmara, pelo Youtube, e demais redes sociais. A audiência está boa, a interatividade também está muito boa, com a nossa Comissão, e eu passo agora as respostas ao Dr. Rubem. V. Exa. tem o tempo de seis minutos a sete minutos, para responder a todos.

Pode acionar seu microfone, Dr. Rubem. *(Pausa.)*

Isso. Pode falar.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES – Estão me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está ótimo, está bom, pode falar.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Estão me ouvindo bem? Estão, não é?

Senador, vocês estão fazendo um teste de memória comigo aqui danado. Puxa vida! Dois ouvintes de fora, com diversas perguntas; três Deputados e Senadores com diversas perguntas. Vou tentar recapitular aqui.

Um ouvinte queria saber sobre a publicidade do Banco do Brasil e que a publicidade do Banco do Brasil não se ocupava da questão do Covid-19. Eu sinceramente não sei por que ele se refere a isso. Nossa publicidade normalmente procura atingir nosso público-alvo, mostrando os programas que nós desenvolvemos aqui no banco, tentando atenuar os efeitos econômicos da crise. Nós temos tido uma ação social, neste momento, que se materializa mais através da nossa Fundação Banco do Brasil. O Banco do Brasil, embora seja um banco, sua atividade essencial seja a bancária, também tem alguns braços que se ocupam da cultura e da preocupação social. Em termos de cultura, nós temos o CCBB, conhecido de todos, que promove diversos aspectos da atividade cultural. E, através da Fundação Banco do Brasil, nós temos diversas ações de caráter social. Temos ajudado muito no manejo de todas as doações que estão sendo feitas para atenuar a crise familiar que está ocorrendo neste momento, em muitos segmentos da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população brasileira. A Fundação Banco do Brasil tem tido uma participação muito ativa nessa área. Agora, a propagando do banco em si se dirige mais a informar a clientela sobre os nossos programas.

Há outro ponto aqui levantado pela Sra. Joelma sobre suspender parcelas de aposentados. Nós fizemos uma rolagem para pessoas físicas e pequenas empresas. Bastava o cliente se dirigir ao banco e solicitar, e as condições eram mantidas. Aliás, essa é outra pergunta feita aqui. Quer dizer, em todas essas rolagens que nós estamos fazendo, estamos mantendo as condições originais dos contratos, nós estamos jogando tudo lá para frente. No início, dois meses adiante, mas admitimos até fazer rolagens com tempo superior a esses dois meses que estavam previstos inicialmente.

O Deputado Felício perguntou muito sobre a situação de solvência da nossa cliente. É óbvio que nós temos hoje clientes em maior dificuldade. O risco, de uma maneira geral, para o sistema bancário aumentou diante da recessão econômica, e nós temos elevado as nossas provisões em consonância. Os nossos modelos de risco não são apenas com visão pelo retrovisor; procuram antecipar as situações, reconhecer problemas futuros e incorporar esses problemas no maior provisionamento. O banco tem feito isso. Quem acompanhou o resultado do trimestre, que nós apresentamos recentemente, pôde ver que o banco foi extremamente cauteloso, conservador na sua política de provisionamento, reconhecendo que o mundo bancário de hoje está diante de uma situação de risco ampliada.

A Senadora Zenaide fez uma série de indagações.

Quer dizer, existem depósitos remunerados e depósitos não remunerados. A ideia de que a gente está recebendo liquidez, de que o sistema bancário está recebendo liquidez do Banco Central e que está empoçando isso, simplesmente colocando esses recursos de volta no Banco Central não corresponde à realidade. Eu já mostrei aqui anteriormente que a gente tem ampliado o crédito dentro das nossas possibilidades. Nós temos limite de capital, limite de apetite de risco. O banco, dentro dessas limitações, está operando a plena carga, mas repito mais uma vez: o aumento da demanda por crédito foi de tal ordem que fica essa sensação de que está havendo um empoçamento que não é verdadeiro.

A exposição do Presidente Roberto Campos recentemente mostrou que o sistema bancário está respondendo, está aumentando o crédito. Agora, o aumento da demanda é incrível e não é uma demanda saudável; é a demanda dos desesperados. Não é uma demanda para produzir, não é uma demanda para vender, não é uma demanda para investir; é a demanda dos desesperados. A gente procura atenuar isso com programas governamentais. O Congresso tem ajudado muito nesse aspecto também formulando programas, aperfeiçoando programas, mas a demanda é enorme. Enquanto nós não pudermos voltar à normalidade da vida econômica, esse quadro vai permanecer, eu não tenho dúvida. Eu não gosto de enganar as pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mauro Benevides, Deputado Mauro Benevides... Devia ser Senador, não é? Deputado Mauro Benevides, que é amigo, companheiro aqui do nosso Vice-Presidente Carlos Hamilton. Não sei se foram companheiros de universidade lá no Ceará...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – ... Mas depois você foi economista também.

O Deputado Mauro Benevides procurou me pegar na curva aqui. Eu elogiei tanto o Banco do Brasil... Na verdade não elogiei, eu citei aqui as homenagens que têm sido feitas ao Banco do Brasil e ao seu desempenho, e ele, de maneira muito inteligente: "Poxa, se o Banco do Brasil é tão bom assim do jeito que está, por que é que nós vamos privatizar?". O que acontece é o seguinte, Deputado: a atividade bancária vai mudar muito. O senhor sabe tão bem quanto eu...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Pode continuar, Dr. Rubens, pode continuar. Ative o som, pode ativar o som. Ative o seu som, doutor. Dá mais um minuto. Dr. Rubens, acione o seu som para terminar de responder ao Deputado Mauro Benevides.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode responder. Está com a palavra, Dr. Rubens.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – O Deputado Mauro Benevides me pergunta por quê, se o banco está tão bem, está sendo tão elogiado, por que privatizar? Acontece que nós estamos passando por uma revolução no sistema bancário. O sistema bancário, a partir principalmente do ano que vem, vai ser algo totalmente diferente. O volume de inovações que vão surgir... E o Banco Central está ali forçando, pressionando para que essas transformações venham muito cedo. O Banco Central vai nos impor um novo sistema de *open banking*: o Banco Central está favorecendo o crescimento de *fintechs* que vão competir com o sistema bancário; as *big techs* – Google, Facebook, Apple – estão chegando aí também para entrar no sistema bancário; vem o PIX, que é uma nova plataforma de pagamentos instantâneos do Banco Central, quer dizer, o mundo bancário vai mudar radicalmente e as empresas bancárias vão ser cada vez mais empresas de tecnologia.

Há uma definição que eu gosto muito de usar: banco será cada vez mais uma empresa de tecnologia que presta serviços e corre riscos bancários. E há uma frase famosa que um Vice-Presidente meu aqui, Fabio, costuma sempre mencionar, de Bill Gates. Ele proferiu essa frase há 25 anos. Dizia o seguinte – desculpem-me porque eu vou citar a frase em inglês aqui –: "*Banking is necessary*", quer dizer, a atividade bancária é necessária, "*banks are not*", mas bancos não são necessários. E esse vai ser o novo mundo. A minha dúvida é se com as amarras que nós temos do setor público nós vamos poder ter



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

velocidade de transformação que nos permita uma adaptação a esse novo mundo. Eu sinceramente desconfio de que não.

Hoje nós temos que o Banco do Brasil, apesar de ser extremamente eficiente, de ter um pessoal extremamente qualificado e dedicado, concorre com os outros bancos com bolas de chumbo amarradas aos pés, essa que é a verdade. As decisões aqui são todas demoradas, porque têm que passar por TCU, têm que passar por Sest, têm que passar por Secom, têm que passar por CGU... Isso nos tira velocidade, isso nos tira agilidade.

A nossa política de remuneração não nos permite competir com o setor privado. Nós perdemos, ano passado e início deste ano, um volume enorme de executivos de primeira linha, porque não tínhamos como competir com o setor privado. A porta de entrada do Banco do Brasil é um concurso de escriturário. Essa porta de entrada tem que ser alterada, quer dizer, você tem que colocar cada vez mais gente com perfil tecnológico no banco. Essas transformações todas que serão necessárias não poderão ser feitas ou serão feitas de maneira pouco adequadas se nós continuarmos presos às amarras do setor público. Essa que é a verdade. Então, é pensando no benefício do banco que eu falo em privatização. Eu tenho certeza de que as pessoas imaginam que o Banco do Brasil, na ideia de privatização do Banco do Brasil, seria comprado por um grande banco estrangeiro ou seria comprado por Itaú ou por Bradesco, seja lá o que for. Não é nada disso do que se está imaginando. Hoje o Banco do Brasil já tem 50% das suas ações em mãos privadas. É só vender mais um pouco que vira uma instituição privada. Vamos fazer do Banco do Brasil uma *corporation*, com muitos sócios. E essa gestão, essa administração que está aqui vai ser quase toda aproveitada.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – Presidente, e o aditamento dos contratos dos Estados?

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES – Hein?

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – O aditamento do contrato dos Estados, os empréstimos dos Estados...

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Não tem problema, vão continuar. O Banco do Brasil hoje faz quando a coisa é conveniente, quando tem garantia da União.

Outro engano que se tem muito é "Ah, e a agricultura?". A agricultura pode...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Presidente.

Presidente, nós vamos deixar – viu, Mauro Benevides e outros? – no final um tempinho para um pingue-pongue, um pingue-pongue bem aquecido, para concluir. Está bom?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós vamos fazer o seguinte: nós vamos fazer um fechamento com bloco de quatro, porque o Cacá Leão entrou agora. Vamos fazer o seguinte: a Eliziane gentilmente pediu para ser a última. Muito obrigado, Senadora Eliziane. A senhora será a última, em respeito à Kátia, ao Heinze, a todos. Muito agradecido à senhora.

Então, a sequência será a seguinte: falará o Cacá; em seguida, o Senador Luis Carlos Heinze; a Kátia Abreu; e a Eliziane Gama.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, Reginaldo Lopes. Eu sei que o senhor me chamou...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ô, Reginaldo, eu o chamei. *(Risos.)*

Já, já você entra, tá, Reginaldo! Só um pouquinho...

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Está bom. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fique aí, fique aí quietinho na sala. Não saia, não.

Muito bem. Então, vamos lá.

Cacá Leão, com a palavra, do PP da Bahia. O Deputado Cacá Leão é filho do João Leão, meu amigo querido.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Exatamente, meu querido Senador Confúcio Moura! Eu estava aqui prestando atenção na reunião e no meio dela tive um pequeno problema de conexão aqui com a nossa internet, mas consegui acompanhar pela televisão.

Quero cumprimentar o senhor, mandar um abraço do Vice-Governador da Bahia, seu amigo, contemporâneo seu na Câmara dos Deputados, seu querido João Leão. Falei para ele que o senhor estava presidindo esta tão importante Comissão, e o que ele me disse foi: "Confúcio é craque". Então, trago e levo para o senhor aí um abraço de João Leão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o Relator Francisco Jr., cumprimentar o Presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, parabenizá-lo pela apresentação.

Vou aproveitar os questionamentos, porque dizem... A gente tem um ditado, principalmente no Nordeste, na Bahia, que diz que nada se cria, a gente copia. Eu estava aqui anotando algumas perguntas, algumas questões, Presidente Rubem, e acho que a palavra de ordem neste caminho é o crédito. Aí, vou aproveitar e ajudar o meu querido colega, o competente Deputado Mauro Benevides Filho, e vou repetir a pergunta que ele fez sobre a questão do aditamento dos empréstimos aos Estados e Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está todo mundo, Presidente Rubem, com a água já acima do nariz, já passou do nariz: é a cobrança que a gente tem recebido diretamente dos Governadores, dos Prefeitos, de todos que estão realmente precisando do aditamento dessas propostas. Como o Deputado Mauro Benevides falou, o Ceará e o meu Estado também, a Bahia, têm feito o seu dever de casa, também têm pagado e têm quitado os seus empréstimos, mas estão precisando de fôlego, estão precisando fazer novos investimentos, e acho que essa questão e essa condição vêm para dar a ajuda e a capacidade de que os nossos Estados e Municípios tanto têm precisado neste momento.

Reafirmo a questão do pedido: que a gente consiga abrir mais a questão do crédito para as micro, pequenas e médias empresas. O Senador Izalci tratou muito bem dessa questão, como também o Senador Esperidião Amin tratou da questão da Medida Provisória 936, que diz respeito ao auxílio aos empregados e às empresas que terão seus contratos de trabalho suspensos.

No mais, Senador, é agradecer, parabenizar pela maneira como tem tocado esta Comissão e pedir socorro ao nosso querido Presidente Rubem, do Banco do Brasil, que faz um belíssimo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem! Muito obrigado, Deputado Cacá Leão, lá da Bahia.

É o seguinte, como chamei o Deputado Reginaldo três vezes e ele está na sala agora, passo a palavra a ele fazendo uma pequena inversão – como titular, ele tem regimentalmente essa prioridade. Então ouviremos Reginaldo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu e Eliziane Gama.

Reginaldo, V. Exa. está com a palavra.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, pelo carinho. Quero pedir desculpas, mas é que tive que atender uma ligação aqui meio urgente. Muito obrigado.

Cumprimento o Presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, e todos os colegas Deputados e Senadores.

De fato, o Presidente do Banco do Brasil confirma a intenção do Governo Bolsonaro, que é privatizar o banco. Foi uma reunião do dia 22... Eu ia até fazer essa pergunta para saber a opinião do Presidente, mas, nas suas falas, ele prefere privatizar a enfrentar as dificuldades e modernizar o banco.

É bom dizer que esse banco pertence ao povo brasileiro e poderia ser modernizado. Concordo plenamente, nós vamos viver um novo século, há o papel da indústria 4.0, o papel da inteligência artificial. É evidente que nós vamos ter aí, de fato, grandes empresas de tecnologia.

Eu acho também que talvez não seja necessário agência física. Inclusive, sou autor de um projeto para eliminar o uso do dinheiro em papel. Eu acho isso extremamente antiambiental, extremamente fora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do século XXI e poderia contribuir muito para combater a sonegação, a corrupção e um conjunto aí de malfeitos. Mas também acho que o banco tem um papel e deveria continuar sendo do povo brasileiro. Eu acho que é fundamental ele continuar apoiando a agricultura. E é evidente que ele não pode ter uma lógica só de ter lucros, cada vez mais lucros.

Eu acho que, de fato, nesta pandemia, no enfrentamento ao Covid-19, talvez fosse melhor, em vez de ampliar a liquidez no sistema bancário comercial, se o Governo tivesse feito a opção de comprar as dívidas diretamente das empresas. Isso teria muito mais eficiência.

Não acredito mesmo nesse novo projeto, Deputado Mauro Benevides, em que o Governo vai assumir 85%. Duvido que os bancos comerciais terão apetite, mesmo com o risco de 15%. Nosso setor empresarial, neste momento de pandemia, não tem liquidez, não chega a esses programas. Deveria ter feito uma política para a micro e pequena empresa, para "x" funcionários, dois, três, quatro funcionários. O Governo deveria assumir as suas dívidas e refinarciar via bancos públicos diretamente.

Nesse aumento de liquidez, a impressão que eu tenho é que eles estão aplicando mais na recompra, em especial na compra compromissada, estão mais preocupados em ganhar dinheiro na crise comprando títulos da dívida pública do que fazendo a economia, de fato, girar e atender quem precisa.

Então, eu não acredito. Eu acho que nós estamos fazendo o caminho errado. As nossas escolhas não são as mais acertadas na minha opinião. É lógico que alguém pode falar: "Mas você é de oposição..." Mas eu acho que haveria outros caminhos. Um caminho, por exemplo, em vez de financiar o gasto do Covid por títulos da dívida pública, poderia ter sido financiado por emissão de moedas. Então, eu penso diferente. Lamentavelmente, eu acho que o Presidente pensa, como o Paulo Guedes, que tem que vender o Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Eu passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, do PP, do Rio Grande do Sul.

Heinze está na página? *(Pausa.)*

Ative o som, Senador Heinze. *(Pausa.)*

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – O.k. Deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Beleza, está com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – Confúcio, eram vocês que não me liberavam o som aí. Não era eu aqui. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haviam trancado o som aí.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Desculpe, meu irmão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – Senadoras, Deputadas, Deputados, Senadores que estão presentes, parabéns ao nosso Presidente Rubem Novaes pela gestão que está fazendo frente ao Banco do Brasil.

Uma pergunta direta, Presidente. Eu acho que, neste momento em que nós vivemos esta pandemia, no lado da saúde e também com relação à economia, as coisas mudaram no Brasil. Nós tivemos o Presidente Roberto Campos, na semana passada, neste mesmo espaço aqui, Senador Confúcio. E a questão hoje é os quase 5 milhões de desempregados que nós temos no Brasil.

A começar pelos bancos públicos, acho que o Banco do Brasil tem um fator fundamental. Eu sei que o lucro é importante, mas eu vejo que a economia tem que ser reativada. Então, eu acho que esse é um ponto importante.

A Senadora Kátia Abreu, que vai falar depois de mim... Confúcio, eu não ficaria bravo se você passasse para as moças primeiro, para a Senadora Eliziane e para a Kátia. Você me deixou falar primeiro do que elas. Eu não conseguia falar. Eu tentei dizer isso, viu, Kátia? Kátia e Senadora Eliziane, que estão nos ouvindo, poderiam falar primeiro, e eu poderia encerrar a fila aqui, sem problema, Confúcio. Mas o.k., estamos falando.

Presidente Rubem, acho que é importante que os bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Federal e BNDES – comecem essa linha para poder fazer a aceleração do crescimento do Brasil.

A Kátia trabalhou – foi Relatora do projeto do Senador Jorginho Mello, Confúcio – a questão das micro e pequenas empresas. São 16 bilhões que terão que ser aplicados. E acho que isso começa pelos bancos públicos. Começar pela Caixa e pelo Banco do Brasil é importante. O que a Caixa está fazendo hoje: são 60 milhões de brasileiros que receberam já a segunda parcela daquele pagamento de R\$600, quer dizer, foi muito ágil o serviço da Caixa, conveniando com Prefeituras o banco, inclusive com o próprio Banco do Brasil. Todos os bancos entraram, mais de 50 bancos, conveniados com a Caixa. Simplificou o projeto.

Então, Presidente Rubem, eu vejo, na linha do Ministro Paulo Guedes com o Presidente do Banco Central, que Banco do Brasil, Caixa e BNDES têm que ser um alavancador do microcrédito, da questão do crédito para médias e grandes empresas e também da agricultura, que é fundamental neste momento. Nós tivemos, no Rio Grande do Sul, a estiagem. O Vice-Presidente Rabelo, do Banco do Brasil, e o próprio Chiarello têm nos ajudado, a Superintendência do Banco do Brasil. Nós aqui do Rio Grande do Sul, além da pandemia, sofremos também a estiagem, que prejudicou mais de 400 Municípios gaúchos neste momento, e alguns de Santa Catarina também sofreram com a estiagem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vejo que a ajuda à agricultura, ao comércio, aos serviços, à indústria, a partir dos bancos públicos, que tinham que fazer alguma coisa e ganhar menos, com a inflação baixa, como nós temos agora, na casa de... o juro baixando, tem que deixar e fazer uma opção para ajudar o comércio nosso, a indústria, os serviços e a agricultura, o que é fundamental. E o Banco do Brasil, Caixa Federal e BNDES são bancos fundamentais para nós neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, tocantinense, forte.

Fale, conterrânea. Kátia Abreu, pode falar. (*Pausa.*)

Ative o som, por favor.

Ativem o som da Kátia.

Um minutinho só, Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interpelar.) – Agora deu.

Presidente, a liberação sempre é aí com vocês.

Obrigada, Presidente Confúcio Moura. Mais uma vez digo que o senhor é um orgulho para todos nós.

Quero cumprimentar o Presidente do Banco do Brasil, Rabelo, amigo antigo, parceiro do agro e agora também do Governo. O agro está diminuindo de tamanho, está até dividindo, agora, as coordenações. Antes era uma exclusiva para o agro; agora, é agro e Governo.

Heinze, nós estamos perdidos!

Presidente, eu tenho duas perguntas muito claras e específicas. Número um: o que falta para o Pronampe ser viabilizado? Eu quero saber do ponto de vista técnico. Ele está ainda na Secretaria Especial, do Carlos da Costa, está faltando regulamentação no FGO, que é o fundo garantidor? Pelo amor de Deus, digam-me onde está, porque eu quero ajudar a ir atrás.

O Brasil tem um hábito e uma cultura terrível: não tem sentimento de urgência. Tudo é para depois, tudo é para ontem, tudo é para o mês que vem, tudo é para daqui a um ano. Ninguém suporta. Por isso que eu dou muita razão ao povo brasileiro quando eles dizem que odeiam Governo, certo? Porque os serviços públicos são de péssima qualidade. Então, por favor, digam-me onde está emperrado, que eu vou ajudar, eu lhe prometo – eu e meus colegas Senadores e Deputados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, o senhor disse que o Banco do Brasil precisa ser vendido, porque a nova forma de bancarização vai mudar muito a atuação dos bancos, todos os bancos vão virar tecnológicos. Pois eu queria a ineficiência do Banco do Brasil: é o terceiro que mais lucrou em 2019, R\$18 bilhões; cresceu o seu lucro líquido em 41% em comparação com 2018. Então, enquanto o senhor estiver nessa incompetência, eu acho que está bom demais, com um lucro desse tamanho. Só ficaram na sua frente o Itaú e o Bradesco, até o Santander ficou atrás do senhor, do Banco do Brasil – com R\$14 bilhões.

Agora, eu queria saber, Sr. Presidente, por que os bancos privados estão emprestando mais que os públicos? O contrário é que deveria ser verdadeiro, pelo menos sempre foi assim! Para justificar a existência do banco público, é exatamente ele ser mais ousado que o privado. Então, nós estamos vendo uma coisa trocada. Eu vou lhe dar um número do Banco Central. Do dia 16 de março, quando começou a Covid, quando começou o decreto, até o dia 29 de maio, agora, Confúcio Moura, os bancos privados emprestaram R\$330 bilhões, e os bancos públicos, R\$100 bilhões – três vezes mais. Agora, eu vou para as micro e pequenas empresas: os bancos públicos emprestaram R\$13 bilhões, e os privados, R\$26 bilhões, o dobro. Agora, eu vou para as corporações: o banco público emprestou R\$29 bilhões. Sabe quanto emprestou o privado? Foram R\$222 bilhões. Vocês estão ruins até para as grandes empresas! Então, não venha dizer que a questão é micro e pequena empresa, que é um problema antigo! Não é, não, senhor! Vocês não estão conseguindo emprestar nem para quem tem garantias, que são as corporações! Para as médias empresas, os bancos públicos, digo Caixa Econômica e Banco do Brasil, emprestaram R\$10 bilhões, enquanto os privados, R\$37,7 bilhões, Sr. Presidente. Então, eu queria que o senhor explicasse o que está acontecendo. Nós estamos vivendo uma inversão do mundo, pois 50% do Banco do Brasil são do Governo brasileiro, assim como 100% da Caixa Econômica?

Eu espero, enquanto eu tiver mandato, votar para nunca privatizar (*Falha no áudio.*) ... com o meu voto. Todo país do mundo tem que ter o seu instrumento de política econômica e de desenvolvimento. Já quase acabaram com o BNDES, mas ele ainda existe.

Eu gostaria de saber especificamente – é a minha segunda pergunta – quanto o Banco do Brasil representa, nesta data, do dia 16 de março a 29 de maio, nesse empréstimo irrisório de banco público de R\$106 bilhões. Eu gostaria de saber quanto é o do Banco do Brasil, porque o Banco Central não pode abrir o nome de bancos, mas o senhor pode e deve. Nós temos um "Emprestômetro", criado pelo Senado Federal, e nós queremos saber quanto é que o Banco do Brasil tem emprestado...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Se, no finalzinho, faltou alguma coisa a mais para a senhora complementar, a gente vai dar um espaço para um bate-papo, para tirar dúvidas.

Agora, eu vou passar a palavra para a Senadora Eliziane Gama – Eliziane Gama, o som –, nossa querida Vice-Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também fazer um agradecimento aqui. A Kátia Abreu não faz parte da nossa Comissão, nem o Luis Carlos Heinze, mas eles estão sempre presentes aqui.

E a Eliziane não faltou nenhuma vez, assim como outros que têm participado. Então, é muito generosa. Eu estava muito triste porque ela estava numa comissão de Liderança e poderia não vir falar aqui hoje, mas ela está com a palavra neste momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, eu queria, antes de tudo, parabenizá-lo. V. Exa. é uma pessoa muito sensível, é muito delicado e muito firme. Isso é muito importante. Tem uma longa experiência. Eu queria cumprimentá-lo.

Eu queria cumprimentar todos os demais colegas na pessoa de Francisco Jr., que é o nosso Relator e que tem feito, aliás, um grande trabalho.

Vamos passar direto às perguntas ao Presidente Rubem Novaes. Eu queria voltar à questão da privatização.

Quando o senhor fala, Presidente, sobre a necessidade da privatização com a argumentação da modernização, não me parece ser uma justificativa plausível, até porque, lá atrás, o senhor colocou o nível de competência do Banco do Brasil. Ora, se nós temos um Banco do Brasil competente, com uma equipe técnica qualificada, por que não, a partir do formato que nós temos hoje, trabalhar na modernização?

Se a gente for fazer uma avaliação, verá, por exemplo, em todo o mundo, que 40% dos maiores bancos europeus hoje são públicos. Ao mesmo tempo, por exemplo, nos Estados Unidos... Quando a gente fala da privatização, a nossa grande preocupação é quanto ao aumento da concentração bancária e, automaticamente, à redução da concorrência. Se você compara, por exemplo com os Estados Unidos, lá nós temos 12 mil bancos e cooperativas de crédito, ou seja, há um sistema de desconcentração bancária muito grande. E, aqui no Brasil, se a gente pegar, por exemplo, um dos três ou quatro maiores bancos do Brasil que vierem a adquirir o Banco do Brasil, a gente vai ter claramente uma ampla concentração bancária, automaticamente dificultando a vida do povo brasileiro. Então, eu queria que o senhor explicasse melhor o porquê dessa justificativa em relação à modernização.

Há outra pergunta. A Kátia lembrou muito bem a nossa preocupação em relação ao Pronampe. A gente sabe, por exemplo, que hoje os principais programas que estão sendo implantados neste período de pandemia estão sofrendo drasticamente porque o recurso... A população está sofrendo porque esses recursos desses programas não estão chegando à ponta. Então, há uma dificuldade. Por exemplo, argumenta-se, nessas situações, na maioria das vezes, a rigidez nas exigências que são apresentadas, a situação de insolvência desses tomadores. Enfim, há uma série de elementos que, às vezes, são colocados e que acabam dificultando a chegada de recursos à ponta. Como impedir que isso aconteça em relação também ao Pronampe, que está em via de ser executado? Qual a sua expectativa em relação ao Pronampe,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cima do que o senhor coloca? Inclusive, o Banco do Brasil, o banco público... É claro que, quando a gente fala sobre a questão social, a gente pensa logo na Caixa Econômica, mas o Banco do Brasil também tem uma função pública. Como minimizar isso em relação à população minoritária, aquela que está em situação de maior vulnerabilidade?

Por fim, Presidente, eu queria que o senhor nos explicasse qual é a vantagem da operação que acaba de ser anunciada pelo jornal *Valor Econômico*, a de que o Banco do Brasil está comprando um volume em carteira de R\$2,6 bilhões do Banco Votorantim, que é da família Ermírio de Moraes. Eu queria que o senhor nos explicasse especificamente quais os benefícios dessa operação. Quando a gente faz uma comparação, por exemplo, entre as exigências de liberação desse tipo de operação que foram apresentadas hoje para o Banco Votorantim e as exigências que são apresentadas para as pequenas e médias empresas do Brasil, o que tem, inclusive, gerado o empoçamento desse recurso financeiro porque elas não conseguem chegar a esse dinheiro...

Então, vamos pegar a operação do Banco Votorantim, vamos pegar as operações dos pequenos e médios empresários, qual a diferença entre essas duas, porque não me parece que sejam as mesmas medidas. É claro, respeitando a complexidade de cada uma delas, mas, do ponto de vista de vazão, de chegar, de liquidez, eu diria assim, de chegar esse produto às mãos do pequeno ou do grande, não me parece, realmente, que as condições sejam colocadas de forma justa, levando em consideração as dificuldades e as facilidades de cada um desses beneficiados.

Muito obrigada, Presidente.

E, só para fechar nos 15 segundos, Presidente, nós estamos numa maratona, não é? Eu estou participando de três reuniões ao mesmo tempo. Então, a gente acaba não participando de forma realmente mais intensa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É verdade.

Muito obrigado, Senadora.

Meu Presidente Rubens Novaes, como houve, agora, quatro participações e perguntas bem extensas, eu vou conceder para o senhor um tempo de oito minutos. E eu consulto V. Exa., porque o senhor tinha me dado um prazo até o meio-dia, e já passou um pouquinho do meio-dia. E o senhor tem esse tempo de resposta, o nosso Relator... O senhor pode nos conceder até as 12h30? Essa é uma pergunta que eu faço ao senhor.

E passo a palavra a V. Exa., para responder aos questionamentos.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES – Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES – Podemos passar, sim, para 12h30, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente.

Muito obrigado.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Eu preferiria, em dois assuntos aqui que me foram questionados... Eu vou pedir para que sejam respondidos pelos meus vice-presidentes, e depois eu retomo aqui.

Acho que é melhor usar esta cadeira aqui porque está dando eco.

O primeiro, o João Rabelo, que é nosso Vice-Presidente de Governo, vai responder às perguntas que foram feitas pelo Deputado Cacá Leão e pelo Deputado Mauro Benevides, sobre aditamentos de contratos com Estados e Municípios.

E eu pediria ao nosso Vice-Presidente, Bonetti, que nos falasse rapidamente aqui sobre esse último comentário da Senadora Eliziane, sobre a compra de carteiras do Banco Votorantin.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

Dê uma olhada aí, Presidente, na sua imagem. Deve estar faltando abrir o vídeo.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES – Entrou?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ainda não.

Nós precisamos do vídeo de vocês, não está aparecendo. (*Pausa.*)

Aí: agora está bom.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES – Então vai falar o Rabelo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

Tudo bem, Rabelo? Com a palavra o Vice-Presidente, Rabelo.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos, Senadores, Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia e boa tarde.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR (Para expor.) – Boa tarde – é verdade.

É muito bom poder estar com os senhores e as senhoras de novo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, nós já começamos a contactar os clientes. Ainda não temos uma solução para créditos que são com recursos em dólar, que é um pedaço da nossa carteira, mas, de toda aquela nossa carteira que está registrada em reais, nós já entramos em contato com os Municípios e os Estados.

Para os Municípios basicamente os recursos são em reais; então, a maior parte das operações nós já começamos a contactar. Estamos aguardando apenas a regulamentação, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, e já estará disponível, já estará com os senhores... Já vamos começar esse reperfilamento.

Vou passar aqui para o meu colega Bonetti.

Senadora Kátia, continuamos trabalhando forte pelo agro, viu, Senadora Kátia, Senador Heinze? Essa junção é só uma forma administrativa. A prioridade no agro continua grande. Nós estamos aí, com a carteira forte de R\$185 bilhões, e temos que cuidar disso com bastante carinho juntos.

Obrigado.

O SR. CARLOS RENATO BONETTI (Para expor.) – Bom, só para começar aqui, eu queria primeiro dar uma informação quanto à pergunta da Senadora Kátia sobre o crédito.

Se a gente pegar essa planilha que foi divulgada pelo Banco Central e separar isso entre empresas grandes – *corporate* – e o varejo – a pessoa física, a micro e pequena empresas –, vocês vão ver que os bancos públicos concederam 55% do crédito total que está nessa planilha, quando a gente fala do varejo, ou seja, da pessoa física e do pequeno empresário, contra 44,6% dos bancos privados. Lembrando sempre que, aí, na planilha, há dois bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e quatro bancos privados. Mesmo assim, o percentual de desembolso nos bancos públicos foi maior do que nos bancos privados, ou seja: claramente, os bancos públicos estão favorecendo o crédito para as pessoas físicas e para as empresas de menor porte. A diferença fica quando se vai para as grandes empresas, em que 86% do crédito está concentrado nos bancos privados e 14% nos bancos públicos. Então, é importante entender essas duas dimensões do crédito no País.

Com relação à compra de carteira do Banco Votorantim... Só lembrando: o Banco do Brasil é sócio do Banco Votorantim, tem 50% de participação lá. E essa compra é uma compra de carteira de financiamento de veículos, ou seja: para o Banco Votorantim ter mais fôlego, mais capital para continuar fazendo operações, o Banco do Brasil compra a carteira e libera liquidez e capital para o Banco Votorantim continuar fazendo créditos de veículos para os seus clientes. E para o Banco do Brasil isso é interessante, porque é uma operação complementar: o Banco do Brasil foca menos na operação de financiamento de veículos, faz esses atendimentos aos seus clientes via Banco Votorantim e compra essa carteira, com o benefício do preço praticado nessa transação, fomentando o negócio de financiamento de veículos como um todo no País. Então, é uma estratégia complementar que é boa para o Banco do Brasil,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é boa para o Banco Votorantim e é boa, principalmente, para os clientes que fazem financiamento de veículos através desse canal.

Era isso.

Obrigado.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Retorno aqui.

Então, creio que a indagação do Deputado Benevides e do Deputado Cacá Leão, sobre os aditamentos prestados em Municípios, o Rabelo pôde responder.

Uma parte da indagação da Senadora Kátia Abreu, que era sobre a diferença de *performance* entre bancos públicos e privados, o nosso Vice-Presidente Bonetti também respondeu.

A compra de carteira do Banco Votorantim foi uma questão levantada pela Senadora Eliziane e também foi respondida.

Eu friso aqui que o Banco Votorantim é uma parceria entre o Banco do Brasil e a família Ermírio de Moraes. Cada grupo tem 50% do banco.

Nós estamos viabilizando um financiamento na área de crédito para automóveis, que é o forte do Banco Votorantim. É um setor também que está passando por uma crise complicada, como outros grandes setores da economia também.

Nós temos aqui... O Senador Heinze destacou aqui que, embora a agricultura esteja muito bem no geral, existem problemas específicos lá na sua região, no Rio Grande do Sul. O Senador Heinze é um Senador bastante ativo aqui, em relação ao Banco do Brasil, e nós temos dado bastante atenção aos problemas do Rio Grande do Sul, assim como aos problemas do setor de uma maneira geral.

A Senadora Kátia Abreu mostra muita preocupação em relação ao Pronampe, porque ela teve um envolvimento muito grande na montagem desse programa. Eu quero deixá-la tranquila com relação ao Pronampe, porque praticamente, na sexta-feira agora, última, os últimos detalhes foram resolvidos. Quer dizer, nós precisávamos receber os recursos do Tesouro, eles foram recebidos, e faltava a regulamentação final, que estava sendo preparada pela Secretaria de Produtividade do Ministério da Economia. É um regimento do Fundo de Garantia, que também é um documento que já foi produzido. Então, nós temos hoje que todo o Estatuto do Fundo de Garantia já tinha sido revisto para incorporar esse novo programa. Então, nós estamos com tudo pronto, o programa vai ser deslanchado esta semana.

Então, a Senadora Kátia tem os nossos cumprimentos pelo esforço que ela fez para viabilização desse programa, que atinge os segmentos mais desfavorecidos do empresariado nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Eliziane volta a chamar a atenção para a questão da privatização do banco. Eu não sei até que ponto da minha exposição anterior teve o som aberto para todos, porque me parece que faltou aqui um pedaço.

Basicamente, a discussão que nós fazíamos sobre privatização do banco referia-se ao fato de que parecia estranho: o banco está indo muito bem; então, por que privatizar? E eu chamava atenção ao fato de que a atividade bancária vai mudar muito, e, talvez, precisemos mudar o perfil do banco, para uma adaptação a esse novo mundo. E essa mudança, com as amarras do setor público, seria muito dificultada.

Eu lembro que o Banco do Brasil, por ser público, no passado teve uma série de privilégios, de bônus, pelo fato de ser público. Nós praticamente tínhamos a reserva de mercado para as folhas de pagamento do setor público, das empresas estatais, juntamente com a Caixa. Nós tínhamos a administração dos depósitos judiciais. Hoje, isso tudo é disputado no mercado, isso tudo tem um custo elevado para o banco. Nós não temos mais vantagem nenhuma pelo fato de sermos um banco público, neste particular.

Se, por um lado, nós perdemos o bônus de ser público, infelizmente todos os ônus de ser público permanecem. Nós temos que nos submeter ao Tribunal de Contas da União, toda decisão importante tem que ser discutida, debatida com o Tribunal de Contas da União. Nós temos o controle da Sest, a secretaria de estatais. Nós temos, na parte de divulgação, publicidade, que discutir as coisas com a Secom. Nós temos, nas indicações, que discutir tudo com Casa Civil... E por aí.

Quer dizer, nossa política de pessoal, de recursos humanos, é toda travada, é concurso público, pode isso, não pode isso... Você não pode demitir o mau funcionário com a mesma facilidade que um banco privado demite, você não pode premiar um bom funcionário da mesma forma que um banco privado premia, e assim por diante. Você não pode pinçar, no mercado, uma pessoa que seja fundamental para cumprir uma determinada tarefa, disputar essa pessoa no mercado e trazer para dentro do banco... Eu não posso lutar... Quando me sinto assediado pela concorrência privada, para tomar meus melhores executivos aqui, eu não tenho condições de disputar. O Banco do Brasil perdeu, se não me engano, mais de 50 executivos de primeira linha, de 2019 ao início de 2020, para o setor privado. Então, essas coisas todas vão pesando.

O Banco do Brasil, como tem um pessoal extremamente eficiente, conhecedor da sua atividade, consegue se manter. Mas, com essas mudanças todas que nós vamos tendo no mercado, isso vai ser cada vez mais difícil. Vai ser cada vez mais difícil.

Eu não estou pensando nem na questão ideológica, de dogma filosófico, coisa nenhuma. Vai ser muito melhor para o Banco do Brasil se ele puder ser privado. E, quando eu falo privado, não é que ele será comprado por um grande grupo não; vai ser uma *corporation*, vai ter um controle pulverizado; o Governo ainda vai ter uma participação grande.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, fala-se também: "Não, mas a agricultura vai ser abandonada! A agricultura vai ser abandonada!". Não vai! A agricultura é um ativo importantíssimo para o Banco do Brasil. Esse nosso relacionamento com a agricultura, ninguém...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Presidente Rubem, o tempo está aproximando. Muito obrigado por essa resposta.

Eu vou abrir aqui bem rapidinho para os membros da Comissão e não membros para que, se por acaso queiram se expressar, façam rapidamente algum questionamento ao nosso Presidente ou aos seus Vice-Presidentes. Esperidião parece que ficou com alguma dúvida; Laterça também ficou com algum questionamento; ou outro que queira se manifestar rapidinho. Por favor, pode abrir o seu som e falar.

Eu vou controlar só o tempo aqui para todos. Está bem?

Aberto.

Esperidião? Benevides? Kátia?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Felício Laterça está *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso. Por favor, Laterça: faltou alguma resposta para você? Pode fazer a cobrança, por favor.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Presidente Rubem... Faltaram todas as perguntas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sim.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Foram tantas perguntas, inclusive das pessoas que estão participando. E até gostei, porque ele acabou privilegiando as pessoas; dois ouvintes nossos que estão acompanhando, ele privilegiou.

Vou repetir as minhas perguntas. Eu fiz um apanhado geral e as coloquei. Tentando verificar a efetividade das medidas aprovadas pelo Congresso, gostaria de saber: qual é a sua percepção acerca da solvência das empresas com crédito junto ao Banco do Brasil? Houve aumento significativo da inadimplência?

A outra pergunta. Em grande parte, nos programas aprovados pelo Congresso, houve exigência de contrapartidas por parte das empresas, entre as quais a da manutenção do número de empregos. Nesse sentido, muito tem sido dito, em particular pela imprensa, acerca do desinteresse das empresas em aderir aos programas. Questiono, então: a concessão de crédito realizada por meio de programas emergenciais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governo tem alcançado as empresas ou o crédito está empoçado? Minha percepção é claramente esta: parece que os bancos não querem dar crédito às empresas.

A terceira pergunta foi se o senhor, Presidente, entende que as medidas tomadas pelo Congresso em conjunto com o Governo estão adequadas e se o senhor e a sua equipe sugere algum aprimoramento.

E, por fim, eu fiz o questionamento das filas, não só no Bando do Brasil, mas das filas nos bancos e do péssimo atendimento que tem sido feito em todo o Brasil pelos bancos, e se o Bando do Brasil tem uma preocupação com seus clientes. Disse também que estou encaminhando hoje para a Febraban – pedi para ela fazer ampla difusão a todas as instituições bancárias – sobre a melhoria no atendimento bancário.

Foi isso, Senador, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Presidente Rubem, eu quero que o senhor anote e responda bem rapidinho, por causa do nosso tempo.

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interpelar.) – Presidente Rubem Novaes, obrigada pela resposta do Pronampe. O senhor me deu alma nova. Estava muito angustiada com o Pronampe, pelo dinheiro das empresas – não é por outro motivo –, vendo o desemprego e o desespero de muitos.

Agora, eu gostaria que o senhor pudesse nos indicar um personagem no banco com quem eu pudesse ter a interlocução para que, semanalmente – eu fiquei encarregada disso pelos Senadores colegas, nós temos um grupo. Eu fiquei encarregada dessas informações, tanto no Bando do Brasil, como na Caixa e no Banco Central –, ele pudesse passar para nós, através de mim, quanto o Banco do Brasil emprestou do Pronampe e do financiamento de folha. Não quero o nome de ninguém, não quero nome de empresa; eu quero só valores, semanalmente, para o nosso "emprestômetro". Nós vamos fazer isso também com o apanhado geral do Banco Central e também com o apanhado do Presidente da Caixa Econômica Federal. Então, eu gostaria muito que o senhor indicasse alguém, um contato, para que eu possa diretamente cobrá-lo e não fique atrapalhando o seu trabalho.

Muito obrigada, Presidente Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Benevides, algum questionamento?

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Sim, Presidente. Só um ponto que eu perguntei: se as novas operações de crédito... Ele falou 33 bilhões nas micro e pequenas empresas: 24 foram de rolagens e 8 foram de novas operações. A pergunta foi simples. A taxa de juros dessas novas operações foi maior, menor ou igual àquela das operações anteriores? É simples, ele sabe isso na ponta da língua.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Para fazer o fechamento, com a palavra o Deputado Francisco Jr., para fazer seus últimos comentários. Assim, o nosso Presidente do Banco do Brasil ou seus Vice-Presidentes darão as respostas respectivas. Aí, eu faço, posteriormente, o encerramento.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, vou ser muito breve, apenas para parabenizar o Presidente Rubem de Freitas Novaes, Presidente do Banco do Brasil. Não tenho nenhuma pergunta para ele neste momento. Apenas quero comentar que, por mais que a equipe econômica afirme e explique toda a situação da questão da oferta de crédito para pequenas e microempresas no Brasil, quero deixar claro e registrado que não está resolvendo. Alguma coisa tem que ser feita a mais. Deve-se entender que não dá para a gente colocar a rotina normal, porque nós não estamos num tempo normal, nós estamos num tempo de pandemia. Então, alguma coisa a mais, algum sacrifício a mais vai ter que ser feito. O sistema financeiro e bancário precisa compreender isso, senão ele vai matar o paciente.

Só para fazer essa reflexão. Sei da boa vontade, sei dos limites, mas é tempo de nós extrapolarmos os limites, extrapolarmos a situação e buscarmos resultado concreto mesmo, senão as nossas consequências serão muito exigentes, serão muito ruins.

Presidente, aproveito para fazer dois comentários, dois comunicados. Primeiro, solicito de V. Exa. que intensifique a cobrança do retorno aos requerimentos. Eu sei que da Secretaria da Fazenda – a Lenita está se esforçando – o retorno está muito aquém do necessário de que nós precisamos. Então, o prejuízo para nós está sendo muito grande. Eu solicito ao senhor que nós mantenhamos uma estratégia e que nós cobremos dos órgãos as informações.

Informo também ao Senador Esperidião Amin que nós estamos preparando aquele informativo semanal. Na semana passada, nós produzimos, vamos continuar produzindo, mas nós precisamos das informações para que ele tenha algo, de fato, de qualidade. Então, nós precisamos disso e estamos trabalhando em ferramentas para conseguirmos essas informações.

No mais, parabenizo todos pela participação na reunião, de forma especial, a equipe do Banco do Brasil. Eu me despeço insistindo, Presidente: vamos encontrar algo além do que está sendo feito, um caminho alternativo específico para a pandemia para poder socorrer as pequenas, micro e até as médias empresas de forma especial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

A Senadora Eliziane Gama pede pela ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama, por favor. (*Pausa.*)

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria – já não é mais nenhuma inferência em relação ao Presidente do Banco do Brasil, muito embora eu até quisesse aprofundar um pouco mais esse debate, mas eu também estou em várias reuniões – apenas fazer uma colocação. Nós estamos aqui enfrentando um grave problema hoje, no Brasil, que é a questão dos dados de mortos, dos infectados e também dos que morreram pela Covid-19. Parece-me que esse assunto já foi tratado por V. Exa. agora há pouco, mas eu queria pedir, assim como o Relator Francisco Jr. acaba de citar, que a gente estabeleça aqui, por esta Comissão, um rito obrigatório para que o Ministério da Saúde informe ou, então, a gente crie, na verdade, uma outra estratégia para que a gente tenha esses dados.

Esta Comissão foi criada exatamente para isso. Nós fazemos as audiências públicas, nós fazemos os debates e as reuniões, mas a gente precisa ter um papel também de fiscalizador mais ostensivo neste momento. E o que está acontecendo... Eu nunca... Eu acho que de todas as ações deste Governo, essa de omitir dados, para mim, é uma das mais graves. Isso é muito grave, isso realmente é muito sério!

Eu vejo, Presidente, que a gente precisaria, depois desta reunião, fazer uma reunião interna, entre nós, para que a gente hoje estabelecesse um rito de atuação para que o Ministério obrigatoriamente informe esta Comissão.

O decreto presidencial, que estabelece o estado de calamidade pública, cria esta Comissão. Então, esta Comissão é fato *sine qua non* para o estado de calamidade pública. Portanto, também, nós precisamos buscar os elementos que nós temos realmente para que o Ministério da Saúde estabeleça e garanta essas informações diárias.

A transparência, Presidente, é o elemento fundamental para a gente combater a pandemia no mundo inteiro. As experiências no mundo que deram certo deram-se através da transparência.

Outra informação que eu queria saber do senhor: quando virá o Ministro da Saúde? Porque nós já tivemos a convocação aprovada – temos um retorno dele – para que ele venha o quanto antes, exatamente para nos ajudar em relação a esses procedimentos novos que o Ministério da Saúde está adotando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Senadora Eliziane Gama.

Já fizemos o convite ao Ministro da Saúde para o dia 22 deste mês. Então, estamos aguardando e vamos insistir para que seja mantida esta data.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às respostas, Francisco, caro Relator, eu vou reiterar os expedientes; caso contrário, eu vou telefonar. Eu vou fazer as ligações pessoais, ligações telefônicas, os contatos, fazendo a cobrança para o atendimento dos requerimentos já aprovados pela Comissão.

Então, Sr. Presidente Rubem, eu quero agradecê-lo – a V. Exa. e a todos os Vice-Presidentes: Carlos Hamilton Vasconcelos, Carlos Motta, Carlos Renato Bonetti, Fabio Augusto, João Pinto Rabelo, Mauro Ribeiro, Walter Malieni – e a todos que acompanham V. Exa. neste evento.

Ficamos muito satisfeitos com a participação ativa dos Parlamentares, com as respostas verdadeiras e, às vezes, polêmicas proferidas por V. Exa., mas todas são importantes para esse questionamento. O debate foi bom.

Agora, eu passo a palavra a V. Exa. para as respostas, mas, se eu não fizer uma pergunta para o senhor, o Cacá Leão vai me puxar a orelha: é de uma baiana, Míriam Barros, uma internauta. O senhor anote aí num cantinho ou peça a alguém que anote – ela se chama Míriam Barros – e responda para ela. Ela pergunta o seguinte: "Para as Organizações da Sociedade Civil que possuem CNPJ e precisam de contas jurídicas para participar de editais emergenciais, como as instituições podem colaborar?" Pronto!

V. Exa. está com a palavra. (*Pausa.*)

Dr. Rubem, o senhor está com a palavra para fazer o fechamento das respostas.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Pois não.

Eu pediria ao Deputado Cacá Leão que depois nos passasse o telefone, o *e-mail* dessa baiana.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Nós temos condição de passar para o senhor.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Nós temos condição, a assessoria tem condição de passar para o senhor. Vou passar.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Faço questão de responder pessoalmente para ela depois.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. RUBEM DE FREITAS NOVAES (Para expor.) – Vou começar a responder pelo mais fácil aqui.

A Senadora Kátia Abreu quer saber quem do banco poderia ficar em contato permanente com o Senado, com o Congresso, para informar sobre o andamento desses programas. Bom, nós temos aqui no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

banco um Vice-Presidente de relações com o Governo, que é o João Rabelo. Então, certamente a Senadora pode convocar o João Rabelo a qualquer momento – não só a Senadora, como todos os membros da Câmara e do Senado podem se utilizar dos serviços do João Rabelo. Vai ser um grande prazer para nós ter esse relacionamento estreitado com vocês.

O Deputado Felício nos faz uma pergunta sobre a situação dos nossos clientes. Obviamente, neste momento, a situação econômica, financeira de muitos clientes está debilitada, e nós estamos reconhecendo isso nos nossos provisionamentos. Em termos de condições financeiras com as quais nós operamos com esses clientes, em todas as prorrogações nós mantivemos as condições anteriores de contrato. Em empréstimos novos e em contratos novos, a situação é examinada caso a caso, dependendo do risco que é avaliado, dependendo das garantias que são aportadas – é um trabalho caso a caso. Não há um valor específico para dizer que é "x", é "y". Vai depender da situação que a nossa área de crédito apura para o cliente. Agora, é óbvio que, quando o banco prorroga todas as operações, de certa forma está escondendo inadimplências potenciais. A gente só vai saber realmente a situação desses clientes quando chegar a hora da verdade. Enquanto estiver no período de prorrogação, você não sabe bem o que está acontecendo. Agora, nós estamos levando isso em conta nas nossas avaliações de risco, fazendo os provisionamentos adequados, compatíveis com essa situação.

Não sei se respondi ao Deputado Felício.

Em relação ao aprimoramento de medidas, realmente, por exemplo o Fopas, que é o Pese, se mostrou pouco ajustado à realidade na medida em que exigia o compromisso de não demissão de funcionários, e poucos empresários estavam dispostos a assumir esse compromisso. Isso está sendo revisto, o Fopas está sendo ampliado para mais faixas de faturamento, e eu creio que vai começar a tracionar.

O programa que foi feito para complementação salarial está indo muito bem. Não está precisando aperfeiçoamento, não.

E esse programa para microempresa – era a grande deficiência do sistema poder atingir esse público –, eu creio que, inclusive, com a contribuição grande do Congresso, finalmente foi concluído. Vamos ver, a partir desta semana, a receptividade desse programa de ambos os lados: do lado do empresário e do lado do banco. O banco precisa estar interessado. É óbvio que os bancos, de uma maneira geral, estão conscientes do problema, de que é uma situação muito especial e de que algum sacrifício terá de vir da parte deles também. Não tenham dúvida de que esse raciocínio permeia entre os dirigentes bancários neste momento.

Não sei se há mais algum ponto que eu tenha deixado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, se eu deixei alguma lacuna nas minhas respostas, eu terei todo o prazer de enviar depois as explicações, as respostas por escrito. Podem me fazer chegar aqui que, com grande prazer, nós atenderemos às demandas do Congresso.

Eu agradeço muito a todos pela maneira gentil com que fui recebido. Aliás, a minha experiência de relacionamento com o Congresso tem sido excelente.

Há pouco tempo, eu estive numa Comissão também na Câmara, e os debates foram acalorados, mas sempre dentro de um respeito, de uma compreensão de que todos estamos aqui buscando, no fim, o bem do País.

Então, agradeço muito, Senador.

Estamos sempre às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a participação a todos os Parlamentares, ao convidado, Dr. Rubem Novaes, a todos os membros do Conselho Diretor do Banco do Brasil.

Agradeço a participação aos internautas, fantástica, através do Portal e-Cidadania.

Para as próximas reuniões, o endereço do e-Cidadania é www.senado.leg.br/ecidadania.

Agradeço a todos os que acompanharam pelo *link* do YouTube.

Agradeço à Taquigrafia do Senado, que vem entregando com eficiência as notas taquigráficas, que compõem um importante documento da Comissão.

Agradeço à Secretaria da Comissão, à minha assessoria, em particular, de gabinete, e a todo o pessoal da Comunicação em geral.

Convido todos para a próxima reunião, a se realizar dia 15 de junho de 2020, previamente agendada para as 11h – vamos ver se conseguimos alterar com o BNDES –, com a presença de Gustavo Montezano, Presidente do BNDES.

Dessa forma, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e um minuto do dia dezesseis de junho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Renildo Calheiros, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros General Peternelli, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu e Rejane Dias. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater as medidas de enfrentamento à Covid-19 na perspectiva econômica. **Participante:** Gustavo Montezano, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº** , **de 2020** que : "Requer a convocação do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº** , **de 2020** que : "Convoca Eduardo Pazuello, Ministro de Estado da Saúde." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº** , **de 2020** que : "Convoca Sr. Eduardo Pazuello, Ministro de Estado da Saúde." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº** , **de 2020** que : "Requer criação de subcomissão para criar sistema paralelo de contagem de óbitos por COVID19." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº** , **de 2020** que : "Audiência Pública para debater as dificuldades de acesso ao crédito de micro e pequenas empresas." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/06/16>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Reitero que o uso da palavra será feito pela ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo, e que a palavra será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão. No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e os tempos de Liderança poderão ser utilizados no final da nossa reunião.

Comunico que o terceiro boletim semanal produzido pela Comissão, de autoria do nosso Relator, Deputado Francisco Jr., já se encontra publicado na página da Comissão, no *link* Relatórios de Acompanhamento, assim como também estão publicados todos os demais documentos encaminhados.

Eu faço um parêntese aqui, por minha conta, para dizer que esse relatório do Deputado Francisco ficou muito bom, muito fácil, dá para acompanhá-lo muito bem, é muito didático, tem algumas planilhas esclarecedoras, e eu gostaria que todos os senhores o vissem, porque de agora para a frente nós temos que começar a fazer as cobranças mais duras em cima do relatório e das opiniões dos nossos Deputados e Senadores membros da Comissão.

Eu li o relatório, gostei muito. É importante dar divulgação para os Senadores todos, os Deputados Federais todos, os dois Presidentes das Casas; é importante que eles recebam esses documentos para que a gente possa tomar as medidas de cobrança.

Havendo número regimental, coloco em votação a ata... Aliás, vamos aguardar um pouquinho a votação da ata porque não temos sete. Não temos quórum ainda não? (*Pausa.*)

Está faltando um Parlamentar. Vou saltar essa parte da ata.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião divide-se em duas partes. Uma é a audiência pública com a presença do Presidente do BNDES – ele ainda não entrou; ele entrou agora, acabou de entrar –, Sr. Gustavo Montezano, que está acompanhado dos Srs. Bruno Caldas Aranha, Chefe de Gabinete da Presidência; Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área de Operações e Canais Digitais; Julio Leite, Superintendente da Área de Gestão Pública e Socioambiental; e Maurilio Guignoni Dutra, Chefe do Departamento de Assuntos Legislativos e Institucionais.

Por fim, teremos uma segunda parte deliberativa para apreciar os Requerimentos 47 a 51.

Eu vou só esperar um pouquinho, vou inverter um pouquinho a pauta, esperando entrar um Parlamentar a mais, para a gente já deliberar sobre os requerimentos. São cinco requerimentos de autoria do Senador Randolfe, da Senadora Eliziane e do Senador Esperidião Amin. São requerimentos importantes e, aprovados, vamos colocar na agenda essas convocações...

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, para tratar desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não, Deputado Cacá.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Pela ordem.) – Presidente, na hora de tratar desses requerimentos, eu queria fazer uma ponderação. Se V. Exa. me permitir, eu faço até agora, porque nós vamos ganhando tempo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, Deputado.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Pela ordem.) – A gente tem aí alguns requerimentos de convocação ao Ministro Pazuello e ao Ministro do Meio Ambiente. Eu queria propor, Presidente, que a gente transformasse esses requerimentos de convocação em requerimentos de convite, afinal todos os Ministros têm se colocado à disposição e têm feito o seu papel contribuindo com a nossa Comissão.

Então, no nosso entendimento, é um pedido que eu faço a V. Exa. e também aos demais membros da Comissão que, na hora em que a gente for apreciar esses requerimentos, a gente faça a transformação desses requerimentos de convocação em convite, para que os Ministros venham, como todos têm vindo, com toda a boa vontade para contribuir com a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Cacá, serão feitos os convites e todos têm atendido. Nós procuramos encaixar nas agendas respectivas dos convidados e todos têm comparecido, inclusive o Ministro da Saúde, Gen. Pazuello, já está agendado para o dia 23. Na próxima terça-feira, ele vai estar presente na nossa reunião.

Vamos fazer a leitura, aprovar os requerimentos de autoria dos nossos Senadores e Deputados. Só realmente já estão atendidos os requerimentos, ele estará presente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos demais nós vamos também continuar fazendo os convites. Não tem havido nenhum óbice, nenhum obstáculo de comparecimento à nossa Comissão. Isso é muito bom e tem dado ótimos resultados.

Quantos aos requerimentos, ainda não temos quórum. *(Pausa.)*

Então, está bem.

A presente reunião tem como objeto principal ouvir o Presidente do BNDES, que já está na nossa página, Dr. Gustavo Montezano.

Vou ler de novo para todos: Gustavo Montezano, Presidente, acompanhado de Bruno Caldas Aranha, Chefe de Gabinete da Presidência; Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES; Julio Leite, Superintendente da Área de Gestão Pública e Socioambiental; Maurilio Guignoni Dutra, Chefe do Departamento de Assuntos Institucionais e Legislativos.

Então, bem-vindo, Dr. Gustavo Montezano. Muito obrigado a V. Exa. por atender esse convite da nossa Comissão, por estar presente na nossa tela.

V. Exa. terá entre 25 e 30 minutos para apresentar tudo sobre o banco que seja de interesse da Comissão e, a seguir, o Relator, Deputado Francisco Jr., terá um tempo de até 10 minutos para fazer as primeiras indagações a V. Exa. e a sua equipe. Logo a seguir, em blocos, de acordo com o número de Parlamentares, a gente pode fazer de dois ou de três, o senhor vai anotando as perguntas, e o senhor as responde ou as passa para alguém das suas superintendências para fazê-lo. Fica a critério de V. Exa.

Então, vamos iniciar.

No meio da reunião – o senhor não repare –, depois que o senhor fizer sua apresentação, eu vou colocar em votação cinco requerimentos muito rapidamente para aproveitar o quórum. É que, lá pelo final, às vezes um vai saindo, há um entra e sai na tela, e a gente perde o quórum, e eu tenho que aprovar esses requerimentos hoje.

Então, bem-vindo, Dr. Gustavo Montezano.

V. Exa. tem até 30 minutos para fazer a sua apresentação. V. Exa. está com a palavra. Boa sorte!

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia, Senador Confúcio Moura! Bom dia, Deputado Francisco Jr.! Em suas pessoas cumprimento os demais Parlamentares membros da Comissão Mista de acompanhamento do Covid.

Inicialmente, queria agradecer o convite e agradecer a prévia que fizemos há poucas semanas, na qual os senhores me contextualizaram a Comissão, fizeram a orientação de sua relevância. Fiquei muito



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

feliz e satisfeito com o convite e com a oportunidade de hoje estar aqui podendo falar com as senhoras e com os senhores.

Hoje é um dia especialmente marcante para mim. Hoje faz exatamente um ano que eu tive a honra e o privilégio de ser nomeado Presidente do BNDES, e estar aqui comemorando esse um ano na presença dos senhores falando de um tema tão importante, apesar de áspero e desafiador para o nosso País, é um momento muito marcante e oportuno para a gente colocar um pouco não só o que a gente está fazendo no que tange à crise em si, ao combate ao coronavírus...

Mas eu queria começar a minha apresentação gastando uns cinco minutinhos para falar um pouco do BNDES nesse último ano, o que a gente visualiza para o banco para os próximos dez anos, o que a gente tem feito. Acho que isso é importante para contextualizar também a nossa forma de atuação, mais especificamente no combate à crise do coronavírus, que é o tema prioritário deste fórum, desta Comissão.

Então, queria pedir... Não sei se o Bruno ou o Maurílio conseguiriam botar na tela a apresentação que preparamos, com alguns poucos slides, para nos guiar nesse debate... Eles são bem simples, bem resumidos, mas eles dão uma orientação visual do que a gente está colocando para o banco.

Enquanto o Bruno ou o Maurílio prepara a colocação disso, eu começo contextualizando o BNDES. É um pouco redundante, até óbvio falar isso, mas é importante lembrar que nós somos um banco público. E a nossa missão, o nosso propósito, o objetivo é melhorar a vida do cidadão brasileiro, é melhorar a condição ambiental do Brasil, é melhorar o nosso País, questões sociais e ambientais primordialmente.

O crédito, o financiamento é uma ferramenta para isso, uma ferramenta muito importante, uma ferramenta bem poderosa, mas a gente tem que lembrar que a nossa missão vai além disso. A nossa missão é impactar a vida do cidadão, é melhorar lá na ponta. Naturalmente existe uma correlação de tamanho de desembolso, tamanho de cheque com o impacto social, mas não necessariamente isso é verdade. Então, nesse reposicionamento do BNDES eu não gosto de usar a expressão novo BNDES, porque o que a gente tem feito é o que o BNDES se propôs a fazer desde que foi fundado 67 anos atrás. A gente só está reposicionando a forma de olhar e a forma de abordar essa filosofia de investimentos.

O banco – quando se fala do BNDES, quando se interage com pessoas, eu até entendo isso e acho natural – é visto basicamente como um cofre de dinheiro. Ele tem uma capacidade muito grande de desembolsar recursos por muito tempo. O sucesso do banco, a *performance*, vamos dizer assim, a contento do BNDES era medida e dimensionada com base em volume financeiro...

O SR. MAURILIO GUIGNONI DUTRA – Gustavo, está vendo a apresentação?

O SR. GUSTAVO MONTEZANO – Estou conseguindo ver sim, Maurílio, obrigado.

Senador, o senhor consegue ver?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sim.

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Então, durante muito tempo, o BNDES teve sua medida de sucesso e de boa performance atribuída à quantidade de desembolso que o banco fazia ou ao tamanho do seu lucro financeiro. E o que a gente está colocando aqui é que naturalmente o banco precisa ter uma sustentabilidade financeira, o banco precisa pagar suas contas, mas o nosso sucesso vai muito além de quantos reais a gente está desembolsando e de qual o tamanho do lucro do banco. O nosso sucesso vai ser medido quando o cidadão sentir na ponta um melhor tratamento de esgotamento sanitário na sua casa, quando houver uma melhor logística no Brasil, quando o acesso a crédito a pequena e média empresa, de que falaremos aqui mais tarde, for num custo e condição mais adequados. Esse é o sucesso do BNDES.

E, para fazer isso, para a gente poder ser mais impactante, para a gente poder fazer com mais afinco, mais profundamente a nossa missão, a gente vem diversificando a forma de o BNDES atuar. Então, além da capacidade financeira já conhecida e reconhecida, que é um pilar importante, no último ano a gente trabalhou bem extensamente no que a gente chama de banco a serviço do Estado brasileiro. É um banco que presta serviço para o Estado. E o que a gente vê hoje no Brasil, não só no Brasil, mas no Brasil peculiarmente, é que o nosso principal gargalo para uma boa infraestrutura, para um bom desenvolvimento territorial, para fazer uma estrutura de esgotamento sanitário adequado, são bons projetos, uma boa regulação, uma boa modelagem financeira. Isso custa dinheiro, leva tempo, requer uma *expertise*, e o banco tem esses atributos.

Então, ao longo deste último ano, a gente montou uma estrutura bem robusta de assessoria ao Governo Federal e aos Estados em diferentes frentes: privatização, concessão e modelagem de PPP, infraestrutura. Essa linha de negócios está indo muito bem, está andando a contento. Esse banco de serviço combinado com a capacidade financeira do BNDES consegue potencializar muito mais a nossa capacidade, o nosso potencial de apoiar o Brasil. E, nesse sentido, o banco precisa sempre ser pioneiro, o banco precisa sempre empreender, porque o BNDES tem que ser visto como um desbravador de novas fronteiras, de novos mercados, de novos produtos. Então, não necessariamente um novo produto precisa começar grande, mas ele pode começar pequeno; e, o fato de ser novo, o fato de ser algo que ninguém faz, isso, sim, agrega valor para o banco e para o Brasil.

Então, essa visão do BNDES como uma instituição do setor público que tem capacidade financeira, tem *expertise*, não trabalha focada no lucro próprio, e trabalha focada no impacto social e ambiental para o Brasil – que tem esse instinto, esse DNA de desbravar as nossas fronteiras – é que a gente entende que é um caminho muito próspero que o BNDES pode e vai seguir nos próximos dez anos e que tem muito a contribuir para o Brasil nesse sentido. Mas é uma releitura de não medir o banco pelo seu sucesso ou pelos seus dados financeiros, mas, sim, pelo impacto social e ambiental que ele causa para as pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a gente coloca isso? O BNDES tem um posicionamento único como instituição. Ao mesmo tempo em que é uma instituição financeira, é um ente de Estado, com conhecimento de Estado muito relevante, tem uma facilidade de contratar com o setor público brasileiro – que, os senhores sabem, é um grande desafio burocrático –, tem uma capacidade de coordenar e articular debates técnicos, coordenar visões, seja com agentes nacionais, internacionais, públicos e privados... Então, o banco é um indutor, é um fórum de debates, é um facilitador de debates. E o banco é perene, o banco é neutro. Ele é um ente de Estado, a gente quer um BNDES mais apolítico possível, trabalhando na perenidade, pensando no longo prazo do Brasil. Por isso, esse posicionamento do banco, a gente entende que é único e torna essa instituição capaz de trazer muito impacto social e ambiental para o Brasil, mas, principalmente, desde que ela não foque no seu lucro próprio, obviamente, tenha sustentabilidade financeira, e foque em como a gente melhora a vida das pessoas e melhora o meio ambiente.

Então, com esse preâmbulo de contextualização do BNDES, eu queria agora entrar mais especificamente nas medidas com que a gente atuou neste momento tão crítico que vivemos – costume dizer, nesse meteoro que caiu aqui, na Terra.

Pode passar o próximo eslaide, Maurílio. Enquanto eu falo, as pessoas vão visualizando. Vou perder um tempo aqui nesse eslaide, porque, na minha visão, ele é o que melhor ilustra a atuação do BNDES no contexto da atuação do Ministério da Economia e do Governo nessa crise.

Então, sempre lembrando que nós somos um ente de Governo, nós fazemos parte de um aparelho de Estado. A gente tem que fazer atuações coordenadas e na mesma linha em que o Governo e o Ministério da Economia estão fazendo, evitando sobreposições, evitando excessos de alocação de recursos e tentando maximizar o uso do recurso público, tentando otimizar o uso do recurso público dentro dessas ações que se fazem necessárias.

Aqui, nesse eslaide, a gente consegue, de forma bem visual e resumida, esclarecer um tema que é bem sofisticado e tem várias componentes.

Como é que a gente enxerga os nossos diferentes clientes dentro desse universo? A gente dividiu aqui em micro, pequenas, médias e grandes empresas, que são quatro universos diferentes – cada um tem uma realidade.

Por fim, há uma outra linha de clientes, que são os Estados e Municípios, os cidadãos em si. Como é que o Governo Federal – seja o Governo Federal independente do BNDES, ou o Governo Federal através do BNDES, ou com o BNDES – ou o BNDES, sozinho, atuou em cada uma dessas frentes? Essa complementariedade é importante para ver como as coisas conversam.

Então, começando pela atuação do Governo, independente do BNDES, a gente destacou ali o programa de benefício e emprego, que – os senhores conhecem – apoiou as empresas na redução parcial de jornada de trabalho e que contribuiu financeiramente com volumes expressivos para isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem uma atuação, através do FGO e do Banco do Brasil, do Pronampe, que foca primordialmente nas micro e alguma coisa nas pequenas empresas.

Vindo para a atuação do BNDES juntamente com o Governo, eu destaco aqui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, que foi lançado há cerca de dois meses, já desembolsou em torno de R\$4 bilhões – ordem de grandeza – e está sendo remodelado em um debate na Câmara, para que o programa tenha um maior alcance. A gente acredita que, com essa remodelagem desse programa, do Pese, a gente pode chegar a cerca de R\$20 bilhões de desembolso, ou algo próximo disso. Operacionalmente – conexões, sistemas, etc. – o programa já está rodando a contento hoje, e a gente necessita de algumas melhorias legislativas e de condições para flexibilizar o uso desse recurso.

O segundo programa que eu destaco, da atuação conjunta do BNDES com o Governo, é o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, que está sendo veiculado através do FGI. Eu vou falar um pouquinho mais sobre o FGI para as senhoras e os senhores. Esse fundo de garantia de crédito vai focar nas pequenas e médias empresas.

Por fim, dentro desse bloco de Governo com o BNDES, eu destaco uma contribuição importante que o BNDES fez, financeiramente falando, que foi o repagamento de R\$20 bilhões de uma dívida que o banco tinha com o antigo PIS/Pasep, que foi fundido com o FGTS. Esses R\$20 bilhões vão ser importantes para apoiar o resgate de pessoas físicas que o farão nos próximos meses.

Vamos para o BNDES, vamos para as ações que o BNDES fez – entre aspas – "sozinho", sem qualquer necessidade de participação ou colaboração com o Governo Federal.

Primeiramente, começando pelas microempresas, a gente inicialmente, logo que começou a crise, aumentou a nossa linha de capital de giro, através de repassadores bancários. Então, só lembrando e reforçando este ponto: o BNDES é um banco de segundo piso, um banco de atacado. O BNDES não tem agência, o BNDES não consegue estar em todos os Municípios do Brasil. Então, a forma que o banco tem de apoiar micro, pequena e média empresa é através de parceiros, através de repassadores, agentes financeiros que complementam a última mira que o banco não tem e que usam esse recurso para emprestar para a pequena e média empresa – são os nossos canais digitais, os nossos canais indiretos, cujo *head*, o chefe no negócio, está aqui nos acompanhando, que é o Marcelo Porteiro.

Então, a gente aumentou a nossa linha de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas logo no início da crise, e essa linha hoje tem quase R\$4 bilhões já desembolsados, dos R\$5 bilhões. Vamos ter a necessidade de expandir esse valor possivelmente, mas isso não será qualquer tipo de gargalo.

Nesse primeiro momento, o banco também apresentou, tanto para as empresas de crédito indireto – micro, pequenas e médias empresas – quanto para as de crédito direto – operações em que o banco desembolsa diretamente –, a possibilidade de as empresas fazerem uma suspensão integral de pagamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de juros e principal que teriam com o banco por até seis meses de operações que já estivessem na nossa carteira. Então, isso tinha um potencial total de R\$30 bilhões de recursos disponibilizados para as empresas, não através de novos desembolsos, mas através da suspensão de pagamento. No final do dia, em termos financeiros, fluxo de caixa, isso equivale a um novo desembolso. Então, desse total de R\$11 bilhões de *standstill* indireto, que a gente chama aqui, e R\$19 bilhões de *standstill* direto, a gente tem uma expectativa de que esse número feche em torno de R\$15 bilhões realizados. Ou seja, dos R\$30 bilhões disponibilizados – por uma série de questões, algumas empresas não têm interesse de fazer ou o banco não tem interesse em refinanciar –, a gente deve fechar o ciclo com cerca de 50% de adesão a essa linha.

Nesse sentido, também na forma de apoiar a micro e pequena empresa, o BNDES fez uma iniciativa que para o banco é inovadora, para o banco é algo empreendedor, que foi uma chamada pública de fundo de investimento em direito creditório, que pode perfazer um montante de até R\$5 bilhões. Então, são fundos de direito creditório a mercado, operações que já têm maturidade e já rodam com outros agentes financeiros, mas o posicionamento do BNDES nesse mercado é algo novo e também com o objetivo de gerar liquidez para a micro e a pequena empresa.

A gente fez a chamada pública desse produto há algumas semanas, e a demanda foi muito forte. Recebemos várias e várias sugestões de melhoria no produto dos agentes de mercado interessados em participar disso, e a gente deve divulgar – tudo correndo bem nas próximas semanas – o resultado da primeira fase desse projeto, também focado na micro e na pequena empresa.

E, por fim, eu queria falar um pouco de um outro produto, que a gente lançou recentemente, que a gente chama de Crédito Cadeias Produtivas ou crédito-âncora. Como é que funciona esse produto? O conceito dele é muito parecido com o repasse bancário; porém, em vez de o meu agente repassador ser uma instituição financeira, no caso, aqui o BNDES empresta para uma grande empresa com a qual o banco tem facilidade e capacidade operacional de interagir, e essa empresa obtém os recursos do BNDES e transfere esses recursos nas mesmas condições para os seus fornecedores ou clientes de pequeno, micro e médio porte. Então, é um conceito muito parecido com o que o banco já faz hoje no setor financeiro, e a gente está buscando replicar isso aqui para a economia real. Então, em um produto funcionando bem em termos operacionais, tecnológicos – e esse é o desafio de implementação desse produto –, a gente enxerga com bons olhos uma capacidade de abrir um novo mercado relevante, aqui, para o BNDES apoiar a micro, pequena e média empresa.

Então, quando a gente resume aqui a atuação do BNDES nesse segmento das empresas de menor porte – vamos chamar assim –, a gente tem quatro linhas que são complementares e que, na verdade, objetivam chegar ao mesmo fim de formas diferentes. Então, uma linha é o giro indireto do banco, que a gente já faz como negócio próprio; a segunda é esse *standstill* ou suspensão de pagamento, onde a gente simplesmente dá a opção para o banco refinanciar por seis meses para o cliente; a terceira, que foi uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamada pública em termos de ser finalizado, é o Fundo de Investimento em Direito Creditório, que, como falei, teve uma demanda altíssima; e a quarta é este crédito-âncora Cadeia Produtiva, que a gente lançou há uma ou duas semanas, há pouco tempo... E, por fim, são complementares as ações que o Governo já está fazendo junto com o BNDES, seja do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, que é um crédito quase que direto do Tesouro para as pequenas e médias empresas, seja, agora entrando em operação no mês que vem, do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, que é um fundo segurador de crédito. Vou falar um pouquinho mais sobre ele depois.

Então, é importante a gente, quando olhar o BNDES, olhar exatamente neste contexto: o contexto do banco individualmente, do banco com o Governo, e como isso conversa com outras ações que o Governo tem feito e que o banco tem feito.

Deixe o eslaide lá, por favor. Volte lá.

A gente escuta muita gente questionando e comentando: "Mas são muitas medidas, são muitos produtos diferentes, são produtos que, às vezes, a gente fica na dúvida de qual é qual." E o que a gente tem dito – e está convencido de que é a melhor forma de atuar – é que, quanto mais produtos diferentes, melhor. Por quê? O que está acontecendo hoje, seja no Brasil, seja no mundo, é algo novo, nunca antes visto, é algo que a gente está experimentando e aprendendo fazendo. Então, quanto mais produtos que operam com tecnologia diferente e que têm uma abordagem de risco diferente, têm um intermediador ou um operador diferente, mais chance de sucesso a gente vai ter. Essa pluralidade de produtos tem que ser vista com bons olhos e não com um olhar de questionamento. Naturalmente, repetindo, isso é algo novo. O que a gente está colocando aqui e que eu mencionei para vocês, esses produtos todos, é que a grande maioria deles é algo nunca antes visto no Brasil, nunca antes feito. Então, a gente tem que tentar de forma diferente e aperfeiçoar de forma rápida, o mais celeremente possível, à medida que a gente puder aprender com esses erros.

Por que eu estou gastando tanto tempo aqui – o que acho que os senhores e as senhoras perceberam – falando da pequena, micro e média empresa, e não falei das demais quase nada? Porque esse é o grande foco da nossa operação em termos de mercado de crédito para pessoa jurídica durante a crise. Quando a gente enxerga os dados do Banco Central – isso é público e está lá disponível –, a gente consegue ver um crescimento de crédito para a grande empresa entre fevereiro e abril espetacular. Então, a base de crédito doméstico para essas empresas que era da ordem de R\$900 bilhões em fevereiro atingiu já R\$1 trilhão em abril, em apenas dois meses. E, quando sair o mês de maio, possivelmente vai crescer ainda mais. É um crescimento anualizado de quase 60% de crédito para a grande empresa, da ordem de R\$100 bilhões.

Naturalmente, não é algo que a gente possa dizer que resolve 100% dos problemas, mas as empresas de grande porte, exceto as de alguns setores – eu vou falar um pouquinho mais especificamente sobre esses setores mais à frente – estão conseguindo se arrumar, estão conseguindo pagar as suas contas, seja com recurso próprio, seja com recurso de acionista, seja com operações de mercado de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capitais, seja com dívida bancária. O nosso desafio, o nosso foco e a nossa prioridade foram sempre de como fazer o crédito chegar à micro, à pequena e à média empresa.

É importante notar e é importante reconhecer que a crise traz muito aprendizado para a gente e também nos revela muitas verdades de coisas que a gente já sabe, mas, às vezes, tolera um pouco. E a questão de crédito, de acesso ao crédito para micro, pequena e média empresa no Brasil não é algo oriundo da crise; a crise só externalizou e fez saltar aos nossos olhos como a gente precisa trabalhar mais e ter mais medidas, ter mais ações estruturantes que facilitem e viabilizem o crédito para esse segmento empresarial, que gera tanto emprego, é tão importante na nossa produtividade e é tão importante no nosso empreendedorismo. Então, essa questão estrutural de acesso de crédito a MPME no Brasil se externalizou aqui, durante a crise, e, por isso, é a nossa prioridade, não só do BNDES, como do Governo Federal, em relação a como o crédito pode chegar mais eficientemente na ponta.

De novo, não é que a gente está aqui simplesmente ignorando as grandes empresas. Para as grandes empresas, a gente fez uma abordagem setorial. Então, a gente identificou setorialmente onde cada empresa ou cada setor está mais afetado do que outro, e fez um tratamento caso a caso. E aí, nomeando alguns dos setores em que a gente está atuando – e os senhores podem ver alguns deles aqui –, no caso de grande empresa, primeiramente, o mais emergencial e mais prioritário de todos é a saúde.

Então, o BNDES fez duas ações, duas medidas para o crédito de empresa de grande porte para a saúde. A primeira é uma medida para a compra de materiais e equipamentos diretamente para o combate ao coronavírus – e aí empresas de todos os setores, sejam setores de saúde ou produtores de equipamento. A gente abriu uma linha de R\$2 bilhões, e a expectativa de é que essa linha também tenha um consumo de 50%, em torno de R\$1 bilhão. E, cerca de duas ou três semanas atrás, a gente abriu uma linha de crédito emergencial específico para o setor de saúde, para hospitais e operadores de saúde, da ordem de R\$2 bilhões, e também, então, observando demanda relevante para esse tipo de produto.

Em adição ao setor de saúde, a gente colocou de pé uma linha que é o financiamento para o setor de açúcar e álcool, que é o financiamento de estoque de etanol, em parceria com bancos operadores dessa última milha, que, mais uma vez, o BNDES não consegue, não tem o perfil de operar nessa última milha. Então, a gente está operando uma linha que é de R\$1,5 bilhão do BNDES e mais até R\$1,5 bilhão a ser complementado pelo banco operador para o setor de açúcar e álcool poder fazer o financiamento do seu estoque, durante este momento de pandemia.

Em adição a isso, a gente discute hoje – e já é público – um crédito de suporte ao setor aéreo, através de debêntures conversíveis. Se os senhores quiserem, a gente pode falar mais sobre isso à frente. Anunciamos ontem, foi anunciado ontem pela empresa uma linha de pré-embarque de US\$600 milhões para a Embraer, dos quais o BNDES está financiando 50%; então, US\$300 milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está em discussão hoje com a Aneel e com o MME para uma linha de cerca de R\$16 bilhões de suporte ao setor elétrico, enfim, também com ampla cobertura da mídia. Podemos falar mais, se os senhores acharem necessário.

E, por fim, discussões bilaterais com algumas empresas automotivas, em que a gente vai trabalhar e financiar essas empresas com o aval das suas matrizes fora do Brasil.

Então, com isso, eu encerro aqui a atuação do banco em relação às empresas. Então, recapitulando, foco em micro, pequena e média empresas, atuação coordenada e complementar ao que o BNDES faz sozinho ou com o Governo ou o Governo independentemente. No caso de grande empresa, o banco atuou de forma setorial, escolhendo alguns setores específicos que foram nomeados pelo Ministério da Economia, e a gente é o operador, no entendimento de que, de forma geral, as grandes empresas do Brasil estão sendo providas de liquidez pelos seus próprios bancos, mercados de capitais ou seus acionistas.

Dessa forma, a gente consegue concentrar o esforço de recurso público onde é mais necessário, que são os pequenos.

Por fim, faço um breve comentário, antes de passar a palavra ao Senador, sobre a atuação do BNDES no crédito ao setor público.

Com a aprovação recente do PLP de apoio ao setor público, o banco ficou autorizado a fazer uma atuação similar ao que a gente fez para as empresas.

Próximo eslaide, por favor.

Como é essa atuação do BNDES no suporte ao setor público?

São duas frentes. Primeiramente, a mais importante delas é a suspensão de pagamentos. Então, a gente tem o potencial de suspender até R\$3,9 bilhões, que são todos os pagamentos que Estados e Municípios têm com o BNDES em 2020 em aberto. Então, o PLP nos permitiu fazer esse refinanciamento. Em segundo plano, a gente vai flexibilizar as condições de liberações de Estados e Municípios que têm já linhas contratadas no banco, mas ainda não desembolsadas. E a ordem dessa liberação é de cerca de R\$450 milhões, com o intuito de que os Estados e Municípios tenham menos burocracia e possam, com mais celeridade, desembolsar esses recursos.

Naturalmente, isso aqui ainda tem pendente uma pequena aprovação no Senado, se eu não me engano, que está pautada para a próxima semana. Com isso, o banco vai estar pronto para operacionalizar e colocar de pé esse refinanciamento a Estados e Municípios dentro do escopo, dentro do contexto maior do plano do Governo no repasse e refinanciamento de recursos.

Com isso, Senador Confúcio, Deputado Francisco, eu encerro aqui a minha apresentação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente agradeço o convite. A gente já estava num processo de aproximação com o Parlamento. Então, a oportunidade de colocar para as senhoras e os senhores um pouco do contexto desse novo BNDES e essas atuações bem técnicas e bem específicas no combate à pandemia em si é muito bem-vinda.

Estarei muito feliz e satisfeito em poder responder questionamentos, dúvidas e explorar novos assuntos, novos temas que porventura sejam interessantes aos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Dr. Gustavo, Presidente do BNDES, por fazer a sua exposição sobre os programas do banco.

Agradeço a todos os Parlamentares, Deputados e Senadores, que entraram durante a abertura desta reunião, desta audiência pública.

Agradeço muito à Senadora Kátia Abreu, ao Luis Carlos Heinze, ao Deputado General Paternelli, que, mesmo não sendo membros, são assíduos demais, estão sempre aqui com a gente, participando.

Nós temos inscritos para falar. O primeiro é o Deputado Francisco Jr., que vai falar daqui a pouquinho. Temos o Izalci, a Eliziane, Luiz Carlos Motta, Wellington Fagundes, Felício Laterça, Cacá Leão, Esperidião, Hildo Rocha, Zenaide, Chico Rodrigues, General Peternelli, Luis Carlos e Kátia Abreu. Esses são os inscritos. Estou vendo Reginaldo, que sempre participa e deve se inscrever já, já.

Então nós vamos fazer, pela grande quantidade de inscritos e pelo interesse da Comissão, blocos de três.

Antes de passar a palavra para o nosso querido Relator, Deputado Francisco Jr., quero avisar a todos que ele produziu seu relatório semanal, com data recente, de ontem, e ficou muito bom. Eu gostaria que os senhores lessem, fizessem pronunciamentos na Câmara, fizessem pronunciamentos no Senado sobre os dados semanais produzidos pelo nosso Relator.

Agora, havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 11ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat* do aplicativo. *(Pausa.)*

Como ninguém levantou a mão, está aprovada a ata.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito esse pequeno intervalo para a votação de cinco requerimentos: Randolfe Rodrigues tem dois, Senadora Eliziane Gama tem um... O Senador Randolfe tem três. E o Senador Esperidião Amin tem um.

O do Senador Esperidião Amin debate a dificuldade de acesso ao crédito de micro e pequenas empresas.

O Senador Randolfe solicita a presença dos Ministros do Meio Ambiente, da Saúde – assim como o da Senadora Eliziane – e também a criação da subcomissão paralela de contagem de óbitos do Covid.

Estes são os requerimentos.

2ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 47, DE 2020**

Requer a convocação do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

2ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 48, de 2020**

Convoca Eduardo Pazuello, Ministro de Estado da Saúde.

Autoria: Senadora Eliziane Gama.

2ª PARTE**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 49, DE 2020**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca Sr. Eduardo Pazuello, Ministro de Estado da Saúde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

2ª PARTE**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 50, DE 2020**

Requer criação de subcomissão para criar sistema paralelo de contagem de óbitos por COVID19.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

2ª PARTE**ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 51, DE 2020**

Audiência Pública para debater as dificuldades de acesso ao crédito de micro e pequenas empresas.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado, e art. 151 do Regimento Comum, a votação em bloco de todos os itens da pauta.

As Sras. e os Srs. Senadores, Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. A aprovação é em bloco. Está em votação, para aprovação ou rejeição dos requerimentos. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Deputado Francisco Jr. Relator desta Comissão, para suas indagações.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia! Cumprimento o Presidente Confúcio e a Vice-Presidente Senadora Eliziane e, em nome de todos os demais membros e visitantes da nossa reunião, quero cumprimentar o Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, e a sua equipe, Bruno, Marcelo, Julio e Maurílio. Se eu esqueci alguém, perdoem-me.

Presidente Gustavo, primeiro, quero parabenizá-lo pelo seu trabalho e pela apresentação – eu fiquei muito bem impressionado com ela. Deixe-me plagiar o Senador Esperidião, que sempre fala sobre o "fazejamento": gostei das ações! A gente muitas vezes vê muitos projetos, muito boas ideias e pouca execução, e aqui o senhor fez questão de trazer aquilo que foi executado e nem tanto aquilo que se pretende executar, então parabenizo-o muito por isso.

De forma especial, antes de fazer a pergunta, eu quero fazer um destaque, no início de sua apresentação, de que eu gostei muito: não é comum nós ouvirmos banco falar sobre a sua filosofia e dizer que a sua missão é impactar a vida do cidadão na ponta e que se mede o sucesso do banco não pelo seu lucro. São várias situações que o senhor colocou no começo – eu anotei algumas frases –, de que eu gostei muito, com relação à questão da sustentabilidade *versus* a lucratividade. Quer dizer, o Governo tem que ser sustentado – é evidente –, mas ele não pode colocar o lucro acima do bem-estar do cidadão. Então, essa clareza que o BNDES parece estar tendo é muito interessante. Agradeço pela visão que o senhor está colocando e desejo sucesso, que isso possa ser difundido em outros organismos nesse aspecto.

E também outra coisa de que eu gostei muito foi quando o senhor fala – e repetidas vezes – do foco que são as pequenas, micro e médias empresas neste momento da pandemia. Isso é fundamental.

Por fim, em algum momento, o senhor disse que a crise só revelou, só fez saltar aos olhos a importância das pequenas empresas, e isso é muito verdadeiro. Que a gente aprenda e, passada a pandemia – e, se Deus quiser, vai passar logo –, que nós possamos manter isto no radar: as pequenas, micro e médias empresas como uma prioridade. Às vezes, as grandes são tão encantadoras, têm tantas necessidades tão grandes também que elas acabam fazendo sombra e escondendo as pequenas, micro e médias, que são, na verdade, a grande mola do desenvolvimento brasileiro, os grandes empregadores do Brasil. Então, se nós queremos atender a ponta, não há como fazer isso sem dar muita atenção para as pequenas, médias e microempresas, porque são elas as grandes responsáveis por colocar arroz e feijão na mesa do brasileiro. Então, parabéns pela visão que o senhor está tendo à frente do banco.

Bem, nós sabemos de todas as dificuldades que nós estamos enfrentando na pandemia, no retrocesso econômico, no PIB, na qualidade de vida do brasileiro. Economistas calculam que nós vamos chegar ao final da década de 2000, nós estamos quase indo para o século passado em termos econômicos, e isso é muito preocupante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor, durante a apresentação, respondeu a várias perguntas minhas aqui. Eu vou garimpando aquilo que eu tinha anotado. Se eu insistir em algum ponto que o senhor já explicou, me perdoe, mas aprofunde, por favor.

Aqui o senhor disse... A primeira coisa que eu gostaria de saber é se o BNDES já está no máximo do que pode fazer ou se ele ainda tem estrutura para ofertar mais, porque há uma preocupação muito grande de quanto tempo que a pandemia vai durar ainda. No primeiro momento, nós vimos todo o planejamento do Governo trabalhando com um universo de três meses, mas nós já estamos tendo problemas com o "coronavoucher" e já se fala que vai ter que repensar, há algumas propostas até de pegar o salário do servidor para pagar o "coronavoucher".

Bem, não é o seu caso o "coronavoucher", mas é porque havia primeiro um universo de três meses de pandemia, de investimentos na pandemia. Nós estamos nesse pico ainda e nós ainda teremos um tempo a mais.

Qual é o gás, qual é o estoque que o BNDES tem? Está preparado para manter essas ações por quanto tempo? Claro que é em números empíricos que estou perguntando.

Depois: o BNDES opera linhas de financiamento por meio de uma série de instituições, que são a última milha de que o senhor falou, e eu vi que essa mentalidade do BNDES nem sempre é espelhada nos bancos que vão atuar e que vão ter contato direto com as empresas. De brincadeira a gente fala o seguinte: no Brasil, para a gente conseguir crédito, para a gente conseguir um empréstimo, tem que provar que não precisa dele; se você provar que não precisa do recurso, você consegue o empréstimo, se não, não consegue. Qual tem sido a orientação no sentido de flexibilizar e facilitar o acesso ao crédito? Um sério problema não é nem só disponibilizar o recurso. Aliás, eu vi, por exemplo, que, dos 5 bilhões para capital de giro, vocês já ofertaram mais de 4 bilhões. Isso é muito positivo, é mais do que vimos outros bancos muito maiores e de varejo fazerem. Qual tem sido a orientação? Quais têm sido os cuidados para conseguir fazer isso e não transferir o risco todo para quem está pegando empréstimos, que é o que geralmente acontece? A gente tem percebido que existem programas nacionais para dividir o risco, para assumir até 100% do risco, mas, mesmo assim, a gente percebe dificuldade de concretizar a oferta de crédito, o empréstimo. Então, como tem sido essa relação com os parceiros da última milha?

Com relação ao pós-pandemia. Muito vem sendo dito com relação à aprovação de diversos marcos regulatórios. O Ministério da Economia esteve conosco e falou muito da importância da aprovação dos marcos do saneamento, da energia e de outros. O Governo supõe que, com um marco regulatório adequado, haverá um grande investimento de capital externo. Para fomentar esses investimentos, o que há de concreto com relação a esse capital estrangeiro? É uma torcida somente? O que está sendo preparado para acolhermos esse capital estrangeiro, de forma especial para investimentos a partir desses novos marcos regulatórios, do saneamento por exemplo, que é o que está na pontinha já para ser aprovado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda com relação ao capital estrangeiro. Nós sabemos que muitas concessões são remuneradas em reais, enquanto os investidores estrangeiros têm seu balanço em dólares, o que gera um risco cambial que desincentiva o investimento externo, ainda mais neste momento em que estamos tendo oscilações tão grandes. Ao mesmo tempo, temos reservas internacionais superiores a US\$300 bilhões. De que forma uma parte dessas reservas poderiam ser usadas como *hedge* cambial para essas operações de longo prazo? O BNDES poderia oferecer um volume elevado de *hedge* compatível com a necessidade de investimento em infraestrutura sem recorrer a essas reservas? Existe alguma preparação nesse sentido, com relação ao BNDES dar essa compensação cambial?

Por fim, fiquei muito feliz... Até minha última pergunta seria com relação aos passivos estaduais e municipais. Conforme sua apresentação, está suspenso o pagamento até dezembro, inclusive criando uma oferta para 13 Estados, segundo sua apresentação. Como é essa previsão? Como deve ser esse relacionamento com os Estados no pós-pandemia? Imagina-se que, mesmo encerrada a pandemia, e vamos supor essa data de dezembro: finalizou a pandemia, estamos voltando a uma vida normal, mas nós vamos voltar num ritmo muito inferior ao que era praticado antes, as arrecadações todas caíram. Como está sendo pensada essa retomada com relação aos Estados e Municípios?

Mais uma vez, eu parablenizo V. Sa. pela visão, mais do que pela ação, pela visão que está tendo. Desejo que outros segmentos da nossa economia possam compreender o momento que estamos vivendo e entender que não adianta tirar tudo da galinha. Se matar a galinha não tem mais ovo. É um momento em que nós temos realmente que entender lá na ponta a sobrevivência do setor produtivo brasileiro, porque, se a gente entender que tem que estrangular, como se vinha fazendo, nós não teremos como enfrentar o pós-pandemia.

Mais uma vez, obrigado. Eu o parablenizo pela apresentação e me coloco à sua disposição também.

Obrigado, Presidente. Eram as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Francisco Jr.

Dr. Gustavo Montezano, devido ao grande número de inscritos, eu vou conceder a V. Exa. seis minutos para objetivamente responder aos questionamentos do Deputado Francisco Jr. Depois virão blocos de três inscritos, cada um terá o tempo de até três minutos para fazer suas indagações. O senhor anota o bloco nome a nome dos três e responde em bloco.

Então, eu passo a palavra a V. Exa., Dr. Gustavo Montezano, para responder ao nosso Relator, Francisco Jr. Com a palavra.

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Eu vou tentar ser objetivo para resumir tantos pontos importantes e relevantes em apenas seis minutos. Perdoe-me se não conseguir cumprir aqui tudo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste tempo, porque foram diversos tópicos, Deputado Francisco, e vou tentar abordá-los de forma individual.

Primeiro, a colocação do senhor em relação à filosofia do BNDES. Eu genuinamente acredito, Deputado, que essa deve ser a filosofia não só do BNDES. Eu acredito que, daqui a 10, 20 anos, as empresas que trabalharem só pensando no lucro financeiro não vão existir mais, porque a gente vive hoje, no Brasil, no mundo, questões de desigualdades sociais, de riscos ambientais. Se a sociedade como um todo não se engajar, e as empresas são parte fundamental disso e não abraçarem essa causa, num trocadilho, elas vão sair do mapa, porque a sociedade, os clientes e os empregados não vão aceitar mais isso. E, se o BNDES foi constituído como um banco de desenvolvimento, o BNDES tem que estar à frente desse movimento e trabalhar sempre em prol do cidadão, naturalmente com sustentabilidade financeira. Então, genuinamente eu acredito, Deputado, nisso e trabalho todo dia com essa cabeça, tentando fazer o banco apontar nessa direção. Até agora estou muito feliz com o resultado, porque tem dado muito certo.

Indo para suas perguntas especificamente, começando com a sua demanda sobre se o banco tem estrutura, tem capacidade para fazer mais ações, eu divido a resposta aqui em duas linhas: uma é a capacidade operacional e outra é a capacidade financeira. Em termos de capacidade operacional, o banco tem, sim, capacidade de fazer mais coisas. O Marcelo Porteiro e o Julio Leite, que me acompanham aqui, superintendentes de áreas relevantes nesse sentido, podem complementar se necessário, mas o banco tem capacidade operacional, sim, Deputado. O nosso grande desafio neste momento é o tempo de execução, porque as coisas acontecem num prazo tão rápido e tudo é tão emergencial que o desafio é colocar um montante desse tamanho na velocidade e na qualidade que o setor público, regulação, órgãos de controle e legislação nos exigem e têm que ser cumpridos – está certo ser cumprido. Mas, esse desafio temporal acho que é mais relevante até do que a capacidade instalada em si do BNDES. Então, olhando em 6, 12 e 24 meses, operacionalmente o banco não me preocupa em termos de capacidade, o desafio é executar isso de forma ágil, rápida e no prazo que se faz necessário.

Em relação à capacidade financeira, eu também divido em duas linhas de atuação financeira. Uma é a linha do Orçamento Federal, do subsídio. E o BNDES não tem mandato para perder dinheiro com seus recursos aplicados. Então, todo investimento com recurso do próprio banco tem que ser sustentável. Então, eu não posso colocar uma garantia de risco, por exemplo, para garantir pequena e média empresa em que eu tenha uma expectativa de perda. Todo investimento ou alocação que a gente faz com expectativa de perda e que já, por definição, é um subsídio, precisa vir do Tesouro. O BNDES não pode fazer isso por lei própria. Então, a gente precisa hoje, no combate à situação de pequena e média empresa, é subsídio, é Orçamento Federal, que é o que está sendo feito pelo Pronamp, pelo PESE, pelo Programa Emergencial de Acesso a Crédito. Então, nesse caso, o BNDES atua como operador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao dinheiro proprietário do BNDES, os recursos que nós temos disponíveis no nosso caixa. A gente tem recurso, sim, disponível para colocar no mercado ou na economia, Deputado, mas só que sempre lembrando: esse recurso tem que ter lucro, ele tem que pagar suas contas, senão a gente está ferindo as normas vigentes pelas quais o BNDES tem que operar e, mais importante que isso – pegando um gancho com sua outra pergunta –, é importante, para quem vai fazer investimento em infraestrutura no Brasil, no pós-pandemia, ter a segurança de que o Banco de Desenvolvimento tem recurso e capacidade financeira para emprestar em reais por longo prazo, porque o crédito em reais de longo prazo para alguns setores ainda é algo escasso. Então, a segurança de que há ali um banco de desenvolvimento com capacidade de caixa de alocar isso no longo prazo é muito importante como sinalização. Então, preservar essa solidez financeira do BNDES, como esse ente provedor desse recurso, é fundamental para a segurança dos investidores domésticos ou internacionais fazerem seus investimentos em infraestrutura. A gente se preocupa muito com isso, foca e cada vez mais canaliza esse recurso que o banco tem através do FAT para prover essa demanda de longo prazo que é tão importante.

Aí, já pegando um gancho com a pergunta do senhor sobre os marcos regulatórios, eu queria ressaltar que a nossa perspectiva é de que esses investimentos venham não só de investidores internacionais – eles são relevantes, sim –, mas a gente também tem muitos recursos disponíveis domésticos a serem alocados. Sejam pessoas físicas, sejam fundos de pensões, sejam gestores de recursos privados, há muito recurso em reais disponível para ser investido. Cito, como um breve exemplo, a oferta de ações que foi feita ontem por uma empresa chamada Via Varejo, em que ela levantou R\$4,5 bilhões e teve uma demanda de mais de R\$25 bilhões pelos seus papéis. Por que isso está acontecendo? Porque o juro está baixo. Então, aquela vida que havia no Brasil de os rentistas ficarem sentados financiando o Governo, ganhando juros de 10%, 15%, 20% ao ano – que a gente brincava que era vida fácil, que era transferir recurso do Tesouro para os grandes poupadores –, acabou. Tendo a capacidade de manter esse juro baixo, olhando para frente, o fluxo de recurso doméstico que vai sair dessa alocação de baixo risco e ter que necessariamente migrar para a infraestrutura é bem relevante, não pode ser desperdiçado. Senador, estou com seis minutos. O senhor quer que eu pare aqui ou continuo a resposta?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor tem mais um minuto para concluir.

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Está bem.

Nesse sentido, os marcos regulatórios são, sim, fundamentais, Deputado, porque eles é que dão a segurança, para o investidor, de que em 10, 20 ou 30 anos aquilo ali vai ser cumprido.

Então, os nossos principais desafios hoje, para fazer infraestrutura no Brasil, são dois, e não é acesso a recursos. Primeiro, é manter o juro baixo, e para manter o juro baixo tem que ter disciplina fiscal; e o segundo é dar segurança jurídica regulatória para os investidores, de que os contratos serão cumpridos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente está fazendo o nosso dever de casa. Eu acho que o Parlamento tem um papel fundamental nessa agenda de reformas que está por vir, e ela é mais importante até do que o recurso em si.

Só para fechar aqui, eu vou pular e vou falar dos Estados. A atuação do BNDES em relação aos Estados, Deputado, é basicamente atuar com os canais que a gente já tem hoje e principalmente, cada vez mais, aumentar e melhorar a capilaridade e a quantidade de produtos do nosso banco de serviços. Hoje esse banco de serviços já tem mais operações e projetos estaduais do que federais. A gente vê um mar de ativos, um volume muito grande de oportunidades que os Estados podem explorar e monetizar através de boa estruturação, boa construção de projetos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

O SR. GUSTAVO MONTEZANO – Consegui, Senador. Eu pulei uma aqui do ajuste cambial, mas depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perguntas feitas e não respondidas você pode encaminhar diretamente ao nosso Relator posteriormente, ou para a Comissão, que chegará às mãos dele.

Agora, vamos para o primeiro bloco de três Parlamentares. A ordem é a seguinte: Senadora Eliziane Gama, Deputado Luiz Carlos Motta e Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra, por até três minutos, a Senadora Eliziane Gama. (*Pausa.*)

Eliziane Gama, com a palavra.

Senadora Eliziane, não a estou vendo na tela.

Vou passar para o segundo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA) – Agora sim, Presidente. V. Exa. me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Pois não. Pode falar, Senadora, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – O.k. Eu queria antes de tudo cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Francisco Jr., mais uma vez parabenizá-lo pela condução da relatoria desta Comissão e a todos os demais colegas, que estão participando e ao nosso Presidente Confúcio.

Dr. Gustavo Montezano, quero cumprimentá-lo por estar aqui conosco participando deste debate, um debate de fato muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Gustavo, o grande problema que nós temos enfrentado durante os últimos tempos... O Congresso Nacional tem feito um esforço muito grande no sentido de aprovar alguns programas, alguns de iniciativa inclusive do próprio Poder Legislativo e outros do Poder Executivo, mas o ponto muito fundamental é sempre apresentar alguns programas para que o recurso, para que o volume financeiro, os programas de financiamento, cheguem à ponta – e aí eu uso um termo que o senhor usou bastante quando do início da sua apresentação. Mas, ao mesmo tempo, também, em todos eles, praticamente, nós temos sentido uma grande dificuldade pela rigidez das exigências que são apresentadas quanto às garantias reais e pessoais desses tomadores. Portanto, os pequenos e médios empresários acabam sofrendo muito com esse problema.

Nós tivemos agora uma medida provisória, que é a nº 975, que apresenta na verdade um aporte, por parte do Governo, da ordem de R\$20 bilhões no Fundo Garantidor para Investimento, exatamente com o objetivo de dar mais condições para que esse médio e pequeno empresário possa chegar a essas linhas de financiamento.

Eu queria fazer uma pergunta para o senhor de uma forma mais específica. Quando a gente entra, por exemplo, no *site* do BNDES... A gente, falando, por exemplo, desses programas especificamente, programas de estruturação, eu pergunto ao senhor: qual a expectativa desse programa? Ao mesmo tempo: o senhor entende, por exemplo, que a medida provisória, além dessa questão do aporte, pode também retirar alguns desses entraves e facilitar um pouco mais a vida desses pequenos empreendedores? E quais as ferramentas que o BNDES vai usar para que realmente esse dinheiro chegue à ponta?

E mais uma pergunta, Presidente: o senhor falou da sustentabilidade, do olhar voltado na perspectiva daqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade, e há um fundo social do BNDES... Eu queria saber como é que está esse programa atualmente e, ao mesmo tempo, quais os programas mais específicos, dentro da perspectiva da visão social do BNDES, para este momento de pandemia. Quais esses projetos que trabalham com esses investimentos? E, ao mesmo tempo também, como é que o BNDES tem trabalhado para que esse programa, neste momento, possa chegar à mão, à ponta?

Por exemplo, eu queria aqui rapidamente citar – quando eu falo desses pequenos, aí a gente fala numa perspectiva da sustentabilidade – alguns desses programas que olham, por exemplo, para jovens produtores de sistemas agroecológicos, povos e comunidades tradicionais... Aliás, é uma bandeira que eu pessoalmente trabalho muito. É uma área, melhor dizendo, em que eu, pessoalmente, trabalho muito, que é exatamente essa área dos mais vulneráveis, da mulher, das populações tradicionais, enfim. Como é que está hoje esse programa que tem um olhar mais social para esse período de pandemia? E como ter acesso mais rápido a esses programas?

E, por fim, parabéns a V. Exa. pela condução, pela sua juventude e pela sua capacidade técnica na condução de um banco tão importante para o desenvolvimento econômico do País!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Eu cometi uma falha aqui: o primeiro a se pronunciar seria o Senador Izalci Lucas, não é? Eu inverti. Mas agora eu passo a palavra, corrigindo, para o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro quero parabenizar muito o Presidente do BNDES, o Gustavo, pelo excelente trabalho que vem desempenhando no banco.

Bem, em meio a essa crise, o crédito é a solução do problema, e um programa interessante que o BNDES está adotando aí é o das cadeias produtivas. O programa funciona emprestando às empresas-âncora, que abrem crédito para as empresas menores. Eu queria, Presidente, que o senhor pudesse... Qual o potencial de empresas beneficiadas por este programa? E V. Exa. teria um mapa de quantas empresas-âncora podem aderir ao programa? Quais são os riscos desse programa? Como funciona a distribuição de risco de crédito com relação a isso?

Com relação também à questão do apoio emergencial à saúde, a maioria dos Municípios brasileiros já tem casos de pessoas infectadas, com grande número de mortes. Essa iniciativa é fundamental aí – essa, do apoio à saúde. Eu pergunto: como está a distribuição desse crédito por Região do País? Ele está concentrado no Sudeste ou já foram concedidos créditos para outras Regiões do País? O BNDES alocou R\$1 bilhão para esse programa. Questiono se esse valor é suficiente e se existe plano de aumentá-lo, caso seja necessário.

O Relator já falou, mas eu queria que o senhor também pudesse falar um pouco mais sobre a questão dos Municípios, no sentido de que seriam suspensos os débitos até dezembro de 2020, com um potencial de R\$3,9 bilhões. O senhor poderia explicar um pouco mais detalhadamente como funciona essa medida?

Também outra medida emergencial foi esse repasse que teria, como foco, o desembolso de recursos para 13 Estados, com um contrato ativo. Eu acho que entendi que seriam aqueles que já deram entrada, não é? O senhor poderia explicar um pouco melhor também essa medida e quais os seus principais impactos?

Por último, essa questão do investimento, eu vi aqui que o BNDES, através do programa Minfra, planeja atrair R\$250 bilhões em investimentos para o Brasil. Primeiro, não esquecer do DF e, segundo, explicar um pouquinho melhor isso, por favor.

Eram essas, Presidente, as minhas considerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Motta, do PL, Estado de São Paulo. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Libere o seu som, Deputado Luiz Carlos Motta. Nós não estamos ouvindo. Está sem som, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sr. Gustavo Montezano. Quero parabenizá-lo pela belíssima explanação, bem explicativa, que a gente compreendeu muito bem.

Presidente, sou um Parlamentar municipalista e, portanto, preocupado com a saúde humanitária dos nossos Municípios, além, logicamente, da contenção dessa pandemia.

Nas minhas viagens pelo Estado de São Paulo, constato que os Municípios clamam por uma aceleração do BNDES na liberação de recursos. Frente a essa situação, pergunto: o que o BNDES tem feito para agilizar a chegada desses recursos aos Estados e Municípios?

O senhor anunciou também a suspensão das cobranças de dívidas e juros de contratos de financiamentos contraídos pelos Estados e Municípios até o final do ano. Pergunto: quando estará isso em funcionamento? Precisa de algum procedimento adicional? Que outras ajudas o BNDES pode dar para os Governadores do nosso País?

Outra pergunta: sobre o Pese, estamos nos preparando para votar a Medida Provisória 944. Pergunto: quais são as mudanças que devemos aprovar para fazer esse plano tão importante deslançar?

Entendo que foram bilhões aprovados pelo BNDES para o combate à pandemia do Covid-19. Mas o que o BNDES tem feito para ajudar na retomada da economia depois disso tudo? Como ajudar a recriar empregos e ajudar as empresas?

Vou só frisar um pouquinho mais o que o nosso Relator falou, o Deputado Francisco Jr.: o que o BNDES tem feito para agilizar e ter um carinho especial para dar crédito às pequenas, micro e médias empresas? – que hoje são as grandes geradoras de emprego no nosso País.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo pelo grande trabalho que o senhor vem fazendo à frente desse importante banco de desenvolvimento do nosso País. Espero que o senhor e todos nós possamos sair deste momento tão difícil e dessa crise mais conscientes de o que é realmente importante e também de o quanto é importante planejar com seriedade em médio e longo prazo, de como esse planejamento faz diferença para todos nós, para as nossas cidades e para o País em que vivemos.

Obrigado, Presidente Confúcio, e muito obrigado, Sr. Presidente do BNDES, Gustavo Montezano.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Presidente Gustavo Montezano, são três perguntas de três Parlamentares, e o senhor terá seis minutos para responder aos três, com tolerância de um minuto.

Com a palavra V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Obrigado.

Começando, então, pelo comentário do Deputado Luiz Carlos a respeito da retomada da infraestrutura, eu preciso fazer um relato pessoal, Deputado, de que, quando eu me juntei ao Governo, em janeiro do ano passado, ou seja, há um ano e meio, e tendo trabalhado em mercado financeiro durante a minha vida inteira, eu confesso que eu fiquei surpreso com a pouca quantidade de projetos de infraestrutura e de longo prazo que existia no Brasil. Então, o legado deixado aqui era de muito poucos projetos ou projetos mal estruturados, e o grande volume de projetos estruturados tinham sido feitos basicamente nos anos de 2017 e 2019, em apenas dois anos. E, quando a gente fala de infraestrutura, de planejamento, a gente fale em cinco, dez, vinte anos.

Então, é importante um planejamento que seja um planejamento de Estado, e não só um planejamento de governo. E o que a gente está fazendo hoje, aqui, de investimentos, de projetos de saneamento, ou de gás, ou de rodovias, são obras que vão começar em 2022 e vão ter seu pico possivelmente para o próximo Governo. Então, é importante a gente ter sempre essa contextualização de longo prazo e de que são planos de Estado que têm que ser continuados governo após governo. E, para mim, foi uma surpresa – tendo entrado no Governo, um ano e meio atrás – ver como a gente tinha poucos projetos desse tipo. Esse é um gargalo que a gente precisa superar, e a gente precisa ter esse planejamento de continuidade e de longo prazo.

E aí, Senador, eu vou entrar aqui, em diferentes momentos, respondendo à pergunta de cada um deles, de forma a ter mais conectividade nos temas. Eu vou começar pelo comentário da Senadora Eliziane sobre a ação social do BNDES. E eu queria fazer um destaque de um produto de que a gente não falou tanto na apresentação inicial: é que o banco fez o lançamento de uma campanha chamada Salvando Vidas. É uma campanha que opera no conceito de *matchfunding*, ou seja, para cada R\$1 captado de terceiros o BNDES coloca mais R\$1. A gente disponibilizou R\$50 milhões do próprio BNDES para isso, ou seja, a campanha pode ter um potencial de chegar a até R\$100 milhões. E esses recursos serão 100% revertidos em EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para as santas-casas ao redor do Brasil. E aí, se esse programa for bem-sucedido, será o maior programa de *matchfunding* e *crowdfunding* da história brasileira.

A gente conseguiu R\$100 milhões, está indo bem e é uma nova forma de o BNDES atuar, Senadora. O BNDES, historicamente, desembolsa cerca de R\$150 milhões por ano, mais ou menos, valores aproximados, em ações sociais e em doações. E a gente está abrindo essa tecnologia do BNDES – que conhece como fazer isso, tem os procedimentos, tem a capacidade novamente de estruturação e de articulação –, para fazer doação apenas conjunta. Então, para cada real que o BNDES doar, idealmente eu vou conseguir um, dois, três, quatro, cinco com terceiros e, assim, aglomerando recursos.

E aí, se me permite ser um sonhador, Senadora, que eu sou, se a gente hoje tem R\$150 milhões por ano e já consegue vislumbrar que a gente consegue levantar mais R\$150 milhões, ou seja, um para um, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma forma estruturada, todo ano, por que não pensar que, com R\$150 milhões, daqui a cinco, seis, sete anos, o banco possa estar fazendo ações que canalizem, que viabilizem R\$1 bilhão no total, por ano? – seis vezes o que o banco coloca. E, como eu falei para todos aqui, eu realmente acredito que as empresas privadas vão, cada vez mais, participar dessas ações, e o BNDES pode ser um ótimo veículo para apoiá-las nesse sentido, com tecnologia, com estruturação e com dinheiro próprio também.

Então, esse fundo social que está fazendo a ação, através desse projeto Salvando Vidas – e convido todas as senhoras e os senhores que quiserem apoiar a fazerem isso através do *site* –, é uma iniciativa neste sentido de usar o fundo para o combate à crise em si.

E a gente hoje está aproximando, cada vez mais, o banco também do Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos. O banco está participando ativamente do projeto Abrace o Marajó, junto com a Ministra Damares, participando de toda a estruturação e modelagem daquele apoio.

Quanto a esta atuação mais próxima do banco, em pensar na última mira e chegar perto do cidadão em questões de saúde, segurança e educação, eu também vejo muito potencial, apesar de o banco não ter capilaridade. O banco vai ser um formulador de políticas, um desenhador de projetos. Aí há que haver bancos parceiros ou outras entidades que consigam pegar aquela tecnologia e aplicar na ponta.

Comentando agora, então, a pergunta do Senador Izalci sobre o crédito à saúde, foram duas linhas de crédito, Senador. Uma, para comprar equipamentos de combate à crise. Essa linha tinha uma dotação de R\$2 bilhões; pelo que a gente vê de demanda hoje, vai ficar em R\$1 bilhão a utilização da linha. Uma segunda linha, esta diretamente para hospitais e operadores de saúde, de R\$2 bilhões. A gente abriu essa linha há umas duas semanas. Então, as demandas estão chegando agora. Portanto, não tenho como passar para o senhor a alocação por Região, por Estado etc. dessa segunda linha. Mas, quanto à primeira, eu vou pedir para o Bruno Aranha, que é meu chefe de gabinete, anotar. E a gente vai passar para o senhor exatamente a alocação por Região, por tipo etc. etc.

Vou comentar aqui a pergunta por Estado e Município, que o Senador e o Deputado fizeram, e, brevemente, como é que vai funcionar isso. Para todos os Estados e Municípios que têm qualquer crédito em aberto com o BNDES, basta o Chefe do Poder Executivo, Prefeito ou Governador, demandar para a gente, que o banco vai fazer esse refinanciamento. Tudo o que vence em 2020, sejam parcelas em atraso, sejam parcelas a vencer, vai ser rolando, vai ser refinanciado lá para a frente, e esse Estado ou Município não vai ter qualquer tipo de pagamento este ano.

Mas é importante uma última aprovação legislativa, respondendo à pergunta sobre o que faltava para isso. Alguma coisa deve ser aprovada no Senado. Não sei o detalhe exatamente do que é, e parece que os senhores votarão na semana que vem. Uma vez isso votado, basta o Prefeito ou o Governador mandar o ofício para o banco, que o nosso time já estará lá, preparado, de prontidão, para poder fazer essa formalização das operações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao comentário da Senadora sobre o FGI da MP 975, eu vou aguardar para falar sobre o FGI quando eu tiver mais tempo, Senadora, se me permite, porque este tema vale eu falar com mais calma.

Sobre o Cadeias Produtivas, sobre o que o Senador Izalci perguntou, funciona da seguinte forma, Senador: a empresa vai ao banco, demanda o recurso, no limite de até R\$200 milhões por empresa – e qualquer empresa de grande porte pode pedir isso, é aberto. A única exigência que o banco faz é que esses recursos sejam repassados para pequenos, médios e microfornecedores ou clientes das empresas nas mesmas condições que a empresa está recebendo. Então, é um benefício que essas empresas estariam dando para seus clientes ou fornecedores de pequeno de porte, que têm menos acesso ao crédito.

É algo inovador. É algo nessa escala. Há um desafio operacional a ser feito, mas a gente ouviu muita grande empresa pedindo esse tipo de produto para a gente. E a gente colocou de pé, e começou a rodar agora. E a gente está otimista com a demanda. Justamente a empresa grande não vai ganhar dinheiro, não vai cobrar *spread*, não vai cobrar sobretaxa para o seu cliente, mas ela vai repassar nas mesmas condições e manter a sua cadeia produtiva viva.

Estourei um pouquinho o tempo, Senador. Desculpe-me.

As outras perguntas, eu vou anotar para responder depois.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vamos ao próximo bloco, com o Senador Wellington Fagundes abrindo, Felício Laterça e Deputado Cacá Leão.

Com a palavra o nosso Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Precisa liberar o som, Senador. Está sem som. (*Pausa.*)

Eu vou fazer o seguinte, Senador Wellington, vou passar para outro orador até o senhor conseguir o som. Está ainda sem som aqui.

Vamos passar, então, para Felício Laterça.

Logo depois eu o chamo de novo, Senador.

Felício Laterça. Deputado Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Som ativado, Senador. Estava tentando ativar o som.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, está com a palavra.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Senador; muito bom dia, Francisco Jr., nosso eminente Relator; todos os demais Senadores e Deputados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o nosso Presidente Montezano, do BNDES, que, como já foi dito e vamos repisar, vem fazendo um excelente trabalho perante essa importante instituição do Brasil que é o Banco Nacional do Desenvolvimento Social.

Sabemos que o BNDES, embora instituição financeira, não opera como os bancos tradicionais: é um banco de desenvolvimento, que tem como propósito maior contribuir para a melhoria econômica e social do País, conforme está explicitado no seu próprio nome.

Nesse sentido, é razoável que a instituição seja bastante demandada em um período como o atual, de grave crise sanitária e com fortes desdobramentos econômicos negativos para o Brasil. Assim, o banco acabou sendo utilizado em medidas diversas, dentre as quais eu vou destacar:

- 1 - Fornecimento de recursos e a operacionalização do financiamento da folha de pagamento de empresas;
- 2 - Suspensão temporária dos pagamentos de empréstimos contratados junto à instituição;
- 3 - Concessão de garantias e disponibilização de linha emergencial de crédito para pequenas e médias empresas;
- 4 - Preservação da estrutura da cadeia produtiva das empresas por meio de crédito direcionado a setores estratégicos.

Com essas medidas, Presidente, a ideia seria contribuir para preservar o capital de giro e a saúde do fluxo de caixa das empresas, o que ajuda a evitar falências e acaba por manter empregos.

Dentro desse contexto, eu lhe pergunto: pela ótica do BNDES, como o senhor avalia a efetividade desses programas? Os recursos estão fluindo em direção às empresas ou há algum empoçamento? Há algo que possa ser aprimorado nesses programas? E aí eu enfatizo na sua fala, na sua apresentação, a questão que o senhor tratou de que o BNDES faz atacado, e não varejo. A gente precisa de alguma forma viabilizar – inclusive sensibilizar o Congresso, Senador – que os bancos tenham um mínimo de quê social. Eles fazem uma pequena margem, mas infelizmente não trabalham. A reclamação de pequenas e médias empresas é imensa com relação a atendimento.

Uma outra pergunta. O BNDES sempre foi conhecido por sua capacidade de conceder crédito em condições especiais para setores estratégicos para o desenvolvimento do Brasil. Recentemente, contudo, o senhor declarou que o BNDES vem atuando como garantidor do mercado de capitais, atuando justamente inversamente ao que o BNDES sempre operou, justamente de modo inverso à forma como sempre operou, deixando ser um fundo de *provider* que divida o risco com terceiros. Como o banco passará a atuar e como se dará essa mudança de perfil?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira pergunta. Na história recente do BNDES houve diversos empréstimos questionáveis, orientados à época por políticas consideradas no mínimo dúbias. O BNDES emprestava a juros baixos para determinados setores – algo tipo 6% ou 7% ao ano para as empresas X, por exemplo, JBS, ou mesmo outros países em que nem sequer as empresas brasileiras tinham operação –, por sua vez, seu *funding*, o Tesouro Nacional, captava pelo dobro ou mais que isso. Considerando que a instituição tem como propósito o desenvolvimento econômico e social, como o senhor enxerga o resultado dessas políticas?

Só mais alguns segundos para concluir, Senador.

A quarta pergunta. O Tesouro, que captou e repassou centenas de bilhões de reais para o BNDES, estava reavendo parte desse recurso, inclusive tendo retornado para a União algo na casa da centena dos milhões de reais em 2019. Dada a pressão por gastos federais na pandemia, há mais recursos do BNDES para voltar à União e ajudá-la nesse difícil momento? E com quais outras formas o BNDES poderia contribuir com o esforço federal em benefício do Brasil?

São essas as minhas colocações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Felício.

Eu retorno a palavra ao Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Nós não estamos te ouvindo, Senador. É uma pena. Verifica aí o que está havendo com a tua internet, microfone. Dá uma olhadinha. *(Pausa.)*

Eu vou, então, passar a palavra para frente, Wellington. Já, já, você retorna. Dá uma olhadinha.

Deputado Cacá Leão, por favor. *(Pausa.)*

Deputado Cacá Leão, com a palavra. *(Pausa.)*

Deputado Cacá Leão, está me ouvindo? *(Pausa.)*

Pode falar.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA) – Agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA) – Estava demorando a ativação do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, Relator Francisco Jr., falava há pouco na TV Câmara sobre o trabalho brilhante que V. Exas. vêm desenvolvendo aqui à frente desta Comissão, do diálogo que a gente tem tido e com a interação que todos nós membros temos tido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aproveito esta oportunidade para, mais uma vez, parabenizar V. Exa., parabenizar o Deputado Francisco Jr. e todos os demais Parlamentares por esse trabalho que vem sendo feito.

Queria cumprimentar também o Presidente Gustavo, falar da alegria... Eu acompanho bastante, durante a atuação do nosso mandato parlamentar, o trabalho do BNDES, Presidente Gustavo. Sou um admirador do seu trabalho e queria dizer que, a partir do dia de hoje, passei a admirar mais ainda, porque vejo nas suas palavras, vejo na sua fala e na formatação não só do senhor, mas como também de toda a sua equipe, porque afinal ninguém faz nada sozinho, e uma grande equipe é fundamental para a gente colher os resultados que a gente vem conseguindo colher e que o BNDES vem conseguindo colher ao longo desse curto espaço de tempo de um ano e seis meses à frente da gestão de vocês...

Eu tenho visto, Presidente, tenho acompanhado inclusive a correlação e a relação que o BNDES tem tido com as pautas que estão em discussão no Congresso Nacional. A gente pôde acompanhar, por exemplo, a questão da discussão e da participação do BNDES nos marcos regulatórios tanto do saneamento quanto do gás, e sei que, mesmo esses processos ainda em discussão no Congresso Nacional, já vêm sendo discutidos e já vem o BNDES fazendo um trabalho sobre isso. Acho que isso é de fundamental importância neste momento que a gente está vivendo, principalmente nesta era pós-pandemia, que vai começar dentro de um curto espaço de tempo.

Queria também, Presidente Gustavo, que o senhor pudesse falar um pouco sobre a questão do apoio que o BNDES vem dando ao nosso agronegócio, principalmente no que diz respeito ao projeto que tem de incentivo para a estocagem do etanol. Nós estamos fazendo essa discussão e já conseguimos, inclusive, que isso fosse aprovado no MAPA. Há uma discussão sendo feita agora sobre essa publicação, sobre o Conselho Monetário Nacional, desse apoio, desse incentivo. São recursos que giram em torno da importância de R\$2 bilhões e que as empresas de cana-de-açúcar, as usinas, estão esperando que cheguem à ponta.

Então, quero parabenizar mais uma vez o trabalho que V. Exa. tem feito à frente do BNDES e parabenizar o Presidente Confúcio e o Relator Francisco Jr. pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Cacá.

Vamos agora retornar ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Tudo o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, tudo o.k.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o Presidente Confúcio Moura, também o nosso Relator Francisco Jr., todos os Senadores e o Presidente Gustavo Montezano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sabido, Presidente Gustavo, que a reclamação de todos que estamos aqui na ponta – eu estou no interior do Mato Grosso – é que os recursos não estão chegando aqui, que os pequenos e médios comerciantes e empresários não estão conseguindo ter acesso ao banco. No banco, como muitos dizem, para pegar a prata, está sendo exigindo o ouro, ou seja, querem primeiro uma garantia de 140%, condições excepcionais de garantia; os próprios gerentes dos bancos estão afirmando que, hoje, emprestar tem um risco muito maior. Inclusive, eu queria fazer uma pergunta: como ficou o cronograma de devolução de recursos emprestados ao BNDES pelo Tesouro Nacional? A devolução foi suspensa? O BNDES espera aumentar o crédito total em relação ao ano passado?

Também há um outro setor que me preocupa. Como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, a gente tem feito uma discussão muito grande, e há uma preocupação com um dos setores que mais foi atingido, que é o de transporte de passageiros. Então, com relação à suspensão de parcelas de financiamentos de ônibus urbanos pela linha de crédito Finame, o setor pleiteou junto ao BNDES a prorrogação dos prazos de financiamento pelo mesmo prazo de suspensão dos pagamentos como forma de não sobrecarregar as prestações a vencer. Eu queria saber se já existe uma posição sobre esse assunto. Vale lembrar que estamos falando de um dos setores mais prejudicados com a crise da Covid.

Ainda, Sr. Presidente, eu gostaria que o Presidente esclarecesse... Eu estive numa outra *live*, na qual V. Sa. falou que a prioridade no Brasil é buscar, através das concessões, das novas concessões... E disse que o BNDES tem recursos disponíveis para isso. Agora eu quero saber o seguinte. As empresas brasileiras têm hoje condições de acessar esses recursos? Ou a essas novas concessões só terão acesso as empresas de fora, estrangeiras, visto que o crédito no Brasil está muito difícil para as empresas brasileiras? De que forma isso será facilitado para que as nossas empresas brasileiras continuem a existir, já que a quebraadeira está muito grande – e não tem tamanho: para as grandes, as médias e as pequenas? Então, eu gostaria de um esclarecimento maior do Presidente Montezano sob esse aspecto.

Enfim, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Fechado esse bloco, Presidente Gustavo, V. Exa. tem o mesmo tempo de seis minutos, com a prorrogação de um minuto, para responder aos três Parlamentares, Wellington Fagundes, Felício Laterça e Cacá Leão. Com a palavra V. Exa.

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Inicialmente eu queria dizer que fiquei verdadeiramente emocionado com as palavras do Deputado Cacá. Agradeço muito essa motivação, esse apoio. Só repetindo o que falei no começo: por coincidência da vida, hoje faz exatamente um ano em que fui convidado para assumir a Presidência do BNDES, exatamente um ano. E para mim é uma honra poder comemorar este primeiro ano aqui, na presença das senhoras e senhores, junto ao Parlamento, uma Casa tão nobre, num tema tão importante para o País. Então, obrigado pelas palavras. Elas são encorajadoras e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem diferença para a gente acordar amanhã de manhã motivado. Obrigado, Deputado, é realmente uma honra poder ouvir isso.

Indo para as perguntas, juntando aqui um pouquinho de cada uma. Começando com a questão da devolução ao Tesouro que foi feita duas vezes, o que a gente tem hoje acordado com a Fazenda é que qualquer devolução ao Tesouro está suspensa até o final do ano, enquanto durar o período de calamidade. Então, a partir de janeiro do ano que vem, assumindo que a calamidade se encerre, a gente passa a discutir uma retomada do cronograma, como e em que condições, e a gente vai ter uma visualização mais clara. A única devolução extraordinária que a gente fez este ano foi de R\$20 bilhões para o PIS/Pasep, para apoiar o saque do FGTS. Foi uma contribuição relevante do BNDES para as pessoas físicas. Fora isso, qualquer devolução antecipada está suspensa.

Falando um pouco do comentário do Deputado Felício sobre o passado do BNDES, questionável, na relação com grandes empresas, Deputado, qual é minha avaliação: sem qualquer demérito de crítica pejorativa, porque é bem mais fácil sentar aqui nos ombros da história e olhar para trás, a gente tem que aprender com isso, aprender com os erros, e, na verdade, quando a gente tiver condição fiscal, econômica e social do País, ao final deste ciclo, acho que os resultados falarão por si só. Então, a gente assumiu um país muito endividado, com uma condição econômica degradada e com uma condição social e educacional ladeira abaixo.

Já que a gente está discutindo tanto aqui o acesso à pequena e à microempresa, e pegando o exemplo do passado para aprender com ele, no auge do subsídio que o BNDES recebia para financiar primordialmente grande empresa, o Estado gastava por ano, Deputado, cerca de R\$30 a R\$40 bilhões em subsídio, mas R\$30 a R\$40 bilhões para a grande empresa. Então, o senhor imagine, Deputado, se a gente gastar uma fração disso para apoiar a pequena e média empresa. Então, de novo, olhar para trás sem qualquer julgamento político na minha função, mas a estratégia deu errado. Nós vamos aprender com isso e corrigir.

Na verdade, o BNDES tem muito a ajudar o Brasil e foi instrumentalizado para fazer essa política pública que culminou numa crise econômica que a gente nunca antes viu, mas a capacidade do banco de apoiar e fazer o bem é enorme, aprendendo com os erros do passado e canalizando, porque, na hora em que a gente faz relação com o grande grupo econômico, com o Governo e o setor público interagindo com o grupo econômico, isso tem que ser de forma muito delicada, muito cuidadosa, porque os volumes de dinheiro são muito grandes. Então, neste momento agora de apoio setorial, da crise, a gente teve um cuidado extremo – extremo –, por exemplo, de tratar todas as companhias aéreas de forma igual, de forma transparente, de forma transversal, porque qualquer diferençazinha subjetiva, qualquer justificativa técnica que uma empresa recebe em detrimento de outra gera um incentivo à ilegalidade, um incentivo a práticas inadequadas. Enfim, a gente conhece a história e tem que corrigir. Só queria fazer esse comentário, Deputado, em relação a isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vou comentar, por fim, o ponto que acho mais importante, que foi levantado por vários dos senhores, sobre a questão de o dinheiro chegar na ponta. Vou passar dois dados para os senhores e as senhoras.

Quando a gente olha o Banco Central, de fevereiro a abril – os dados que estamos olhando hoje, da crise, o de maio o Banco Central deve divulgar nas próximas semanas –, a gente observa um crescimento de R\$100 bilhões de crédito para grande empresa, que é muita coisa, e um crescimento da ordem de R\$10 bilhões para pequena, micro e média empresa, um crescimento modesto, de apenas 2%. Então, de um lado você tem os bancos falando que estão emprestando mais – é verdade, estão emprestando mais, cresceram 2% em dois meses, o que a gente pode dizer que é modesto – e, de outro lado, você tem as empresas falando que falta crédito, que também é verdade. A gente viu uma demanda de crédito por empresas que não tinham hábito, não tinham canais de crédito, nunca precisaram de crédito e passaram a precisar. Aí, volto ao meu comentário de que as nossas fraquezas se revelam neste momento. A verdade é que o crédito sempre foi restrito para elas e nesse momento de pandemia isso fica mais latente e mais claro ainda. A nossa visão, Senador Wellington, é de que a gente pode fazer mais, sim. A gente acha que pode ser feito mais. Nesse sentido, o que o Governo está fazendo para apoiar isso? Está o Governo, o Tesouro, assumindo o risco ele mesmo das operações. Então, o Tesouro colocou R\$16 bilhões no Pronamp, R\$20 bilhões no Programa Emergencial de Acesso a Crédito e colocou R\$34 bilhões no Programa Emergencial de Suporte a Empregos, de manutenção de emprego. Então, quando você soma 34, mais 17 e mais 20, estamos falando de R\$71 bilhões que o Governo disponibiliza de orçamento para o crédito chegar na ponta de pequena e média empresa, assumindo o risco. O que falta para destravar isso na nossa visão? Primeiramente, o Programa Emergencial vai entrar em operação no mês que vem. A gente tem conversado com o Relator da Câmara, Deputado Efraim Filho, que está supercomprometido e nos apoiando. Já peço aqui a solicitação de que isso seja aprovado o quanto antes nas duas Casas, porque essa interação com o Legislativo vai trazer aprimoramentos para o programa, vai tornar o programa mais flexível e mais acessível. O mesmo vale para o Programa do PESE, de folha de pagamento. São necessários alguns ajustes, de forma geral, flexibilizando o acesso, tirando os condicionantes do acesso. A gente acredita que, com essa liberação, o programa pode chegar a até R\$20 bilhões de potencial.

Então, com o Pronamp entrando em operação nesta semana, com o Programa Emergencial agora em julho entrando e com esses ajustes da folha de pagamento, a gente enxerga que pode haver um total da ordem mais de R\$100 bilhões para micro, pequena e média empresa. Quando eu comparo o total de R\$500 bilhões de estoque de crédito que essas empresas têm e de R\$100 bilhões adicional, estou falando de 20%. Então, um volume bem significativo, a gente está otimista com o desenrolar, apesar dos desafios operacionais que a gente tem pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Temos oito Parlamentares inscritos. Eu vou fazer blocos de quatro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os próximos serão: Reginaldo Lopes, do PT, de Minas; Senador Esperidião Amin, PP, Santa Catarina; Deputado Hildo Rocha, MDB, Maranhão; e a Senadora Zenaide Maia, do PROS, do Rio Grande do Norte. Também quero registrar a participação, no e-Cidadania, dos internautas que fazem perguntas. Eu agradeço ao Cristiano de Oliveira, do Distrito Federal; ao Renan Vicente, do Rio de Janeiro; à Kátia Emília, de São Paulo; ao João Sousa, de Goiás; ao Élder Abreu, do Rio de Janeiro; ao João Paulo, de São Paulo. Há mais outros, a gente vai só registrando os nomes. Muitas perguntas deles já foram respondidas. Eu vou intercalando com algumas perguntas dos internautas, que estão bem conectados com esta audiência pública.

Com a palavra, Deputado Reginaldo Lopes. (*Pausa.*)

Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Confúcio Moura! Bom dia, Relator Francisco Jr.! Cumprimento todos os Deputados e Senadores, e também o Presidente do BNDES, Gustavo Montezano.

Eu queria perguntar ao Presidente... É lógico que há acertos e erros, mas, no passado, em especial na crise de 2008, foi criado o Programa de Sustentação de Investimento, o PSI. É lógico que combinando um conjunto de ações de investimentos públicos, o Brasil, de 2009 até 2014, teve uma geração de empregos formais na casa de aproximadamente 10 milhões de empregos.

Por que eu estou perguntando e lembrando dessa ação do passado? Porque, de fato, nós vamos ver uma crise, estamos vivendo uma crise enorme. Nosso PIB vai ter um crescimento negativo, um dos maiores da história do País, e é importante a Comissão conhecer o que está pensando o BNDES para o futuro também, do ponto de vista pós-pandemia, porque o BNDES é um instrumento importante da política monetária, então é fundamental que a política econômica já comece a ser elaborada do ponto de vista das saídas. É evidente que a crise sanitária não está resolvida. Ela vai se alongar por maior período. Eu sempre achei que, de fato, ela não teria uma duração de três meses. Todas as proposições que eu apresentei tinham de cinco a seis meses, e é evidente também que eu acho que nós erramos na condução do enfrentamento à pandemia. Isso, evidentemente, prorroga a fase de contágio. Mas nós vamos ter a segunda onda, que é a questão de como recuperar o País, as questões econômicas.

Então, eu queria perguntar para o nosso Presidente o que está sendo pensado, ou se não é a preocupação neste momento.

A segunda questão é que, de fato, o BNDES deveria contribuir mais com as pequenas e microempresas, que são geradoras de emprego. Eu lembro que o BNDES tinha um capital de giro para as pequenas e microempresas, não sei como está esse programa neste momento, mas era um capital rápido, desburocratizado. Apesar de as pessoas falarem que o BNDES é das grandes operações, mas, no volume de clientes, havia micro e pequenos empresários como o maior número de clientes do BNDES.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então também considero importante fortalecer esse capital de giro para a pequena e média empresa neste momento de grande dificuldade para esses segmentos da economia, que são extremamente importantes porque são geradores de emprego.

É isso, Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Esperidião Amin.

O som, Senador. *(Pausa.)*

Isto. O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Deu?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar. Está bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio Moura; bom dia, nossos colegas da Comissão; bom dia, Sr. Presidente e sua equipe do BNDES.

Eu gostaria de primeiro, fazer uma breve reflexão sobre a sua fala. Eu apreciei muito a manifestação de humildade ao reconhecer que esta pandemia equivale a uma grande, monumental escola para enfrentar dificuldades. E acho que temos que aprender com muita humildade e nos corrigirmos.

Quero também dizer uma palavra a respeito do pós-pandemia. Tenho certeza de que o BNDES vai ter um papel muito importante, porque um dos grandes vetores que nós vamos ter que adotar é o da reindustrialização inteligente, sobre a qual já lhe falei no nosso encontro, semana passada.

O que eu gostaria de sugerir ao senhor e aos demais dirigentes de instituições financeiras é que, dentro dessa humildade, se dispusessem a conversar com os que entendem de microcrédito. Sobre médias, grandes empresas, concordo com o seu relatório, mas para micro e pequenas empresas é o suplício de Tântalo: "Caixa d'água cheia, e a minha torneira seca"; ou seja: quem entende de fazer chegar o dinheiro ao microempresário é a *factory*, que fechou. Como é que se vai acudir ao microempresário, que já estava com dificuldade antes? Antes da Covid, ele já estava na enfermaria. E, finalmente, àqueles que hoje estão compadecendo, sem ter gordura, sem ter retaguarda, sem ter garantia para oferecer.

Então, eu acho que o senhor poderia, junto com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica Federal, com os bancos públicos e com a Febraban, fazer uma confissão: "Eu tenho todo esse dinheiro aqui. Você vai conseguir emprestar quanto?" E o senhor vai ver que, dos 40 bilhões – só tomando tese como exemplo – autorizados, quitados, digamos, no dia 3 de abril, nós estamos dois meses e meio depois, não deu 10% de aplicação ainda. Então, isso não vai dar certo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão faltando instrumentos, e esses instrumentos são: sociedades garantidoras de crédito, OSCIPs de microcrédito, crédito cooperativo, chamar as *fintechs*... Enfim, gente que possa formar subfundos garantidores. Os grandes fundos garantidores a Medida Provisória 975 adotou, mas a capilaridade para chegar à torneira vai precisar que nós transformemos esse exercício de humildade em práticas. Esse é o meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Espiridião Amin.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

Deputado Hildo Rocha, Maranhão. (*Pausa.*)

É o som seu, Deputado.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – Bom dia, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia!

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Bom dia a todos os colegas da Comissão – Deputados, Senadores.

Quero cumprimentar o Presidente do BNDES, Gustavo Montezano. Gostei da apresentação dele, das respostas dele, mas eu vou aproveitar esta oportunidade, Presidente Confúcio, para reiterar uma denúncia grave que vai ajudar o Presidente do BNDES a abrir a caixa-preta mais difícil que há nesta Nação que é a caixa-preta do BNDES: os empréstimos que foram realizados nos Governos anteriores.

Quando o Presidente Jair Bolsonaro assumiu e prometeu abrir a caixa-preta, eu fiquei muito feliz e esperançoso, mas já se passou mais de um ano e até agora a caixa-preta não foi aberta, ou, se foi aberta, eu não tenho notícia disso. Mas eu quero ajudar o Presidente a abrir essa caixa-preta. O Governo do Maranhão fez dois contratos com o BNDES: um de R\$2 bilhões, e outro de R\$1,8 bilhão. Esses recursos foram usados pelo Governador Flávio Dino e desviados para fazer a reeleição dele. Esses recursos foram usados para pagar programas de televisão em nível nacional. Também foram usados para abastecer blogues nacionais com notícias contra o próprio Presidente Jair Bolsonaro. Já fiz essa denúncia várias vezes ao próprio BNDES. Inclusive, fiz a PFC, que é uma Proposta de Fiscalização e Controle, nº 163, e, desde 2018, eu tento aprovar essa PFC na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, mas há obstrução. Obstrução de quem? Do Partido Comunista do Brasil, através das suas Lideranças, que vão à Comissão para não deixar aprovar. O Orlando Silva já esteve lá e não deixou aprovar. O próprio DEM, que tem um Secretário de Educação aqui no Maranhão, a Presidência da Câmara e a Presidência do Senado botam dificuldade. Por quê? Porque foi utilizado dinheiro do BNDES para fazer duplicidade de pagamentos. Essa denúncia está aí e é grave,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aproveitar que isso está sendo transmitido pela TV Senado para que todos tomem conhecimento. O que aconteceu, Sr. Presidente? O Governo do Estado fez uma parceria público-privada com a Cemar, a companhia de energia daqui, que agora tem outro nome. E essa empresa fez algumas escolas para o Maranhão, através de um programa chamado Fundo Escola Digna. Nesse mesmo recurso do Fundo Escola Digna entrou dinheiro do BNDES para pagar as mesmas escolas que a Cemar fez; ou seja, lavou-se o dinheiro, e o dinheiro voltou para pagar blogues, para a imprensa. Isso está denunciado, e até hoje o BNDES não fez a fiscalização. A pergunta é: o BNDES não tem condições de fiscalizar? O TCU se nega a fazer a fiscalização, bota dificuldades, e a própria Comissão de Fiscalização e Controle também.

Eu queria, Sr. Presidente, para concluir, falar que nós temos um Fundo Regional de Desestatização, que tem mais de R\$80 milhões para os Municípios do Maranhão – são 26 Municípios. Esses recursos estão parados desde 1997. Estive, no ano passado, no BNDES, ficou de ser repassado esse dinheiro para o consórcio dos Municípios e até agora não tenho resposta. O BNDES está atrasando tudo.

Uma pergunta a respeito da Covid: vocês do BNDES disseram que iam ajudar na saúde e ajudar nos hospitais. Já saiu algum tostão para os hospitais? Sou aliado do Governo Bolsonaro. Estou fazendo essa denúncia para ajudar a abrir a caixa-preta do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, Rio Grande do Norte.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – Bom dia, Sr. Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia, Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o nosso Relator e todos os colegas, em nome do Senador Espiridião Amin.

Quero dizer que as perguntas já ouvi, e isso é uma aula para a gente. Eu me sinto contemplada com a maioria – todas têm, a grande maioria tem a ver –, mas eu queria perguntar ao Presidente do BNDES, o Sr. Gustavo Montezano, o seguinte: somente no ano de 2019, o BNDES repassou ao Tesouro Nacional mais de R\$123 bilhões como devolução e pagamento de dividendos. Este fato impediu o banco de ter uma maior oferta de crédito agora, principalmente para as micro e pequenas empresas? – porque o senhor já deixou claro que para as grandes é mais fácil.

Dois, a Constituição Federal, em 1988, no art. 239, determinou a destinação de parte dos recursos arrecadados pelo PIS/Pasep, que hoje compõem o FAT, ao BNDES para investimentos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil. E aí vem a pergunta... Ainda não é a pergunta... Desde então, 40% desses recursos do PIS/Pasep, principal fonte do FAT, são repassados ao banco, porque garantem uma fonte estável para a execução de investimento no desenvolvimento econômico e social. Aí





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem a pergunta: com a edição da MP 946, de 2020, a medida provisória que extingue o fundo do PIS/Pasep, haverá alguma alteração na destinação de recursos do FAT? O BNDES foi consultado sobre essa medida provisória? Quais os impactos diretos na captação de recursos pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) com a edição dessa Medida Provisória 946?

E, por fim, Sr. Presidente, qual foi o aumento da taxa média de juros cobrada nas operações do BNDES se compararmos janeiro de 2020 com maio de 2020?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Já fechamos o bloco.

Eu tenho uma pergunta aqui de um internauta que tem um interesse certo, ele pede para o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O som...

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Quanto à extinção do PIS/Pasep, eles estão extinguindo o PIS/Pasep, que correspondia a 40% do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O som da Senadora Zenaide...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ainda está aberto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Há uma pergunta para o Superintendente Marcelo Porteiro Cardoso; é de um internauta que faz direto a V. Sa. uma pergunta técnica. Depois que o Presidente Montezano responder, o senhor terá um minuto, Superintendente Marcelo, para responder a Carlos Néri, aqui de Brasília. A pergunta é a seguinte, abre aspas: "Por que não revogar o Aviso 14, de 2020, da sua Superintendência de Operações do BNDES? – considerando o disposto no provimento do CNJ 94, de 2020, que disciplina o funcionamento das unidades de registro de imóveis e regula a sistemática de concessão de produtos do BNDES, já que este gera insegurança jurídica da operação de empréstimo". Essa é a pergunta do internauta a V. Sa., Marcelo Porteiro Cardoso.

Agora, tem a palavra o Sr. Presidente, Gustavo Montezano, para responder às quatro perguntas. Vamos adequar o tempo, que vai variar entre sete e oito minutos, que é um bloco de quatro perguntas.

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Inicialmente, eu queria fazer esse comentário para o Deputado Hildo sobre a transparência do banco. Deputado, eu queria colocar o banco à total





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição do senhor. Se o senhor fez demandas e falou que não foi atendido, a gente tem o dever de retorná-las para o senhor. Então, estão anotadas aqui em relação ao PFC 2018, ao fundo do Maranhão e ao empréstimo de R\$2 bilhões para o Governo do Maranhão. Então, a gente vai disponibilizar isso para o senhor. Por favor, entre em contato com o Maurílio, nosso assessor parlamentar – ou ele vai entrar em contato com o senhor –, para que a gente possa dar seguimento a isso.

Em relação ao tema da transparência mais genérico, que o senhor colocou, do banco, a gente, desde o ano passado, vem nesse esforço, contínuo esforço, de dar mais transparência e clareza às operações que a imprensa, o Parlamento ou qualquer classe política ou cidadão questionem. A gente disponibilizou *websites*, apresentações e fez uma série de mídias e reportagens sobre cada um dos temas polêmicos, Deputado. E a nossa abordagem em todo esse processo é uma abordagem técnica. Nós somos executivos financeiros. Não somos nem juízes nem políticos. Então, a nossa função aqui é dar credibilidade, trazer credibilidade ao banco e dar segurança para as senhoras e para os senhores de que o banco está provendo todas as informações e sendo transparente. Isso aí eu entendo que a gente está fazendo a contento. Mas é um processo, um processo que nunca vai parar, e, cada vez o banco pode melhorar mais.

Nesse sentido, a gente não pode atuar como juiz e julgar alguém. Quem julga são os órgãos de controle, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral. E a gente está aqui para apoiar todos esses órgãos com qualquer tipo de informação e também para explicar para a população temas complexos, temas espinhosos, o que a gente faz de uma forma didática e simples.

Então, cabe a nós aqui responder ao senhor, esclarecer as suas dúvidas e continuar esse exercício ininterrupto de prover informações de forma técnica, de forma clara, de forma didática, sem ser político, porque não somos políticos, e muito menos juízes, pois não cabe a nós julgar ninguém. Quem faz isso são os órgãos competentes. Estamos ali para apoiar e prover a informações para eles. E, no que é de meu conhecimento, até hoje, eles estão entendendo que estamos provendo isso de forma adequada em todas as instâncias, tá, Deputado? Mas, de novo, sempre podemos melhorar algo, se necessário.

Eu queria, na sequência, concordar muito com as palavras do Senador Esperidião. Acho que eu não podia concordar mais com as sugestões estruturais de acesso ao crédito. Tivemos a promulgação da sociedade garantidora de aval, há poucas semanas, para microcrédito. Então, eu acho que a gente, Senador, tem de trabalhar, sim, numa forte agenda de nova lei de recuperação judicial e falência, sociedades garantidoras, incentivos tributários, qualquer coisa que possa fazer reduzir a taxa e melhorar o acesso a crédito.

Aí, Senador, vou dar um dado para o senhor do que o senhor está falando de *factoring*. Mesmo os bancos, se a gente for ver, antes da crise, pré-crise, a taxa média para uma empresa média que tomava crédito era de 1,4% ao mês. Eram 18% ao ano mais ou menos, 17%, fazendo a conta aqui de padeiro, para uma empresa média – taxa média. Se a gente vai para uma empresa pequena, essa empresa paga 2%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao mês. É mais de 25% ao ano, isso para bancos. Então, imagine *factoring*, que, como o senhor colocou, é relevante.

Então, esse custo social é algo muito relevante. E realmente a gente tem de ter, como o senhor falou, a humildade de trabalhar bem este tema no pós-crise, porque ele é um gargalo do crescimento relevante para o nosso País.

Agora, comentando um pouco as perguntas da Senadora Zenaide, deixo claro, Senadora, que a devolução em 2019 não impactou em nada a capacidade do banco de fazer empréstimo, de forma nenhuma; o banco tem total capacidade. E o nosso desafio não é liquidez, não é caixa, é apetite a risco para emprestar para as pequenas e microempresas. Então, há caixa disponível, só que alguém tem que ir lá e assumir esse apetite de risco para poder emprestar para as empresas, e é isso que o Tesouro está fazendo através desses programas, uma vez que existe uma expectativa de que parte desses recursos sejam perdidos dada a volatilidade do cenário atual, e não é a função do BNDES dar dinheiro a recurso perdido.

E aí, Senadora, sobre a sua pergunta a respeito da MP 946, eu entendo que o impacto foi neutro, entendo que o impacto não mudou nada da nossa disponibilidade de *funding*. Mas o Maurilio depois vai voltar aqui para a senhora com essa informação e com a questão da taxa de juros, que confesso que não tenho de cabeça ou à mão.

Por fim, tecendo comentários aqui sobre as considerações do Deputado Reginaldo, lembro que em 2008, Deputado, a gente entende que o BNDES fez uma atuação eficaz naquele momento. Acho que todo mundo concorda que o banco atuou bem de 2008 a 2010, e o erro – de novo aprendendo com o erro – foi ter perdurado aquela estrutura de subsídio, que, em vez de ser um reestímulo para segurar a crise, virou uma turbinada econômica de algo que não era sustentável. Então, acho que o banco atuou bem ali naquele um ano e meio, dois anos, mas depois a política pública ficou forçando o banco a continuar operando, e isso custou muito caro para o Brasil.

Aí, só fazendo um parâmetro em relação à minha colocação em determinado momento de que o nosso desafio aqui é o prazo de execução, naquele momento, Deputado, entre a crise se instalar – a Lehman Brothers quebrar – e o banco fazer sua primeira atuação relevante, passaram-se seis meses. E a gente aqui está tendo essa conversa hoje menos de quatro meses após o início da pandemia, e já anunciamos essa série de medidas. Não quer dizer que a gente está satisfeito, a gente tem que fazer mais, mas o nosso grande desafio é o prazo de execução, fazendo tudo dentro das normas legais e sob gestão de órgãos de controle e com toda a questão burocrática que vivemos, que tira um pouco da nossa agilidade. Mas, enfim, continuamos nos esforçando para isso.

E aí, sobre as demais perguntas, eu prefiro agora passar a palavra para o Porteiro – e as demais perguntas a gente manda em separado –, para que ele tenha tempo de esclarecer o que veio do internauta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Marcelo.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Quanto à pergunta que veio do internauta, gostaria de esclarecer, primeiro, de que trata o aviso: o aviso, na verdade, faz parte de um conjunto de normas que o banco faz circular para seus parceiros que é composto principalmente de circulares e avisos e demais normas que orientam o mercado em sua atuação no repasse de recursos do BNDES. O aviso ao qual o internauta se refere é o Aviso nº 14, de 2020, que foi publicado no dia 20 de abril de 2020. É um aviso bem técnico, está disponível lá na página do banco; é um aviso bem técnico que trata de questões jurídicas de registro em cartório de instrumentos contratuais para fins de acompanhamento do BNDES.

O que ocorre? O nosso corpo jurídico, o nosso corpo de advogados analisou que seria mais importante no momento de pandemia, no momento agudo, flexibilizar essa exigibilidade da comprovação em cartório, por razões de mobilidade, de restrição de mobilidade das pessoas. Então, até como uma forma de prestigiar o acesso ao crédito – tudo isso que nós estamos conversando aqui de acesso das pequenas empresas especialmente ao crédito – e não travar isso, foi recomendado que o BNDES fizesse essa flexibilização. Daí esse aviso de suspender a exigibilidade desse registro até o final do ano, até 31 de dezembro de 2020. Houve essa suspensão especificamente para fins de acompanhamento pelo BNDES, ou seja, isso, após a pandemia, o BNDES voltará...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Superintendente Marcelo Porteiro Cardoso. Agradecido a V. Exa.

Vamos dar continuidade ao próximo bloco. Este bloco ficou complexo: tem o Senador Chico Rodrigues, Mauro Benevides, General Peternelli, Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu. A gente vai fazer um bloco com quatro, e vai ficar a Senadora Kátia e o nosso Relator Francisco Jr. para fazer o encerramento.

Então, com a palavra o Senador Chico Rodrigues, Democratas, Roraima.

O SR. CHICO RODRIGUES (DEM - RR. Para interpelar.) – Bom dia a todos que participam desta *live*.

Gostaria de dizer ao nosso Presidente Gustavo Montezano que V. Exa. tem se havido muito bem à frente do BNDES, e a sua equipe toda é extremamente competente. O BNDES é formulador de políticas, e, dentro dessa linha mais macro das ações do BNDES, a gente tem percebido que, num processo de sucção natural das demandas que são apresentadas neste momento de crise do Covid-19, o BNDES está fazendo tudo aquilo que é possível e num alinhamento muito grande com o Governo, porque nós entendemos que a determinação do Presidente Jair Bolsonaro está sendo, através do BNDES, cumprida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em todas as suas linhas graças à operosidade do Presidente Montezano, a quem nós queremos na verdade aqui só fazer esse elogio, que é um elogio justo a ele e a sua equipe.

É interessante ver todos esses programas que V. Exa. verticalizou aí na explicação e que tão bem foram tratados pelos que me antecederam, com perguntas oportunas, com dúvidas esclarecidas. Acima de tudo, há a certeza de que o BNDES está no seu papel como um banco nacional de desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo realmente um grande trabalho inclusive nessa área.

Eu gostaria também, Presidente Montezano... Nós temos falado algumas vezes já durante este período de crise, e V. Exa. lançou aquele programa, a campanha Salvando Vidas, do BNDES.

Inclusive nós, na Região Norte, especificamente no nosso Estado de Roraima, estamos ainda no aguardo do atendimento daquelas demandas, porque, já se passaram praticamente dois meses, e a pandemia não estacionou, ela continua numa curva de alta, inclusive na Região Norte. E, pelas palavras do Presidente Montezano, por seu empenho e de sua equipe em relação a novas políticas do BNDES para a Região Norte, que é uma região que tem um demanda reprimida enorme de créditos, de recursos e de programas que podem ser atendidos pelo BNDES, nós queríamos que, neste momento, fossem operacionalizadas o mais rapidamente possível essas demandas para atender a Região Norte como um todo e, especificamente, o nosso Estado de Roraima, que, como o senhor sabe, tem hoje quase 100 mil...

Eu gostaria de pedir só um pouquinho de tempo ao nobre Presidente Confúcio, que é generoso. Aliás, é o Presidente certo no lugar e na hora certos, nesta Comissão.

Quero dizer a V. Exa. que é importante operacionalizar o mais rapidamente possível esses recursos para viabilizar, naquela relação de um para um, uma empresa um... Com contrapartida de recursos, obviamente, por parte do BNDES... (*Falha no áudio.*) ... até a ponta, porque são 100 mil venezuelanos refugiados – já repeti isso algumas vezes anteriormente –, são 81 mil indígenas que estão com essa necessidade urgentíssima no nosso Estado, e há a população de 450 mil habitantes, perfazendo quase 600 mil habitantes ali no nosso Estado. Então, eu gostaria que V. Sa. nos mostrasse qual é a forma mais rápida de fazer chegar à ponta. Eu sei que há a participação das empresas, que estão realmente também contribuindo...

Agora, é lógico, para encerrar, quero dizer a V. Sa. que outros pleitos nós fizemos recentemente, e eles são importantes, porque é tudo no contexto do Covid, para beneficiar e atender de forma emergencial a população do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

O Senador Luis Carlos Heinze teve que se afastar da página da nossa sala, mas agradece a participação do Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, manda um abraço para S. Exa. e diz que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pôde ficar devido a outro compromisso no Congresso. Nesse caso, a Senadora Kátia Abreu sobe e vamos fechar o bloco com ela.

Agora tem a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho, do PDT do Estado do Ceará.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Senador Confúcio, que bom poder estar mais uma vez participando da nossa Comissão, tão bem presidida por V. Exa. e com o nosso Relator Francisco Jr.!

Agradeço ao meu caro Presidente Gustavo e a toda sua equipe pela oportunidade que nos dão.

Minhas perguntas são muito simples, dizem respeito a alguns pontos, inclusive um deles já foi tratado.

A minha pergunta é a seguinte. Eu estou escrevendo um artigo sobre a intertemporalidade da relação dívida/PIB ao longo dos anos. Eu já vi, na sua resposta, que o BNDES não transfere recursos este ano. Daqueles valores – pelo menos o que eu tenho é que, de 2009 a 2015 –, o Tesouro transferiu ao BNDES R\$490 bilhões. É esse o valor? Primeiro ponto.

Segundo: quanto já foi transferido e quanto planeja o BNDES repassar em 2021, já que, em 2020, pelo que entendi do Presidente, não haverá nenhuma devolução em relação a essa questão? Então, repetindo: total transferido, que fez caixa para o BNDES e que foi custo para o Tesouro – o Tesouro se endividou a 14,25%, enviou ao BNDES para o BNDES emprestar, naquela época, com a TJLP a 7% mais ou menos, portanto, um ônus muito grande naquele momento... Então, do valor total, quanto já foi transferido, e a previsão de repasse, para eu fazer uma estimativa futura, de quanto será repassado em 2021, e, se possível, quanto será repassado em 2022. Eu não sei com qual o prazo que o BNDES trabalha nas suas projeções futuras de caixa, por isso a razão da minha pergunta neste exato momento.

E a segunda, muito mais simples ainda, que é em relação a Estados e Municípios – o Presidente já se pronunciou –, que é a seguinte: qual o setor do BNDES que está tratando dessa questão?

É importante a gente saber, o meu Governador, o Governador Camilo Santana, do Estado do Ceará... O Estado do Ceará não tem mais dívida com a União, é um valor muito pequeno. Nós liquidamos antecipadamente a dívida da 9.496. Então, precisamos de muito mais rapidez no que concerne à dívida com os bancos. Daí por que perguntar quem é esse segmento.

E a minha ponderação é a seguinte: enquanto o Senado – e quem está tratando disso, acabei de falar com o Secretário do Tesouro, é o Senador Omar Aziz –, lá no Senado Federal o Presidente Davi Alcolumbre deve estar aprovando essa resolução, creio eu, amanhã ou quinta-feira, não pode o BNDES já ir tratando, fazendo os aditivos? Obviamente só assinará depois que a resolução estiver devidamente colocada. Então, a ponderação que eu faço aqui, como quem foi secretário da fazenda por 12 anos, mas mesmo assim continuo preocupado com o meu Estado do Ceará, eu queria ponderar a V. Exa. sobre com



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

o qual setor a gente já podia ir tratando disso, fazendo os aditivos, analisando, enfim, e aí obviamente que o BNDES só assinaria logo após o Senado ter aprovado.

Então, são duas perguntas simples, Sr. Presidente. E eu concluo, portanto, essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Benevides.

Eu passo a palavra ao Deputado General Peternelli, do PSL de São Paulo.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio; nosso Relator, Francisco Jr.; demais Senadores, Deputados; Presidente do BNDES, Gustavo Montezano; todos que participam desta atividade, o Presidente Montezano realizou abordagens que eu julgo fundamentais e que eu gostaria de repetir: o BNDES é um banco público a serviço do Estado brasileiro, que visa uma sustentabilidade financeira e que, antes do lucro, visa o bem do Brasil. Isso é fundamental.

Eu gostaria de parabenizar o BNDES pela variedade de ofertas que tem disponibilizado ao nosso País. Não é necessário, mas eu gostaria de repetir: todos abordaram a importância de esse crédito chegar para a micro, pequena e média empresa.

Vários foram os assuntos, gostei demais da palestra, mas eu queria abordar o assunto das companhias aéreas. Observei que a Embraer já teve o crédito, observei o seu comentário, Presidente, de que tratou todas as companhias aéreas de maneira igual, mas nós estamos observando que no mundo US\$123 bilhões já foram colocados nas companhias aéreas. Gostaria de saber se pode detalhar um pouco mais para as companhias aéreas brasileiras que, pelo tamanho do Território, são fundamentais. A própria retomada do Congresso também depende desse contexto das companhias aéreas e no combate ao Covid-19 as companhias aéreas são fundamentais.

Parabenizo-o, Gustavo, por um ano à frente do BNDES, que é um banco fundamental para o nosso País.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado General Peternelli.

Eu passo a palavra, para fechamento desse bloco, à Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

A Senadora não está presente.

Então, nesse caso, vou fazer os agradecimentos aos internautas: Cristiano Oliveira, daqui de Brasília; Renan Vicente, do Rio de Janeiro, sua pergunta foi respondida; Kátia Emília, de São Paulo, fala sobre ações sociais emergenciais, mas não é objeto da nossa audiência; João Sousa, de Goiás, a sua pergunta já foi respondida; Elder Abreu, Rio de Janeiro, também pergunta sobre Renda Brasil, que ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está em discussão no Senado; João Paulo, do Estado de São Paulo, também faz pergunta sobre as microempresas e já foi respondido. Então, todos já foram suficientemente contemplados.

Agora, passo a palavra... A Senadora Kátia Abreu não está mais na nossa página. Então, passo a palavra para o Dr. Gustavo Montezano responder aos dois Parlamentares: Mauro e General Peternelli, só os dois. Depois a última participação é do Deputado Francisco Jr.

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Eu vou iniciar a resposta com alguns pontos, depois vou passar a palavra ao Superintendente Julio Leite para que ele comente a parte do Salvando Vidas, no Norte, e comente a pergunta do Deputado Mauro Benevides sobre como Estados e Municípios fazerem o acesso especificamente.

Primeiramente, queria comentar a fala do Senador Chico Rodrigues. Senador, o BNDES foi muito elogiado aqui ao longo desta apresentação. Eu fico muito lisonjeado com os elogios, pois está representado aqui na minha pessoa. Mas, se o banco hoje está performando a contento – e eu genuinamente acredito, Senador, que nos próximos dez anos o BNDES vai dar o máximo do que deu para sua história no Brasil –, nesse reposicionamento, o banco tem um potencial incrível. Mas isso hoje só é possível também pela combinação de dois fatores: um corpo técnico de altíssima qualidade, extremamente comprometido com o Brasil e com muito potencial de fazer mais, além do que já faz hoje. Ressalto aqui a importância desse patrimônio intelectual que há ali dentro, que a cada dia me impressiona mais. A combinação desse patrimônio intelectual com uma gestão apolítica, com uma gestão neutra, com uma gestão técnica, que tanto o Ministro Guedes quanto o Presidente Jair Bolsonaro me permitiram fazer, são fundamentais para isso. Então, desde o princípio da minha nomeação, o Presidente me solicitou que eu fosse transparente, fosse aberto, entregasse serviço à população brasileira, pensasse no povo, e o Ministro Guedes me deu autonomia para tocar o banco. Então, Deputado, sim, eu preciso repassar esses agradecimentos aqui tanto ao corpo técnico do banco, que é fundamental e sem ele nada aconteceria, mas também ao Ministro e ao Presidente, que souberam e sabem maximizar o potencial dessa instituição ao deixá-la de forma técnica, neutra e apolítica conduzir seus negócios. Então, sem eles isso seria impossível. Repasso aqui meus agradecimentos a todos esses que eu mencionei. Pegando a pergunta do Deputado Mauro Benevides, Deputado, eu prefiro passar o valor exato para o senhor depois, mas o que eu tenho na cabeça é que, com os juros acumulados, o saldo devedor dessa dívida passou de R\$600 bilhões. Então, é algo muito, muito grande, dessa ordem de grandeza. A nossa dívida líquida federal hoje é da ordem de R\$4 trilhões. Então, o senhor imagine, R\$600 bilhões, 15% disso aplicado em um único banco, em uma linha adicional. É muito dinheiro e custou muito dinheiro para o nosso pagador de impostos.

Então, eu vou pedir que o Maurílio entre em contato com o senhor e depois passe qual foi o valor exato, para que eu não cometa nenhuma falha.

Em relação às devoluções de 2021 e 2022, o que eu tenho combinado hoje com o Secretário Especial da Fazenda é que a gente vai sentar para discutir isso em janeiro. Então, hoje não se fala em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2021 e 2022. A gente está com todo nosso esforço e energia focados para combater essa crise, para a gente não perder o foco. Quando a gente passar essa pandemia, a gente senta, na virada do ano, para decidir o cronograma, quando e se a gente vai devolver alguma coisa. Então, eu preferia que a gente tivesse esse debate mais à frente, porque qualquer direcionamento que eu dê para o senhor pode mudar ao longo do tempo, neste momento que a gente vive, de tanta imprevisibilidade. A cada semana as coisas mudam, a cada mês, então a gente achou oportuno postergar essa discussão.

Em relação ao segundo ponto do senhor, eu vou pedir que o superintendente Julio comente.

Para fechar a minha parte, a pergunta do General Peternelli sobre as companhias aéreas. General, o que a gente optou por fazer? Diferentemente de países que têm capacidade fiscal para isso, países desenvolvidos, o Brasil já é um país endividado hoje, e a gente entende que a gente tem que socorrer o serviço ao cidadão, e não socorrer o acionista, socorrer o investidor. Então, a gente optou por fazer operações de debêntures conversíveis, que é uma espécie de capitalização a mercado, ou seja, o mercado teria que participar junto com o BNDES para que essas operações fossem liquidadas, e dessa forma a gente garantiria que o valor que o pagador de impostos teria através do BNDES naquele investimento seria o mesmo que o investidor de mercado teria ao fazer esse tipo de aporte. Então, seria uma operação sem subsídio econômico. Obviamente, é um volume de risco grande que o banco estaria tomando, mas sem subsídio.

O que a gente pode observar é que as três empresas – a Azul, a Gol e a Latam – aceitaram as nossas ofertas. A gente está trabalhando nessas estruturas que são operações que têm que vir à mercado para serem concluídas.

É interessante, Deputado, que, ao fazer isso, as próprias empresas vão se ajustando, sem recurso público. Então, de um lado, a Latam pediu recuperação judicial – de forma global, não pediu no Brasil. Então, a nossa operação agora fica dentro desse contexto. Isso protege mais a empresa, protege mais o serviço.

Do outro lado, recentemente, foi anunciado hoje um acordo operacional entre Azul e Latam. Elas vão maximizar rota, vão compartilhar recursos. Isso é bom para a população, é bom para as empresas, porque o serviço fica prestado e as empresas começam a trabalhar como cooperação. Se a gente tivesse simplesmente dado doações para ela, dinheiro subsidiado, dinheiro a fundo perdido, como foi feito em outros países, talvez as empresas não tivessem feito essa parceria, porque teriam fôlego do Governo para continuar competindo em um momento em que a competição não é bem-vinda, mas sim a colaboração é muito bem-vinda.

Então, até o momento a gente está muito feliz com o andamento dessas operações. Temos o desafio ainda de colocar essas operações ao mercado, e com a segurança de que o pagador de impostos brasileiro vai ter o mesmo retorno que o investidor de mercado vai ter, e as próprias empresas, por outros caminhos,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

estão conseguindo achar soluções e alternativas que mantenham o serviço e preservem o recurso. E a nossa grande preocupação, como foi perguntado pelo Deputado Hildo, é não fazer isso com nenhuma empresa, Deputado; é tratar todas de forma igual, transversal e transparente, para que não haja nenhum tipo de favorecimento. Se, por qualquer motivo, o mercado avaliar que uma empresa tem que ter uma condição diferente da outra, a gente vai acompanhar, mas é o mercado que decide, não é o setor público, não é o Governo, porque, como a gente aprendeu no passado, isso é muito delicado e pode, enfim, trazer danos maiores aqui para a posteridade.

Então, com isso, eu queria passar a palavra para o Superintendente Julio, que exatamente toca o projeto Salvando Vidas, Deputado Chiquinho.

E depois comente a questão do Mauro Benevides, sobre como é o procedimento para Estados e Municípios.

O SR. JULIO COSTA LEITE – Boa tarde. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvimos bem. Excelente.

O SR. JULIO COSTA LEITE (Para expor.) – O.k. O.k. Obrigado.

Boa tarde a todos.

Sobre o projeto Salvando Vidas, como o Presidente Montezano comentou, é um projeto voltado para doações de equipamentos e EPIs para entidades filantrópicas. O que a gente fez recentemente foi um ajuste, até para atender à Região Norte, porque a gente sabe que a Região Norte é carente de hospitais filantrópicos. Então, a gente fez um ajuste para atender exatamente a hospitais públicos. Então, lembrando que a doação não é em dinheiro. Ela é em equipamentos e EPIs. Isso é importante, é um programa importante, e é um pilar do nosso programa fazer a doação direto dos equipamentos e EPIs lá para os hospitais.

Então, a gente fez esses ajustes, já começamos a fazer as compras dos primeiros equipamentos agora, esta semana, e a Região Norte vai ser considerada porque um dos pilares também do nosso programa é atender primeiro às regiões que têm mais vulnerabilidade e mais casos de Covid por 100 mil habitantes. Então, a gente está mirando bastante as Regiões Norte e Nordeste nesse programa.

Sobre a pergunta do Deputado Mauro Benevides, o Ceará... Como é que está a operacionalização da questão da postergação das dívidas dos Estados e Municípios? A gente fez um rito muito rápido aqui no banco, já entramos em contato com todos os clientes, e o Ceará já respondeu. Então, o pleito já está aqui com a gente, já estamos tratando... Agora, o que falta realmente são as alterações nas resoluções do Senado – são três resoluções do Senado –, que devem estar para ser votadas aí esta semana ou semana que vem, a 40, a 43 e a 48. Antes disso a gente não consegue efetivar exatamente essa prorrogação. Mas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim que essas resoluções estiverem resolvidas, a gente efetiva, mas o Ceará já respondeu e isso já está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Superintendente Julio Leite. Muito agradecido.

Agora eu vou fazer somente um comunicado aos presentes...

Já, já... O Benevides quer fazer um questionamentozinho. Já, já.

Nós temos a próxima reunião, dia 18... A próxima quinta-feira, com o Presidente do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro. Será às 10h, na próxima quinta. E, dia 23, todos prestem bem atenção, haverá a presença do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, também às 10h da manhã. No dia 23, terça-feira próxima.

No dia 25, quinta-feira da outra semana, às 11h, são os Governadores Presidentes dos consórcios: Reinaldo Azambuja, Governador do Mato Grosso do Sul e Presidente do Consórcio Brasil Central; Rui Costa, Governador da Bahia, Presidente do Consórcio Interestadual do Nordeste; Romeu Zema Neto, Governador de Minas, Presidente do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud); e Antônio Waldez Góes da Silva, Governador do Amapá, Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Essa acontecerá no dia 25 e será uma reunião muito interessante. *(Pausa.)*

No lugar do Azambuja, estará o Mauro Mendes, do Mato Grosso.

No dia 29 deste mês de junho, às 11h, audiência com o Ministro Paulo Guedes, para fechar os dois meses em que ele esteve conosco e o balanço desses 60 dias. Todos estão convidados.

No dia 2 de julho, a última agendada, às 10h, vamos ouvir os representantes dos Municípios: Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; e Ary José Vanazzi, Presidente da Associação Brasileira de Municípios.

Logo depois dessas audiências, nós vamos marcar as proposições aprovadas hoje nos requerimentos de autoria do Senador Espiridião Amin e de outros. Já começamos a fazer os agendamentos. Temos agora que ouvir o lado das microempresas, o lado das pessoas. Eu quero ver o outro lado do balcão: de um lado, estão os bancos; de outro lado, estão os interessados.

Dessa forma, eu passo a palavra para os seus questionamentos finais ao nosso Relator, Francisco Jr., lembrando a todos que o relatório dele já está disponível na Comissão. Eu gostaria de que todos o lessem – ficou muito bom, muito bem-feito; dá para instruir, fazer os discursos, os pronunciamentos – quando puderem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, Deputado Francisco, eu queria lhe pedir permissão porque o Deputado Mauro Benevides levantou o dedo, e acho que ele quer fazer uma pequena consideração. Logo a seguir, eu passo a palavra a V. Exa.

Pode falar, Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – Como sempre, muito rigoroso, vou cumprir os 30 segundos. É só para ponderar ao Superintendente Julio que o aditivo, a minuta que temos que mandar à Procuradoria do Estado, e que volta depois para vocês... A única ponderação – obviamente, o BNDES só vai assinar depois da resolução aprovada – é de que seria importante que esse trâmite já fosse correndo internamente dentro do banco para que o mais rapidamente possível... Seria bom para o banco e bom para os Estados também, que ficariam mais seguros, sobretudo com o rigor fiscal que o Estado do Ceará tem empreendido ao longo dos anos.

Obrigado pela atenção! Obrigado, Presidente Gustavo!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, muito obrigado!

Então, agora, com a palavra o Relator, Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o Presidente Gustavo pelo aniversário à frente do BNDES. Parabéns! É um dia especial para nós também. E parabenizar pela campanha Salvando Vidas, que achei realmente uma iniciativa muito interessante.

Quero fazer uma sugestão: independentemente da pandemia, no próximo passo, seria muito interessante que se mantivesse esse tipo de iniciativa. E eu queria sugerir algo semelhante com a participação do terceiro setor, como as santas-casas, a maioria filantrópicas ou todas filantrópicas. Seria interessante uma campanha desse tipo que fomenta a assistência aliada com o desenvolvimento. Eu acho que é importante nós termos essa compreensão do terceiro setor, no Brasil, que não há. Nós temos uma visão de assistência desvinculada de desenvolvimento, como se não gerasse emprego, como se não gerasse condições melhores, lembrando que nós temos várias entidades do terceiro setor especializadas em inclusão da pessoa no mercado de trabalho, no mundo digital e tantos outros tipos.

Bem, e, por fim, com relação à pergunta, eu gostaria apenas, então, só de aproveitar o senhor aqui e refazer a pergunta que não teve tempo para ser respondida, quando eu falava sobre a atração de capital estrangeiro e a possibilidade de usar reservas para servir como *hedge* cambial, se há essa possível, se não há essa possibilidade; existe um outro plano para isso; como está pensando trabalhar o BNDES, neste momento de tanta oscilação cambial, para dar as condições necessárias também para o mercado. O senhor falou sobre o investimento doméstico, o investimento irreal. Agora, com relação ao investimento em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dólar, como nós poderíamos trabalhar e se há esse pensamento no BNDES de poder bancar e oferecer *hedge* cambial nesse sentido, para dar condições de recebermos esse investimento?

No mais, mais uma vez, eu o parabenizo pelo trabalho, pela transparência, pela humildade e pela disposição que percebemos no senhor e toda a sua equipe. E peço que esses parabéns sejam distribuídos a toda a equipe do BNDES, realmente muito qualificada, que faz a diferença neste momento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Francisco Jr.

Eu passo a palavra, para os seus comentários e respostas, ao Dr. Gustavo Montezano, já caminhando para o encerramento da nossa audiência pública.

Com a palavra V. Exa.

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Deputado Francisco, em relação a essa questão do *hedge* cambial, a gente tem uma intenção ainda, não é um produto, não é nada que está pronto, mas é uma intenção de ter essa ferramenta disponível. Mas para isso são necessárias duas coisas: primeiro, uma alteração de legislação, uma questão bem técnica de casamento do *hedge* com o vencimento de operação, e questões tributárias em torno disso, para que o *hedge* seja o que a gente chama tecnicamente perfeito; e a segunda parte é uma ponta que não cabe ao BNDES, então, não posso falar com tanta propriedade, até porque não é o nosso mandato, mas é a disponibilidade de você ter mercado de longo prazo para você poder fazer a zeragem do seu *hedge*, para você fazer a outra ponta da sua perna, porque o banco não pode fazer descasado. O banco captar com recurso próprio em dólar e fazer *hedge* de 30 anos, ou 20 anos, gera um risco ali, e uma ineficiência, que não é tão óbvio. Então, seria importante haver uma entidade de Governo, ou o Banco Central, ou Tesouro, alguém que ofertasse a mercado o que a gente chama da outra ponta do *hedge*, que aí o BNDES poder ir lá, e se zerar, e oferecer isso aí para outras empresas.

Então, a gente precisa ainda de uma evolução tanto no lado legislativo, quanto no lado técnico, para ter isso disponível. Já há em curso essa discussão, essa discussão já existe; ela estava caminhando pré-pandemia. E eu acho que vale, sim, a gente retomar isso aí, no dia seguinte, porque isso aí pode ser importante para a infraestrutura brasileira. Tá, Deputado?

E aí, Senador, posso fazer as minhas considerações finais, aqui, agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode, pode, pode, sim, senhor! Pode fazer.

O SR. GUSTAVO MONTEZANO (Para expor.) – Então, para fechar a minha consideração, Senador Confúcio, Deputado Francisco, em nome do qual agradeço a todos os demais Parlamentares, muito obrigado pelo convite. Espero que tenha sido útil para todas as senhoras e todos os senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que tenha sido relevante e informativo. O que não ficou claro, a gente anotou aqui, se por qualquer motivo não tenha dado tempo de responder ou a gente não tem informação detalhada, o Maurilio, que é nosso assessor parlamentar, está à disposição de todas as senhoras e de todos os senhores para qualquer tema e entrará em contato com qualquer um individualmente e com o Deputado Francisco, para mandar as perguntas.

Como eu falei inicialmente e foi reforçado pelo Deputado, é uma honra celebrar este primeiro aniversário de BNDES com todas as senhoras e todos os senhores. É um momento muito especial para mim.

Se eu quisesse deixar duas mensagens, a primeira mensagem que eu gostaria é que o BNDES, cada vez mais, fosse visto não só como um cofre de dinheiro, que é importante, sim, mas também como um patrimônio intelectual do Brasil. Então, esse patrimônio intelectual do BNDES tem muito potencial de ser muito mais explorado do que é hoje. Mas é importante que o banco se posicione e se enxergue como alguém que provê soluções além de simplesmente de prover dinheiro. Eu brinco que dinheiro é fácil, dinheiro é *commodity*, qualquer um pode prover; mas inteligência, conhecimento e patriotismo são coisas mais, vamos dizer assim, escassas, que têm muito potencial de ajudar o Brasil, se bem trabalhadas.

Em termos de agenda legislativa, Senador Confúcio, há três demandas que os senhores estarão recebendo em breve e que são muito importantes para nós. A primeira é o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, que está na relatoria do Deputado Efraim Filho, na Câmara. A gente tem uma celeridade para fazer essas medidas. Então, quanto antes os senhores deliberarem na Câmara e no Senado, melhor para o empresário na ponta. O segundo é o Plano Emergencial de Suporte ao Emprego, o Folha de Pagamento, que também está com umas agendas legislativas importantes para flexibilizar o programa. Por fim, a pauta do saneamento, enfim, que já foi muito discutida, está amplamente debatida. O tema é de urgência, sim. A gente entende que é sempre complicado aprovar algo estrutural durante a pandemia, mas a gente entende que este tema de saneamento não é algo estrutural. É algo urgente, Senador. Portanto, as pessoas que viveram esta crise sem ter condições sanitárias adequadas sentiram isso na pele, e a gente tem o dever e a obrigação de solucionar isso o quanto antes possível. E o que está acontecendo hoje é que a gente vai ter, no pós-pandemia, uma demanda muito grande por investimentos em infraestruturas que tenham aspecto social, ambiental e de saúde. E saneamento tem tudo isso.

Então, o meu apelo é que a gente não perca mais esta oportunidade de tantas que o Brasil já perdeu na história e que a gente aprove esse PL o quanto antes, porque a população precisa e urge e é aspecto de emergência. Não é só algo estrutural.

Obrigado a todos. E espero ter ajudado no debate.

Bom dia e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença aos Parlamentares, ao convidado ilustre Gustavo Montezano, aos Srs. Bruno Caldas Aranha, Marcelo Porteiro Cardoso, Julio Leite, Maurilio Guignoni Dutra.

Agradeço a participação aos internautas, através do e-Cidadania, e aos telespectadores e declaro encerrada a nossa presente reunião.

Muito obrigado a todos.

Uma boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Dr. Zacharias Calil, Rejane Dias, Átila Lira, Kátia Abreu, Jorge Solla, Carmen Zanotto, Adriana Ventura, Paula Belmonte, Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., General Peternelli, Mariana Carvalho e Dra. Soraya Manato. Deixam de comparecer os Parlamentares Rogério Carvalho e Reginaldo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para discutir o acompanhamento dos gastos públicos relacionados ao combate à COVID-19. **Participante:** José Múcio Monteiro, Presidente do Tribunal de Contas da União. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/06/18>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia a todos, vamos iniciar a nossa audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas de emergência em saúde pública de importância internacional relacionados com o coronavírus.

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função de levantar a mão do aplicativo, e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as questões de ordem e tempo de liderança poderão ser utilizados após a audiência com o Dr. José Múcio.

A presente reunião é uma audiência pública com a presença do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Dr. José Múcio Monteiro, que estará acompanhado dos Srs. Paulo Roberto Wiechers Martins, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal; Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental; Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, Secretário de Controle Externo da Gestão Tributária; Marcelo Chaves Aragão, Secretário de Controle Externo da Saúde, e Agostinho Garrido Teixeira de Carvalho, Diretor da Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão.

Eu comunico à nossa Comissão que o Ministro José Múcio deverá fazer a apresentação, deve responder ao Relator e a mais alguns, e já me avisou anteriormente que ele tem um compromisso imediato, mas que toda a equipe dele, de cujos nomes eu acabei de fazer a leitura, ficará à disposição da Comissão, e todos são suficientemente credenciados por ele a responder, a produzir documentos, respostas posteriores ao Relator e assim por diante.

Caso haja algum Parlamentar com perguntas que interessem diretamente ao nosso Ministro José Múcio Monteiro, que se manifeste, porque ele terá um tempo menor com a gente devido a um compromisso anterior, e ele fez esse compromisso com a Presidência.

Comunico a presença de Parlamentares membros da Comissão Externa de Ações contra o Coronavírus da Câmara dos Deputados, em especial, a presença do Coordenador da Comissão da Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Antonio Teixeira Jr., Dr. Luizinho, e a presença da Relatora da Comissão da Câmara dos Deputados, que tem um motivo semelhante a esta Comissão, Deputada Carmen Zanotto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso o Deputado Luizinho e a Deputada Carmen Zanotto queiram fazer alguma pergunta, alguma indagação direta ao Ministro, a gente vai abrir um parêntese para V. Exas. fazerem indagação ao Ministro, porque ele terá um tempo menor. Mas a gente abre tanto para o Deputado Luizinho quanto para a Relatora Deputada Carmen Zanotto, que nos honram muito com suas presenças. Eu os conheço, são Parlamentares extremamente ativos e interessados. É uma honra muito grande ter a senhora, Deputada Carmen, e o Deputado Luizinho conosco. Muito agradecido. Obrigado.

Então, assim exposto, eu vou colocar a minha máscara, porque aqui nós estamos no Senado, e há muita gente perto. Eu vou colocar a minha máscara aqui agora, a proteção natural.

Eu passo a palavra ao nosso convidado ilustre, Dr. José Múcio Monteiro, Presidente do Tribunal de Contas, pelo tempo de até 30 minutos.

Presidente Múcio, V. Exa. está com a palavra. *(Pausa.)*

O som dele, por favor.

Aguarda só um pouquinho, Múcio. *(Pausa.)*

Dá uma olhadinha no microfone. Ajuda aí o pessoal da assessoria do Ministro. Talvez o telefone...

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Deu certo agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está certo, Presidente.

Cadê o som? Cadê o som?

Ainda não. Ainda não está. *(Pausa.)*

Pessoal da assessoria do Tribunal, ajudem o Ministro.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Agora está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora está bacana. Beleza!

Pode falar!

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu quero dizer da alegria de voltar a esta Casa, mesmo por via virtual, de encontrar amigos, velhos companheiros do Congresso Nacional, o Presidente da Comissão. Quero fazer um cumprimento especial aos companheiros Senadores, Deputados, ao Relator, Deputado Francisco Jr., à Deputada Carmen Zanotto, ao Deputado Luizinho. A todos os membros da Comissão Mista, quero dizer da minha honra.

Eu estou me fazendo acompanhado de todo o corpo decisor do Tribunal de Contas. Todos os envolvidos nesse processo estão me acompanhando. A começar pelo Secretário-Geral Paulo Wiechers,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o Secretário-Geral de Controle Externo, o Secretário de Macroavaliação, que cuida das contas do Governo, e todos que foram citados: Leonardo Albernaz, que está conosco, Tiago Dutra, Marcelo Aragão, que é nosso secretário da área de saúde, Agostinho, que é da área financeira.

Eu quero dizer aos senhores que nós, do Controle Externo, tanto no âmbito federal, como no âmbito estadual, como no âmbito estadual, fomos pegos de maneira abrupta – como todos nós – com a questão do coronavírus, da Covid. Evidentemente que não estávamos e não estamos preparados para viver trabalhando em emergência, tendo que decidir as coisas em minutos. Somos surpreendidos com a indagação de um Ministério pedindo que nós possamos dar a decisão imediatamente porque se trata de salvar vidas e as decisões têm que ser dadas em caráter imediato.

Criamos dentro do tribunal... Primeiro, precisamos nos preparar psicologicamente para isso. Nós sempre trabalhamos com calma, indagando, pedindo documento e voltando a perguntar, sempre promovendo oitivas e fiscalização. Nós precisamos nos adaptar e abrimos 28 acompanhamentos em todos os órgãos federais que estão ligados a essa área de combater a Covid, principalmente o Ministério da Saúde, que precisava fazer compras emergenciais, não havendo licitação, e muitas vezes nós nos deparamos com preços absurdos em referência ao que havia sido feito na última compra, e éramos obrigados a autorizar, porque sempre ficava o dilema: se nós atrasássemos qualquer providência dessas, nós estaríamos promovendo a dificuldade de salvar uma vida, de salvar vidas. Esses 28 acompanhamentos foram estabelecidos para que o tribunal trabalhasse de forma emergencial.

Evidentemente, nós já convivíamos com um vírus muito brasileiro e com sotaque em todas as regiões, que era o vírus da corrupção. É uma praga com que nós vivemos deparados, e é um trabalho lento, um trabalho que depende de profunda dedicação, e a função do tribunal tem sido essa.

O vírus da corrupção, com a emergência das compras emergenciais, foi retroalimentado por conta da Covid-19. Nós precisávamos promover, distinguir e proteger o bom gestor. Imaginem a situação de um homem que precisa decidir fazer uma compra, colocar a sua assinatura no papel e tem comprometido o seu patrimônio, às vezes uma casa, um automóvel, deixando a sua família comprometida; o drama de alguém que vai decidir, num país cheio de denúncias, com tantos suspeitos, e muitas vezes, por conta de uma nota em uma rede social, tem seus conceitos maculados e não tem tempo para corrigir. Mas se tratava de salvar vidas.

Então, nós fizemos o quê? Anunciamos que íamos mudar a nossa forma de trabalhar durante esse período da emergência: vamos estar presentes em tudo, assistir a tudo, ser testemunhas de tudo e, depois, vamos fiscalizar tudo que foi feito. E um dia, se Deus quiser, quando isso passar, vamos voltar a trabalhar como nós trabalhávamos, sabendo que esse vírus será a testemunha de defesa para muitos que agiram com má intenção, porque na emergência é muito difícil você distinguir quem quer salvar uma vida de quem quer melhorar a sua vida. E começamos a combater alguns outros que queriam que fosse promovido o "liberou geral" e que durante a pandemia nada acontecesse. Nós só conseguimos diminuir,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer dizer, sofrer menos essa pressão do "liberou geral" quando começaram a aparecer nos Estados denúncias de corrupção, evidências de corrupção, secretários presos, gestores presos. Porém, nós precisávamos, independentemente disso, não obstante isso, estar ao lado do bom gestor, para que não se pare de combater a Covid.

Infelizmente, nós hoje estamos convivendo com esse vírus, estamos convivendo com a politização do vírus, a ideologização do vírus. A questão política se tornou muito premente: há Estados que têm mais dificuldade, há Estados que têm menos dificuldade. Esse problema atinge também todos os presidentes dos tribunais de contas estaduais e municipais.

Vou me reunir com os tribunais de contas estaduais em Goiânia, na próxima segunda-feira, para ver como nós criamos parâmetros de gestão, já que o Tribunal de Contas não tem nenhuma posição hierárquica acima de tribunais de contas estaduais; eles vivem sob outras égides constitucionais.

Nós estamos fazendo a nossa parte, presentes. Há um relator destacado para cuidar da saúde, que é o Ministro Benjamin Zymler. Tudo tem vindo para ele. Ele tem tido zelo e prudência absolutos nesse trato. Agora há pouco, ainda na gestão do Ministro Mandetta, se não me engano, chegou uma denúncia de uma compra de quase R\$1 bilhão de aventais. Houve um pedido de cautelar, promovido pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, e o Ministro, em vez de dar a cautelar, promovera a oitiva. O Executivo, diga-se de passagem, foi extremamente atento, vigilante, e preferiu cancelar essa compra para verificar o que aconteceu.

Depois houve o caso da denúncia dessa ajuda que está se dando aos mais necessitados, o chamado "coronavoucher", onde apareceram 72 mil militares que haviam sido inscritos, outras pessoas cujos CPFs e documentos foram usados para receber. Num trabalho conjunto do Tribunal de Contas com a CGU, com o Ministério da Cidadania, alguns problemas que aconteceram já foram corrigidos, dinheiro foi devolvido – nós estamos trabalhando de forma conjunta e afinada com todos. Evidentemente é um trabalho duplo de ajudar a combater o vírus e combater também aqueles que querem se aproveitar da emergência, do dinheiro fácil que tem ido para os Estados e para os Municípios, mas o Tribunal tem estado vigilante e ativo. Estamos trabalhando no sistema.. Para os senhores terem uma ideia, nós estamos com quase 90% da nossa força de trabalho em regime telepresencial, e os nossos índices de produtividade... Esses senhores que estão nos acompanhando no Tribunal de Contas quase que dobraram a sua carga de trabalho, dedicando-se exclusivamente a isso.

Sabemos que vamos ter um Brasil diferente quando tudo isso passar, não como pessoa, mas como Estado também, e que o vírus, que hoje é uma epidemia, será testemunha de defesa de muitos delitos que foram cometidos. Esse vírus – tomara que acabe rápido – vai conviver com muitos processos, porque, depois de tudo isso, nós vamos valorizar aqueles que agiram de boa-fé e punir aqueles que se aproveitaram de tudo isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria passar a palavra agora, para dizer tudo o que estamos fazendo e fazer uma exposição para os senhores, embora depois eu me disponha a voltar, ao Dr. Paulo Wiechers, para ele fazer uma exposição de todas as providências e da forma como nós estamos enfrentando isso.

Por favor, Dr. Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia, Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão. Bom dia, Sras. e Srs. Parlamentares, também os Parlamentares membros de Comissão da Câmara dos Deputados que estão nos ouvindo.

Sr. Presidente, se o senhor consentisse, eu passaria a uma breve apresentação para exemplificar um pouco o que o Tribunal tem feito.

Então, se me permitir habilitar o compartilhamento de tela, eu necessitaria...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fique à vontade. Pode apresentar.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS – Não está ainda permitido no sistema. Os senhores, aí no Congresso, têm que habilitar o compartilhamento de tela para que eu possa fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Certo. Está abrindo. Já pode.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS – Já está habilitado. Então, com a licença dos senhores, eu vou fazer o compartilhamento. Indagaria se os senhores estão conseguindo visualizar o compartilhamento da tela, é uma tela "Coopera". Estão visualizando?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estamos visualizando.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS (Para expor.) – Bem, vou fazer uma abordagem bastante rápida apenas para contextualizar.

Desde o início da pandemia, o Presidente do TCU e demais Ministros solicitaram que nós, na Secretaria-Geral, concebêssemos uma estratégia de atuação para fiscalização dessas ações voltadas ao enfrentamento da Covid-19. Em decorrência dessa solicitação, nós elaboramos e foi aprovado pelo plenário o que nós chamamos de Plano Especial de Acompanhamento – a que eu vou me referir como PEA (Plano Especial de Acompanhamento) – dessas ações de combate à Covid e suas consequências. Essas ações foram focalizadas em diversos órgãos públicos.

Por determinação da Presidência, esse plano trouxe três premissas fundamentais as quais estamos seguindo até os dias atuais. A primeira premissa era de que essas ações do tribunal teriam precipuamente a tarefa de auxiliar o gestor e não apenas de fiscalizá-lo; de prestar um auxílio na mitigação e identificação de possíveis riscos decorrentes de sua ação. Seria uma forma de tentar trazer um pouco de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança jurídica para aquele gestor que se vê hoje premido pela tomada de uma decisão rápida e nem sempre tem todos os instrumentos para fazê-lo.

A segunda premissa é de que a execução dessas tarefas, esses acompanhamentos fossem executados majoritariamente de forma remota, o que para nós já constitui um grande desafio.

E a terceira premissa seria de que nós demandássemos aos gestores o mínimo possível, de forma a não atrapalharmos a sua gestão. Nós sabemos que, no momento atual, as pessoas do Ministério da Saúde estão muito mais preocupadas em salvar vidas do que em atender órgãos de controle, e nós não queríamos exatamente buscar inverter esse prisma de prioridades. Então, foi a terceira premissa posta.

Farei uma apresentação muito sucinta focando basicamente nas ações de controle que vêm sendo desenvolvidas; em como se está dando a prolação de acórdãos pelo tribunal; na questão da transparência, que para nós é um valor muito elevado, por meio de painéis de informação; e em como estamos trabalhando em conjunto com outros órgãos de controle.

Começando então com o Plano Especial de Acompanhamento a que fiz referência, embora essas contratações sejam a face mais visível das ações relacionadas ao enfrentamento do Covid, quando se pensa em enfrentamento ao Covid e em atuação de órgãos públicos, normalmente se pensa em contratação, seja contratação direta no Ministério da Saúde, seja em outras pastas; mas a realidade é que são várias as áreas afetadas.

Esse eslaide que eu estou apresentando mostra algumas das áreas que estão sendo trabalhadas pelo tribunal e os diversos acompanhamentos. Nós temos finanças públicas, assistência social, área da infraestrutura que também será gravemente impactada, comércio e serviços, educação, tecnologia da informação. Enfim, o foco do tribunal não é apenas na questão da saúde e das contratações propriamente ditas, mas é em diversas áreas distribuídas por diversas unidades técnicas e com diversos relatores.

Hoje esse programa de acompanhamento conta com 29 acompanhamentos. E, como o Presidente falou, hoje o Plano Especial de Acompanhamento constitui a prioridade número um do tribunal. A nossa principal prioridade, o nosso principal foco é exatamente o desenvolvimento desse plano. Há um envolvimento de 18 unidades técnicas aqui na sede, além das nossas 26 unidades estaduais. Isso representa, Sr. Presidente, Sr. Relator, praticamente todo o universo de unidades técnicas do TCU. As demais unidades técnicas são unidades apenas de apoio, que apoiam essas outras unidades, mas não são unidades de linha propriamente ditas.

Para dar uma noção de como nós temos tentado fazer essa aproximação com gestores, apenas nos últimos tempos já realizamos mais de 130 reuniões com gestores e temos alocado um grande contingente de pessoal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda apenas exemplificando um pouco do que já falei das diversas áreas, há esses principais objetos: aquisições logísticas, obras e serviços de engenharia, transferências de recursos, subvenções, renúncia de receitas, linhas de crédito, de forma geral, pelos diversos bancos públicos, transferências de rendas a pessoas, mas também pesquisa e desenvolvimento. Estamos trabalhando na área de previdência complementar, avaliação de governança do Centro de Governo, que é fundamental, política monetária e cambial, segurança em abastecimento de combustíveis e também em produtos agropecuários, governança e gestão de tecnologia de informação, transformação digital, enfim, a abrangência é bastante grande.

No início, como mencionei, foi concebido um plano especial de acompanhamento. Ocorre que, com o passar dos dias, ficou muito claro para nós do tribunal que as nossas ações relacionadas ao enfrentamento da Covid iam bem além do que estava materializado apenas naqueles planos de acompanhamento. Outros assuntos começaram a ser abordados em fóruns diferentes, vindos de outros processos, normalmente, advindos de demandas externas, como representações, denúncias, até mesmo consultas que chegavam ao tribunal e fugiam, de certa forma, do âmbito daqueles processos que estavam constituídos dentro do acompanhamento.

Por outro lado, também cresciam demandas por uma aproximação maior com o TCU, seja por parte de gestor, seja por parte de canais diversos da sociedade, inclusive, para troca de informações, para construção de bases de dados comuns, o desenvolvimento de ações de capacitação e troca de boas práticas. Isso tudo levou, então, a Presidência do TCU a procurar uma maior organicidade dessas diversas ações de enfrentamento da Covid. Essas ações, então, foram incorporadas dentro de um programa que o TCU chamou, então, de Programa Coopera, que é o programa especial de atuação do TCU no enfrentamento à crise. Esse objeto do programa Coopera, já no lançamento, foi explicitado como uma busca de apoio ao gestor e à sociedade neste momento em que ações emergenciais de combate à pandemia são necessárias. Quer dizer, novamente destacando a explicitação de uma busca de apoio a esse gestor público bem-intencionado. Então, o Coopera, além das ações daquele plano especial de monitoramento, também inclui essa interação com o gestor, inclui ações de capacitação e inclui efetivação de parceria com diversos outros órgãos para apoio de ações e troca de conhecimentos e capacitação técnica.

Hoje, no Coopera, então, que já é bem mais amplo do que os acompanhamentos, estão cadastrados 62 processos, sendo 29 acompanhamentos, 27 representações, 5 denúncias e uma consulta. Agora, isso é um painel muito dinâmico, e a todo momento ingressam novas ações. Mais à frente eu vou poder mostrar a V. Exas. um *hotsite* que nós criamos no Coopera para ser um canal de interação direto com a sociedade e com os seus legítimos representantes, e os senhores vão poder verificar mais detidamente como ter esse acesso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou passar, então, a exemplificar um pouco como estão sendo conduzidos esses acompanhamentos, um exemplo de quatro ou cinco acompanhamentos em áreas fundamentais, apenas para que os senhores tenham noção de como essas questões estão sendo tratadas internamente.

Esse primeiro acompanhamento que estou explicitando se refere à gestão fiscal e orçamentária do tribunal. Nós aqui mostramos ao plenário do tribunal e aos diversos órgãos que foram destinatários dessas nossas informações o que está acontecendo com o resultado primário neste ano de 2020. Quer dizer, é uma clara deterioração desse resultado. Aqui, no momento, da Lei Orçamentária, nós tínhamos um déficit de 124 bilhões. Agora, 676 bilhões, após uma avaliação desse segundo bimestre.

E aqui também, nesse outro gráfico, mostramos a evolução da elevação da dívida pública geral. E aí nós frisamos sempre que, com a deterioração desses cenários, isso reforça a importância da qualidade do gasto. Quer dizer, na verdade, há muito pouca margem hoje em dia para erros, dada a situação fiscal.

Ainda no âmbito desse acompanhamento da gestão fiscal orçamentária, estamos sempre destacando alguns riscos. Nesse eslaide, apresentamos alguns riscos de descumprimento de regras fiscais, a exemplo de uma expansão indevida de despesas ou renúncias tributárias, de uma desvinculação irregular pelos entes subnacionais dos recursos que estão sendo transferidos – aqueles recursos de auxílios, como compensação para queda de arrecadação –, a realização de despesas não relacionadas à Covid, no âmbito das regras do orçamento de guerra... São apenas exemplos, para que V. Exas. tenham notícia do tipo de questão que está sendo tratada no tribunal.

Ainda no âmbito desse mesmo acompanhamento, destacamos também riscos que possuem impactos severos, como uma redução drástica da reserva de liquidez, com a gestão da dívida, o aumento de despesas com a honra de garantias em operações de crédito de entes subnacionais e, no final das contas, a existência de um espaço insuficiente para as despesas discricionárias em 2020, como uma derivada natural da expansão das despesas obrigatórias e da contenção no limite de teto de gastos. Então, são riscos que nós temos apontado em todo momento.

E aqui faço um parêntese apenas para, mais uma vez, dentro da linha do que o Presidente José Múcio já comentou, esclarecer a V. Exas. que, caso seja de interesse o aprofundamento nessas questões macroeconômicas, está aqui conosco o nosso colega Leonardo Albernaz, que é o titular dessa parte de avaliação macroeconômica e seria uma pessoa mais indicada para prestar qualquer esclarecimento relativo a esse assunto que as senhoras e os senhores desejam obter.

Ainda na exemplificação de como o tribunal vem tratando os acompanhamentos, falo um pouco do auxílio emergencial, que é uma questão que tem recebido um destaque bastante grande, pelo montante de recursos envolvidos, pela gravidade da situação tanto dos menos assistidos como do choque que, por vezes, provoca a utilização indevida de recursos por aqueles que não necessitariam desse tipo de auxílio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tribunal tem acompanhado, e aqui eu mostro quatro abordagens do tribunal relacionadas ao auxílio emergencial. Nós temos acompanhado especificamente a assistência social, têm sido elaborados relatórios mensais e submetidos aos relatores. Temos feito um acompanhamento dos dados gerais mediante cruzamento de dados, que é a sistemática que tem sido mais divulgada. Temos trabalhado muito na esfera da transparência desses dados, e aí temos implementado painéis – aqui, especificamente, eu me refiro a um painel de medidas para emprego e renda, a título de exemplificação – e também no âmbito de representações. Destaco aqui, como exemplo, uma representação relacionada ao recebimento de benefícios especiais pelos militares e também uma representação relacionada à utilização de cadastros da Receita Federal.

Ainda no âmbito do auxílio emergencial, essa tela busca ilustrar um pouco para os senhores apenas a visualização de como esses dados estão postos na nossa página do Coopera, que, volto a frisar, logo em seguida mostrarei aos senhores como acessá-la. São painéis diversos. Aqui nós temos as abas especificamente do auxílio emergencial, temos outra aba só para tratar de emprego e renda, outra do benefício assistencial... Nessa aba aqui, os senhores podem ver... A letra é pequena porque o intuito não foi de que os senhores conseguissem efetivamente ler, mas apenas terem uma ideia da visualização, mas, de qualquer forma, esse gráfico aqui mostra a quantidade de pessoas que estão sendo alcançadas por tipo de cadastro. Essa barra amarela aqui nos mostra aqueles que vieram dos cadastros do Bolsa Família; essa, em azul mais escuro, do Cadastro Único, sem Bolsa Família; e esse terceiro, dos cadastros da Caixa Econômica Federal. Nesse primeiro gasto, a quantidade de pessoas; e, nesse segundo gasto, o valor total por tipo de cadastro. Então, são informações que podem ser bastante úteis, sempre na visão de que a transparência é necessária em todos os momentos, sobretudo nesses momentos mais difíceis pelos quais atravessa o País.

Ainda na esfera do auxílio emergencial, também exemplificando um pouco o tipo de decisão que vem sendo adotada pelo tribunal, num relatório mensal de abril, foram expedidas pelo tribunal diversas recomendações, e essas recomendações vão desde a necessidade de estabelecimento de uma governança entre pastas do Executivo Federal – e aqui nós estamos destacando uma governança entre os Ministérios da Economia, da Cidadania e da Saúde – até mesmo a necessidade de reproprocessamento dos cadastros para o pagamento das próximas parcelas. Então, as recomendações são bastante abrangentes, falam sobre integração de políticas de emprego e renda, sobre a atualização mensal dos beneficiários, sobre a inclusão de bases de servidores estaduais, municipais e de outros Poderes, uma vez que, normalmente só são feitas as bases de servidores do Poder Executivo, mas tudo a título de exemplificação.

Ainda no auxílio emergencial, trazendo aqui apenas... Estou novamente me reportando àquelas representações que tratam das irregularidades no recebimento de auxílio emergencial pelos militares, sobre a qual já temos uma decisão, e também sobre o compartilhamento de dados da Receita Federal, que é um processo em análise, mas que pode trazer um resultado bastante positivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, ainda sobre o auxílio emergencial, esse eslaide busca apenas trazer uma visão para V. Exas. de como são feitos esses cruzamentos de dados no âmbito do TCU. Nós internalizamos diversas bases de dados, e aqui estamos apenas mostrando como são feitas essas validações, são estipuladas as regras de quem pode, em tese, receber o auxílio emergencial, com regras testadas de quem não pode recebê-las, e a partir daí fazemos o batimento dessas bases de dados.

E, também aqui, destacamos algumas regras que são de difícilíssima verificação, porque as bases de dados efetivamente, hoje, não comportam esse tipo de explicação.

Da mesma forma como eu fiz em relação às questões macroeconômicas, eu gostaria de destacar para as senhoras e para os senhores que está nos acompanhando aqui, hoje, o Tiago Dutra. O Tiago é quem vem conduzindo toda essa parte de acompanhamento nessa questão previdenciária, nessa questão do benefício e desses auxílios, e também estará à disposição de V. Exas. para esclarecer qualquer dúvida e entrar em maiores detalhes sobre como tudo isso vem sendo processado e como o tribunal vem atuando mais fortemente nessa área.

Ainda na seara dos exemplos, um pouco do que temos feito na área de saúde. É lógico, eu não posso trazer todos os casos, eu estou apenas pinçando alguns casos para que V. Exas. tenham uma ideia de como estamos atuando. No caso da saúde, eu destaquei dois exemplos que são interessantes, porque mostram panoramas um pouco diferentes do que o simples apontamento de um sobrepreço direto ou de uma contratação indevida por direcionamento. Nós destacamos aqui, na verdade, o impacto em aquisições ou falhas que podem vir a ser caracterizadas como irregularidade em aquisições, mas que decorrem, na verdade, de uma falta de governança no âmbito do Ministério da Saúde.

E aí trouxemos o exemplo já explicitado pelo nosso Presidente, Ministro José Múcio, da compra de aventais. Eram praticamente 80 milhões de unidades a um custo de mais de R\$900 milhões, com dispensa de licitação. E o tribunal, então, quando fez uma oitiva ao ministério, indagando acerca da motivação que estava levando a essa aquisição – quer dizer, na verdade, qual era a demanda real, para quem seriam distribuídos esses aventais, quais eram as bases de preços, por que a escolha do fornecedor, enfim, uma motivação mínima para esse ato administrativo que estava sendo praticado –, o próprio ministério, já optou, então, por cancelar essa licitação.

E um outro exemplo, nessa mesma área também de falta de governança, diz respeito a contratos do TeleSUS e telemedicina, que era a contratação de soluções de TI, em valores aí próximos de 47 milhões, em que detectamos um aparente sobrepreço – e eu digo aparente, porque o processo ainda não está concluído. É um processo que se encontra, agora, na fase de instrução de mérito. Como V. Exas. bem sabem, o tribunal, às vezes, tem um rito um pouco mais longo, no apontamento final das questões, porque efetivamente fazemos o julgamento das contas daqueles que são considerados responsáveis por esses fatos. Isso envolve, naturalmente, uma etapa de abertura de contraditório e ampla defesa, e esse processo está exatamente nessa fase.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui, uma outra questão também bastante interessante que nós conseguimos apontar, também relacionada à governança, que é uma insuficiência de critérios adotados pelo Ministério da Saúde para a distribuição de recursos a Estados e Municípios, via fundo a fundo. Nós constatamos que existem discrepâncias bastante significativas, quando avaliados os valores repassados *per capita* a Municípios e Estados diversos. Como consequência, o tribunal recomendou ao Ministério da Saúde que passe a adotar critérios técnicos para essa distribuição de recursos, considerando, por exemplo, a incidência *per capita* da doença, estimativas de propagação, taxas de ocupação de leitos e estrutura de serviços de saúde existentes, ou seja, que a transferência de recursos seja pautada por critérios facilmente acessíveis e que possam ser auditados não apenas pelo TCU, mas por toda a sociedade, de forma geral.

Passando, ainda, da seara dos exemplos da atuação do tribunal um pouco para a área de infraestrutura, que é outro setor gravemente atingido, o que nós temos verificado é que a pandemia trouxe severas alterações nas projeções de demanda – e aí me refiro principalmente às concessões. Em serviços aeroportuários, por exemplo, a queda foi de 93%, mas, da mesma forma, nós temos alterações significativas em rodovias, em portos, no segmento de energia... No segmento de energia houve uma queda muito grande do consumo de energia, o que, por conseguinte, levou à subcontratação por parte da distribuidora.

Todas essas alterações de demandas estão ensejando já discussões acerca dos impactos contratuais que serão trazidos. Fatalmente, em algum momento, e nós não estamos longe desse momento, serão trazidas à mesa propostas para rediscussão ou repactuação desses contratos, reajustamentos de contratos.

O TCU, nesse caso, está tentando se antecipar a essa discussão. Na verdade, nós estamos, de certa forma, já provocando essas discussões. E como nós temos feito? Participando de diversas reuniões técnicas no âmbito de todos esses órgãos. Por exemplo, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, eles estabeleceram alguns comitês internos e nós temos participado de todas as reuniões desses comitês internos – semanalmente temos participado dessas reuniões –, mas temos, também, tomado a iniciativa, no âmbito do próprio tribunal, de promover webinários com a discussão desse tema. Promovemos um webinário específico nessa área de infraestrutura bastante bem-sucedido trazendo já essa questão, em que contamos, inclusive, com a presença do Ministro Tarcísio, do Ministro Bento Albuquerque e de outros especialistas – especialistas da academia, também do setor privado – para que essas questões sejam postas em prática, sejam discutidas desde já e para que o tribunal participe de forma ativa dessas discussões. Nós esperamos, então, com essa antecipação da discussão, trazer um pouco de segurança jurídica para essas repactuações que serão feitas.

O tribunal não quer ser considerado como um obstáculo ou alguém que chega em um momento, uma instituição que chega em um momento posterior para dizer que determinada contratação não pode ou não deve ser executada naqueles moldes. Nós queremos participar ativamente desse processo desde o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

início exatamente para que a decisão que venha a ser adotada traga segurança jurídica para os gestores e, efetivamente, para as empresas e para os investidores que são necessários neste momento.

Por fim, exaurindo a questão no âmbito dessa exemplificação, eu me reporto a como nós temos tratado as questões das aquisições públicas. São, como V. Exas. sabem, milhares de aquisições que estão ocorrendo, e é muito difícil nós escrutinarmos todas essas aquisições individualmente. Então, nós temos desenvolvido ferramentas que se utilizam de inteligência artificial e temos integrado essas ferramentas de inteligência artificial com outras ferramentas que criamos na construção de tipologias que nos apontem contratações que teriam um potencial maior de serem maculadas por alguma impropriedade ou irregularidade.

Temos alguns robôs fazendo a leitura diária do *Diário Oficial da União*, dos veículos oficiais, para identificar contratações que teriam sido feitas e que de alguma forma se relacionem à Covid. Isso, por si só, já não é uma questão muito simples, porque nem toda contratação traz a expressão Covid-19, então nós construímos alguns algoritmos que nos auxiliam nessa pesquisa e depois cruzamos isso com as tipologias que construímos. Temos, então, o apontamento de algumas contratações de maior risco e, a partir disso, fazemos uma análise amostral pautada, principalmente, na materialidade e na relevância dessas contratações – algumas dessas análises de amostragens são feitas diretamente pelo tribunal. Mas, independentemente desse exame feito pelo TCU, toda essa base de dados ou todos os relatórios decorrentes da construção dessas tipologias e do apontamento de contratações de risco têm sido remetidos por órgãos parceiros. Esses órgãos parceiros são integrantes de redes de controle que existem em todos os Estados da Federação e que são integradas, além do TCU, também pelo Ministério Público, TCEs, Polícia Federal, enfim, e eles estão fazendo esse exame.

Sr. Presidente, foi anunciado que o meu tempo está se esgotando. Gostaria de saber de V. Exa. se posso ter mais cinco minutos para concluir, ou não; senão, já faço a conclusão agora. Fico à disposição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Dr. Paulo Roberto, como a sala está cheia com muitos participantes, inclusive convidados, o senhor vai resumir tudo em dois minutos, e depois darei a palavra ao Presidente Múcio para ele concluir ou fazer o encerramento dessa parte de apresentação para nós começarmos os debates com os Parlamentares.

Devolvo a palavra ao senhor.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS (Para expor.) – Pois não, Presidente.

Então, em dois minutos, apenas para fazer uma conclusão, só quero dizer que o TCU já está deliberando sobre esses processos, como mencionei, e já temos diversos acórdãos exarados. Todos esses acórdãos podem ser encontrados, bem assim como os painéis de informação que temos construído, nesse site, que é o site do Coopera, <https://portal.tcu.gov.br/coopera>. Nesse portal, quando os senhores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessarem, verão todos os normativos aplicáveis, as notícias do que o TCU tem feito nos últimos momentos, os painéis elucidativos dessas questões, bem como todos os processos que estão sendo feitos. Esses processos podem ser acessados diretamente por tema, por unidades jurisdicionadas, por assunto.

Quero dizer também que, no âmbito da parceria que temos construído, os senhores da Comissão já têm integralmente acesso, dois servidores da Comissão foram habilitados para que já possam obter diretamente acesso a todos esses processos, sem a necessidade de uma requisição de informações posterior ao TCU; quer dizer, eliminamos essa burocracia. E também temos um servidor, um auditor nosso trabalhando em conjunto com a Comissão, o servidor Sílvia Caracas, que é um auditor nosso de primeira linha, que está colaborando.

Então, estamos absolutamente à disposição. Creio que, se os senhores e as senhoras acessarem essa página do Coopera, vão ver que há uma riqueza de informações bastante grande que podem auxiliá-los bastante no desempenho de suas funções parlamentares.

Presidente, sem querer, então, gastar mais do tempo, devolvo a palavra, agradecendo mais uma vez pela oportunidade que foi dada para esta exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Presidente, só para encerrar, eu queria dizer que, além dessas 120 reuniões que o Paulo Wiechers mencionou com os órgãos técnicos, os webinários nas áreas de infraestrutura – ainda hoje à tarde vou ter uma reunião na área de portos –, nós já promovemos oito reuniões com ministros do Governo, com o Executivo e suas equipes.

Dentro daquela transparência que Paulo mostrou, nós administramos o "pode" de forma parceira e o "não pode" da forma como o tribunal sempre agiu para zelar pelo dinheiro público, proteger o bom gestor e fazer com que aqueles que decidem, que precisam decidir de pronto e de forma emergencial não se sintam intimidados, preocupados com uma reprimenda futura do tribunal, quer dizer, nós estamos em muitas frentes trabalhando para ajudar.

E quero colocar, como muito disse Paulo, que o tribunal à disposição da Comissão. Nós já temos parcerias com troca de auxiliares e de auditores, mas, através desse programa que engloba todas as ações do Tribunal de Contas, o Coopera, quero dizer que nós queremos cooperar com a Comissão e queremos ser parceiros do trabalho dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente José Múcio Monteiro, é um prazer muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero comunicar a todos os Parlamentares que entraram depois da apresentação que o Presidente José Múcio Monteiro acabou de fazer o encerramento da sua participação e o Dr. Paulo Roberto Wiechers Martins apresentou o Coopera para todos nós – ele é Secretário-Geral de Controle Externo. Temos também: Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental; Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, Secretário de Controle Externo da Gestão Tributária; Marcelo Chaves Aragão, Secretário de Controle Externo da Saúde; e Agostinho Garrido Teixeira de Carvalho, Diretor da Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão. Então, vocês estão vendo aí que o Ministro José Múcio trouxe todo o seu secretariado para prestigiar esta audiência pública, que está sendo transmitida pela TV Senado, TV Câmara e pelo YouTube e está aberta também aos internautas para participação.

Quero fazer uma consulta aos membros da nossa Comissão e pedir a permissão de vocês, considerando que nós somos de casa – o Deputado Francisco Jr., Relator, vai utilizar seu tempo –, para saber se vocês me autorizam a prestigiar, de uma maneira diferente, especial, a Deputada Carmen Zanotto e o Deputado Luizinho, que fazem parte da Comissão Externa de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara dos Deputados. Eles estão aqui nos prestigiando honrosamente. E, depois, nós vamos dar sequenciamento.

O Ministro Múcio ficou de responder aos três. Se alguém quiser indagar diretamente ao Ministro, que se manifeste no devido tempo, levantando a mão, em caráter especialíssimo, senão, ele vai deixar para toda a equipe dele de secretários, com o nível que vocês viram agora recentemente do Secretário Paulo Roberto Wiechers Martins, que apresentou, de maneira extraordinária, os dados e o roteiro dos trabalhos sistematizados pelo Tribunal de Contas da União.

Então, agora, neste momento, eu passo a palavra... Ah! Eu vou fazer um parêntese.

Havendo número regimental – não posso desperdiçar o número regimental de presentes –, coloco em votação a Ata da 12ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Então, com a palavra o Deputado Francisco Jr., Relator da nossa Comissão.

O seu tempo, Deputado, é de até dez minutos.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Está o.k.

Obrigado, Presidente Confúcio. Cumprimento o senhor, a Senadora Eliziane; cumprimento todos os membros da Comissão, os convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma muito especial, quero acolher e cumprimentar o Deputado Dr. Luizinho e a Deputada Carmen Zanotto, que estão fazendo um brilhante trabalho na Comissão externa. E agrada-me muito isso de podermos cooperar. Acredito que o nosso trabalho é muito complementar. Então, agradeço e acolho a presença de vocês. Tenho certeza de que poderemos enriquecer muito o nosso trabalho com a presença de vocês.

Cumprimento também toda a equipe, o Presidente José Múcio Monteiro e toda a sua equipe: Paulo Roberto, Leonardo Albernaz, Tiago Alves, Marcelo Chaves e Agostinho Garrido. Com certeza o TCU é uma instituição extremamente reconhecida, e grande parte disso ou quase tudo é em função das pessoas que estão lá, das pessoas que fazem, da área técnica. O grau de comprometimento que tem essa instituição é muito importante.

Presidente, parabéns pela apresentação, parabéns pelo trabalho do senhor e de toda a sua equipe.

Na sua apresentação inicial, o senhor falou algumas coisas que realmente incomodam. Incomodam, e é bom ouvir a sua visão. Primeiro, essa questão de que nós estamos falando tanto de uma pandemia, mas o Brasil vive esse vírus da corrupção, está contaminado por ele há muito mais tempo, com muito mais consequências. Se a gente somar todos os problemas e envolver tudo o que temos na nossa história, realmente é muito complicado. Porém, ao mesmo tempo em que o senhor falou do vírus da corrupção, o senhor fez um destaque que eu gostei muito: é preciso proteger o bom gestor. E, logo em seguida: na emergência é muito difícil distinguir o bom do mal, é muito difícil a gente separar uma coisa da outra, separar o joio do trigo. E nós temos que fazer isso, porque é muito injusto nós tratarmos o trigo como se fosse joio. E a sociedade, as redes sociais, o momento brasileiro faz isso. Tanto é que o senhor falou, em algum momento também, do sentimento que tinha do "liberou geral". Isso não é verdadeiro. Sabemos que isso não é verdadeiro, mas nós precisamos explicitar, precisamos deixar claro isso. E a grande vacina contra o vírus da corrupção sempre é a transparência, então nós precisamos investir em ferramentas de transparência cada vez mais.

Nós sabemos que uma das maiores preocupações desta Comissão é quanto à qualidade do gasto: gastar bem, de forma correta, e ter resultados. Este é o nosso principal objetivo: ter resultado. De nada adianta também gastar de uma forma legal sem ter resultado para a sociedade. Aí é desperdício, não é gasto. Nós precisamos conseguir gastar e ter resultado; gastar do jeito certo, gastar bem, com qualidade, e ter resultado, até porque o recurso é público, é de todos, então precisa ser muito bem cuidado.

Nós sabemos que aspectos da governança, como planejamento, liderança e controle, são relevantes para que os recursos públicos sejam bem utilizados. E o senhor trouxe isso numa belíssima apresentação, assim como o Paulo Roberto. Além disso, a implementação de políticas públicas baseadas em evidências também aumenta a chance de que as políticas públicas estejam sendo bem constituídas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, as auditorias em andamento pelo TCU já têm condições de assegurar que os requisitos de governança estão sendo seguidos e que os recursos públicos estão sendo bem gastos pelo Governo Federal e em âmbito subnacional. É uma novidade tudo o que vocês estão fazendo.

Eu gostaria de um comentário breve de vocês sobre isso que está sendo feito. Há um entendimento de que é suficiente? É seguro para, ao final, a gente comunicar essa tranquilidade para a sociedade de que esse R\$1 trilhão foi bem gasto e de forma especial?

O senhor disse que, na próxima segunda-feira, vai estar em uma das cidades mais belas do Brasil, que é Goiânia. Seja muito bem-vindo à nossa cidade, terra natal do Presidente Confúcio. Seja muito bem-vindo! Mas me preocupa muito toda essa situação de como fazer essa articulação. Eu gostaria de que vocês pudessem – claro, a reunião vai acontecer na segunda ainda – detalhar um pouco como é essa articulação dos órgãos de controle nacionais com os subnacionais. Como vamos fazer essa articulação? Até porque o dinheiro é ofertado aqui em cima, mas ele é gasto lá na ponta. E aí nós temos toda essa situação de um país continental. Como vocês estão prevendo com relação a esses parâmetros que o senhor citou? Como trabalhar esses parâmetros, esses critérios com transparência, sem engessar? Porque o grande problema – e eu já o coloco na segunda pergunta –, um ponto que aflige os setores públicos hoje, de forma muito especial, e que está chamando muito a atenção de todos, é a dificuldade de gastar.

Nós estamos tendo mais dificuldade de gastar do que de encontrar o recurso. Nós já temos, a essa altura do campeonato, R\$404 bilhões de recursos autorizados pelo Governo Federal, mas somente 30% – R\$119 bilhões – conseguiu ser efetivamente gasto. Existe aí toda uma dificuldade: existe burocracia, mas também existe um receio por parte do servidor. A gente percebe que muitas vezes o servidor, o bom servidor, está assustado. Supondo que a maior parte dos gestores públicos é honesta e que está fazendo o seu melhor para que o País possa sair da pandemia, que cuidados V. Sa. poderia sugerir para os gestores públicos tomarem, em um contexto como o atual?

V. Sa. já poderia antecipar a extensão dos efeitos da MP 966, que vem nesse sentido e com essa preocupação, que flexibiliza as regras de responsabilização dos gestores? O que essa MP protege e o que ela não protege, caso ela seja aprovada? Qual a pertinência, na visão do tribunal, dessa MP 966?

E eu já emendo um pouco: a MP 966 traz uma reflexão sobre a flexibilização das regras no tocante ao combate à pandemia da Covid-19, mas como o Tribunal de Contas avalia, na prática, a aplicação da nossa legislação com relação à fiscalização e ao controle do gasto público? Ela tem cumprido bem – porque talvez seja o momento de nós fazermos uma revisão mais profunda – o seu papel ou pode-se dizer que contribui para inibir o gestor bem-intencionado? Aproveitando o gancho da MP 966, que fala de uma situação de momento, mas ela vai se estender, até porque – e encerro com a última pergunta – nós estamos fazendo todo esforço agora e vamos partir para o pós-pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que precisamos de duas realidades bem definidas para ter o gasto público com qualidade e controle, que é transparência e planejamento. Inclusive, faço aqui um parêntese, com relação à transparência, do painel que foi feito, do Coopera, que realmente é muito bom e pertinente. Parabéns ao tribunal por isso. Porém, nós sabemos que tão importante quanto transparência é planejamento. E culturalmente, o Brasil tem uma dificuldade de planejar. Longo prazo para nós é muito curto. Longo prazo para nós é quatro anos, é um mandato. E nós precisamos investir nisto.

A dificuldade que tem o Brasil em planejar a longo prazo pode interferir de alguma forma na gestão dos gastos do recurso público? O senhor poderia apontar – o senhor com sua equipe – um caminho para o pós-pandemia, no sentido de otimizarmos nossos recursos públicos e retomarmos o desenvolvimento com qualidade e com segurança? Porque ao mesmo tempo que nós temos toda dificuldade do momento, nós teremos a... *(Falha no áudio.)*

Então, qual a visão que tem hoje o Tribunal de Contas, que é uma visão de controle, nesse ambiente todo que nós estamos vivendo?

Agradeço ao senhor e faço um destaque pela indicação do Lincol Lemos e da Aline Pizzato, que têm sido realmente muito importantes no trabalho do dia a dia da nossa relatoria aqui, sendo que nós estamos fazendo algo inovador também: estamos emitindo boletins, agora semanais, e eles têm sido muito importantes.

Agradeço também toda cooperação, toda forma republicana pela qual o TCU está tratando, no diálogo, esse momento, oferecendo-nos todas as informações necessárias.

No mais, parablenho mais uma vez o trabalho de vocês, colocando-me à disposição.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu queria informar a todos, ao Ministro Múcio e aos Secretários do Tribunal de Contas, que nós temos um tempo determinado pelos senhores, de duas horas de duração, ou duas horas e meia. Então, há muitos inscritos. Muitos inscritos! E temos perguntas dos internautas. E as respostas também devem ser bem objetivas, curtas, senão nós vamos extrapolar o tempo.

Eu passo a palavra... Primeiro, quero ter autorização da nossa Comissão – eu fiz o pedido anteriormente –, e basta vocês me fazerem um gesto com a mão, sobre se estou autorizado a conceder, logo após a resposta do nosso Relator, a palavra à Carmen Zanotto, da Câmara, e ao Deputado Luizinho. Se me autorizarem, eu passo para eles com sinal de deferência. *(Pausa.)*

Então muito obrigado. Muito obrigado.

Fica correto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o nosso Presidente José Múcio Monteiro. (*Pausa.*)

Cadê o som dele?

Isso.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo bem.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Está me ouvindo?

Bom. Primeiro, a honra de falar com o Deputado Francisco Jr., eu me sinto também um pouco goiano, morei lá alguns anos e me autoexilei em Goiânia por alguns anos.

Pois bem, primeiro que tudo, a nossa atividade não é simpática. Nós somos pagos para desconfiar, para fiscalizar, para pedir documentos, para ouvir outra vez, somos fiscais. Eu repito muito que nós não somos um órgão de governo, nós somos um órgão de Estado, uma criação do Legislativo. Somos quase como uma agência reguladora do dinheiro público.

Quando eu tive notícia da criação da medida provisória, à qual o Deputado se referiu, do meu jeito de ser, eu até disse que a achava desnecessária porque ela vinha com o intuito de, de certa forma, promover aqueles que tinham pressa, mas também de promover aqueles que não estavam com boas intenções.

Nós somos seguidores da Lindb, criação dos senhores, do Senador Anastasia – para quem eu telefonei dando satisfação. E, depois de nós promovermos, naquela época, 84 reuniões com os técnicos do Governo, dos órgãos que estavam executando; depois de nós termos criado o Coopera, que, como os senhores bem compreenderam, é uma forma de todos participarem, sugerirem... Nada é absolutamente definitivo no momento porque, como eu disse e repito, nós estamos trabalhando, precisando dar respostas imediatas muitas vezes para coisas para as quais nós não temos a resposta.

Então, como nós estamos trabalhando? Nós estamos separando este momento de emergência, que será todo analisado. O Ministro de Governo me telefonou, perguntando por que nós éramos contra essa questão da medida provisória. Não éramos. Nós somos contra... Eu me preocupo demais com a questão do bom gestor, do homem bem-intencionado, que precisa analisar uma licitação, que precisa autorizar uma compra. E nós, que somos fiscais, o Tribunal de Contas da União, os estaduais e os municipais, muitas vezes não temos tempo para fazermos uma análise para dizermos: "faça" ou "não faça". O que nós estamos fazendo é armazenar todas essas providências que estão sendo feitas, fazendo acompanhamento com quase toda nossa mão de obra trabalhando nisso para ver o resultado.

Se Deus quiser, isso vai acabar um dia, mas nós vamos continuar, durante muito tempo, com isso, porque muito malfeito foi feito em nome de salvar vida. Mas a gente só vai saber se foi malfeito ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benfeito depois de ter analisado tudo. Nós temos que proteger a rapidez da gestão, porque se trata de salvar vida, nós temos que proteger o bom gestor e nós temos que, dentro do nosso lado delegacia... Eu digo muito que o Tribunal de Contas tem dois lados: o pedagógico, que é esse de dizer como deve ser feito, de sugestões, de aprimorar suas decisões, parametrizar o que deve ser feito, e nós temos, infelizmente, o nosso lado de delegacia, que é ir atrás daquele que costumeiramente anda atrás do dinheiro público. Não tenha dúvida nenhuma de que esse vírus da corrupção, que já é um cliente nosso absolutamente permanente dentro do País, foi retroalimentado e tem vivido com certa desenvoltura dentro desse momento de crise.

Ainda nesta semana, um Governador – me referindo à palavra do Deputado – me telefonou e disse: "Olha, eu estou com medo de gastar. Eu estou no drama de gastar e tenho medo de quem se compra, se aquele produto é verdadeiro ou não, se é superfaturado..." Nós estamos todos, de certa forma, andando no escuro.

Mas, evidentemente, se nós todos estivermos atentos e o mal-intencionado tiver consciência de que nós vamos verificar tudo depois para saber se aquela decisão foi tomada porque era uma emergência ou se quem decidiu na sua conta pessoal teve um dinheiro extraordinário a mais depositado. Tudo isso vai ter que ser verificado, nós não podemos dizer: "É emergência, podem gastar à vontade."

Por exemplo, nos tribunais de contas estaduais há o mesmo dano do Tribunal de Contas da União, quer dizer, permite, não permite, às vezes autoriza... Quando descobre, há uma denúncia pelas redes sociais de que aquela empresa não existe, de que foi superfaturado... Então, nós vivemos na portaria de um hospital e na portaria de uma delegacia e temos que decidir para salvar vidas. Mas é conversando...

Eu, por exemplo, estou há 11 anos no Tribunal de Contas e é a primeira vez que eu participo de uma audiência pública. Estou muito honrado de estar com os senhores, embora tenha passado 20 anos aí na Casa. Mas é a nossa disponibilidade de ouvir, de acertar, de corrigir... Nós não temos a palavra definitiva. Nós estamos ouvindo porque o momento é um momento diferente. Nós não temos uma referência. Nós não temos de quem copiar.

Eu falei com o nosso colega da Argentina, ele também está sem saber o que fazer; o companheiro do Equador também está sem saber o que fazer. Então, há boa vontade de todos em acertar, mas, evidentemente, sem ninguém ter definitivamente a solução.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Espero que o Deputado Francisco tenha ficado satisfeito com a resposta.

Nós vamos agora... Caso tenha alguma complementação, V. Exa. deixe para o final, está bem, Deputado Francisco?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devido ao consentimento de toda a nossa Comissão, eu passo a palavra para a Deputada Carmen Zanotto. Ela pode dirigir a sua pergunta ao Ministro Múcio, as suas indagações, entre três e quatro minutos.

Fique bem à vontade.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Para interpelar.) – Muito obrigada, nobre Senador Confúcio. Na sua pessoa e na pessoa do Deputado Francisco eu quero saudar todos os membros da Comissão Mista do Senado Federal e dizer que, junto com o Dr. Luizinho, nós estamos desde o dia 11 de fevereiro trabalhando na Comissão Externa das ações de prevenção e combate ao coronavírus.

Mas quero saudar especialmente o convidado de hoje, porque nós também teríamos uma reunião similar na Comissão Externa da Câmara, o Sr. Ministro José Múcio Monteiro, Presidente do Tribunal de Contas, e, na sua pessoa, a todos os Srs. Secretários e a toda a equipe do Tribunal de Contas da União.

A minha fala vai muito da experiência também de gestora municipal que fui e das preocupações que nós estamos recebendo na Comissão Externa das ações de prevenção e combate, Sr. Ministro, porque nós vivemos um momento absolutamente ímpar, ímpar para todos nós. Nós acompanhamos essa pandemia mais intensamente a partir do mês de janeiro. No dia 6 de fevereiro, quando tivemos já a aprovação do texto legal do enfrentamento da emergência sanitária internacional que a Câmara e o Senado... Eu tive a oportunidade de ser a Relatora na Câmara. Nós, em 48 horas, estávamos com o texto aprovado.

No início da sua fala, Ministro, o senhor traz algumas preocupações que são preocupações nossas no dia a dia. O risco e o que nós vamos no País, com relação ao vírus da corrupção, mais nos últimos dias, propriamente ditos, a politização desse vírus... Salvar vidas para alguns passou a ser melhorar suas vidas.

E eu, como enfermeira de formação, que atuei nas UTIs inclusive da minha cidade de Lages, no Estado de Santa Catarina, e fui gestora, tenho uma preocupação muito grande de que alguns gestores, a partir desses conflitos todos com relação às aquisições de respiradores, EPIs de baixa qualidade... O distanciamento, o isolamento social foi obrigatório praticamente no primeiro período da pandemia, porque nós não tínhamos nem equipamentos e nem materiais, porque, no comecinho de fevereiro, nós não imaginávamos que esse vírus chegaria tão rapidamente ao Brasil como chegou e na intensidade com que chegou. Como ele é desconhecido de todos nós, eu digo que nós podemos ter muitos acertos, mas também muitos erros frente a essa pandemia, e o pior erro que poderá existir é o erro de se apropriar de uma situação de salvar vidas para o enriquecimento ilícito.

E aí me vêm algumas preocupações. Estou muito triste, inclusive, com a última notícia da semana passada com relação a também servidores públicos do Estado de Santa Catarina terem aderido ao auxílio emergencial, como aconteceu com os militares. Eu não quero acreditar que tenham sido eles que tenham se incluído. Nós temos que estudar se não houve algum equívoco também no sistema que liberou esses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos, porque a informação é de que 4,8 mil servidores públicos teriam também recorrido ao auxílio emergencial, tão bem pensado, construído e sofrido para o País, porque isso aumenta a dívida pública para auxiliar as pessoas que nessa situação de emergência ficaram sem receber os seus vencimentos, em especial os profissionais autônomos e aqueles menos favorecidos. Então, essa é uma preocupação grande.

E, para os senhores do controle externo, eu tenho certeza de que o trabalho vai durar por muito tempo até que a gente consiga separar aqueles que fizeram mau uso do momento daqueles que, mesmo comprando acima do preço de mercado, pensaram na sua população e na sua atenção aos pacientes.

Mas eu quero trazer também outras preocupações. Em função dessa preocupação do controle externo, os serviços não estão acontecendo. Por exemplo: recursos de habilitação de novos leitos de UTI Covid, que o ministério habilita porque há a equipe médica, há os equipamentos, há a equipe de enfermagem, ou seja, eles estão aptos a receber os pacientes que precisarem ser enviados para aquela unidade hospitalar, não estão sendo recebidos dos gestores municipais e estaduais porque o ministério habilita, repassa de imediato, mas os Estados e os Municípios, conforme o modelo de gestão, estão fazendo convênios, com toda a burocracia convenial, em vez de aditivos aos contratos já existentes para repassar esse recurso já previamente definido pelo ministério.

A lei tão bem pensada, o PL do Senador Serra, hoje Lei 13.995, que destina R\$2 bilhões para a rede hospitalar filantrópica prestadora de serviços, que foi aprovada por unanimidade no Senado e na Câmara, fruto de duas portarias ministeriais, a 1.393 e a 1.448... Estou falando dessas portarias porque tenho ainda uma grande preocupação: quando se mudou o que estava sendo pactuado para ser dividido entre os hospitais filantrópicos do País, entrou o critério epidemiológico, e o critério epidemiológico foi o de como estavam os serviços dentro dos Estados e como estavam os Estados com relação à pandemia no País. Só que esse recurso é limitado. Quando a gente colocou a epidemiologia, a gente retirou recursos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em que nós não sabemos ainda como esta pandemia vai se dar.

Por isso, tudo é muito tênue. Apontar erros e acertos para uma situação complexa como esta exige de todos nós do Parlamento... O controle externo, para mim, será – e é – a grande ferramenta para separar aqueles que fizeram bom uso e os que fizeram mau uso do recurso público. Por isso que nós da Comissão Externa estamos muito preocupados, inclusive, com a falta de medicamento, de sedativos. Para aquele paciente que está dentro do hospital e que precisa estar entubado, os hospitais não estão conseguindo comprar os sedativos. E a indústria diz que não aumentou o preço, Senador Confúcio, apenas retirou a margem de desconto. Então, gestores não estão fazendo o que precisa ser feito para garantir, com medo do controle externo.

O controle externo, Ministro – eu gostaria que o senhor reforçasse isso –, vai punir os que se apropriarem do recurso, e não aqueles que cuidaram da vida da sua população, que, em nome do controle





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

externo, não estão fazendo as ações emergenciais. E a minha pergunta é nesse sentido, porque a Comissão do Senado tem mais esse papel...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputada Carmen Zanotto, muito agradecido pela sua participação.

Passo a palavra ao Presidente José Múcio Monteiro, para responder a Deputada Carmen Zanotto, por gentileza; por três minutos, Ministro.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Deputada, muito prazer em conhecê-la. Eu vou tentar dar uma resposta pouco política, embora eu não consiga fugir disso.

A ferramenta de trabalho dos senhores do Legislativo é o diálogo. Nós temos uma crise de uma pandemia, nós temos uma crise econômica, nós temos uma crise política, mas nós também temos uma crise gigantesca que é a crise da falta de diálogo. Estamos num ano eleitoral; muitos têm a preocupação de quem vai ganhar, quem vai perder, se o Prefeito vai ser reeleito, se o Prefeito da oposição vai ganhar, quer dizer, há muitas providências que nós poderíamos estar tomando conjuntamente. Esse vírus poderia ter pacificado este País, juntado este País; esse vírus não é filiado a nenhum partido, não tem lado, não tem banda. Nós poderíamos ter juntado todos numa grande discussão, sairíamos todos vitoriosos, ou sairemos todos derrotados, e tudo isso seria muito mais fácil.

O controle externo tem uma grande preocupação, evidentemente: separar o joio do trigo. Mas, se nós formos injustos, quem é que, no futuro pós-pandemia, vai querer ser gestor público, quem é que vai querer ser secretário municipal, quem é que vai se candidatar a uma prefeitura comprometido com o advento das redes sociais de macular o conceito seu e, consequentemente, de seus filhos, de seus netos e daí para a frente? A política está virando uma atividade de risco, porque você pode dormir honesto e um qualquer botar uma suspeição sobre sua conduta, e você acordar com um conceito arranhado.

De maneira que nós do controle externo sabemos que, mesmo quando essa pandemia acabar, nós vamos continuar, muito tempo, com a preocupação de separar o joio do trigo, para dizer ao bom gestor: "Olha aqui, nós estávamos lá, e é por isso que temos os 29 acompanhamentos, quase que uma atividade presencial, no gesto de quem está decidindo, para que você continue bom gestor público para que o bem-intencionado que está começando, que vai fazer concurso público tenha intenção de ser gestor público", porque, daqui a um tempo, ninguém vai querer assinar um documento, assinar uma autorização, ninguém vai querer ser responsável. O risco é muito maior do que o orgulho de ser.

Eu digo sempre que, no Brasil dessas denúncias, dessas suspeições, ter sido é muito mais difícil do que estar sendo. Como? É muito difícil presidir a Petrobras? É, mas mais difícil é ter sido Presidente da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras. É muito difícil presidir o BNDES? É, mas mais difícil é ter sido Presidente do BNDES por conta dessa avalanche de denúncias, de suspeições que deixam isso para o cidadão.

Então, o Tribunal de Contas, evidentemente, torce para que tudo isso passe para que haja segurança jurídica para quem investiu dinheiro. Nós vamos precisar de dinheiro de fora, nós vamos precisar de dinheiro privado para... Lembrem que nós, em janeiro, tínhamos um País que crescia, o Brasil crescia a 1,5% e nós sonhávamos em crescer mais. Hoje, a gente sonha em voltar a 1,5%.

Então, nós precisamos reconstruir o País, porque esse vírus vai escancarar as suas diferenças, as suas mazelas. Esses muitos brasis vão aparecer após essa pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Sr. Ministro.

Consulto o Ministro José Múcio se V. Exa. pode permanecer mais um pouco na sala.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Posso, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Então, nós vamos fazer três blocos.

Agora, o próximo bloco será o Senador Izalci, Eliziane Gama, o Deputado João Campos e o Senador Wellington Fagundes.

O segundo bloco será Felício Laterça, o Senador Vanderlan Cardoso, o Deputado Cacá Leão e o Senador Espiridião Amin.

O último bloco será o Deputado Mauro Benevides, a Senadora Zenaide Maia, o Deputado General Peternelli e a Deputada Paula Belmonte, do Cidadania, do Distrito Federal.

Então, vamos lá.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, pelo tempo de três minutos.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, não dá para a gente cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode entrar direto, pode entrar direto.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o nosso Ministro José Múcio, parabenizá-lo pelo trabalho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar duas coisas simples, Presidente, com relação, primeiro, à questão da previdência, que a gente precisa falar um pouco com relação aos benefícios da previdência e com relação também à questão das compras sem licitação.

Com relação à previdência e aos benefícios, eu vi aqui nos relatórios da Comissão que de fato – e o INSS reconhece – diminuiu a questão da análise. Estão fazendo tudo também de forma virtual, então, essa falta de análise dos benefícios trouxe um crescimento muito grande. De fevereiro para abril, aumentou de 245 mil para 422 mil pedidos, estoques de análise. Eu perguntaria com relação a isso.

Também, em outro relatório, está sendo discutida a questão do aumento para o reconhecimento inicial do direito ao benefício, a exclusão de pessoas que possuem direito ao benefício e pagamentos indevidos também. Com relação a isso, eu pergunto: como o TCU tem visto este problema e quais seriam as soluções apropriadas para evitar mais desperdício de recurso público? E como o Tribunal de Contas vem avaliando essa questão dos riscos individualmente? Quais as medidas que vêm sendo tomadas para mitigar esses riscos com relação a essa questão da falta de análise e, ao mesmo tempo, esse aumento significativo do estoque?

Com relação também à questão da licitação, da falta de licitação para a compra de equipamentos, cuja PEC nós aprovamos inclusive, eu perguntaria, Ministro... É lógico que hoje está muito difícil você encontrar gestor que queira assinar qualquer documento – e eu fui um dos que pedi, inclusive, que se colocasse isso na PEC, para que houvesse realmente transparência –, e a gente colocou, então, na PEC também essas mudanças para poder acompanhar tudo isso. Então, eu pergunto: com relação a essas compras, como o TCU vê a resposta que vem sendo dada pelos gestores para o combate à pandemia? Estão sendo suficientemente ágeis, porque, como disse aqui o nosso Relator, de quatrocentos bilhões e poucos milhões, só 30% foram executados? Existem aprimoramentos legais que poderiam ser implementados de modo a permitir mais agilidade de um lado, mas também evitar desvios de recursos?

E para concluir ainda: o TCU atua nesses casos para evitar que haja desvios, quando há recursos federais envolvidos, ou esses problemas estão concentrados nos Estados, que usam recursos próprios também para realizar essas compras? E se houve alguma devolução já de recursos desviados.

Era isso, é muito curto o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É, o tempo é curto.

Senadora Eliziane Gama com a palavra. (*Pausa.*)

Senadora Eliziane. (*Pausa.*)

Ela está conectada? Senadora Eliziane...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou vendo o rosto dela, mas ela não está se manifestando. É problema de internet, Senadora Eliziane. A senhora deve estar com um problema de internet aí.

Vou passar a palavra até a senhora conseguir se conectar.

Vou passar a palavra para o Deputado pernambucano, o jovem João Campos, do PSB de Pernambuco.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Opa. Eliziane, já está pronta? Está pronta? *(Pausa.)*

Pode falar. Pode falar, Senadora.

Senadora, é o seu som aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Exatamente. É porque V. Exa. precisa, na verdade, ativar o meu som.

Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Ministro José Múcio e os demais membros do Tribunal de Contas.

Mas antes, Presidente, de fazer as minhas perguntas, eu queria aqui protestar contra um ato absurdo do Ministro da Educação, que revogou hoje a Portaria nº 13.000, de 2016, que versa sobre a política de cotas em cursos de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras. O ato dele passa, na verdade, a vigorar a partir de hoje, no mesmo dia em que são altas as expectativas de demissão dele do cargo de Ministro. Eu vejo isso como uma ação muito triste, porque o Ministro está querendo instrumentalizar, usando... *(Falha no áudio.)*

... dos setores mais pobres da população brasileira, as cotas do Brasil... *(Falha no áudio.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – V. Exa. está me ouvindo?

... as cotas para negros, índios, pessoas com deficiência, uma conquista histórica do Brasil, e nós não podemos aceitar. Nós, inclusive, estamos apresentando agora um projeto de decreto legislativo sustando essa portaria.

Mas eu queria fazer aqui, basicamente no meu tempo, que é muito pouco, uma pergunta diretamente ao Ministro José Múcio. Ministro, o Plenário do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, decidiu apurar o número de militares da ativa e da reserva que possuem cargos civis no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Bolsonaro. E aí eu pergunto: o que levou o TCU, na verdade, a tomar essa iniciativa, se foi uma preocupação com a ação excessiva de militarização do Executivo? E também queria saber se já existe, de forma preliminar, algum estudo comparativo sobre o nível de militarização dos Governos Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer.

E, por último, queria saber se o senhor também compartilha com a mesma preocupação do Ministro Luís Barroso. Ele, no programa Roda Viva, da TV Cultura, demonstrou bastante preocupação com esse tema e disse o seguinte – abre aspas: "Isso é o que aconteceu na Venezuela. Isso é a 'chavização', porque quando você multiplica militares no Governo, eles começam a se identificar com o Governo e começam a se identificar com vantagens e com privilégios. Isso é um desastre, isso não pode acontecer", afirmou Barroso. Queria saber a sua opinião sobre isso.

Por fim, só mais uma pergunta, no tempo ainda que me resta aqui. Nós tivemos aí na prestação de contas do Governo Federal do ano passado uma aprovação com ressalvas e várias recomendações. Uma das recomendações que foi apresentada é buscando a transparência, no sentido de que os gastos com publicidade e propaganda, de fato, fossem publicizados. Eu pergunto ao senhor: já houve manifestação do Governo Federal relativa a esse tema especificamente da transparência pública?

E também, Presidente... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode continuar, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – O Governo Federal criou um comitê de crise, impactos, na verdade, da Covid-19. *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A sua internet está ruim, Senadora. A sua internet está ruim.

Vai ficar sem a última fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu gostaria de saber se o Tribunal de Contas tem...

Minha internet está realmente um pouco ruim.

Quero finalizar perguntando ao Ministro quais os resultados que esse comitê de crise tem realmente... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está ruim, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – ... versa um ponto específico, que é a articulação do... *(Falha no áudio.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vamos passar a palavra para o Deputado João Campos; depois a Eliziane complementa.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Para interpelar.) – Bom dia a todos!

Quero saudar o Presidente da Comissão, o nosso Relator. Quero saudar, de maneira muito especial, o Ministro José Múcio Monteiro, conterrâneo, uma grande figura que Pernambuco empresta ao Brasil.

Quero parabenizá-lo, Ministro José Múcio, pela sua condução à frente deste importante tribunal, que sempre esteve presente na história brasileira nos momentos mais decisivos. E não é diferente neste momento. Então, em seu nome, quero parabenizar a todos que fazem o Tribunal de Contas da União; os secretários que aqui estão, que fizeram uma belíssima apresentação.

E quero parabenizá-lo pelo painel lançado. Eu acho que o tribunal dá um passo à frente mostrando a sua vanguarda. Ele consegue preencher duas lacunas importantes que faltam ao Governo Federal neste momento: uma é o papel de coordenação dessas ações e a segunda é a transparência. Então, viabiliza que as ações executadas com o dinheiro da União, com os recursos da União tenham a devida coordenação e transparência. Entendo, como quem conhece o perfil do senhor sabe, muita clareza e muita serenidade na condução disso, podendo viabilizar que o bom gestor possa executar e, ao mesmo tempo, acompanhar os recursos, para não ter nenhum desvio de finalidade ou um gasto equivocado com esse recurso, mas não criar um estigma de que hoje em dia é impossível ser gestor público ou é impossível você fazer um gasto adequado num momento tão delicado.

Eu queria destacar três ações, antes de fazer a pergunta, e parabenizar o tribunal por essas ações.

Primeiro, a identificação de 8,1 milhões de brasileiros que podem ter recebido de maneira indevida o auxílio emergencial. A gente sabe que esse auxílio deveria, sim, ser pago o quanto antes, então que a gente não prejudique o beneficiário, e sim vá atrás, agora, da fraude e possa puni-la. Essa identificação é preocupante. Então, que se possa também dar continuidade para poder punir essas pessoas.

O TCU também tomou a decisão corajosa e correta de impedir que o Banco do Brasil financiasse *sites* que supostamente estão divulgando *fake news* – é uma ação para defender o nosso País também – e abriu uma auditoria no cartão corporativo da Presidência, que tem gastos com mais de 90% de crescimento em relação ao mesmo período de gestões anteriores. Então, acho que isso mostra a atuação do tribunal e o quão relevante ela tem sido.

Caminhando para a pergunta, eu gostaria de saber como a gente pode – e qual o papel do Tribunal de Contas em relação a isso, para ajudar também a sociedade – conseguir que o Governo coloque mais recursos na área da saúde neste momento. A gente tem visto que a execução orçamentária específica para o Covid tem sido reduzida por parte do Governo Federal. Então, como a gente pode incentivar isso e incentivar também o Governo Federal a atuar como um estoque regulador na área da saúde? A gente viu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o debate em torno da cloroquina se deu de maneira equivocada, politizando-se. Enquanto isso, faltou medicamento para fazer a sedação dos pacientes e o relaxamento muscular do pulmão para poder fazer a entubação, e o ministério não agiu como um regulador do estoque nacional. Então, como a gente pode fazer isso, o TCU junto com a Câmara, para forçar essa proteção na saúde brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado João Campos.

Neste bloco, encerro com a participação...

É bom que o Ministro José Múcio vá anotando as perguntas ou alguém do seu grupo.

Eu vou passar a palavra para o último do bloco, que é o Senador Wellington Fagundes, do PL, do Estado do Mato Grosso.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente José Múcio.

Quero cumprimentar também o nosso Relator, Francisco Jr., e em especial o nosso convidado, José Múcio Monteiro, nosso Presidente.

E quero já elogiá-lo, José Múcio, exatamente pela forma com que você fez a apresentação. É uma pessoa que esteve no Parlamento muito tempo, portanto conhece muito bem o que é a vida do Parlamentar e o papel do Poder Público de modo geral.

É claro que hoje se fala muito que o Brasil tem excesso de controle e pouca execução. A gente tem visto realmente que do Orçamento do Brasil pouco está sobrando para a execução. Hoje nós temos milhares de obras inacabadas, e isso faz com que o recurso público seja desperdiçado. Eu sempre tenho dito que a obra inacabada não serve para nada: é um recurso público desviado, porque está ali parada a obra; para manter aquela obra parada é custo; se deixar abandonada, também é mais recurso perdido. Enfim, eu gostaria que V. Exa. fizesse algum comentário sobre essa questão de obras paradas, paralisadas.

Por exemplo, no Mato Grosso nós temos, na capital, dois hospitais, grandes hospitais, como o Hospital Central, que está parado há mais de 20 anos. Também temos o Hospital Universitário com recursos na conta, Ministro, mais de 100 milhões. A obra começou há oito anos, mas está parada. Se nós tivéssemos a conclusão desse Hospital Universitário, a situação de saúde já seria muito melhor no Estado.

Hoje nós temos carência de UTIs, principalmente UTIs para atender pacientes da Covid. E aí eu quero também entrar nessa questão que o Deputado João acaba de colocar: hoje está faltando medicamento, principalmente os relaxantes musculares. E aí, independentemente de ser para a Covid ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não, qualquer paciente que vai para uma UTI e que precisa ser entubado precisa do relaxante muscular, mas não está havendo, Ministro. Eu não sei até que ponto o Tribunal de Contas pode também ajudar a intervir na execução do planejamento, porque essa é uma demonstração de falta de planejamento. Se nós temos a doença, se nós temos o controle necessário do Estado para usar produtos como esse... É fabricado no Brasil, mas os insumos são importados da Índia e da China. Isso está causando uma preocupação muito grande na rede privada também, que, com dinheiro, não está conseguindo adquirir.

Então, Ministro, eu gostaria de que o senhor deixasse mais claro o que o senhor já falou: o Tribunal de Contas da União hoje está trabalhando em parceria muito forte com os tribunais de contas dos Estados. O senhor poderia destacar alguns tribunais de contas dos Estados que estão também bem avançados ou dizer se todos estão no mesmo nível, a contento?

Além disso, Ministro, eu gostaria de ouvir a sua opinião, porque ontem nós discutimos muito a questão da prorrogação das eleições para este ano, ainda para novembro, e a Justiça eleitoral e os cientistas têm mostrado que é inviável a eleição em outubro. Mas eu sou autor de uma PEC em que proponho a coincidência de mandato em 2022. E eu quero fazer essa pergunta, porque nós vamos gastar R\$2 bilhões com fundo eleitoral e mais R\$4 bilhões com a Justiça; R\$6 bilhões neste momento de crise que o Brasil está vivendo em que está faltando UTI, está faltando medicamento. Então, eu gostaria do seu comentário, até pela sua experiência política geral, sobre o que o Brasil tem que fazer neste momento em que estamos fazendo a gestão da pandemia e sobre o fator eleições.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes. Esse bloco é de quatro.

Eu quero registrar a entrada em nossa sala do Deputado Luisinho, Presidente da Comissão da Câmara, de igual importância.

Como eu concedi a palavra para a Carmen Zanotto com exclusividade, eu vou aguardar o fechamento do bloco. Já anunciei o segundo bloco.

O Deputado Luisinho aguarda só um pouquinho. Eu vou dar-lhe o tempo, Deputado Luisinho, para o senhor fazer os questionamentos exclusivos para o Ministro. O senhor, sozinho, perguntar fora dos blocos que eu já anunciei aqui. O senhor vai falar em separado.

Eu queria também registrar aqui, por coincidência absoluta, que eu recebi uma correspondência agora no gabinete e o selo é do Miguel Arraes, viu, João Campos? Do Miguel Arraes! Está vendo? Eu fiquei muito feliz, rapaz! Seu bisavô, por coincidência, aqui com a gente também, tá! Você vê aí a linhagem política da sua família. Parabéns a V. Exa.!

Então, eu passo a palavra ao Ministro José Múcio Monteiro para responder aos quatro Parlamentares. O senhor tem um tempo aí, como são quatro, de até dez minutos, Ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Eu vou, por uma questão de aproveitamento da Comissão, responder uma parte e passar uma parte mais técnica para o Tiago Dutra, quando dessa pergunta do Izalci.

Primeiro a questão política. Essa questão que a Senadora perguntou, se... Essa questão dos militares. Ontem, na sessão de ontem, o Ministro Bruno Dantas pediu que nós fizéssemos um quadro comparativo da presença de militares neste e nos outros Governos. Não sei... Não há nenhuma... A colocação dele não teve nenhum caráter sancionatório, mas acho que ele... É uma informação. Quanto maior a transparência para o tribunal e para a sociedade, muito melhor.

Segundo, quero dizer ao Wellington que é um prazer muito grande revê-lo. Meu companheiro de alguns mandatos. Essa questão das obras paradas no Brasil, quando nós chegamos lá no Tribunal de Contas, assumimos a Presidência, incomodava-me demais essa história do apagão das canetas, que era o controle que parava as obras no Brasil. Naquela época, o Brasil tinha 14 mil obras paradas e menos de 2% era por conta de controle. Menos de 2% era por conta de controle! Era Iphan, era Ibama, era Ministério Público.

Procurei o Presidente do STF, o Ministro Toffoli, e ele criou uma comissão com todos os órgãos que poderiam paralisar obra pública no Brasil. Porque o gestor, muitas vezes, dizia que era por conta do controle do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado, que era uma bela desculpa quando ele não queria continuar a obra, quando a obra tinha começado pelo antecessor, essa coisa da eleitorização da gestão pública brasileira.

Então, eu sei que nós criamos uma metodologia de trabalho em que toda obra que dizia que era o Tribunal de Contas, nós respondíamos oficialmente quem tinha paralisado a obra. E Toffoli criou uma comissão, inclusive com o Dr. Augusto Aras, o Procurador. Nós começamos... Havia quase que mil creches paralisadas, e nós começamos com um grupo de trabalho que deu início, no Estado de Goiás, a destravar isso, sob a liderança do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Toffoli, exatamente por conta das questões judiciais. Cada órgão colocava na justiça e um parava porque ali tinha sido uma aldeia, outro parava porque encontrou um vaso antigo, o outro parava... Por todos os motivos. Só o padre, o pároco não parava a obra no Município. Então, isso é uma coisa. Quanto ao Tribunal de Contas, a nossa participação foi muita.

Com relação ao incentivo do gestor público, no ano de 2018, menos de 0,1% dos servidores públicos brasileiros receberam qualquer sanção do Tribunal de Contas da União. Ou seja, muitas vezes nós somos imputados por dificuldades que nós criamos, mas nós hoje temos a vigilância de responder, de dizer que nós somos parceiros, queremos ajudar.

Esse programa das obras públicas, inclusive, foi criado com o nome de destrava. Como agora também nós estamos trabalhando com o Supremo, sob a liderança de Toffoli, mais uma vez, repito, para



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

resolver a questão da leniência: se é CGU, se é AGU... Nos países mais avançados essa questão de se devolver o dinheiro do acordo de leniência foi resolvido num tempo muito curto, enquanto nós ficamos discutindo aqui o protagonismo de quem deve fazer isso.

Mas essas coisas estão sendo tocadas. Evidentemente, esses três meses são de emergência, tudo está sendo criado. Muitas vezes, coisas que criamos em pouco tempo nós vemos que precisam ser modificadas, escutamos sugestões. A parceria com os tribunais de contas estaduais – de que o Wellington Fagundes perguntou – precisa ser ampliada. Nós, na segunda-feira, vamos ver onde que nós podemos... Porque vivemos sob égides constitucionais diferentes. Embora houvesse uma ideia do Governo de o Tribunal de Contas participar de uma hierarquização dos tribunais de contas estaduais. Mas não é esse nosso propósito, nós queremos ser parceiros com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, nos mesmos parâmetros, nos mesmos limites de análise. Nós precisamos destravar este País, nós precisamos nos entender, nós precisamos combinar, nós precisamos acabar com essa história. Eu tenho que respeitar o contraditório, o que ultimamente não tem sido respeitado. Nós precisamos entender que a democracia é conviver com o contraditório, como o confronto de ideias, sem que seja necessário nós transformarmos este País num grande palco de conflito.

Quero dizer ao Deputado João Campos, do meu Estado, que o prazer de vê-lo me reporta à lembrança do seu pai, que eu guardo com muito carinho.

Vou passar a palavra ao Paulo Wiechers, para o tempo que me resta, ou ao Tiago Dutra, para responder à pergunta do Izalci, com relação à questão da previdência.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS – Presidente, eu preferiria passar primeiro para o Tiago Dutra, pois é uma pergunta mais específica de benefícios.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Por favor.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS – Depois eu retornarei, se houver tempo.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – O.k.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS – Por favor, Tiago.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA (Para expor.) – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares pela pessoa do Senador Confúcio Moura. Agradeço a pergunta do Senador Izalci.

Em relação ao INSS, nós temos um acompanhamento específico, pelo qual nós estamos fazendo relatórios mensais sobre as principais medidas que estão sendo implementadas no INSS e também o nível de concessão dos benefícios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já temos um relatório que foi aprovado pelo Plenário do Tribunal, com acórdão, que tratou do mês de abril. Nele, nós avaliamos as três principais medidas relacionadas ao INSS: a antecipação do décimo terceiro, a antecipação do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e a antecipação do auxílio-doença. Também avaliamos os indicadores de concessão, digamos, o problema da fila do INSS. Esse é um problema que já era antigo e ganhou uma lupa. O tribunal ajudou bastante a incentivar a criação de uma prestação de contas específica. Então, hoje há essa informação no boletim estatístico do INSS. Eu tenho aqui alguns dados que eu posso passar desse acórdão.

No mês de abril: foram antecipados 50% do décimo terceiro; o BPC teve uma antecipação de 146 mil benefícios, ao valor de R\$87 milhões; o auxílio-doença teve uma antecipação para 40 mil beneficiários, ao valor de R\$42 milhões. Ainda tínhamos em abril uma fila de 1,85 milhão de pessoas no INSS. Uma parte dessa fila depende de documentação do beneficiário, outra parte, de fato, é um atraso por parte do INSS. E as principais filas são: auxílio-doença, 500 mil pessoas; o BPC para pessoas com deficiência, 490 mil pessoas, aposentadoria por tempo de contribuição, 257 mil pessoas. E também avaliamos o tempo de concessão, que, por lei, era para ser 45 dias, historicamente é maior do que isso, e agora tem reduzido, reduziu no mês de março, e chegou a uma média nacional de 69 dias, e, por unidade da Federação, nós temos as maiores: Alagoas, 90 dias; Piauí, 90 dias; Tocantins, 90 dias; Bahia, 87 dias, e Maranhão, 87 dias.

Então, esse é o panorama que nós entregamos no primeiro relatório. O segundo relatório está prestes a sair, no qual vamos avaliar essas mesmas informações para o mês de maio e, enfim, estamos à disposição.

Aproveito também para falar do auxílio emergencial, comentado pelo Deputado João Campos, nós identificamos no primeiro relatório também, o relatório mensal, fizemos uma estimativa, utilizando dados estatísticos, e havia uma diferença de 8 milhões de pessoas que poderiam estar recebendo indevidamente. Portanto, é uma estimativa, não é uma detecção, exatamente porque nós temos limitações muito relevantes, no Brasil, nos nossos cadastros governamentais. Temos aí quatro grandes cadastros: o da Receita, o do INSS, o do Ministério da Cidadania e o do TSE e, no relatório, nós apontamos uma dificuldade de integração desses cadastros.

Há um problema de identificação inequívoca do brasileiro. Nós estamos apontando agora um outro relatório de cruzamento de dados, um problema relacionado até à quantidade de CPFs no Brasil, que é maior que a quantidade da população que consta no IBGE.

Temos um problema também de identificação de renda, composição familiar, que são os critérios de elegibilidade dos programas de transferência de renda: o Bolsa Família, o BPC e também o auxílio emergencial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está atacando as causas do problema e também buscando detectar, seguindo o nosso trabalho, que está sendo finalizado, que é o cruzamento de dados, e vamos apresentar. De fato, encontramos centenas de milhares de pessoas recebendo indevidamente o auxílio emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, o tempo esgotou.

O senhor precisa de alguma prorrogação, Ministro Múcio? O senhor precisa de uma prorrogação de tempo para a resposta?

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Eu preciso passar a palavra ao Paulo Wiechers, porque ele tem alguma coisa que precisa ser complementada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

Dois minutos para o senhor, Dr. Paulo Wiechers. Por favor.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

É apenas um esclarecimento adicional, acho que uma resposta a uma pergunta do Senador Izalci não ficou respondida. Refere-se aos recursos que são repassados para os Estados, se seria uma competência somente dos tribunais de contas estaduais ou do federal.

Na verdade, Senador, quando são recursos federais repassados aos Estados, a competência remanesce com o TCU. A questão é que existe hoje ainda uma dúvida jurídica grande, no que se refere à parte desses recursos que estão repassados para os Estados, a título desse auxílio da União, que foi posto como uma espécie de compensação pela queda da arrecadação do ICMS dos Estados.

Existe ainda uma controvérsia jurídica se esse recurso seria um recurso originariamente do Estado, e, se for considerado um recurso originário do Estado, se ficaria somente na competência da fiscalização de âmbito estadual, dos TCEs e TCMs, ou se seria uma competência do TCU. Nós estamos trabalhando num processo desse agora no TCU e devemos submeter esse processo ao Plenário nos próximos dias, para que o Plenário, então, se posicione acerca dessa questão da competência, o.k.?

Acho que era somente esse o esclarecimento adicional que eu gostaria de fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senador...

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Presidente, eu posso fazer um complemento?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Eu acho que foi a Senadora que perguntou com relação à questão das transparências nas contas de publicidade. Isso foi fruto de uma manifestação feita há uma semana pelo Ministro Bruno Dantas quando da análise das contas de Governo. A Senadora perguntou se o Governo já havia se manifestado, se já havia feito alguma coisa, se havia materializado alguma modificação. Diretamente ainda não, porque faz apenas uma semana que houve esse pronunciamento do Ministro Bruno Dantas. A única modificação que houve foi esse desmembramento do Ministério e criou-se um Ministério com o Deputado Fábio Faria para cuidar exatamente dessa área. Então, acho que, a partir dessa área, nós vamos ter um acesso mais fácil e uma conversa mais amigável com relação a isso.

Mas quero dizer que, quanto mais transparentemente essas coisas forem feitas, de forma mais democrática e ouvindo mesmo aqueles que não são eleitores e não votaram, eu acho que facilita para o Brasil voltar ao seu caminho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem! Muito obrigado, Presidente.

Eu quero registrar que está na nossa sala de debates o Deputado Jorge Solla, da Bahia – muito obrigado a V. Exa. Está presente também a Deputada Soraya Manato. Muito obrigado a V. Exas. por participarem desta audiência pública muito concorrida, por sinal, muito concorrida.

Eu queria registrar também, antes de anunciar o próximo bloco, que nós temos aqui participação de internautas: Fabio Rodrigues, de Pernambuco – talvez seja por causa do Ministro Múcio que há um pernambucano lá interessado em algumas respostas; Renan da Silva, do Rio de Janeiro; Giovanna Daudt, do Rio de Janeiro; Gerliany Silva, do Rio Grande do Norte; Alexia Teixeira, de São Paulo. E há mais outros tantos, muita gente participando.

Muito bem! Esse bloco está encerrado. Vamos começar o próximo bloco. Depois deste bloco, Deputado Luizinho, eu vou passar a palavra para V. Exa.

Este bloco é composto por Felício Laterça, Deputado Federal do Rio de Janeiro; Vanderlan Cardoso, Senador de Goiás; Cacá, Deputado da Bahia; e Espiridião Amin, Senador de Santa Catarina.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Muito bom dia, Presidente Senador Confúcio, nosso eminente Relator, Francisco Jr. De fato, está muito concorrida esta audiência.

Cumprimento o nosso Ministro José Múcio Monteiro. Saudações! Parabéns pela sua brilhante presidência e pela equipe competantíssima do TCU: o Paulo; o Tiago; o Agostinho, que está aí também; o Leonardo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O TCU muito nos orgulha, Ministro. Muito nos orgulha o trabalho que o senhor vem desenvolvendo. Eu conheço há tempos o trabalho do TCU até porque... *(Falha no áudio.)*

... da CGU. Eu sou delegado de Polícia Federal e estou Deputado Federal pelo meu Estado do Rio de Janeiro, e, nesse particular, como delegado de Polícia Federal – eu queria fazer um registro de agradecimento a todos do TCU –, que recentemente reconheceu o serviço militar como atividade policial. Isso trouxe um benefício específico para vários policiais federais e policiais rodoviários federais. Então, fica aqui o meu registro, o meu agradecimento também ao Tribunal de Contas da União.

Fiz aqui, na verdade, um apanhado geral do que nós precisamos falar, e algumas perguntas, na verdade, já foram até respondidas, mas é bom a gente revisar certos assuntos. Por isso – viu, Senador Confúcio? –, vou ser mais pontual e vou entrar no primeiro bloco.

Gostei das palavras que o Paulo disse e que o Relator também apontou sobre o vírus da corrupção. Esse é o grande mal que ainda se abate sobre o Brasil.

E quero cumprimentar, de maneira muito especial, os nossos convidados de honra hoje, que é o Deputado Luizinho, também do meu Estado do Rio de Janeiro, que vem fazendo um excelente trabalho na Comissão Externa do coronavírus; a Deputada Carmen Zanotto também, dois colegas amáveis. E eu registro também, desta vez, aqui, o sempre presente General Peternelli, Deputado do meu partido, e hoje também com a Deputada Soraya Manato. Quero abraçar todos os Deputados e Senadores da nossa Comissão.

Nós temos visto, nos últimos meses, um Tribunal de Contas da União bastante ativo, orientado por um trabalho técnico de excelência. Nesse sentido, o TCU contribuiu para identificar as pedaladas fiscais ocorridas recentemente e emitiu pareceres pela rejeição de contas das gestões de 2014 e 2015, algo inédito em nossa história. As contribuições também envolvem apontamentos relacionados a questões previdenciárias, atuariais, tributárias e da gestão do patrimônio público. Nesse contexto, eu questiono: todo esse trabalho do TCU se deu dentro de um ambiente de normalidade, digamos assim?

Nesse exercício, contudo, estamos num estado de calamidade pública, com uma série de flexibilizações, em particular, em regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e até em questões constitucionais, como a regra de ouro. Há também uma série de compras e licitações emergenciais, como a compra de equipamentos de saúde. Como o TCU se organiza para fiscalizar as contas nesse contexto? Como equilibrar esse estado de emergência com a ação do controle para que a calamidade não seja usada como álibi para um, vamos colocar assim, "libera geral"?

E eu vou acrescentar uma fala do Paulo, quando colocou que não sabia se há essa obrigatoriedade, mas seria importante se colocar, de repente, uma obrigatoriedade de os robôs identificarem a expressão Covid-19, ou coronavírus para fazer a pesquisa. É preciso dar ênfase nisso para facilitar o trabalho do TCU.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta. Em regra, o TCU deve ter como uma de suas competências fiscalizar a aplicação dos recursos decorrentes de transferências voluntárias realizadas pela União para os entes subnacionais. Nesse exercício de 2020, observamos uma série de transferências atípicas, como a complementação da queda de FPM e FPE, ou mesmo dos repasses do ano da Lei Complementar nº 173, de 2020, o auxílio emergencial para Estados e Municípios. Como o TCU interpreta essas transferências, como obrigatórias ou voluntárias? Como ocorrerão as fiscalizações nesse sentido?

E, por fim, temos visto, ao longo da Federação brasileira, uma série de problemas fiscais gravíssimos. Muitos Estados e Municípios estão literalmente quebrados, sem conseguir pagar fornecedores e salários dos servidores públicos, e diversos serviços à população têm sido descontinuados ou prestados com uma qualidade ainda inferior à qualidade de sempre. Os tribunais de contas dos entes subnacionais, em muitos desses casos, acabaram de ser parte do problema, não realizando apontamentos adequados, o que permitiu que as contas dos entes fossem se deteriorando cada vez mais. Dados como despesas de pessoal, dívida e receita corrente líquida, não raro, estavam sendo calculados conforme conceitos diferentes daqueles praticados pelo TCU, o que acabava por maquiar as contas locais.

Só para concluir, viu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – A situação chegou à tamanha gravidade que, inclusive, virou caso de polícia em algumas situações em meu Estado natal, o Rio de Janeiro. Por exemplo, diversos conselheiros do TCE chegaram a ser presos e, posteriormente, afastados. Nesse contexto, além de servir como exemplo, como o TCU pode contribuir para o aprimoramento da gestão dos entes subnacionais, em particular dos órgãos de controle? Como fazer para harmonizar conceitos como despesa de pessoal no âmbito de toda a Federação?

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Felício Laterça.

Com a palavra, Senador Vanderlan Cardoso.

Vanderlan Cardoso.

Está me ouvindo, Vanderlan?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Sim, Presidente, estou ouvindo.

Está me ouvindo também?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos, Presidente Confúcio Moura, obrigado pela palavra.

Aproveito a oportunidade também, Sr. Presidente, para tranquilizar o belo trabalho que o meu conterrâneo, Deputado Francisco Jr., tem feito como Relator desta Comissão. Os boletins semanais e quinzenais de acompanhamento das ações de combate à pandemia têm dado mais transparência, Sr. Presidente, às ações do Executivo bem como ao uso do dinheiro público.

Nós estamos vendo aí como está sendo bem participativo a todos nesta Comissão.

Cumprimento também o Sr. Ministro José Múcio Monteiro com prazer; temos amigos em comum, e são só elogios ao senhor, Ministro. Quero cumprimentar também o Paulo e a sua equipe também que está participando. Agradeço por aceitar, Sr. Ministro, o nosso convite para nos explicar melhor as ações de fiscalização e controle que o egrégio Tribunal de Contas da União tem feito durante a pandemia. Parablenzo-o pela exposição inicial que já nos clarificou várias questões. Inclusive várias perguntas que eu tinha já foram esclarecidas, até mesmo por perguntas daqueles que me antecederam.

Sr. Ministro, sabemos que o estado de pandemia configura-se como um período de exceção, principalmente no trato com o Erário, com o dinheiro público. Infelizmente temos acompanhado que o CAD tem recebido várias denúncias sobre práticas abusivas no mercado de produtos médicos, insumos hospitalares, medicamentos e equipamentos de proteção necessários aos profissionais de saúde.

Além disso, temos visto, pelos noticiários, diversas operações da Justiça e Polícia Federal de combate a compra de produtos superfaturados e desvio de recursos públicos.

Participo que o Projeto de Lei nº 3.195, de 2020, de minha autoria, está em tramitação no Senado e visa tornar obrigatória a divulgação de informações concernentes a procedimentos licitatórios e contratações realizadas pelo Poder Público. Tenho a convicção de que este projeto poderá melhorar a transparência das compras governamentais e facilitar a fiscalização por parte do cidadão e a atuação dos órgãos de controle como o TCU, CGU e tribunais de contas estaduais.

Eu tinha aqui, Sr. Ministro, várias perguntas, mas a maioria dos que já me antecederam já as fizeram. Foi o caso aqui do Senador Izalci sobre quais os critérios de análise quanto à probabilidade que o tribunal vai ter, mas, o que ficou, das inúmeras perguntas, eu escolhi aqui uma pergunta que está intrigando a todos nós Parlamentares.

Como a decisão do STF de que compete aos Estados e Municípios decidirem medidas administrativas acerca do Covid-19 irá impactar os julgamentos das contas federais?

Muito obrigado, Senador Confúcio, pela oportunidade.

Obrigado ao Sr. Ministro e a toda a sua equipe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Deputado Cacá Leão.
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado Cacá Leão.

Cacá? Está me ouvindo? Pode falar.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Meu querido Presidente, Senador Confúcio Moura, quero cumprimentar também o nosso Relator, o Deputado Francisco Jr.; aproveitar a oportunidade para cumprimentar também o amigo querido Deputado Dr. Luizinho e a Deputada Carmen Zanotto, que fazem parte da Comissão na Câmara, todos os Deputados, todos os Senadores, o Senador Vanderlan, que me antecedeu.

Ministro José Múcio... Presidente Confúcio, eu acho que hoje é a nossa reunião mais concorrida, pelo menos em número de Parlamentares, e isso eu acho que representa o lastro que o Ministro José Múcio deixa por onde passa. Eu não tive a oportunidade de ser colega dele, mas meu pai o foi por 20 anos na Câmara dos Deputados e tem pelo Ministro José Múcio um carinho, uma deferência, uma atenção, e sempre que pode fala que o Ministro José Múcio é uma das grandes pessoas que ele teve a oportunidade de conhecer na vida dele. Eu tenho essa mesma deferência e esse mesmo carinho pelo Deputado Fernando Monteiro, que é meu amigo, meu irmão, e inclusive eu estava com ele hoje pela manhã discutindo algumas coisas do nosso mandato, porque a gente trabalha muito junto.

Então, Presidente, eu quero parabenizar o Ministro José Múcio pela sua apresentação, parabenizar a toda a equipe do nosso Tribunal de Contas da União pelo trabalho que tem feito, pelo auxílio que tem dado principalmente nas questões das discussões que a gente trava dentro da Comissão Mista de Orçamento. O Tribunal de Contas da União é sempre um parceiro que nos dá apoio para que a gente consiga ter a transparência e nos fornece as informações em tempo recorde.

Então, minhas palavras, Presidente, neste momento, como o Senador Vanderlan falou: os questionamentos que a gente tinha – todas as vezes que a gente vai deixando ficar para o final, as nossas perguntas e os questionamentos vão sendo feitos pelos outros colegas – já foram respondidos. Eu só quero aproveitar esta oportunidade para abraçar e para cumprimentar o Ministro José Múcio Monteiro e toda a sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Cacá.

Eu acrescento aqui, Sr. Ministro, em complemento de resposta ao Senador Wellington Fagundes: ele indaga sobre o que o Tribunal de Contas acha da conveniência das eleições municipais e para Vereadores neste ano de pandemia da Covid.

Então, com a palavra o Ministro José Múcio Monteiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Eu vou falar rápido, responder a essa pergunta, saudar alguns companheiros, e vou passar a palavra para o Leonardo Albernaz, responsável pelas contas de Governo já há alguns anos, responsável pela Secretaria de Macroavaliação Governamental.

Eu quero cumprimentar o Senador Vanderlan Cardoso, o Deputado Felício, Deputado Luizinho, Carmen, Soraya. Cacá Leão, mando um grande abraço para o seu pai. Às vezes, quando encontro vocês como Parlamentares, eu começo a me sentir velho, porque é uma geração que sucede a seus pais, e eu sou da velha guarda. Mas eu fico muito honrado e quero parabenizá-lo pelo seu trabalho.

A primeira coisa que eu preciso dizer é o seguinte: nós não somos legisladores. Nós fomos uma criação do Legislativo, como órgão auxiliar, exatamente para fiscalizar as decisões dos senhores. Nós podemos achar, pensar, gostar ou não gostar; muitas vezes nós aprovamos algo em que nós temos o sentimento pessoal de não nos sentirmos confortáveis, mas é a nossa função principal.

Com relação às eleições, eu sou muito contra... Quer dizer, eu vou responder como cidadão, como ex-político. Eu acho que elas deverão ser proteladas dentro deste mesmo ano em que nós estamos vivendo. Por quê? Será muito mais complicado... Eu acho que nós estamos precisando passar por uma renovação. Qualquer ferramenta que seja protelatória do mandato... Eu gosto que os mandatos sejam cumpridos, eu gosto de torcer pelos eleitos. Eu acho que... Napoleão dizia: "Ao vitorioso, a palavra; ao derrotado, o silêncio". Eu sempre torço... E repito muito que a gente torcer para quem está na gestão... É dar um tiro no pé torcer para que um piloto que está no avião, porque foi escolhido como comandante e nós não, faça uma bobagem com a gente dentro do avião. Então, eu torço para que acertem, para que a gente usufrua da boa gestão.

E o nosso papel é exatamente escolher e incentivar o bom gestor a servir a sociedade, para que a sociedade não fique nesses sopapos – vamos dizer assim, usando uma linguagem de João da nossa terra – de democracia, nessas ameaças, nessas concorrências de Poderes. A democracia pressupõe um entendimento mínimo entre os três Poderes, mas pressupõe um entendimento. O conflito só faz mal ao País.

De maneira que eu, como cidadão, torço para que haja eleição, embora final de novembro, final de dezembro, para que nós não tenhamos mais uma interrupção do que o eleitor escolheu. Devemos dar oportunidade: aqueles que podem ser candidatos à reeleição irão para a reeleição, aqueles que não podem trabalharão pelos seus sucessores, mas o processo democrático segue. A gente tem que acreditar que a democracia ainda é o melhor sistema e o melhor regime para o nosso País.

Agora, queria pedir licença, por favor, para passar a palavra para o Dr. Leonardo Albernaz, para ele complementar uma pergunta do Senador.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ (Para expor.) – Bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Senador Confúcio e todas as excelências presentes. Vou tentar complementar aqui as questões que foram levantadas.

O primeiro ponto foi uma pergunta sobre a prestação das contas do Governo desse ano, se se deu na normalidade. De fato, sim. O trabalho de prestação de contas do Governo é um trabalho bastante amplo, ele conta com a participação de algumas dezenas de auditores. E todos fizeram seu trabalho, como em todos os anos, ou seja, absolutamente normalmente. Produziram o relatório, foi assinado por mais de 36 auditores. Esse relatório é submetido à avaliação de diretores e de secretários que podem discordar ou concordar, isso sobe, então, ao Ministro Relator. E esse relatório foi, com algumas modificações propostas pelo Relator, Ministro Bruno Dantas, aprovado, trazendo aí a identificação de sete irregularidades, seis impropriedades, vinte e nove distorções e culminando na emissão, para o Poder Executivo, de sete alertas e vinte e uma recomendações. Essa quantidade, embora pareça grande, é uma quantidade relativamente usual, isso costuma acontecer. Eu acompanho isso há doze anos e, normalmente, a quantidade de problemas identificados gira em torno disso.

Como o Senador disse, esse foi um ano normal, ou seja, a gente estava olhando para 2019. Em 2020, a gente tem um mundo completamente diferente, não só em termos de fatos, mas em termos legislativos, ou seja, o ordenamento jurídico mudou e mudou muito na questão das regras fiscais. A gente tem, com o decreto de calamidade, um afastamento de boa parte da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E, com a PEC de guerra, a gente tem o afastamento de uma série de regras, inclusive outras da Lei de Responsabilidade Fiscal e a própria regra de ouro. Praticamente o que nós temos hoje de regra fiscal restritiva é o teto de gastos, que não impede as ações relativas à pandemia porque as medidas extraordinárias de crédito provisório conseguem ser aprovadas. Elas não estão restritas pelo teto de gastos, portanto as medidas mais urgentes conseguem ser tomadas.

Para acompanhar isso, a gente está fazendo um trabalho de acompanhamento mensal, como o Paulo Wiechers mencionou no início. Esse trabalho, na verdade, é um trabalho de fiscalização contínua em que os relatórios são produzidos mensalmente. E um dos focos disso é exatamente entender as mudanças das regras fiscais; como é que elas mudam a execução orçamentária e como elas mudam a gestão fiscal em sentido mais amplo. Inclusive, com dois focos: um foco de dar segurança para o gestor, ou seja, para o tribunal prover interpretações céleres, tempestivas para que o gestor tenha segurança sobre o que ele pode fazer; e também para, claro, coibir – identificar e, se for o caso, coibir – algum tipo de desvio.

A gente sabe que nesse tipo de situação existe uma tentação muito grande de se aproveitar da flexibilidade das regras, e algumas medidas, eventualmente, que não sejam ligadas exatamente ao combate à pandemia podem ser tomadas. A gente já identificou alguns casos assim. E a gente tem conseguido atuar muito rapidamente e impedir que essas coisas avancem, da forma mais tempestiva e preventiva possível. Então, a ideia é exatamente a gente ver se as medidas que estão sendo tomadas se



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

amoldam às novas regras e se existem tentativas, então, de burlar essas regras, de aproveitamento dessa flexibilidade.

Isso é especialmente desafiador, e é por isso...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Eu queria pedir desculpas ao Senador Esperidião Amin, porque ele fazia parte desse primeiro bloco.

Senador Esperidião, eu vou passar a palavra para o Deputado Luizinho, que é nosso convidado de honra – já me autorizaram a conceder a ele a palavra como prioridade –, e logo depois V. Exa. entra.

Então, com a palavra o Deputado Luizinho. Bem-vindo!

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ. Para interpelar.) – Muito bom dia.

Eu queria agradecer e saudar o Senador Confúcio Moura; o nosso Relator, Francisco Jr.; saudar também a minha Relatora, Deputada Carmen Zanotto; e agradecer ao Ministro José Múcio Monteiro pela sua participação e por todo o trabalho que o TCU faz no nosso País. O TCU é um dos órgãos que tem credibilidade junto à população brasileira.

Quero dizer que a nossa Comissão externa já vem trabalhando, Ministro, desde 11 de fevereiro deste ano, principalmente na área da saúde, para o enfrentamento dessa pandemia. Já realizamos 44 audiências públicas de modo remoto, com a presença dos principais especialistas do País e com os três Ministros da Saúde que passaram nesse momento. Ainda em 19 de fevereiro, a gente fez a primeira reunião no Ministério da Saúde alertando das necessidades dos testes de diagnóstico, dos equipamentos de proteção individual e da necessidade de leitos e equipamentos de UTIs. Infelizmente, ao longo desse período, a gente teve diversas dificuldades, e a gente está vendo o enfrentamento de uma pandemia extremamente complexa. A nossa Comissão produziu mais de dez projetos de lei, já aprovados e sancionados – aprovados tanto na Câmara quanto no Senado e sancionados pelo Presidente da República.

A gente está tendo condição de fazer um trabalho, em conjunto com a Comissão Mista, que é o maior estudo de economicidade que o Brasil já fez. E a gente pede a parceria do TCU apontando o recurso que foi alocado a cada Estado e a cada Município, cruzando com o número óbitos e o número de casos confirmados, Ministro. Porque eu acho que essa pandemia tem que mostrar para a gente que medidas preventivas podem evitar o gasto público de forma avassaladora, como está acontecendo na pandemia.

Em 28 de janeiro eu fiz um ofício ao Ministério da Saúde para que a gente fizesse um controle, em todos os nossos aeroportos, de temperatura em todos os nossos aeroportos, de todas as pessoas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrassem no nosso País, no controle alfandegário. O Ministério respondeu que não tinha condições de fazer. Hoje, qualquer loja de 1,99 tem aquele termometrozinho controlando a temperatura. Um investimento nosso talvez de R\$5 mil, R\$10 mil, principalmente no aeroporto de Guarulhos, iria evitar esse gasto que nós vamos ter ali, talvez no final, de mais de R\$500 bilhões.

Faço aqui um agradecimento ao Senador Confúcio. Vamos trabalhar em conjunto. E a gente tem certeza de que o TCU vai poder, ao final dessa pandemia, trazer também novos paradigmas na gestão pública, porque nós vemos a necessidade de trabalhar com os órgãos de controle para a gente não ter sempre essa prática de tentar colocar cadeado em porta arrombada. A gente precisa também alertar que os erros da gestão vão gerando os erros em cadeia, de forma que o gestor público estadual dimensiona errado a quantidade de leitos, dimensiona errado a necessidade de equipamentos de locação, a necessidade de hospitais de campanha. Nós poderíamos ter feito investimentos nos nossos próprios hospitais, que ficariam de legado à nossa população. Eu tenho certeza de que o nosso trabalho em conjunto vai poder apontar ao País como enfrentar novos desafios, para não errarmos tanto quanto a gente errou, infelizmente, nessa pandemia.

Muito obrigado, Senador Confúcio!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Luizinho.

E eu passo a palavra ao Ministro Múcio para responder exclusivamente ao Deputado Luizinho.

Ministro Múcio.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Deputado, o meu abraço. A sua juventude e o seu entusiasmo pela política, sabendo que esse é o único instrumento que nós temos para resolver as mazelas deste País, me entusiasma. A política, na mão dos bons, é uma ferramenta do bem; na mão dos maus, é uma ferramenta do mal.

Nós temos sido parceiros na Comissão Mista da Câmara, presidida por V. Exa.; no Senado, na Comissão Mista presidida pelo Senador Confúcio. Temos hoje um trabalho muito bem-feito pelo auditor Lincoln Maciel na Câmara, que cuida do nosso trabalho parlamentar. Nós estreitamos demais as relações de Parlamento com o Congresso, diminuimos o trabalho dos senhores de levar demanda ao TCU, de ficar precisando marcar audiência. O nosso trabalho tem sido automático com os Deputados e as Deputadas, com os Senadores e as Senadoras; as demandas são resolvidas; e Lincoln e a sua equipe da Aspar têm resolvido isso com muita competência.

Eu acho que nós subestimamos isto, Deputado: essa crise que nós estamos vivendo. Mas nós não vamos ter condição de subestimar os seus efeitos.

Esse vírus está escancarando as nossas diferenças sociais, regionais, econômicas, as nossas questões políticas. Esse vírus vai mostrar que nós, muitas vezes preocupados com as próximas eleições,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos esquecemos das próximas gerações. Nós vamos ser diferentes como pessoas, nós vamos ser diferentes como políticos. As lideranças vão ser diferentes. Eu sou de uma época em que o político tinha liderados; e hoje você tem uma ferramenta que nós não tínhamos: nas redes sociais, você tem seguidores. Mas há uma participação da sociedade que não havia no meu tempo. No meu tempo, o cidadão votava em mim, e eu só tinha obrigação de dar satisfação poucas vezes ao longo do mandato. O cidadão hoje o elege como Deputado do Rio de Janeiro, no outro dia já está no seu WhatsApp, cobrando a sua ação parlamentar. Acho que isso vai nos fazer melhores, embora nossas mazelas vão estar... Quantos brasis nós vivemos?

Ainda hoje, eu estava vendo um levantamento dos mortos por Estado, das mortes por Estado, e vendo a soma do Ceará com Pernambuco, que têm a mesma população de Santa Catarina com Paraná. Veja a quantidade de mortos nesses dois Estados e veja quantidade de mortos naqueles dois outros Estados. Precisaremos de tratamento diferente. A nossa Constituição trata o Brasil como sendo um todo. No Brasil nem os pobres são iguais. No Brasil, nem os mesmos são iguais. O clima, as perspectivas, a vocação... Somos países diferentes e precisamos dar tratamento diferente.

A Constituição de 1988 prevê que as diferenças regionais sejam corrigidas, mas nós precisamos ficar mais atentos para isso. E o vírus vai nos ajudar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, meu Ministro José Múcio Monteiro.

Então, agora, eu vou fazer aqui uma organizadinha. Vocês me ajudem a fiscalizar, para não deixar alterar.

Esse próximo bloco é: Senador Esperidião Amin, Mauro Benevides Filho, Senadora Zenaide Maia e Deputada Paula Belmonte, do Cidadania, aqui do Distrito Federal.

Com a palavra – e o meu pedido de desculpa a ele – Esperidião Amin.

Com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Senador Confúcio, o senhor tem tanto crédito quanto excelsitudes capilares. (*Risos.*)

De forma que até a minha admiração pelo brilho interno e externo que V. Exa. infunde...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Careca brilhante! (*Risos.*)

... me faz repelir o seu pedido de desculpas em vez de aceitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Quero dar as boas-vindas a toda equipe do Tribunal de Contas da União, liderada pelo nosso Presidente José Múcio. Quero dizer que na vida parlamentar tenho tido excelente contato com o Tribunal de Contas, que, cada vez que se faz uma demanda, tem sido muito atencioso e muito dedicado na elucidação de questões que demandam nosso mandato.

Apreciei muito o que ouvi aqui. Acho que nós poderíamos dialogar muito tempo. Eu selecionei, da exposição feita pelo Sr. Paulo, três coisas que me chamaram a atenção, porque percebo que é um esforço de aplicação da engenharia e gestão do conhecimento na avaliação e no acompanhamento das políticas públicas durante a pandemia.

Então, vou usar as três palavras-chave e com elas fazer uma pergunta exemplar. Acho que a construção de tipologias, as amostras e a definição de quais são as operações mais arriscadas, esse trio, dos cinco que foram mostrados, nos dão um bom rumo, um bom caminho.

E vou dar um exemplo. Poderia falar de tudo, mas vou dar um exemplo. Os senhores já imaginaram se a vacina contra a gripe fosse comprada pelas prefeituras? Quantas CPIs nós teríamos no Brasil? Porque a vacina é uma *commodity*. Digo à sorte os respiradores, que são uma *commodity* mais complicada.

Mas, se os 15 mil respiradores – isso vale para EPI, vale para leito, vale, enfim, para todas as coisas comuns neste continente de diversidade – anunciados em fevereiro tivessem sido efetivamente adquiridos, quantas CPIs a menos nós teríamos pelo País? Quantas reputações não estariam sendo destruídas só pelos respiradores? Pega Pernambuco, pega Santa Catarina, São Paulo... Rio de Janeiro, nem se fala! Então, não há algoritmo que resista. É um absurdo que não se tenha concentrado, centralizado o que é comum para fazer uma compra, como fazem até supermercados, que, na hora de comprar bacalhau se associam porque é Páscoa.

Então, nós estamos reféns dessa forma improvisada, açodada porque não se concretizou uma compra anunciada: 15 mil respiradores. Há várias lendas sobre esse assunto. Os chineses pagaram a multa e entregaram para os americanos. Isso é um exemplo. Eu gostaria que esse esforço do Tribunal de Contas gerasse o quê? Um exemplo de acompanhamento tão contemporâneo quanto possível para evitar as fraturas expostas que nós estamos tendo, como se não tivesse havido uma advertência. É evidente que, se algo que é comum a 5,57 mil Municípios, aos 26 Estados – que é comum, que não é peculiar – deixa de ser comprado em escala, deixa de ter o tratamento em escala, ele vai pipocar no varejo – os senhores já estão constatando e nós também –, e isso ainda pode ser evitado. E, se não puder ser evitado, deve ser apontado exemplarmente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra Mauro Benevides Filho. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mauro Benevides Filho. Cadê o Mauro Benevides? (*Pausa.*)

Opa! Beleza, autoridade! Pode de falar.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Pronto, meu caro Presidente, Senador Confúcio, que alegria mais uma vez estarmos todos juntos, com o Deputado Francisco Jr., tantos Senadores e Deputados juntamente conosco nesta manhã de hoje, mas, em especial por ter toda a equipe do Tribunal de Contas da União, hoje comandado por esse grande Presidente José Múcio, a quem trago meu abraço familiar, inclusive.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Familiar.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – O senhor sabe exatamente a que eu estou me referindo.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Sei exatamente.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – O abraço a que me referi... Perfeitamente.

Bom, eu terei três perguntas também simples e rápidas. O Senador Confúcio, Presidente, tem sido muito generoso comigo com mais 30 segundos, mas eu vou procurar correr aqui hoje.

Primeiro, como servidor público, na exigência da transparência, nós somos obrigados a publicar nome e valor de salário que é recebido. Por que o Tribunal de Contas não consegue para nós o acesso de quem recebe o auxílio emergencial?

Há uma resistência do Ministério da Cidadania. A transparência é fundamental! Nós precisamos de um código de acesso, para poder – se isso nós tivéssemos – fazer a fiscalização inclusive... Ou as prefeituras e os Estados brasileiros. Nós teríamos muito mais facilidade de poder, portanto, acompanhar quem são essas pessoas.

Então, a minha primeira pergunta é: pode o TCU acionar, já que ele é órgão fiscalizador, inclusive complementar ao Poder Legislativo? Se nós podemos ter acesso a uma senha, para poder examinar, inclusive, em nível de Municípios, porque hoje já sabemos, por prefeitura e por Estado, quantos servidores públicos já receberam o auxílio emergencial.

Segunda pergunta: a Emenda à Constituição nº 106 obrigou o Executivo federal a criar um marcador para a execução orçamentária dos gastos da pandemia da Covid-19, e isso tem uma razão técnica, inclusive para avisar aos investidores nacionais e internacionais que essas despesas não terão nenhum *spillover factory*, ou seja, não terão nenhum transbordamento para os exercícios seguintes, de 2021 e 2022. Vai o TCU fazer uma análise separada desse marcador, para que nós possamos acompanhar com mais tranquilidade? Isso é uma pergunta importante para nós, que somos aqui do Parlamento federal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, terceiro, em relação às análises do TCU nestas aquisições, inclusive, de respiradores: pondero ao Presidente e a toda a sua equipe técnica: há três tipos de respiradores no mercado. Não pode haver uma simples comparação, porque local A comprou isso e local C comprou aquilo. Não existe isso. Tem que identificar exatamente qual é o respirador.

E, segundo, fiquei preocupado quando o senhor comparou com o preço passado. Olha, há muita coisa que triplicou de preço, inclusive o álcool em gel. Essa cautela será dada pelo TCU?

Um abraço e muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Mauro Benevides Filho.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

Pode falar, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Muito bem.

Eu quero aqui cumprimentar meu colega e amigo, Presidente Confúcio, o nosso Relator, Francisco Jr., o Ministro e Presidente do TCU. Quero dizer que houve algo, nas palavras do senhor, que me chamou a atenção: essa sensibilidade política de não entrar nessa história que a gente vem vivendo ultimamente, a cultura da fraude. Então, você olha para o gestor e já é como se ele fosse um fraudador.

Há alguns Prefeitos aqui do Rio Grande do Norte, que não querem mais ser Prefeitos, como o senhor falou, que dizem o seguinte: o gestor não é investigado mais; ele é perseguido. Automaticamente isso.

E essa questão de o senhor ver, já que são órgãos auxiliares, o TCU e os TCEs, do Poder Legislativo... Essa união, esse dar visibilidade, criar normas que são do Tribunal de Contas da União e também dos tribunais de contas estaduais... E há algo que o senhor falou que me chamou a atenção...

Na reforma da previdência, Ministro, eu, o Paulo Paim e uma quantidade de gente tentamos mostrar que este País é continental e que não havia como a gente considerar um tempo de trabalho de um trabalhador que trabalha aqui, no Sertão nordestino, na zona rural, que tem a vida média igual a quem trabalha, por exemplo, no centro de Brasília, com assistência médica, com UTI no ar. A gente chamou muita atenção para isso. E essa pandemia serviu para a gente ver que não é tão simples assim.

Achei muito interessante o que o Senador Espiridião Amin disse: a gente sabe que há gestores que estão... É como o senhor disse: há a política do bem e há a política do mal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou logo perguntar o que ia perguntar: o tribunal já abriu algum processo para avaliar e acompanhar o gasto público com medicamentos que estão sendo adquiridos sem que haja evidências científicas ou sua eficácia terapêutica?

É uma pergunta única, porque eu já me sinto contemplada com as que os outros colegas fizeram, mas eu queria que houvesse – e eu fiquei mais tranquila – esse olhar diferenciado, porque eu sou médica de formação infectologista, já fui secretária de saúde e sei da pressão da sociedade em cima de leitos de UTI e respiradores. Como o colega anterior falou, o preço de uma luva, de uma máscara e do álcool em gel é um preço absurdo, sem falar que a maioria...

Então, esse desespero dos gestores – não estou aqui querendo proteger quem fraudou, quem não fraudou, não interessa – para ter esses produtos faz com que eles, muitas vezes, embarquem nessa e comprem mais caro ou diferentemente, e vão responder por isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Para fechar este bloco, a Deputada Paula Belmonte, Cidadania, Distrito Federal.

V. Exa. está com a palavra, Deputada.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente. Bom dia, Presidente José Múcio. Nós já estivemos, por umas duas vezes, pessoalmente juntos. Quero cumprimentar os senhores e todos os membros da Comissão.

Eu faço parte da Comissão Externa da Câmara Federal. Um pedido da minha requisição foi exatamente trazer o TCU para que a gente pudesse conversar sobre essa fiscalização e a responsabilidade do dinheiro do contribuinte, que penso ser algo extremamente sério.

Sabemos que nós precisamos ter agilidade, precisamos, sim, salvar vidas, mas nós sabemos que a má utilização do dinheiro do contribuinte também faz com que muitos morram, como foi falado aqui por alguns Parlamentares a respeito das obras inacabadas e da má gestão. Quando a gente fala de dinheiro público, a gente tem que entender que não é só a boa execução, mas a necessidade da execução.

Essa questão das obras públicas... Eu estive com o Ministro do TCU – cujo trabalho eu quero agradecer imensamente, porque foi extremamente importante na minha participação na CPI do BNDES, um trabalho de excelência que foi feito por todos os auditores do TCU –, e ele explicava que essas obras, muitas vezes, foram colocadas em lugares só para função política, porque não havia nem demanda, por exemplo, das creches. Então, é muito importante que a gente realmente fique atento a não só utilização no sentido de algum ato corrupto, mas, sim, se há necessidade, a boa gestão pública. Isso, para mim, é fundamental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também agradecer, Ministro, a sua visão política, a clareza política, porque eu, como Parlamentar de primeiro mandato, estou entrando agora na política, vejo que nós somos a esperança do povo, a realidade da esperança. Quando alguém vota em cada um de nós, vota com a esperança de transformar. E, independentemente de quem ganhe, nós temos que colocar o nosso mandato a favor do povo. É essa a maneira que eu penso também com respeito à democracia brasileira e principalmente à vontade do povo.

Nesse sentido, eu quero aqui falar sobre duas questões básicas: a primeira é a questão do endividamento interno. Nós sabemos que o nosso endividamento interno... Eu faço parte de um grupo da Câmara que estuda essa questão do endividamento interno e gostei muito quando o senhor o trouxe na apresentação. Nós sabemos que é essencial para muitas famílias a questão da renda básica, esse auxílio emergencial, mas nós sabemos também que o nosso endividamento interno já é muito grande. Então, eu vejo que o TCU tem que ter um papel muito importante, até para basear os Parlamentares nessa nova prorrogação do endividamento interno. E uma outra questão com que também eu fico um pouco preocupada é o excesso de liquidez em relação a este momento que nós estamos vivendo, principalmente pós-pandemia. Então, eu estou querendo aqui ver se o TCU já tem estudo em relação a isso e como pode nos municiar para que a gente possa realmente trazer essa transparência para as pessoas.

É isso. Que Deus abençoe cada um dos senhores e que, cada vez mais, nós estejamos unidos para salvar a nossa população, em todas as situações! Esse é o meu papel, e quero, cada vez mais, estar na confiança dos senhores.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado à Deputada Paula Belmonte.

E, antes de passar a palavra para o Ministro José Múcio, o Deputado General Peternelli saiu da sala, mas deixou um recadinho para mim. Ele sugere ao TCU que as verbas sejam acompanhadas pelo Siafi, mesmo aquelas que são repassadas para Estados e Municípios. Então, é a sugestão no nosso Deputado General Peternelli, que infelizmente teve outro compromisso, saiu da sala.

Agora, eu passo a palavra ao nosso Ministro José Múcio, para responder esse bloco, do Mauro Benevides, da Senadora Zenaide, da Paula Belmonte e do Esperidião, não é? *(Pausa.)*

Pode falar.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Presidente, eu vou precisar de um tempinho maior, porque há algumas respostas que são técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fique à vontade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Eu vou passar, posteriormente, para o Paulo Wiechers, porque ele vai ver qual dos seus auxiliares vai responder cada pergunta.

Quero cumprimentar o Deputado Paulo Benevides, que tem feito um belo trabalho. Fomos parceiros na CPI do BNDES. O Tribunal de Contas foi uma ferramenta importante, auxiliar do seu trabalho. Quero cumprimentar a Senadora Zenaide Maia, prazer em revê-la. Quero cumprimentar o Mauro Benevides e retribuir o abraço familiar. Da mesma forma que ele perguntou se eu estava entendendo, eu acho que ele está entendendo também. Quero cumprimentar o Governador, Senador, Deputado Esperidião Amin, que foi um dos meus professores no Parlamento brasileiro.

Antes de passar a palavra para a área técnica, eu quero dizer que nós não temos nenhuma saída se não for pelo campo político. Esse vírus veio escancarar as nossas diferenças de uma forma brutal; diferenças regionais e brasileiras serão escancaradas pelo vírus. Eu estou falando aqui de Brasília. A renda *per capita* do Centro-Oeste é de R\$42 mil por habitante, por conta de a de Brasília ser de R\$79 mil por habitante, mas Brasília... Existe a Brasília do Lago Sul, a de Sobradinho, a de toda a periferia de Brasília. Você diz assim: "Aqui, a justiça não é tão injusta como o País". O Centro-Sul, o Sudeste brasileiro tem uma renda *per capita* de R\$40 mil por habitante; a área lá do Senador Esperidião Amin, de R\$38 mil por habitante; o Nordeste, do Mauro Benevides e da Senadora, tem R\$15 mil por habitante, é menos da metade de algumas áreas; e o Norte, R\$19 mil por habitante. Então, nós temos níveis de educação diferentes, níveis de saúde diferentes, níveis de atendimento diferentes, muitas áreas dependem de quando a próxima eleição chegará para o benefício pedido ser atendido.

Então, temos níveis de educação diferentes, níveis de saúde diferentes, níveis de atendimento diferentes

Mas acho que esse coronavírus vai fazer com que a gestão política que foi escancarada, não é deste e nem do Governo passado, mas de muitos Governos que partidaram as ações, que não cuidaram de saneamento, que não cuidaram de educação... Não estou aqui politizando o meu discurso, estou dizendo que vai depender da classe política, vai depender do Parlamento, materializar as suas vontades e ter afinidade com quem vai executar. Não é afinidade política, é o diálogo, que nós estamos em crise também.

As pontes precisam ser reconstruídas, os caminhos precisam ser pavimentados. Não é por conta dos bandidos gestores, seja lá secretário ou qualquer um, honesto e desonesto, há todo tipo. Jesus Cristo escolheu doze e um era desonesto, não foi por isto que ele desconfiou dos onze, de modo que a gente precisa incentivar o bom gestor para que o homem de bem e a mulher de bem participem da política, porque é a única ferramenta que nós vamos dispor para consertar este País.

Por favor, eu queria passar a palavra para o Paulo Wiechers.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS (Para expor.) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como são perguntas de temas bastante diferentes, eu vou distribuir para os nossos secretários que estão presentes.

Vou começar, por último, por essa pergunta da Deputada Paula Belmonte. Só esclarecendo que o TCU está também, dentro desses acompanhamentos, fazendo os acompanhamentos que são exatamente tendentes a verificar a higidez do sistema financeiro. Então, quando V. Exa. comenta sobre o excesso de liquidez, isso está sendo objeto.

Eu vou passar rapidamente para que o Garrido fale um pouco sobre esse assunto, porque ainda não falamos nada sobre o sistema financeiro.

Só pediria, Garrido, para você, por favor, ser breve na resposta, porque nós temos muitos outros ainda colegas para comentar.

Por favor. (*Pausa.*)

Agostinho Garrido.

Garrido, tem que habilitar o microfone.

O SR. AGOSTINHO GARRIDO TEIXEIRA DE CARVALHO (Para expor.) – Gostaria de cumprimentar a todos, Senador Confúcio Moura, Presidente desta Comissão mista, em nome de quem cumprimento todos os demais Deputados e Senadores presentes.

A Deputada Paula Belmonte comentou sobre a possibilidade do excesso de liquidez. Nesse momento, nós estamos fazendo um trabalho de acompanhamento pelo Banco Central, das medidas que o Banco Central está tomando com relação a controlar a liquidez, liberar a liquidez, porque, neste momento, os bancos precisam de muito mais liquidez para que emprestem mais às pessoas que estão necessitando de recursos. Então, o Banco Central vem calibrando e o Tribunal de Contas vem acompanhando cada medida que o Banco Central está tomando, temos um processo de acompanhamento neste sentido.

Então, não sabemos se haverá excesso de liquidez no futuro, mas, certamente, se houver, também teremos medidas contracíclicas por parte do Banco Central, no sentido de fazer algum enxugamento de forma a ajustar as necessidades de recursos. Isso está sendo bem acompanhado pelo tribunal.

Acho que foi só esse ponto da minha parte.

Certo, Paulo?

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS (Para expor.) – Ótimo, Garrido, muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, eu vou passar para o Marcelo Aragão, solicitando que ele se manifeste especificamente sobre a questão da Senadora Zenaide Maia, se já existe algum processo lá no TCU, como está sendo encarada essa questão da compra de medicamentos que ainda não tenham sido completamente aprovados.

Por favor, Aragão, você poderia nos ajudar?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos! Queria cumprimentar a todos os Senadores, os Deputados presentes, na figura do Senador Confúcio Moura; o Deputado Francisco Jr., e dizer que, rapidamente, em relação a esse tópico do uso de medicamentos ainda sem respaldo científico, nós temos dois processos que surgiram no tribunal, fruto de representação de Senadores da República, um deles, e outro do Ministério Público Federal, e isso motivou a nossa proposta ao Ministro Relator de solicitar uma série de esclarecimentos, foi feita uma diligência, uma oitiva, pedindo uma série de esclarecimentos ao Ministério da Saúde em relação à nota informativa e, se era um protocolo, qual a sua natureza jurídica, o plano envolvendo o uso da cloroquina, da hidroxicloroquina, sem entrarmos, naturalmente, na discussão científica, médica, do uso ou não, dada toda a polêmica existente, mas existe uma série de ritos, de comitês de aprovação, e isso foi fruto de questionamentos e estamos aguardando a resposta do ministério para analisarmos, então, o mérito desses processos.

Eu queria aqui falar rapidamente sobre o nosso trabalho na área de saúde. Nós tivemos dois grandes objetivos. O primeiro, avaliar a estrutura de governança montada pelo Ministério da Saúde para o enfrentamento da crise, da gestão da crise. Vários Parlamentares aqui falaram – eu anotei – da questão do planejamento, da questão da transparência, da coordenação, da articulação com os entes subnacionais. Mesmo com todas as dificuldades políticas, a gente tem orientado, a gente tem acompanhado não só o trabalho do Ministério da Saúde, mas também o trabalho do Comitê de Crise conduzido pelo Gen. Braga Netto, da Casa Civil, e da Secretaria Especial de Assuntos Federativos, na Secretaria de Governo da Presidência da República, que também têm todo um trabalho de articulação e de atendimento dessas demandas. E, logicamente, o trabalho por amostra, como já foi dito aí pelo nosso Secretário-Geral, em relação aos processos de aquisições.

O Senador Esperidião Amin muito bem colocou a questão dos respiradores, a compra com a China de R\$1 bilhão, uma quantidade grande, que foi frustrada, mas ainda estamos acompanhando em torno de R\$787 milhões envolvendo outras cinco aquisições de respiradores. E a nossa dificuldade, em função até da mudança de dois ministros, é justamente dessa interlocução com o Comitê de Crise no Ministério da Saúde para entender toda a logística, a distribuição, critérios; há essa dificuldade, infelizmente. A gente tem contribuído, orientado muito os gestores na melhoria dessa governança, mas temos essa dificuldade, sem dúvida, que alguns Parlamentares colocaram aqui, da transparência: transparência dos critérios, de alocação dos recursos, transferência de recursos para os entes subnacionais, critérios de instalação de hospitais de campanha, critérios também de compra dos equipamentos e a logística de distribuição de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento dessas demandas, em função até de todo o plano de contingência dos entes subnacionais, dos Estados.

Enfim, é um trabalho complexo, cuidadoso, logicamente, como vários Deputados e Senadores colocaram, com essa sensibilidade que nós temos que ter para termos toda a agilidade necessária e, ao mesmo tempo, preservar a boa e regular aplicação dos recursos.

Rapidamente – nosso trabalho envolve várias frentes –, queria só, aproveitando a colocação do Paulo, ser bastante objetivo nessa colocação.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS (Para expor.) – Obrigado, Marcelo.

Ainda na sequência das perguntas, há duas perguntas: uma do Deputado Mauro Benevides Filho relacionada à execução de despesas com marcador de Covid, se nós temos condição de acompanhar; e outra da Deputada Paula Belmonte, relativa ao endividamento externo. Eu direcionaria as duas perguntas ao Leonardo Albernaz.

Por favor, Leo.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ (Para expor.) – Sobre as duas questões... Sobre a questão do Deputado Mauro, a gente consegue, sim. A gente já tem feito isso. A gente consegue identificar claramente quais são as despesas relacionadas à Covid nas diversas áreas e a ideia é fazer isso mesmo, acompanhamento. Embora seja importante a gente ter a visão global sobre a situação das finanças, é importante a gente identificar claramente quais são aquelas que são destinadas ao combate à Covid, porque elas têm regras específicas, e este é um dos focos do nosso acompanhamento: garantir que nenhuma despesa extravase o que não poderia. Então, esse é um ponto que está sob controle.

E o outro ponto, da Deputada Paula, é sobre a trajetória da dívida. Esse é um ponto de extrema preocupação. A gente já está trabalhando com uma previsão de que a gente termine o ano com a Dívida Bruta do Governo Geral perto de 97%. Esse número pode ser pior a depender da duração da crise. Isso mostra que é preciso muito cuidado em qualquer medida que o País tome em relação à redução de receitas e elevação de despesas. É claro que há medidas que são absolutamente necessárias, mas é importante que sejam tomadas com muito critério, com avaliações *ex-ante* que permitam garantir que a gente tome medidas que sejam eficientes porque, depois que passar a crise, a gente tem um País e a gente vai ter que lidar com isso, com uma dívida bastante elevada, que vai ficar para as próximas gerações.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS – Obrigado, Leonardo.

Estão me ouvindo? Parece que meu microfone está mudo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, doutor.

O SR. PAULO ROBERTO WIECHERS MARTINS (Para expor.) – O.k. Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, mas não menos importante, eu vou passar a palavra ao Tiago para que fale um pouco sobre essa relação dos beneficiários do benefício especial, que foi suscitada também pelo Deputado Mauro Benevides Filho.

Por favor, Tiago.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA (Para expor.) – Obrigado, Paulo.

Bom, primeiro ponto: o TCU levantou também essa preocupação já no primeiro acordão relacionado ao tema do auxílio, aquela representação que tratou do caso dos militares, de relatoria do Ministro Bruno Dantas. Quando ele levou ao plenário, a Ministra Ana Arraes propôs incluir uma determinação para que a lista de todos os beneficiários fosse divulgada no portal da transparência, e, recentemente, essa determinação foi atendida. Então, hoje já temos lá... Não está a lista completa, já temos 64 milhões de beneficiários; a lista tem quase 54 milhões de pessoas. Então, essa lista hoje é pública, está no portal da transparência e qualquer pessoa pode fazer, além da verificação na lista, também uma consulta individual, que é possível ser feita no *site* no Ministério da Cidadania.

E sobre a questão do auxílio e do endividamento, acho que isso já foi tratado pelo Leonardo Albernaz. De fato, é um desafio o risco orçamentário relacionado ao auxílio emergencial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

O Ministro Múcio iria sair logo depois do Relator, mas ficou esse tempo todo aqui com a gente.

Só estão faltando, Ministro, três Parlamentares para a gente fechar: o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.; a Adriana Ventura, do Novo, do Estado de São Paulo; e o Deputado Jorge Solla, do Estado da Bahia. Assim, se o senhor puder ficar mais esse pouquinho, fechamos juntos a nossa reunião, e o Deputado Francisco Jr. faz só o fechamento, as considerações e algum questionamento.

Nesse próximo bloco, eu vou passar a palavra para a Deputada Adriana Ventura, do Partido Novo, do Estado de São Paulo.

E quero registrar a presença honrosa da Deputada Rejane Dias, do Estado do Piauí.

Um abraço para a senhora, e muito obrigado por estar aqui na nossa sala de debates, Deputada Rejane. Um abraço para a senhora!

Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde, Presidente, Senador Confúcio; boa tarde, Presidente Luizinho. Quero cumprimentar o Presidente da nossa Comissão externa, Dr. Luizinho, e a nossa Relatora, Carmen Zanotto, e todos os nossos colegas Senadores e Deputados.

Agradeço muito a presença do Ministro José Múcio e dos seus secretários. Agradeço muito as informações prestadas e tudo que foi trazido aqui, do programa Coopera, e a abordagem de que temos de proteger o bom gestor, porque isso é uma preocupação. Isso realmente é uma preocupação de todos nós, e essa ponderação também é muito importante. E a frase de que o grande desafio é evitar desvios sem atrapalhar a vida do bom gestor é muito bacana.

Eu gostaria... O foco das minhas perguntas é a transparência e a publicidade. Algumas coisas já foram faladas, mas o meu foco maior é: como a sociedade pode participar e pode ajudar nessa fiscalização? Esse tem sido o meu trabalho. E isso também no que toca aos Parlamentares, porque muitas vezes nós Parlamentares recebemos muitas denúncias, seja de Prefeito de cidade, seja de Vereador, seja de cidadão. Então, eu gostaria que fosse explicitado aqui, de uma maneira clara, como todos nós Parlamentares podemos denunciar ou demandar trabalhos ao tribunal caso tomemos conhecimento de irregularidades nas contratações do Covid. Eu quero saber de um canal direto. Eu sei que nós temos acesso, podemos marcar, mas pergunto se existe uma pessoa específica para cuidar de denúncias de Covid.

A minha outra pergunta é: como vocês estão atuando para fomentar a transparência dos dados? Eu entrei no portal, entrei no Coopera, achei muito interessante a divisão, e me chamou a atenção só a questão do número: lá há 66 processos. Só na Plataforma Fala.BR e em outras plataformas há 3 mil, 4 mil, 5 mil. Eu sei que existe uma questão de trabalho, de mão de obra e de divisão, mas isso me chamou a atenção, e eu queria saber qual é o critério para haver 66. Eu achei muito pouco, na verdade. E, como existem muitos problemas que são comuns – inexistência de empresa, não entrega de produto, preço exorbitante –, a pergunta é: qual é o ferramental também que o gestor pode ter para evitar comprar e cair nessas coisas para se poupar de futuros trabalhos? Eu ouvi muito o que vocês falaram desse trabalho para ajudar o gestor e achei genial, mas eu gostaria que houvesse a clareza de como isso está ajudando.

E há outra pergunta que eu queria fazer. Para o cidadão comum, eu vi que há um "Denuncie" em cima, no portal. Lá no Coopera, há um "Denuncie". Eu queria saber como isso é tratado e qual é esse caminho, até para ver, porque muitas pessoas falam que denunciam e não acontece nada. Então, como o cidadão sabe que foi recebida a denúncia e se foi tratada ou não foi tratada?

E eu queria... Na verdade, faltam 15 segundos, eu vou finalizar a minha fala.

Eu acho que o cidadão... Há o trabalho do Ministério Público de Contas também. Como pode fazer denúncia, por telefone ou *site*, e acessar o tratamento desses dados?

Muito obrigada!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Deputado Jorge Solla. (*Pausa.*)

Deputado Jorge Solla, V. Exa. está com a palavra.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Para interpelar.) – Obrigado, Senador.

Quero parabenizá-lo pelo trabalho à frente da Comissão e pela excelente oportunidade que nos deu hoje de acompanhar aqui esse debate.

Quero saudar o nosso Deputado Luizinho e, na pessoa dele, todos os demais Senadores e Deputados presentes e o Ministro José Múcio e toda a sua equipe.

Eu tive a oportunidade de pessoalmente conversar com ele pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e agora, mesmo que virtualmente, estou tendo novamente o prazer.

Eu me coloco muito na situação dos atuais gestores da saúde, Ministro, neste momento de pandemia, porque eu tive uma raríssima oportunidade no Brasil, para um médico, um profissional da saúde pública: eu fui Secretário de Saúde nas três esferas de Governo. Fui Secretário municipal, Secretário da SAS no Ministério da Saúde e Secretário de Estado da Saúde da Bahia. E eu me coloco no lugar dos atuais gestores em um momento como este, de pandemia. Com essa pandemia, a exposição, o risco, que já era grande, tanto que a maior parte dos meus colegas hoje não quer assumir mais nenhum posto de direção no SUS, em função dos riscos que o bom gestor, o gestor sério, responsável, corre... Vou lhe dar só um exemplo: em novembro, em Salvador, Ministro Múcio, uma caixa de máscaras cirúrgicas com 50 unidades era comprada a R\$4,70, ou seja, R\$0,90 cada máscara. Agora, se quiser comprar mesmo, é R\$3 o preço no mercado. Imagine a situação em que esses gestores se colocam, o risco, a espada que está sobre a cabeça deles, porque qualquer auditor, qualquer pessoa do controle pode dizer: "Isso é superfaturamento. Como é que você comprava em novembro a R\$0,90 e compra agora a R\$3?". E mais, 30% do preço final – não sei se o senhor e a equipe do TCU sabem disso – praticamente são impostos.

Eu estou com o Projeto de Lei nº 1.176, que foi um dos primeiros projetos priorizados – o Presidente Luizinho ajudou nisso – na Comissão Externa para tirar os impostos dos EPIs, dos equipamentos de UTI, dos medicamentos essenciais neste momento de pandemia. Ele tem assinatura de Líderes, que representam 375 dos 513 Deputados, e está parado há dois meses na Mesa da Câmara dos Deputados, não vai à votação. Trinta por cento a menos já seria um alívio na aquisição desses produtos.

Da mesma forma, nós não temos médicos suficientes – já discutimos esse assunto várias vezes com o TCU, em outras oportunidades – para os postos de trabalho que estão sendo abertos. O Senador Confúcio acompanhou esse debate, inclusive no momento da discussão do projeto do Revalida, do Médicos pelo Brasil. E eu quero lembrar, Senador Confúcio, que o projeto do Revalida, aprovado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformado na Lei nº 13.959, obrigava o Governo Federal a fazer uma prova semestral – lembra-se disso? – e com a garantia de o edital sair 60 dias antes.

Desde 1º de maio o Governo Federal está descumprindo a Lei nº 13.959. Nós já vamos encerrar o primeiro semestre sem nenhuma prova do Revalida. E aí eu pergunto, Senador; pergunto, Ministro: já pensou um gestor que for compelido a contratar um médico sem o Revalida para não deixar a pessoa morrer, para não deixar o paciente sem assistência? Ele vai ter que responder. E o Governo Federal, que não criou a oportunidade de revalidação de diploma? Está aí, eu já entrei com ação popular e não anda; já entre com o Projeto de Lei 1.780, que também já tem assinaturas de Líderes e não vai para votação, para obrigar o Governo a cumprir a Lei 13.959. E mais, em 12 de fevereiro deste ano, quatro dias depois de criarem a comissão externa, o Presidente Luizinho marcou uma reunião com o então Ministro Mandetta e toda equipe do Ministério, e nós estivemos presentes.

Para concluir, cobramos cinco medidas fundamentais. A compra de EPIs em larga escala não foi feita até hoje por parte do Ministério. Estados e Municípios é que estão comprando mais de 90% das aquisições.

A compra dos testes diagnósticos. Ministro, o Brasil é o 114º país em testes por habitantes, apesar de já sermos o segundo em casos confirmados e o segundo em óbitos.

Terceiro. O aumento de repasses para Estados e Municípios. Passaram um mês a mais, um mês, numa crise dessa.

Quarto. Abertura de novos leitos hospitalares e leitos de UTI.

A Bahia, Ministro José Múcio, já abriu mais de 800 novos leitos de UTI; um quarto, 25%, o Ministério da Saúde habilitou até agora. E eu já perguntei ao Ministério da Saúde várias vezes qual é o diagnóstico da abertura de leitos. Não sabem o que foi aberto, não sabem o que está para abrir.

Por último, um plano de comunicação para informar a população, para orientar a população. O Ministério da Saúde sempre fez isso. Infelizmente, não está acontecendo, na maior crise sanitária que a gente está vivendo.

Então, eu queria pedir o apoio do TCU para viabilizarmos a isenção de impostos; pedir ao Senador Confúcio Moura também o apoio para o Projeto 1.176, cobrar a realização do Revalida e cobrar do Ministério da Saúde que cumpra sua obrigação nesses cinco pontos emergenciais.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Solla.

Eu vou, para fechar, devido à tolerância e à generosidade do Ministro Múcio, que tinha que sair cedinho, mas vai fechar a reunião conosco – eu fico muito agradecido a V. Exa. –, passar a palavra ao



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Relator Francisco Jr. para fazer seus comentários, suas indagações. Aí logo depois da resposta do Ministro, a gente faz o encerramento da nossa audiência pública, extremamente concorrida.

Quero agradecer a todos, até aos Deputados não membros que participaram hoje com a gente ativamente. Muito obrigado a todos.

Pode falar, Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Ministro, mais uma vez parablenho o senhor e toda a equipe. Agradeço a sua disposição de ficar todo tempo conosco. Muito obrigado.

É só para fazer alguns comentários, mais comentários e pedidos do que perguntas.

Foi muito bem colocada a fala sobre as obras paradas. O senhor falou inclusive de quando o senhor chegou ao tribunal e de todo o trabalho que o senhor realizou. Porém, como agir agora para que no futuro próximo nós não estejamos de novo fazendo uma reunião aqui e discutindo as obras paradas da pandemia? Hospitais, compras de EPIs que foram discutidas agora, equipamentos que nunca chegaram nem nunca vão chegar?

O Sr. Marcelo Aragão fez uma explanação muito interessante, mas eu quero também reforçar a colocação da Senadora Zenaide, porque vai além da questão simplesmente de compra. Nós teremos aí – sem entrar no mérito da discussão de cloroquina, hidroxicloloquina, dessa situação também – uma situação de protocolos. E aí você está fazendo um investimento. E esse novo protocolo, além de submeter a risco... Existe toda uma discussão científica, mas existe uma discussão técnica de procedimento. Qual orientação e como nós podemos colaborar nesse sentido?

Especificamente nesses dois casos, eu acredito que nós vamos ter acesso a esses processos de que o Marcelo Aragão falou, mas eu gostaria, se possível, que fôssemos informados de como estão caminhando esses dois processos para podermos fazer uma discussão mais próxima sobre eles especificamente, apesar de eu achar que nós já temos acesso a eles. Mas eu gostaria de fazer isso.

Por fim, Ministro, eu gostaria de insistir no tratamento da visão do TCU sobre "o novo normal", essa expressão que foi inventada agora, "o novo normal".

Espera-se que a partir de agora nós teremos menos papel, mais foco nos resultados, menos formalismo, mais trabalho remoto, a distância, sem tanto controle rígido da jornada de trabalho. Os processos de licitação, até pela própria lei que está sendo aprovada, focados nas soluções de problemas mais abertas à inovação. Inclusive, nós tivemos uma reunião ano passado sobre cidades inteligentes, e eu fiquei muito bem impressionado com o trabalho que vem desenvolvendo o TCU sobre as cidades inteligentes. Porém, como o TCU se prepara ou pode se preparar para o pós-pandemia? Quais os riscos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós temos de a história estar numa página e a gestão pública estar numa outra página, não estar usando as mesmas ferramentas, não estar usando os mesmos critérios que o mundo vai passar a usar, a iniciativa privada, o mundo lá fora vai começar a usar? Nós vamos estar talvez atrasados em termos de critérios, de procedimentos, de ferramentas e de controle. Como que nós vamos controlar esse funcionamento? Qual o risco que temos de os órgãos de controle e fiscalização funcionarem como âncora, impedindo que a gestão mude de página?

Então, nós temos uma questão de legislação, nós temos o exercício do controle, que é fundamental, nós temos todo um problema no Brasil de corrupção, do vírus da corrupção, de que o senhor já falou, mas nós precisamos avançar, nós não podemos segurar. Como encontrar essa medida, essa receita para termos segurança, transparência e, ao mesmo tempo, crescimento e desenvolvimento? É uma preocupação que acredito que temos que ter em parceria porque penso que a legislação também vai ter que ser alterada.

No mais, parabênizo o trabalho, o esforço, o desempenho de todos vocês e me coloco à disposição.

Gostaria de solicitar também que essa apresentação que foi feita no início fosse encaminhada para que a gente pudesse... Não sei se já foi, mas se não tiver sido...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Já foi.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Já foi, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Foi.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Então, está ótimo.

No mais, quero só agradecer a disposição de vocês de estarem aqui conosco, não só agora – no caso, com o TCU, tem sido permanente a discussão com a Comissão.

Obrigado, Ministro. Parabéns! Sucesso no trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr., Relator.

O internauta Fabio Rodrigues, de Pernambuco – não poderia deixar de fazer essa pergunta de Pernambuco –, pergunta: "Como está sendo feita a auditoria nos prontuários dos pacientes em cada hospital credenciado? E o controle para evitar prontuários falsos?". É de lá de Pernambuco.

E o Renan da Silva, do Rio de Janeiro – as perguntas dos outros internautas já foram respondidas: "Qual sua avaliação do impacto da PEC 95 do teto de gastos no orçamento do SUS diante das demandas financeiras decorrentes da pandemia?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo agora a palavra para o Ministro José Múcio Monteiro para responder aos últimos participantes, que foram a Deputada Adriana Ventura, o Jorge Solla, o Deputado Francisco Jr., e os internautas aqui, a quem o senhor pode responder também.

Muito obrigado.

E aí nós encerramos a nossa reunião de hoje.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (Para expor.) – Eu vou começar respondendo às perguntas dos internautas.

Nós não temos acesso ao prontuário, porque isso é considerado sigilo médico. Nós não podemos. Nós temos uma rede grande de informações, trocamos informações – evidentemente, estamos atrás daqueles que querem ludibriar, que querem se aproveitar –, mas, quanto a isso, Sr. Presidente, não temos o absoluto controle de tudo.

Com relação à Deputada Adriana, sobre as denúncias, o tribunal é absolutamente aberto a todas essas denúncias. Temos um portal para denúncias, temos a Corregedoria, para que as denúncias sejam feitas. Evidentemente, todo portador de um celular hoje é um fiscal de absolutamente tudo, que critica de forma de governo à atuação de ministro, à quantidade de ministro, à quantidade de Deputado, tudo, e as pessoas muitas vezes acham, de tanto nós acolhermos essas coisas, que o tribunal tem o que dizer sobre isso.

Com relação à apuração das denúncias, à proteção do bom gestor, já respondendo um pouco e comentando a palavra do Jorge, do Deputado Jorge Solla – eu também fui Secretário Municipal de Planejamento da cidade de Recife e fui Secretário de Infraestrutura, que naquela época era de Transporte, Energia e Comunicação, do Estado de Pernambuco –, o controle não era tão, vamos dizer, eficaz como é hoje. Hoje nós temos o uso da tecnologia, o investimento maciço em tecnologia. Já falando um pouco para o Relator: nós estamos apresentando, neste início do segundo semestre, um programa de projeto estratégico de tecnologia digital para o TCU até o ano de 2030. Nós não voltaremos a ser os mesmos.

E, graças a Deus, nós não voltaremos a ser os mesmos, porque muitas dessas mazelas que nós estamos discutindo aqui foram coisas que nós fomos botando embaixo do tapete, embaixo do tapete, embaixo do tapete... O tapete criou batentes, e nós precisamos de escada para subir no tapete... Sempre achávamos que o melhor discurso não era aquele que trazia a melhor solução, mas o mais simpático; o voto, muitas vezes, não era o voto em quem se acreditava, mas o voto de indignação a quem não se queria... Eu acho que tudo isso será modificado após esse vício. Seremos mais sofridos, mais indignados, mas seremos, de certa forma, melhores. Eu tenho repetido que nós vamos encarar o semelhante como semelhante, e nós, da classe política, muitas vezes encaramos o próximo como aquele próximo que votava na gente, e não o próximo necessitado, o próximo que sofreu a injustiça, que tinha acesso ao político só se fosse do grupo político. Isso o novo normal não vai permitir. Vamos ser mais humanos, até





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por instinto de sobrevivência e por cobrança dos nossos filhos, dos nossos netos. Vamos ter uma sociedade diferente.

Perdemos uma chance enorme de ter, neste País, um grande entendimento. Vencedores, vencidos, todos numa... Porque muito está sendo feito, mas não está sendo feito, vamos dizer assim, de forma correta. Eu tenho repetido que, muitas vezes, as coisas estão sendo dadas, mas mal dadas. É como você me dar um presente, mas, em vez de me entregar, você sacode o presente. Então, muitos estão sendo atendidos, mas não estão sendo atendidos com satisfação.

A sociedade...

E, para terminar, Presidente – dizendo da honra de estar aqui com toda a equipe, agradecendo aos meus companheiros do tribunal, voltando à Deputada Adriana e cumprimentando a Deputada Rejane Dias, do Piauí, a cujo Governador mando um abraço muito grande –, eu queria dizer o seguinte: a relação do cidadão com o TCU, numa comparação bem simples que faço, do gestor com o TCU é a mesma do cidadão com a polícia. A iniciativa vale muito.

Se o cidadão procura a polícia, é porque precisa de proteção, mas, se a polícia procura o cidadão, é porque ele é suspeito. Se o gestor, com esses acompanhamentos múltiplos que nós estamos fazendo nessa questão da Covid, nos procura para dizer o que está sendo feito e nos mostra a necessidade do que está sendo feito, nós somos parceiros. Se a coisa for feita – não é nem que seja com a nossa anuência – sem que tenhamos conhecimento, nós podemos tê-lo como suspeito. Tudo isso será averiguado porque nós não podemos fazer caridade com o dinheiro público e nem os órgãos de controle podem simplesmente dizer que, por conta da pandemia, nós estamos de braços cruzados. Não, nós estamos preocupados com a velocidade da gestão, preocupados com os gestores que estão colocando suas vidas, suas responsabilidades e seus conceitos na decisão, mas nós temos a consciência de que estamos lidando com o dinheiro público, e o dinheiro público precisa de satisfação.

Se nada estivesse acontecendo, se a imprensa, se as redes sociais não estivessem mostrando absolutamente nada do que está acontecendo... Mas você vê Ministério da Saúde atuando, você vê Polícia Federal atuando, você vê Ministério Público atuando, as denúncias se multiplicando, as questões políticas muito fortes, mas nós temos que, independentemente disso, vencer esse grande desafio, que não é do Brasil, é da humanidade, do qual, se Deus quiser, nós vamos sair melhores.

Presidente, eu queria agradecer ao senhor, ao Relator, aos membros da Comissão, Senadores e Deputados, a todos os velhos e bons companheiros e aos novos amigos e dizer que o Tribunal de Contas é para ser provocado pelos senhores. Nós somos um instrumento do Poder Legislativo. Nós podemos ser muito mais próximos, muito mais parceiros. Temos hoje uma assessoria parlamentar exemplar trabalhando junto aos senhores. Ela precisa ser motivada, precisa ser cobrada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que nós do Tribunal de Contas nos sentimos muito honrados – e falo em nome de todos os meus companheiros, Ministros e auditores. O nosso grande patrimônio é a isenção. Nós somos isentos. Não podemos ter emoção política; podemos até tê-la como cidadãos, mas a isenção do julgamento é que faz com que o tribunal represente verdadeiramente os interesses da sociedade.

Muito obrigado.

Foi muita honra participar com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Ministro José Múcio.

Valeram a pena esses nove anos de silêncio de não participar de audiência pública...

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Valeu a pena.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deu um *show* aqui hoje.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Por isso que eu fiquei até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deu um *show*, foi só elogios...

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Na realidade, foi um reencontro de muitos daqueles que foram colegas lá atrás, e hoje já estão os filhos aí fazendo as indagações, não é?

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – É verdade. E com o Presidente da Comissão inclusive!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois é. (*Risos.*)

Muito obrigado.

Quero agradecer a V. Exa., agradecer ao Paulo Roberto, Leonardo, Tiago, Marcelo Chaves, Agostinho. Agradeço a participação dos internautas, a participação da Carmen Zanotto, do Luizinho, dos Deputados maravilhosos e Deputadas inteligentes que participaram ativamente aqui, dando um *show* de bola – estou muito agradecido a todas as Sras. e os Srs. Parlamentares –, a participação dos membros que utilizaram o e-Cidadania, dos telespectadores da TV Senado.

Agradeço a presença de todos e os convido para a próxima reunião a se realizar no dia 23 de maio de 2020...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ah! É junho, maio já passou. Será no mês de junho, dia 23, com a presença já convidada do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que houvesse uma participação hiperativa também nessa reunião com o Ministro. O tribunal já deu para nós todos muitos subsídios interessantes, até para a formatação de perguntas. Então, eu só vou agora confirmar com ele – e ele já deu o assentimento, através da assessoria – a sua presença no dia 23 de junho próximo.

Assim sendo, agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, muito obrigado, muito obrigado a todos, muito obrigado!

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Acir Gurgacz, Kátia Abreu, Rejane Dias, Perpétua Almeida, General Peternelli, Mecias de Jesus, Marcel Van Hattem, Luis Carlos Heinze e Eduardo Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para discutir as ações do Ministério da Saúde no enfrentamento da pandemia de COVID-19. **Participante:** Eduardo Pazuello, Ministro Interino da Saúde.. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/06/23>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão" do aplicativo. Esta é a ordem da fala: a palavra será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, questões de ordem e tempo de Liderança poderão ser utilizados ao final da nossa reunião.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Eu vou esperar um pouquinho o Ministro entrar para já iniciar de cara a reunião.

Ligue para o Ministro, por favor. Ligue lá, por gentileza.

Quando o Ministro entrar na tela, vamos começar a audiência.

Aguarde só um pouquinho, gente.

Bom dia, Kátia! Bom dia a todos! Bom dia, Deputado Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha! Bom dia, Esperidião, Izalci, General Peternelli, Vanderlan, Felício Laterça! Bom dia a todos! Bom dia, Cacá Leão! Os que eu estou vendo aqui na tela estou cumprimentando, esperando o Ministro só um pouquinho.

Vamos lá, pessoal. Liguem para o Ministro para ele sentar à mesa, para não atrasar a nossa reunião.

Eu vou abrir a fala livre para algum comentário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê a Eliziane Gama e o Gen. Peternelli, que ficaram de fazer a interlocução com o Ministério para nos socorrer em algumas necessidades de dados?

Enquanto o Ministro não se apresenta, eu vou deixar a palavra liberada para a Eliziane, para o General Peternelli, para quem quiser ir usando até que ele se apresente aqui na nossa sala.

Então, está liberada a palavra para qualquer um.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) – Eu vou aproveitar, então, a oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, General.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Pela ordem.) – Bom dia a todos!

É uma oportunidade muito grande mais uma reunião importante com o Ministro da Saúde. Nós estamos observando esses dados informativos relativos às estatísticas que possam tratar de uma série de opções de trabalho. E aqui também na Comissão externa do coronavírus, estou sempre ouvindo comentários sobre a testagem em massa, sobre testar o maior número, testar o maior número. Logicamente acho isso importante, mas uma pergunta que eu sempre me faço hoje é a seguinte. Testaram 5%, mas e se passar a 10%, se passar a 20%? O que mudaria em termos de pesquisa saber que há 20%, 15%?

É sempre uma oportunidade, Senador, estarmos aqui presentes.

Muito obrigado.

Um bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, Kátia, por favor.

Pode falar, Senadora Kátia Abreu.

Vou liberar seu som. *(Pausa.)*

Dê um toque no som.

Senadora Kátia, está vendo?

Ajude aí, pessoal. *(Pausa.)*

Libere para a Senadora Kátia, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente. A liberação é aí mesmo.

Bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, meu Presidente Confúcio!

Eu quero apenas informar que ontem nós fizemos a segunda reunião no Tocantins, semelhante a esta reunião do Senado – é uma cópia –, e tem funcionado maravilhosamente bem. Não só os 11 Parlamentares são membros da nossa comissão informal, como várias instituições aqui no Estado: Tribunal de Contas da União no Tocantins, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça, a Procuradora-Geral de Justiça, Ministério Público do Trabalho e instituições de representação também da micro e pequena empresa, por conta dos recursos da micro e pequena empresa.

Eu fiz um ofício ao Presidente, e a informação foi que oficializar essa comissão depende do Plenário do Senado, e não desta Comissão. E eu pretendo fazer isso com o Senador Davi, pedindo a ele que paute essa solicitação, por um simples motivo: se todos os Estados resolverem fazer a sua comissão, eu acho que será uma grande contribuição à transparência e à fiscalização dos recursos públicos. Os órgãos de controle do Tocantins foram textuais em dizer que nunca viram um volume de dinheiro da grandeza do que foi destinado ao combate ao coronavírus, como tem sido feito pelo Congresso Nacional. Então, essa comissão tem produzido um trabalho maravilhoso, tem feito a sua parte, mas eu acredito que, se cada Estado também, na vigilância, na orientação, não é só na punição e na vigilância...

Ontem nós aprendemos, por exemplo, com o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas da União, que todos os recursos destinados à pandemia do coronavírus têm um carimbo, têm uma identificação específica, mesmo que vá para uma conta fundo a fundo. Então, caso o gestor não consiga gastar, é com facilidade que ele poderá devolver. Até mesmo, aqui no Estado, Presidente Confúcio, eles elaboraram um sistema pelo qual todos os recursos que deixaram de ser gastos nas dívidas para serem gastos com o combate ao coronavírus também serão monitorados. Então, se eu deixei de pagar uma parcela, se o Estado ou uma Prefeitura deixou de pagar ao Banco do Brasil R\$1 milhão, esse um milhão não vai ficar perdido no caixa geral, e o Governador, por exemplo, ou o Prefeito, não vai poder gastar em qualquer coisa; ele vai poder gastar apenas no combate ao Covid-19.

Há outra preocupação que eu vi, Senador Confúcio, nessa reunião minha de ontem – eu estou fazendo igual a você: é um dia fixo, no mesmo horário, tudo organizadinho; igual a você. Outra coisa que eu aprendi ontem...

Acabei me perdendo, eu ia falar uma coisa importante.

As contas são monitoradas e identificadas com um número, um código. Ah, lembrei: a preocupação e a gravidade de uma má justificativa em caso de gastos. Então, a dispensa de licitação e a comprovação de que aquele gasto é com Covid é muito temerária, e os gestores precisam estar atentos ou nós vamos ter muitos processos, milhões de processos, centenas de processos espalhados por este Brasil afora, porque as pessoas – algumas – estão vendo, com a dispensa de licitação, uma facilidade para gastar. E, na verdade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a coisa vai ficar muito feia. Como diz o Conselheiro André, daqui, de Tocantins, a Covid vai, mas os processos ficam. E, com processos mal instruídos, nós sabemos o que pode acontecer.

Eu estou fazendo este breve relato, primeiro, para pedir o apoio dos colegas, dos Senadores principalmente, porque eu vou pedir ao Davi Alcolumbre, já que esta Comissão é do Congresso Nacional, para liberar esse trabalho nos Estados. Isso não vai atrapalhar nem vai dar despesa nenhuma! A única vantagem que nós teremos, que é preciosa, é que vai ser uma comissão reconhecida pelo Congresso Nacional. A segunda vantagem grande é podermos utilizar a rede de comunicação do Congresso, rádio, TV. Então, se cada Estado fizer a sua comissão, isso não será um peso, isso não pode ser um lamento; ao contrário, isso é um benefício e mostra o compromisso das bancadas dos Estados com os recursos públicos aprovados por nós mesmos.

Ontem, eu fiquei tão tranquila, Confúcio... Eu estava muito preocupada com essa mistura de dinheiro e com a maneira pela qual nós deveríamos proceder.

Para a semana que vem, estou "convocando" – entre aspas – o Ministério Público Estadual e o Federal para falarem sobre o mesmo tema: quais as estratégias que estão usando para fiscalizar. O próprio Tribunal de Contas daqui do Estado desenvolveu mecanismos maravilhosos para cada área de fiscalização.

Eu quero também sugerir o apoio a esta proposta minha de criação dessas comissões estaduais, regionais, qualquer que seja o nome, com todos os Parlamentares de cada Estado que queiram participar, é óbvio, com a oficialização disso; e que aqui, nesta Comissão, a exemplo deste trabalho aqui, que a CGU, que aqui no Estado tem sido uma grande parceira do Tribunal de Contas, o TCU, os órgãos de controle enfim, possam participar e fazer um esclarecimento nacional aos gestores e a esta Comissão a respeito dos gastos desses recursos. Não vai ser mole, não!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito! Muito obrigado, Senadora Kátia.

O Ministro já está à disposição em nossa sala.

Só um pouquinho, Izalci. Vamos começar a nossa audiência, pois o Ministro Pazuello já está presente.

Ministro Pazuello, bom dia! Bom dia, Ministro!

Ministro, eu já fiz a abertura da nossa reunião e estava liberando a palavra até que o senhor se colocasse à disposição.

A presente reunião é uma audiência pública com a presença do Ministro da Saúde, Gen. Eduardo Pazuello, que está acompanhado dos Srs. Gustavo Machado Pires, Assessor Especial Parlamentar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leonardo Batista Silva, Leonardo Soares, Henrique Marques Vieira Pinto, todos Assessores Parlamentares.

Ressalto que esta audiência é decorrente da aprovação do plano de trabalho do dia 24 de abril de 2020, confirmada pelo atendimento ao Ofício 054/2020-Covid-19, de 5 de junho, que precede à aprovação dos Requerimentos 48 e 49, de 16 de junho de 2020, na reunião da Comissão.

Portanto, o Ministro está presente nesta reunião na qualidade de convidado, nos termos do plano de trabalho aprovado pela Comissão.

Sr. Ministro, nós vamos conceder a V. Exa. inicialmente até 30 minutos para V. Exa. fazer a apresentação. Logo a seguir da sua apresentação, passaremos a palavra ao Relator, que terá até dez minutos para fazer os primeiros questionamentos a V. Exa. Assim feito, cada um dos Parlamentares da Comissão terá até três minutos. Para as perguntas, vou fazer blocos de três ou de quatro.

Pelo que vejo, a reunião será muito concorrida. Há muita participação dos Senadores, dos Deputados da Comissão e de não membros da Comissão também.

De outro lado, Sr. Ministro, eu gostaria, devido a alguns requerimentos aprovados já para a nossa Comissão, de que V. Exa. colocasse uma pessoa da sua confiança, do seu gabinete direto que pudesse fazer a interlocução dos expedientes remetidos ao Ministério, aprovados aqui na plenária nossa, para respostas. São informações acerca dos procedimentos, requisições que foram adotadas para a compra de materiais, equipamentos e serviços, porque, semanalmente, toda segunda-feira, o nosso Relator, Francisco Jr., elabora um relatório parcial e dá conhecimento ao Senado, à Câmara dos Deputados e ao Portal da Transparência. Então, nós precisamos dessas informações para que o nosso Relator faça o fechamento do seu relatório semanal com base nas informações de V. Exa.

Gostaríamos muito de que V. Exa. colocasse à disposição da nossa Comissão um técnico que pudesse fazer essas respostas, que são muitas e semanais. O General Peternelli e a Senadora Eliziane Gama ficaram de fazer essa interlocução com V. Exa. ou com quem V. Exa. determinar para atendimento à nossa Comissão – a Senadora Eliziane Gama, Vice-Presidente da Comissão, e o General Peternelli, como voluntário, que também se predispôs a nos ajudar nessa tarefa nossa.

Passo a palavra a S. Exa. o Ministro Eduardo Pazuello Monteiro, na condição de convidado, pelo tempo de até 30 minutos.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite da Comissão e o convite dos Srs. Parlamentares. É uma honra para mim estar aqui apresentando aos senhores a situação do Ministério da Saúde com relação ao Covid.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente eu saúdo o Presidente, nosso Senador Confúcio Moura; a Vice-Presidente, Senadora Eliziane Gama; e o Relator, Deputado Francisco Jr – em nome deles, eu saúdo todos os Parlamentares e quem esteja conosco assistindo, neste momento, à apresentação.

Cumpro, nesta ocasião, um dever constitucional: o dever de prestar contas ao Poder Legislativo brasileiro. Eu compreendo dessa forma. A parceria com esta Casa legislativa é fundamental para avançarmos nas conquistas e na proteção da sociedade brasileira. *(Falha no áudio.)*

Eu estou tendo dificuldades no áudio. Não sei se está com algum problema. Vocês estão me ouvindo bem? *(Pausa.)*

Trata-se de uma oportunidade única de promover esclarecimentos e de consolidar informações sobre esse momento do nosso País. *(Falha no áudio.)*

Eu estou tendo um retorno aqui de um apito constante. Por isso, eu não sei se dá para ouvir, mas vamos lá.

Passo agora a fazer a minha apresentação, que foi preparada exatamente para esta ocasião, para esclarecimentos, questionamentos e sugestões.

A nossa apresentação já está disponibilizada para a Comissão, e eu passo agora a apresentá-la. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já está disponível?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Já está disponível.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Pode passar o eslaide, por favor.

Bem, a LOA de 2020 destinou R\$138 bilhões, R\$140 bilhões aproximadamente para o Ministério da Saúde.

Não teria como colocar aquele quadro do lado para que eu possa vê-lo? *(Pausa.)*

Além desses R\$140 bilhões, aproximadamente, foram destinados outros R\$39 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A apresentação não está aparecendo na tela.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não, senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peça ao pessoal do senhor desta área de...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já está aqui falando. Já estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso. Coloque o pessoal do Ministério.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já foi testar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Aí, pronto. Está bom.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Então, para voltar, a LOA nos deu R\$138,9 bilhões, e nós tivemos mais R\$39,3 bilhões em créditos extraordinários para enfrentarmos o Covid-19. Começo colocando esses números e explicando como esses números foram destinados e utilizados.

Nós tivemos oito medidas provisórias desses R\$39,3 bilhões: a 924, como está ali, com R\$4,8 bilhões; a 940, com R\$9,4 bilhões; a 941, com R\$2 bilhões; a 947, com R\$2,6 bilhões; a 967, com R\$5,5 bilhões; a 969, com R\$10 bilhões; a 970 com R\$338 milhões; e a 976, com R\$4,4 bilhões. Vou bater uma por uma.

Agora passo para a 924. Por favor, é para passar o eslaide.

Bem, a 924 autorizou R\$4,8 bilhões, e nós tivemos dois tipos de aplicação: a aplicação direta e a transferência fundo a fundo, do jeito que está colocado aí, o que nós temos de empenhado e pago, e algum saldo. E qual é a finalidade da aplicação direta e da transferência fundo a fundo: aquisição de EPIs, fornecimentos de testes, aluguel de leitos de UTIs; e, no caso de aplicação direta, repasses de recursos *per capita* para o enfrentamento à Covid.

Esse foi o começo da missão, em que o Ministério da Saúde trabalhou num projeto linear para preparar o País para fazer o combate ao Covid como um todo, utilizando critérios lineares, como, por exemplo, *per capita*, em cada lugar.

Sobre a 940, só para fazer aqui um *spoiler* rápido, tudo o que tiver de saldo, ao final, eu vou explicar, vou mostrando os saldos e o porquê de estarem dessa forma. É uma explicação que é transversal e eu deixei para o final para ficar mais fácil.

Aqui o que está aplicado já está aplicado e o que há de saldo ao final eu explico de uma vez só.

A 940 também teve uma parte de aplicação direta e uma parte de fundo a fundo, a ideia está bem clara: fornecimento de testes, produção de medicamentos, construção do centro hospitalar da Fiocruz, aquisição de monitores, de ventiladores, contratação de pessoal da saúde. E, no fundo a fundo, leitos de UTI, repasses da parcela mensal, da parcela MAC e PAB dos Estados e Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O MAC e o PAB são atendimentos de médio e alta complexidade e onde... *(Falha no áudio.)*

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – A gente vai repetir algumas vezes o MAC e o PAB para ficar claro.

A 941 foi toda transferência de fundo a fundo. Temos algum saldo dela ainda, mais à frente vamos explicar.

A 947 a mesma coisa, só que essa foi para aplicações diretas: EPIs e ventiladores pulmonares.

A 967, R\$5,5 bilhões, teve direta e fundo a fundo nessas ideias: fornecimento de testes para diagnósticos, auxílio financeiro emergencial às santas-casas e hospitais filantrópicos, na mesma MP.

E aqui eu coloco também uma observação nesse trabalho que foi feito em conjunto lá com a Comissão de Deputados e com todo mundo. Foi feito um critério técnico muito interessante e muito bem ajustado para atender a todas as santas-casas, toda a parte filantrópica com esses R\$2 bilhões. Foi um trabalho pactuado e em parceria com a Comissão da Câmara, ficou muito bom esse trabalho aqui.

Os R\$10 bilhões da 969. É exatamente a mesma coisa que nós estamos fazendo: nós estamos discutindo os critérios técnicos, ajustando para poder fazer mais ou menos do mesmo padrão da outra, atendendo a todos os Estados, a todos os Municípios com os critérios técnicos para que se possa ter toda a transparência que é preciso ter. Nós temos tido isso atualmente e acredito que nesta semana a gente vá fechar esses critérios e fechar a distribuição da grana também.

A 970: está prevista aplicação direta para contratação de profissionais de saúde.

A 976, de R\$4,5 bilhões: aplicação direta e de fundo a fundo – estão aí as explicações e os destinos. Nas de fundo a fundo, hospitais de pequeno porte, centros comunitários e de referência, redes de urgência e emergência.

E as razões de saldo de ações transversais.

Por favor, pode passar aí.

Aqui estão por medida e as nossas dificuldades ou o que estamos fazendo para concluir esses saldos, lembrando que é interessante que nós tenhamos alguma reserva ainda para poder manobrar. Então, o percentual de saldo que nós temos eu considero que está bom, é bom que haja algum saldo para que a gente possa manobrar. Então, tirando a 969, que ainda está praticamente toda em elaboração, os saldos das demais estão aqui.

Na 924, nós estamos trabalhando a aquisição de EPIs, contratação de leitos, porque ainda continuamos contratando leitos. Nós já temos quase 10 mil leitos novos habilitados – e isso é um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo lento e técnico: não se pode apenas pegar um ofício, carimbar e mandar; há todo um trabalho feito pelas equipes técnicas das secretarias, e isso vai sendo gradativamente atendido.

A 940 é a logística de compra, são processos licitatórios, é ajustar a prospecção com as empresas fornecedoras. Nós priorizamos o mercado nacional, conseguimos trabalhar direto com as empresas que estão produzindo respiradores e equipamentos, para a gente não precisar comprar do mercado internacional. Isso foi uma vitória nossa com o terceiro setor. O terceiro setor brasileiro firme, pujante, ao nosso lado: empresas, setor comercial, os laboratórios, tudo, todo mundo. As empresas de logística, todo mundo trabalhando conosco, o que demonstra a união no nosso País para o combate ao Covid.

Da 941, a emenda da bancada ainda está em análise.

Da 947, a mesma coisa com relação a ventiladores e EPIs.

Da 967, não há mais saldo.

Da 969 já falei.

A 970 está ajustada na sequência do uso dela, são necessidades de contratação de pessoal. Nós estamos contratando pessoal agora para Roraima e vai ser dentro dessa MP.

Em relação à MP 976, nós estamos aguardando a adesão dos Municípios para os Centros Comunitários de Referência. Isso foi pactuado na nossa CIT, com Conass e Conasems. Há também a parte dos Municípios trabalhando nisso.

Vou passar agora para algumas ações de destaque. Antes de falar das ações, da parte mais humana, falei da parte financeira antes para separar um pouquinho.

Agora, vou passar à parte mais humana, que é o resultado efetivo de alguns trabalhos. Antes de apresentar essa parte mais humana, eu gostaria de deixar aqui a minha solidariedade efetiva e o abraço da nossa equipe a todas as famílias que perderam os entes nessa pandemia. Cada um de vocês, cada uma dessas pessoas não é um número, é uma pessoa, um pai, um irmão, uma mãe, um filho, um neto, um avô e a gente tem essa noção, diariamente falamos disso aqui, com muita emoção e muito carinho. A gente pensa todo dia em salvar mais vidas. Então, fica a nossa total solidariedade com essas famílias e com os nossos profissionais de saúde que estão na frente de combate todo dia, combatendo ali, atendendo as pessoas nos postos de saúde, nos hospitais e nas UPAs. Eles têm sido heróis. Essa é a minha observação. Falei depois da grana, vou falar agora da parte humana.

Estou com muito problema de retorno de áudio. Estou falando com uma campainha tocando insistentemente no meu ouvido. Não sei se é um problema técnico, mas está vindo de lá para cá um retorno muito forte de uma campainha.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deve ser, Ministro, algum microfone no seu alto-falante.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Há o microfone aberto de alguém? Fica complicado para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Aqui estão todos fechados, Ministro. Aqui todos estão fechados. Então, dá uma olhadinha na caixa de som do senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Liberou agora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Durante a apresentação, o senhor pode desligar a caixa de som e falar tranquilamente.

Pode continuar, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Então vamos falar agora sobre esse 1,2 bilhão: nós já fizemos habilitação de 8,6 mil leitos de UTI e estamos habilitando já mais 1,4 mil nas próximas semanas para fechar 10 mil leitos habilitados de UTI.

Para que os senhores compreendam, cada leito de UTI desses custa R\$1,6 mil por dia. Então, o número é realmente bilionário, e é uma forma de colocar recursos diretamente em quem está atendendo, diretamente nos hospitais, nos Municípios e Estados. Nós fizemos essa primeira disponibilização, adiantando três meses dos recursos. É um montante muito alto porque foi feito um projeto nessa direção, foi duplicado o valor da UTI e feito um adiantamento de 120 dias integrais. A partir de agora a gente começa a pagar pelo uso dessa UTI e, quanto às novas UTIs, nós estamos discutindo a pactuação para 60 dias. Há uma pressão técnica para pagar apenas quando usar, que é o correto, é o que a lei indica, mas a gente ainda vai propor fazer algum grau de adiantamento para ajudar nessa estruturação.

Já falamos sobre os valores, já falamos sobre os meses, e aqui eu faço uma observação: é claro que a gente fala hoje sobre leitos de UTI, mas falamos sobre os leitos das unidades de suporte ventilatório. Quando a gente está habilitando, nós temos ciência de que é mais focado nesse suporte ventilatório, então não tem todas as estruturas previstas de uma UTI, mas atende ao tratamento intensivo à Covid. Só quero deixar claro que a gente compreende isso. Aqui apresentamos onde eles foram habilitados e os recursos compatíveis, fechando aquele R\$1,2 bilhão, por Estado, leitos habilitados, recursos repassados. A planilha está apresentada para efeito de discussões futuras ou durante a apresentação.

Quanto a medicamentos, tivemos quase 13 milhões de doses de medicamentos distribuídos, comprimidos etc. Então o número realmente é milionário. São ações que o ministério faz com muito esforço para atender. Distribuímos cento... Desculpe. E aí também mostramos como os comprimidos, tanto de cloroquina quanto de oseltamivir, foram distribuídos ao longo do tempo, para quem, em qual quantidade, onde estão, com qual valor. Todos esses itens estão disponíveis nessa apresentação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço aqui um adiantamento aos senhores: todos os dados do Ministério da Saúde estarão disponíveis; estão sendo colocados no nosso portal. No *site* do Ministério da Saúde, todos os brasileiros – Parlamentares, empresários, cidadãos comuns – vão poder acompanhar cada centavo, cada item que foi distribuído para cada Município, para cada Estado, quando foi, para que foi, qual a origem, quando foi entregue aquilo e onde está. Não só números. Os números já estão disponíveis integralmente, mas, agora, nós vamos disponibilizar, na mesma plataforma, todos os dados do Ministério da Saúde. A transparência vai ser infinita. E eu vou apresentar isso mais ao final.

Nós distribuímos 116 milhões de itens de EPI. E continuamos distribuindo. Os nossos depósitos têm estoque de emergência, e hoje nós temos feito essa logística de distribuição com um pouco mais de tranquilidade.

Para onde foram os 116 milhões de itens de EPI? Estão todos apresentados aqui, para qual Região do Brasil – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul.

Depois, numa outra página, os totais, vindo uma visão interessante do País. É claro, nós temos o detalhamento para cada Estado, Município ou até estrutura, equipamento que foi apresentado. Isso vai estar também na nossa página, com capacidade de verificar.

Fizemos já a distribuição de 11,3 milhões de testes de diagnóstico. E aqui falamos sobre 3,8 milhões do teste RT-PCR, que é o teste-diagnóstico que verifica a carga viral que vemos ali, naquele momento, no nosso organismo. É verificado com aquele cotonete que pega no nariz e na garganta, faz-se ali a análise da carga viral naquele momento. E 7,5 milhões de testes rápidos, que é aquele teste sorológico, do sangue, que pode ser feito tanto no dedo quanto na coleta do sangue. Foram distribuídos também nessa mesma forma. Esse verifica como está o nosso sistema imunológico, os nossos anticorpos para a Covid.

Nós já entregamos 4,852 mil ventiladores pulmonares a Estados e Municípios. Sobre isso aqui, é muito bom colocarmos: nossa indústria se organizou para fornecer isso. Nós fizemos uma parceria muito forte, trabalhando com o Ministério da Defesa e a nossa equipe de logística, para prospectar essa fabricação e, depois, incentivar as empresas para que se estruturassem para uma grande quantidade de itens fabricados. Estamos recebendo semanalmente e vamos aumentando.

Lembro-me de que, quando chegamos aqui, ainda com o Ministro Teich, nós tínhamos 150 respiradores por semana. Esse era o número que a indústria nos fornecia. Não chegava a 700 por mês. E hoje a indústria praticamente atende às nossas demandas. Já liberamos alguns tipos de compra direta, judicializada ou não, porque a gente tem conseguido apoiar efetivamente tanto a conduta da primeira etapa no Norte e no Nordeste, quanto esta fase de preparação no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste.

Então, ficam os meus parabéns à indústria nacional, que fez esse esforço para nos atender!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui mostro os equipamentos, para onde eles foram. Vocês podem observar que não há nenhum tipo de segregação no País. Neste momento, ele é todo unido, pragmático, focado no resultado e em salvar vidas. Não vejo aí nenhum tipo de disputa política nem de disputa de interesses, apenas quem está precisando naquele momento. Há um caráter técnico, discutido, pactuado com os Municípios e com os Estados. É entregue semanalmente, e assim vai continuar.

Quanto a recursos humanos, nós conseguimos cadastrar um milhão de brasileiros da área de saúde, voluntários e aptos, com o grau de capacitação necessário para socorrer quando houver um colapso de pessoal nos Estados. Já socorremos alguns Estados. Estamos nos preparando para socorrer agora Roraima. Roraima precisa de algo em torno de 200 profissionais. Nós estamos fechando, de hoje para amanhã, essa entrega. Com isso, a gente também ameniza o problema por lá.

Então, aqui estão os números. É a mesma coisa. Ainda com o Mais Médicos, são quatro mil vagas preenchidas para reforçar o combate à doença. Isso foi feito pelo Ministério. O Brasil Conta Comigo tem quase um milhão de profissionais cadastrados, que já foram para o Amazonas, para o Amapá. Para o Rio de Janeiro, já foram alguns também. No O Brasil Conta Comigo, eu já coloco aqui onde eles estão, quantos estão cadastrados em cada lugar. Então, vocês veem que a gente prioriza inicialmente trabalhar com essa força de trabalho nos Estados, para diminuir a logística. Faltando uma especialidade ou outra, a gente a busca no Estado mais próximo. Essa é uma capacidade que o Brasil tem, e a gente usa com muita tranquilidade isso aí.

A Força Nacional do SUS também tem trabalhado. É uma ponta de lança. São voluntários, são pessoas que estão trabalhando realmente pela saúde mesmo. A gente usa esse pessoal.

Há os centros de referência para casos leves da Covid. Lembram que a gente estava com aquele saldo daquela MP? É isso! Nós estamos trabalhando com os Municípios. Os Municípios estão se cadastrando. E aí vamos montando esses centros de referência. Aqui eu faço mais uma observação, porque esses centros de referência também ajudam a triar, também ajudam a verificar, na parte mais inicial, se aquele brasileiro está com sintomas da doença e a encaminhá-lo para uma avaliação médica mais aprofundada, para o diagnóstico.

Vou fazer mais um adiantamento aqui neste momento sobre as orientações que o Ministério da Saúde vem soltando nas últimas semanas, que são as orientações que fazem o arcabouço da nossa estratégia. A orientação para o manejo do paciente já está publicada. Ela já foi pactuada, publicada, apresentada em coletiva, disponibilizada no *site* e apresentada aos Estados e Municípios pelo Conass e pelo Conasems.

É importante que a nossa estrutura de comunicação também divulgue isto para a população comum de brasileiros: a estratégia não é ficar em casa, aguardar piorar e depois procurar o médico. A estratégia é procurar o médico imediatamente, procurar o centro de triagem, procurar a UPA, a UBS ou os centros de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência para casos leves, que são esses que nós estamos montando nas comunidades mais carentes, e ali, tendo um diagnóstico médico inicial, começar o protocolo. O médico vai prescrever a medicação, a farmácia do Município ou do Estado vai fornecer a medicação necessária e o pessoal vai se tratar o mais rápido possível. Este é o grande objetivo e é o que vai salvar a vida dos nossos brasileiros: o atendimento imediato.

Essa é a curva de aprendizagem, é a verificação no mundo e a verificação nos Estados brasileiros que já tiveram impacto e como eles combateram esse primeiro impacto. Já é uma análise. Assim fica mais simples trabalhar.

Se houver um agravamento do caso, ele não vai para uma UTI direto, ele vai para a unidade de suporte ventilatório. Para quê? Para que ele receba um reforço de oxigênio por intermédio de cateter de alto fluxo, por intermédio de ventilação não invasiva com BiPAP, colocando-o de barriga para baixo, pronado, para melhorar a respiração, com medicamentos acompanhados já no nível de internação. Com isso, evita-se que ele chegue à necessidade de ser entubado.

Se precisar ser entubado, mas estiver ainda com seus outros parâmetros normais, não tiver um agravamento cardíaco ou renal, ele pode continuar na unidade de suporte ventilatório usando respirador. Só se ele se agravar, irá para uma UTI; ou, se houver vaga, ele poderá ir para a UTI apenas pela possibilidade da vaga. E aí tem que ser resolutivo, ficar bom e voltar para casa.

Essa é a primeira linha de ideias, é como nós estamos divulgando. Essa orientação tem três bases, que são: a base dos medicamentos que podem ser utilizados, a base da capacitação de pessoal para usar essas estruturas e a base dos insumos e equipamentos disponibilizados nessas unidades de suporte ventilatório.

Numa segunda linha de testes, como eu falei, vem a orientação para testagem em massa e diagnóstico. Essa orientação também já está pronta, discutida e apresentada. Ela prevê ali que o diagnóstico médico, o diagnóstico clínico, é soberano. Os nossos médicos têm, sim, capacidade e direito de diagnosticar aquele paciente, dando a ele o protocolo de tratamento que assim acharem que devam fazer.

Então, o diagnóstico clínico passa a ser base de dados também, para que nós possamos compreender a evolução da doença e não ficar apenas imaginando os números daquele teste, se o teste tem 30% de erro, se o teste foi feito na hora errada, se o teste não foi feito no mesmo grupo de pessoas entre os Estados e depois se soma tudo. Então, a gente vai, gradativamente, chegando com mais transparência, com mais objetividade aos números com relação a contaminados, com relação a positivados, tanto com os diagnósticos clínicos, quanto com os diagnósticos por testes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já distribuímos 80 milhões de doses de vacina contra a gripe H1N1, a influenza. E essas campanhas também foram adaptadas, porque elas tinham públicos-alvo em momentos sequenciais. No Norte do País a gente fez algum trabalho para unificar esses grupos, pela velocidade necessária de vacinar.

É importante compreender, quando a gente fala sobre influenza – não sei se haverá um quadro atrás... Sobre influenza, eu gostaria de deixar bem clara uma observação que fiz à Câmara e aos Ministros com relação ao momento da doença, da pandemia no nosso País. O nosso País é um continente. Ele tem regiões, biomas, climas e tem também as estações muito diferentes. Nós, que somos do Norte e do Nordeste, sabemos que lá temos o nosso inverno, que é um inverno chuvoso. A temperatura baixa um pouco, não muito, mas a chuva aumenta e, com isso, vêm as doenças pulmonares, vêm as bronquites, vêm as pneumonias. E o pico da influenza no Norte e no Nordeste é no começo do ano – janeiro, fevereiro e março –, que coincide com o pico da influenza do inverno do hemisfério norte. Não é que eu esteja falando que nós temos um inverno com temperaturas baixíssimas no Norte e no Nordeste; apenas nós do Norte e do Nordeste – eu me considero dessa forma – conhecemos a mudança do clima e conhecemos o momento em que a pessoa fica doente dessas viroses de garganta, pulmonares etc. E aí, nesse momento, a influenza é forte. Por isso que as nossas campanhas de vacinação são em momentos diferentes: Norte e Nordeste; Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Então, se a influenza chegar junto com a Covid, nós temos um agravamento do caso. É por isso que a vacina é importante e é por isso que o Tamiflu é importante no momento para combater a influenza, nas 48 horas iniciais, para evitar que se somem, num quadro agravado, a influenza e a Covid e, com isso, se dificulte àquele brasileiro passar pela doença, tanto do Covid quando da influenza. Espero que isso fique bem claro para a gente não ficar com dúvidas depois.

Telemedicina. Senhores, são vários programas, vários sistemas que estão trabalhando com apoio da internet, dos contatos. Há o TeleSUS, que trata do atendimento direto à população. Já foram feitos 74 milhões de atendimentos pelo TeleSUS. Há a Teleconsultoria, que atende os profissionais de saúde, para tirar suas dúvidas, para ver protocolos. Há uma plataforma *on-line* também para tratamento do pessoal da área de saúde ou, nesse vocábulo, do pessoal que está combatendo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro, o senhor precisa de quantos minutos mais?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, está bem. Concedidos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Fecharam os 30?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Já.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já. Foram 32. Mais cinco minutos, por favor. Estou acabando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Nós vamos agora... Vou falar, por fim, sobre... Cadê o Localiza SUS? Você já fez a correção?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Está alterado?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Desculpem.

A antiga plataforma SUS Analítico, que era a plataforma com o nosso BI, nós estamos batizando hoje de Localiza SUS. E o Localiza SUS vai permitir que a gente veja efetivamente tudo que o SUS fez no Covid. Foi aquilo que eu já expliquei. Eu vou apresentar aqui, nestes cinco minutos finais, apenas alguns eslaides para compreendermos.

Esse corte que estou apresentando a vocês é apenas para efeito didático da apresentação. Se vocês acessarem o *site* do Ministério da Saúde, isso vai estar *on-line*, e vocês podem navegar.

Então, a gente observa aqui, no Brasil, os casos novos das últimas 24 horas, os casos acumulados, com 1,106 milhão, os casos acumulados para 100 mil habitantes. Observem a curva, que é uma curva já somando desde o primeiro dia, dos casos novos. Ao lado, vocês veem a curva de óbitos. Então, vocês veem os óbitos novos, os óbitos acumulados, os óbitos por 100 mil habitantes e, com isso, vocês veem uma radiografia do País, mas eu concito os senhores a lembrarem que o Brasil não pode ser visto simplificaradamente assim. O Brasil tem que ser visto regionalmente, tem que ser visto pelos seus Estados, tem que ser visto pelos seus Municípios.

Na próxima página, a gente vê ainda o Brasil como um todo e, na página seguinte, a gente vê uma linha pelos Estados mostrando população, casos novos, casos acumulados, acumulados por 100 mil, novos óbitos, óbitos acumulados e acumulados. E aqui há todos os Estados do País. Clicando aí, você começa a chegar aos dados.

Explicamos, esporadicamente, um Estado que foi muito impactado, que foi o Amazonas. Aí entramos na Região Norte. Este eslaide é o eslaide da Região Norte. Está pequenininho ali, à esquerda, em laranja, "dados da Região Norte"; lá em cima, vem escrito grande "Região Norte".

Aí há os números de Região Norte de casos e de óbitos. E os senhores observam como a curva da Região Norte é diferente da curva do Brasil. As curvas se mostram bem diferentes.

Nós vamos nos aprofundar um pouquinho na Região Norte e vamos escolher um Estado, o Estado do Amazonas. Aí, vocês observam a curva do Estado do Amazonas completamente diferente da curva da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Região Norte e do Brasil: uma curva muito mais clara, em que o pico já passou, e o número tende à normalidade no final da curva.

E aí eu concito os senhores a se aprofundarem mais no Estado do Amazonas. Vamos definir agora a região metropolitana do Estado do Amazonas, que é Manaus, região capital e região metropolitana.

Vocês veem essa curva da capital e região metropolitana praticamente tendendo ao zero, praticamente tendendo ao zero. Isso mostra o quê? Que, naquela capital, naquela região metropolitana, naquele Estado, naquela região do Brasil, é essa a curva.

E você pode isolar o interior do Amazonas, que é o último quadro. Eu tiro a capital e a região metropolitana e vejo a curva apenas do interior do Amazonas. Você vê que a curva do interior do Amazonas, apesar de já estar baixando, tem um comportamento diferente de data e de curva em relação à capital e à região metropolitana.

É muito importante para os gestores observar e comparar as curvas para que possam definir as ações que têm que ser feitas nas suas capitais, Estados e Municípios, senão eles não conseguem tomar as decisões corretas.

Com isso, eu concluo a minha apresentação. Estou disponível às perguntas, questionamentos e sugestões.

Desculpem pelos cinco minutos a mais, mas eles realmente foram necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro Gen. Pazuello, Ministro da Saúde.

Nós temos até agora, Sr. Ministro, inscritos 14 Parlamentares. Temos que controlar o tempo rigorosamente. Devem entrar mais uns três na nossa sala que ainda não se inscreveram. Nós sempre gostamos de atender todos. Então, eu vou controlar mais rigorosamente o tempo de cada um para que todos possam perguntar.

E comunico ao senhor que eu gostaria de que o senhor designasse ainda nesta reunião o nome do técnico que ficará à disposição da Comissão, particularmente com o Relator, Francisco Jr. Nós não vamos divulgar nome. Fica com Francisco Jr., com a Senadora Eliziane e com o General Peternelli o nome desse técnico que vai sempre atender às nossas solicitações, porque o nosso Relator Francisco faz relatórios toda segunda-feira, e eu preciso de informações semanais – se possível, diárias.

O boletim parcial de ontem, quarto boletim, já está publicado na página da Comissão, Relatório de Acompanhamento, à disposição de todos os senhores. Vamos divulgar para todos os Deputados e Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, nós relatamos aqui também uma medida provisória que criou o Médicos pelo Brasil. Eu sei que está havendo dificuldades de contratação de médicos para algumas regiões do País. Deixamos aberto, na época, o Mais Médicos, de que o Rogério Carvalho foi o criador. Ele está aberto ainda para uso. Deixamos disponíveis cerca de dois mil médicos cubanos que optaram por ficar no Brasil – eles estavam como refugiados e estão regularizando a sua situação – à disposição do Ministério. E logo vamos regulamentar a situação do Médicos pelo Brasil, para que se possa aumentar a quantidade de médicos credenciados e, logicamente, distribuí-los pelo País.

Assim sendo, eu passo a palavra para o Deputado Francisco Jr., Relator desta Comissão, pelo tempo de até dez minutos, fazer os seus primeiros questionamentos e apresentações.

Com a palavra o Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente Senador Confúcio!

Em nome da Senadora Eliziane e do Deputado General Peternelli, cumprimento todos os Deputados e Senadores presentes aqui hoje e, de forma especial, cumprimento o Ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, e toda a sua equipe, por todo esse trabalho que o senhor vem desenvolvendo, que, sem dúvida nenhuma, é um grande desafio no mundo inteiro. Nós estamos enfrentando um inimigo pouco conhecido e temos que desvendá-lo, conhecê-lo durante a batalha. Esse é um grande desafio.

O Ministério da Saúde tem um papel fundamental em toda essa situação. Até agora a gente se preocupou bastante na Comissão com relação ao aspecto financeiro, mas o senhor mesmo, na sua fala, começou pela questão financeira e, em determinado momento, o senhor usou uma expressão, que acho que anotei: "a parte mais humana". Sem a parte mais humana, nada tem sentido, não é, Ministro? Então, parabéns ao senhor pela sensibilidade!

Contudo – iniciando por essa parte mais humana –, infelizmente, o Brasil, conforme os números da última sexta-feira, dia 19, ultrapassou a marca de 1 milhão de diagnosticados. Somente o Brasil e os Estados Unidos até agora romperam essa marca, essa barreira. Estamos também alcançando a marca de mais de 50 mil óbitos, o que é lastimável.

Portanto, passo a algumas considerações e breves perguntas para o senhor.

Uma das maiores preocupações dos brasileiros é quanto à capacidade de atenção hospitalar na cidade, de forma especial a questão das UTIs. Com frequência, são veiculadas notícias de pacientes que vão a óbito por não conseguirem internação. Assim, tornam-se essenciais informações quanto à quantidade de leitos ocupados por pacientes com Covid-19 no âmbito do Sistema Único de Saúde e no âmbito dos serviços de saúde privados, o quantitativo de leitos disponíveis, Ministro, bem como a quantidade de pacientes na fila de espera para internação. Ademais, devem ser ponderados o que são dados importantes para a retomada gradual da atividade econômica. O Ministério da Saúde divulgou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentemente que disponibilizaria esses dados. O senhor poderia nos colocar alguma data prevista para a publicação dessas informações?

O senhor disse que nós teremos transparência infinita, e nós entendemos que saber quantos leitos existem, quantos estão ocupados e qual é o tamanho da fila é fundamental para podermos nos organizar.

Quando eu era Deputado Estadual, eu cheguei a aprovar uma lei que já está sancionada, mas que nunca é regulamentada, para conhecer a fila, e esse é o mistério. É incrível como temos dificuldade de conhecer a fila não somente na época de pandemia. E eu faço um apelo ao senhor: que essa transparência infinita seja permanente para nos deixar preparados para qualquer outro tipo de situação, não somente na pandemia da Covid-19. Então, há previsão para divulgação dos leitos de UTI ocupados e não ocupados que temos? O senhor deu aqui a transparência do que foi contratado, mas como está sendo a ocupação e a disponibilidade desses leitos?

Outra questão que tem sido muito discutida é a questão da necessidade de ampliação na capacidade de testagem. Sabemos que o RT-PCR é o exame considerado padrão ouro no diagnóstico da Covid-19. Já os testes rápidos apresentam limitações em função da janela imunológica. Quando o paciente ainda não desenvolveu uma quantidade de anticorpos detectável no exame, diante da insuficiência desses testes, qual tem sido o critério para distribuição desses exames nos Estados? O senhor apresentou uma tabela da distribuição, mas eu gostaria de conhecer os critérios. De acordo com dados do *site* do Ministério da Saúde, o Estado do Paraná recebeu 720 mil, o Estado de São Paulo, 323 mil, o Estado do Amazonas, cem mil testes do PCR. De acordo com dados do próprio Ministério da Saúde, o Estado de São Paulo tem uma incidência de 477 casos a cada cem mil. Já o Paraná tem uma incidência de 126 a cada cem mil, e o Estado do Amazonas de 1.529 para cada cem mil habitantes. Assim, quais são os critérios utilizados para a distribuição dos testes de diagnóstico? E eu ainda considero, na questão dos testes, a pouca testagem que ainda temos no Brasil – apesar do esforço e dos investimentos, eu ainda considero pouca –, que talvez seja o grande desafio para a tomada de medidas mais assertivas. Quanto mais testarmos, mais condição nós temos de atacarmos o problema.

O Brasil tem registrado um grande número de casos confirmados diariamente, às vezes chegando ao topo do mundo nesse sentido. Qual o critério, Ministro, de casos confirmados que o Ministério tem adotado: só aqueles com PCR positivo ou também sorologias positivas, ou seja, os casos confirmados, quando o paciente já está recuperado, por meio de sorologia, entram na estatística do registro? Aí o senhor fez um comentário na sua apresentação sobre o diagnóstico sem testagem, mas todos esses diagnosticados, em qualquer circunstância e momento da doença, mesmo sem sintomas, estão sendo todos apresentados?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente o Ministério da Saúde autorizou a habilitação de leitos de suporte ventilatório pulmonar para a doença, mas que precisam de suporte para oxigênio. Esses leitos possuem estruturas mais simples que uma Unidade de Terapia Intensiva e atenderão pacientes que já apresentam sinais de insuficiência respiratória. Tecnicamente, quais foram os fatores preponderantes para essa iniciativa? E pergunto ainda: quais os parâmetros para a definição da quantidade ideal de leitos desse tipo a serem habilitados em casa Estado ou Município, já que a gente entende que ele é uma boa alternativa para evitar o progresso da doença?

Outra pergunta. Outro ponto é a questão da retomada das atividades do convívio social seguro. Isto aí tem sido uma discussão maior talvez até maior do que sobre a própria doença: o retorno à vida normal das pessoas e as pessoas que precisam trabalhar. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que Estados e Municípios têm autonomia para regulamentar as medidas de isolamento. Entretanto, qual a posição do senhor quanto à situação epidemiológica que permitiria a reabertura de *shoppings*, lojas e outros comércios considerados não essenciais? Quais os conceitos teóricos que devem nortear, em sua opinião, os processos de reabertura? O Ministério participa dessas discussões junto aos Estados e aos Municípios? Existe algum tipo de assessoria, consultoria de participação na tomada por parte dos Municípios?

Ministro, nós também queríamos ouvir de V.Sa. sobre a dinâmica da execução financeira do Ministério com respeito à Covid-19. Vocês estão conseguindo realizar os repasses ou há alguma dificuldade para transferir recursos aos Municípios? Está conseguindo fazer com que o dinheiro chegue até a ponta? Pergunto porque o Tribunal de Contas vem trazendo preocupações com relação à distribuição dos recursos, que nem sempre atingem todos de forma proporcional. Como o Ministério atua para que os recursos cheguem lá na ponta a quem precisa? Quais são os cuidados que estão sendo tomados, já que extrapola, inclusive, o poder do ministério, a gente compreende isso.

E, por fim, Ministro, última pergunta, o senhor poderia expor quais as medidas legislativas que o Congresso Nacional poderia discutir para auxiliar o Ministério da Saúde no enfrentamento da pandemia? Como nós poderíamos colaborar de forma mais eficaz?

No mais, eu parablenizo V. Exa. pela postura, pela ponderação, pela coordenação dos trabalhos neste momento. Entendo que o desafio não é fácil, mas, com certeza, é histórico e o Brasil vai conseguir passar por essa situação. Esse é o nosso trabalho, para que não haja desperdício de forma alguma, que haja eficiência e eficácia. Esse é o nosso trabalho, pelo qual estamos nos esforçando tanto aqui. Acredito que seja o mesmo pensamento do senhor.

Parabéns. Coloco-me à sua disposição.

Obrigado, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, nosso Relator fez uma série de indagações. De agora em diante, agradeço se puder ser objetivo.

O senhor tem de sete a oito minutos para responder ao nosso Relator.

Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Muito obrigado pelas perguntas, elas são todas muito pertinentes. Isso permite que a gente aprofunde um pouquinho. Eu te agradeço desde já. Elas foram muito bem colocadas e facilitam o raciocínio da gente.

Eu começo colocando aqui uma resposta. São exatamente esses três parâmetros: os leitos disponíveis; os percentuais de leitos ocupados, ocupação; a fila de espera, caso haja na regulação para essas UTIs. Esses dados estão sendo trabalhados já há duas semanas. Temos a previsão de ir até o final da semana, é a data para você ter isso no nosso Localiza SUS. Está bom? Já pode marcar. É garantia do nosso responsável por isso. Já perguntei para ele, que falou que até o final da semana coloca esses dados. Essa foi a primeira coisa que eu pedi, esses são os dados fundamentais para a gente poder acompanhar a situação naquele Município, naquele Estado.

Vou falar sobre estratégia de testagem. Nós fizemos uma orientação para testagem em massa e diagnósticos. Essa orientação já está pactuada, aprovada, e está aqui do meu lado o Secretário de Vigilância Sanitária, o Arnaldo. A gente está com ela aqui na mão. Isso demorou um pouquinho porque a gente precisava tirar todas as dúvidas para poder apresentar. Isso vai ser apresentado provavelmente hoje, na coletiva no final do dia, ou amanhã. Então está pronta, ela está pronta aqui na minha mão. A estratégia de diagnóstico e teste vai ser apresentada ou hoje, na coletiva, ou amanhã. Já está toda pactuada, toda certinha e vai responder a essas dúvidas sobre critérios para distribuição de testes, qual é o público-alvo, qual é o melhor tipo de teste, para que se faz o PCR, para que se faz o teste rápido, como isso vai ser feito nos Estados e Municípios. Essa estratégia está pronta. Acho que a resposta é aguardar a publicação hoje à tarde ou amanhã, e as respostas estarão nela. Não vou fazer um *spoiler* aqui, só vou falar em tese: em tese, tem que ver qual é o público-alvo, tem que ver qual é a melhor distribuição e a logística para fazer o resultado do RT-PCR, não é tão simples.

Tive uma reunião longa com a Opas no final de semana, porque hoje nós ainda estamos limitados na capacidade humana – na humana, não na máquina – para fazer a preparação da amostra para colocar na máquina de análise do processamento. Se você entender que ali é o gargalo, a gente conseguiu máquinas que fazem essa extração automática, e aí isso muda completamente a quantidade de testes que os LACENs podem fazer. Nós estávamos presos na quantidade, e naquela quantidade, se eu comprasse 10 milhões ou 20 milhões de PCR, eles iam estragar e a gente não ia conseguir cumprir todo o processo de análise. Então, respondendo sobre a testagem, isso vai ser publicado hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A habilitação está sendo feita, sim, com o oxigênio. Tem que ter a capacidade da rede de oxigênio, rede de gases, para poder fazer a habilitação do leito. Se houver qualquer discrepância, a gente reavalia. Já houve alguma discrepância, pediu-se a habilitação, a gente fez inicialmente e depois revisou, e o recurso foi recolhido, mas pouca coisa. Às vezes o gestor estava achando que ia conseguir fazer, não conseguiu, devolveu o recurso. Nesse aspecto não houve nenhum problema.

Quanto à retomada da abertura, nós apresentamos à Casa Civil as posições do Ministério da Saúde, que são posições técnicas de medidas preventivas em caráter geral. E eu reforço aqui que a análise das atividades essenciais ou não é uma análise interministerial, conduzida pela Casa Civil e pelo Ministério da Economia, com a observância de parâmetros, de medidas preventivas e cuidados gerais do Ministério da Saúde. Qual é o arcabouço disso? Quem decide no final é o gestor do Município ou do Estado, ponto. É a decisão final dele. As orientações do Governo Federal com relação a isso, em termos de essencialidade, se é essencial ou não aquela atividade, é uma discussão da Casa Civil/Ministério da Economia. Nós nos colocamos ali apresentando as nossas observações sobre os critérios, as medidas preventivas de afastamento, de higiene, de triagem, de necessidades de ter um acompanhamento médico em todos os locais em que voltar a atividade. Vai abrir um *shopping*, vai abrir uma empresa para trabalho, devem estar no custo admitido da empresa a triagem e a avaliação médica. Não é só abrir a empresa. Vai entrar na empresa, tem de ser triado. Caiu numa triagem porque tem sintomas, ou pela anamnese ou pelos sintomas ou pelos contados, vai para o médico, e o médico vai definir o tratamento, o diagnóstico, o afastamento dele, o tempo de afastamento. Isso tudo está escrito claramente e apresentado à Casa Civil. Já foi feita essa orientação, discutida aqui, pactuada também no padrão SUS.

Bem, com relação à disponibilização de recursos, foi o que eu apresentei. E apresentei também algumas dificuldades ainda naquele programa das comunidades, porque os Municípios têm de se cadastrar, das casas de referência. É uma dificuldade, mas os Municípios estão-se cadastrando.

Nós não temos tido dificuldade de repassar recursos. Isso é um procedimento padrão do Ministério da Saúde. Nós trabalhamos com custeio altíssimo. Isso já está no trabalho.

Quanto às medidas legislativas, fica apenas a ideia de que, quanto mais nós acompanharmos os recursos de saúde, melhor. Eu acho que os recursos da saúde não podem ser vistos como quaisquer recursos e terem o mesmo tipo de auditoria e acompanhamento.

Eu acredito que o esforço da Nação brasileira, de todos nós, de colocarmos 60% dos valores discricionários das emendas parlamentares para a saúde, isso não pode ser tratado da mesma forma como qualquer um.

Então, sim, nós precisamos endurecer e aumentar a capacidade de acompanhar a execução desses recursos. Eu proponho que todo o recurso da saúde siga no canal do Siaf e seja efetivamente empenhado, liquidado e pago em unidades gestoras executoras do sistema Siaf, que é federal. É uma verba federal,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que, quando vai para o Estado e para o Município, vira estadual e municipal porque ele é empregado no sistema financeiro, no sistema de administração financeira estadual ou municipal e no orçamento do Estado ou do Município. Aí você perde a capacidade de acompanhar o recurso.

Então, eu coloco como um desafio uma sugestão. Claro que é uma discussão longa parlamentar, mas a gente precisa olhar para os recursos da saúde, do Ministério da Saúde de forma diferenciada.

Fica a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Ministro.

Se ficou algum pedaço de resposta sem ter sido feito, ao final, o Deputado Francisco cobrará de V. Exa.

Muito bem, vamos fazer blocos de quatro, tendo, cada um, três minutos. O tempo, quando faltarem 15 segundos, aparecerá na tela, e, ao completarem os três minutos, a palavra é automaticamente cortada devido à quantidade de Parlamentares inscritos.

No primeiro bloco, estão o Senador Izalci Lucas, o Deputado Felício Laterça, o Senador Vanderlan e o Deputado Luiz Carlos Motta.

Com a palavra o Senador Izalci, pelo tempo de três minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Quero, Presidente, cumprimentar todos os colegas e, em especial, o Ministro e parabenizá-lo pela apresentação. Acho que, em termos de informações, melhorou bastante com esse portal. Espero que a gente possa ter transparência total com relação à questão do Covid.

Eu queria perguntar a V. Exa. o seguinte, Ministro. No mês de abril, o Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, falou de um teste com um medicamento promissor no tratamento do Covid com eficácia superior a 90%, de acordo com Ministro. E a pasta de Ciência e Tecnologia previu a divulgação do resultado agora em maio. Eu pergunto qual foi a participação do Ministério da Saúde nesse projeto do Ministério da Ciência e Tecnologia, se há alguma articulação entre as iniciativas de diversos ministérios para o enfrentamento dessa pandemia, se os resultados do referido estudo foram considerados satisfatórios pelo Ministério da Saúde e se haverá a incorporação do medicamento testado no protocolo de tratamento do Covid-19.

Quero ainda perguntar, Ministro... Pelos dados divulgados pelo Ministério da Saúde, vocês alteraram a forma de divulgar os dados epidemiológicos referentes ao Covid. Quais os motivos que levaram o Ministério a promover essa mudança? Quais as vantagens esperadas dessa medida que foi adotada?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outra coisa, Ministro: os Estados e os Municípios perderam, não têm nenhuma condição de competitividade de comprar no mercado nacional e internacional. Eles ficaram muito na dependência do Governo Federal. Basta ver que, no dia 29 de abril, por exemplo, já tinham sido comprados 674 mil de 21 milhões de aventais hospitalares; 1,2 milhão dos 15 milhões de máscaras que deveriam ter sido adquiridos; 59 mil dos dois milhões de óculos de proteção que seriam necessários. Então, os Estados ficaram na dependência do Governo Federal porque eles não têm capacidade de compra. Pergunto: após essa data, como evoluíram essas compras de equipamentos na pasta para Estados e Municípios? Que outras medidas o Ministério da Saúde tomou para proteger os nossos profissionais da saúde? Houve uma evolução muito grande do quadro gravíssimo da pandemia com relação aos nossos profissionais da área de saúde.

Eu vou fazer uma pergunta muito simples: como o senhor, como Ministro, espera ser lembrado? Que marca pretende deixar neste momento em que nós brasileiros precisamos, mais do que nunca, de uma liderança forte e preparada, que nos conduza realmente nesta batalha de vida e morte contra o coronavírus?

Depois, se pudesse, eu gostaria que falasse um pouquinho ainda sobre a questão do uso recomendado da hidroxicloroquina nessa questão do Covid, sobre esse tratamento que foi orientado, mas que foi praticamente abandonado tanto pela Organização Mundial de Saúde, como também pelo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci. Não repare! É o tempo.

Eu passo a palavra para o ilustre Deputado do Rio de Janeiro Felício Laterça, pelo tempo de três minutos.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio, nosso ilustre Presidente!

Bom dia, nosso digníssimo Relator Francisco Jr.!

Ministro General Pazuello, é uma satisfação estar aqui com toda a sua equipe, com a batuta sobre o Ministério da Saúde.

Já foi falada até pelo nosso Relator uma questão que vem afligindo, de certa forma, o Governo Federal, que foi a decisão do Supremo Tribunal Federal que deu autonomia aos Estados e Municípios. A meu ver, ao meu sentir, isso criou uma grande desordem. Apesar da autonomia dos Estados e Municípios, a questão da pandemia tinha que ser tratada, aos meus olhos, de forma vertical. E isso dá esse desencontro de informações e de número de óbitos em grande escala, que também sinto que não é real. Sei também que o Ministério da Saúde falou que ia fazer uma verificação. De fato, lembrando das minhas aulas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicina legal, por exemplo, Covid não é uma *causa mortis* propriamente. Ela pode levar a uma morte cuja *causa mortis* pode ser por intermédio do Covid.

Então, no atual momento, Ministro, nessa crise sanitária sem precedentes na história do mundo – todos os continentes, sem exceção, foram atingidos pelo Covid-19 e já atingimos a casa de 9 milhões de casos identificados em todo o mundo –, ainda não há, no horizonte, qualquer sinal concreto do final da crise. Nesse sentido, é inevitável existir diferentes respostas de diferentes governos às respectivas crises. Também é normal que as gestões sejam comparadas.

Assim, eu pergunto: a condução do Brasil na crise do Covid-19 tem sido bastante criticada no meio internacional. O País possui cerca de um oitavo do total de casos mundiais, mesmo tendo tido mais tempo para se preparar para a pandemia. A data de chegada aqui foi por volta do final de fevereiro, um ou dois meses após atingir a Europa – que foi atingida em cheio, diga-se de passagem –, uns três ou quatro meses depois do seu início na China. Também há bastante ruído na articulação do Governo Federal com os Governadores, muitas vezes com mensagens distintas, o que acaba por confundir a nossa população. Ante o exposto, qual é a linha geral de condução da crise por parte do Governo Federal? O que tem sido feito no sentido de unir o País no combate à pandemia? E como o Ministério da Saúde tem superado eventuais divergências políticas no sentido de preservar o bem maior do brasileiro, que é a vida?

Dois, houve recentemente uma mudança na forma de apresentação das estatísticas em relação ao Covid-19. Tal mudança foi justificada pelo Governo como um aprimoramento na forma de apresentação dos dados, mas houve muito ruído na imprensa e em diversos setores do meio social e político.

Pela ordem, Presidente, deixe-me só finalizar a pergunta, por favor.

Houve muito ruído no meio social e político pela mudança não apenas na forma, mas também no horário de divulgação. Assim, eu gostaria de abrir a oportunidade para que o senhor pudesse esclarecer o contexto dessas mudanças, quais foram as propostas que melhoraram a forma de compreensão da evolução da doença no País e que contribuíram para o aprimoramento da transparência.

E à pergunta que já foi feita pelo nosso Relator acrescento: como aproximar o Governo e o Congresso Nacional em benefício da população?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, meus cumprimentos; Ministro Eduardo Pazuello e toda sua equipe, meus cumprimentos; cumprimentando o Deputado Hildo Rocha, cumprimento todos os Deputados, o nosso Relator, Francisco Jr., e Izalci.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, em primeiro lugar, eu queria parabenizá-lo. Ao ser indicado o senhor como Ministro interino, eu procurei ver o seu currículo, ouvir pessoas próximas do senhor, que o conhecem, até amigos em comum, para saber qual era o seu perfil. E me falaram que o senhor é um homem de logística: fala pouco, mas gosta de agir.

Recentemente eu tive a oportunidade de conversar um pouco com o senhor. O senhor me falava da descentralização, principalmente com relação aos respiradores, para chegarem aos Municípios diretamente, do Ministério da Saúde aos Municípios, aqueles Municípios que têm condições de receber, como os Municípios de cidades polo. E recentemente eu pude acompanhar, como o Brasil todo, Sr. Ministro, Senadores e Deputados, uma ação que envolve a logística de entrega desses respiradores, que hoje estão sendo disputados, a tapa até, por Prefeitos, Governadores e hospitais particulares também. Eu pude acompanhar agora uma ação que foi feita de entrega urgente desses respiradores. Ligavam pessoas da sua equipe; uma hora estava no Maranhão, outra hora no Pará, outra hora em Sergipe, outra hora aqui, no meu Estado de Goiás, que recebeu ao todo já mais de 160 respiradores. Então, quero parabenizá-lo por esse cuidado, esse zelo.

E da mesma forma vão ser entregues os EPIs. Não adianta concentrar, e nós sabemos disso, somente na capital e em algumas cidades maiores. Aqui, a cidade de Trindade, que faz parte da Região Metropolitana de Goiânia; Goianira; Anápolis, cidade muito importante; Aparecida de Goiânia, lá na divisa de Goiás com Minas; Itumbiara; a cidade de Iporá, que atende 22 Municípios, recebeu respiradores; a cidade de Rio Verde, que viu o número aumentar assustadoramente, Sr. Ministro – estou terminando já, Sr. Presidente. Então, quero parabenizá-lo por ser um homem que está mostrando resultado. Calado, pouco dá entrevista, mas faz.

E só a título de colaboração, Sr. Ministro, eu tenho recebido muitos Prefeitos, inclusive o da nossa capital, Goiânia, e de Pirenópolis, com o pedido, já há algum tempo, de aumento do Teto MAC. Eu gostaria que o senhor olhasse com atenção, porque inúmeros são os Municípios que fizeram o dever de casa, Sr. Ministro, que ampliaram, que investiram na saúde, mas estão sendo penalizados com relação aos repasses.

Meu muito obrigado. Hoje é só agradecimento, pelo que o senhor fez pelo Estado de Goiás, pelo que o senhor está fazendo pelo Brasil neste momento tão difícil. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Vanderlan.

O meu som está liberado, gente? Eu não estou vendo aqui o som. Está onde? Aqui? *(Pausa.)*

Mas aqui não está respondendo. Eu preciso de socorro aqui. Fechou!

Corre aqui e me socorre! Saiu aqui do ar. Vamos! Vamos! O que eu faço? *(Pausa.)*

Olhe aí, eu estou sem som. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) – Alô? Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Só um segundinho, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) – Alô? Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Só um pouquinho, Deputado. *(Pausa.)*

Isso.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Confúcio, assim como os demais Parlamentares e, em especial, o Gen. Eduardo Pazuello, Ministro da Saúde.

Como disse o Senador Vanderlan, eu quero parabenizá-lo, neste momento tão importante, pela forma como está se desempenhando no Ministério da Saúde. É um desafio para o senhor e um desafio para todos nós, que estamos vivendo neste País neste momento tão difícil.

Sr. Ministro, na primeira pergunta, vou em cima do que o Relator Francisco Jr. disse: a questão das testagens. Como incrementar a realização de testes do Covid em todo o Território nacional? Eu vi na sua explanação que nós temos hoje 807 centros de credenciamento em somente 767 Municípios. É muito importante, neste momento, que a gente atinja mais Municípios. E vi também que o senhor vai responder a essa pergunta – o senhor já respondeu – e que disse que, à tarde, vai falar do planejamento que está fazendo no Ministério da Saúde.

Também quais são os meios que estão sendo utilizados para chegar às populações mais carentes, como indígenas e quilombolas, entre outras, para combater a pandemia e atender os doentes?

Terceira pergunta, Sr. Ministro: de que forma os senhores estão atuando para agilizar o transporte de respiradores e demais aparelhos e equipamentos hospitalares vindos do exterior?

Também, por fim, existe a perspectiva de o senhor ir para a reserva e assumir, de fato, o Ministério da Saúde, no qual o senhor está desenvolvendo muito bem o seu papel?

Eram só essas as minhas considerações, Sr. Ministro.

Obrigado, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Luiz Carlos Motta, eu aviso que houve uma queda, no Senado, do programa, caiu e ficou um minuto fora, mas muito obrigado a todos vocês que esperaram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, foram quatro Parlamentares que fizeram questionamentos. Concedo a V. Exa. o tempo improrrogável de oito minutos para responder a todos, de maneira bem objetiva. Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Inicialmente, eu queria apresentar o contado que o senhor me pediu e que eu tinha esquecido: é o meu assessor direto Gustavo Pires. Gustavo, mostre a cara aqui. Este senhor aqui é o Gustavo Pires – tire a máscara para poderem ver quem é. Ele é um funcionário de carreira do Senado e trabalha conosco aqui. É ele o representante para essas ligações. Passo o telefone dele: (61) – de Brasília – 99972-8399. Repetindo: 99972-8399. Gustavo Pires é o contato para o senhor, para a Comissão, para a gente poder trabalhar direto.

Agora, vou responder às perguntas. Vou começar de trás para frente – até peço desculpas, mas assim é mais simples para lembrar de tudo.

Primeiro, agradeço a torcida do Deputado Luiz Carlos Motta e do Senador Vanderlan e a confiança no trabalho. É claro que estou na ativa, sou general de divisão do Exército e ainda estou meio ligado ao meu comando na 12ª Região Militar.

A minha sede, família, porém, ainda está em Manaus, essa sede militar ainda está em Manaus. Eu não sei o tempo pelo qual o Presidente quer que eu fique na missão, eu estou disponível para ele pelo tempo que for necessário. Meu compromisso foi para vir ajudar a combater a pandemia, ajudar a organizar e estruturar o Ministério da melhor forma possível, fazer funcionar, colocar pessoas com os perfis corretos, os médicos nas secretarias, os gestores nos departamentos de gestão administrativa, trabalhar com os superintendentes e fazer funcionar, de uma forma ou de outra, o Sistema SUS, com a pactuação direta com o Conass e Conasems. Esse é o trabalho, na visão do todo, e como isso vai ser visto pelo Presidente. O tempo pelo qual ele precisar de mim aqui, é óbvio... Nem tenho como dizer não: ainda estou na ativa, e a ordem tem de ser cumprida. Resumindo, a opção não existe. Existe a opção de o Presidente determinar e querer que eu fique fazendo esse trabalho. Assim, eu vou estar à disposição dele e à disposição de todos os senhores, fazendo o melhor que a gente possa fazer, trazendo os melhores contatos que a gente tenha, falando pouco e trabalhando muito. "Pato novo não faz mergulho profundo", é um ditado antigo do Exército. "Pato novo não faz mergulho profundo".

Agradeço novamente ao Senador Vanderlan e ao Deputado Luiz Carlos.

Vou passar agora rapidamente... Conversei aqui em paralelo e acho que a gente deve apresentar umas ideias sobre a estratégia de testagem. Peço autorização aqui aos senhores para que o Secretário Arnaldo, rapidamente, em um minuto, passe...

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS – Posso falar? Está todo mundo me ouvindo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pode ir direto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia, Senadores e Deputados, Ministro!

Vejam bem, a nossa estratégia é baseada em duas grandes frentes: na testagem tanto de RT-PCR quanto, posteriormente, na testagem da sorologia. Nós vamos partir, resumidamente, para cerca de 12% da população para a testagem de RT-PCR, que é o molecular, como nós chamamos, e, para 12% da população, na testagem da sorologia.

A gente vai divulgar com detalhes todo o nosso programa, mas o principal problema, a principal missão que o Ministro nos deu, foi de agilizarmos essa testagem. Para isso, nós construímos duas plataformas. Além de fortalecer os LACENs, que têm a capacidade de fazer esses testes, nós montamos duas plataformas: uma plataforma no Rio de Janeiro, da Fiocruz, e outra plataforma em São Paulo, em associação com a Dasa, onde há uma quantidade importante de máquinas, grande quantidade de máquinas, que têm uma capacidade operacional muito grande de processar essas amostras.

Quando nós chegamos à Secretaria, há dez dias, estávamos com desabastecimento dos *kits* de coleta, dos *swabs* e dos tubos para que os LACENs pudessem fazer as coletas. Por ordem do Ministro, nós destravamos todo esse desabastecimento e, desde o início, em meados da semana passada para cá, os LACENs estão recebendo com regularidade os *swabs* e os tubos para fazerem as coletas, obtendo as amostras geradas pelos Municípios e transportando... Quando excede a capacidade do LACEN de processar, a gente já tem uma logística para a distribuição desses exames para a Fiocruz ou para São Paulo.

Basicamente, é isso, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Está bem.

Muito obrigado, Arnaldo.

Eu achei que precisava dar um primeiro *spoiler* da estratégia. É claro que se vai aprofundar, é claro que se vai definir público-alvo, é claro que se vai definir o momento exato da curva que tem que ser tratada, os objetivos e finalidades. Isso tudo está dentro da estratégia. Já conversei com o Arnaldo aqui, e nós vamos fazer uma assinatura disso hoje à tarde e mudamos para amanhã a coletiva, está bem? Mudamos para amanhã para que possamos assinar tudo hoje à tarde e fazer a apresentação para os secretários, para que o pessoal não fique ultrapassado na informação. Primeiro, fazer a divulgação interna, em nível de secretarias, e depois apresentar na coletiva nacional, que vai ser amanhã.

Bem, vou passar agora ao Deputado Felício. Obrigado pelas perguntas e pelas sugestões também.

Realmente, eu acredito que a decisão do STF de passar para Estados e Municípios o poder de decidir como se posicionarem e de como fazerem o isolamento, como fazerem as estratégias, é a única possível. E cabem ao Governo Federal as observações macro e as ações específicas de estruturas federais. São discussões nesse nível. Mesmo que, com uma estrutura federal, a gente possa fazer uma observação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específica, trata-se de pactuar com Estado e Município, não tomar decisão unilateral. Acredito que este seja o melhor desenho: Estados e Municípios, com as suas estruturas, tomando as suas decisões; nos equipamentos federais, também pactuado com Estados e Municípios, com a posição federal. Acho que esse modelo é bom e acho que vai funcionar.

Sobre a *causa mortis* – claro que o senhor é um especialista –, eu também tenho observado essa dificuldade de se fazer esse efetivo controle. Acho que, com a estratégia do diagnóstico clínico revista, com a estratégia correta de testagem, esse problema vai ser mitigado. Essa estratégia de testagem e de...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro, caso tenha ficado alguma parte das respostas que o senhor gostaria de fazer, o senhor a vai encaixando no próximo bloco.

O próximo bloco é só de Senadores: o Senador Eduardo Gomes, a Senadora Eliziane Gama, o Senador Wellington Fagundes e o Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Para interpelar.) – Ministro, bom dia!

Cumprimento o Senador Confúcio, nosso Presidente da Comissão, o Senador Francisco Jr., Relator, os meus colegas Luiz Carlos Motta, Deputado Federal, Senador Izalci, Senador Vanderlan, Deputado Laterça e todos que acompanham esta importante audiência pública.

Ministro, primeiro, como diz aqui o Senador Vanderlan, a fila do pedido é grande, mas a da gratidão e do agradecimento é pequena. Eu quero chamar a atenção do País para tudo aquilo que aconteceu nos últimos dias nos Estados brasileiros, e vou dar um exemplo.

Nós tivemos, no Tocantins, o apoio de algumas instituições e também o apoio do setor privado, do terceiro setor, e uma determinada empresa fez a doação de dez respiradores, para que se comprasse no mercado ao preço que se encontrasse os respiradores. Na verdade, passaram-se 30 dias e hoje foi concluída a última entrega, do último respirador. E por que eu estou falando isso? Porque o Ministério da Saúde, através do Ministro Pazuello e da sua equipe, destinou ao Estado, em três etapas, 70 respiradores, o que deu ao Estado do Tocantins condições de enfrentamento à pandemia.

Então, a minha fala neste minuto, primeiro, é para parabenizar a iniciativa do Localiza SUS. A população brasileira, na mesma plataforma de tecnologia que mostrou competência na apresentação dos dados, o que a gente vem acompanhando nos últimos dias – sem fazer muito barulho, o Ministro trabalha silenciosamente –, pode ver os avanços significativos de logística e de atendimento aos Estados. Então, sem fazer barulho, o Ministério conseguiu colocar um instrumento isento de avaliação dos dados da Covid no País. Portanto, tenho certeza de que, através do Localiza SUS, a partir de agora, o cidadão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro vai poder localizar cada equipamento, cada insumo, cada gasto feito em função da Covid, e eu tenho certeza de que isso aí irá permanecer também no Ministério da Saúde depois da pandemia.

Eu queria, Presidente Confúcio, apenas pedir ao Ministro... Esta minha fala aqui é uma fala de agradecimento em nome do Tocantins, mas também em nome de vários colegas Senadores, Estados brasileiros, através de Deputados, Prefeitos, Governadores, independentemente de partido político. É importante destacar a atuação do Ministro em Estados de oposição, mas fazendo de forma correta toda a distribuição dos insumos.

Fica aqui, Presidente, o meu apreço. Parabenizo o Ministro Pazuello e toda a sua equipe pelo brilhante trabalho.

Eu sei que o tempo vai acabar, mas a gratidão continua. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo, pelas suas manifestações e presença em nossa sala.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama, nossa Vice-Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu queria cumprimentar inicialmente o nosso Presidente Confúcio, parabenizá-lo pela forma muito correta com que ele tem conduzido esta reunião; cumprimentar o Relator Francisco Jr. e, em sua pessoa, cumprimentar todos os demais colegas Parlamentares desta Comissão, e o Ministro Pazuello, que está conosco aqui hoje nesta audiência.

Ministro, eu queria inicialmente trazer aqui algumas preocupações que nós temos tido referentes à atuação do Governo em relação ao enfrentamento da Covid-19. E eu inicio, Ministro, tratando especificamente da transparência. Esse é um dos pontos com os quais nós temos tido muita preocupação, porque em todo o mundo a experiência mostra que, através da comunicação direta, através da transparência é que nós vamos ter efetividade no enfrentamento dessa pandemia. Nós temos, por exemplo, algumas boas experiências em todo o mundo. Aí, cito, por exemplo, a Nova Zelândia. A Primeira-Ministra fazia contato diário com a população daquele país, que foi o primeiro país a ter resultados específicos em relação à superação dessa crise sanitária, dessa pandemia.

Pergunto ao Ministro, que já falou, inclusive, de transparência, o seguinte. Nós tínhamos, por exemplo, uma rotina de entrevistas coletivas diárias para a população. Há perspectiva de que nós possamos ter uma comunicação muito mais presente, diária, através de entrevistas, para que, através dos meios de comunicação, a população possa ter informações mais diretas?

Além disso, Ministro, o seguinte. Recentemente, na semana passada, o Governo chegou a ameaçar alguns servidores através de uma lei que, na verdade, vem da ditadura militar, que é a Lei de Segurança Nacional, dizendo que poderia nela enquadrar esses servidores, porque, segundo informações do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, teriam divulgado informações discutidas pelo Ministério da Saúde. Os servidores, inclusive, foram obrigados a assinar um termo de sigilo que dizia que qualquer vazamento poderia ser enquadrado nessa lei. Eu pergunto ao senhor: já houve vazamento de informações sigilosas do Ministério da Saúde? O que levou o Governo a tomar uma decisão usando uma lei tão dura contra os servidores do Ministério?

Outra pergunta que faço ao senhor é relativa à questão das vacinas. Nós tivemos, mais precisamente no mês de abril, algumas parcerias anunciadas pelo Governo. Algumas, por exemplo, através do CNPq, da ordem de R\$50 milhões, para investimento em pesquisa para chegarmos às vacinas. Ocorre que nós tivemos agora uma informação, publicada em toda a imprensa mundial, de que, apesar de participar da fase de testes em humanos, o Brasil corre o risco de ficar de fora das primeiras levas de compras de vacina da Universidade de Oxford caso o Governo brasileiro não assine o acordo com a universidade para ter prioridade na compra desses produtos. Eu pergunto ao Ministro: em que pé está esse investimento? Ao mesmo tempo, quero saber qual é a expectativa de que o Brasil possa participar do acesso a essas vacinas que são fundamentais para todo mundo?

Presidente, para finalizar. Recentemente, na semana passada, o Presidente mais uma vez reafirmou que acha um exagero as ações que estão sendo adotadas por Estados e Municípios de todo o Brasil quanto ao isolamento. Hoje nós temos mais de 50 mil mortos. Uma fala dessa, uns meses atrás, até se compreenderia, porque os números ainda não eram tão avançados, mas agora os números estão avançados. Então, qual é a postura do Ministério da Saúde? O Ministério também concorda que há um exagero em relação ao isolamento adotado por Estados e Municípios de todo o Brasil?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Agora passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

Está em um lugar muito bonito em Mato Grosso, viu, Wellington? Está num local bacana!

Com a palavra V. Exa., Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, fiz questão de mostrar esta imagem aqui, estamos em Confresa. Agora de manhã estávamos em São Félix do Araguaia, no Rio Araguaia, exatamente na divisa, bem em frente à Ilha do Bananal, de onde o companheiro Eduardo acabou de falar, ele que é do Tocantins. Aqui estamos reunidos com os Prefeitos do Araguaia, onde temos uma comunidade indígena muito grande.

Ao cumprimentar o nosso Presidente Confúcio, o Relator e todos Senadores, cumprimento também o Ministro Eduardo Pazuello.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer inicialmente, Ministro, à sua equipe, nas pessoas do Capitão Paulo César e também do Airton Cascavel.

Há questão de três semanas atrás, eu estive aí no Ministério fazendo uma reivindicação principalmente para minha cidade natal, Rondonópolis: a presteza no atendimento! Já conseguimos que chegassem os respiradores a Mato Grosso. Claro que a saúde é tripartite, Governo Federal, Governo do Estado e Municípios, mas quero registrar a boa vontade e principalmente a atenção da sua equipe. Isso é muito importante. Esses respiradores já chegaram a Mato Grosso, 55 respiradores, e o Governo do Estado está implantando, principalmente no caso da região sudeste, no Município de Alto Araguaia, de Campo Verde, de Primavera e no Município de Rondonópolis. E há mais outros equipamentos também que estão sendo implantados no Estado.

Aqui no Araguaia, Barra do Graças e Confresa... O Araguaia é uma região muito vasta, Mato Grosso são 900 mil quilômetros quadrados. Eu vim aqui, convocado por esses Prefeitos, exatamente porque nós estamos tendo um problema que agora está atingindo as comunidades indígenas, uma coisa praticamente sem controle. Ontem nós tivemos uma reunião em Barra do Garças, em que a Deputada Rosa Neide, nosso líder Levi e outros Parlamentares levantaram essa preocupação, porque o caso lá está muito grave. Eu gostaria que V. Exa. pudesse registrar isso e talvez, se fosse o caso, até mandar alguém do Ministério. Lá vivem os índios xavantes, há cidades bem próximas em que mais de 50% da população é indígena. Muitos deles ficam reclusos, outros, não, querem sair para a cidade. Só para o senhor tem uma ideia, em Barra do Garças, de 30 UTIs, 25 ou 26 já estão neste momento ocupadas pelos indígenas. Então, o Prefeito está buscando inclusive a possibilidade de um hospital de campanha. Temos lá o Exército Brasileiro, porque ali é divisa de Goiás com Mato Grosso, então, em Aragarças há a presença do Exército, e talvez haja uma forma de haver uma interferência maior, porque são três cidades: Barra do Garças, Pontal do Araguaia...

E aí, Ministro – tenho muitas perguntas, mas infelizmente o tempo é muito pequeno –, outro registro que eu gostaria de fazer é a parceria com as universidades e o IFMT. Aqui em Confresa nós temos um IFMT que está pronto, disposto, e também precisa do apoio do Ministério para que eles possam fazer também os exames, como outros IFMTs, escolas técnicas federais, estão fazendo em outras regiões. Então eu gostaria que V. Exa. também considerasse isso, porque nós temos aqui a mão de obra e temos a possibilidade de ajudar nesse momento tão crucial aqui da região.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, muito atuante, ativo, mesmo nesse período de pandemia.

Senador Rogério Carvalho, não estou vendo V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Estou aqui, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero parabenizar o Senador Confúcio Moura por todo o trabalho que tem desenvolvido aqui à frente e o nosso Relator, que também tem cumprido de forma rigorosa o seu trabalho.

Eu quero, antes de mais nada, Presidente, agradecer ao Ministro Pazuello pela liberação de respiradores para o Estado de Sergipe, por intermédio do Airtton Cascavel, que prontamente, numa demanda nossa, no sufoco, liberou 70 respiradores, sendo 40 em menos de dez dias. Então, eu queria fazer esse agradecimento público porque, apesar das dificuldades, num momento como este de muitas dificuldades e divergências naturais num processo democrático, eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao Ministro a colaboração que ele fez ao meu Estado, o Estado de Sergipe. Hoje, não fossem esses respiradores, estaríamos com pessoas morrendo em casa, morrendo sem ter a assistência adequada.

Mas eu queria deixar uma pergunta para o Ministro. De todo o recurso destinado ao combate à Covid, somente R\$11,5 bilhões foram pagos; ou seja, mais de 70% ainda não foram executados. No caso das compras diretas de respiradores, EPIs, testes, quase 90% não foram gastos. Das transferências para Estados e Municípios, há R\$17 bilhões já autorizados e não repassados, entre abril e maio. Houve redução de transferência em cerca de R\$2 bilhões, apesar da explosão das notificações de casos e óbitos. Especialmente a MP 269, de 20 maio, destinou R\$10 bilhões à saúde, e até agora nenhum real foi executado.

Diversas matérias da grande imprensa atribuem essa execução à dificuldade que o Ministro está tendo de ter autonomia para a liberação desse recurso de forma imediata, baseada em critérios absolutamente técnicos.

Ministro, sei que o senhor tem feito o que é possível, o que está ao alcance, mas eu queria saber de V. Exa., sobre esses recursos de repasse direto para Estados e Municípios, já que estamos na pandemia, porque eles ainda não foram liberados e qual é a previsão de liberação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho. Muito obrigado a V. Exa.

Sr. Ministro, V. Exa. tem oito minutos para responder aos quatro interlocutores, terminando, agora, com Rogério Carvalho.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Primeiro, eu vou tentar responder um pouquinho ao Senador Izalci, porque não esqueci ele não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Annita, rapidamente, ele foi um medicamento - é um vermífugo, claro, todo mundo conhece - que ainda não tem uma comprovação científica definida e tem sido usado como preventivo. Mas o Ministério não se posicionou ainda por não termos uma resposta científica já concordada.

Quanto a vacinas, nós temos um trabalho já bem próximo. Sobre isso, eu já começo a falar que nós temos em torno de 15 iniciativas promissoras no mundo de vacinas. Dessas 15, temos uma matriz de sincronização para ver quais estavam mais promissoras e estamos trabalhando direto com as três mais promissoras. Com a vacina da Universidade de Oxford, da AstraZeneca, estamos fechando coma a Casa Civil a assinatura do compromisso de participação do Brasil. Já estamos com a ligações paralelas com a Universidade e com a AstraZeneca já bem adiantadas, envolvendo a Fiocruz, a Bio-Manguinhos. E a Casa Civil está analisando essa assinatura para os próximos momentos, de hoje para amanhã, para esta semana.

As outras iniciativas são referentes à Moderna, que é americana, e a uma chinesa, talvez na mesma linha daquela de São Paulo. Isso nós estamos trabalhando em paralelo. E, sim, é o objetivo número um do SUS e do Ministério que a gente tenha acesso e entrada direta junto à estrutura de fabricação, para que a gente não perca o bonde, para podermos participar e ter a liberdade de fabricar a vacina, de não só a comprar, mas também de fabricá-la. Na América Latina, só o Brasil tem essa competência de fabricação, com a Bio-Manguinhos. Nós não podemos ficar de fora, não só o Brasil, mas a América Latina e o Cone Sul, com certeza.

Quanto aos dados epidemiológicos, eu acredito que a gente não mudou nada. É só transparência e aprofundamento de dados. Todos os modelos anteriores estão mantidos. O nosso BI permite a análise detalhada deles.

Quanto à data de óbito e à data de registro, eu já falei tantas vezes sobre isso, mas posso falar um pouco mais também. O registro é um documento único. Ele é imutável. Os números do registro não são mutáveis. Então, não há como mudar, como mexer em números. Esse é um dado. O que se propôs - e eu já concordei com os Deputados - é que nós tivéssemos também apresentado uma curva, para, em vez de colocar todos os registros juntos naquela data, colocar outra visualização agora, também por sugestão dos Deputados, para que a gente tivesse outro modelo de gráfico, mostrando a data do óbito, para que o gestor possa acompanhar o resultado das suas ações naquele momento. Se ele não compreender o que aconteceu no seu Município, na sua cidade, para que aquele número aumentasse ou diminuísse exponencialmente ou fosse mantido, ele não consegue ter a gestão ideal. Está bom? Então, nós não vamos tirar.... Por sugestão da Câmara dos Deputados na última reunião, nós não vamos deixar de apresentar a curva com as variações do registro e vamos também apresentar a curva com a data do óbito, com o mesmo número. Está bem? Então, não há uma mudança de dados epidemiológicos.

Quanto a medicamentos, isso não me foi perguntado, mas eu tenho as respostas com relação à nossa atual situação de desabastecimento ou de possível desabastecimento de medicamentos para UTI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos trabalhando direto com os fabricantes. Fazemos reuniões direto com a indústria nacional. Estamos acompanhando essa variação, e não nos pareceu ainda, pelo que foi visto em termos de fabricação e em termos de dobrar a capacidade de produção, que a nossa indústria não tenha condição de nos apoiar. O Ministério está fazendo outra estratégia de reserva para o caso de haver uma necessidade efetivamente emergencial nesse ou naquele Município, nessa ou naquela instituição. Se não houver apoio mútuo para se resolver isso ou se a indústria não tiver conseguido entregar, a gente vai fazer esse aporte, para que não haja falta efetiva de medicamento aqui.

Então, essas são algumas observações.

Senador Izalci, desculpe-me se eu não cheguei a todas.

Senador Eduardo Gomes, obrigado pelas suas palavras. Claro que estou atento a Tocantins, estou atento a todos os Estados. Nós estamos juntos. O senhor conte conosco.

Senadora Eliziane Gama, eu concordo 100% com a senhora. Suas observações são todas pertinentes – todas, não tiro nenhuma. A transparência de 100% não só para que a gente tenha tranquilidade, mas para inibir os maus gestores, é também uma forma de gestão, uma forma de inibir desvios de recursos. Eu acredito que estas duas linhas são muito importantes: o conhecimento para que a gente possa ter a gestão do acompanhamento dos nossos trabalhos e a inibição, ao máximo, de qualquer má aplicação de recursos. Parabênizo a senhora direto. A senhora é uma das únicas que fez funcionar exatamente suas emendas, que foram todas empenhadas, liquidadas e pagas na finalidade. Então, parabéns também à senhora pela sua gestão nesse aspecto de gasto efetivamente com a saúde.

Quanto a coletivas diárias, a gente realmente objetiva ter coletivas mais consistentes. A gente precisa ter mais dados, assuntos mais relevantes para tratar numa coletiva. Quando a gente para gestores no nível do Ministro e dos secretários, nós estamos tirando o pessoal do trabalho, tirando o pessoal da produção. Por isso é que a gente diminuiu um pouco a rotina, mas estamos prontos para responder a qualquer motivo, a qualquer momento. E as nossas coletivas serão sempre muito técnicas e com as respostas a qualquer pergunta.

Quanto ao termo de confidencialidade, eu posso afiançar à senhora que são apenas procedimentos normais, porque alguns assuntos são ainda de caráter reservado. Antes de nós distribuímos uma estratégia, o que está sendo discutido ali tem que ser discutido de várias formas, e a diversidade de ideias é o que soma no final. Às vezes, a gente está numa discussão, às vezes a gente está ainda sem fechar uma estratégia, e aquilo não pode ser ainda distribuído como Ministério da Saúde. É preciso ter efetivamente a responsabilidade e a compreensão do grau de risco e de segurança das informações que estão sendo tratadas. Não é, em hipótese alguma, o cerceamento da liberdade de a pessoa falar o que quiser, só não pode falar ainda o que não está liberado para a população para não criar outros problemas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria ainda de pedir mais um minutinho para concluir, por favor, para falar sobre os 10 bilhões. Nós estamos efetivamente fechando os critérios técnicos, tivemos várias reuniões com a Segov, várias reuniões técnicas. Nós estamos prontos para fechar a distribuição dos 10 bilhões em critérios técnicos, atendendo todos os Estados e Municípios em equipamentos, de uma forma pragmática e direta como tem que ser. O senhor fique tranquilo com relação a isso daí.

Obrigado também ao Senador Wellington Fagundes pelos agradecimentos. Barra do Garças entrou no nosso radar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro, na próxima rodada, o senhor complementa a resposta ao Senador Wellington Fagundes, que perguntou sobre as ações nas comunidades indígenas. Foi uma pergunta muito bem formulada e que não pode ficar sem uma resposta clara. Logo nesse próximo bloco, o senhor ache um tempinho, e eu vou colocar mais um minuto para o senhor responder. Ele está com Prefeitos e precisa dessa resposta.

O próximo bloco será o seguinte: o Deputado Reginaldo Lopes, do PT, do Estado de Minas Gerais; o Deputado João Campos, do PSB, de Pernambuco; o Senador Esperidião Amin, do PP, de Santa Catarina; e o Deputado Hildo Rocha, do MDB, do Maranhão.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente Confúcio Moura, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, Ministro, quero começar falando que é inacreditável! É inacreditável que, depois de seis meses de pandemia no País – e olhe que se anunciou aqui três meses depois –, o Governo do Bolsonaro sequer constituiu um grupo, um gabinete de crise que pudesse unificar o País, chamar todos os Poderes, os Governadores, os Prefeitos, os empresários, os trabalhadores. É inacreditável!

É lógico que eu compreendo a posição do Ministro, porque não é fácil trabalhar num Governo de fanáticos, que nega a ciência, portanto, num momento de pandemia, em que se deve ouvir a ciência, os especialistas. Fica muito difícil planejar. Faltou planejamento, faltou coordenação. Foram três meses depois de Wuhan que chegou aqui a primeira confirmação. Então, mostrou total irresponsabilidade. Eu diria que foi até criminosa a posição do Presidente da República. Falo com tranquilidade, porque eu sou autor de uma notícia-crime de crime comum contra o Código Penal brasileiro, porque o Bolsonaro cometeu, sim, no dia 24 de março, crime contra a saúde pública, no seu pronunciamento em cadeia nacional, porque falou que a pandemia era uma "gripezinha", e nós já perdemos 50 mil vidas. É inaceitável que, depois de seis meses, 50 mil vidas foram perdidas, e alguém ainda quer discutir se de fato essas pessoas morreram ou não de Covid-19.

É bom lembrar que, em um Governo que defende o autoritarismo, a ditadura, a não liberdade, ataque a instituições, não defende transparência, porque esse Governo ao qual o Ministro está servindo já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atacou cinco vezes, em momentos diferentes, a Lei de Acesso à Informação pública, uma lei de minha autoria... Esse Governo também defende a ditadura. Bolsonaro passou 28 anos defendendo torturadores na Câmara dos Deputados. Deveria ter saído preso da Câmara dos Deputados. Esse Governo defende um modelo, um regime que também escondeu corpos na ditadura. Então, também não é de muita surpresa uma tentativa agora de não ter transparência para esconder corpos no meio de uma pandemia. É lamentável, muito lamentável!

Espero que o Ministro tenha sucesso, que possa assumir a sua responsabilidade – não é fácil, porque está trabalhando com um Governo de fanáticos, que nega a ciência – e que possa cumprir e ter um melhor planejamento. O SUS é o melhor sistema do Planeta Terra em relação à saúde pública, mas há vários vazios assistenciais. Espero que possa ocupar esses vazios assistenciais, que possa rever a política de subfinanciamento do SUS. E para isso – vamos ser bem objetivos – quem defende a educação, o desenvolvimento econômico e a saúde tem que trabalhar para eliminar a PEC do controle dos gastos públicos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Com a palavra o Deputado João Campos. *(Pausa.)*

Deputado João Campos, eu não o estou vendo. Pode falar, Deputado.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Para interpelar.) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sr. Relator, saúdo a todos.

Sr. Ministro, antes de começar a minha fala, primeiro, nós temos que lamentar, solidarizando-nos com todas as famílias, os mais de 51.407 mortos no Brasil, vítimas da Covid-19.

Nós passamos pelo maior desafio de todas as gerações vivas. Nós vimos, no mundo, países desenvolvidos e até subdesenvolvidos também tendo que recriar a própria estrutura do Estado, que se organizar para enfrentar um desafio desta magnitude. E eu lamento, como brasileiro, não apenas como Parlamentar, ter visto o enfrentamento à pandemia por parte do Governo Federal, principalmente pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro, não ter sido levado a sério, como a gente viu no mundo inteiro, independentemente de viés ideológico, como visto pela própria situação do Reino Unido e dos Estados Unidos, que começaram de maneira equivocada e depois corrigiram e que são de matrizes completamente diferentes daquelas que eu acredito serem ideais para uma nação.

O que me preocupa desde o início é a ideologização do debate da saúde, do debate do tratamento clínico, do tratamento com algum remédio especificamente, como a hidroxicloroquina. Eu acho que isso



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

jamais deveria ter sido um debate central político no País, capitaneado pelo Presidente. Isso aí cabe à Organização Mundial de Saúde, ao próprio ministério, aos conselhos de saúde, à academia.

E aqui eu queria trazer um ponto. Enquanto o Presidente falava apenas de cloroquina, se ela era eficaz ou não, mesmo sem ter nenhuma prerrogativa técnica para falar disso – ele não é formado em Medicina nem em nenhuma ciência da saúde –, ele colocou os laboratórios do Exército para produzirem esse medicamento em grande quantidade, muito acima do que era fabricado em anos anteriores. Enquanto isso, eu tenho um ofício do Conass endereçado à Opas que cita que há um desabastecimento de mais de 13 medicamentos ligados à sedação e adjuvantes para relaxantes musculares que são utilizados para entubação orotraqueal. Esse problema de estoque aconteceu em mais de 20 Estados brasileiros. Aqui eu pergunto ao senhor se não foi um erro do ministério não ter agido enquanto o estoque regulador desses medicamentos que, independentemente da matriz ideológica que o Governo tenha, são utilizados num processo de entubação, que era o processo que acontecia na maioria dos casos graves, quando precisavam dessa entubação... Então, medicamentos triviais que são utilizados em qualquer tipo de entubação, por Covid ou não, em que é preciso o uso de sedativos, de relaxantes, faltaram no Brasil. E não houve uma gestão articulada nacional de estoque regulador. Então, faltou essa atenção? Por que isso aconteceu? Por que o Conass teve que pedir uma ajuda à Opas e o ministério não agiu perante isso?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado João Campos.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Bom dia...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É o som, Esperidião. O som está travado ainda. Solte... Pronto. Pode falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Muito bem.

Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Ministro e sua equipe e cumprimentar os colegas Senadores e Deputados.

Primeiro, eu gostaria de fazer um complemento à pergunta – que eu acho que não foi respondida – da Senadora Eliziane a respeito das conexões do Brasil com os centros universitários e fármacos do mundo que estão desenvolvendo a vacina. Eu não me senti respondido se o Brasil está, como eu espero que esteja, atento e com os radares ligados com todas essas iniciativas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, faço minhas as palavras do Senador Vanderlan e gostaria de me dirigir especialmente a uma pessoa que merece o meu maior respeito como cidadão, como Ministro interino da Saúde e como um especialista em logística. Eu acho que o Brasil ainda não conseguiu absorver os nossos erros na logística. Vou falar só dos respiradores. Ainda era fevereiro quando o Ministério da Saúde anunciou a aquisição de 15 mil respiradores. Na última vez que tivemos aqui a presença do Ministro Braga Netto, tinham chegado ao Brasil apenas 816. Os anais da Comissão registram isso. O senhor imagine, se eles tivessem chegado em março, por exemplo, quantas CPIs por compra superfaturada de respiradores nós teríamos poupado ao Brasil e à pandemia? Os três mil respiradores de São Paulo, cujo contrato foi agora rescindindo, depois do pagamento de R\$242 milhões pelos respiradores que não chegaram, o mesmo em Santa Catarina e em vários Estados do Brasil. Eu queria um comentário seu sobre como corrigir esse erro. Primeiro, tem que se admitir que houve erro de logística, porque essas *commodities* – vamos chamá-las assim – têm que ser compradas centralizadamente. Já imaginou, se a vacina da gripe fosse comprada por cada Município, o que nós teríamos de encrenca orçamentária, fiscal, financeira, e escândalos? Isso vale para respiradores, como vale para EPIs – o senhor já identificou –, leitos e testes. Mas eu gostaria que o senhor focalizasse a questão dos respiradores, até porque o meu Estado deu uma resposta ao País, e o senhor sabe disso. A WEG, uma empresa de que nos orgulhamos, já começou a entregar, no mês de maio, respiradores produzidos aqui na nossa Jaraguá do Sul, com valores estimados de R\$60 mil cada um, o que corresponde a um terço do que foi pago ou pelo menos estabelecido no contrato do Estado de São Paulo.

Então, eu queria um balanço seu sobre essa questão de logística e dizer que eu também lamento a ideologização do debate sobre essa parte medicamentosa. Nós sabemos que a hidroxicloroquina já era considerada preventivo na gripe espanhola, e isso está documentado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Espiridião Amin.

Passo a palavra para o Deputado Hildo Rocha, do Maranhão.

V. Exa. está com a palavra, Deputado Hildo Rocha. Pode liberar seu som?

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – O.k. Liberado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pronto. Beleza!

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio, Presidente da Comissão! Bom dia Ministro Pazuello e colegas da Comissão!

Ministro Pazuello, o pedido do Presidente da Comissão, Senador Confúcio, é uma demonstração de que o relacionamento entre o Ministério da Saúde e o Parlamento não está muito bom, porque, se fosse bom, o Presidente da Comissão não estaria pedindo o nome de um interlocutor, que V. Exa. já deu e do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual, inclusive, já entregou o número do celular para todos. Mas, Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Parlamento tem sido muito parceiro, e eu acho que é até o melhor parceiro do Ministério da Saúde nesse enfrentamento da Covid. Com todas as propostas de mudança na legislação que têm vindo para cá, assim como as medidas provisórias abrindo crédito extraordinário, nós temos contribuído, aprovando de forma imediata tanto no Senado como aqui na Câmara. Eu gostaria que sua equipe visse o Parlamento como parceiro do Ministério da Saúde. Não apenas no combate à Covid-19, mas em todos os momentos nós temos sido parceiros.

Eu fui Relator do orçamento da Saúde deste ano, este orçamento que V. Exa. está executando. E quero dizer que V. Exa. está executando muito bem, porque eu estive olhando aqui e vi que já empenhou R\$87 bilhões, ou seja, 50,8%, e aqui estão constando também os créditos extraordinários. Mas eu vejo V. Exa. falar em critérios para a liberação dessa medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$10 bilhões. Por qualquer que seja o critério, o Maranhão, por ter uma população estimada em 4% em relação à população total, vai receber aproximadamente R\$500 milhões, mas, nesse Orçamento Geral da União que nós aprovamos, nós temos R\$40 milhões aí, RP 2, para serem liberados, e até agora nada, nada foi dito, e é justamente para apoio aos Estados e Municípios. Com isso, vai acabar que o que V. Exa. vai fazer não vai dar eficiência ao gasto público, porque, ao final do ano, vai ter que liberar esses recursos até para atender aos dados, aos números que são obrigatórios, de acordo com a nossa legislação, para gastos na saúde. Então, eu acho que tem que dar mais eficiência ao gasto, embora V. Exa. esteja fazendo um bom trabalho; não é fácil o que está sendo feito.

Agora, eu queria fazer algumas perguntas. A primeira pergunta, Sr. Ministro, é que V. Exa. falou na sua apresentação que já foram 4.832 ventiladores pulmonares adquiridos. De quanto foi o investimento total na aquisição desses ventiladores? E só foram 155 para o Maranhão. Então eu queria saber para onde foram alocados esses ventiladores no Maranhão para que eu possa ir lá fiscalizar.

O Maranhão tem o maior número de médicos por habitante. Eu queria saber, dentro desse programa: quantos médicos foram deslocados para o Maranhão para atender à população maranhense?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Sr. Ministro, eu normalmente tenho dado a V. Exa. oito minutos para sua resposta. Vou colocar nove minutos para o senhor responder ao Senador Wellington Fagundes, que está com alguns Prefeitos lá em Mato Grosso, sobre o enfrentamento da Covid nas comunidades indígenas. O senhor terá os oito minutos para responder aos quatro Parlamentares que terminaram agora os seus questionamentos.

Com a palavra V. Exa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Eu chamei aqui o meu Secretário de Saúde Indígena, que é o Robson, e ele vai detalhar essa resposta de forma bastante técnica.

Por favor, Robson.

O SR. ROBSON SANTOS DA SILVA (Para expor.) – Srs. Deputados e Senadores, bom dia! Sou o Secretário Robson Santos da Silva, sou o Secretário Especial de Saúde Indígena.

Vou falar rapidamente aqui, em um minuto, o que nós fizemos até agora.

Envio de equipamentos, EPIs, testes, medicamentos.

Autorizamos a contratação de equipes de resposta rápida. Essas equipes são formadas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem. São duas equipes por distrito, ampliando, assim, a capacidade de resposta desses distritos. Lembro que aí nós temos os distritos: Kayapó do Mato Grosso, Xingu, Araguaia, Cuiabá e Xavante.

Tínhamos aí também 16 milhões para diferentes Municípios do Brasil, que era o incentivo de atenção primária à saúde indígena. Quanto a esse dinheiro, nós já conversamos com os Prefeitos que tinham esses recursos, eles já foram acionados e já estão usando esses recursos.

Também foram habilitados vários leitos com incentivo de atenção especializada pela Saes, e lembro que a Sesai faz a atenção primária nas aldeias. A Sesai funciona como um grande médico da família atendendo um milhão de indígenas em 34 distritos, 6 mil aldeias.

Nós continuamos o nosso atendimento normal. São 14 mil profissionais em área divididos em 800 equipes – atividade de educação permanente, assim sucessivamente.

Com relação à pergunta específica do envio de alguém para intervir na questão da Covid-19, o que nós fizemos? Eu tenho cinco coordenadores. Na semana passada – nas duas últimas semanas, para ser mais claro –, um coordenador, que foi o de Cuiabá, fez um roteiro pelo interior, junto com o coordenador daquela determinada área, para conversar sobre isso. Então, que visitas nós já fizemos? Colíder, Sinop, São Félix do Araguaia, Confresa, Rondonópolis e Barra do Garças. Cheguei hoje, na madrugada, do Vale do Javari, onde ficamos uma semana. O Governador Mauro Mendes, inclusive, ligou para mim e hoje estou ligando para ele para ratificarmos isso aí.

Qual foi o objetivo dessa visita? Fortalecer a questão dos leitos e abrir as alas indígenas nesses locais. Nós já abrimos com bastante sucesso no Amazonas, no Pará, no Amapá e, agora, a nossa frente é Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nós tivemos resposta positiva de todos os Municípios a que nós fomos, com exceção de Barra do Garças. Em Barra do Garças, realmente o Prefeito não quis, ele prefere que se abra um hospital de campanha e não uma ala indígena. Hoje nós vamos voltar a conversar com ele para ver se ele libera essa possibilidade. Com os demais, está bem alinhado. Eu acredito que hoje, com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversa com o Governador Mauro Mendes, teremos uma posição final e poderemos, no máximo em duas semanas, inaugurar essas alas indígenas nesses locais.

Então, é isso. Nós já estamos em campo, nós já estivemos em campo e estamos fazendo essa intervenção, não no sentido de intervir, mas com essa pactuação, esse contato, essa articulação com os Municípios.

Obrigado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Vou falar agora rapidamente sobre as perguntas que me foram feitas.

Está ligado o som? Vou falar rapidamente aqui.

Vou começar pelo Deputado Hildo Rocha, do Maranhão.

O Maranhão foi um dos Estados de cujo modelo gostei muito. Foi feito com o Governador, conversando com o pessoal, com o secretário. Nós trabalhamos com a capital e depois foram montados quatro pontos específicos no interior, quatro regiões de saúde. Nessas regiões de saúde, nós investimos nos hospitais para poder ter o atendimento direto nessas regiões de saúde do interior, e achei que o resultado ficou bom. Eu vou lhe passar na sequência – vou procurar seu telefone, eu tenho seu contato – exatamente para onde foi cada respirador, mas foi esta a estratégia: inicialmente na capital, depois para quatro pontos dessas cidades – e me lembro que eu observei no Google cidade por cidade, onde era e como estava a distribuição dos respiradores.

Vou colocar aqui rapidamente sobre a aquisição, já para o Senador Espiridião – obrigado também pelas palavras, agradeço a confiança. Vou falar sobre a compra dos respiradores nacionais e internacionais, rapidinho. Quando começou, lá atrás, o ministério... Quando eu falo do ministério claro que é atemporal, então cabe a quem está no cargo responder pelo ministério desde o dia em que ele foi criado. Nós do ministério, ou o ministério, quando começou a pandemia, optou por fazer dois tipos de processo: prospecção nacional, com quatro empresas iniciais, fazendo uma requisição da produção, e a tentativa da compra internacional. A compra internacional invariavelmente passa pela China – passava pela China, já há algumas outras produções diferentes hoje, mas a base ainda é a China –, e, da mesma forma como ocorreu com os Estados e Municípios que tentaram comprar essa produção chinesa, esse contrato não vingou, então não foi liquidado nem pago. E nós acabamos ficando com a prospecção e a compra nacional, e foram quatro empresas iniciais que se mobilizaram e receberam esse incentivo para produzir em massa, e essa produção foi escalonada. E aí, na sequência, empresas como a WEG se organizaram também, e hoje a nossa produção nacional tem condições de atender.

As compras. Os números que foram inicialmente requisitados estão sendo reajustados, não consta nada que não foi entregue ou liquidado e pago; apenas o que foi entregue. Faz parte do processo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquisição uma visão macro para que a empresa se prepare, mas é em cima da entrega efetiva que é feito o pagamento. Eu acho que o que interessa disso tudo é que comprar da China é difícil para todo mundo, então a gente realmente tem que olhar com carinho para os gestores estaduais e municipais que se expuseram nessas compras. É um mercado complicado. O mercado interno nacional ficou praticamente, sim, administrado pelo Ministério da Saúde com aquelas empresas. Nós fizemos um trabalho muito forte com o Ministério da Defesa na prospecção nacional e internacional, e é com quem nós temos trabalhado. Então está de parabéns a WEG. A WEG está de parabéns, e todas as outras empresas também.

Quanto ao desabastecimento – já o Deputado João Carlos – da parte dos medicamentos de UTI, sedativos: nós estamos já trabalhando isso há algo em torno de 25 dias, quase 30 dias, e a gente tem feito um trabalho também com o Ministério da Defesa, Conass, Conasems. E, acreditem: tirando a fumaça, tirando toda a... Eduardo Campos, desculpe. Deputado João Campos – desculpe –, o nome do seu pai.

Então, eu gostaria de colocar desta forma: sim, tanto o Ministério da Defesa quanto o Ministério da Saúde, com a equipe que temos lá, estamos trabalhando o tempo todo para chegar onde nós chegamos ontem. Ontem, nós estávamos reunidos com os produtores de medicamentos. E, ontem, havia um estoque de reserva. É um processo... *(Falha no áudio.)*

Deputado Reginaldo Lopes, eu acho que o senhor tem toda a razão quanto à transparência, e o senhor pode ter certeza de que é o que estou procurando. Nós fizemos um acordo de cooperação com o TCU e a CGU. Trata-se de um acordo de cooperação amplo, em que vamos buscar assegurar a transparência e a higidez na aplicação de cada centavo federal de saúde que nós temos aqui. Nós fizemos esse acordo, já assinei como Ministro, estou fechando a assinatura com o TCU e com a CGU. Vai ser um marco histórico da transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Quero comunicar a V. Exa., Sr. Ministro, que esta audiência pública está sendo bem concorrida, com inúmeros Parlamentares inscritos, interessados. Temos também os cidadãos que estão em contato conosco.

Infelizmente, só vou poder ler o nome dos internautas: Rayane dos Santos, de São Paulo; Felipe Campos, do Rio de Janeiro; Ana Carolina, do Rio de Janeiro; Rosimeire Ferreira, de São Paulo; Flávio Castaldelli, de São Paulo; Ira Santos, do Estado do Ceará; Ester Martins, do Rio Grande do Norte; Renan Vicente, do Rio de Janeiro; Carlos Antônio, do Estado do Maranhão. Há outros, muitos outros participando.

Eu quero encerrar esta audiência pública às 13h30min. Já temos 2h30min de audiência, mais um pouquinho, quase 3h, e o nosso Relator vai fechar. Então, está indo bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar para o penúltimo bloco, em que estão o Senador Chico Rodrigues, o Deputado Mauro Benevides Filho, a Senadora Kátia Abreu e o Deputado General Peternelli, do Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (DEM - RR. Para interpelar.) – Cumprimento o Senador Confúcio Moura pela bela condução dos trabalhos.

Cumprimento também o Francisco Jr., Relator desta Comissão, e, obviamente, o Ministro da Saúde, General Pazuello, pela forma como está expondo o quadro real da situação do Ministério da Saúde neste momento em que convivemos com a Covid-19.

Alguns comentários foram feitos aqui em relação à Primeira-Ministra da Nova Zelândia, que ia junto às pessoas, que se aproximava das pessoas, que orientava as pessoas. É porque a Nova Zelândia é do tamanho do meu Estado quase – o Estado de Roraima tem em torno de 260 mil quilômetros quadrados –, e o Brasil tem 8,5 milhões quilômetros quadrados. Há uma diferença abismal entre um país desse tamanho e o Brasil. O Presidente Bolsonaro não tem como atender a este País imenso da forma como alguns, na verdade, desejam – isso é impossível –, mas está fazendo todo um trabalho minudente, com muita precisão, dando autonomia ao Ministério da Saúde para fazer aquilo que é possível. E estamos fazendo, com as condições financeiras que o País enfrenta, mais do que é possível, porque, na verdade, isso é feito para atender a população brasileira.

Segundo números do Ministério da Economia e da Secretaria do Tesouro, já foram pagos R\$177 bilhões pelo Governo para atender todas as vertentes desse projeto, que é um projeto inesperado. Essa é uma situação inesperada para o Governo com a ocorrência do Covid, e o Governo, através do Ministério da Economia, está fazendo o possível e mais do que o possível. Então, R\$174 bilhões já foram despendidos pelo Brasil, e há uma previsão de R\$402 bilhões, que será atendida na sua totalidade.

Eu gostaria de dizer também que toda esta discussão é muito importante, porque esta audiência com o Ministro da Saúde, General Pazuello, é esclarecedora também para os Parlamentares, para aqueles que, na verdade, não podem discutir ideologia aqui.

Até por uma questão de reconhecimento, digo que o Senador Rogério Carvalho, Líder do PT, com a classe que lhe é própria, demonstrou aqui realmente o reconhecimento daquilo que o Ministério está fazendo, atendendo o seu distante e querido Estado de Sergipe.

Assim como nós e a maioria dos Senadores aqui, o Senador Vanderlan foi de uma clareza enorme ao demonstrar para o País o que está sendo feito pelo Ministério da Saúde.

Rapidamente, Sr. Ministro, eu só gostaria de pedir a V. Exa. que acelerasse, o mais rapidamente possível, o envio de equipes médicas para o Estado de Roraima, para a Operação Acolhida, que está sendo muito bem atendida pelo General Barros, dedicando-se intensamente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho, do PDT do Estado do Ceará. *(Pausa.)*

Ajuste o seu som.

O.k.!

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Bom dia, meu caro Senador Confúcio e meu caro Deputado Francisco Jr.!

Quero abraçar todos os Senadores e Senadoras e Deputados e Deputadas que estão prestigiando este tão concorrido evento.

Quero dar as boas-vindas mais uma vez ao General Pazuello.

É muito importante, General, o senhor estar aqui conosco e com toda a equipe do Ministério. Isso nos estimula muito a encontrar realmente o caminho para a saúde. Quero abraçar todos os seus secretários e assessores na pessoa do Gustavo Pires, que vai, inclusive, estar conosco mais próximo.

Eu vou fazer quatro perguntas simples e gostaria que o General pudesse nos responder logo em seguida.

Apesar do envio de várias drogas, que foram distribuídas para todos os Estados brasileiros... Isso melhorou muito. A gente tem que frisar isso aqui na sua presença, mas quero fazer uma ponderação: em função de vários pacientes entubados, as drogas anestésicas estão escassas. Portanto, seria importante que o senhor pudesse anotar isso, para falar para a equipe, para fazer uma distribuição ainda mais efetiva dessas drogas anestésicas.

O segundo ponto é saber se o crédito do dinheiro da Covid cai numa conta específica, ou na conta do PAB, ou na conta do MAC, ou se cai nas mesmas contas que normalmente os Estados recebem, fundo a fundo, do Ministério para os seus respectivos entes subnacionais, até para ficar mais fácil a gente acompanhar a respectiva execução, até porque, no âmbito federal, pela Emenda Constitucional 106, nós temos um marcador específico para o Governo Federal acompanhar esses gastos. Nos Estados, se a conta fosse diferente, ficaria mais fácil. Mas, enfim, é só para confirmar se é na mesma conta.

Podem os recursos do PAB e do MAC serem destinados, podem sair da destinação específica da portaria do MAC, por exemplo, e irem para todas as finalidades que a fonte Covid efetivamente permite? Esse era outro ponto que todos os Prefeitos e Governadores... Eu fui Secretário da Fazenda, Ministro, por 12 anos, e essa é uma pergunta realmente que me desperta interesse para saber como isso poderá ser feito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira pergunta é: quantos leitos da Covid, no meu Estado do Ceará, estão pedidos para poder habilitar e que ainda não foram habilitados? Quero ponderar ao Ministro e a toda a sua equipe que pudesse essa... Eu já soube pelo Secretário Dr. Carlos Roberto que o senhor deu uma acelerada grande em todo esse processo. Quero, inclusive, mais uma vez, deixar registrado aqui que era importante que a gente soubesse disso.

E, por último, em relação às eleições, se, em 1º de agosto, todas as fases de todos os Estados estarão reabertas e os setores estarão voltando, é preciso que as eleições tecnicamente sejam adiadas? Essa era a minha quarta pergunta.

Agradeço, portanto, a presença mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Eu não estou vendo a Senadora na nossa sala. *(Pausa.)*

Então, vamos passar para o Deputado General Peternelli, por favor.

Está com a palavra, General.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, Senadora Eliziane e nosso Relator, Francisco Jr., é uma satisfação estar aqui presente.

O Ministro Pazuello e toda a equipe do Ministério da Saúde sempre recebem muito bem e nos orientam.

Eu gostaria de inicialmente falar da importância dessa parte financeira. Conforme explanado pelo Ministro, são 140 bilhões da LOA, mais 39,3 bilhões, quase 180 bilhões destinados à saúde no País. É um volume de recursos muito grande. Isso daí fez com que o Estado brasileiro se endividasse um pouco, e é muito importante gastá-lo adequadamente.

Eu gostaria de chamar a atenção de todos os Senadores e Deputados para o que falou o Ministro de como era importante que esse sistema, esse recurso, quando repassado a Estados e Municípios, também fosse utilizado pelo Siafi. Isso vai facilitar muito, primeiro, para saber se aquele recurso foi empenhado, se está precisando de suplementação, se é necessário e para saber mais adequadamente como o recurso é empregado. Hoje não existe esse sistema. Cada Estado e Município utiliza um sistema próprio, o que dificulta em vários aspectos, inclusive para o TCU e para a CGU. Gostaria de parabenizá-lo por essa transparência nessa parte financeira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero passar à transparência agora dos dados do Covid. É muito esclarecedor: os casos no Brasil, sobre Regiões, sobre Estados, sobre os Municípios. É muito importante o que foi salientado, que é o tratamento logo no início.

Parabenizo-o pelo trabalho junto ao Conass e ao Conasems. Esse trabalho junto às Secretarias de Saúde de Estados e Municípios é sensacional e é muito importante.

Eu gostaria de chamar a atenção para um projeto de lei que dá essa transparência – ouvi perguntarem sobre leitos, sobre isso e aquilo –, o Projeto de Lei 2.970, que foi controlado aqui pela Comissão externa, e várias pessoas assinaram, que permite que o Ministério da Saúde observe através de *software* o que está acontecendo nos hospitais públicos e privados, para que nós tenhamos um raio X adequado da saúde do País.

Parabenizo-o mais uma vez por tudo e me coloco à disposição.

Agradeço ao Senador Confúcio ter-me colocado junto com a Senadora Eliziane para ser um interlocutor junto ao Ministério da Saúde, já que colocou também interlocutores junto aos demais Ministérios. E eu tenho certeza de que juntos nós vamos vencer a crise do Covid e, na saúde, vamos deixar um bom legado para o Estado brasileiro, para o bem comum do povo brasileiro.

Parabéns, Ministro! Parabéns à sua equipe!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado General Peternelli.

A Senadora Kátia Abreu retornou? *(Pausa.)*

Não.

Então, eu passo a palavra, em substituição à Senadora Kátia Abreu, ao Senador Luis Carlos Heinze, para fechar o bloco.

Heinze, com a palavra. *(Pausa.)*

O som do Heinze... *(Pausa.)*

É o som dele?

É o seu som aí, Heinze. É o seu som. *(Pausa.)*

É o seu. Não está saindo aqui, não, Heinze.

Não está saindo.

Eu vou fazer, então, uma troca: vou colocar, no lugar do Senador Heinze – depois ele volta, quando arrumar o som –, o Senador Acir Gurgacz.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Acir.

Senador Acir Gurgacz, ligue seu som.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO) – Boa tarde, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Boa tarde. Pode falar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO. Para interpelar.) – Minha saudação a V. Exa., aos nossos colegas Senadores e Deputados que participam desta importante audiência.

Quero saudar o Ministro Pazuello por estar conosco debatendo esse tema, que afeta todos nós brasileiros neste momento, e aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo pelo atendimento às demandas feitas pela bancada de Rondônia. Rondônia já recebeu mais de 150 respiradores, tanto o Estado quanto os Municípios também. Isso está ajudando a atender as pessoas que foram acometidas pelo Covid-19.

Então, meus cumprimentos, Ministro, pela sua atuação e por ter ido a Rondônia. Reuniu-se com o Governador do Estado, com o Secretário de Estado da saúde, com Prefeitos, secretários municipais da saúde também, e isso tem feito muito a diferença. E quero cumprimentá-lo também por ter levado o Airton Cascavel junto com V. Exa. Ele tem um conhecimento amplo da Amazônia e de gestão também. Tenho certeza de que vai ajudá-lo muito, principalmente neste momento de crise que nós estamos atravessando.

A informação que temos, Ministro, é que a Covid-19 no Brasil ainda não chegou ao seu pico. E essa é uma das preocupações. Já se passaram quatro meses, e ainda não chegamos ao pico.

O que eu quero reforçar é que nós precisamos – fica aqui um pedido a V. Exa. – reforçar os testes em todo o País, não só em nossa Rondônia, mas, enfim, em todo o País, para que possamos fazer um planejamento melhor para o combate da Covid-19. Eu entendo que é a única maneira que nós temos para ajudar a toda a população brasileira.

No mais, quero cumprimentá-lo mais uma vez pela atuação e desejar sucesso no seu trabalho. O seu sucesso é o sucesso de todos nós, principalmente da população brasileira.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Sr. Ministro, agora, o senhor tem oito minutos para responder ao Senador Chico Rodrigues, ao Deputado Mauro Benevides, ao Deputado General Peternelli e o Senador Acir Gurgacz.

V. Exa. está com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Antes de começar a responder, eu queria agradecer a forma cortês e extremamente educada... Não podia ser diferente, é claro, se tratando de pessoas e de Casas como o Senado e a Câmara, mas eu me sinto realmente tratando no nível que deve ser tratado, tratando com diversidade de ideias, tratando com sugestões e questionamentos. Eu não posso, neste momento, não dizer isso aos senhores, até porque é minha característica também abrir o jogo. Estou muito satisfeito e honrado de estarmos tratando as coisas como devem ser tratadas: pragmática, com menos politização, focado na resposta ao Covid, na resposta a atender o povo brasileiro, a salvar vidas. A gente não pode perder um minuto que não esteja focado na missão. Muito obrigado, mais uma vez.

Senador Chico Rodrigues, meu amigo Senador Chico Rodrigues, é sempre bom vê-lo – e me traz recordações espetaculares do nosso Estado de Roraima. O senhor fique tranquilo, pois estamos batendo forte para mandar o pessoal para o barrão. Isso é questão de dias, se não for hoje, vai ser amanhã. A Mayra está aqui ao meu lado – não vou passar a palavra para não consumir o meu tempo –, ela está aqui e é a nossa secretária que trata disso. Nós estamos fazendo tanto a contratação nova quanto a possibilidade de realocação. Já conseguimos fazer isso de uma forma pactuada, já me disse aqui, com o Governo do Amazonas. O Amazonas tem sido o nosso parceiro direto com Roraima. Então, o Amazonas é o ponto de apoio – sempre foi – para a população de Roraima ali e não está deixando de ser neste momento. É para onde a gente evacua quando precisa, é para onde a gente corre quando precisa. E está nos socorrendo mais uma vez, autorizando a gente a tirar o pessoal que estava trabalhando já lá e realocar, em termos de prioridade, para Roraima.

Nosso Mauro Benevides, eu quero bater aqui sobre as drogas anestésicas. Sim, nós vamos ter uma reserva estratégica – não uma regulação de estoque, mas uma reserva estratégica – nas próximas 48 horas em posição de socorrer, de forma emergencial, qualquer Estado ou Município ou estrutura que precise. Isso foi uma vitória nossa junto com a iniciativa privada, os fabricantes, e nós vamos estar prontos para fazer isso.

Com relação ao estoque do fabricante e à capacidade de produção, foram mostradas com clareza todas as encomendas sendo atendidas numa progressão, com prazos de entrega. Então, existe o aumento do consumo, as fábricas dobraram, triplicaram sua produção, e eu confio efetivamente na produção nacional, que ela vá conseguir suportar isso.

Com relação à Opas, isso foi uma demanda do Ministério. Claro que sempre é SUS, mas não foi separada, foi pactuada com o Conass e Conasems. A Opas está procurando no mercado internacional uma compra emergencial pequena também para fazer um socorro, caso precise. Nós estamos abrindo um processo licitatório nacional, como o senhor sugeriu também, vocês todos sugeriram, mas vou colocar na sua conta essa sugestão. Esse processo nacional vai contar, como partícipes, com os Estados, e isso vai tirar um pouco o risco de atrito com essa situação. Os Estados vão poder comprar nessas atas como partícipes diretos, de forma centralizada, e aí a empresa entrega direto nos Estados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos batendo em três áreas, que são um estoque de reserva, um estoque internacional de reserva e um processo licitatório centralizado para que, com isso, não haja perda de continuidade. Mas volto a reafirmar, reiterar que as empresas me mostraram seus estoques, suas capacidades de produção, nesta sala, e as previsões de entrega para Estados e Municípios.

Quanto ao Cabeto fica aí a minha observação. O Cabeto foi um parceiro desde o primeiro dia em que eu cheguei aqui, quem me ajudou a abrir todos os contatos no Nordeste, e eu não posso deixar de falar aqui que a ligação com os secretários de Estados, com os secretários de Municípios, com Governadores, e todos do Nordeste, foi uma relação muito típica de quem estava enfrentando, mas muito característica, muito boa. Acabou que foi muito fácil, muito bom lidar com o pessoal naquele momento da crise, com honestidade, com ética, com aquela facilidade típica nossa de conversar. Então, fica a observação aí ao Cabeto e a todos os secretários do Nordeste; do Norte-Nordeste, mas especificamente aos do Nordeste; foi muito bom.

Quanto à mesma conta: sim, cai na mesma conta, separado para custeio e para investimento, mas é a mesma conta do destino da grana.

PAB e MAC: PAB e MAC efetivamente continuam sendo PAB e MAC. Só os créditos extraordinários que são liberados para qualquer um.

Quanto ao adiamento das eleições, é uma pergunta que cabe ao Legislativo. É claro que eu estou brincando, mas contem com as nossas observações. Qualquer dúvida sobre o caráter preventivo, de como funciona, mas isso é uma questão que está muito além da minha observação, muito além.

Agradeço ao Peternelli pelas observações e ao Senador Acir.

Eu gostaria de ressaltar duas ideias: não podemos ver Brasil como um todo, não há como olhar o Brasil como um todo. Seria como olhar a Europa como um todo, seus diversos países. Nós temos que ver regionalmente, entender a curva em cada região. Eu mostrei um exemplo do Amazonas, fica clara aquela observação. Se nós compararmos, por exemplo, com um Estado onde nem se impactou, nem houve um impacto ainda, ou com um Estado em que está começando a impactar, são curvas diferentes, são ações diferentes, estratégias diferentes. O pico naquele ponto do Amazonas – vou subir um pouquinho o meu nível de conhecimento –, parece-me muito claro que, na capital, na região metropolitana, no caso do Amazonas, já passou; no caso de Manaus e da região metropolitana, já passou. Se observarmos cada uma, podemos fazer essa análise de forma simplória, claro, mas vai carecer de uma observação de área dos gestores e de um trabalho mais conjunto.

Reforçar os testes é o nosso próximo objetivo, estará na estratégia, estará na compra desses testes, PCRs e testes rápidos. Vamos realmente partir para essa estratégia a partir de agora.

Acho que respondi às perguntas desse bloco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Ministro Eduardo Pazuello.

Pergunto se a Senadora Kátia Abreu está de volta a esta sala. *(Pausa.)*

Então, vamos passar a palavra... Ministro Pazuello, nós temos agora um bloco de quatro, com Luis Carlos Heinze; Deputado Marcel Van Hattem; Deputada Rejane Dias, do PT do Piauí, e Senador Mecias de Jesus, Republicanos. V. Exa. vai responder a esses quatro e, por último, encerramos a nossa audiência com o retorno do nosso Relator, Francisco Jr..

Então, com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Bom dia, Confúcio. Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem. Está ótimo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – O.k.

General Pazuello, é um prazer estar com o senhor aqui. Parabenizo sua equipe, que nos tem atendido muito bem aqui, no Rio Grande do Sul.

Desde o Ministro Mandetta, o Ministro Nelson Teich – para o senhor e para o Brasil que está assistindo a nós –, o Governo Bolsonaro liberou para o Rio Grande do Sul R\$1,578 bilhão, que ajuda os hospitais filantrópicos, ajuda as prefeituras, enfim, recursos que vieram, fora os recursos normais que são repassados aos Estados e Municípios, que são portarias específicas. Muito obrigado a V. Exa., ao Aírton e à sua equipe pelos cem respiradores que na semana passada foram destinados ao Rio Grande do Sul. Já foram distribuídos para que cheguem também aos hospitais das prefeituras para UTIs fixas e móveis. Obrigado.

Uma colocação: nós encaminhamos – vínhamos trabalhando já há uns dois meses e está autorizado, Ministro – uma pesquisa com ivermectina. Quero aqui agradecer à equipe do Conep, ao próprio Decit, que já aprovaram a pesquisa. O senhor podia nos ajudar. Uma médica cearense, a Dra. Taciana, e um médico carioca, Dr. Maurício, iniciaram esse processo. Há essa pesquisa, e já está aprovada. Do que nós precisamos agora são recursos junto ao CNPq. O seu ministério pode ajudar. Já pedimos também ajuda do Ministério da Ciência e Tecnologia para que nós possamos oficializar essa pesquisa, com resultados fantásticos que a Dra. Denia, Dra. Taciana e Dr. Maurício já estão tendo. Então quero agradecer e dizer que essa pesquisa para nós é importante. Vou passar para o WhatsApp do Aírton e do Cap. Paulo César o número do processo, para nos ajudar nessa situação.

Vi a fala do Senador Esperidião Amin com relação à logística, de que o senhor é dessa área. Eu já falei ao Aírton, falei ao Cap. Paulo César: existe uma série de aviões que estão à disposição, de uma associação chamada Aopa, uma associação de pilotos privados e donos de aeronaves. O Dr. Humberto, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Paulo, já colocou à disposição do seu ministério, do Governo Bolsonaro 240 aeronaves que estão espalhadas por todo o Brasil. Esses aviões estão à disposição para fazer essa distribuição, estão em todos os Estados, são aviões particulares, privados, que não têm custo para o Governo; querem auxiliar, querem ajudar. Isso é importante para fazer chegarem esses respiradores e outros equipamentos mais a todos os cantos do Brasil. Então, isso é importante também.

O Espiridião falou na empresa WEG. Assim também há a Filtros Mann. Eu queria que V. Exa. priorizasse empresas nacionais. Essa empresa, motores WEG, que está fabricando esses filtros, e a Filtros Mann, que está fabricando respiradores, são empresas brasileiras, com geração de empregos no Brasil e custos infinitamente menores do que os que esse mercado, no câmbio negro, tem para importar de qualquer parte do mundo.

Essas são algumas situações que nós temos trabalhado. Agradeço-lhe e o cumprimento também pelo Placar da Vida. Importante esse Placar da Vida, que são números positivos, de bem. Não é, como dizem aí, Senador Confúcio... O cara fala ali: "Aqui é a TV fúnebre". Quando a Rede Globo fala, a televisão, é TV fúnebre, é anúncio de mortes e falecimentos. Aqui vamos comemorar os médicos brasileiros, os enfermeiros brasileiros, os hospitais, que salvaram 571 mil vidas no Brasil e vão salvar muito mais ainda.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Com a palavra o Deputado Marcel Van Hattem.

V. Exa. está com a palavra, Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio; bom dia, colegas Parlamentares; um especial bom-dia ao Ministro da Saúde, Gen. Pazuello, que tive, aliás, o privilégio de conhecer ainda antes de assumir o cargo que agora exerce interinamente de Ministro da Saúde. Quero reforçar aqui os meus desejos de excelente trabalho neste momento tão difícil para nossa Nação.

Gostaria de perguntar, Ministro, em relação à estratégia de gestão de riscos que havia sido apresentada lá atrás, no mês de maio ainda, pelo ex-Ministro Nelson Teich, se existiu recentemente alguma continuidade em cima daquele trabalho que havia sido elaborado e inicialmente, inclusive, havia sido criticado pelo Conass, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde. E eu pergunto isso, Sr. Ministro, porque, tendo em vista o que ocorre hoje nos Estados, me parece que aquela decisão lá atrás, do Conass, precisa ser revista. Afinal de contas, o que o País mais precisava e continua precisando é de um mapa coordenado da gestão dos riscos da pandemia tanto na área da saúde como também das consequências em todo o Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Explico-me: no Rio Grande do Sul, agora, nós estamos voltando a um cenário de *lockdown*, praticamente, na cidade de Porto Alegre e na região metropolitana, em virtude da falta de planejamento, porque todos nós sabíamos que o período de fechamento das atividades comerciais – assim fomos informados – seria utilizado para equipar hospitais. E neste momento Porto Alegre, por exemplo, que pouco avançou em novos leitos de UTI, mas que teve a compreensão e a colaboração de todo o setor privado, com todas as medidas de higiene, com comércios abertos com todo o cuidado, agora, penaliza os empreendedores que puderam se adequar em virtude da inação do setor público. Aliás, em Porto Alegre, inclusive, o Prefeito retirou mais de R\$2 milhões da saúde para propaganda, o que me parece absolutamente temerário.

Ministro, Alberto Beltrame, coincidentemente, que hoje é o Secretário do Pará, está sendo alvo de busca e apreensão, como também o Município de Porto Alegre. É lamentável, se confirmado, que, em pelo período de pandemia, haja também essas enormes suspeitas de roubalheira em... *(Falha no áudio.)*

... e sedativos.

Eu gostaria de saber, Sr. Ministro, se há uma previsão de retomada e se o Conass, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, topa revisar a sua opinião passada à luz dos acontecimentos atuais, que demonstram que a falta de coordenação acabou sendo determinante para esse tipo de atitude no Rio Grande do Sul também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Marcel.

Com a palavra a Deputada Rejane Dias, PT, do Estado do Piauí.

Não estou vendo a senhora, Deputada.

Ah, está aí. Pode falar.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero aqui lhe cumprimentar, Senador Confúcio, e parabenizar pelo excelente trabalho que vem fazendo à frente desta Comissão.

Quero cumprimentar todos e também o Ministro da Saúde.

Ministro, em rápidas palavras, quero dizer que há uma preocupação – e tenho visto a movimentação dos Governadores, dos Prefeitos, dos Secretário de Saúde e dos profissionais da área da saúde que estão diretamente trabalhando com a questão da Covid nos hospitais – exatamente com o desabastecimento no que diz respeito aos medicamentos, sejam os sedativos, sejam os bloqueadores neuromusculares, que são utilizados para sedar os pacientes em casos mais graves, pacientes que vão para as UTIs. E há a questão desses bloqueadores e desse tipo de medicamento, que são utilizados na entubação dos pacientes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma pergunta em relação a essa situação em todo o Brasil. Inclusive, acabei de falar com o próprio Secretário de Saúde aqui do Estado Piauí, porque sou Deputada pelo meu querido Estado do Piauí, e ele colocou a mesma coisa: a dificuldade que está tendo aqui, no nosso Estado, com relação à falta desses medicamentos. Isso é extremamente preocupante, Ministro.

Eu fiz um levantamento em todo o Brasil, e um problema que realmente assola todos os Estados é a falta desses medicamentos. Há até Estados que deixaram de fazer cirurgias eletivas, que tiveram de adiá-las, para utilizar esses medicamentos, que já são poucos e não estão sendo encontrados no mercado para serem comprados, colocando-os à disposição somente para os casos mais graves, entre eles os daqueles pacientes que estão nas UTIs acometidos pela Covid-19.

Eu queria fazer essa pergunta, Ministro, porque eu acho que isso é extremamente preocupante, é muito grave, é muito caro à saúde da nossa população, que é colocada em risco com a falta desses medicamentos.

Então, era isso que eu gostaria de perguntar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputada Rejane.

Com a palavra o último deste bloco, o Senador Mecias de Jesus.

Pode falar, Senador Mecias. Solte o seu som. (*Pausa.*)

Isso. O.k.! Pode falar.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Está me ouvindo agora, meu querido Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Beleza! Pode falar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Meu amigo Senador Confúcio, é uma satisfação grande revê-lo. Mesmo por via remota, receba o meu abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – O senhor sabe da satisfação em atuar junto com V. Exa.

Ouvi a fala do nosso querido Heinze. Estou vendo aqui a inscrição da Senadora Kátia, do Deputado Marcel, da Deputada Rejane.

Enfim, quero cumprimentar também, neste momento, o Ministro da Saúde, o General Pazuello.

Quando o General Pazuello assumiu como Secretário Executivo do Ministério da Saúde, já houve um regozijo no Estado de Roraima. Roraima ficou feliz porque o General Pazuello conhece muito bem a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia e conhece de forma especial o Estado de Roraima. Eu não tinha dúvida de que, como conhecedor de Roraima, como amante da Amazônia, como grande brasileiro, como grande amazônida e, por fim, como grande roraimense, ele se dedicaria a ajudar o Estado de Roraima. E aí veio o hospital de campanha. Aqui havia um sofrimento enorme, mas, com a agilidade e com a operacionalidade do General Pazuello, da equipe dele, do General Barros e do companheiro Airton Cascavel, finalmente, depois de tanto sofrimento de nossa gente, o nosso hospital de campanha começou a funcionar.

Quero, nesta oportunidade, agradecer ao General Pazuello a dedicação, o carinho que ele está tendo com todo o País e com o nosso querido Estado de Roraima. Eu estive há poucos dias com o General Pazuello.

Eu queria lhe informar, General, que nós estamos encaminhando os pedidos em nome dos Municípios de Roraima que estão a cerca de 350km de Boa Vista, como é o caso de São João da Baliza, de Rorainópolis, de Pacaraima, que fica a 250km da capital, onde não há respiradores. Nós temos quase 11 mil casos de Covid em Roraima. Temos mais de 250 óbitos, ou seja, hoje, Deputado Marcel, um dos índices maiores de mortes, de óbitos por Covid é o do Estado de Roraima.

A nossa dificuldade aqui é grande. Primeiro, nós não podemos sair de Roraima depois de 18h, porque fecha a corrente, e só temos voo uma vez por semana, ou seja, a nossa situação aqui é bastante complicada, tanto é que o Governador chegou a sugerir que as pessoas comessem a sair de Roraima por UTI aérea para se internarem em um hospital no Amazonas.

Confúcio, quero te parabenizar pelo trabalho. Sei que em tudo que o amigo coloca a mão é para dar certo, é para fazer acontecer, é para ouvir. E são poucas pessoas como V. Exa., meu amigo Senador Confúcio. V. Exa. sabe ouvir, sabe esperar a hora de falar, é um grande conciliador e é um grande Senador deste País. Portanto, orgulho-me muito de atuar com V. Exa. e me orgulho muito de ter o Gen. Pazuello, porque antes eu disse várias vezes, em algumas reuniões do Senado, sem nenhuma crítica pessoal ao Ministro Mandetta, que foi muito tempo dizendo "Cuidado, cuidado, cuidado", para aparecer na TV, e não ficou nenhum planejamento para este País, nenhum planejamento para a saúde deste País. Quando o Gen. Pazuello assumiu, eu disse, no nosso grupo de Senadores: "Finalmente vai entrar alguém que vai planejar o que vai ser feito daqui para frente no Ministério da Saúde para melhorar a vida das pessoas".

Era isso o que eu tinha a dizer.

Um forte abraço, companheiro e amigo, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Mecias de Jesus.

Com esse bloco, Sr. Ministro, nós fechamos o bloco dos Parlamentares. O senhor tem oito minutos para responder.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, depois dele, somente o nosso Relator, Deputado Francisco Jr., fará o fechamento da nossa audiência pública.

Com a palavra o nosso Ministro Eduardo Pazuello.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Obrigado.

Não posso deixar de começar de trás para frente, porque o Mecias é um amigo e já faz dois anos e meio que a gente se bate e se ama. (*Risos.*)

Faz parte da missão, é um entusiasta, é um militar de formação. Então, é mais fácil conversar. Ele e o Jhonatan são parceiros de muito tempo.

Eu estou atento, Mecias. Estou muito atento. Por aqui debaixo, estou arrepiado. Estou muito atento com tudo, estou muito preocupado, mas preocupar-se não é ação tática, não é? Então, a gente está fazendo o que tem que fazer. Eu queria poder pegar um avião e ir para lá, mas também não adianta eu estar lá e não resolver as coisas aqui para fazer as coisas acontecerem lá. Então, tenho que confiar no Barrão, que está lá fazendo as coisas na ponta da linha. E a gente aqui, tu, o Telmário e o Chico são as pessoas com quem a gente tem que sentar o tempo todo, conversar e fazer acontecer daqui para lá. É a nossa missão. A nossa missão, neste momento, é daqui para lá, fazer os meios chegarem e confiar na equipe que está na ponta da linha para fazer acontecer a parte operacional e tática. Então, estamos juntos. Não é preciso falar mais nada.

Vou falar aqui sobre... Vou começar pelo Senador Luis Carlos Heinze, sobre a ivermectina. Já anotei aqui, já vou mandar a Camile, que é nossa diretora dessa área, ligar para o senhor, e aí o senhor dá essa linha da Dra. Taciana, do Dr. Maurício. Vamos trabalhar nisso aí. O senhor conte conosco. E, claro, haverá o contato com o Marcos Pontes também para poder ter ação sobre o CNPq. Então, o senhor vai receber essa ligação ainda hoje.

Quanto à Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves, eu já conversei aqui com o Marcelo, que é o meu assessor de comunicação, e a gente vai trazer a associação aqui para conversar e colocá-la para trabalhar junto com a Casa Civil, que é a coordenadora da logística aérea. Deixe comigo!

Empresas nacionais estão sendo priorizadas e serão a nossa prioridade sempre. Ponto. Essa é uma discussão que também já é nossa todo dia aqui. Estamos trabalhando em priorizar e reforçar as compras diretas das empresas nacionais. Eu confio na capacidade de produção de medicamentos. As nossas empresas não são pequenas, as empresas se organizaram, e eu acredito que agente vá fechar esse apoio agora para não deixar faltarem os medicamentos mais graves.

Com relação ainda a medicamentos – e aí já falo para a Deputada Rejane –, a gente tem condição hoje de chegar junto imediatamente, a partir de amanhã, com qualquer demanda muito emergencial. É necessário que os Estados, Conasems e Conass façam a sua redistribuição interna para irem fazendo aí a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

primeira resposta. É claro que já está acontecendo, mas, em uma emergência, a gente decola daqui e leva o que precisar para não deixar faltar. Já temos essa capacidade.

Agora, estamos fazendo o processo licitatório e estamos buscando a compra internacional com a Opas. Eu acredito que é o que precisa ser feito no momento, e essa resposta vai ser suficiente, se Deus quiser.

Deputado Marcel. Como é que nós fizemos isso aqui, Marcel? A ferramenta, quando a gente ainda a estava discutindo, na época do Teich, e depois fazendo a pactuação, verificamos que alguns critérios, alguns indicadores precisavam ser aprofundados. Ela estava muito rasa. Do jeito que estava, depois que você para... A curva de aprendizado lhe dá um outro olhar. Então, a ferramenta, alguns indicadores estavam muito rasos. E nós compreendemos também que a discussão, na hora em que você pactua com Conass e Conasems, é para chegar ao gestor. Então, a ferramenta chegará e já chegou; as ideias da ferramenta já estão nos gestores, pelo Conass e Conasems, chegando a todos os Municípios e Estados, porque é uma ferramenta que na verdade é uma discussão, não é uma política; é uma ferramenta de análise de gestão que está sendo discutida em alto nível e aprimorada a cada dia com relação à curva de aprendizagem. Então, não se perdeu essa oportunidade. Conass e Conasems têm discutido e pactuado isso diariamente em reuniões do COE, e isso flui naturalmente para os gestores municipais e estaduais como ferramenta, porque cabe a eles a análise. Cabe a eles a análise. Sim, acho isso importante, e vamos dar continuidade. Você tem razão. Já está sendo dada continuidade, mas eu vou aprimorar isso aí.

Bem, acho que respondi tudo. Estou à disposição para mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Sr. Ministro.

Agora vamos para o fechamento, com a participação do nosso Relator Francisco Jr., que vai fazer as suas indagações finais, e posteriormente nós fecharemos a nossa audiência pública.

Com a palavra Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Confúcio.

Ministro, eu quero parabenizar o senhor pelo trabalho e parabenizar toda a equipe por todo o resultado que temos até agora.

E, de forma especial, também quero parabenizá-lo por uma frase, uma afirmação que o senhor fez questão de reforçar e de enfatizar: as ações de combate à pandemia por parte do Ministério da Saúde não estão sendo politizadas em nenhum momento. Isso é muito bom, isso é muito positivo. Contudo, nós sabemos que nós estamos no meio de uma guerra política de opiniões, de forma especial com relação às necessidades da saúde e às necessidades da economia. Lamentavelmente, nesta guerra, não há como haver vencedor. Nós temos que atender os dois lados, temos que encontrar o diálogo e a forma sensata de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer isso. Parabéns pela atuação que o senhor está tentando, de fugir, de passar por isso, mas realmente é um grande desafio.

Isso vai trazer consequências para agora e consequências para depois. Então, a minha pergunta – última pergunta e única – vai para o aspecto do pós-pandemia. Todas as ações estão sendo feitas no sentido de diminuir a curva, flexibilizar, estender essa curva de contaminação para que o nosso sistema de saúde seja competente para atender às pessoas contaminadas. E a saúde é fundamental em todo processo de retomada de crescimento e de desenvolvimento. Nós vamos iniciar o pós-pandemia economicamente sofridos, com toda uma dificuldade, com um endividamento de mais 10% do PIB brasileiro. Então, sem dúvida nenhuma, nós estamos retroagindo 10, 15 anos na economia brasileira e vamos enfrentar todas as dificuldades dessa situação. A pergunta vai no sentido de se o Ministério da Saúde já se prepara para essa nova realidade que nós vamos enfrentar em todos os aspectos, tanto aproveitando ferramentas, como é o caso da telemedicina, a experiência de compartilhar profissionais da forma como está sendo feita e tantos outros detalhes que não vou colocar agora pelo tempo... Há intenção de perpetuar essa experiência na prestação de serviço à saúde no pós-pandemia, como é o caso mais concreto da telemedicina? E mais que isso: o que muda ou pode mudar na prestação de saúde depois que passar esta etapa? Como o ministério está se preparando, até porque ele inicia um processo de elaboração da LOA, prevendo o próximo ano? E um detalhe específico: há alguma discussão no Ministério da Saúde hoje com relação ao pacto federativo? Há essa discussão do financiamento da saúde, do engessamento que há hoje, da forma como vem sendo feito no Brasil? Há uma discussão por parte da economia com relação à revisão do pacto federativo e à fixação constitucional do orçamento com relação à saúde e educação, por exemplo?

São essas as minhas considerações.

Mais uma vez, eu me despeço parabenizando o senhor não apenas pelo trabalho, mas pela postura. Que o senhor tenha muito sucesso! O seu sucesso à frente dessa pasta é o sucesso de todos os brasileiros. Literalmente, nossa vida depende dessas ações. Parabéns. Obrigado. Mais uma vez, eu me coloco à disposição. E saiba que nós vamos usufruir bastante desse contato telefônico que o senhor disponibilizou. Um abraço. Até mais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Francisco Jr., pelo seu trabalho fantástico e operoso. Toda segunda-feira, é um relatório novo. Isso é muito importante.

Sr. Ministro, o senhor tem o tempo necessário para fazer o encerramento e responder ao nosso Relator.

Nossa audiência transcorreu num período de aproximadamente 3 horas e 30 minutos, uma das mais longas e participativas, e isso sem fazer a leitura do questionamento dos internautas, que são extremamente ativos no Brasil todo, fazem perguntas maravilhosas, mas é que não conseguimos espaço suficiente para respondê-las.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem o tempo necessário para fazer o encerramento e responder ao Deputado Francisco Jr. e a algum Deputado ou Senador que, por acaso, o senhor ainda queira atender. Fique à vontade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Já vou começar falando sobre essas perguntas dos internautas: eu quero todas! Por favor, eu vou pedir ao Gustavo para ligar para o senhor, para que as passe para a gente, para a gente poder interagir com essas perguntas e tentar respondê-las. Se puder vir com os endereços para as respostas, a gente responde também a todos eles, vai ser um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem, perfeitamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Aí a gente bate essa etapa também.

Para o Deputado Francisco Jr., eu vou colocar a primeira ideia. Quanto à estruturação: a primeira coisa a fazer para o pós-pandemia é a gente rever, e é o que nós estamos fazendo, a estrutura, fazer funcionar a estrutura do Ministério da forma mais rápida possível, dar mais celeridade às ações e mais transparência e – por que não? – com mais economia, usando melhor os recursos. Eu acho que vai ser a grande preparação da gente para o pós-pandemia.

O pós-pandemia vai ser com menos recursos e, talvez, com mais demandas, demandas que ficaram reprimidas, demandas diferentes que a gente vai encontrar pela frente, outros desafios. E eu acho que, com a máquina preparada, com a máquina azeitada...

Eu preciso de apoio do Legislativo para reestruturar as superintendências dos Estados. É necessário que as superintendências dos Estados formem a tripartite do SUS na ponta da linha, sejam o ponto final, focal, de acompanhamento efetivo do que se faz dos recursos, das ações. Trata-se de desenvolver um trabalho em conjunto com os Estados, com os secretários dos Estados, Conass e Conasems, os seus representantes, para haver um local onde se discuta a saúde de uma forma institucional, como tem que ser nos Estados, até para acompanhar programas e projetos que tenham reflexos de saúde da Ministra Damares, do Ministro Onyx, e por aí vai, com reflexos típicos de saúde. Como se acompanha isso? Qual é a ponta da linha para que isso aconteça?

Essas superintendências, ao longo do tempo, foram colocadas em segundo ou terceiro plano, com pouco empoderamento, com pessoas com um nível... O nível de trabalho mínimo, era apenas para acompanhar os funcionários do Ministério da Saúde que estavam lá, com pouca missão, com pouca responsabilidade e com pouco resultado. A gente precisa mudar isso gradativamente e...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode continuar, Sr. Ministro, fique bem à vontade, o senhor está com a palavra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com relação às superintendências: elas precisam ser empoderadas. Nós precisamos trabalhar com gente nos Estados. Preciso que o Governo do Estado, os legisladores me indiquem pessoas de altíssimo nível. Também não temos esses nomes, mas que suba o nível para que possam trabalhar junto ao Governador, junto ao Município, junto ao Conass e ao Conasems, acompanhando, levando demanda, trazendo demanda ao Ministério para as secretarias trabalharem para lá. Isso é uma preparação para o futuro, uma preparação para melhorar a gestão, para trabalharmos com menos recursos. Número um.

Número dois. A estrutura do ministério é excepcional: os funcionários são excepcionais, tem gente muito boa aqui – muito boa. É a organização disso, estruturar isso para a missão que é o desafio. Para não ser repetitivo, a grande preparação do Ministério da Saúde vai ser Siafi – se Deus quiser – para agilizar o emprego do recurso e acompanhar cada centavo para o que vai na finalidade, superintendências fortes, secretarias nacionais com especialistas de saúde à frente ou de gestão naquilo que for necessário, estruturas... Acreditem, não há uma coordenação jurídica ou um departamento jurídico nas secretarias nacionais. A primeira instância da jurídica não acontece. Quando se discute isso, o tempo que demora para se ter um parecer de Conjur, já que não há o trabalho inicial... Temos que reorganizar isso também. Então, a organização do Ministério, para deixá-lo ágil e mais capilarizado, é o que vai ser a resposta do futuro, é a minha preparação atual.

Com relação a pacto federativo de içamento da saúde, isso são discussões que ainda não passaram pela minha frente, não está no meu PO, como diz o pessoal que conhece o quartel; isso é um outro nível, não passou pela minha área. Mas acredito que o amadurecimento da democracia do nosso País é visível, a gente está acelerando muito esse amadurecimento. As diversidades de ideias são necessárias para progredir. É em cima das diversidades de ideias que a gente encontra as melhores soluções. Então, a gente incentiva muito isso. Há um erro de análise de achar que no Exército não há diversidade de ideias. É onde eu mais vi diversidade de ideias. Discussões são eternas com posições extremamente antagônicas e, depois de muito se discutir, a gente segue uma direção alinhada. Talvez essa seja uma característica pouco conhecida do Exército, dos militares. A gente discute muito e aceita muito a diversidade de ideias. Isso fica como uma ideia de que claro que a progressão dinâmica exponencial que a gente está vendo na nossa democracia é fantástica – fantástica! E o pacto federativo faz parte das discussões no nível correto.

Deixem-me perguntar se faltou alguma resposta aos secretários. Algo? (*Pausa.*)

Não, senhores?

Eu queria falar só mais uma ideia. Hoje eu tenho que está fechado o primeiro núcleo do Ministério da Saúde, que é a primeira linha de comando – conseguimos compreender quem são as pessoas.

E eu queria, de uma forma muito clara...

Está torto o quadro aqui atrás de mim, na imagem. Não esse, o quadro é que está torto. É ao contrário. Ai.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse núcleo central do ministério hoje tem o Ministro e os Presidentes do Conass e Conasems, que fazem as posições todas pactuadas. Nós pactuamos a discussão desde o início. Isso é uma determinação constitucional, não é minha, não fui eu que inventei nem estou fazendo porque acho que devo, é assim que tem que ser por lei. As decisões são pactuadas com Conass e Conasems, que são estruturas orgânicas do SUS, e as pessoas não compreendem nesse nível.

Além desses três, eu tenho uma Secretaria Executiva – é o Elcio, que está aqui ao meu lado, não é preciso apresentá-lo, o pessoal já o viu aí nas coletivas, não é preciso mostrá-lo. O Elcio tem a missão básica de uma secretaria executiva, como segunda instância de todos os processos das secretarias. E eu tenho, além desses quatro nomes, outros quatro nomes que fecham a pizza embaixo. Eu tenho um diplomata cedido para ser o meu assessor da área internacional, que enquadra toda a minha linha internacional, que é o Flávio Werneck – depois eu passo também os dados para os senhores. Eu tenho o Cascavel, que foi cedido pelo Conasems por um tempo, até a gente poder fazer a nomeação dele, a indicação, passando pelo sistema da Casa Civil. Então, ele veio conosco pelo apoio do Conasems, e quando for nomeado agora vai ser um assessor, que estará trabalhando direto com os senhores, com o Parlamento, fazendo toda essa ligação necessária. Ele e o Gustavo fazem parte dessa pizza, dessa fatia da pizza.

Outra fatia é a parte jurídica, é o Dr. José, advogado, que enquadra todas as discussões de Conjur, trabalha com CGU, trabalha com PGR, trabalha com TCU. Toda essa linha jurídica, convênios e ações, também já tem um nome.

E, por fim, o Marcello, que está sendo indicado, está aqui conosco – alguns já conhecem o Marcello, o nome é complicado. Fala aí.

O SR. MARCELLO MOUFARREGE – Moufarrege.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Marcello Moufarrege, que já é figurinha carimbada aqui de Brasília de outros momentos e agora vai estar conosco na parte de comunicação. Não havia uma pessoa focada na comunicação, com capacidade de usar a Ferrari que nós temos aqui; pagamos por ela e não a usamos, nossa comunicação era praticamente inexistente.

Essas oito pessoas que eu listei fazem parte do núcleo duro mais alto do ministério e do SUS. Vamos estar juntos, e a partir dali espalhando essa organização até a ponta da linha, chegando aos Municípios, Estados, superintendências. Acho que essa é a grande resposta do que nós estamos preparando e colocando à disposição dos senhores para a guerra do Covid e para a guerra futura, pós-Covid. E em qualquer lugar em que eu esteja, com a minha tropa ou trabalhando com a minha equipe, vocês podem contar comigo, em qualquer situação.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Quero agradecer a presença hoje bem concorrida de Deputados, de Senadores membros da Comissão, de suplentes e de muitos não membros, entre eles o General Peternelli, que é o mais assíduo, como se membro fosse. Ele está sempre conosco, assim como a Kátia Abreu, o Luis Carlos Heinze e a Deputada Rejane, que estão sempre ativos.

Muito obrigado pela participação de todos os demais Parlamentares.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença do Ministro interino da Saúde Eduardo Pazuello e aos seus assessores Gustavo Machado Pires, Leonardo Batista da Silva, Leonardo Soares e Henrique Marques Vieira Pinto.

Agradeço a participação dos internautas, através do e-Cidadania, e dos telespectadores da TV Senado e da TV Câmara.

Agradeço também a todos os secretários nacionais, entre eles a Secretaria Especial de Saúde Indígena, que teve uma participação muito esclarecedora. Muito obrigado.

Convido-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 25 de junho de 2020, às 10h, em audiência pública, com os Governadores representantes dos consórcios regionais. O Governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, já está confirmado. Aguardamos ainda a confirmação do Waldez Goés, do Amapá, Presidente do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal; do Governador de Minas, Romeu Zema, Presidente do Consórcio de Integração Sul e Sudeste; e do Rui Costa, Presidente do Consórcio Interestadual do Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

Então, são esses os nossos anúncios finais.

Agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Cacá Leão, Francisco Jr., Reginaldo Lopes, Felício Laterça e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros General Peternelli, Mecias de Jesus, Paula Belmonte, Kátia Abreu, Rejane Dias e Carla Dickson. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Wellington Fagundes, Luiz Carlos Motta e João H. Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública com Governadores representantes de consórcios regionais para discutir o panorama geral quanto aos impactos das medidas relacionadas à saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19). **Participantes:** Mauro Mendes, Governador do Mato Grosso e Presidente do Consórcio Brasil Central.; Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo e Representante do Consórcio de Integração Sul e Sudeste.. Antônio Waldez Góes da Silva, Governador do Amapá e Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/06/25>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, cujo objetivo é acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional.

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, como todos já sabem, não é preciso ler.

No intuito de aproveitar o tempo restrito, as eventuais questões de ordem e tempo de Liderança ficam para o final da nossa reunião.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

A presente reunião é uma audiência pública com a presença de Governadores de Estado, na qualidade de Presidentes de consórcios regionais: o Presidente do Consórcio Brasil Central, Governador Mauro Mendes, do Estado de Mato Grosso; Antônio Waldez Góes da Silva, do Amapá, do Consórcio da Amazônia Legal; Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo e representante do Consórcio de Integração Sul e Sudeste.

Pelo que eu vejo, só há na sala o nosso Governador do Espírito Santo. Então, sem mais delongas, vou passar a palavra para o Governador Renato Casagrande, que terá um tempo de 20 minutos para fazer a apresentação do seu ponto de vista e em nome dos Governadores do Sul e Sudeste sobre essa pandemia, os seus efeitos, a situação dos Estados e os seus comentários. Os recursos estão chegando ao Espírito Santo? Os recursos estão chegando aos Estados? Qual é o ponto de vista dos Governadores nessa política nacional de calamidade e de disponibilidade de recursos para Estados e Municípios?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos ouvir agora o outro lado do balcão. Nós sempre ouvimos Ministro da Economia, Ministro da Saúde, Banco BNDES, Banco Central, outros ministérios, Banco do Brasil, Caixa Econômica, e agora queremos ouvir o lado de quem executa.

Com a palavra o Exmo. Governador Renato Casagrande pelo tempo de 20 minutos.

Pode usar a palavra, meu Governador.

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentar todos os Senadores e Deputados e agradecer o convite para que eu pudesse participar desta reunião. O Governador Romeu Zema era o convidado original, mas teve uma dificuldade e pediu e ajustou com o Presidente a minha presença neste momento.

Nós formamos o Consórcio de Integração Sul e Sudeste, em que estamos tratando de diversos temas. Na verdade, neste tempo agora de pandemia e mesmo antes da pandemia, nós fortalecemos muito os consórcios regionais e também fortalecemos muito os fóruns de Governadores, e isso tem dado para nós uma possibilidade de debate muito grande dos temas que são importantes para nós. Nós nunca pensamos que viveríamos momentos como este que estamos vivendo, esta pandemia. Desde que ela começou na China, a gente começou a se preparar, mas, efetivamente, os efeitos da pandemia são drásticos e isso causou mudança em todo o nosso planejamento.

Aqui no Estado do Espírito Santo não é diferente de outros Estados. A gente está tendo que reprogramar planos de investimento em infraestrutura e fazer cortes de despesas muito profundos. Nós estamos precisando, neste momento, de readequar todo o nosso planejamento, porque no mês de abril eu já tive aqui uma redução de receita de 9%, no mês de maio, uma redução de receita de 26% – sempre comparado com o mesmo mês do ano anterior –, e agora no mês de junho certamente teremos uma redução de receitas em torno de vinte a vinte e poucos por cento. Então, exige uma reprogramação numa hora em que a área de saúde está demandando mais serviço; a área de segurança pública, mais serviço; e a de assistência social, mais serviço. Então, a gente está tendo que fazer cortes em algumas áreas para poder manter o Estado equilibrado. E vocês sabem que o Estado do Espírito Santo é um Estado que tem nota de gestão fiscal máxima desde 2012, quando eu governei o Estado novamente do Espírito Santo; e é uma cultura de gestão fiscal aqui no Estado que a gente quer preservar. E, para isso, a gente está tendo que fazer adequações importantes.

As ajudas que o Governo Federal começou a realizar neste mês de junho são ajudas importantes – chegou a primeira parcela – tanto da ajuda geral, emergencial geral, como para a Covid. Agora perto, na data do dia 10 de junho, o recurso foi depositado. É um recurso importante, mas nós tivemos aqui, em março, abril e maio, três meses de investimento que tivemos que fazer na abertura de leitos, na compra de equipamentos, na compra de insumos, de medicamentos – suportamos esse trabalho na abertura de leitos. Aqui nós fizemos uma abertura de leitos que permitiu nós até agora estarmos um passo à frente da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia. Nós conseguimos abrir aqui leitos de UTI e leitos de enfermaria; 1.400 leitos exclusivos para Covid, que nos permitiram atender a todos os capixabas que precisam de leitos. E vocês também acompanharam, todos nós acompanhamos a realidade de países desenvolvidos da Europa onde pessoas morreram por falta de leitos. Infelizmente também foi uma realidade de alguns Estados no Brasil que tiveram o primeiro impacto da epidemia, onde também pessoas morreram por falta de leitos, e aqui a gente conseguiu, até agora, atender a todos que necessitam de leitos de UTI e leitos de enfermaria. Isso é uma conquista e uma garantia para nós. Estamos suportando isso, o recurso veio agora a partir de junho, um recurso importante para dar suporte para nós.

Os recursos são uma boa atitude do Governo Federal – o repasse de recursos, é lógico, na área de saúde. Na área geral da ação do enfrentamento da pandemia, nós Governadores nos ressentimos muito da ausência da coordenação nacional do Governo Federal. O Governo Federal podia estar numa coordenação mais ampla, mais geral, de enfrentamento da pandemia, de orientação e de palavras na mesma direção dos Governadores e de diversos Prefeitos. Então, essa falta de coordenação nacional, a troca de ministros, a troca permanente de ministros, a politização do tema de medicamentos, a politização do próprio isolamento social, e o enfrentamento provocado pelo Presidente da República acabaram dificultando um pouco o nosso trabalho, porque nós pregamos um comportamento de distanciamento e de isolamento, e o Presidente da República, na verdade, tem uma outra visão sobre distanciamento, sobre isolamento, e o dia a dia dele e a prática dele demonstraram isso. Então, isso causou um estresse na relação, uma dificuldade maior, porque a palavra do Presidente é uma palavra muito forte. Líder maior deste País, o Presidente da República quando fala, quando vai a um evento na hora em que a gente pede para ninguém ir a eventos, isso acaba criando um ambiente de as pessoas ficarem em dúvida. E também, como o Brasil está com posições políticas muito extremadas, isso também se reflete nos Estados, e muitos de nós somos atacados por extremos, e isso dificulta a gestão política nos Estados.

Então, a ajuda financeira é para os Estados, e a ajuda de forma geral e a ajuda financeira para a área da saúde são ajudas importantes que vieram numa hora boa. Mesmo que a gente já tivesse começado a fazer os investimentos antes, nós tivemos que enfrentar essa dificuldade da ausência de coordenação e de um alinhamento. Os países todos que enfrentaram essa pandemia que enfrentamos – como está enfrentando a Argentina, como os países da Europa enfrentaram – enfrentaram com a coordenação central de governo federal e não só dos governos locais, subnacionais. Então, essa foi uma dificuldade a mais que a gente teve e que estamos tendo. Nós estamos tendo porque o ciclo epidemiológico muda no Brasil. Vocês veem que, até há alguns dias, nós estávamos com tranquilidade nas Regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil, e até aqui o meu Estado vizinho estava com uma situação de mais conforto, enquanto Estados do Norte, do Nordeste e do Sudeste aqui – Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo – estavam num ciclo mais avançado da pandemia, e aquelas outras Regiões num ciclo mais atrasado.

Então, nós temos ainda a certeza da permanência, de mais longo prazo, da pandemia no Brasil, que exige que a gente ainda peça ao Governo Federal que possa executar uma tarefa de coordenação nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja que não há nenhuma propaganda do Governo Federal pedindo para as pessoas lavarem as mãos, usarem álcool em gel, não há nenhuma do Governo Federal nessa direção. Então, registro aqui, numa audiência do Congresso Nacional, a necessidade dessa coordenação. Não fez até agora do jeito que precisava fazer, mas é possível que se faça ainda, até para ficar em sintonia com as decisões tomadas pelo Governo e com apoio forte do Congresso. O Congresso Nacional foi fundamental na hora em que apoiou a ajuda emergencial para Estados e Municípios; o Congresso Nacional tem sido fundamental para os recursos da Covid; e o Congresso Nacional foi fundamental para a ajuda emergencial às pessoas mais vulneráveis, pessoas físicas. Então, o Congresso está exercendo um papel importante neste momento e tem ajudado o Governo brasileiro a decidir questões importantes, para que a gente possa enfrentá-las, mas é preciso que a gente tenha o Governo Federal fazendo essa coordenação central.

Se nós não tivéssemos tomado medidas de isolamento aqui no nosso Estado, por exemplo, se não tivéssemos tomado nenhuma medida de isolamento, as análises técnicas que temos aqui de matemáticos que trabalham com números, se 30%, o que é um número mínimo da população, forem susceptíveis ao contágio do vírus, um número mínimo – pode ser 40%, pode ser 50% –, um número mínimo, se a gente não tivesse tomado nenhuma medida, hoje o Espírito Santo estaria com o dobro de pessoas mortas, o número de óbitos seria o dobro do que a gente tem hoje. É grande o número de óbitos aqui, 1,4 mil pessoas, mas seria o dobro. Então, o trabalho de isolamento e de assistência social é fundamental.

Aos que estão acompanhando a execução fiscal, a execução fiscal começou agora em junho. Antes houve algum recurso para compra de leitos. Eu quero aqui registrar, porque é importante: ontem nós encaminhamos, hoje estamos encaminhando, o Fórum de Governadores, um pedido ao Ministro da Saúde para que possa coordenar a compra de medicamentos, de insumos para serem usados nas UTIs, porque a demanda de relaxante muscular e outros medicamentos, no mundo todo, é muito grande, e nós estamos com dificuldade de fazer a compra desses medicamentos. Então a coordenação do Governo Federal na compra desses medicamentos é fundamental, e o Congresso pode nos ajudar nesse trabalho. Do mesmo jeito que nós nos resolvemos em relação a respiradores, o Governo Federal também teve dificuldade de comprar respiradores, forneceu alguns respiradores para nós, mas nós compramos aqui 460 respiradores diretamente, a maior parte no Espírito Santo veio da Itália, numa intermediação que a Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio fez junto conosco aqui. Essa parte dos respiradores, de alguma maneira, já ficou para trás, mas a parte dos medicamentos é fundamental que o Governo coordene e nos ajude nesse trabalho.

Credenciamento de leitos também é muito importante. O Governo Federal liberou um bom orçamento para o Ministério da Saúde para ser executado agora e perto de 40% desses recursos já foram usados. Então, credenciar leitos, que a gente possa ter a colaboração do Governo Federal nos leitos que nós estamos abrindo, também é fundamental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aquilo que eu registro é a compra de medicamentos, de outros insumos e equipamentos, e o registro e o credenciamento de leitos, para nós, é um trabalho importante neste momento.

E que a gente continue efetivamente com o acompanhamento do Congresso, para que tenhamos resultados objetivos com relação a essa pandemia, em que mais de 50 mil pessoas perderam a vida. Estamos vivendo uma situação em que ainda estamos em fase crescente da pandemia no Brasil; não chegamos ao platô ainda. Aqui, no Estado do Espírito Santo, no interior do Estado, é crescente; na região metropolitana, aparentemente, está reduzindo a aceleração. Mas o Brasil como um todo está na fase crescente da pandemia, o que vai exigir o acompanhamento de vocês, da Comissão Mista do Congresso Nacional, e vai exigir também que o Governo Federal possa assumir essa coordenação nacional e colaborar para salvarmos vidas de brasileiros.

Eram essas as minhas palavras iniciais, Sr. Presidente. Coloco-me inteiramente à disposição dos Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Governador Casagrande. Foi uma belíssima apresentação!

Eu consulto se o Governador Mauro Mendes já está pronto. *(Pausa.)*

O senhor ainda não ligou, Governador Mauro Mendes, o seu vídeo.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia, senhores!

O Governador Mauro Mendes teve de sair há pouco para atender uma questão urgente.

Eu sou Basílio Bezerra, Secretário de Planejamento e Gestão do Estado de Mato Grosso.

Se a gente conseguir passar para uma próxima fala, eu vou localizar o Governador e pedir para ele dar um pulinho aqui agora para poder já passar o recado dele nesta reunião tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem.

O Governador Waldez Góes está na nossa sala? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE (Para expor.) – Presidente, eu posso fazer uma complementação da minha fala? É possível?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode sim, Governador.

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE (Para expor.) – Eu quero só registrar que, aqui no Espírito Santo, nós também criamos duas linhas de financiamento para os empreendedores, porque acaba que os empreendedores sofrem muito, especialmente os comerciantes. Nós criamos um fundo de aval, com recursos do Governo do Estado, no valor de R\$100 milhões. A gente criou uma linha de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento de até R\$5 mil para o microempreendedor, sem custo nenhum, com seis meses de carência e 18 meses para pagamento. Temos outra linha de financiamento de até R\$31,5 mil para o pagamento de servidores com custo só da taxa Selic, também nos mesmos moldes e prazos agora com 24 meses.

Então, o Governo Federal criou linhas de financiamento, mas, como esta crise provocou um efeito na saúde – a gente teve de fazer um investimento forte –, provocou uma crise na assistência social – a gente teve de ampliar recursos para a assistência social – e provocou um efeito na economia – a gente tem de tentar salvar nossas empresas e os empregos –, está se exigindo uma ação múltipla. Por isso, eu reforço a necessidade de uma coordenação. Até propus isso ao Presidente da República. Em uma audiência que nós fizemos na Região Sudeste com o Presidente da República, propus que ele formasse uma coordenação nacional para a gente debater os temas, porque os efeitos da pandemia são efeitos de médio e longo prazos. Mesmo que a gente consiga, até setembro, outubro ou novembro, chegar a uma situação mais adequada no Brasil, os efeitos econômicos serão muito fortes. Então, a gente vai precisar de continuar tomando medidas de redução do impacto da pandemia.

Os Estados têm um papel, mas é um papel secundário, porque quem tem poder de emitir moeda e de aumentar déficit é a União, o poder central. Eu não o tenho. Se meu dinheiro acabou, acabou, e não tenho como fazer mais nada.

Então, essa coordenação é importante que aconteça, pelo tamanho, pela dimensão e pelo tempo que nós teremos do impacto da pandemia no nosso País. *(Pausa.)*

O som está desligado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Como o Governador Mauro Mendes teve, por motivo de urgência, de se afastar do vídeo, da sala, e como o Waldez ainda não entrou, embora ele tenha feito uma ligação para mim agora que caiu, vou fazer o seguinte: vou passar a palavra para o Relator Francisco Jr., e, se os outros não entrarem, ficará apenas o Governador Renato Casagrande representando todos os Governadores do Brasil.

Então, meu Relator Deputado Francisco Jr., o senhor pode fazer questionamentos para o Governador Renato Casagrande.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Cumprimento o senhor, a Senadora Eliziane e todos os Parlamentares presentes nesta reunião.

Cumprimento também o Governador Casagrande e toda a sua equipe e todos os Governadores de todas as unidades da Federação.

Lamento agora, Governador, que somente o senhor felizmente esteja presente, mas infelizmente nós temos a ausência dos demais, porque a intenção desta reunião era nós fazermos aqui um diagnóstico, um raio-X que pudesse avaliar o Brasil como uma totalidade, porque o Brasil é muito grande, as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidades são muito diferentes. Então, é intenção nossa convidar os consórcios, um representante de cada consórcio, da Amazônia, do Nordeste, do Brasil central, do Sul e do Sudeste, para podermos ter uma visão mais acertada da outra ponta do combate à pandemia.

Então, eu o parabenizo e agradeço ao senhor.

Agradeço aos demais que confirmaram e ainda não puderam estar presentes; acredito que estarão presentes. Mas lamento a ausência dos outros Governadores que não puderam estar aqui.

Acho que esta reunião tem esta importância, para nós podermos entender por que, em algumas regiões, em alguns Estados, o resultado tem sido tão diferente do que em outros. Então, este bate-papo funcionaria para isso.

Vamos lá! Há alguns comentários e algumas perguntas que eu gostaria de fazer.

Na primeira parte, eu fico imaginando como deve estar complicado para os senhores tomar essas decisões com relação à flexibilização, ao relaxamento. Nós sabemos da importância do distanciamento social, nesse caso do combate à pandemia, da não contaminação, mas nós sabemos também da importância que há de as pessoas trabalharem, irem aos seus trabalhos e terem a sua vida economicamente ativa.

Nós temos exemplos muito tristes com relação a isso. Vou citar um, com relação a Curitiba, por exemplo. Em março, com o distanciamento e com a boa adesão da população, até metade de maio, de março até metade de maio, Curitiba teve 600 casos, e as UTIs nunca alcançaram mais que a metade da ocupação. Depois disso, foi aberto, houve uma flexibilização, a população foi às ruas, e, de lá para cá, já aumentaram na ordem de cinco vezes os casos de Curitiba, já quintuplicaram os casos, e as UTIs já estão se aproximando de 100% de ocupação, o que é lastimável. Então a gente percebe que é uma situação...

Existe uma dificuldade muito grande na conscientização da população, por mais que estejam sendo feitas leis. Eu destaco, por exemplo, o Projeto de Lei 1.562, que parece que já foi encaminhado para sanção, já foi aprovado, já nem é projeto mais, que obriga à utilização das máscaras, mas a gente percebe que as pessoas também não sabem usar as máscaras; nem sempre elas sabem usá-las. O senhor fez uma reclamação sobre a falta de campanhas educativas em nível nacional. Nós estamos enfrentando toda essa realidade.

Eu gostaria de saber dos senhores qual é a base de dados, quais são os critérios em que vocês estão se baseando para tomar essas decisões de flexibilizar e soltar. É a pura necessidade, porque chega ao limite e não tem mais como? Foi o que aconteceu recentemente em Goiânia. Há uma declaração nos jornais de hoje da secretária de saúde dizendo que não adianta pedir para o povo ficar em casa porque o povo não fica mais e que, então, agora, nós vamos administrar o prejuízo, administrar o sofrimento. É uma decisão muito difícil. Qual é a base de dados e os critérios de vocês, das equipes, das comissões? É





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma base técnica? É uma base de sentimento? É porque realmente não tem como fazer isso mais? Se a população já não responde, nós teríamos de partir para ações mais duras, que violentariam a liberdade das pessoas? Como funciona isso na visão do senhor?

Com relação a um comentário que o senhor fez sobre o apoio importante que o Governo Federal apresentou aos Estados, eu gostaria de saber como está esse relacionamento com o Ministério da Saúde. A resposta do Ministério da Saúde tem sido suficiente, tem sido tempestiva? Como tem sido a resposta na distribuição de equipamentos e de recursos e no relacionamento? Tem sido uma resposta tempestiva correta? Está atendendo? Por mais que haja dificuldades, que a gente reconhece, mas está dentro da expectativa, do esperado, ou está conflituosa?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Francisco...

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu queria só lhe comunicar – não vou interrompê-lo – que o Governador Mauro Mendes já está na sala.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – O senhor prefere que eu interrompa para ouvi-lo primeiro, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Você tem condição de fazer isso? Você sabe onde parou?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – É claro, é claro! Nossos convidados têm prioridade hoje. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem. Vou passar a palavra para o Governador Mauro Mendes. V. Exa. fez uma pergunta. Se o Governador Mauro Mendes ouviu a pergunta de V. Exa., ele já pode também complementar.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – O.k.! Eu continuo depois, sem problema algum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É uma satisfação, Governador Mauro Mendes, do Estado do Mato Grosso, receber V. Exa. nesta audiência pública. Estávamos muito ansiosos por seu retorno para falar em nome dos Governadores do Brasil central.

O Governador Renato Casagrande já fez a exposição dele.

O senhor tem até 20 minutos, Governador, para apresentar o seu ponto de vista sobre este momento brasileiro na nossa região do Brasil central. Com a palavra V. Exa.

O SR. MAURO MENDES FERREIRA (Para expor.) – Primeiro, bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador Confúcio!

Bom dia aos demais Senadores e Deputados presentes na sala!

Obrigado a todos vocês.

Cumprimento também de forma especial meu colega Governador Casagrande, do Espírito Santo.

Senador, é um momento extremamente diferente, delicado, sem precedentes na história recente do nosso País e do próprio Planeta, que de alguma forma está surpreendendo a todos com a realidade e as consequências na saúde e também com as duras consequências que nós já estamos percebendo e vamos continuar a perceber na economia.

Aqui no Estado de Mato Grosso, no Brasil central, nos Estados do Centro-Oeste, a pandemia chegou um pouco atrasada, demorou um pouco mais, tanto que, até poucos dias atrás, o nosso Estado estava numa situação bastante confortável. O Mato Grosso do Sul, do meu colega Reinaldo Azambuja, também estava numa situação ainda bastante, eu diria, razoável, confortável. Goiás estava com um crescimento baixo. Rondônia cresceu um pouco mais rápido, mas está ainda sob controle. Porém, todos nós estamos vivendo, de alguma forma, um pouco daquilo que está vivendo grande parte dos Governadores e grande parte dos gestores públicos do nosso País e dos cidadãos brasileiros. A pandemia traz consequências graves para a saúde pública, cria uma demanda que nós não estávamos preparados para atender. Todo mundo correu para abrir novos leitos de UTI, fazendo os esforços possíveis, para abrir hospitais e ampliar a rede, mas, mesmo assim, na grande maioria dos lugares, esses esforços não são suficientes para atender ao grande número de pessoas que estão contaminadas e que precisam de um leito público e, principalmente, de uma UTI.

Além desse problema da demanda estrutural, a gente vive neste momento dois grandes problemas, e eu percebo isso já em muitos lugares. O primeiro é a falta de medicamentos, que hoje é um problema grave no Brasil. Estão faltando medicamentos na atenção básica, como a azitromicina; aquele *kit*, que alguns apelidaram de *kit* Covid, está sendo uma verdadeira loucura encontrar, e os preços dispararam. Os gestores públicos estão com medo de comprar e, dali a pouco, verem a Polícia Federal batendo à sua porta. Aí não compram, faltam os remédios, porque o Ministério Público, em razão de alguma compra ter sido feita 20% ou 30% mais cara, já está abrindo procedimento investigatório para dizer que há superfaturamento. Então, nós temos aí uma realidade muito dura. Faltam medicamentos, os preços explodiram, e os gestores estão com medo de comprar para depois não terem que responder eternamente a ações de improbidade ou até mesmo receberem essas notificações que são tornadas públicas antes de os gestores receberem a notificação do Ministério Público. Em grande parte dos lugares, ainda há esta característica: ele protocola primeiro na imprensa e, depois, manda a notificação para o gestor. Aí já se abriu investigação, e grande parte da população já acha que ali há rolo, que ali há confusão, o que cria um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente muito hostil e que depõe contra o interesse maior neste momento, que é tomar providências para atender a nossa população.

Além desse problema de equipamento, nós já vivemos outro problema, pelo menos na nossa região – não sei se é uma característica de todas as demais, mas imagino que sim –, que é a falta de mão de obra. Nós não temos médicos para todas as UTIs que estamos tentando abrir e que conseguimos abrir, nós não temos os profissionais qualificados. Alguns profissionais abandonam seus postos de trabalho – isso tem sido relatado frequentemente pela imprensa em alguns lugares –, os profissionais se contaminam e têm de se afastar de seus postos de trabalho como qualquer outro profissional. Então, é uma realidade muito difícil.

Aliado a tudo isso, eu tenho que reconhecer que o Governo Federal faz um esforço sob o ponto de vista financeiro para ajudar os Estados e os Municípios, mas o dinheiro, em algum momento, que é sempre importante, não é tudo. Nós precisaríamos de uma articulação mais presente, mais próxima, de uma liderança nacional para conduzir este momento grave do nosso País.

Não precisaria dizer – e eu o respeito muito, falei uma vez com o nosso atual Ministro – que essa característica de interinidade gera uma instabilidade. Trocar três Ministros da Saúde em um período tão crítico da história da saúde pública no Brasil não é algo razoável. Espero que o Governo Federal possa pacificar isso. Se é para continuar o Ministro Eduardo, que o confirme definitivamente, para que ele possa liderar este País, liderar dezenas de ações. Se nós tivermos esse capitaneamento feito pelo Governo Federal para encontrar soluções como essa dos medicamentos, que é um sofrimento hoje... E não é só na rede pública que está faltando. Poucos dias atrás, o Governo socorreu hospitais privados que não tinham alguns medicamentos nas UTIs. Lá há cidadãos que nós socorremos. Fizemos empréstimos e temos escutado relatos de várias autoridades estaduais e municipais do Brasil, falando da falta de alguns medicamentos importantes para o atendimento na pandemia.

Então, do nosso lado aqui, acho que, no Brasil central, a gente está vivendo, neste momento, aquilo que alguns já viveram e que ainda vivem. A doença tem esta característica que está se revelando – repito, isso está acontecendo em outros países; os Estados Unidos estão tendo uma grande onda numa parte do País e agora essa mesma grande onda afeta uma outra parte –: ela traz consequências graves ao sistema de saúde e traz consequências gravíssimas para a nossa economia.

Nós temos feito tudo que podemos aqui. Acredito que todos os Governadores e Prefeitos mais responsáveis estão fazendo também. Mas é um momento delicado, em que a gente precisa somar esforços. Precisamos da liderança do Governo Federal – não só nos recursos, que são importantes, mas de uma liderança que una o País e nos conduza para criar e construir soluções coletivas, porque, no Brasil, a força que o Poder Público Federal tem é muito maior do que a de qualquer um dos seus entes federados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, neste momento, eu pediria ao nosso Senado, eu pediria aos nossos Deputados Federais para ajudar a construir soluções nesse âmbito. Que a gente possa trabalhar essas soluções que são de problemas conjunturais, principalmente na falta de medicamentos. Hoje a falta de equipamentos já começa a ficar em segundo plano. A maioria dos lugares está suprida com ventiladores, com as UTIs. Muita gente comprou, o próprio Ministério comprou, está chegando. O.k. Isso está se resolvendo. Mas está faltando medicamento, estão faltando profissionais. Então, nós precisamos que se dê uma atenção, um olhar especial.

Aqui na nossa região – ontem falei com o secretário que está na Secretaria Especial de Saúde Indígena que nas nossas regiões há uma grande população indígena – a doença está chegando. Eles são povos mais vulneráveis e isso pode trazer consequências dramáticas e de grande repercussão para a própria imagem do País, do nosso Governo, do Governo Federal, porque o índio é uma tutela federal. A gente está aqui para colaborar. Os Governadores, com certeza, nas nossas regiões, vão colaborar, mas nós temos que ter uma atenção especial para evitar que isso se transforme numa outra crise de imagem internacional do nosso País, além de tantas que nós já tivemos aí e podemos ter, principalmente nessa área ambiental.

Agradeço esta oportunidade. Peço desculpas pelo atraso de entrar aqui na sala, porque eu estava ali com o Vice-Presidente. Coincidu de nós marcarmos, de termos marcado duas audiências no mesmo horário e o Vice-Presidente está reunido, nesse exato momento, com todos os Governadores, falando sobre questões ambientais na Amazônia Legal com os nobres Governadores que compõem essa área do nosso País.

Então, inicialmente, são essas as minhas considerações. Agradeço muito a oportunidade de estar falando com o senhor, com os demais Senadores, com os demais Deputados, com o meu colega Casagrande e com todos que nos acompanham neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Mauro Mendes.

O Governador Mauro Mendes representa os Estados do consórcio central: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Foi o primeiro consórcio a ser criado e tem Maranhão, Rondônia e o Tocantins também sob a responsabilidade do Consórcio Brasil Central.

O Governador Casagrande representa aqui os Estados do Sul e Sudeste, que são os Estados mais ricos do País, e está falando em nome dos seus colegas Governadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há essa reunião com o Vice-Presidente da República, Gen. Mourão, e há muitos Governadores lá. Inclusive o Waldez Góes está na sala aqui, mas está com um pé lá na reunião com o Vice-Presidente. Mas ele vai dar uma fugidinha e daqui a pouco estará aqui.

Então, vou retornar a palavra ao Deputado Francisco Jr., que estava já fazendo alguns questionamentos e, depois, os Governadores darão respostas ao nosso Relator.

A nossa reunião é da seguinte forma: inscrevem-se os titulares – são só doze, mas até o momento temos dois titulares inscritos –, um suplente, que é o Senador Esperidião Amin, e um não membro, que é o Deputado General Peternelli. Por enquanto, só temos esses inscritos. Certamente farão as perguntas e eu deixo a palavra para o Governador que desejar responder ou se um responder um pouco, outro responde mais um pouco.

Então, vamos passar a palavra ao Deputado do Consórcio Brasil Central, que é de Goiás, Francisco Jr.

Pode continuar.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Aproveito para cumprimentar o Governador Mauro Mendes, pois eu falava justamente, quando o senhor entrou, sobre a questão dos repasses do Ministério da Saúde, da questão financeira.

O senhor trouxe aqui três dificuldades, três problemas gravíssimos que vocês estão enfrentando. Há a falta de medicamentos, que se desdobra em dois problemas: a falta de medicamentos pela falta em si, pela não existência deles à disposição, e a questão do preço. Além dos preços mais caros, há toda essa ação do MP, que já está notificando pelos supostos sobrepreços que podem existir ou não e como manter essa questão dos preços, intervir nos preços, reduzir impostos, e quanto isso vai interferir no preço final. Então, existe toda essa dificuldade que precisa, de fato, ser discutida e eu tenho ouvido muito sobre isso. Há a falta de mão de obra qualificada e a falta de uma articulação política com uma liderança nacional que coordene todo o processo.

São três pontos muito graves que V. Exa. traz que são muito complicados.

Outro comentário e pergunta que gostaria de fazer aos senhores é com relação à transparência das informações. Existe hoje toda uma dificuldade com relação à transparência, tanto a transparência com relação às contratações quanto aos números da pandemia.

Gostaria de saber como isso está sendo tratado nos Estados de vocês, sendo que existe muita dificuldade. Essa dificuldade de transparência na saúde é perene, é permanente, e é um desafio; em tempos de pandemia, ainda mais. Então, como tem sido tratada a divulgação dos dados nos Estados que vocês representam?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro problema que é nacional – tratamos disso com o Ministro da Saúde, e lá atrás eu falava sobre – é: qual é a base de dados e quais são os critérios para se tomar a decisão de flexibilização? Aqui a gente fala também sobre a dificuldade da testagem. Como estão as testagens, como está o processo de testagem? O Ministro da Saúde se comprometeu a apresentar um programa nacional de testagem, que ele disse já estar pactuado e aprovado, e que ampliaria... A meta dele é testar 12% dos brasileiros. Como está isso nos Estados de vocês? Você estão conseguindo avançar num programa de testagem? Qual é a importância desses resultados nas decisões que vocês estão tomando?

E aí entra a questão fiscal. Nós sabemos das dificuldades por que todos os Estados estão passando, e a situação, na maior parte deles, não é boa. Além do endividamento elevado e da baixa capacidade de pagamento, há a questão da dificuldade de se gerarem superávits primários consistentes. Tentando ajudar, o Governo Federal aprovou vários programas de ajuste, como a Lei Complementar nº 159, de 2017. Diante desse contexto, de que forma os Estados poderão sair dessa dificuldade em que se encontram? Qual é o caminho, olhando pelo ponto de vista de vocês, gestores dos Estados? Qual é a parcela do processo de ajuste e qual é a parcela do Governo Federal? Quanto os Estados dão conta de assumir e como deve ser distribuído esse problema? Por que os esforços implementados até agora aparentemente não deram o resultado esperado? Apesar do esforço, apesar dos projetos, parece que os recursos não estão chegando, parece que os programas não estão ainda aliviando o caixa dos Estados, a situação fiscal da forma devida.

Por fim, eu gostaria que vocês pudessem comentar quais são os cuidados que estão sendo tomados com relação aos gastos, os gastos extraordinários, obrigatórios em função do combate à pandemia, e se foi criado algum tipo de estrutura ou procedimento próprio para dar transparência e fazer a prestação de contas à população. Como estão sendo tratados esses números financeiros, orçamentários? Eles estão entrando na rotina do Estado ou está sendo feita uma ação separada como regra para termos uma prestação de contas específica, transparente, não se misturando com a rotina financeira e orçamentária do Estado?

Eram esses os comentários por enquanto, Presidente. Muito obrigado.

Eu me solidarizo com os Governadores, com todas as dificuldades, as mortes, o sofrimento por que todos os cidadãos estão passando. Às vezes, a gente vê na televisão os números da Espanha, da Itália, do Brasil, e isso é muito frio, mas todas as pessoas têm um endereço, elas vivem em algum lugar, e o sofrimento as acompanha localmente. Então, a gente lamenta quando vê aqueles números de um milhão de pessoas contaminadas e tantas coisas, porém o envolvimento é local quando amigos e parentes nossos começam a ser contaminados e muitos vão a óbito.

Então, eu me solidarizo com todos os Governadores e gestores locais por toda essa situação que estamos sendo obrigados a ver no mundo de hoje.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente. Eram os meus comentários por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, Governador Casagrande, foram muitas perguntas.

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE – Sim! Anotei todas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor pode pegar aquelas que ele falou primeiro, que são os critérios de abertura comercial, como está fazendo, e a outra parte o Governador Mauro Mendes responde.

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE – Está ótimo. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Para o senhor eu vou conceder cinco minutos. O senhor escolhe o tema.

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE (Para expor.) – Agradeço.

Eu vou responder à questão, Presidente, do nosso Deputado Francisco Jr. da base científica, que ele perguntou logo no início; da testagem, que eu acho importante; e do Ministro, como é a relação com o Ministério da Saúde – as três primeiras perguntas dele.

Nós desenvolvemos aqui no Estado do Espírito Santo, nesses últimos meses, durante a pandemia, uma base científica chamada matriz de risco, que qualifica o Município como risco baixo, risco moderado, risco alto e risco extremo. O que classifica esses Municípios? Quais são os indicadores? Um indicador – as ameaças, como a gente chama – é o grau e o coeficiente de incidência, quantas pessoas estão com coronavírus no Município; a letalidade, quantas pessoas com coronavírus morreram; o grau de isolamento do Município, isolamento social; e o terceiro é o percentual de pessoas acima de 60 anos, que é um grupo de risco. Essas são as ameaças. Essas ameaças são combinadas com o número de leitos de UTI no Estado, o número de leitos disponíveis de UTI. Juntando a vulnerabilidade, que é o número de leitos de UTI disponíveis, e as ameaças, a gente classifica os Municípios em risco baixo, moderado, alto e extremo. Então, hoje temos Municípios só com risco moderado e risco alto; não há mais risco baixo ou risco extremo aqui no Estado. No risco extremo os Municípios entrariam se nós tivéssemos acima de 90% de ocupação de leitos de UTI. Como nós estamos com 81%, nós estamos com risco ou moderado ou alto.

Para cada qualificação de risco há medidas. Para classificar bem, na área comercial, por exemplo, com risco alto, os Municípios só podem abrir o comércio de segunda a sexta em dias alternados – produtos ligados ao corpo num dia, os outros produtos, como material de construção, eletrodoméstico, no outro dia; então, segunda, quarta e sexta ou terça e quinta, na outra semana inverte. Então, risco alto, segunda a sexta, sábado e domingo não pode abrir nada. Com risco moderado, o funcionamento é de segunda a sexta de 10h até as 16h. E, se a gente chegar ao risco extremo, será fechamento de todo o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comércio, de todos os serviços e de algumas atividades industriais. Aí é um plano de *lockdown*, que nós já anunciamos aqui no Estado do Espírito Santo.

Classifica-se o Município semanalmente. A cada semana a gente apresenta aos Municípios a sua classificação e as medidas de fiscalização que a gente adota em cada Município envolvendo o Governo do Estado, os fiscais do Município e o Ministério Público nesse controle.

Essa base de classificação exige que a gente tenha testagem. Então, nós testamos, até agora, vinte três mil e pouco por milhão. O Brasil testa 12 mil por milhão, e nós testamos o dobro do Brasil. Então, a gente fez testes numa quantidade que chegou perto de 100 mil testes até agora, em 4 milhões de habitantes. Isso nos dá uma base para classificar os Municípios nessa classificação de risco.

Então nós temos uma testagem razoável, não é excelente porque faltam produtos, faltou *kit* de extração, em algum outro momento faltaram outros produtos, mas agora a gente está resolvido com isso. Nosso laboratório tem testado muito, e os laboratórios privados têm testado muito, e os Municípios têm testado também com testes rápidos nas unidades de saúde, e isso têm nos dado base para classificar esses Municípios. A gente conseguiu, então, um plano de convivência com a pandemia, que é manter alguma atividade econômica mínima e, ao mesmo tempo, manter certo isolamento. Isso permitiu que a gente caminhasse até agora.

A outra questão que eu acho também que é importante é a questão... A testagem é importante, mas não é uma testagem ampla, geral, não há necessidade. A gente precisa testar as pessoas que estão com algum sintoma. Não dá para você fazer uma testagem geral, porque a pessoa que não tem sintoma vai dar negativo e depois ela pode pegar o vírus no dia seguinte. Então, é importante que a gente possa ter capacidade de testar todo mundo que tenha algum sintoma. Qualquer sintoma, de qualquer virose, é importante a gente testar, para que a gente possa ter o controle efetivo da doença. Fizemos também um inquérito sorológico, e terminou a quarta etapa dele agora: perto de 400 mil capixabas, de 4 milhões, já tiveram contato com o vírus. O inquérito sorológico também nos dá o tempo e a velocidade de transmissão do vírus: se está muito alta ou muito baixa. Aqui a velocidade da transmissão está caindo. Do primeiro inquérito – que é uma pesquisa como se fosse uma pesquisa eleitoral – para o quarto inquérito, que vai ser publicado agora e terminou ontem – e até no final de semana a gente divulga o resultado –, há uma redução da transmissão da doença. Não é ainda uma diminuição, mas é uma redução da velocidade de crescimento da doença. Então, a situação é crescente ainda, mas houve uma redução. Essa situação exige que a gente mantenha a política de isolamento e de distanciamento social.

Com relação ao Ministério da Saúde... O problema do Ministério da Saúde é a instabilidade. Como saiu o Mandetta, entrou o Teich, e agora entrou o outro Ministro, o Eduardo, as equipes mudam muito, e aí você tem dificuldade de estabelecer relações com pessoas que estão ali cuidando do dia a dia. Então, isso tem dificultado. O Governador Mauro Mendes disse aí que nós precisamos de medicamentos. Agora a gente nem precisa de respiradores mais, nós precisamos de medicamentos para que a gente possa manter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o atendimento nos leitos que nós estamos abrindo, parte deles credenciada pelo Governo Federal. Então, essa relação era importante. Não há má vontade no Ministério da Saúde, mas há, sim, uma dificuldade, porque houve muitas mudanças, e a dificuldade maior é o problema e a diferença de pensamento que existe dentro do Governo Federal – e aí o Ministério da Saúde não consegue coordenar uma ação efetiva com todos os Estados e com todos os Municípios, porque dependeria de uma posição mais clara por parte do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Governador Renato Casagrande.

Eu passo a palavra para o Governador Mauro Mendes, para complementar as respostas ao nosso Relator. Com a palavra V. Exa., Governador.

O SR. MAURO MENDES FERREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado, Deputado Francisco, que fez as perguntas sobre transparência, sobre testagem, sobre a questão fiscal e sobre gastos extraordinários, como é que se está controlando isso para garantir a lisura e a aplicação desses recursos.

Primeiro, sobre a transparência, neste momento, eu acredito que muitos Estados devem estar tendo alguma dificuldade porque é aquela história: tem que comprar tudo na correria, está faltando medicamento, faltando tudo, faltando profissionais. As pessoas, nas secretarias de Estado, estão tendo dificuldades para trabalhar. É gente contaminada, gente que se ausenta, *lockdown*, teletrabalho, então isso gera uma dificuldade adicional para inclusive alimentar os portais de transparência e garantir aquilo que a legislação e todos nós queremos: que seja dada efetivamente transparência na aplicação do dinheiro público. Então, existe uma dificuldade operacional a tempo e a hora de tornar público, de fazer o devido processo corretamente, porque é um excesso de procedimentos e está faltando gente, porque há quem entre em recesso porque se contaminou, porque alguém da família se contaminou, porque há determinadas paralisações. Tudo isso cria dificuldades excepcionais e, para aqueles que mantêm o trabalho emergencial, estava faltando tempo para fazer essas alimentações. Isso acontece conosco, estamos tentando corrigir, mas acredito que deva acontecer também em outros Estados, em outras prefeituras brasileiras.

Com relação à testagem, o Governo Federal está dizendo que vai fazer isso. Estamos aguardando. Mandou um pouquinho de testes para nós e para os Estados, muito pouco, não é representativo. Nós tomamos providências aqui. Consegui comprar 500 mil testes. Mato Grosso tem 3,4 milhões de habitantes. Nós compramos 500 mil testes, vamos aplicar. Devem chegar na próxima semana ao nosso Estado e, com isso, nós vamos atingir essa meta de testar em torno de 20% da nossa população, trabalhando articuladamente com os Municípios.

Há que se dizer que, quanto ao teste PCR, que é o mais importante, nós tínhamos uma máquina, aliás, temos uma máquina, que é um comodato do Ministério da Saúde. O contrato desse equipamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com alocação nacional que ele fez não só para nós, mas para alguns Estados brasileiros venceu, o ministério não renovou, a empresa cortou, nós fomos muito prejudicados nesse teste aqui do nosso Laboratório Central, porque esse equipamento cedido pelo ministério parou de funcionar em função do vencimento do contrato, que até agora não foi renovado. Estamos dando os nossos pulos aqui tentando resolver, já resolvemos e recuperamos a nossa capacidade de fazer esse teste.

O senhor perguntou também qual o caminho para a gente sair desta crise. Grande pergunta, grande preocupação. Eu vi aquela reunião que se tornou pública, em Brasília, em que o Governo Federal se reuniu para discutir exatamente isso. Eu vi a reunião, vi que discutiram um monte de coisas menos isso. A palavra "economia" praticamente não foi dita, "alternativa" não foi dita. Então, isso é um problema sério e todo mundo sabe o tamanho da confusão.

Nós aqui no Estado de Mato Grosso, graças a Deus, estamos indo bem. Nosso setor aqui é o agronegócio, está tendo um bom desempenho, nossas exportações cresceram, a nossa arrecadação tem sido mantida dentro de uma razoabilidade este ano. Perdemos um pouco de receita, mas essa importante ajuda que o Congresso Nacional, o Senado, os Deputados aprovaram vai ajudar a recompor essa perda. Então, neste momento, não é problema.

O que podemos fazer? Posso dizer o que eu estou fazendo aqui. Eu dei ordem, por exemplo, no órgão ambiental: licenciar com rapidez, prioridade. Coloquei mais gente. Mesmo na pandemia, nestes últimos 90 dias, nós estamos batendo recorde de licenciamento no meu órgão ambiental. Emitimos mais de 1,2 mil licenças entre LI, LP e LO, porque, a partir do momento em que o Estado prioriza isso, coloca na mão do empreendedor uma licença ambiental, é um investimento que vai ser feito, são empregos que poderão ser gerados. Se ele vai ou não fazer isso agora é um problema dele, mas o Estado tem que pelo menos fazer a sua parte neste momento de crise, que é liberar essas licenças, respeitando a legislação, fazendo corretamente, mas priorizando. Então, nós estamos fazendo isso aqui.

Acho que seria uma boa dica para o Governo Federal fazer isso no Ibama. Há muita coisa emperrada no Ibama, há coisas emperradas nos órgãos de licenciamento. O instituto que cuida da parte dos quilombolas está parado. No Iphan, há muita coisa parada, não está funcionando, não está realizando as audiências públicas. Nós temos notícias de dezenas de processos que dependem desses órgãos – da Fundação Palmares, não é? – e que não estão andando, não estão funcionando. Parou!

Meus amigos, para sair da crise, nós temos de ativar a iniciativa privada. Então, o licenciamento ambiental é um primeiro bom caminho para a gente começar a ajudar nisso, investir em infraestrutura, um grande programa de habitação popular, porque ativa uma cadeia que mais emprega mão de obra.

Neste momento, o Governo Federal deveria estar capitaneando, chamando os Governos estaduais e os Municípios: "Olha, gente, vamos montar um programa para 2 milhões de casas populares". Existe um déficit grande. Aplicar dinheiro nisso vai gerar muito emprego. É o momento? Não sei, mas até preparar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, correr atrás de terreno, projeto, licenciamento... É uma grande oportunidade para gerar emprego para a gente ajudar a criar alternativas, além do investimento em infraestrutura que pode ser feito, financiamentos que podem ser liberados para isso, condicionando a investir em infraestrutura. Além de melhorar a competitividade das regiões, gera muitas oportunidades, ativa muitas cadeias que estão ligadas a esses setores.

Em relação aos gastos extraordinários, aqui no nosso Estado nós criamos uma unidade orçamentária específica Covid-19. Então, eu tenho um centro de custo apartado da saúde. Tudo que nós estamos comprando, todas as pessoas que nós estamos contratando, tudo que está sendo aplicado nesta pandemia virou uma unidade orçamentária. Aí, com facilidade, eu presto contas de todo o dinheiro que veio do Governo Federal, de doações que nós recebemos; até aporte do Governo do Estado nós alocamos nesse segmento exclusivo da saúde agora com esta pandemia. Além disso também nós criamos, temos aqui no nosso *site* da transparência um *link* exclusivo para prestar conta desse recurso, dessa unidade orçamentária exclusiva Covid-19.

Com isso, embora exista um *delay* – a gente não consiga alimentar corretamente, porque é uma burocracia infernal –, a gente vai conseguindo com clareza e com transparência dizer tudo que recebemos e tudo que gastamos, contrato a contrato, centavo a centavo, para que não reste dúvida da aplicação desses recursos no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Mauro Mendes.

Aqui nós temos também a participação dos internautas, e grande parte dos internautas que entrou em contato conosco...

O SR. MAURO MENDES FERREIRA (Para expor.) – Senador, eu teria que pedir licença porque eu estou com outra sala aberta, onde estou com o Vice-Presidente e os outros Governadores pedindo para que eu retorne porque ele tem um assunto a decidir lá. Eu queria pedir essa gentileza, pedir desculpas ao meu colega Renato Casagrande. Com certeza ele é uma pessoa extremamente experiente como Governador, como Parlamentar federal. Ele representa muito bem a nossa voz, falando das experiências e das vivências que nós, Governadores, estamos tendo dia a dia. E peço também licença aos demais Senadores, aos Deputados e a todos que nos acompanham neste momento em função desse choque de agenda. Eu fiz questão, pedi licença lá ao Presidente e falei que iriam ser só cinco minutinhos, mas já estou há um bom tempo aqui. Foi muito proveitoso e um prazer muito grande estar com todos vocês. Está bom?

Obrigado, Senador; obrigado, Deputado. Um abraço, meus colegas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vou só ler uma mensagem do Waldez Góes – ele está lá com o senhor, com o Vice-Presidente: pede para ele dar uma fugidinha de cinco minutos também e vir para o lugar do senhor, o Waldez Góes, lá do Amapá.

O SR. MAURO MENDES FERREIRA (Para expor.) – É porque é tudo videoconferência, ele está lá em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom.

O SR. MAURO MENDES FERREIRA (Para expor.) – A videoconferência vai ser um grande avanço. A pandemia não tem só males. Há males que vêm para bem. Nós estamos aprendendo a fazer essas reuniões por teleconferência. Elas são muito produtivas. É sempre um prazer estar no contato pessoal, mas é muito produtivo também. A gente acaba ganhando muito tempo.

Obrigado, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Governador.

Muito bem. Agora, Governador Casagrande, nós vamos fazer um bloco de três Parlamentares. Primeiro, cada um tem três minutos – o Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal; a Senadora Eliziane Gama, do Cidadania, do Maranhão; e o Deputado Federal Felício Laterça, do PSL, do Rio de Janeiro. Esse é o primeiro bloco.

Então, com a palavra o Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Izalci está com a palavra, Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Quero cumprimentar os nossos Governadores, de uma forma especial o Casagrande, todos os nossos colegas. Aqui não dá para conversar muito, cumprimentar muito, tem que perguntar logo, porque o tempo é muito curto.

Eu queria perguntar aos Governadores de modo geral se consideram que esses recursos liberados pelo Governo Federal por medidas provisórias e aprovados pelo Senado e pela Câmara são e serão suficientes para ações de saúde pública voltadas para o enfrentamento da pandemia. Serão necessários mais recursos para combater a propagação da doença por meio de ações de saúde pública? Ou o desafio maior é conscientizar a população para que respeite as normas de isolamento social?

Como as secretarias de Fazenda avaliam as perspectivas de retomada de atividade econômica e a recuperação da arrecadação tributária? Que alternativas vêm sendo estudadas para permitir a retomada parcial das atividades econômicas mesmo durante a pandemia, por meio de recomendações, normas e protocolos que ofereçam maior segurança nas interações industriais e comerciais e na prestação de serviços?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito dos respectivos Estados, como estão sendo conduzidas ações de saúde para o combate à pandemia do Covid-19?

Quero ainda, Governador... As melhores práticas internacionais, da Europa, da Coreia, recomendam realmente uma extrema cautela na reabertura da atividade econômica. O Brasil, ao contrário... Lá eles exigem realmente o fator R, que deve ser abaixo de um, e manter essa testagem. No Brasil, ao contrário, a reabertura vem sendo feita com coeficiente de transmissão ainda elevado e sem testagem da população. Então, não se trata de uma postura extremamente arriscada? V. Exa. não acha que corremos o risco, no afã de estimular a economia no curtíssimo prazo, de nos obrigarmos a fazer um *lockdown* completo, com impactos ainda mais severos sobre o nível de atividade em um futuro próximo?

Para concluir, os números mostram que o Brasil está fracassando no combate ao Covid.

De acordo com levantamento de *O Estado de S.Paulo*, no dia 24 de junho, haviam sido registradas 52,8 mil mortes por Covid no Brasil e 477 mil no mundo, ou seja, nós representamos 2,7% da população mundial e 11% das mortes pelo coronavírus. No Brasil, temos, portanto, quatro vezes mais probabilidade de morrer pelo Covid do que os demais habitantes do Planeta. É possível identificar os nossos principais erros? Em especial com a cooperação e coordenação federativa poderia ter sido mais eficaz o combate?

E ainda, só para finalizar, durante a aprovação no Congresso do Projeto de Lei Complementar nº 39, houve oito Estados que aproveitaram a tramitação e concederam reajuste. V. Exa. não teme que esse reajuste possa deteriorar ainda mais as finanças estaduais?

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE – Eu respondo depois, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Um momentinho só, Governador!

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentá-los na pessoa do Francisco Jr., nosso Relator, e do Presidente Confúcio.

Quero cumprimentar os Governadores que participam conosco deste momento muito especial, debatendo a situação dos Estados brasileiros, o Governador Renato Casagrande e o Governador Mauro Mendes, que teve que se ausentar, e o Governador Waldez, cuja presença vejo agora.

Também de forma muito rápida, como disse o Izalci, a gente tem percebido essa falta de coordenação muito intensa entre o Governo Federal e os Governos dos Estados, e fica muito claro que, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivesse havido uma disposição por parte do Governo de fazer um planejamento de ações de forma cooperativa, talvez nós tivéssemos mitigado, na verdade, o impacto da pandemia no nosso País. Já vamos aí para quase 55 mil mortos.

Eu pergunto inicialmente aos Governadores: a criação, por exemplo, de um comitê gestor, que lá atrás foi muito cobrada e que até o presente momento não foi feita, essa parceria entre o Governo Federal e os Estados, ainda traria uma grande efetividade, segundo a expectativa dos senhores, na retomada de ações coordenadas do Governo Federal? Ainda estamos em uma curva infelizmente ascendente. Essa ação agora, de forma imediata, traria ainda bons resultados para os Estados brasileiros?

Sobre a questão dos recursos, nós temos hoje algo em torno de 7% a 8% de investimento do PIB para a pandemia, para o combate à pandemia no nosso País. Eu perguntaria aos senhores: por exemplo, quanto ao recurso específico da reposição do Fundo de Participação dos Estados – agora estamos indo para a última parcela –, há hoje uma necessidade de prorrogação desse recurso, além daquilo que originalmente foi apresentado pelo Governo Federal?

Na mesma linha também, estamos debatendo hoje a prorrogação da ajuda emergencial de R\$600. Os Governadores entendem a importância e a necessidade de ampliação desse recurso? Ao mesmo tempo, qual a expectativa que os senhores têm referente à ampliação da ajuda emergencial?

Por fim, Presidente, nós temos um projeto de lei, que apresentamos agora para ser votado neste momento, que trata, por exemplo, da questão da avaliação dos andamentos das obras. Estamos num período de pandemia e também estamos em ano eleitoral. Então, por conta da legislação eleitoral, há uma série de limitações, por exemplo, em relação à realização de obras nos Estados, em todo o Brasil.

Nós apresentamos um projeto de lei que tem o objetivo de afastar, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido agora pelo Congresso Nacional, a vedação de realização de transferências voluntárias, como está hoje já preconizado em toda a legislação que é estabelecida quando se fala desse período eleitoral. Eu pergunto aos senhores: qual é a importância de termos uma legislação também que possa melhorar a aplicação e a execução dessas ações agora, neste período de pandemia, dada a existência do estado de calamidade pública em todo o País?

Basicamente, eram essas as minhas perguntas. Considerando o tempo, a gente sempre corre muito aqui para tentar fazer as nossas perguntas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem!

Eu quero registrar a presença do nosso Governador Waldez Goés, do Estado do Amapá, que é Presidente do Consórcio da Amazônia Legal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador Waldez, nós estamos aqui num processo de perguntas, já no primeiro bloco. Eu vou só terminar aqui com o último inscrito neste bloco, que é o Deputado do Rio de Janeiro Felício Laterça. O senhor anote, por favor, Waldez, as perguntas dele, e vão ficar a seu critério as respostas. Logo depois, eu abro tempo para V. Exa. falar dos efeitos dessa pandemia no seu Estado sob o ponto de vista do Consórcio da Amazônia Legal, em nome de todos os Governadores, fazer os seus comentários sobre aquilo que V. Exa. entende que tem sido bom e benéfico, sobre os recursos federais transferidos e também sobre os esforços dos Governadores isoladamente. O senhor responderá. Primeiro vou dar continuidade a esse bloco, e o Deputado Felício Laterça vai fazer as perguntas. O senhor já anota as perguntas para, ao final, V. Exa. respondê-las. As outras indagações, feitas pelo Senador Izalci e pela Senadora Eliziane Gama, serão respondidas pelo Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Então, o Deputado Felício Laterça está com a palavra.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Muito bom dia, Presidente Senador Confúcio e nosso eminente Relator Francisco Jr.!

Cumprimento de forma efusiva os nossos Governadores que se fazem presentes para engrandecer os trabalhos de nossa Comissão com as experiências que têm em seus respectivos Estados, muitos deles com exercício parlamentar, com outros governos. Isso é muito importante. Então, saúdo de forma efusiva o Governador Renato Casagrande, meu vizinho do Espírito Santo; o Governador Mauro Mendes, que se ausentou; e o Governador do Amapá, Sr. Waldez Goés.

Minha pergunta específica levo para o lado do consórcio, mas, antes, Governador Renato, quero fazer um elogio ao Estado do Espírito Santo, por ser o único classificado com a letra A quanto à capacidade de pagamento. Espero que esta crise econômica não faça com que o seu Estado seja rebaixado, estamos na torcida por isso. Parablenzo-o pelo esforço do Espírito Santo.

A minha pergunta diz respeito à questão dos consórcios. A gestão associada dos serviços públicos na forma de consórcios é prevista constitucionalmente e pode trazer inúmeros benefícios aos entes consorciados, alguns dos quais destaco: redução dos preços das mercadorias ou serviços em função do ganho de escala; maior agilidade na prestação de serviços em função da especialização do consórcio público; compartilhamento de riscos e benefícios, além dos ganhos decorrentes de cooperação técnica e da troca de experiências.

Nessa linha, os consórcios são amplamente utilizados no Brasil, sobretudo por parte dos Municípios, tendo como foco primordial a atuação nos segmentos de saúde, assistência social e educação. Assim, no atual momento, em que vivemos uma crise sanitária com fortes desdobramentos econômicos, sobretudo para Estados, os consórcios podem ser bastante estratégicos para uma ação rápida e com custos reduzidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero fazer uma lembrança: o meu Estado, o Rio, comprou respirador num valor três vezes superior ao do Estado de Minas Gerais, por exemplo.

Então, a primeira pergunta é: a resposta à pandemia envolve necessariamente ações do setor público. Vimos que praticamente todos os Estados tiveram de se aparelhar para combater a crise, adquirir materiais e serviços diversos, tais como testes, máscaras, respiradores e outros equipamentos médico-hospitalares. Houve, contudo, variação significativa de preços na aquisição desses materiais e serviços, o que chegou a gerar grande repercussão na imprensa e, em alguns casos, apontamentos dos Tribunais de Contas ou até investigações. Assim, questiono se a estrutura dos consórcios chegou a ser utilizada de modo a gerar ganho de escala e a uniformizar os preços, diminuindo ruídos. Não tendo sido utilizada dessa forma, por que é que os Estados não fizeram uso dessa estrutura, uma vez que já se encontravam organizados na forma de consórcios interestaduais e que houve algum tempo para se organizarem, dado que o coronavírus chegou aqui cerca de três ou quatro meses após o início de contaminação na China? Há alguma característica dos consórcios que inviabiliza seu uso em situações de emergência?

Ainda não se vê no horizonte qualquer sinal concreto do final da crise. Há, inclusive, significativa possibilidade de que uma segunda onda de contágios chegue antes mesmo de se ter desenvolvido uma vacina confiável. Ante o exposto, como a estrutura dos consórcios tem sido mobilizada para contribuir com o combate à pandemia? Há alguma interlocução entre os diversos consórcios interestaduais de modo a trocar experiências, como oportunidades na compra de equipamentos?

E, por último, faço a terceira e última pergunta. Conforme audiência pública ocorrida nesta Comissão na última segunda, com a participação do Ministro interino da Saúde, Sr. General Eduardo Pazuello, há por parte do Governo Federal uma estratégia firme de combate à pandemia que envolve, por exemplo, uma ampla testagem da população. Só recorro que ouvi o que o senhor falou, Sr. Governador do Espírito Santo, sobre a questão da testagem, que vocês estão à frente. Nesse sentido, como se dá a articulação entre os consórcios interestaduais e a União? Há uma ação conjunta? Como estão sendo definidas as prioridades?

São essas as perguntas, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Felício Laterça.

Vou abrir aqui, Governador Casagrande, um espaço.

As perguntas estão anotadas?

Vou abrir um espaço para o Governador Waldez Góes fazer os comentários dele. Logo depois, nós entramos nas respostas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem de responder a dois Senadores, e o Governador Waldez Góes tem de responder ao Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o meu querido Governador Waldez Góes, do Estado do Amapá.

V. Exa. tem a palavra por 15 a 20 minutos. Fique à vontade.

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA (Para expor.) – Bom dia!

Na pessoa do Presidente Confúcio Moura, da Comissão que representa o Senado, o Congresso Nacional, que se mobiliza nesse enfrentamento da pandemia na relação com Estados...

Então, na sua pessoa, Confúcio, e na pessoa da Senadora Eliziane Gama e do Deputado Felício, quero cumprimentar todos os Parlamentares – Deputados, Senadores e Senadoras – que acompanham esta videoconferência, o colega Casagrande e, na sua pessoa, os Governadores.

Estou aqui na companhia de alguns colaboradores do Governo, mas quero destacar entre eles o Dr. Pedro Omar, que é médico Coronel do Corpo de Bombeiros, que coordena o Comitê Médico de Enfrentamento à Covid-19 do Estado e que contribuiu em toda a articulação para que, aqui no Amapá, experimentássemos o protocolo terapêutico precoce no enfrentamento à Covid. Com ele vou dividir o meu tempo, por 5 minutos, para que o Dr. Pedro Omar faça também aqui uma apresentação dessa experiência vivida no Amapá, integrada pelos 16 Municípios do Estado e apoiada pelo Conselho Regional de Medicina, pelo Comitê Médico, pelo Comitê Científico, pelo Estado, através da Procuradoria-Geral, e pelo Ministério Público estadual. Só assim foi possível encaminharmos esse protocolo. É fundamental que ele seja conhecido também pela Comissão Mista de enfrentamento à pandemia e de prestação de contas sobre a questão da Covid.

Eu queria, antes de responder a pergunta do nosso querido Deputado Felício, dizer o seguinte: nos dias 11, 12 e 13 de março, coincidentemente, nós estávamos reunidos, o Consórcio da Amazônia Legal, em Belém. Passamos lá, eu e os Governadores, dois dias; junto com as nossas equipes, passamos um dia integral organizando as pautas. Naquela oportunidade, até o dia 13, nós não tínhamos, na Amazônia Legal, basicamente nos Estados mais ao Norte, nenhum caso confirmado de Covid-19. Exatamente no final do dia – era uma sexta-feira, se não estou enganado –, nós tivemos a notícia de que o Amazonas tinha o primeiro caso confirmado. Inclusive, naquele momento, o Consórcio da Amazônia Legal oficiou ao Ministro da Saúde, já preocupado exatamente com essa dificuldade, já prevendo toda essa questão de dificuldade de insumos, de equipamentos, de medicamentos, de correlatos, já observando a situação em âmbito mundial e a situação no Sudeste do País, principalmente no Sul e no Sudeste. Já preocupados com isso, nós oficiamos, pedindo, logicamente, apoio, pelo consórcio. Nesse apoio, eu me lembro exatamente do ofício que solicitava ao Governo Federal que pudesse nos atender, o Consórcio da Amazônia Legal, com mil respiradores. Esse foi o primeiro ato no dia 13 de março de 2020.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, depois, cada um de nós retornamos aos nossos Estados. No dia seguinte, tivemos mais um caso, e foi surgindo em toda a Amazônia. Tivemos essa situação no Amazonas, depois no Pará, aqui no Amapá. A bem da verdade, como aconteceu na maioria do Brasil, nós acabamos, todos, sendo sugados pela rotina diária em que basicamente a pauta, 100%, passou a ser a Covid-19 – isso não é diferente para nenhum colega Governador e para a população deste País –, fomos absorvidos por isso.

Tentamos fazer articulações, tentamos obter respostas. As coisas foram muito demoradas. A bem da verdade, por quase 60 dias, os Estados, individualmente, tiveram que adotar uma série de providências para fazer o enfrentamento à Covid. Nós estamos a um pouco mais de cem dias...

Vocês sabem todos que o Amapá, por exemplo, é um dos Estados, proporcionalmente, com maior incidência de Covid-19.

Aqui conseguimos adotar as medidas de restrição desde cedo e atuamos fortemente na questão do isolamento social, até experimentando o *lockdown* por 15 dias. Atuamos fortemente na vigilância em saúde. Também somos um dos Estados que mais testamos. Estamos com um nível de testagem bastante significativo. E é lógico que a retaguarda de assistência em saúde sempre é o maior desafio. Então, nós conseguimos aqui, ao longo dos dois meses, instalar vários centros de atendimento à Covid-19 e trabalhar fortemente no atendimento precoce pelas redes municipais, desenvolvendo protocolos.

A parte da vigilância em saúde do Amapá acredito que foi um dos pontos fortes dessa integração para que a gente pudesse trabalhar, mesmo num caso de alta incidência, a possibilidade de diminuir os agravamentos. Nós temos hoje uma taxa de letalidade de 1,44. Dado o índice de infecção e infestação da Covid-19 no Estado do Amapá, se realmente a gente não trabalhar de forma integrada – Governo, prefeituras e empreendedores, que foram altamente compreensivos no isolamento social, e o engajamento da sociedade –, nós teríamos tido um caos instalado realmente no Estado. Então, nós não estamos ainda com a guerra vencida aqui, mas entendemos que as etapas que vencemos nos dão segurança de caminharmos mais fortemente no controle.

Quando eu me refiro às providências em termos de assistência e de vigilância em saúde, eu incluo a questão do protocolo, porque a gente tem procurado socializar com vários outros Municípios dos Estados do Brasil essa nossa experiência. Nós entendemos que ela foi e continua sendo providencial, uma vez que, por mais investimentos que haja em média e alta complexidade, se você tiver um problema de descontrole na infecção, não há Estado rico, País rico que não seja sufocado, se a curva for realmente crescente a ponto de comprometer o sistema de saúde. Nós vivemos aqui uns dez dias essa experiência, basicamente sufocados pela superlotação da média e alta complexidade no Estado do Amapá, mas poderia ter sido pior.

Fora a parte da assistência e da vigilância em saúde – eu quero fazer essa referência, mais uma vez, ao protocolo –, nós queremos fazer um reconhecimento público à iniciativa, que foi em parte do Governo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal quando propôs medidas sociais e econômicas, mas à contribuição significativa do Congresso Nacional. E aí a gente deve, sim, muito o reconhecimento ao debate que Deputados e Senadores travaram, melhorando ainda mais as iniciativas do Governo Federal, do Executivo, no que diz respeito às medidas sociais e econômicas, sejam elas na mitigação dos efeitos da queda do FPE, sejam elas na mitigação dos efeitos da queda das receitas próprias de ICMS e IPVA. Essas duas medidas foram e continuam sendo fundamentais.

Obviamente, como elas têm prazos – cada uma dessas quatro meses –, isso certamente precisa ser colocado como um ponto de observação pelo Congresso Nacional, para que as avaliações em termos de comportamento, tanto da economia brasileira, quanto dos Estados sejam levadas em consideração. Acredito que, com toda a pandemia, dadas as iniciativas do Congresso Nacional com essas medidas, a gente consegue fazer a travessia, mas as expectativas ou perspectivas em relação a 2021 os senhores que estão no dia a dia do debate sabem exatamente quais são.

Então, até completando aqui também o que falou a Senadora Eliziane, é importante que as medidas já aprovadas pelo Congresso Nacional, sejam de ajuda, de apoio aos mais pobres, os que ficaram em situação de vulnerabilidade, os que já estavam e os que ficarem em função da pandemia, sejam de ajuda aos Estados e Municípios, os recursos destinados diretamente ao enfrentamento à Covid, como foi feito... Nós temos aí todo esse relatório, depois podemos disponibilizá-lo para a Comissão. Podemos passar tanto o relatório da Secretaria da Fazenda referente ao auxílio financeiro e aos recursos de mitigação da queda da FPE, quanto o relatório da Secretaria de Saúde sobre os recursos destinados pelo Governo Federal e aqueles que foram frutos das emendas individuais e coletivas da nossa bancada federal. Então, essa prestação de contas está inteiramente à disposição. Nós temos aqui a Transparência Covid, o Estado tem um posicionamento entre os cinco Estados com maior transparência dessas informações, e podemos passar a todos os senhores e às senhoras em relação a ela.

Em relação ao consórcio, Felício, realmente eu tenho que aqui reconhecer que, dada a intensidade, a novidade – isso foi uma coisa nova para o mundo, o Brasil e para cada Estado e Município – num primeiro momento nós buscamos uma articulação integrada do consórcio e depois acabou que cada Governador se voltou intensamente para o seu desafio local. Às vezes nós diminuimos até a intensidade de diálogo dentro do grupo do Fórum Nacional de Governadores, que tinha uma intensidade muito grande, socializando ali informações, e no grupo dos fóruns regionais de Governadores dos consórcios regionais. E eu debito isso exatamente ao fato de a pandemia ter consumido o tempo integral dos governantes e de seus colaboradores, da população e dos empreendedores.

Para você ter boa governança numa situação de pandemia, são 10, 15 reuniões diárias, e ainda dialogar com servidores, dialogar com Prefeitos, dialogar com Deputados, dialogar com Poderes, com órgãos de controle, respostas, integrações, decisões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vivi isso e acredito que todos os colegas viveram, porque nós tínhamos uma presença, por exemplo, do grupo do WhatsApp dos Governadores da Amazônia e até dos Governadores do Brasil, uma militância intensa de debates diários, e com a pandemia é como se o tempo que nós dedicávamos um pouco mais fortemente para socializarmos as questões comuns das Regiões e do Brasil basicamente se reduzisse muito.

Eu estou computando isso – deveria ter sido o contrário, lógico, mas estou computando isso –, e é a forma como a pandemia consumiu a cada um de nós: providências, atitudes, decisões que precisaríamos ter construído.

Então, certamente, o consórcio poderia ter dado uma resposta muito melhor. O nosso é um dos mais jovens, nós estamos ainda locando endereço em Brasília, tem pouco mais de um ano a implantação do consórcio, mas com muita produção. Poderíamos ter feito compras corporativas – inclusive, a primeira decisão do consórcio de compras corporativas é na área da saúde. E acabamos, com isso, não conseguindo executar, uma vez que cada Estado começou a agir individualmente.

Então, estou aqui fazendo esse relato porque realmente aconteceu. Mas isso não deve diminuir o papel do consórcio. Eu acho que esse instituto que o Constituinte de 1988 garantiu às unidades – Municípios, Estados e Governo Federal – de se consorciarem para a execução de políticas públicas ou tantas outras providências, ainda pouco experimentado no Brasil, certamente é um princípio federativo que todos nós devemos fortalecer e preservar. Eu sou um entusiasta desse princípio. Tenho recebido apoio dos meus colegas Governadores da Amazônia Legal para fazermos todo o planejamento que nós fizemos, as estratégias da Amazônia Legal, observando todos esses pontos prioritários.

No mais, tenho que reconhecer que a pandemia – quando deveria intensificar ainda mais essa articulação –, retirou a todos da intensidade dessa articulação em que nós estávamos há um ano. Pode ter sido um erro, mas que não está perdido por inteiro, uma vez que agora, neste momento, eu estou dividindo o tempo entre estar aqui com o concurso de vocês, e com o Vice-Presidente da República e com os outros colegas Governadores em uma outra sala, em videoconferência, tratando exatamente da Amazônia Legal e das medidas desse planejamento para a Amazônia Legal.

Então, eu queria, além de agradecer a atenção e a oportunidade, mais uma vez fazer referência a que as medidas que o Congresso Nacional adotou foram providenciais nas contas públicas, no enfrentamento à Covid, na garantia dos salários dos trabalhadores, na saúde, na segurança, na educação, na assistência.

Logicamente, é importante que o Congresso aja a tempo, – foi uma pergunta da Eliziane –, fique atento para essa necessidade de prorrogação. Nenhum outro ente pode emitir e colocar dinheiro novo no Brasil que não seja o Governo Federal, através, logicamente, do apoio do Congresso Nacional. Os Estados não têm esse poder – nossas limitações constitucionais todos vocês conhecem; então, não temos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse poder. E logicamente, numa situação dessas, o exemplo em todo o mundo é de o governo central emitindo moeda, botando dinheiro novo, valendo-se das possibilidades que tem legalmente para assistir toda a sua gente. Alguns países vão a mais de 15% do PIB, outros vão a menos, mas todos que colocam é porque a única medida capaz realmente de mitigar os efeitos numa situação dessas, para ser adotada numa escala mais firme e capaz, vem do Governo central. E, para vir do Governo central, o Congresso Nacional é a fala mais próxima de convencimento, de melhorar, de enriquecer uma proposta que ora nasce no Executivo, ora nasce no próprio Legislativo, mas numa visão sempre de atender o País.

Então, eu queria trazer essas informações iniciais. Eu acho que o meu tempo já está estourando.

Se eu puder, Confúcio, dividir com vocês a experiência do Amapá, lembre aí: o Amapá está a anos-luz, em termos de incidência viral, em relação a outros Estados. É bem alta. Temos uma população, como é a Amazônia toda, altamente vulnerável, mas testamos muito e continuamos testando. Certamente nós fomos um dos Estados com maior índice de testagem. Estamos, por outro lado, entre os Estados com menor letalidade. Na última semana epidemiológica, 1,44 é a nossa letalidade. Continuamos investindo em testagem, e é importante que se continue investindo. Vamos trabalhar agora com sorologia também, um trabalho de rastreamento muito grande. Mas apostamos muito, enquanto não houver vacina, no protocolo terapêutico precoce e na profilaxia. Nós estamos indo para um estágio além da intervenção precoce feita pelas redes municipais de saúde, com apoio do Governo do Estado. Estamos agora alinhando com os Prefeitos para que façam investimentos com os recursos que receberam para aquisição de medicação que possa contribuir num ponto além do protocolo, que é a profilaxia nas pessoas comunicantes dos infectados. Então, é para esse nível que a gente está indo.

Eu computo muito que o isolamento social; o engajamento da sociedade; a proteção com máscaras, que aqui é obrigatória tanto nos Estados quanto nos Municípios, no uso público e privado na circulação; a higienização pessoal; o protocolo precoce; e agora a aplicação da profilaxia nos comunicantes de uma pessoa infectada na família é o que pode nos garantir menos agravamento e, no caso de uma retomada da pandemia, nós estarmos muito mais preparados para enfrentá-la e evitar que mais pessoas cheguem a leitos clínicos e de UTI, porque comprar dez leitos de hospitais sempre terá um custo muito alto, e para aqueles que chegam à intubação, com as dificuldades que nós estamos aí para adquirir o *kit* de intubação, e isso não é só no Amapá, mas em todo o Brasil...

Nós estávamos tentando, os Estados, comprar pelos Conass, em parceria com a Opas, essa medicação, que é o *kit* de intubação conhecido, tanto o anestésico quanto o...

Quinze segundos? Eu falo muito.

Só para encerrar esse assunto da compra, Presidente Confúcio, nós estávamos numa articulação, o consórcio e os Governadores do Fórum, com o Conass, para fazer aquisição de *kits* de intubação para as 27 unidades da Federação pelos Estados nessa parceria com a Opas, mas, por uma questão de legislação



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira, tanto a Procuradoria-Geral da República quanto o Governo brasileiro através do Ministério da Saúde recomendaram não ser feito porque haveria problemas legais. Aí, nós pedimos que o Governo brasileiro fizesse isso. No decorrer do dia de hoje, provavelmente no Fórum de Governadores do Brasil, nós estamos fechando um documento comum, assinado pelos 27 Governadores – até agora acho que mais da metade já havia assinado –, do *kit* básico de intubação para tratamento e enfrentamento da Covid. Com a demanda de todos os 27 Estados anexada, levantada pelo Conass no Brasil inteiro, vamos encaminhar para a Presidência da República, com cópia para o Ministro da Saúde e com cópia ao Presidente do Congresso Nacional. Esperamos que até amanhã a gente consiga fazer isso, porque há um esforço no sentido de que o Governo Federal faça essa aquisição considerando as dificuldades de os Estados sozinhos adquirirem esses produtos no mercado local ou internacional. Então, isso está bem articulado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado...

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA (Para expor.) – Se o senhor me permitir cinco minutinhos para o nosso querido Pedromar falar, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Governador Waldez, vamos tocando a reunião, e o Secretário, coronel, médico do Corpo de Bombeiros, durante as respostas que o senhor terá oportunidade de fazer, entra e poderá complementar as respostas.

Agora, vou passar a palavra para o Governador Casagrande para responder à Senadora Eliziane e ao Senador Izalci, já que o Felício Laterça foi respondido pelo Governador Waldez Góes.

Com a palavra...

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE (Para expor.) – O.k., Presidente Confúcio.

Eu quero também responder com muito carinho ao Senador e à Senadora, mas também pedir uma autorização ao senhor. Ao meio-dia eu tenho outro compromisso e eu preciso me ausentar para esse outro compromisso. Na verdade, é outra videoconferência que eu tenho que fazer aqui mesmo do Palácio.

O Izalci fez diversas perguntas, e eu quero responder parte delas pelo menos.

Se os recursos são suficientes para a pandemia: para um Estado que está organizado como o nosso, considerando um repasse de quatro parcelas e se pandemia não for para além disso, resolve o nosso problema emergencial. O problema da pandemia é que nós não sabemos quando vão acabar os seus efeitos efetivamente e o impacto da pandemia na economia brasileira e, naturalmente, na economia dos Estados. Então, pode ser que o Congresso Nacional tenha que discutir alguma outra colaboração e ajuda emergencial aos Estados e aos Municípios. Se os Estados têm dificuldades, imaginem os Municípios, que estão concluindo os mandatos e têm muito mais (*Falha no áudio.*) ... dificuldades do que a maioria. Então, tem que continuar, porque, quanto mais distante estiver uma pessoa da outra, quanto mais isolada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estiver uma pessoa da outra, menor é a pressão sobre o sistema de saúde, então menor é o gasto e o investimento na área de saúde.

Perspectiva da atividade econômica é uma perspectiva que depende da reação mundial. Essa crise é mundial; ela não é brasileira, ela não é capixaba, ela não é do Amapá, ela não é de Mato Grosso; ela é mundial. Então, a economia mundial sofre muito neste momento e continuará sofrendo. Eu acho que a retomada se dará durante o ano que vem, mas os efeitos da pandemia vão durar todo este ano, vão durar boa parte do ano que vem. Então, é lógico que vai depender também de outras ondas, porque a perspectiva de que ondas possam vir após a primeira onda ainda não está descartada. As pessoas não conhecem ainda o comportamento completo desse vírus.

A alternativa de retomada: na minha avaliação, a gente tem um plano de retomada aqui que lançaremos daqui a alguns dias, assim que a gente tiver chegado a uma condição de início decrescente da curva de contágio; não dá para lançar antes. Nós temos um plano de retomada que leva em consideração a incorporação de uma base tecnológica que nós estamos desenvolvendo nessa pandemia; leva em consideração a velocidade na resposta na área ambiental e na redução da burocracia estatal; leva em consideração uma participação do setor privado nos serviços públicos e obras públicas; leva em consideração linhas de crédito para que a gente possa incentivar o nosso desenvolvimento; leva em consideração a gestão fiscal responsável que a gente tem – e teremos que continuar com ela –, como fonte de atração de investimento; leva em consideração, para que isso aconteça, também obras de infraestrutura importantes na área portuária, ferroviária e rodoviária, por parte do Governo Federal e do Governo do Estado, que possam ser feitas em parceria com o setor privado. Nós estamos, então, já com plano de retomada pronto, mas só dá para ser lançado à medida que a gente controlar efetivamente a pandemia.

O Brasil está falhando no controle da pandemia. Quanto ao que o Senador Izalci perguntou, e perguntou meio afirmativamente, eu concordo em gênero, número e grau. Nós temos hoje uma confusão na cabeça das pessoas. O comportamento do Presidente da República é um comportamento que deixa muita dúvida na mente das pessoas, porque há uma politização da pandemia. A pandemia foi politizada. Como tudo está sendo politizado no Brasil de hoje, também a pandemia foi politizada. Jamais pensei que nós veríamos uma politização da pandemia.

O ideal é que fosse feito o que outros países fizeram: uma coordenação central para que o Estado nacional e os Estados subnacionais estivessem juntos nesse enfrentamento, com a mesma mensagem de isolamento, de distanciamento, de uso de máscara, numa coordenação nacional. Então, por causa disso, o Brasil chegou ao centésimo dia da pandemia ainda numa fase crescente, sem chegarmos ao platô. Então, é preciso que a gente possa compreender que no Brasil nós temos encaminhamentos diferentes, visões diferentes que têm atrapalhado o trabalho nos Estados.

Então, é preciso que, ainda numa fase crescente, a gente possa solicitar que o Governo central estabeleça uma coordenação nacional, mensagens que possam reconhecer a importância, a letalidade e a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gravidade dessa pandemia, para que a gente reduza o número de mortos, de pessoas que perdem a vida neste País. Já disse: aqui no Espírito Santo, se nós não tivéssemos feito nada, nós teríamos hoje, pelo menos, no mínimo, o dobro de pessoas perdendo a vida.

Então, é preciso, sim, porque a politização leva as pessoas a pedirem abertura do comércio e leva as pessoas a pedirem fechamento do comércio. Todo o conceito de isolamento social ficou ancorado no fechamento do comércio, e as pessoas muitas vezes pediam o fechamento do comércio e não se ausentavam da praia no final de semana, não dispensavam seu lazer, seu futebol, seu esporte, sua corrida. É preciso compreender que essa pandemia deve, precisa ser enfrentada com a responsabilidade individual para um benefício coletivo. Se as pessoas querem fechamento do comércio, mas no fim de semana vão para a praia e se aglomeram, vão para suas atividades sociais, de lazer, elas não estão contribuindo.

Se a gente puder fazer um equilíbrio, com a proteção à vida em primeiro lugar, mas permitindo, com base científica, que alguma atividade possa funcionar, é o desejo de todo mundo, mas para isso é preciso responsabilidade e disciplina de cada brasileiro, para que a gente consiga fazer isso, até para evitar o *lockdown*. Se todo mundo der sua contribuição, pode-se evitar o *lockdown*, mas de fato o problema do Brasil é a desconexão, é o contraditório que existe entre aquilo que o Presidente fala e pratica e aquilo que os profissionais de saúde estão dizendo. Isso causa uma politização da pandemia, que causou um resultado que poderia ser melhor no Brasil e que não está sendo por falta dessa coordenação nacional.

Outra questão que também foi colocada é o reajuste dos Estados: alguns Estados concederam reajuste antes da pandemia; agora, durante a pandemia, de fato não está correto conceder reajuste porque todo mundo já sabia o que seria o efeito sobre as contas públicas.

A Senadora Eliziane Gama de novo fala da coordenação, e é isto mesmo: ainda há tempo de o Governo brasileiro montar uma coordenação nacional. Eu propus ao Presidente da República essa coordenação nacional, esse comitê nacional; ainda há tempo de fazermos isso.

É importante, Senadora Eliziane, a prorrogação do FPE. Três meses, e é preciso que a gente prorrogue, porque nós teremos ainda mais alguns meses de pandemia e de efeitos sobre a economia, alguns Estados mais do que outros. Nos Estados do Nordeste o efeito é muito grande; aqui no Espírito Santo temos ainda, além do efeito da pandemia, o efeito da redução do preço do petróleo, que reduz a receita do petróleo para nós aqui, do Espírito Santo, e também para o Estado do Rio de Janeiro.

Ampliação dos recursos emergenciais: certamente precisaremos. A primeira parcela foi repassada em junho, há mais três parcelas, mas certamente precisaremos, assim como está sendo discutida também uma prorrogação da ajuda emergencial às pessoas físicas. O Governo Federal, assumindo essa coordenação, com apoio do Congresso... Destaco aqui, como disse o Governador Waldez Góes e eu destaquei na minha fala inicial: o papel do Congresso nesse debate tem sido fundamental. O Congresso



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tem provocado um debate com o Poder Executivo nacional, o que tem permitido consolidar ajudas aos Estados, aos Municípios e às pessoas num tamanho mais adequado para o tamanho da pandemia que a gente está vivendo. Então, essa prorrogação é importante.

Também é lógico que, numa hora como esta, não é possível que ao Governo Federal e aos governos estaduais também não seja permitida a ajuda aos Municípios, está certo? Então, assim, estamos entrando no período eleitoral e, no período eleitoral, é proibido repassar recursos, mas, numa hora de emergência, eu tenho plena convicção de que todos compreenderão se essa ajuda for direcionada para o enfrentamento à pandemia na área de saúde e na área social. Eu tenho plena convicção de que a grande maioria dos Parlamentares vai apoiar uma medida como essa.

Acho que eu abordei de forma mais geral, Presidente Senador Confúcio, as primeiras perguntas. Agradeço muito a oportunidade de participar desta audiência junto com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Renato Casagrande. É uma honra muito grande ter V. Exa. em nossa sala.

O Governador Mauro Mendes já esteve conosco, já fez sua apresentação, mas teve que se ausentar para participar de uma reunião com o Vice-Presidente da República.

V. Exa. já está liberado – V. Exa. solicitou esse espaço –, já nos ajudou bastante com as suas respostas.

Ficará conosco neste próximo bloco o Governador do Consórcio da Amazônia, o Governador Waldez Góes, um político dos mais experientes no cargo em nosso País, em seu quarto mandato de Governador. Então, ele tem condições de sobra para responder aos nossos próximos Deputados e Senadores inscritos.

Governador Casagrande, muito agradecido por sua participação.

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado a V. Exa.

Então, agora, Governador Waldez Góes, vou colocar quatro Parlamentares para fechar o bloco, e V. Exa., com sua equipe, vá anotando as perguntas, vá dividindo com sua equipe próxima as respostas. O bloco será composto pelo Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT, de Minas; pelo Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina; pelo Deputado Mauro Benevides Filho, do PDT, do Ceará; e, por último, o Deputado General Peternelli, do PSL, de São Paulo.

Com a palavra, por até três minutos, o Deputado Reginaldo Lopes, de Minas Gerais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Cumprimento o Presidente Confúcio Moura, Deputados e Senadores, Waldez Góes, Casagrande, um amigo, e cumprimento também os demais Governadores.

Quero primeiro dizer que, de fato, na minha opinião, a Câmara e o Senado terão que voltar a votar um projeto de apoio aos Municípios e aos Estados. Acho que o Senado fez uma opção pelo PLP 39, mas, na minha opinião, é insuficiente; ajudou, mas é insuficiente. Nós precisamos garantir a compensação das perdas dos subnacionais. Isso não é favor, é dever constitucional da União manter os subnacionais. Portanto, eu acredito que nós precisamos pensar em um novo projeto, e está correta a fala dos Governadores, no sentido de garantir essa compensação pelas perdas de arrecadação.

Esta é a segunda questão: de fato, o nosso modelo federativo impõe essa obrigação à União. Os Governadores e os Prefeitos não podem emitir título da dívida pública, não têm capacidade de contrair empréstimo. Então, é a União que tem que assumir essa responsabilidade.

E concordo plenamente: faltou coordenação, faltou planejamento. É inaceitável que até agora não haja um gabinete de crise para coordenar junto com os Governadores, Prefeitos, os três Poderes, os empresários, associações dos trabalhadores. Por que falta coordenação até agora? Porque o Governo Bolsonaro, de maneira irresponsável, insensível, desumana, resolveu tratar a política de isolamento como uma questão ideológica. Então, é evidente que esse Presidente da República é um irresponsável, e se devem atribuir a ele todas as mortes do País. Ele é irresponsável e incompetente do ponto de vista do enfrentamento da pandemia. Estamos há cem dias e nada, não consegue coordenar. E também é irresponsável do ponto de vista das ações econômicas. Não há planejamento, não há tranquilidade, não há previsibilidade. Olhem a situação das micro e pequenas empresas! Ele tratou o tema de maneira ideológica, fazendo disputa política, como "antipresidente". Continua no palanque eleitoral, ou melhor, fazendo *fake news*. É inaceitável a postura do Presidente da República.

Então, esta Comissão tem contribuído muito para fazer essa denúncia. O Parlamento... Se não fosse a Câmara e o Senado, o Brasil já teria entrando em convulsão social.

O Governo está discutindo a prorrogação do auxílio emergencial. Ele já está autorizado a prorrogar. Ele pode prorrogar por mais três meses, mas com R\$600. Essa é a autorização. Depois de três meses, eu acho que nós vamos ter que prorrogar por mais tempo. Esse auxílio financeiro está evitando a convulsão social. Senão, o Brasil já estaria vivendo com saques nos supermercados.

Então, este Governo, quero terminar, é irresponsável, não está à altura do País nem da necessidade das políticas públicas para enfrentamento da pandemia e menos ainda para reconstruir o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero enaltecer o papel desta Comissão ao ouvir os Governadores, assim como devemos ouvir quem está diretamente ligado ao dia a dia dessa questão. Talvez fosse o caso de, em breve, ouvirmos os Prefeitos, já que não dá para ouvir toda a população.

É um momento muito grave, que pegou a todos desprevenidos, não só o Brasil. Pegou os países ditos mais desenvolvidos do mundo, e cada qual está procurando responder à emergência.

Eu, que já vivi emergências como Governador, quero oferecer minha compreensão e solidariedade a todos e fazer minhas as palavras do Governador do Espírito Santo quando ele reclamou da logística. As peculiaridades de um continente como o nosso são quase infinitas. Agora, há coisas que são – entre aspas – "*commodities*", como respiradores.

Talvez o maior detonador de crises e CPIs pelo Brasil afora seja o insucesso da anunciada aquisição de 15 mil respiradores pelo Governo Federal em fevereiro ou março deste ano. Não conseguimos concretizar a compra, disparou o alarme, e surgiram as figuras agora dos facilitadores de aquisição. Um dia alguém vai escrever um romance sobre o facilitador, e as CPIs vão se multiplicar.

Vocês já imaginaram se cada prefeitura tivesse que comprar a vacina contra a H1N1, se ela não fosse adquirida, Senador Confúcio, pelo Ministério da Saúde? O senhor já imaginou a babilônia, a babel, aliás, que nós teríamos no Brasil?

Então, eu quero me solidarizar com esse esforço para simplificar o que pode ser simplificado e respeitar a autonomia.

Concordo com a própria conclusão do Congresso, quando nós votamos o auxílio aos Estados, de que esse auxílio parcial vai ter que ser complementado. O auxílio emergencial para os cidadãos, que já se anuncia aí, de R\$500, R\$400, R\$300, eu acho que já é uma boa iniciativa; só discutir o assunto já é importante e decidir é melhor ainda. Esses R\$600 foram um instrumento para que nós descobríssemos os invisíveis.

Então, eu quero oferecer a minha solidariedade e sugerir que os Governadores se reúnam para um diálogo construtivo com os próprios Prefeitos. Há muitos antagonismos entre Prefeitos, unidades federadas e a própria União.

Como dizia o velho *rock* dos anos 70, Confúcio, "divididos, não sobreviremos". *Divided we fall, together we stand*. Unidos, temos chance de escapar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Deputado Federal Mauro Benevides Filho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, Senador Confúcio; meu caro Relator, Deputado Francisco Jr.; Governadores aqui presentes, que prestigiam esta Comissão, Governador Renato Casagrande, Governador Mauro Mendes, Governador Waldez Góes – ouvi atentamente as suas colocações.

Esta Comissão, portanto, tem esta tarefa de acompanhar a questão da execução da Covid e a própria situação dos Estados brasileiros.

Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas aqui presentes, a minha primeira ponderação aos Governadores é a de que, se já não estiverem fazendo, na minha modesta experiência na gestão pública, os Governos deveriam criar uma fonte própria, específica, para poder fazer vazão aos gastos da Covid-19, a esse auxílio financeiro que está chegando do Governo Federal, porque vai haver fiscalização dos Tribunais de Contas e, inclusive, da Controladoria-Geral da União. Então, a minha primeira ponderação, meus caros Governadores, era a de que deveriam ponderar aos seus secretários de fazenda ou de planejamento, se não forem juntos, que se criasse não a funcional programática, mas uma fonte específica para que o Governador possa acompanhar o valor de quanto está recebendo e de quanto está gastando. Portanto, a prestação de contas desses valores será muito mais fácil, o que é, inclusive, o que nós estamos fazendo aqui, no Estado do Ceará, para facilitar o recebimento disso. É a minha primeira ponderação.

A minha segunda pergunta é a seguinte: se nós somarmos os valores repassados, a suspensão da dívida interna e o valor que está sendo recebido pela nossa Lei Complementar 173 – uma lei do Congresso Nacional, é bom frisar, porque, apesar da resistência do Presidente e do Ministério da Economia, o Presidente Davi Alcolumbre e depois o Presidente Rodrigo Maia conseguiram avançar nesses valores –, *vis a vis* o que estão recebendo e o que estão deixando de receber das suas receitas, compensam esses valores?

E quem tem dívida externa, como o Amapá? O Amapá tem R\$384 milhões de dívida externa. O veto do Presidente ao §6º do art. 4º da Lei Complementar 173, que proíbe a União de executar as contas garantias, que era a segurança de que o Estado do Amapá não precisaria pagar os valores da sua dívida externa, que, a preços de maio, seria de aproximadamente R\$400 milhões... Eu sei que o Amapá está muito forte financeiramente, mas R\$400 milhões é um valor muito expressivo para a gente concordar com esse tipo de veto. A explicação de que o Brasil seria colocado como inadimplente pelo Banco Mundial não procede porque o Rio de Janeiro já não paga e a União paga; nem por isso o Governo foi considerado inadimplente. Minas Gerais não paga, e o Governo Federal está pagando. São quatro Estados com organismos internacionais. Não está na hora de a gente ir à luta e trazer esses R\$10 bilhões da dívida externa para também serem compensados? Essa era a terceira pergunta que eu gostaria de fazer aos Governadores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Com a palavra o Deputado General Peterlini.

O SR. GENERAL PETERLINI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio; Senadora Eliziane, Vice-Presidente; nosso Relator Francisco Jr., é uma satisfação muito grande estar presente aqui novamente. Aprendi muito com os Governadores do Espírito Santo, o Casagrande; de Mato Grosso, o Mauro Mendes, e o do Amapá, Waldez Góes. É muito importante todo esse trabalho.

Eu vejo que realmente o Congresso tem dado uma resposta rápida para os casos necessários no enfrentamento ao Covid, conforme ressaltaram os Governadores, e vejo que, dentro desse foco, são muito importantes esses aspectos que foram abordados da rapidez na retomada da economia. E dois Governadores citaram como importante a licença ambiental de maneira rápida, é lógico cumprindo toda a legislação específica. Há aí uma boa oportunidade. No caso das próprias construções de casas populares, não há nada que impeça essa atividade. Vejo que é muito importante.

Como o Senador Confúcio me escalou, junto com a Senadora Eliziane, para ouvir e acompanhar mais o Ministério da Saúde, eu o tenho acompanhado. O próprio Ministério já disse que, sobre equipamentos, nós estamos com uma solução interna, brasileira, que vai atender às necessidades.

Fiquei contente de ouvir o Governador Waldez Góes comentar que vai mandar uma relação do medicamento necessário para cada Estado. Ontem, na Comissão Externa que trata do coronavírus, com o Deputado Luizinho, a grande dúvida da indústria química brasileira de medicamentos era: "De quanto vai se precisar? Como vai ocorrer?".

Lembro que esse era um aspecto que não era centralizado pelo Ministério da Saúde. Mas vejo que agora é muito importante o trabalho e um esforço em conjunto de todos, com a participação do Conass, do Conasems e da Opas, o que é fundamental para essa nossa atividade.

Eu gostaria também de abordar os aspectos econômicos. Eu acho que é muito importante a retomada, e a participação de todos é fundamental. Eu sou bem confiante nessa retomada, tendo em vista que o capital circulante que é divulgado pelo Banco Central praticamente não caiu. É bem expressiva a atividade econômica brasileira.

Volto a ressaltar sobre a importância muitas vezes de nós pensarmos no futuro, para que essas verbas federais, quando vão para Estados e Municípios, também sejam gerenciadas pelo Siafi, porque poderia verificar quem já empenhou, quem já gastou, de tal forma que o Ministério da Saúde pudesse colocar recursos naqueles que já empregaram os seus recursos, que já têm capacidade e que já estão executando. Vou sugerir este detalhe no Gabinete de Crise: que existam representantes dos Estados.

Faço uma pergunta para os Governadores. Eu vejo que todo mundo está falando na testagem em massa. O que vai mudar muitas vezes no resultado não daquele que tem sintomas, mas do geral? Faço



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

uma pergunta ao Governador. Nós estamos gastando um bom dinheiro para testar, 20% ou 30%. O resultado no que vai influir?

Muito obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Para a gente fechar o bloco, Governador Waldez Góes, temos aqui a Deputada de Brasília, do Distrito Federal, Deputada Paula Belmonte, do Cidadania, que fecha o bloco. Para a gente fechar, teremos a Deputada Paula Belmonte. Logo depois das suas respostas, Waldez, o nosso Relator fará as indagações e as considerações finais.

Então, com a palavra a Deputada Paula Belmonte.

Ela saiu da sala. Ela estava aqui.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) – Não. Eu estou aqui na sala.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ah, está bom, está bom!

A senhora pode falar, Deputada, por favor.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Inicialmente, desejo um bom dia para todos. Que Deus nos abençoe, em especial o senhor, Presidente Senador Confúcio, a nossa querida Senadora Eliziane, que está como Vice-Presidente, que é do meu partido, todas as pessoas que estejam participando e o Deputado Dr. Francisco, que tem feito um trabalho de excelência.

Eu quero, antes de começar a falar, dar parabéns para esta Casa! O Senado Federal ontem aprovou um projeto que vai fazer a diferença na vida de muitas pessoas, trazendo água de qualidade para toda a população. Até 2033 nós vamos ter a universalização da água, e isso é algo que é fundamental para a saúde, algo tão caro para todos nós. Muitos problemas que muitas vezes nosso País enfrenta ocorrem pela falta de saneamento básico, algo fundamental e essencial para principalmente nossas crianças. Só para os senhores terem uma ideia, em 2015 morreram mais de duas mil crianças com diarreia. É algo fundamental o marco que vocês fizeram ontem e que terá bons frutos, graças a Deus! Estou muito grata. Deixo aqui a minha gratidão a esse trabalho de vocês ontem. Há outra questão que eu vi aqui alguns Governadores falarem. Quero aqui dizer que, como disse aqui o General Peternelli, aprendemos muito, porque quem está na ponta é que sente toda a situação, a sensibilidade a respeito de medicamentos. Um dos Governadores falou: "Nós não precisamos mais de respiradores; precisamos de medicamentos".

Ontem – eu acredito que alguns dos senhores acompanharam –, nós tivemos uma sessão, uma audiência pública também lá na Comissão do Covid-19 na Câmara Federal. Exatamente trouxemos o setor farmacêutico, trouxemos pessoas que representam, junto com a Anvisa, junto com o Ministério, para que a gente possa, sim, ter medicamentos para todos e que esse custo seja realmente de uma forma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

justa. Sabemos que a demanda é maior do que a oferta e que é natural que muitas vezes haja um acréscimo, mas nós não podemos segurar estoque para que esse valor seja maior. Então, uma das sugestões é a gente fazer a centralização de compra.

O Deputado e Presidente Luizinho foi muito incisivo. Fiquei até surpresa com a insistência dele, com o posicionamento dele de clarear a situação e querer ver quais são os estoques. Então, os senhores tenham a certeza de que esta Casa, o Congresso Nacional está comprometido com a nossa população.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de estar participando com os senhores, para que cada vez mais estejamos unidos em prol de salvar vidas. E salvar vidas é também dar saneamento básico.

Muito grata, Senador e todos que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito agradecido à Deputada Paula Belmonte, aqui de Brasília.

Agora passo a palavra ao Governador Waldez Góes. Ele deve ter anotado as perguntas de Reginaldo Lopes ou as indagações, se merece ou não comentários. Assim, fica livre.

Esperidião Amin, Mauro Benevides, General Peternelli e Paula Belmonte.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, Deputada.

Deputada, vou liberar o som.

Libere o som dela para mim. Está liberando...

Pode falar, Deputada.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, Deputada.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Desculpe-me. Eu não estava ouvindo.

Eu só quero pedir um auxílio... Um auxílio não. Eu me esqueci de falar uma parte em relação ao pronunciamento do Deputado Mauro Benevides.

É muito importante o conselho que ele deu aos Governadores. Nós estamos realmente precisando fazer com que as contas se tornem transparentes. O Tribunal de Contas, com certeza, vai fazer uma força-tarefa em relação a isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, na Câmara Federal, estamos aprovando um requerimento de urgência a respeito exatamente do aumento de penalidade para os maus gestores. É importante dizer que esta Casa está fazendo o trabalho dela, fazendo o trabalho de fiscalização exatamente para os bons gestores serem valorizados e os maus gestores serem punidos. Então, é algo essencial e que todos os Governadores presentes estejam aqui.

Saibam que esse conselho do Deputado Mauro Benevides é importante para trazer essa transparência.

Muito grata, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o Governador Waldez Góes.

Governador Waldez, pode usar a palavra. É só ligar o som.

Libere o som dele.

Liberado o som, pode falar.

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA (Para expor.) – Eu fiquei bastante satisfeito com todas as observações feitas pelos Senadores e Deputados e vou comentar rapidamente cada uma delas.

Se o senhor me permitir, com aquiescência dos meus colegas, cinco minutinhos para eu me despedir do Vice-Presidente Mourão e dos colegas Governadores na outra videoconferência...

Ah! Já encerrou lá. Então, vamos seguindo aqui. Eu ia pedir para o Dr. Pedromar entrar antes, para depois comentar. Mas vamos lá.

Deputado Reginaldo, foi perfeita a sua colocação. Isso reforça a tese que temos defendido, que é logicamente o que o Congresso Nacional também tem trabalhado, demonstrando isso na prática, com as atitudes que tem adotado, seja aprovando projetos de iniciativa do Executivo, seja conduzindo também a construção de medidas como fez, sob a liderança do Senador Davi Alcolumbre, na questão do auxílio financeiro. Então, realmente quem pode colocar a mão mais forte de assistência à população e aos Estados e Municípios na emissão de títulos, moedas e até revendo essa questão de muitos fundos também com recursos contingenciados por anos, às vezes, para auxiliar os Estados, realmente é o Governo Federal. Então, quero apenas concordar e agradecer todo esse empenho do Congresso Nacional – Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

O Senador Esperidião Amin falou claramente sobre as dificuldades já identificadas pelos Governadores na questão de logística, compra de medicamentos, respirador, e isso é fato, porque aqui, no dia 13 de março, nós tomamos uma iniciativa assinada pelos nove Governadores da Amazônia e o Governo Federal, e realmente se passaram 60 dias e o Governo Federal não conseguiu fazer a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coordenação da compra dos respiradores, e ficou aí a exposição dos governos estaduais e municipais a essa relação mercadológica da forma que foi conhecida por todo mundo, uma exposição realmente canibal. Então, isto é sério: por falta de uma coordenação. Tivessem o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, desde a questão da política de restrição de isolamento social até a compra de equipamentos e medicação mais difíceis... Porque às vezes, eles não existem no mercado interno, a indústria brasileira não estava preparada para auxiliar e disponibilizar esse tipo de equipamentos, pela demanda crescente em função da pandemia, seja também de medicamentos... Então, é lógico que o Governo Federal tem muito mais capacidade. Ainda é tempo – não mais de respiradores, mas de medicação, principalmente *kit* de intubação. Fazendo isso para os governos estaduais, ele pode até deduzir dos repasses que manda aos governos estaduais para fazer o enfrentamento, se for o caso. Mas concordo. E naquilo que poderia ser feito e não foi feito – em que acabaram Estados e Municípios, com as suas equipes, ficando nessa exposição a essa guerra mercadológica, com aumento de preços e dificuldades –, ainda é tempo, sobretudo na questão do *kit* de intubação, porque se faz necessário. A pandemia lá vai caindo, mas ela não vai terminar com pessoas em leitos de clínicas: ela vai terminar com pessoas em leitos de UTI. Então, o *kit* de intubação ainda é necessário para quase todos os Estados brasileiros, sobretudo considerando o agravamento da pandemia na interiorização dela. Então isso requer mais atenção ainda da gente.

Quero também, em função da fala do Deputado Mauro Benevides... Sobre as fontes, está corretíssimo. Nós aqui estamos trabalhando nessa linha de disponibilizar uma fonte própria para execução das despesas com os recursos disponibilizados, sejam de emenda federal, de Deputados ou Senadores ou de bancadas, sejam os recursos repassados pelo Governo Federal para enfrentamento à Covid.

Também quero concordar em relação à dívida e pedir, em nome de todos os colegas Governadores... Esse foi um pleito que o Fórum dos Governadores fez ao Congresso Nacional. Tivemos o atendimento do Congresso Nacional, liderado, repito mais uma vez, pelo Presidente Davi, que escutou a todos nós em nome dos senhores e das senhoras, e tivemos ali garantida a questão do alongamento, do levantamento do pagamento das dívidas públicas. Logicamente, se esse veto não for derrubado, isso compromete muito, mas muito mesmo, e não é só o Amapá. O nosso querido Deputado Mauro Benevides fez referência a valores que estão corretos, e não é só o Amapá. Na verdade, todos nós, principalmente Estados do Norte e Nordeste, ficaremos bastante sacrificados se porventura esse veto presidencial permanecer. Já faço até, em nome dos colegas, esse apelo ao Congresso Nacional para derrubada desse veto referente à questão das dívidas externas.

Meu querido Deputado General Peternelli, o Dr. Pedromar vai fazer um esclarecimento melhor, mas por que a gente insiste em testar? Na verdade, aqui nós trabalhamos com diagnóstico clínico e testagem rápida. Na testagem rápida, se for confirmado que está com Covid, não significa que ele não vá pegar ou até não tenha, por conta dessa janela ali da testagem. Mas qual é o ganho para o Poder Público no atendimento à sociedade? Na hora que é diagnosticado clinicamente ou por testagem rápida que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa está com Covid, no caso do Amapá, nós estamos urgentemente entrando com protocolo precoce e com isolamento social. Então a gente consegue com isso, sim, diminuir muito a curva da incidência viral. Isso tem funcionado no Amapá, mesmo com toda a carga de incidência no Estado. Em seguida a isso, o Dr. Pedromar vai explicar um pouco melhor.

Nossa querida Deputada Paula, quero encerrar dizendo que nós vibramos muito ontem com a postura do Congresso Nacional, aprovando o novo marco regulatório do saneamento básico. O Amapá já trabalha esse projeto há um ano e meio junto com o BNDES. Eu estou, inclusive, com um projeto de lei assinado por mim, eu esperava só o momento em que o Congresso aprovasse para que eu pudesse encaminhar à assembleia legislativa, e o desenho do Amapá, inclusive já com 80% das prefeituras aprovando legislações municipais autorizando esse desenho em relação ao Amapá para concessão de água e esgoto, já está todo formulado – e foi formulado pelo próprio Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse modelo já foi também discutido pelo banco no Acre, está sendo discutido em Roraima, que são modelos para Estados da nossa dimensão.

No nosso caso, nós buscamos pactuar. Não conseguimos ainda essa façanha, mas estamos pactuando um modelo que atenda 100% do território estadual, ou seja, uma cobertura de 100% mesmo, de todo o Estado do Amapá. Faltam apenas três Municípios concordarem e aprovarem suas legislações. Os demais já o fizeram, e nós encaminharemos esta semana ainda para a Assembleia Legislativa.

Sobretudo no pós-pandemia é hora realmente de termos muito investimento em saneamento básico e em água tratada, mas isso não se vai fazer com dinheiro de prefeituras ou de governos de Estados e do Governo Federal. O Amapá e muitos Estados do Brasil ainda têm recursos do PAC Saneamento que não conseguiram traduzir efetivamente em atendimento à sociedade. Então, realmente, está provado que o Poder Público, com dinheiro do orçamento brasileiro, dos orçamentos estaduais e municipais, vai levar 100 anos e não resolverá o problema de cobertura de água e esgoto no Brasil. Vai levar de 100 a 200 anos. Trabalhando o projeto de PPI na área de saneamento no Amapá, considerando o modelo de concessões, a cobertura em abastecimento de água tratada no Estado vai levar nove anos, com investimentos de mais de R\$4 bilhões! Quer dizer, mesmo a iniciativa privada, tendo R\$4 bilhões ou mais para investir, ainda vai levar tempo significativo para fazer isso se traduzir em atendimento à população. Agora deixe isso na mão de Governo Federal, estadual e municipais que nós vamos viver mais cento e poucos anos vendo a causa e os efeitos da falta de saneamento: pandemias como esta, sociedade ainda mais vulnerável por falta de saneamento.

Eu queria mais uma vez fazer um apelo ao Confúcio. Eu usei meu tempo de novo, mas eu queria que me dessem essa chance. É importante vocês conhecerem um pouquinho da experiência do Amapá – trata-se de algo que já relatei aqui umas três vezes – nas palavras do Dr. Pedromar, nosso Presidente do Comitê Médico do Estado e Coronel da Defesa Civil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vou fazer o seguinte, Governador Waldez. O Relator Francisco Jr. fará as indagações finais e, aí, V. Exa. já transfere para o Coronel para ajudá-lo no encerramento e na resposta ao Deputado Francisco Jr. e, assim, fechamos a nossa audiência pública.

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu passo a palavra ao Deputado Francisco Jr. e, logo a seguir, V. Exa. terá tempo para fazer seus comentários finais, e o Coronel para fazer também o complemento das considerações que interessam ao Estado do Amapá.

Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado.

Presidente, é apenas para agradecer e parabenizar os Governadores que puderam estar presentes: Antônio Waldez Góes da Silva, Governador do Amapá e Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal; Governador Mauro Mendes, Governador do Mato Grosso e Presidente do Consórcio Brasil Central; e Governador Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo e representante do Consórcio de Integração Sul e Sudeste.

Eu vejo o esforço de cada um, gostei muito do trabalho que estão apresentando. Agora, eu gostaria de fazer um comentário apenas. O desafio é inédito, enfrentar esta pandemia é inédito, é inédito para os gestores, é inédito para os órgãos de controle e fiscalização, mas também é inédito para o mercado. E neste momento nós precisamos de bom senso e eu queria ver o que nós poderíamos fazer para contribuir com esse bom senso, porque nós entendemos que, diante de tanto ineditismo, diante de tanta extraordinariedade, de tantos ritos, de tanta situação de urgência, nós não podemos ficar reféns de algumas coisas que inclusive são muito valiosas para nós. Por exemplo, eu defendo, com todas as forças, a livre iniciativa, a livre concorrência e o mercado, agora, eu também não posso concordar, nessa situação – apesar de que há aquele ditado de que em toda crise alguns choram, outros vendem lenços –, em exagerar, extrapolar; na minha opinião, é enriquecimento ilícito também.

Então, alguma coisa nós temos que fazer para conter os exageros. Nós não podemos permitir que determinados segmentos enriqueçam explorando e colocando em risco, literalmente, a vida de tantos brasileiros e brasileiras. Então, essa situação independe do gestor e depende do bom senso, mas, ao mesmo tempo que depende de bom senso, de o órgão fiscalizador entender que às vezes ele está pagando três, quatro, cinco, dez vezes mais pelo mesmo produto, comparando com meses anteriores, também nós não podemos permitir que esse aumento seja dessa forma, de qualquer jeito. Então, não sei, nós precisamos encontrar, Presidente, de alguma forma, com bom senso, sem prejudicar os princípios básicos da boa relação entre iniciativa privada e gestão pública, um meio de dar segurança para o gestor trabalhar, ao mesmo tempo que precisamos ter condições, limites, critérios para tudo isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria só fazer esse comentário, parabenizando todos que participaram.

E me refiro agora ao Presidente, Senador Confúcio, para fazer um comunicado.

Que fique registrada aqui uma homenagem nossa da Comissão ao Sr. Antonio Lazaro de Almeida, que é pai do Deputado Vitor Hugo, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado por Goiás, que faleceu nesta madrugada em decorrência de um AVC. Então, quero fazer o registro do falecimento do pai do Líder do Governo, Deputado Vitor Hugo, prestando as nossas homenagens, as nossas condolências a ele, à família e aos amigos.

Obrigado, Presidente, obrigado, Governadores, por poderem participar conosco e dar sua contribuição nesse esforço conjunto de todos para combatermos da melhor forma possível os efeitos desse coronavírus que está no mundo inteiro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Eu quero registrar a participação dos internautas: Priscila Velasco, do Rio de Janeiro; Guilherme Firmo, de Minas Gerais; Sonia Beatriz Silva, do Rio de Janeiro; Larissa Moreira, de Minas Gerais; Vitor Hugo Colacio, do Rio de Janeiro; Williney Silva Moreira, do Acre; Crisóstomo, de São Paulo; Iza Lopes, de São Paulo. Muito agradecido pela participação de todos. Eu creio que as perguntas de vocês, no bojo desta audiência pública, foram respondidas.

Agora, para fazer o fechamento, eu devolvo a palavra para o nosso Governador presente, Waldez Góes. Se ele quiser delegar a primeira ao coronel para responder, V. Exa. logo depois dele faz as considerações finais.

Está com a palavra, Governador.

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA (Para expor.) – Agradeço mais uma vez, Governador, Senador Confúcio.

Passo a palavra ao Cel. Pedromar, por cinco minutos, para socializar um pouco da nossa experiência.

A gente só agradece a todos pela oportunidade.

O SR. PEDROMAR VALADARES MELO (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente Senador Confúcio, todos os Parlamentares. Em nome da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá e do nosso Comitê Médico de Enfrentamento à Covid-19, agradeço a honra e o espaço cedido pelo Governador para poder compartilhar algo que deu certo e que pode, de certa forma, ser replicado na experiência dos senhores no enfrentamento dessa guerra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós participamos aqui numa frente dupla, pela Defesa Civil e pelo Comitê Médico de Enfrentamento da Covid. Nós instituímos um parecer médico que foi até pioneiro, o propusemos ao Governador, que gentilmente entendeu a necessidade da ação desse comitê e o tornou oficial através de um decreto, instituiu esse comitê como consultivo para definir ações. Nós juntamos com a Defesa Civil e com o Comitê Médico...

Eu pediria só, por favor, permissão para o compartilhamento de quatro gráficos, quatro imagens, rapidamente, só para ilustrar isso que estou falando.

Então, nós aqui avançamos para onde nós sabemos que temos que iniciar o enfrentamento dessa guerra, que é na atenção primária. Tudo o que está sendo discutido aqui é fundamental. Garantir a possibilidade de socorrer e resgatar as pessoas que estão em estado crítico nas UTIs e aquelas que estão se agravando nos hospitais é fundamental, mas nós temos que dar foco ao enfrentamento na fase inicial dessa doença. Nós temos que fazer todo o investimento também na abordagem precoce – abordagem precoce no dado dessa dinâmica que somente dá analgésico e antitérmico e deixa as pessoas se agravando em casa. A gente não sabe quem vai agravar. Nós, como médicos, não temos esses parâmetros para serem definidos. Então, toda síndrome gripal pode, sim, ser Covid, até que se prove o contrário. Não sabendo quem vai agravar, nós vamos ter uma demanda que vai chegar ao mesmo tempo aos hospitais e infelizmente não vamos conseguir vencer essa guerra.

Nós consideramos que temos que agir na janela de oportunidade que a doença nos dá. A janela de oportunidade é a fase 1, a fase em que o vírus está se multiplicando no organismo. Existem medicações que podem bloquear a ação desse vírus. São focos até de discussão, de polêmica, de questão científica, mas aqui no Amapá nós despolitizamos essa questão, avançando em 16 Municípios. Todos estão aplicando, e com certeza isso ajudou a cair a nossa letalidade.

Se puder autorizar a apresentação. São quatro eslaides somente, só para ilustrar melhor.

Então, nós temos aqui no Amapá uma realidade crítica há algum tempo. Nós somos o quarto Estado no País com maior incidência de casos e uma das menores capacidades instaladas de leitos. Era para estarmos vendo aqui há alguns dias nosso colapso funerário, mas Deus nos poupou disso. Como já disse bem o Governador, todas as medidas foram tomadas e, sem dúvida, a utilização dessa arma nessa fase inicial do enfrentamento dessa guerra, que é o tratamento precoce, que é o tratamento com medicações que podem, sim, bloquear a ação do vírus, fez toda a diferença.

Esse alinhamento hoje, como o Governador já falou, está partindo já para outro estágio, que é o da utilização de medicações para bloquear a ação do vírus entre os familiares. A gente sabe que o Brasil de verdade é o Brasil do interior.

Pode colocar o outro lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui foi o que a gente construiu, a nossa realidade, colocando aqui uma junção de coisas. E eu sugiro isto humildemente: que os gestores busquem associar, puxar a Defesa Civil, que é o órgão que está preparado, de prontidão para atuar perante os desastres e catástrofes. Sugiro que os senhores busquem o nosso Secretário Nacional de Defesa Civil. Ele pode ajudar, porque a Defesa Civil agrega uma visão humana, um valor de resposta à comunidade, porque as pessoas, acreditem, querem viver, elas querem ter o direito ao tratamento. Tanto as pessoas como os médicos estão muito confusos no meio dessa guerra. E a ação tem que ser aí, no enfrentamento, na atenção básica.

Pode passar a próxima.

Então, nós não podemos perder tempo. Quem vai escapar? Não sabemos. É uma roleta-russa. Quem vai chegar em estado crítico no hospital? Não temos como saber. É um desafio. Então, como fazer?

Nós trouxemos isso aqui para dizer da nossa realidade, de uma parte do alinhamento que conseguimos. Nós somos o quarto Estado com menor letalidade. Ou seja, quantas pessoas que adquiriram a doença sofreram ou foram a óbito? É isso daí.

Então, foi a grande ampliação de leitos que nós conseguimos que fez com que nós não vivêssemos, a exemplo do resto do sul do País, um colapso crônico. E a Covid simplesmente é um colapso agudo dentro do *front*, dentro da realidade.

E por que nós propusemos isso? O nosso Estado, o Amapá, é um Estado pequeno, de 850 mil habitantes, 92% da população depende da assistência do SUS, somente 8% têm acesso à rede privada. E sabemos que esses pacientes que vão agravando ao mesmo tempo é que vão colapsar o sistema.

Pode passar.

Esse aí é o nosso dever de casa. A partir do momento em que aprovamos esse protocolo no nosso Corpo de Bombeiros – esse boletim é público, são dados públicos –, vejam os senhores os nossos resultados: 410 militares foram tratados e afastados do seu trabalho com síndrome gripal; 390 já tiveram óbitos. Quais são as medicações que nós utilizamos lá no nosso protocolo? Hidroxicloroquina e cloroquina, azitromicina, ivermectina e nitazoxanida. O médico é quem define qual associação ele vai fazer. Nós não somos cloroquina futebol clube. Nós somos tratamento e abordagem precoce futebol clube. Vejam que tivemos um óbito, infelizmente perdemos um companheiro. Não deveríamos ter perdido ninguém. Mas ele seguiu a orientação do Ministério da Saúde, que inicialmente orientava ficar em casa e procurar atendimento somente se tivesse falta de ar. E hoje nós temos esses 197 casos confirmados, não esperamos resultado de RT-PCR, não esperamos resultado de teste rápido, não há tomografia para todo mundo. Então, nós temos que agir nessa fase inicial e dar oportunidade à população de sobreviver.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não fizemos isso aleatoriamente nem da nossa cabeça. Nós o fizemos buscando aquele trabalho alinhado e com base científica também.

Esse aqui é o nosso protocolo em que a gente já está atuando perante os indígenas, porque agora que avançou nas áreas indígenas. Então, veja, nós estamos oferecendo azitromicina, ivermectina e analgésico. Por que não a cloroquina? Porque lá na área indígena eles já tomam o chá da quina, que é a cloroquina deles, natural. Com isso a gente já está em campo, avançando de maneira proativa para os nossos indígenas não agravarem.

Nós estamos avançando com uma força-tarefa – Governo do Estado, Dsei, Secretaria de Saúde, Defesa Civil – com que a gente espera trazer bons resultados, bons números para que isso se replique, porque sabemos que os indígenas estão mais vulneráveis ainda do que a população em geral.

Essa é a nossa experiência, com baixa letalidade, alta incidência, baixa retaguarda de direitos e uma das menores letalidades do País.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor pode fazer, fique à vontade.

Pode falar, Governador, pode falar.

Governador Waldez Góes, está com a palavra.

Pode ligar o som.

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA (Para expor.) – Não queremos abusar muito do tempo dos senhores e das senhoras, mas, em regra, nos 16 Municípios do Governo do Estado, queria alinhar muito bem isso, inclusive com os órgãos gestores, despolitizamos ao máximo essas avaliações e conceitos em relação à medicação.

O Conselho Regional de Medicina aprovou o protocolo, as instituições de fiscalização e de controle do Executivo também e o Ministério Público estadual. E, hoje, as redes municipais, todas, atuam tanto no diagnóstico clínico quanto no protocolo terapêutico precoce.

Nós estamos, de certa forma, considerando que o isolamento social, o engajamento da sociedade, as orientações em termos de protocolo sanitário, o convívio pela sociedade, pelas autoridades e pelo Poder Público, de um modo geral, associados a essas medidas que nós adotamos, de certa forma, foi o que evitou nós, por sermos o Estado com o maior índice de acometimentos proporcionais por pessoas com Covid-19, não termos aqui, logicamente, um percentual... Se nós tivéssemos, por exemplo... Hoje nós



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

temos 380 óbitos, 1,44% de letalidade. Se nós tivéssemos 5%, 6% de letalidade, seria uma calamidade pública mesmo, em todos os aspectos.

Então, essa experiência foi construída de uma forma realmente despolitizada, por isso que, mais uma vez, reforço a indagação do nosso querido General...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Peternelli.

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA (Para expor.) – ... Peternelli, querendo saber por que a gente ainda vai insistir em mais testagem.

Ela nos dá essa capacidade... Lógico, o médico, hoje, na rede básica, está fazendo um diagnóstico clínico para poder entrar logo com o protocolo, porque, se fosse esperar um teste que foi feito em laboratório, que, às vezes, leva 15 dias, ou ele já agravou, ou já faleceu, ou até já ficou curado sem a intervenção protocolar de verificação.

Então, o diagnóstico clínico e o teste rápido, para poder identificar ali a pessoa na janela certa e atuar, têm sido a lógica do protocolo que o Dr. Pedromar tem coordenado.

Eu quero, mais uma vez, Confúcio, agradecer carinhosamente a sua liderança e, logicamente, fazendo isso, faço em nome de todos os outros Senadores e Deputados que fazem parte da Comissão. É muito importante essa interatividade. Ouvimos aqui opiniões muito positivas, observações e recomendações, ao mesmo tempo também em que Casagrande, Mauro Mendes e eu transmitimos a vocês o que certamente irá colaborar e contribuir em decisões futuras que o Congresso Nacional deve tomar.

O que a gente quer é apenas agradecer. Eu acho que este País de dimensão continental tem que se permitir mais vezes fazer isso, procedendo à iniciativa que você teve, junto com seus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Waldez...

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA (Para expor.) – Isso nos deixa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Waldez, peço que fique mais um pouquinho, porque chegou uma Deputada do Piauí aqui agora, e ela quer falar uma palavrinha. Eu não posso deixar de atender a Deputada Rejane Dias, que vai lhe dirigir uma indagação ou a quem ela queira falar. A Deputada veio do Piauí para vê-lo.

Deputada Rejane...

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Muito obrigada, Senador Confúcio. Mais uma vez, eu quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho que vem fazendo, pelo seu comprometimento com as ações de enfrentamento ao coronavírus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar todos os Governadores que falaram e também cumprimento todos os Deputados e Senadores que estão presentes nesta importante reunião.

Eu gostaria apenas dizer da minha preocupação. Inclusive, na reunião passada, na audiência pública passada, melhor dizendo, nós tivemos a presença do Ministro da Saúde. Eu já tinha relatado e chamado a atenção com relação ao desabastecimento no que diz respeito aos medicamentos essenciais, Senador Confúcio, para o atendimento das pessoas nas UTIs que são acometidas pelo Covid.

Fiquei pensando aqui sobre tudo aquilo que foi dito pelos Governadores, especialmente pelo Governador Casagrande, do Espírito Santo, e pelo Governador Mauro Mendes, quando eles relatam essa falta de coordenação geral, de uma liderança nacional que possa ajudar os Governadores, os Prefeitos, os subnacionais no que diz respeito a essas ações. Evidentemente, nós estamos vivendo um momento excepcional não só no Brasil, mas no mundo. Então, mais do que nunca é necessária essa coordenação única para que as ações possam acontecer de forma coordenada em todos os Estados e Municípios.

Quando eu falo da questão dos medicamentos, eu estou falando também da luta para adquirir respiradores até mesmo de outros países. A gente sabe que há uma guerra mercadológica muito grande envolvendo vários países na corrida desesperada para adquirirem esses equipamentos tão essenciais à saúde da população.

Então, mais do que nunca, era necessário realmente centralizar essas ações junto ao Ministério da Saúde no sentido de se fazer uma compra única, uma compra só, o que, evidentemente, baratearia os custos desses equipamentos, desses insumos, até mesmo com relação à testagem, que a gente sabe que é primordial. Estamos ouvindo isso dos especialistas, estamos ouvindo dos médicos que há necessidade da testagem para que a população atenda ao isolamento social, para que, evidentemente, a partir disso, salvem-se vidas, para, é claro, entrar com a medicação precoce para aqueles que são identificados logo que é feita essa testagem.

Eu gostei muito da fala também do Governador do Espírito Santo, se não me engano, quando ele apresentou uma sugestão do ponto de vista da economia, de geração de emprego e renda, com relação, por exemplo, à criação de um programa habitacional. A gente sabe que a construção civil, Sr. Presidente, é fundamental na geração de novos postos de empregos. Então, ao mesmo tempo em que se dá condição para aquela família que não tem nenhuma casa, criam-se as condições para que a geração de renda e de empregos possa acontecer a partir dessa fomentação desses programas habitacionais. Então, gostei muito disso.

Com certeza, eu quero aqui me solidarizar com os Governadores. Eu também sou esposa de um Governador, o do Estado do Piauí, além de Deputada Federal, e tenho visto de perto o drama que é realmente governar num momento tão delicado como este e, o que é pior, sem realmente o apoio necessário de uma coordenação em nível nacional para fortalecer e ajudar os Estados neste momento tão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difícil que nós estamos atravessando. Mas, com fé em Deus, nós vamos conseguir ultrapassar esse obstáculo, salvando mais vidas. Este é o nosso objetivo principal nesta reunião: salvar vidas e também salvar a nossa economia.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputada Rejane Dias.

Governador Waldez, eu deixo com V. Exa. dois minutos para o senhor fazer um comentário sobre a exposição da Deputada Rejane Dias.

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA (Para expor.) – Primeiro, cumprimento a Deputada Rejane. Ela sabe que o Wellington é um irmão meu e seu. Fomos Governadores juntos. Agora tenho a oportunidade de ser Governador, junto com o Wellington, um irmão.

Transmita um abraço ao Governador Wellington. Sempre a gente está se falando pelo WhatsApp e no fórum de Governadores também. Agradeço a sua intervenção.

A questão, por exemplo, apontada pelo Governador Casagrande em relação à economia é fundamental, e talvez a atividade econômica, a atividade que gera mais rapidamente efeito na sociedade em termos de emprego e oportunidade seja a construção civil, nas suas mais diversas áreas. Então, a gente tem esta expectativa, os Governadores do Brasil, de que possa haver dinheiro novo colocado no mercado a partir agora do novo marco regulatório do saneamento, de repente com projetos habitacionais, enfim com essa questão de obras de um modo geral, pela rapidez em relação à resposta de emprego – é fundamental isso.

Há essa questão também dos Estados no que diz respeito à organização da coordenação central, pela qual nós clamamos muito. Sempre pedimos isso. A gente conversava com o Ministro Mandetta sobre isso. Não tivemos muitas oportunidades de conversar com o Ministro Nelson, pois foi muito rápida a sua passagem. E temos buscado muito o Ministro atual, o Gen. Pazuello, que inclusive tem visitado os Estados brasileiros, mas sempre nessa busca. Para a gente seria muito importante o Brasil ter montado uma coordenação, e ainda há tempo para isso. Enquanto não houver vacina, nós vamos conviver com o Covid-19. Nós podemos estabilizar. Os Estados, com melhor retaguarda de assistência em saúde, podem garantir o não agravamento logicamente do sistema, mas as pessoas vão continuar sendo acometidas pelo Covid, que, uma vez agravado, pode piorar a situação nos Estados.

Então, a gente quer, mais uma vez, dizer que ainda é tempo de o Brasil coordenar, sobretudo com este exemplo da compra de medicamentos que nós chamamos de *kits* de intubação. Todos os Estados, sem exceção, estão com dificuldade de fazer essa aquisição.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso é que o Fórum Nacional dos Governadores irá encaminhar ao Governo Federal, com cópia ao Congresso Nacional... Eu já falei pessoalmente com o Presidente Davi sobre esse assunto, e ele mesmo tomou a iniciativa também de conversar com o Presidente da República e com o Ministro Pazuello, que está nesta expectativa de, antes de sexta-feira, até amanhã, receber essa documentação. A gente pede o apoio dos senhores e das senhoras, em nome do nosso querido Confúcio, para levar essa mensagem ao Presidente Davi. E, provavelmente, até amanhã, o Fórum dos Governadores nos entrega essa demanda.

Essa era a prioridade de hoje, porque realmente isso não pode permanecer sob a responsabilidade dos Governadores, porque a gente não está conseguindo resolver. A questão é muito difícil, e por isso o Governo Federal tem que puxar para si, assumir esse compromisso. Todas as demais medicações a gente ainda consegue obter, mas a falta desse *kit* de intubação realmente pode ceifar muitas vidas se não houver uma providência adotada pelo Governo Federal como um exemplo bom a ser seguido em termos de coordenação central nas demais atividades.

Então, Confúcio, obrigado, mais uma vez, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

O SR. ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA (Para expor.) – Eu peço desculpas por não ter participado de toda a reunião porque, no mesmo horário, os Governadores da Amazônia Legal e o Vice-Presidente Mourão estávamos também tratando da agenda referente à Amazônia – desmatamento, regularização fundiária e pós-pandemia –, que a gente tem que discutir. Então, acabei ficando aqui no prejuízo de não ter ouvido a todos.

Muito obrigado. Até onde ouvi, as indagações feitas e as contribuições enriqueceram muito também aqui o nosso passo a passo para o dia seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Governador Waldez Góes. Quero agradecer a V. Exa., à sua equipe e especialmente ao coronel do Corpo de Bombeiros, com seus protocolos distintos – um para a população em geral, outro para as comunidades indígenas – de maneira inteligente. Meus cumprimentos!

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença dos Governadores Mauro Mendes, Antônio Waldez Góes da Silva e Renato Casagrande.

Agradeço a participação dos internautas através do e-Cidadania e dos telespectadores da TV Câmara e da TV Senado.

Convido-os para a próxima reunião a se realizar no dia 2 de julho, na próxima terça-feira, às 10h, com a presença de Ary Vanazzi, Presidente da Associação Brasileira de Municípios, e de Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional de Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

